PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Nabupolasar Alves Feitosa

A construção do Estado chavista: a influência bolivariana.

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Setor de Pós-Graduação

Nabupolasar Alves Feitosa

A construção do Estado chavista: a influência bolivariana.

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais com área de concentração em Ciência Política, sob a orientação do Professor Doutor Miguel Wady Chaia.

SÃO PAULO

2014

Termo de aprovação

Nabupolasar Alves Feitosa

A construção do Estado chavista: a influência bolivariana.

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais com área de concentração em Ciência Política, sob orientação do Professor Doutor Miguel Wady Chaia.

Assinatura dos professores participantes:

Banca examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

Dedicatória

Dedico este trabalho a Amytis Alves Feitosa, minha filha, minha Santinha, o amor da minha vida.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, fundamento de toda existência, por ter-me sustentado até aqui e me dar o ânimo necessário à conclusão desse trabalho cuja pesquisa me deu tanta satisfação; ao Prof. Dr. Miguel Wady Chaia, pela orientação, dedicação, amizade, confiança e por toda a sabedoria que me passou com a leveza dos simples; a minha esposa, filha, mãe, pai, irmãos, irmãs e toda a minha família, por compreenderem as minhas ausências, ainda que de corpo presente; de maneira muito especial, a minha irmã Elisa Paraguaçu Feitosa Dutra, apoio maior nas minhas viagens a São Paulo, expondo-se a riscos à própria vida sem reclamar de nada, prova de amor verdadeiro, gratuito e altruísta; aos Professores da PUC-SP, que me ajudaram a trilhar esse caminho; aos professores Paulo Pereira e Meire Mathias, que estiveram na banca de qualificação; aos amigos Kelly Rose, Paulo Ricardo Pavan, Fernando Henrique Sobrinho, Thiago Garcêz, Rômulo Mourão, Messias Assunção, Francisco Alberto dos Santos e a outros colegas de trabalho, os quais, a seu tempo e modo, contribuíram com a realização desse trabalho desde o momento da seleção para o curso até a sua conclusão; aos colegas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, da Universidade Estadual do Ceará, notadamente a Lílian Pereira Palácio, por suas valiosas contribuições; ao povo cearense, que, com seus impostos, ofertou-me toda a minha formação acadêmica e mantém o meu salário, e a quem eu devo um retorno à altura em forma de bons serviços; a tantos que, mesmo sem ter necessidade, ouviam-me entusiasmado falar das minhas descobertas; e a todos os venezuelanos com quem conversei, pessoas simples, trabalhadores de várias categorias, além de jornalistas e estudantes.

Epígrafe

*"A continuação da autoridade em um mesmo indivíduo frequentemente tem sido o fim dos governos democráticos. As repetidas eleições são essenciais nos sistemas populares, porque nada é tão perigoso como deixar o poder permanecer largo tempo em um mesmo cidadão. O povo se acostuma a lhe obedecer e ele se acostuma a mandar, donde se origina a usurpação e a tirania (**Simón Bolívar, Ideário Político, 2004, p. 73 – Discurso de Angostura**)."*

RESUMO

O presente trabalho, intitulado *A construção do Estado chavista: a influência bolivariana*, foi realizado com o objetivo de analisar o processo pelo qual as idéias políticas produzidas no passado por Simón Bolívar foram recuperadas e instrumentalizadas por Hugo Chávez sob novas circunstâncias históricas. Com o uso da figura histórica de Simón Bolívar como justificativa para suas ações, o estilo de governar de Hugo Chávez variou de tal maneira que foi possível identificar três períodos distintos durante os 14 anos em que esteve à frente do Estado venezuelano. Em cada um desses períodos, a forma como Chávez usava o Estado para se relacionar com a sociedade ia mudando, até que finalmente construíu o que se denomina aqui de Estado chavista. A hipótese norteadora desse trabalho sustenta que Chávez, utilizando-se de Bolívar como justificativa, caminhou politicamente num crescente de disputa política que culminou em um Estado forte, capitalista, de orientação social, com grande concentração de poder na pessoa de Hugo Chávez, e com perseguição a adversários políticos ou qualquer um que se opusesse ao projeto chavista de poder. Para responder a essa hipótese, foi feita uma pesquisa qualitativa, sustentada também por muitos dados oficiais sobre a situação da sociedade e da economia venezuelanas, além de uma ampla pesquisa bibliográfica. A tese teve como base o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, na compreensão do bonapartismo, que caracteriza o modo de agir chavista, e a obra *O Estado, O Poder, O Socialismo*, de Nicos Poulantzas, que teoriza a respeito da substituição do bloco no poder como resultado das lutas entre as frações de classe. Dessa forma, com o estudo do pensamento político de Simón Bolívar e da formação ideológica de Hugo Chávez, somados seus aos atos enquanto Presidente da República, ficou patente que na Venezuela não houve revolução, pois permaneceram os traços capitalistas da economia venezuelana, e não ocorreu a tomada do Estado pela classe trabalhadora, tendo existido apenas a mudança do bloco no poder, com predominância dos militares como classe hegemônica. Com o desaparecimento físico de Hugo Chávez, iniciou-se a decadência do Estado chavista, com tendência ao desaparecimento em virtude da ausência do carisma de Chávez, da sua habilidade de conciliar interesses internos ao chavismo, e em razão da crise econômica que assola o país.

Palavras-chave: Estado; poder; Simón Bolívar; Estado chavista; Hugo Chávez; bloco no poder; classe hegemônica; revolução; PDVSA.

ABSTRACT

The present work, entitled *The construction of the chavista State: the bolivarian influence*, was done with the aim of analysing the process by which the political ideas produced in the past by Simón Bolívar were recovered and instrumentalized by Hugo Chávez under new historical circumstances. With the use of Simón Bolívar's historical figure as justification for his acts, Hugo Chávez's governing style varied in such a manner that it was possible to identify three periods during the 14 years as leader of the Venezuelan State. In each of theses periods, the way Chávez used the State to relate himself with society changed, and eventually He constructed what is called here the *chavista State*. The leading hypothesis in this work asserts that Chávez, using Bolívar as justification, took a political track in a growing dispute that ended up by creating a strong State, capitalist, socially oriented, with great concentration of Power in Hugo Chávez's hands, and with persecution against political adversaries or anyone that could oppose the *chavista* power project. To go through this hypothesis, a qualitative research was done, based also on many official data about the economic and social situation in Venezuela, besides a broad bibliographical research. The thesis holds its fundaments in Karl *Marx*'s *The Eighteenth Brumaire of* Louis *Napoleon*, in the understanding of bonapartism, which characterizes the chavista way of acting, and Nico poulantzas' *State, Power, Socialism*, that offers a theory about the substitution of the power block as a result of the struggles between the class fractions. This way, with the study of Simón Bolívar's political thinking and Hugo Chávez's political formation and his acts as president of the Republic, it became clear that in Venezuela there was no revolution, for the capitalist characteristics remain in the Venezuelan economy, and the taking of the State by the working class did not occur, but only an exchange of the power block, with the military predominance as a hegemonic class. As a result of Hugo Chávez's phisical disappearence, the decadence of the *chavista* State started, with a tendency to extinction, due to the absence of Chávez's charisma, his ability to reconcile inner interests inside the chavista movement, and because of the economic crisis which devastates the country.

Key words: State; power; Simón Bolívar; *chavista State*; Hugo Chávez; Power block; hegemonic class; revolution; PDVSA.

SUMÁRIO

Introdução..... 12

Capítulo 1_ Raízes bolivarianas para um Estado bolivariano: as idéias de Simón Bolívar..... 36

1.1 A formação intelectual e ideológica de Simón Bolívar..... 37

1.2 O pensamento político de Bolívar e suas propostas de Constituição..... 41

1.3 Bolívar antiimperialista e panamericanista..... 54

Capítulo 2_ Formação política de Hugo Chávez (1971-1998)..... 63

2.1 A infância pobre, seu primeiro mentor e as leituras marxistas e bolivarianas..... 64

2.2 Os dias de caserna: formação intelectual e influências..... 67

2.3 O MBR-200 e a luta por uma nova Constituição..... 79

2.4 Norberto Ceresole: lições de caudilhismo..... 102

Capítulo 3_ Estado Bolivariano no pré-golpe (1999-2002)..... 108

3.1 O Estado veste roupas novas (a Nova Constituição)..... 110

3.2 O Estado em busca de recursos (a PDVSA e investidores estrangeiros)..... 118

3.3 O Estado de uniforme: Plano Bolívar 2000 e a participação dos militares no governo Chávez..... 131

3.4 Círculos Bolivarianos..... 138

3.5 A Lei Habilitante, as 49 Leis e os primeiros sinais de golpe de Estado..... 144

Capítulo 4_ O Estado Bolivariano pós-golpe: consensual e transitório (2002-2007)..... 158

4.1 As missões e a consolidação do bonapartismo chavista..... 165

4.2 O referendo revogatório de 2004 e o fim da etapa consensual..... 182

4.3 O Socialismo como alternativa: bases ideológicas do Socialismo do Século XXI..... 186

4.4 O socialismo como meta, a vitória em 2006, o Socialismo do Século XXI e a preparação para a reforma constitucional..... 197

4.5 Plano de Desenvolvimento da Nação Simón Bolívar 2007-2013 e os cinco motores da "revolução" bolivariana chavista..... 211

Capítulo 5_ O Estado Chavista (2007-2012)..... 217

5.1 Propostas de reforma constitucional, a primeira derrota de Chávez e o início do Estado chavista..... 227

5.2 Características do Estado chavista..... 232

5.2.1 Centralizador (Comunas como meio de centralização do poder)..... 235

5.2.2 Controlador e polarizador..... 245

5.2.3 Militarista..... 250

5.2.4 Capitalista com ineficiência..... 260

5.2.5 Antiimperialista seletivo..... 284

5.2.6 Populista e personalista..... 287

5.2.7 Perseguidor..... 295

5.2.8 Desprezo pela Constituição e pelas leis..... 303

5.2.9 Em busca de impor um Partido Único..... 308

5.2.10 Ganhos sociais em declínio..... 312

5.3 Democracia no Estado chavista..... 320

Conclusão..... 342

Bibliografia..... 357

INTRODUÇÃO

A chegada de Hugo Rafael Chávez Frías à presidência da Venezuela em 1999 fez do país um dos poucos lugares no mundo a seguir uma orientação de esquerda em meio a muitos Estados neoliberais, que assim se assumiam por opção ou por imposição dos países do capitalismo central por meio de instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, sobretudo depois da queda do muro de Berlim em 1989 e do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e seu modelo econômico denominado socialismo real. Falar em socialismo, Karl Marx, revolução e outras palavras do vocabulário corriqueiro das esquerdas era se expor ao ridículo, era ser démodé, dinossauro, em um mundo que navegava nas águas "tranqüilas" do fim da história como queria Francis Fukuyama. A esquerda socialista em todos os continentes ficou sem um referencial e sem rumo, para deleite dos que diziam ter um projeto para o mundo que saía da década perdida, os anos 80, charrete que perdeu o condutor, como cantava o roqueiro Raul Seixas.

E Hugo Chávez, o tenente-coronel paraquedista que se notabilizara pela tentativa de golpe de Estado em 04 de fevereiro de 1992, surgiu desenterrando as utopias, opondo-se ao neoliberalismo – que imperava em todo o mundo e submetia a América Latina, prometendo que aquele era o caminho da prosperidade –, falando em revolução e ganhando adeptos na esquerda. Chávez era agora a esperança da esquerda e dos movimentos contestatórios, razão por que – embora certamente não apenas por isso – muitos se voltaram a estudar esse fenômeno político, social e simbólico com fortes perspectivas de que grandes mudanças, principalmente no campo econômico, surgiriam mais cedo ou mais tarde em meio à dominação neoliberal.

Agora, já decorridos os 14 anos de governo chavista e com o advento da morte do presidente mais popular que a Venezuela já teve, o mundo passa a olhar para a Venezuela buscando encontrar respostas para duas questões: qual o legado de Hugo Chávez para a Venezuela depois de tantos investimentos sociais, de tantos petrodólares e ao mesmo tempo de tantos embates e discórdias nesse país altamente polarizado e dividido entre chavistas e não chavistas? E, como segunda questão, qual o futuro da Venezuela sem Chávez, sem a capacidade de liderar um país que ainda tem grandes bolsões de miséria, ostenta altos índices de violência, que não diversificou sua atividade

econômica, a qual continuando dependente da renda petroleira para manter o governo, os programas sociais e, em conseqüência disto, a popularidade de quem governa?

A presente tese busca compreender o Estado na Venezuela e a influência bolivariana. O estudo aqui desenvolvido analisa a forma como se configura o Estado venezuelano no período do governo de Hugo Rafael Chávez Frías que vai de 1999, quando assume o poder pela primeira vez depois de escolhido em eleições diretas e livres em 1998, passando por 2007, momento do nascimento do Estado chavista, até 2012, quando Chávez anuncia que embarcaria para Cuba para a quarta cirurgia contra um câncer localizado na região pélvica; como esse Estado foi sendo modificado à imagem e semelhança do líder carismático que foi Hugo Chávez; e de que forma o pensamento de Simón Bolívar, a sua história, seu exemplo e o mito em torno da sua figura ajudaram Chávez a moldar a Venezuela de acordo com a sua vontade.

Este trabalho tem como uma preocupação analisar o processo pelo qual as idéias políticas produzidas no passado por Simón Bolívar foram recuperadas e instrumentalizadas por Hugo Chávez sob novas circunstâncias históricas. Assim, esta idéia básica desdobra-se em duas direções neste trabalho: primeiro, analisar a maneira como um líder político como Hugo Chávez recria a figura e o pensamento de uma figura do passado como Simón Bolívar; e, em segundo lugar, examinar o Estado chavista, montado pelo político Hugo Chávez, tendo em vista detectar elementos que aproximam e que afastam as práticas chavistas na montagem do Estado com relação ao pensamento de Simón Bolívar.

A descoberta de petróleo nas terras da Venezuela foi um divisor de águas na história desse país caribenho e passou a determinar as relações econômicas, sociais e políticas a partir de então. Para entender como se dão as relações políticas na Venezuela e a forma como o Estado se configura é necessário se conhecer o processo histórico que deu origem ao que existe hoje no país. Conforme iam sendo realizadas novas descobertas de petróleo e a riqueza oriunda desse mineral era distribuída em certos setores da sociedade, a Venezuela ia tomando contornos singulares que culminaram com o advento do chavismo e do Estado chavista a partir de 2007.

A primeira concessão para a exploração do petróleo, de acordo com a Petróloes de Venezuela S/A (PDVSA), foi em 1865. No final da década de 1920, a Venezuela já era o segundo maior produtor e exportador de petróleo do mundo, com suas reservas exploradas principalmente por empresas estrangeiras, especialmente

estadunidenses. Esse status, aliado a uma tradição de governos autoritários, determinou os rumos do país nas décadas seguintes, chegando até nossos dias.

Em 1899, chega ao poder Cipriano Castro, levando consigo o então tenente Juan Vicente Gómez. Seu trabalho consistiu em criar um exército permanente e organizar a administração pública. Personalista, Castro liderou o que chamou de *Revolução Restauradora*, levando assim adiante a transição entre o período do liberalismo caudilhista e a modernidade capitalista em que o país passa a depender cada vez mais da renda do petróleo. Cipriano Castro governa até 1908, quando parte para a Europa a fim de se tratar de enfermidade nos rins e tem o poder usurpado por seu vice-presidente Juan Vicente Gómez, que inicia na Venezuela o que chamou de período da *Reabilitação*, com o slogan *Paz, União e Trabalho*, a partir de uma visão claramente positivista.

Juan Vicente Gómez exerce o poder de fato de 1908 até 1935. O crescimento da economia, primeiramente em função da produção cafeeira e, a partir de 1918, do petróleo, tornou próspero o período gomecista, não sem beneficiar, com a sua ditadura petroleira, um diminuto círculo de amigos e, ao mesmo tempo, perseguir adversários com o uso do poder militar e da polícia secreta, uma prática que não se desfez ao longo do tempo, embora com formas diferentes de agir. Essa prática de Vicente Gómez se prolonga em vários outros governos e, com poucas diferenças, chega ao governo de Chávez.

Enquanto governou, Gómez controlava até a criação de leis. “Todas as leis e constituições contavam com a ação direta e eficaz do gendarme (Dávila, 2011, p. 31)”, ponto em que se parece muito com Hugo Chávez.

Com a morte de Juan Vicente Gómez em 1935, o Conselho de Ministros aponta o General Eleazar López Contreras como novo presidente, cargo que ocupa até 1941. Contreras, que havia chegado a Caracas juntamente com Cipriano Castro e Juan Vicente Gómez, dá continuidade e aprofunda o militarismo na história da Venezuela, tornando mais fácil para Hugo Chávez, a seu tempo, reimplantar o caráter militar na sua condução do Estado venezuelano.

Em 1941, chega ao poder na Venezuela o General Isaías Medina Angarita, o qual, apesar de não ter uma base popular para dar suporte a sua gestão, governa até 1945, quando é derrubado por um golpe de Estado. 1941 também é o ano de criação do *Ação Democrática* (AD), até hoje um dos principais partidos políticos do país.

Juntamente com oficiais de baixa patente, organizado na *União Patriótica Militar*, o AD, liderado por Rómulo Betancourt – um dos mais destacados políticos da Venezuela –, empreendeu um golpe de Estado e derrubou Angarita em 1945, dando início assim – embora possa parecer paradoxal – a uma fase de democratização do país, de criação de novos partidos políticos, de fortalecimento das instituições, um governo voltado para atender às necessidades da população.

Nesse período, conhecido como triênio (1945-1948), o Estado venezuelano passa a ter metade da renda petroleira, dando dessa forma mais uma margem de recursos para o país; realizou-se um planejamento da industrialização da Venezuela; incentivou-se a sindicalização; iniciou-se um programa de reforma agrária; e se levou adiante a reorganização dos partidos políticos. É nesse período que nasce o *Comitê de Organização Política Eleitoral Independente* (Copei), partido formado principalmente por católicos – por isso considerado democrata-cristão – criado para se opor ao crescimento da esquerda na Venezuela e ainda hoje um dos mais importantes do país.

No triênio surgem dois fatos importantes na história do país: as mulheres ganham o direito de votar e o voto passa a ser direto depois de muitos anos de governos que se sucedem sem que estivesse exposto ao escrutínio universal dos cidadãos venezuelanos.

Num clima de normalidade, o AD consegue a vitória de Rómulo Gallegos para presidente do país em dezembro de 1947, mas o novo governo, que se iniciara em 15 de fevereiro, tem vida curta. Durante os poucos meses em que esteve como presidente, Gallegos instituiu o que ficou conhecido como *fifty-fifty*, sistema pelo qual o governo receberia metade dos ganhos das empresas de petróleo. Gallegos sofre um golpe em 24 de novembro, iniciando-se aí uma ditadura militar que duraria dez anos, liderada por Marcos Pérez Jiménez, principal integrante da junta militar que compõe o novo governo.

O novo ditador não demora a tomar suas providências. Em 07 de dezembro de 1948 dissolve o Ação Democrática, cujos membros – e até simpatizantes – passam a ser perseguidos, presos, exilados e torturados. Procurando se legitimar como presidente constitucional, Jiménez realiza uma série de empreendimentos para desenvolver o país. Assim como Hugo Chávez, Jiménez queria "criar, desde o Estado (...), as condições para o progresso integral dos cidadãos, assim como para a transformação do meio físico sem maior debate ideológico-partidista (...), apesar de se confessar democrático (Dávila, 2011, p. 40-41)."

Jiménez fez um plebiscito confirmatório de sua permanência na presidência do país. O resultado da consulta deu ao presidente 85% de aprovação, o que não convenceu a população, principalmente os estudantes, que saem às ruas, juntamente com praticamente todos os setores sociais – inclusive as forças armadas – para pedir a saída do ditador, o que de fato ocorre em 23 de janeiro de 1958.

Ao mesmo tempo em que conduzia o país com mão-de-ferro, Jiménez proveu o país de importante infraestrutura, como estradas e pontes, desenvolvimento de indústrias, hidrelétricas, além de teleféricos voltados para o turismo. Era o desenvolvimentismo do Novo Ideal Nacional.

Uma nova junta, dessa vez liderada pelo Contra-almirante Wolfgang Larrazábal, conduz o país até 07 de dezembro de 1958, quando ocorrem eleições gerais para presidente da república, governadores de estado, deputados federais, estaduais e vereadores. Rómulo Betancourt, eleito presidente da República com 49,18% dos votos, toma posse em 1959 e governa até os primeiros dias de 1964.

Em outubro de 1958, portanto ainda antes das eleições, celebrou-se o que se convencionou chamar Pacto de Punto Fijo, acordo pelo qual os três principais partidos de então, AD, Copei e o União Republicana Democrática (URD) – excluindo-se o Partido Comunista Venezuelano (PCV), que havia resistido e lutado contra a ditadura de Marcos Pérez Jiménez –, comprometiam-se em manter a estabilidade do país pelo respeito ao resultado das eleições. A exclusão do PCV mostrava que o grupo que assumia o poder naquele momento estava em consonância com o momento latino-americano de seguir a orientação dos Estados Unidos de rechaçar o comunismo na região.

Em termos chavistas, o segundo governo do Ação Democrática seria revolucionário, pois, além do caráter intervencionista que empreendeu, Rómulo Betancourt, entre outras ações, criou empresas estatais, principalmente indústrias de base (como Getúlio Vargas fez no Brasil), proibiu novas concessões de exploração do petróleo, iniciou um processo de reforma agrária e investiu em educação e saúde. Essa reforma agrária chegou a ser considerada a mais ampla do ocidente em uma situação de normalidade, quer dizer, que não seja em processo revolucionário.

Foi nesse primeiro governo pós-ditadura que a Venezuela viu nascer a *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP), mais tarde transformada na PDVSA, fundamental nas relações da e na Venezuela tanto interna quanto externamente. Foi pelo

esforço desse mesmo governo que se criou a *Organização dos Países Exportadores de Petróleo* (OPEP).

Politicamente, Betancourt tomou algumas posições importantes que marcaram seu governo. Primeiramente, a Venezuela passou a não reconhecer regimes que chegaram ao poder por meio de golpe militar. Não aceitou a participação do Partido Comunista Venezuelano na composição do governo e, como conseqüência, enfrentou a resistência de setores do seu próprio partido. Vários membros foram expulsos do AD e criaram o *Movimiento de Izquierda Revolucionário* (MIR), de declarada inspiração na revolução vitoriosa em Cuba, onde cerca de 200 jovens venezuelanos receberam treinamento em táticas de guerrilha urbana e rural. Os planos insurgentes foram reforçados com a criação, em 1963 – considerado o ano mais violento do governo Betancourt – das *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional* (FALN) e da *Frente de Liberación Nacional* (FLN).

Esses eventos permitiram que, na Venezuela, depois de muitos anos de mandatos interrompidos, o governo constituído começasse e terminasse seu mandato e passasse, no dia 11 de março de 1963, a presidência para o candidato eleito Raúl Leoni.

Assim como seu antecessor, Leoni enfrentou a resistência das guerrilhas, que acabaram enfraquecidas pelo racha interno do PCV motivado pela discordância sobre como deveria ser o movimento de resistência, ocorrendo a saída do partido de figura jovens importantes como Douglas Bravo, recrutador de Adán e Hugo Chávez, e criador de idéias mais tarde incorporadas por este na sua formação ideológica.

Leoni também alterou a legislação sobre o petróleo atribuindo à CVP a responsabilidade de atender 1/3 da demanda interna de petróleo e criou a base legal para a celebração de contratos de serviço em vez das concessões, numa espécie de formação das bases para a nacionalização do petróleo, que ocorreria na década de 1970.

O pacto do Punto Fijo e a democracia representativa estavam mesmo funcionando bem. Assim, em 1969, o copeiano Rafael Caldera é eleito. Sua administração, que vai até 1974, também deu passos importantes na chamada nacionalização do petróleo ocorrida da administração de Carlos Andrés Pérez, conhecido pelos venezuelanos como CAP. Caldera estabeleceu que à Venezuela cabia a exploração do gás natural e da distribuição e comercialização do petróleo em território venezuelano; e as empresas estrangeiras deveriam deixar para o Estado seus equipamentos quando terminasse seu período de concessão de exploração.

Politicamente, o social-democrata, considerado por muitos como de direita, tirou da clandestinidade o PCV, o MIR e ofereceu anistia aos guerrilheiros. Em 1994, em sua segunda vez como presidente da República, Rafael Caldera repetiria esse gesto de boa vontade perdoando a Chávez por sua tentativa de golpe de Estado em 1992.

A interferência de Rafael Caldera na vida de Hugo Chávez data já de seu primeiro mandato, pois em 1971 é definida uma importante mudança na formação dos militares venezuelanos, que deixam de estudar em West Point e iniciam sua carreira na própria Venezuela, estudando um vasto currículo de engenharia e ciência política e encerrando com um diploma de curso superior. O homem da direita democratizou o currículo da academia militar a ponto de se poder estudar Karl Marx sem qualquer constrangimento em plena Guerra Fria.

Deixando a Venezuela com essas duas marcas – a pré-nacionalização do petróleo e o desmantelamento da guerrilha – Rafael Caldera entrega o poder a Carlos Andrés Pérez, que será sempre lembrado como o da nacionalização das indústrias que exploravam os recursos naturais, com destaque para o petróleo.

No dia 01 de janeiro de 1975, a indústria do ferro foi nacionalizada. Exatamente um ano mais tarde, Carlos Andrés Pérez fez o mesmo com a indústria do petróleo, aproveitando-se do caminho preparado pelos governos anteriores e pelo orçamento volumoso em virtude do aumento no preço do petróleo depois da guerra do Yom Kippur. Passaram para o controle do Estado dezenove empresas, sendo dezesseis estrangeiras e três venezuelanas. Para tomar conta de tudo isso foi criada a poderosa PDVSA a partir da estrutura da CVP, fundada em 1960.

O regozijo com a nacionalização não levou em conta alguns fatos que interferiram diretamente no futuro econômico do país. A Venezuela não nacionalizou a indústria simplesmente se declarando detentora das instalações e equipamentos, mas pagando indenizações que somaram mais de um bilhão de dólares. Ao mesmo tempo o governo teve que contratar as mesmas empresas estrangeiras, que ficaram sem suas indústrias na Venezuela, para que estas fornecessem equipamentos e serviços na exploração da riqueza natural. Esse mesmo problema ocorreu com as nacionalizações de Hugo Chávez, que reduziu bastante o tesouro do país no pagamento de indenizações.

O gasto com a nacionalização parece ter compensado, pois o petróleo representava, no início dos anos 80, cerca de 70% da renda do país e aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto, situação não muito diferente nessa segunda década do século XXI.

O petróleo venezuelano, que custava pouco mais de dois dólares o barril em 1970, era vendido a cerca de nove dólares em 1974, o que representava um incremento da ordem de 200%, situação que levou a uma bonança petroleira até então inédita na Venezuela, só superada pelas cifras no governo Chávez. No final da década de 1970, o preço do barril de petróleo havia duplicado.

O petróleo extraído da Venezuela gerava tantas divisas – principalmente depois de 1973 – que CAP formou quadros no país por meio de bolsas de estudos; juntamente com o México, a Venezuela criou o Sistema Econômico Latino-americano (SELA), com sede em Caracas, por meio do qual se promoveria o desenvolvimento da região. O país de Bolívar também emprestou dinheiro para o Banco Mundial e para o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Sem adotar uma postura de confronto com os Estados Unidos da América, país com o qual mantinha boas relações, Carlos Andrés Pérez defendeu o direito de o Panamá ter soberania sobre o canal e visitou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1976.

O COPEI vence as eleições em 1978, quando sai vencedor Luis Herrera Campíns, que assume em 1979 e modifica a condução da economia e da política. O presidente aumentou o salário mínimo e os vencimentos de servidores públicos e aposentados em um país beneficiado pelo aumento do preço do barril do petróleo em função da crise gerada pela Revolução iraniana e os reféns e mais tarde pela guerra Irã-Iraque.

Não obstante, os recursos do petróleo não foram suficientes para que a Venezuela evitasse entrar também na década perdida. No dia 18 de fevereiro de 1983, na sexta-feira negra, em razão, dentre outras, da queda na produção do petróleo, da declaração de insolvência internacional e da consequente fuga de capitais, o governo desvalorizou o Bolívar, prática recorrente no governo do presidente Hugo Chávez. Pode-se afirmar que as crises econômicas e políticas pelas quais passará a Venezuela nas duas décadas que se seguem estão relacionadas com esse dia, considerado por muitos como uma hecatombe financeira no país.

Também com vistas a reduzir os impactos da crise que se instalava, Campíns criou uma agência para gerenciar o Regime de Câmbio Diferencial, que dava aos importadores taxas de câmbio preferenciais. Nasce daí uma das mais prodigiosas fontes de corrupção da Venezuela recente, que Hugo Chávez reedita e com as mesmas conseqüências, corrupção e inflação.

Herrera Campíns encerra seu mandato não sem antes assistir, em 1983, à vitória do partido Ação Democrática, que volta ao poder com Jaime Lusinchi, o qual facilmente vence seu adversário copeiano Rafael Caldera.

A exemplo do que Hugo Chávez faria mais tarde, Jaime Lusinchi obtém do congresso a aprovação de uma "Ley Habilitante", que dá ao presidente o direito de governar por meio de decretos, com o objetivo específico de responder de maneira mais célere à crise que se instalara em 1983. Prometeu dar auto-suficiência para a indústria do petróleo, reduzir o déficit nacional e melhorar o equilíbrio na balança de pagamentos; e renegociou a dívida externa. Em 1986, promove nova desvalorização do Bolívar, trazendo de volta altos índices de inflação. A situação econômica da Venezuela em toda a década de 1980 chegou a um ponto catastrófico, apesar de o país ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

O anúncio da candidatura de Carlos Andrés Pérez para um segundo mandato gerou grandes expectativas na população. CAP vence com facilidade os outros 23 candidatos a presidente da república e ainda vê seu Ação Democrática conquistar quase 50% dos assentos na câmara e no senado.

CAP recebe a faixa presidencial em 1989 e logo se torna uma decepção generalizada. Com uma dívida que se aproximava dos 35 bilhões de dólares e uma crise financeira que avassalava o país, CAP apresentou seu Plano de Ajuste Econômico, após a assinatura de acordo com o FMI – como era corriqueiro na América Latina naquele período –, e iniciou uma série de reformas fiscais para reduzir os gastos públicos, ao mesmo tempo em que desvalorizou o Bolívar, autorizou o aumento de preço de vários itens – inclusive de serviços públicos, como a eletricidade, água, esgoto e telefonia –, reduziu o subsídio para o transporte público e, com ousadia para a história da Venezuela, aumentou o preço dos combustíveis.

Envolvido em uma ciranda neoliberal que atingia vários países, a situação da Venezuela era agravada pelo valor do preço do barril do petróleo, o qual, em preços atualizados em 1989, custava metade do que havia sido no primeiro governo de Pérez.

Toda isso levou a níveis inflacionários históricos, com índices acumulados que chegaram a 150%, mostrando que o pacote econômico do governo não teve os efeitos prometidos e pelos quais a população foi solicitada a suportar o sacrifício.

Com uma fúria poucas vezes vista na história recente da Venezuela e insatisfeita com as medidas impostas pelo governo de Pérez, a população saiu às ruas de Caracas e depois do restante do país para realizar um dos atos mais violentos a que o

país já assistira. No episódio, conhecido como Caracazo e ocorrido em 27 de fevereiro de 1989 – daí a data ser identificada pelos venezuelanos como 27-F –, mais de 300 pessoas morreram, de acordo com cifras oficiais, e centenas ficaram feridas.

É pelo Caracazo que o segundo governo de CAP será lembrado, e é também a partir dele que se justificaram outros atos de força da história do país, como a tentativa de golpe de Estado liderada pelo então Tenente-Coronel Hugo Chávez em 04 de fevereiro de 1992, data que ficou conhecida como 4-F. Chávez assume a responsabilidade pelo movimento que denomina "bolivariano" e vai para a prisão. No mesmo ano, em 27 de novembro, outro grupo de militares, e alguns civis, tentaram mais uma vez derrubar a autoridade constituída, mais uma vez sem sucesso.

Desde sua chegada à academia militar em 1971, Hugo Chávez se destacou entre os colegas pela retórica e pelo gosto pela leitura. No final dessa década, Chávez já conspirava dentro das forças armadas e em 1982 cria o Movimento Bolivariano Revolucionário 200, que desemboca na tentativa frustrada de tomar o poder de Carlos Andrés Pérez três anos após a eclosão do Caracazo.

Preso por dois anos, Hugo Chávez recebe indulto do novamente presidente Rafael Caldera, que havia sido eleito em 1993, depois da cassação de CAP, e que tivera que enfrentar a pior crise da história do país, com a quebra de vários bancos e levantes populares por toda parte.

Livre para fazer política, Chávez se candidata a presidente da república em 1998 e obtém uma vitória avassaladora sobre seus adversários prometendo mudar o país oferecendo ao povo uma nova Carta Magna, o que de fato ocorre em 1999. Em 2000, todos os cargos tiveram que ser confirmados por meio de um referendo popular.

Chávez governa sob constante ataque de seus adversários até culminar com um golpe de Estado em 2002, curiosamente dez anos após a tentativa de golpe de Estado empreendida por Hugo Chávez. Removido do poder por três dias, Chávez retorna ao poder e leva a efeito uma séria de reformas político-administrativas que não são suficientes para arrefecer os ânimos dos seus opositores, os quais convocam uma greve geral no dia 02 de dezembro de 2002 e que se entende até o início de 2003.

Sufocado o movimento paredista, a oposição inicia, ainda em 2003, um movimento de coleta de assinaturas para obrigar o governo a realizar um referendo revogatório, previsto na Constituição do país. O referendo ocorre em 2004 e Chávez ganha o direito de permanecer no poder.

Em 2005, a oposição resolve boicotar as eleições para o parlamento, o que permitiu a Chávez o controle pleno do legislativo e a possibilidade – que não foi desperdiçada – de aprofundar o poder exercido pelo executivo na pessoa do presidente.

Em 2006, Chávez se submete a nova eleição, dessa vez já falando em socialismo. Propõe por meio de consulta popular uma ampla reforma da Constituição, ideia que foi rechaçada pela população em 02 de dezembro de 2007, a partir de quando o presidente cria finalmente o que se pode chamar de Estado Chavista, pois muda, de maneira mais clara, sua forma de fazer política, ignorando vários preceitos e normas legais e constitucionais a fim de fazer aprovar de outra maneira o seu desejo de modificar a previsão legal de vários pontos, dentre os quais o artigo que limitava a reeleição para apenas mais um período consecutivo.

Apesar do controle de todos os assentos na Assembléia Nacional e de exercer o poder de maneira mais incisiva, em 2008 o chavismo ganha as eleições regionais, mas perde os três estados mais populosos, além da cidade capital Caracas.

Contrariando a Constituição, em janeiro de 2009 a Assembleia Nacional aprova a emenda constitucional que deu direito à reeleição indefinida para cargos executivos. A mudança foi ratificada por um referendo em 15 de fevereiro do mesmo ano.

Depois de cinco anos de controle absoluto da Assembleia Nacional, o oficialismo vê o crescimento da oposição no parlamento. Tendo obtido mais votos do que os candidatos do chavismo, a oposição só ficou com 40% das cadeiras na Assembleia Nacional por uma mudança de última hora na legislação eleitoral.

Em junho de 2011, Chávez anuncia que foi operado em Cuba de um câncer na região pélvica, e logo depois inicia um longo tratamento, apesar de se dizer curado apenas quatro meses depois da operação.

Chávez se submete a mais uma eleição em 2012, mesmo tendo anunciado em 26 de fevereiro desse ano o retorno do câncer. Depois de meses de tratamento, vence, em 07 de outubro, a disputa eleitoral contra o jovem advogado Henrique Capriles Radonski. Em 08 de dezembro, em pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, Chávez informa que terá de se submeter pela quarta vez a cirurgia para retirada de células malignas. Na ocasião pede aos venezuelanos que, se alguma coisa lhe sobreviesse, elegessem Nicolás Maduro presidente da República Bolivariana da Venezuela.

Chávez falece em 05 de março de 2013 e é pranteado por milhões de venezuelanos e simpatizantes mundo afora. O funeral demora vários dias, até a retirada do corpo acompanhado de enorme multidão que leva o féretro até o Quartel da Montanha, na periferia de Caracas, onde atualmente descansa aquele que em 14 anos de governo transformou o Estado venezuelano de forma que permite ao governo chavista manipular o poder pretendendo que seja diferente de como se fez ao longo da história do país, ainda que, na essência, não tenha havido modificações, o que significa que também não houve revolução, senão, quando muito, uma mais clara socialização dos recursos do petróleo.

Baseado na linha de pesquisa "Estado e Sistemas Sócio-políticos", este estudo parte de algumas hipóteses sobre o Estado venezuelano no período do governo de Hugo Chávez entre 1999 e 2012.

Uma dessas hipóteses considera que na Venezuela de Chávez, mais do que formar um Estado socialista, o que se fez, em três períodos distintos, foi criar e fortalecer um capitalismo de Estado de orientação social. O enrobustecimento do capitalismo de Estado venezuelano se inicia já nos primeiros meses do governo Chávez, em 1999, até 2012, quando tem fim o Estado chavista e se inicia um novo, com Nicolás Maduro, que não tem sabido manter o Estado como Chávez o deixou, dando impulso a um novo estilo de governar caricatural do chavismo.

Apesar de Chávez ter afirmado que recorrer ao capitalismo de Estado seria a mesma perversão da União Soviética (Lebowitz, 2006, p. 109), o capitalismo de Estado se revigorou na Era Chávez, pois cada vez mais a Venezuela se associava a corporações internacionais com interesses meramente capitalistas, criava novas empresas que empregam trabalhadores com relações de trabalho análogas às do sistema capitalista, embora, em certas ocasiões e em algumas empresas do Estado ou em empresas ofertadas pelo Estado a cooperativas e associações, faça-se um ensaio de relação de trabalho socialista. Essas empresas "socialistas" ou gerenciadas por trabalhadores até o momento não conseguiram autonomia financeira nem administrativa, não conseguem se manter senão pelo forte aporte de recursos do Estado, como é o caso da Siderúrgica do Orinoco Alfredo Maneiro (Sidor).

Essa orientação social do Estado capitalista venezuelano criou seguidores fiéis a Chávez, que garantiram a manutenção do presidente no poder até seu último suspiro. Com os recursos do petróleo, Hugo Chávez criou as *Misiónes* como forma de levar serviços básicos aos venezuelanos de maneira mais rápida, criou uma espécie de

renda mínima para idosos, crianças, donas de casa, além de oferecer a milhares de pessoas uma moradia digna, muitas das quais totalmente equipadas com todos os utensílios domésticos.

Essa relação direta com o povo é reforçada por meio da figura lendária de Simón Bolívar, o Libertador (título recebido oficialmente por Bolívar quando libertou Caracas em 1813), que foi tomado pelo movimento de Chávez como símbolo unificador da sociedade venezuelana. Em praticamente toda aparição pública, Chávez citava trechos dos escritos de Bolívar, mudou o nome do país para República Bolivariana, a Força Armada Nacional também ganhou o adjetivo bolivariana, o satélite venezuelano lançado pela China recebeu o nome Simón Bolívar, a ama de leite de Bolívar deu o nome a um programa social para amamentação, e assim por diante numa quase infinidade de referência a Simón Bolívar. Chávez se apresentava como filho e herdeiro direto de Bolívar, porém com um carisma que não encontra semelhante na história do país, nem mesmo do Libertador.

Como bolivariano declarado, em diversas ocasiões Chávez adapta parte da obra de Bolívar para seus propósitos. É bolivariano enquanto homem que busca a justiça para a maior quantidade de pessoas, porém Chávez, ao contrário de Bolívar, ataca o ideal liberal; semelhantemente a Bolívar, é anti-imperialista seletivo; semelhantemente a Bolívar, cada vez busca mais concentração de poder e se assemelha a um imperador. Na elaboração da Constituição de 1999, Chávez propôs a adoção de mais dois poderes juntamente com os três clássicos imaginados por Montesquieu. Ao mesmo tempo, ao propor a reeleição indefinida, Chávez ignorou as palavras de Bolívar em Angostura, quando este condenou que um homem ficasse muito tempo no poder.

Depreende-se que Simón Bolívar é a figura do consenso muito bem usada por Chávez para que sua mensagem tivesse eco junto ao povo da Venezuela, pois usar Karl Marx logo de saída não levaria ninguém no país a seguir um homem com uma mensagem marxista em plena vigência do Consenso de Washington e ainda sob a poeira, que ainda pairava no ar, da queda muro de Berlim e do fim da União Soviética. Ser marxista não estava nos planos de Chávez. Só mais tarde é que ele readapta e reconstrói seu passado incluindo Karl Marx e uma série de marxistas.

Em 1998, numa famosa entrevista a Blanco Muñoz, Hugo Chávez afirma: “Não cremos neste paradigma do mundo capitalista ocidental, democrático burguês, democrático burguês. Tampouco cremos no caído paradigma da União Soviética: o

comunismo, a sociedade sem classes, sem Estado, a igualdade absoluta. Isso não existe (Blanco Muñoz, 1998, p. 95, apud Cividanes, 2011, p. 131)."

Outra hipótese importante toma como verdade o fato de que o movimento de Hugo Chávez não é uma revolução, ou seja, uma mudança estrutural da sociedade, embora tenha operado importantes transformações no país. Além disso, não é um movimento popular, mas popularizado. As pessoas que participam do movimento não surgem espontaneamente, mas são convocadas pelo chavismo e atendem ao chamado. O movimento teve forte apoio popular, mas desde 1992, quando o levante militar não obteve êxito na sua tentativa de derrubar o presidente da República, que o povo não participava, salvo quando era convocado.

Quando Chávez entra para a Academia Militar em 1971 passa a fazer parte não apenas de um corpo castrense, mas de uma tradição de interferência de um setor social nos rumos do país. Ou seja, Chávez saiu da pobreza para se tornar parte do Estado venezuelano por meio das forças armadas, que não são apenas a garantia de manutenção da soberania do país, mas que têm voz ativa sobre os caminhos que o país vai escolhendo ao longo de suas transformações históricas.

Foi a partir dos quartéis que Chávez conspirou até a realização da tentativa de golpe de Estado em 1992, que não foi conseqüência do Caracazo, como o chavismo pretende que seja, mas a consecução de um plano orquestrado durante vários anos no seio das forças armadas com o objetivo de tomar o poder e implantar um regime forte.

Quando assume o poder, Chávez vai transformando o Estado para atender mais a suas vontades e para responder ao embate político do que para dar uma resposta adequada e duradoura para a os problemas e anseios da população.

A hipótese norteadora desse trabalho sustenta que Chávez caminhou politicamente num crescente de disputa política que culminou em um Estado forte, com grande concentração de poder na pessoa de Hugo Chávez e com perseguição a adversários políticos ou qualquer um que se opusesse ao projeto chavista de poder. Isso caracteriza o Estado chavista, que em matéria de administração do Estado e de sua intervenção na economia tem sido ineficiente por uma série de razões discutidas ao longo do trabalho.

Desde muito cedo – e isso quer dizer já na infância – Hugo Chávez teve contato com a obra de Karl Marx, mas só em 2010 se define como marxista. Antes disso, dizia apenas que suas atitudes e seus pensamentos coincidiam em muitos pontos com o do escritor alemão, por isso disse em mais de uma ocasião que não era comunista

nem anticomunista, não era capitalista nem anticapitalista, não era socialista nem antissocialista, mas que tinha um pouco de cada um deles. Porém, em 2005, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Chávez anuncia que era necessário transcender o capitalismo e reconstruir um novo socialismo, e em 2010 se assume marxista. Na verdade, Chávez está mais para Luis Bonaparte do que para um revolucionário que busca destruir o Estado.

Para estudar o Estado venezuelano neste trabalho, deu-se preferência a lançar mão do conceito de Estado em Marx, especificamente relacionando com o bonapartismo, e das proposições de Nicos Poulantzas no que se refere a disputas de frações de classe e a dos blocos no poder.

É esclarecedor para este estudo – e isso fica mais claro no retrospecto histórico recente da Venezuela – o conceito marxista de que o modo de produção e as relações de produção determinam o Estado, assim como a afirmação de que o Estado é o comitê que administra os negócios da burguesia.

Nicos Poulantzas (2000) oferece uma análise crucial para a compreensão do movimento chavista na Venezuela quando explica que o Estado é formado por frações ou blocos de poder que vão se alternando na condução do Estado. É a partir de Poulantzas que se pode entender como Hugo Chávez, quando chega ao poder, não o faz como representante das classes oprimidas, mas em defesa dos ideais de uma classe que estava ligada ao Estado e que queria, havia muito tempo, mudar o Estado, o que de fato aconteceu ao longo dos quatorze anos de governo, porém não em sua essência, mas apenas nas relações políticas.

Essas relações políticas, surgidas da modificação do Estado nos anos de chavismo, são a manifestação da realidade venezuelana manobrada a partir do poder do Estado.

O presente trabalho, realizado com o objetivo de dar conta de uma parte da realidade política na Venezuela a partir de um arcabouço teórico definido, foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa, porém com dados de pesquisas quantitativas, realizadas pelo governo, e por organismos venezuelanos e internacionais.

Optou-se aqui por se fazer uma pesquisa bibliográfica com a consulta de vários livros, em português, inglês e espanhol, que tratam da temática da Venezuela. Muitos desses livros foram escritos com um olhar marxista sobre o país de Simon Bolívar e sobre Hugo Chávez enquanto figura central de todo o processo por este inaugurado na Venezuela.

Além dos livros consultados, pareceu de muito interesse e importância consultar o que pensavam e propunham sobre a Venezuela e Hugo Chávez os estudiosos, pesquisadores, professores, sociólogos, cientistas políticos, jornalistas e políticos de carreira. Assim, foram feitas leituras de vários artigos de revistas científicas que traziam textos de pensadores de destaque, principalmente os que olham o mundo pela lente marxista. Foi dessa maneira que foram lidas, principalmente, as revistas Esquerda Marxista, Margem Esquerda, Verve, Lutas Sociais, Política Externa, Província (da Universidad de Los Andes, estado Mérida, na Venezuela), Revista Comuna (Venezuela), e Revista Cuadernos Del Cendes (da Universidade Central da Venezuela).

Todas essas revistas têm contribuído para o debate sobre a Venezuela. As revistas brasileiras têm publicado artigos concernentes a diversos temas relacionados com o governo Chávez, como economia, lutas de classe e ganhos sociais depois de 1999. Alguns desses artigos são o resultado de seminários e simpósios organizados no Brasil, como dois realizados pela Universidade de São Paulo em 2012 e 2013.

Na Venezuela os debates são ainda mais freqüentes e intensos. Em 2012, a Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) realizou um seminário sobre Estado e direitos humanos na Venezuela, cujas comunicações resultaram no livro *Venezuela ¿en democracia?* (STRAKA, 2012).

Na Universidad de Los Andes (ULA), artigos escritos ao longo dos anos do governo Chávez compuseram o livro *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión* (RAMOS JIMÉNEZ, 2011). O organizador e autor de capítulos, Alfredo Ramos Jiménez (2011), é um dos nomes que contribuem para a discussão acerca da liderança carismática e populista de Hugo Chávez.

Contribuição semelhante é a de Nelly Arenas (2012), professora da Universidade Central da Venezuela e membro do Centro de Estudos do Desenvolvimento. Arenas, que estuda as relações de autoritarismo, populismo e o próprio chavismo, tem vários trabalhos publicados também em co-autoria (Arenas & Calcaño, 2011/2013). Na Universidade Central da Venezuela (UCV), um grupo de professores favoráveis ao processo liderado por Hugo Chávez realizou dois debates, dentre outras atividades, sobre o Socialismo do Século XXI. O evento tinha como tema *Ideas para Debatir El Socialismo del Siglo XXI* (López Maya, 2007), e com esse mesmo nome foram publicados dois livros organizados pela professora Margarita López Maya (2006, 2008, 2011), figura central em todas as discussões sobre Estado e

sociedade na Venezuela, com quem este trabalho dialoga com bastante frequencia. López Maya tem um vasto trabalho em sua vida acadêmica publicando incessantemente e dando conferências em várias partes do mundo. A professora dirigiu o Centro de Estudos do Desenvolvimento (Cendes), que publica o Cuadernos del Cendes, importante fonte de dados e informações para esta tese. Da UCV este trabalho também se apóia em Luis Edgardo Lander, co-autor de vários trabalhos com Margarita López Maya (López Maya & Lander, 2010). Doutor em Ciências Sociais, Lander tem graduação em engenharia e, com essa formação, é uma das melhores mentes a discutir questões afetas ao petróleo e à maneira como isso interfere nas relações sociais na Venezuela, como o caráter rentista da economia do país.

Essas discussões, debates, seminários, simpósios, livros e artigos científicos não apontaram a periodização proposta aqui neste trabalho. Também ainda não surgiu a identificação do Estado venezuelano como Estado chavista, moldado e configurado por Hugo Chávez, a partir de 2007, com características que, em seu conjunto, diferenciam-no dos outros Estados.

As análises divulgadas até aqui também não apontaram Chávez como pertencente à classe dominante. Neste trabalho, entende-se que Chávez, enquanto membro das forças armadas, garantidora do Estado burguês, já pertencia à fração de classe dos militares, que compõe a classe dominante. Nesse sentido, houve apenas a substituição do bloco no poder, mas não a derrubada de uma classe por outra, mais uma evidência de que não houve revolução na Venezuela chavista.

Outra lacuna, preenchida por este trabalho, é a análise mais sistemática do conjunto incongruente de idéias, argumentos, ideologias e teorias dos mais diferentes autores que influenciaram Hugo Chávez na sua formação intelectual e nas suas posições políticas.

Jornais de circulação diária, principalmente da Venezuela e do Brasil – mas não apenas desses dois países –, e suas versões digitais também tiveram grande relevância para a pesquisa. Contudo, para fins de seleção de fonte, optou-se, na Venezuela, por manter como base das informações diárias os jornais El Universal e El Nacional, principais periódicos da Venezuela em termo de credibilidade e de influência, além dos critérios básicos de tiragem e distribuição. Esses dois jornais foram escolhidos porque não estão alinhados com o governo, sendo dois veículos de posição fortemente crítica para com o governo, ainda que em alguns momentos publique textos em favor de

decisões do governo Chávez, e algumas vezes autorize a publicação de artigo de opinião em defesa do chefe de Estado.

Dois outros periódicos que servem de fonte para a pesquisa são o jornal Tal Cual, dirigido por Teodoro Petkoff, ex-guerrilheiro comunista, ex-ministro, e considerado hoje em dia um homem de direita. Petkoff é declaradamente antichavista e publica diariamente em seu jornal matérias muito bem fundamentadas opostas ao chavismo. Colaboradores antichavistas também têm espaço no Tal Cual, que reproduz na versão digital o conteúdo do jornal que circula nas bancas.

Nessa mesma linha estava o semanário 6to Poder, que chegou a ser fechado pelas forças do governo por ter publicado fotos de ministras como se estivessem dançando can-can. Apesar do fechamento da redação e do recolhimento dos exemplares, a publicação manteve a linha editorial de oposição ao governo até ser fechado definitivamente com a prisão do seu proprietário, acusado de evasão de divisas.

Pelo governo Chávez, alguns periódicos serviram como fonte. O primeiro deles é o Correo Del Orinoco, jornal criado por Chávez com o mesmo nome – e o mesmo formato – do que foi criado por Simón Bolívar e circulou durante algum tempo na Venezuela. O Correo Del Orinoco é o jornal oficial do governo e só reproduz matérias em favor do governo e do governante. Jamais se leu uma crítica a Chávez ou ao chavismo no Correo Del Orinoco, que é distribuído gratuitamente em vários locais, como no Hotel Alba Caracas, antigo Hotel Caracas Hilton, nacionalizado em 2007, ano em que se instala o Estado Chavista.

O Correo Del Orinoco, enquanto veículo oficial do governo, reproduz praticamente todas as matérias disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Comunicação e da Informação e (Minci), inclusive ataques a adversários. O sítio do Minci e da Presidência da República da Venezuela também foram fontes para a tese.

O sítio eletrônico Aporrea.com, que traz matérias e artigos muito bem equilibrados, alguns com críticas à condução política do processo chavista e maioria a favor do chavismo, foi consultado, e alguns escritos serviram de fundamento de posições-chave na tese.

No Brasil, os periódicos examinados foram mais frequentemente Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Carta Capital, Agência Carta Maior e Le Monde Diplomatique Brasil, mantendo-se dessa forma a idéia de se tomar por base publicações com linhas editoriais diferentes.

Entrevistas e escritos de políticos de Chávez também serviram de apoio para as conclusões e para o surgimento de novas hipóteses. Entre os políticos mais importantes da Venezuela cujas idéias e posições foram incorporadas à pesquisa estão Douglas Bravo – que rompeu com Chávez – e José Vicente Rangel.

Documentários como *A Revolução não Será Televisionada*, *Ao Sul da Fronteira* e *Presidentes de Latinoamerica* e entrevistas, como a que foi dada ao repórter Kennedy Alencar, da Rede TV, ao programa Hard Talk, da BBC de Londres, e ao jornalista José Vicente Rangel.

Foi necessária também a leitura de vários documentos oficiais, de organismos internacionais, de ONGs e do Partido de Chávez. Assim, foram lidos planos de desenvolvimento econômico, relatórios divulgados pelo Banco Central da Venezuela (BCV), pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), relatórios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Human Rights Watch (HRW), Observatório Venezuelano da Violência (OVV), Programa Venezuelano de Educação – Ação e Direitos Humanos (Provea), e documentos do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV). Para fins de uso de dados, dá-se preferência, em primeiro lugar, aos divulgados pelo governo por meio do INE e do BCV e depois aos dados da Cepal.

Outra leitura obrigatória foram as leis, a começar pela Constituição de 1999, a Constituição de 1961, e outras leis, chamadas de leis orgânicas, que nasceram a partir da aprovação da Constituição. Teses e dissertações, da Pontifícia Universidade Católica, da Universidade Federal de Santa Catarina, dentre outras, também foram tomadas como fonte de estudo para a compreensão do caso venezuelano.

Viagens à Venezuela pareceram de boa monta para se verificar como se dá, no cotidiano do país, a realização do processo chavista. Na Venezuela, por exemplo, compram-se com poucos bolívares as mais variadas leis orgânicas já aprovadas em formatos que se assemelham aos cordéis nordestinos, e, a mais importante de todas as leis, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, em exemplares de bolso. Apresentações de cantores locais e feiras livres em praças públicas onde se vendem livros, carnes e outros gêneros alimentícios; estudantes de escolas públicas visitando o museu e a casa de Bolívar; debates no teatro Teresa Careño; vendas de livros nos hotéis nacionalizados, no Parque Nacional El Ávila e em outros pontos da cidade a preços meramente simbólicos; tudo isso se vê na Venezuela durante uma viagem de poucos dias. O debate está na rua, isso é claro, como é claro que o país está fortemente polarizado entre o amor e o ódio ao chavismo.

Na Venezuela foi possível também saber como andam alguns dos programas sociais mais emblemáticos do governo chavista, como o Barrio Adentro, hoje em plena decadência, apesar do volume de recursos destinados a mantê-los.

Com o objetivo de compreender como se configura o Estado venezuelano no período de governo de Hugo Chávez, foi feito um corte temporal a fim de se elucidar como o Estado foi mudando ao longo dos anos sob o governo que se declara bolivariano. "As relações de classe estão presentes... tanto nas transformações do Estado segundo os estágios ou fases do capitalismo (...) como nas formas diferenciais de que se reveste o Estado num estágio ou fase marcados pelas mesmas relações de produção (Poulantzas, 2000, p. 126)," daí ser importante compreender que a Venezuela continua sendo capitalista para se ter noção mais clara de como se dão as relações de poder. Mesmo sendo capitalista, o Estado venezuelano passou por importantes transformações no governo Chávez.

> Estabelecer a relação do Estado com essas relações [de produção] significa desde já que as transformações do Estado em sua periodização histórica fundamental (...) levam a substanciais modificações das relações de produção e da divisão social do trabalho capitalistas. Se seu núcleo persiste, que é o que faz com que o Estado continue capitalista, não impede que eles passem por importantes transformações ao longo da reprodução do capitalismo (Poulantzas, 2000, p. 125-126).

O trabalho, portanto, concentra-se no período que vai de 1999, quando Chávez toma posse pela primeira vez, até 2012, ano em que o presidente se submete a novas eleições, sai vitorioso, e anuncia, em tom de despedida e de passagem da herança política para Nicolas Maduro, em 08 de dezembro, que se submeteria a nova cirurgia em Cuba.

Assim, o primeiro período, denominado aqui de Estado do pré-golpe, vai de 1999 a 2002, sob forte influência dos ideais de Simón Bolívar e do argentino Norberto Ceresole, figura controversa e que talvez tenha sido, depois de Bolívar, quem mais influenciou Hugo Chávez. Nesse ínterim, Hugo Chávez praticamente não se afasta dos preceitos capitalistas, apontando para uma conciliação com o capital internacional – Chávez recebera financiamento de bancos internacionais para sua campanha –, o que o faz viajar pelo mundo convidando empresários a investir na Venezuela, participa da abertura dos trabalhos da Bolsa de Valores de Nova Iorque batendo o martelinho, enquanto busca fortalecer a OPEP a fim de aumentar os ganhos com o petróleo.

Foi um período de Construção da nova constituição e mais tarde da criação de várias leis orgânicas que levaram a insatisfações várias, principalmente de setores como o rural, que perdia certas regalias garantidas pelas antigas leis, agora revogadas.

Enquanto isso, Chávez mal podia atender às necessidades básicas da população mais pobre – sem contar com os anseios da classe média, que o havia apoiado na sua eleição – em virtude da escassez de recursos, pelo que lança mão das forças armadas para iniciar o Plano Bolívar 2000, que levava assistência a populações carentes. Foi, portanto, um governo sem muita margem de manobra, o que levou ao descontentamento de vários setores que o haviam apoiado em 1998, entre eles o setor empresarial – empresários, como industriais e banqueiros, apoiaram Chávez –, setores médios da sociedade e proprietários de terra, além de trabalhadores urbanos.

Esse primeiro período se estende até 2002, quando Hugo Chávez sofre o golpe de Estado em 11 de abril, e retorna ao poder depois de três dias de negociações e incertezas em todo o país. O golpe fecha o primeiro período de governo de Chávez.

O segundo período, que vai de 2002 a 2007, ganhou uma subdivisão, denominada aqui de fase. A primeira fase vai desde 2002, quando Chávez sobrevive física e politicamente ao golpe de Estado e é reconduzido ao poder, até 2004, quando obtém a vitória no referendo revogatório. Nessa fase Fidel Castro já é a influência prática por trás de Hugo Chávez, enquanto Heinz Dietrich é a influência teórica, com a idéia de socialismo do século XXI. Nessa primeira fase, Chávez busca a reconciliação com vários setores. Já no discurso do retorno do breve exílio, ele pede a união da sociedade venezuelana como um todo e busca a reaproximação com seus adversários, embora tenha procurado prender – e de fato prendeu – alguns dos principais autores e ideólogos do golpe, como o empresário Pedro Carmona Estanga, então presidente da Federcámaras, o qual se tornara o presidente por algumas horas de ausência de Chávez, e que foge de uma prisão domiciliar para se refugiar na vizinha Colômbia, de onde mantém oposição ao chavismo.

Nessa primeira fase, Chávez enfrentou a greve geral no setor da indústria do petróleo, manifestações e atuação da oposição na coleta de assinaturas necessárias para a convocação do referendo revogatório, que ocorre em agosto de 2004, dando a Chávez ampla e incontestável vitória. Durante essa primeira fase, o presidente se comporta como estadista, respeitando, em grande parte, a ação dos adversários. Foi como se Chávez necessitasse ter certeza do seu apoio popular para poder realizar seu contra ataque, e o resultado do referendo lhe deu isso. Aqui, vários empresários já tinham se

afastado de Chávez. A burguesia tinha-se dado conta de que aquele em quem confiou não se deixara conduzir pelo desejo da burguesia tradicional. Na medida em que os setores médios iam se afastando de Chávez, o Presidente ia criando programas sociais e se aproximando cada vez mais dos setores populares para garantir outras vitórias eleitorais, ao mesmo tempo em que começava a formar uma nova burguesia sob seu domínio e conquistava mais e mais militares de várias patentes para sua sustentação.

Vencido o referendo, inicia-se a segunda fase, com um Chávez mais ativo e assertivo, falando sem eufemismos e com mais clareza seus planos para o futuro do país, daí proferir em discurso no Fórum Social Mundial em 2005 a idéia de superar o capitalismo por meio de um socialismo, que ele denominou, por orientação alheia, de Socialismo do Século XXI. E com essa proposta, vai às eleições de 2006, da qual sai mais uma vez vitorioso.

Os resultados de 2004 e 2006 deram a Hugo Chávez a certeza de que teria apoio popular suficiente para fazer modificações profundas na Constituição, transformando a própria estrutura organizacional do Estado venezuelano, sua organização territorial e a repartição dos poderes. A mais polêmica das propostas era a da reeleição indefinida para presidente da república, que só tinha o direito de se candidatar para mais um mandato consecutivo. As mudanças somavam quase 100, e foram rechaçadas em um referendo popular em 02 de dezembro de 2007, a primeira derrota de Hugo Chávez e que o atinge com bastante força.

A reação a essa derrota foi o aprofundamento do estilo de governar do presidente, que dá ao Estado características próprias, peculiares, dando vida ao que se pode denominar de Estado chavista, que vai de 2007 a 2012, ano em que Chávez anuncia seu retorno a Cuba para mais uma batalha contra o câncer, que o vitimou em 05 de março de 2013.

Esse terceiro período (2007-2012), que fecha o ciclo do chavismo na Venezuela, diferencia-se dos outros porque Hugo Chávez assume posturas políticas mais fortes, com crescente concentração de poder – controlando os cinco poderes da República, inclusive o Tribunal Supremo de Justiça –, e de confronto com os adversários, num maniqueísmo inédito no país, hoje dividido em uma linha vertical que separa chavistas e não chavistas, diferente da divisão horizontal da sociedade entre ricos e pobres.

No terceiro período, em que se abraça com o militarismo e com as características dos anos finais de vida de Simón Bolívar, Chávez conta com amplo

apoio popular, porém com muito poucos intelectuais, que vêem no Estado chavista a reedição de um governo autoritário – como ocorrera principalmente na primeira metade do século XX –, com ampla participação e protagonismo das forças armadas, esmagamento das instituições, além da ineficiência administrativa e da piora nos índices sociais, aumento da violência urbana e estagnação da redução da pobreza. Todas essas temáticas estão aprofundadas em cinco capítulos, ao longo dos quais estão apresentadas diversas questões históricas, sociais, a respeito da Venezuela, Simón Bolívar e Hugo Chávez, e teóricas, base da análise da realidade do Estado e da sociedade venezuelanas.

O primeiro capítulo traz um histórico da vida de Simón Bolívar, centrado principalmente nas suas disputas políticas e militares e na formação intelectual. Da sua formação resultam seus escritos políticos e suas propostas de Constituição e de governo, suas posições éticas e sua postura anti-imperialista. Tudo isso deu às gerações futuras inspiração para definir o jeito de fazer política. Um dos que mais se inspiraram em Simón Bolívar, sem dúvida, foi Hugo Chávez, cuja história pessoal e intelectual está exposta no segundo capítulo, que traz ainda detalhes sobre o período em que Hugo Chávez esteve na caserna, quando seu pensamento é moldado e lapidado pelo ideário bolivariano, dando ao futuro líder o desejo, logo realizado, de formar um grupo, constituído, sobretudo, por militares, que mais tarde disputariam o poder pelas armas e pelo voto.

No terceiro capítulo, discute-se o primeiro período do Estado venezuelano no governo Chávez a partir do movimento de elaboração da Constituição de 1999, a busca por mais recursos para o Estado por meio da reativação da OPEP, do fortalecimento da PDVSA e do aumento dos investimentos externos no país. Nesse capítulo se mostra ainda como o governo, para atender aos anseios da população por serviços sociais, criou o Plano Bolívar 2000, gerido principalmente por militares; para responder à necessidade de uma formação ideológica, criou os círculos bolivarianos; e, a parte mais polêmica desse primeiro período, a aprovação da Lei Habilitante, que deu poderes ao presidente para criar leis por decreto, o que gerou grande descontentamento de importantes setores do país, que culminou com o golpe de abril de 2002.

Discutido no quarto capítulo, o golpe de 2002 dá início ao segundo período, durante o qual o governo cria os programas sociais, chamados de missões, passa pelo referendo revogatório de 2004 e, de maneira mais clara, inicia o processo de recrudescimento das relações com os adversários, além de anunciar o Socialismo do Século XXI como alternativa para a sociedade venezuelana. As eleições de 2006, o

Plano de Desenvolvimento da Nação 2007-2013 e a preparação para a reforma constitucional também são temas desse capítulo.

O quinto e último trata do Estado chavista, que nasce quando Chávez, com os poderes institucionais concentrados em suas mãos e com o controle da maioria dos meios de comunicação de massa, e ancorado também no poder das forças armadas, mais ativas e controladas por Chávez, age de forma mais ofensiva contra seus adversários, ignorando as leis, usadas de maneira discricionária. Sem modificar o caráter essencialmente capitalista da Venezuela, Chávez, altamente personalista, falava diretamente ao povo, como uma espécie de bonapartismo andino.

O capítulo se encerra com uma discussão sobre o estado da democracia na Venezuela. Esse ponto toma a proposta de Robert Dahl sobre quais instituições são necessárias para que um país seja considerado uma democracia, entre as quais estão eleições justas livres e frequentes e a liberdade de expressão.

A formação do Estado chavista se baseia num forte capitalismo de Estado, dependente da renda petroleira, e marcadamente ineficiente; nas relações políticas, o Estado se caracteriza pelo personalismo do governante, que incentivava o caráter ideológico e maniqueísta nas relações entre o poder público e a sociedade civil, com a democracia seriamente comprometida, tendo Simón Bolívar como o amálgama que justificava as ações de um governo que encerra 2012 altamente desgastado e que tentou se manter no mando do Estado pelos mais diferentes métodos, muitos dos quais condenáveis, num clara demonstração de que o ideal inicial defendido por Chávez, que convenceu grande parte da sociedade venezuelana, deteriorou-se para um governo autocrático, próximo a uma tirania, próprio daqueles governos que permanecem muito tempo no poder, conforme advertira Simón Bolívar no famoso Congresso de Angostura, passagem sempre ignorada pelos chavistas. É a Venezuela caminhando para se firmar sob certo regime próximo ao *estatismo autoritário*, definido por Nicos Poulantzas como:

> A monopolização acentuada, pelo Estado, do conjunto de domínios da vida econômico-social *articulado* ao declínio decisivo das instituições da democracia política e à draconiana restrição, e multiforme, dessas liberdades ditas "formais" de que se percebe, agora, que elas vão por água abaixo, na realidade (Poulantzas, 2000, p. 208).

Mas esse estatismo autoritário poulantziano ainda não é o Estado chavista, que incorpora elementos singulares, como um amplo leque de influências, tendo como centro ideológico Simón Bolívar.

CAPÍTULO 1

1. Raízes bolivarianas para um Estado bolivariano: as idéias de Simón Bolívar.

A presença de imagens de Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palácios, o Simón Bolívar, em praticamente todas as cidades e repartições públicas da Venezuela, não começou com a ascensão de Hugo Chávez ao poder depois da eleição de 1998 ou por meio da Constituição da Nova República venezuelana, aprovada em 1999. Ainda em vida, Bolívar já havia se tornado um símbolo de união na luta pela libertação dos países americanos que se encontravam sob o jugo espanhol, embora as ações de Bolívar, ainda que buscassem obter a liberdade, gerassem desafetos e opositores os mais diversos contra si, gerando, inclusive, uma ala de resistência e até mesmo enfrentamento a sua pessoa até o dia em que deu o último suspiro de vida.

Ao longo do tempo, Bolívar tem sido aclamado por quem quer que esteja no poder, porém cada um a seu modo. Chávez e seus seguidores costumam dizer que a direita havia se apropriado de Bolívar, e este agora se encontra livre para ser o verdadeiro Bolívar, *O Libertador* – título que recebeu na plenitude das suas vitórias militares –, o homem que imaginou uma América livre, uma pátria com mulheres e homens livres.

Essa apropriação da figura e do exemplo histórico de Simón Bolívar nunca foi tão forte quanto o é desde 1999, ano em que o país elabora uma nova Constituição – em cujo preâmbulo consta o nome de Bolívar – e muda o nome para República Bolivariana da Venezuela.

Hugo Chávez propõe importantes mudanças na Venezuela e denomina essas mudanças de Revolução Bolivariana, as quais ganharam um formato um tanto diferente do que ocorria na Venezuela capitalista. Esss mudanças deram a Chávez a justificativa para anunciar ao mundo em 2005 que era necessário superar o capitalismo, não com mais capitalismo, mas marchando em direção ao Socialismo do Século XXI, que é diferente do Socialismo que se viu no Século XX, ou seja, não é o mesmo que o soviético nem o mesmo que o cubano, por exemplo, embora ambos tenham muito a contribuir, seja pelo que erraram ou acertaram, seja pelas formulações teóricas. E nesse contexto Bolívar surge como socialista.

Tudo isso indica a necessidade de se conhecer quem foi Simón Bolívar, indo desde a sua formação familiar, com vida na abastança e na comodidade de uma casa aristocrática, até sua formação intelectual, com aulas do preceptor Simón Rodriguez e o aprofundamento no conhecimento de história, principalmente história romana, e de filosofia, com destaque para filósofos contratualistas como Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes e John Locke, e para Jeremy Bentham, o utilitarista, dentre outros. Essa será a primeira parte deste capítulo.

Na segunda parte, faz-se um passeio pelo pensamento político de Simón Bolívar, registrado em discursos e cartas com propostas para a criação de Constituições. Nesses documentos históricos, enquanto sugere como deve funcionar o novo país, expõe a influência contratualista e utilitarista em seu pensamento, bem como o conhecimento que Bolívar tinha do funcionamento dos Estados inglês e estadunidense.

O capítulo se encerra com uma discussão sobre Simón Bolívar anti-imperialista e panamericanista, dois aspectos que tornam o arcabouço ideológico bolivariano singular e que chega com força ao Século XXI por meio de Hugo Chávez, bem como pelos governantes de esquerda da América Latina que compreendem que para tirar seus povos da situação de pobreza, miséria e exclusão que perdura há centenas de anos é preciso estar unidos para ser fortes.

Saber o quanto há de Simón Bolívar na "Revolução" Bolivariana, que conduziria ao Socialismo do Século XXI e que levou ao Estado chavista, ajuda a compreender o processo liderado por Chávez, que usou como fundamento, no início do movimento, os ideais de Bolívar, mais tarde diminuído diante da incorporação do marxismo como orientação para o chavismo.

1.1 A formação intelectual e ideológica de Simón Bolívar.

Nascido em 24 de julho de 1783, Simón Bolívar, último de quatro filhos de uma família rica, ficou órfão de pai aos três anos de idade e da mãe aos nove, ficando aos cuidados de uma ama negra de nome Hipólita. Depois, teve vários preceptores que cuidaram da sua educação e formação, um dos quais foi o poeta e jurista Andrés Bello. O mais importante, porém, foi o intelectual caraquenho Simón Rodriguez.

Depois de sua iniciação militar aos quatorze anos de idade, Bolívar é enviado à Europa, em 1802, para estudar na Academia de San Fernando. Em carta, de 20 de maio de 1825, ele expressa como se deu parte de sua formação:

> ...enviaram-me à Europa para continuar minhas matemáticas na Academia de San Fernando e para aprender idiomas estrangeiros com mestres consagrados de Madri (...); Ainda muito jovem, talvez sem poder aprender, deram-me lições de esgrima, de dança e de equitação. Certamente não aprendi nem a filosofia de Aristóteles, nem os códigos do crime e do delito; mas pode ser que o Sr. de Mollien não tenha estudado, tanto quanto eu, Locke, Condillac, Buffon, D'Alembert, Helvetius, Montesquieu, Mably, Filangieri, Lalande, Rousseau, Voltaire, Rollin, Berthot e todos os clássicos da Antiguidade, fossem filósofos, historiadores, oradores ou poetas; e todos os clássicos modernos da Espanha, França, Itália e grande parte dos ingleses (Bolívar Apud Belloto & Corrêa, 1983, p. 10-11)

Para Sanchez-Barba (1981, p. 23), "intelectualmente, Bolívar se encontra plenamente enquadrado na corrente que se situa sob o nome do neoclassicismo, que abarca, cronologicamente, desde meados do século XVIII até 1830". Neoclassicismo revolucionário, de acordo ainda com Sanchez-Barba, foi a fase que mais influenciou a ideologia bolivariana. Além disso, era apaixonado por Jean-Jacques Rousseau.

Esse apego de Bolívar a Rousseau é fruto de suas leituras de juventude, mas principalmente da influência de Simón Rodríguez (também conhecido pelo pseudônimo Samuel Robinson), preceptor de Simón Bolívar desde os nove anos de idade.

Simón Rodríguez nasceu em 1769, antes, portanto, da Independência dos Estados Unidos da América (1776) e da Revolução Francesa (1789), dois movimentos pelos quais foi fortemente influenciado. Simón Rodríguez chegou a morar nos Estados Unidos em 1797.

Antes mesmo de sair da Venezuela, Rodríguez já lia os filósofos iluministas, principalmente Rousseau. Deste, Rodríguez tomou emprestado muito de sua maneira de compreender a realidade e de conduzir sua forma de ensinar, como fez para com *O Libertador*.

> Sob a direção de dom Simón Rodríguez – escreve O'Leary[1] –, homem de variados e extensos conhecimentos, porém de caráter excêntrico, aprendeu Bolívar os rudimentos das línguas espanhola e latina, aritmética e história. Entre este e o mestre se travou logo estreita e sincera amizade (Rumazo, 2004, p. 13).

[1] O'LEARY, Daniel Florêncio. *Memorias*. In: RUMAZO, Alfonso Gonzalez (2004). *Simón Rodríguez, maestro de América: biografia breve*. 2ª ed. Caracas: Ediciones de la presidência de la República.

Mas a contribuição de Rodríguez para a formação intelectual de Simón Bolívar não aconteceu apenas na meninice d'*O Libertador*. Em 1804, os dois se encontraram em Paris/França, aonde Bolívar se retirara na lamentação pela morte de sua esposa, falecida com menos de um ano de matrimônio. Da capital francesa os dois empreenderam viagem pela Europa.

Certa feita Simón Bolívar se encontrava em Roma, no Monte Sacro, com Simón Rodríguez. Depois de conversarem a respeito da situação da Venezuela sob domínio e opressão espanhola, Bolívar diz as seguintes palavras:

> Juro diante de você, juro pelo Deus de meus pais, juro por eles; juro por minha honra e juro pela Pátria, que não darei descanso a meu braço nem repouso a minha alma, até que tenha quebrado as cadeias que nos oprimem por vontade do poder espanhol! (Rodríguez, 2011, p. 16).

O Monte Sacro já era importante historicamente porque foi nesse local, "23 séculos antes [de Bolívar], que consta ter ocorrido o protesto revoltoso dos plebeus contra os patrícios da Roma Antiga, sob a liderança de Sicínio" (Mészáros, 2011, p. 91).

Simón Bolívar, além da influência de Simón Rodríguez e não podendo ficar imune aos acontecimentos revolucionários de seu tempo, buscou saber o que se passava nas nações mais avançadas da época, e destacava sempre a Inglaterra e os Estados Unidos da América, países cujas leis inspiraram discursos de Bolívar. Tomou conhecimento de teorias, idéias e ideais e chegou a trocar correspondência com pelo menos um filósofo da época, o jurista e filósofo utilitarista Jeremy Bentham, "cujas obras Bolívar conhecia profundamente." (Rumazo, 2006, p. 308).

O fato de conhecer profundamente a obra de Bentham impactou tanto Bolívar que, "em janeiro de 1827, Bolívar havia escrito a Bentham desde Caracas, quando se propunha a enviar à Escola de Hazelwood um grupo de jovens para que se beneficiassem com os métodos preconizados pelo utilitarista (Saignes, 2010, p. 521)."

Nos discursos políticos que proferiu e nas proposições de constituições para as novas repúblicas americanas, tinha sempre em mente a idéia de que era necessário oferecer a maior felicidade para a maior quantidade de pessoas – posição perfeitamente utilitarista –, como nesse trecho de *A Carta da Jamaica*, de 06 de setembro de 1815: "...sem dúvida por efeito do instinto que têm todos os homens de aspirar à sua melhor felicidade possível; a que se alcança infalivelmente nas sociedades civis, quando elas estão fundadas sobre as bases da justiça, da liberdade e da igualdade (Bolívar, 2004, p.

59).” É importante ressaltar que a referência a justiça, liberdade, igualdade, na citação, mostra um Bolívar sintonizado com os acontecimentos na França, cujas causas e efeitos servem de parâmetro para *O Libertador* venezuelano.

Em linhas que antecedem o trecho citado acima de *A Carta da Jamaica*, e no mesmo parágrafo, Simón Bolívar escreve, textualmente, o nome de Montesquieu: “É mais fácil, disse Montesquieu, tirar um povo da servidão do que subjugar um povo livre (Bolívar, 2004, p. 59).” Bolívar era, de fato, um homem dado ao contato com pensadores de seu tempo.

> Bolívar tinha também dotes intelectuais. Leitor voraz de clássicos e da literatura emancipadora da França pré-revolucionária, manteve uma volumosa correspondência que revela um homem de agudo engenho e observação. Muitas de suas “cartas abertas” e discursos permanecem como modelos do pensamento político avançado da época (...). Estimulado pela atmosfera revolucionária da época, devorou os trabalhos de Voltaire e de Rousseau e, quando voltou para a Venezuela, em 1807, dedicou-se pessoalmente a seu embrionário e clandestino movimento de independência (Gott, 2004, p. 140).

Apesar de tudo o que lia e de acreditar nas possibilidades de o estado de coisas melhorar na Europa, a Revolução Francesa acabou sendo decepcionante para Bolívar porque os ideais de liberdade e igualdade pareciam se esvair com a coroação de Napoleão Bonaparte. Por isso, no Monte Sacro com Simón Rodríguez, e analisando a história de Roma até aquele momento, Bolívar disse:

> Este povo deu para tudo, menos para a causa da humanidade (...); porém para a emancipação do espírito, para a extirpação das preocupações, para o enaltecimento do homem e para a perfectibilidade definitiva de sua razão, bem pouco, para não dizer nada. A civilização que soprou do Oriente mostrou aqui todas as suas fases, fez ver todos os seus elementos; mas quanto a resolver o grande problema do homem em liberdade, parece que o assunto tem sido desconhecido e que o esclarecimento dessa misteriosa incógnita não há de se verificar senão no Novo Mundo (Rodríguez, 2011, p. 15-16).

Com a tomada da Bastilha em 1789, a França saiu da monarquia de Luís XVI para entrar no reinado de Napoleão Bonaparte, e o povo não ganhou a liberdade nem a igualdade que simbolizavam o movimento. Era, pois, na América onde estava a possibilidade de mudança verdadeira, onde o lema revolucionário francês poderia se realizar na luta contra a opressão espanhola, e em favor da liberdade. E aqui revela conhecer, de Thomas Hobbes, *O Leviatã*, capítulo XIII (Hobbes, 1997), quando escreve, no final do *Discurso de Angostura*: “Não combatendo pelo poder, nem pela fortuna,

nem ainda pela glória, mas tão somente pela Liberdade, títulos de Libertadores são seus dignos galardões (Bolívar, 2004, p. 97).”

É importante destacar que no *Discurso de Angostura*, talvez a peça política mais importante e mais bem acabada de Bolívar, “a influência dos grandes pensadores políticos do século 17 – Rousseau, Voltaire, Montesquieu, como também de Locke – é nítida (Castro, 1973, p. 109)”.

1.2. O pensamento político de Bolívar e suas propostas de Constituição.

No dia 15 de fevereiro de 2011, em sessão especial da Assembléia Nacional (AN) venezuelana, realizada em Ciudad Bolívar (antiga cidade de Angostura), no Estado Bolívar, o presidente da Assembléia Nacional, Fernando Soto Rojas, lembrou que a data era a mesma do famoso discurso realizado por Simón Bolívar na instalação do Congresso de Angostura em 1819, e disse que o discurso de Bolívar “sintetiza a ideia de Estado”[2]. De fato, no *Discurso de Angostura* “a estrutura formal dos novos Estados pode ser identificada (Belloto & Corrêa, 1983, p. 22)”,

Depois de colocar flores diante do busto d’*O Libertador*, Fernando Soto Rojas citou um trecho do discurso de Angostura de Bolívar:

> Dignai-vos conceder à Venezuela um Governo eminentemente popular, eminentemente justo, eminentemente moral, que encarcere a opressão, a anarquia e a culpa. Um Governo que faça reinar a inocência, a humanidade e a paz. Um Governo que faça triunfar sob o império de leis inexoráveis, a igualdade e a liberdade (Bolívar, 2004, p. 100).

Todavia, a influência para a formação do atual Estado venezuelano vai para além de uma proposta ideológica, abstrata, geral. Nos seus escritos políticos, Simón Bolívar propõe claramente como deve funcionar o Estado. Bolívar sugeriu, por exemplo, como deveriam ser divididos os poderes; como deveria funcionar o processo eleitoral; e as bases humanitárias em que deveriam estar fincadas as leis.

> A questão da organização do poder está presente nos escritos de Bolívar, tanto no que se refere ao seu caráter formal, de defesa dos princípios liberais, quanto no que se refere às possibilidades reais de organização e manutenção de um Estado que nascia sob uma pesada carga de compromissos (Belloto & Corrêa, 1983, p. 21).

---

[2]. *Soto Rojas reiteró llamado al diálogo a diputados de la derecha*. Disponível em http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/soto-rojas-reitero-llamado-al-dialogo-a-diputados-de-la-derecha/#.UtJtF71TtMs. Acessdo em 12 de janeiro de 2014.

Dentre os compromissos está o de libertar os escravos, condição imposta pelo então presidente haitiano Alexandre Pétion para enviar tropas em auxílio à campanha de libertação da Venezuela.

Estão entre os mais importantes escritos políticos Simón Bolívar, além do *Discurso de Angostura* (1819), a *Carta da Jamaica* (1815), *Projeto de Constituição da Bolívia* (1826), o *Congresso de Ocaña* (1828) e o *Congresso Admirável* (1830). Aqui, porém, serão apresentados com mais profundidade apenas os três primeiros por serem os mais significativos, não se excluindo a possibilidade de fragmentos de outros documento serem usados. Os comentários abaixo seguem a ordem cronológica dos escritos políticos de Simón Bolívar.

Antes, porém, é necessário destacar que, "ao analisar o pensamento político de Simón Bolívar deve-se ter presente que este foi elaborado no decorrer de uma vida tumultuada (Belloto & Corrêa, 1983, p. 9)", entre batalhas, festas, amores e acontecimentos políticos de toda sorte. Simón Bolívar era um homem que compreendia muito bem o que se passava ao seu redor e tinha clareza sobre as conseqüências de diversas atitudes e decisões tomadas por ele, por seus companheiros, amigos, e também por seus inimigos, seja na América ou na Europa.

> Bolívar escreveu uma dilatada obra formada por mais de três mil cartas e duzentos discursos, arengas e proclamações. Trata-se de uma expressão literária característica de um homem de ação, que se considera primeiro protagonista e chave da mesma (*sic*) e que, em conseqüência, gira em torno a um poderoso subjetivismo que outorga uma peculiar organização a seus escritos de homem de ação e de luta, caminho eleito para alcançar o objetivo imediato da independência política (Sanchez-Barba, 1981, p. 26).

E foi depois de batalhas que Bolívar se refugiou em Kingston, onde redigiu a famosa *Carta da Jamaica*, escrita no dia 06 de setembro de 1815, dirigida a um cidadão de nome Henry Cullen. Na *Carta*, "Bolívar tratou do estado da América espanhola naquele momento histórico e traçou perspectivas futuras dos novos Estados americanos (Belloto & Corrêa, 1983, p. 19)".

Ao escrever esse documento político, Bolívar tinha como objetivo também o de explicar as razões do desejo de independência dos americanos e, com a explicação, obter o apoio inglês para a causa. Bolívar, de maneira quase poética, escreve:

> O véu se rasgou, já vimos a luz e querem nos voltar às trevas: quebraram-se as cadeias; já fomos libertados, e nossos inimigos

> pretendem de novo nos escravizar. Portanto, a América combate com despeito; e raras vezes o desespero não arrastou atrás de si a vitória (Bolívar, 2004, p. 47).

É um trecho idealista, em que o autor exprime sua crença na certeza de mudança pelas circunstâncias que se apresentavam. Ele compreendia que os movimentos tinham levado o povo a perceber que estivera em estado de opressão e submissão e que a partir do momento em que se "rasga o véu" não é mais possível que se escravize o povo, cujo rumo não era outro senão o da vitória inexorável.

Bolívar, contudo, aceitava e desejava o império das leis e a submissão a elas por serem o bastião garantidor da segurança contra a tirania (quando os governos têm muito poder) e contra a anarquia (quando não existem leis que controlem as populações), e compara à situação em que a América vivia sob o jugo colonial.

> Os Estados são escravos pela natureza de sua constituição ou pelo abuso dela; logo um povo é escravo quando o governo por sua essência ou por seus vícios, humilha e usurpa os direitos do cidadão ou súdito. Aplicando estes princípios, descobriremos que a América não somente estava privada de sua liberdade, mas também da tirania ativa e dominante (Bolívar, 2004, p. 53-4).

Essa condição de submissão não é só da América, mas principalmente do povo que nela habitava: "Os americanos no sistema espanhol que está em vigor, e talvez com maior força que nunca, não ocupam outro lugar na sociedade que o de servos próprios para o trabalho, e quando muito o de simples consumidores (Bolívar, 2004, p. 54)."

Na *Carta da Jamaica*, Bolívar se mostra contrário à democracia representativa da maneira como estava ocorrendo na Venezuela. Ele afirma "que as instituições perfeitamente representativas não são adequadas a nosso caráter, costumes e luzes atuais (Bolívar, 2004, p. 59)".

"Em Caracas o espírito de partido tomou sua origem nas sociedades, assembléias e eleições populares; e estes partidos nos levaram de volta à escravidão (Bolívar, 2004, p. 59)", havendo aí uma espécie de desvirtuamento do partido enquanto instituição representativa.

O último parágrafo da página 59 tem muitos pontos importantes do pensamento bolivariano. Primeiramente, e dentro de seu ideal de liberdade, cita Montesquieu, que dissera ser "mais fácil tirar um povo da servidão do que subjugar um povo livre (Bolívar, 2004, p. 59)". Cita ainda o ideal de maior felicidade possível, de

Jeremy Bentham – embora não escreva o nome do pensador inglês no texto –, e o ideal de liberdade e igualdade: "...por efeito do instinto que têm todos os homens de aspirar a sua maior felicidade possível; a que se alcança infalivelmente nas sociedades civis, quando elas estão fundadas sobre as bases da justiça, da liberdade e da igualdade (Bolívar, 2004, p. 59)". Destaque-se que aqui também está a ideia de sociedade civil, em oposição ao estado de natureza, como era comum nas obras de Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau, cada um tendo a sua noção específica do que era esse estado de natureza, havendo, todavia, uma concordância entre eles de que essa era uma base necessária de partida para a compreensão das sociedades.

Simón Bolívar se dizia um liberal. Essa postura está clara em vários trechos de seus textos políticos, como a *Carta da Jamaica*, na qual usa o termo "constituição liberal".

> Quando os sucessos não estão assegurados, quando o Estado é débil, quando as empresas são remotas, todos os homens vacilam: as opiniões se dividem, as paixões se agitam, e os inimigos as animam para triunfar por este fácil meio. Desde que sejamos fortes, sob os auspícios de uma nação liberal que nos preste sua proteção, parecer-nos-á de acordo cultivar as virtudes e os talentos que conduzem à glória: então seguiremos a marcha majestosa até as grandes prosperidades a que está destinada a América meridional; então as ciências e as artes que nasceram no Oriente e ilustraram a Europa, voarão à Colômbia livre que as convidará com um asilo (Bolívar, 2004, p. 68).

Discute, ainda, na *Carta da Jamaica*, qual a melhor forma e o melhor sistema de governo a ser adotado. Apesar de admirar a organização do governo inglês, que entende ser uma mistura de aristocracia e democracia, Bolívar não acredita que isso seja o melhor para a *Gran Colombia*.

No documento foi proposto que se institua um poder executivo eletivo, uma câmara ou senado legislativo hereditário e um corpo legislativo livre de eleição. Essa proposta mais tarde é reformulada e exposta em outros documentos políticos.

Na *Carta da Jamaica* também se encontra a manifestação do pan-americanismo de Bolívar – discutida na terceira parte deste capítulo –, mais tarde apropriado por Hugo Chávez. Mas o *Libertador* já percebia as dificuldades de se criar verdadeiramente uma grande nação. Para ele, isso era mais um ideal do que uma possibilidade exeqüível por razões que ele mesmo esclarece.

Considerado como uma das suas principais obras de Simón Bolívar, o *Discurso de Angostura* traz a concepção de política do Libertador, e há o

reconhecimento da autoridade do Congresso de Angostura, além de tratar da importância de existir um poder central. Bolívar se propõe ainda, no Congresso, a opinar sobre o Projeto de Constituição Republicana para a República da Venezuela e discorre sobre diversos assuntos, desde a organização do Estado, com suas instituições, até sobre como seria uma educação ideal.

Esse texto político é usado por muitos políticos ainda hoje. Não apenas o presidente da Assembléia Nacional, conforme mostrado anteriormente, mas também e principalmente o próprio Hugo Chávez, que em diversas ocasiões usa trechos do *Discurso de Angostura*, como fez no discurso de posse em 1999, quando usou o primeiro parágrafo do discurso de Bolívar: "Ditoso o Cidadão que sob o escudo das armas de seu mando convocou a Soberania Nacional, para que exerça sua vontade absoluta (Bolívar, 2004, p. 71)!"

A fim de evitar a tirania, Bolívar defende que o poder deva ser limitado, não só pela divisão, como propunha Montesquieu, mas também pela interrupção de continuidade. Bolívar lembra que:

> A continuação da autoridade em um mesmo indivíduo frequentemente tem sido o fim dos governos democráticos. As repetidas eleições são essenciais nos sistemas populares, porque nada é tão perigoso como deixar o poder permanecer largo tempo em um mesmo cidadão. O povo se acostuma a lhe obedecer e ele se acostuma a mandar, donde se origina a usurpação e a tirania (Bolívar, 2004, p. 73).

A tirania é um assunto muito marcante para Bolívar, tanto porque está relacionado com o ideal de liberdade de Rousseau como também pelo fato de a Venezuela estar, naquele momento, em luta contra o poder colonial da Espanha. Por isso, *O Libertador* afirma que "a natureza na verdade nos dota ao nascer do incentivo da liberdade (Bolívar, 2004, p. 76)" – trecho marcadamente rousseauniano. Também por essa razão é que ele escreve que "só a democracia, em meu conceito, é susceptível de uma absoluta Liberdade (Bolívar, 2004, p. 77)." E quando pensava em liberdade, levava em conta as pessoas e o país: "Amando o mais útil, animada do mais justo, e aspirando ao mais perfeito a se separar a Venezuela da Nação Espanhola, recobrou sua Independência, sua Liberdade, sua Igualdade, sua Soberania Nacional (Bolívar, 2004, p. 77)."

Conquistada a liberdade, o país, para se organizar, precisava ter um conjunto de leis adequadas ao povo que viverá sob o jugo delas, postulado que Bolívar indica textualmente ter ido buscar no *Espírito das Leis*, de Montesquieu. Assim, a

convocatória para o congresso de Angostura era importante porque era o povo venezuelano que deveria, naquele momento, escrever sua própria constituição.

Bolívar escreve que a Constituição do país deveria oferecer a todos a igualdade política, porque para ele os homens nascem com direitos iguais, embora sejam diferentes por natureza. A natureza faz os homens desiguais, mas "as Leis corrigem esta diferença porque colocam o indivíduo na sociedade para que a educação, [...] as virtudes, lhes dêem uma igualdade fictícia, propriamente chamada política e social (Bolívar, 2004, p. 82)." Ou seja, o Estado liberal, porém, proporciona ao indivíduo a igualdade de oportunidade.

No discurso proferido no congresso de Angostura, Bolívar mais uma vez leva em consideração a ética utilitarista e defende que "o sistema de Governo mais perfeito é aquele que produza a maior soma de felicidade possível, maior soma de seguridade social e maior soma de estabilidade política (Bolívar, 2004, p. 82)."

Mas a felicidade não se dá sob o despotismo, que ainda permanecia como um traço espanhol incorporado pelas populações americanas, fato que Bolívar percebia já em seu tempo.

> As relíquias da dominação espanhola permanecerão largo tempo antes que cheguemos a dissipá-las: o contágio do Despotismo impregnou nossa atmosfera, e nem o fogo da guerra, nem o específico de nossas saudáveis Leis, purificaram o ar que respiramos. Nossas mãos já estão livres, e, todavia, nossos corações padecem das dolências da servidão. O homem, ao perder a Liberdade, dizia Homero, perde a metade de seu espírito (Bolívar, 2004, p. 82).

Era necessário, pois – se se quisesse mudar profundamente a sociedade que vinha sendo formada pelo colonizador espanhol –, transformar esse traço característico do homem americano. "Necessitamos da igualdade para refundar, digamos assim, como um todo, a espécie dos homens, as opiniões políticas e os costumes públicos (Bolívar, 2004, p. 83)", escrevia Bolívar, ao propor que, com esse novo homem, pudesse-se manter a República, que deveria ter as seguintes características:

> Um Governo Republicano tem sido, é e deve ser o da Venezuela; suas bases devem ser a Soberania do Povo, a divisão dos Poderes, a Liberdade civil, a proscrição da Escravidão, a abolição da monarquia e dos privilégios. (Bolívar, 2004, p. 83)

Nesse ponto, Simón Bolívar dá o tom ético da República da Venezuela. Concorda que a República deva permanecer como sistema de governo; entende, bebendo na fonte de Rousseau, que a Soberania do Povo deve ser uma das bases dessa

organização social; que é mister, em acordo com Montesquieu, haver a divisão de poderes para evitar a concentração de poder e a consequente geração da tirania; e, finalmente, a liberdade e a justiça devem grassar em todo o corpo social e político da República, daí a "Liberdade civil, a abolição da escravidão, das monarquias e dos privilégios". Para Simón Bolívar, essa liberdade e justiça advêm de leis justas, adequadas ao caráter do povo, como já apontado acima. Tais leis formarão o arcabouço jurídico da República e são elas que darão ao governo seu caráter excelente: "a excelência de um Governo não consiste em sua teoria, em sua forma, nem em seu mecanismo, mas em ser apropriado à natureza e ao caráter da Nação para a qual se instituiu (Bolívar, 2004, p. 85)."

Sendo Liberal e aceitando o utilitarismo, e depois de discorrer sobre diversos países e constituições várias, Bolívar oferece ao congresso de Angostura a Constituição britânica como modelo de constituição a ser seguido.

> Quando falo do Governo Britânico só me refiro ao que tem de Republicano; e na verdade, pode-se chamar Monarquia um sistema no qual se reconhece a soberania popular, a divisão dos Poderes, a Liberdade civil, de Consciência, de Imprensa, e quanto é sublime na política? Pode haver mais Liberdade em alguma espécie de República? E pode-se pretender mais na ordem social? Eu os recomendo esta Constituição como a mais digna de servir de modelo a quantos aspiram ao gozo dos direitos do homem e a toda a felicidade política que é compatível com nossa frágil natureza (Bolívar, 2004, p. 85).

Embora possa parecer contraditório um republicano oferecer como modelo de constituição para seu país aquela de outro país cujo sistema de governo é uma monarquia, Bolívar deixa claro na passagem acima que, em essência, o governo britânico segue os preceitos de uma República. Para ele, monarquia era quase sinônimo de tirania, pois, sob o jugo da coroa espanhola, a cujo serviço se praticaram muitas atrocidades, não se podia ter outra compreensão. Na atualidade, Bolívar apenas diria que a Constituição da Grã-Bretanha é democrática porque garante os direitos fundamentais do homem, como a Liberdade, o gozo dos direitos e a igualdade política, além de ser compatível com a natureza do homem americano.

Aliás, a Democracia era já uma busca de Bolívar, embora compreendesse que ela tivesse falhas: "Assim como nenhuma forma de Governo é tão débil como a Democrática, sua estrutura deve ser da maior solidez, e suas instituições devem ser observadas para que haja estabilidade (Bolívar, 2004, p. 91)."

Conquanto tenha sido o anelo de muitas "Repúblicas" ao longo dos séculos, Bolívar sabia que não era possível se obter democracia absoluta, e, ainda que se lograsse tal êxito, isso não seria o bom. As leis existem exatamente para pôr limites, pois poder absoluto leva à tirania, e liberdade absoluta leva à anarquia. Nas palavras de Bolívar: "Para formar um Governo estável se requer a base de um espírito nacional, que tenha por objeto uma inclinação uniforme até dois pontos capitais, moderar a vontade geral, e limitar a autoridade pública (Bolívar, 2004, p. 93)." Ou seja, Bolívar crê na estabilidade gerada por um governo estável, que imponha a liberdade limitada pela lei, que é a liberdade civil, sem a qual "as demais são nulas (Bolívar, 2004, p. 96)."

Além disso, "Bolívar considerava a igualdade 'a lei das leis' (Mészáros, 2011, p. 92)", conforme o trecho abaixo:

> As garantias mais perfeitas têm-se estabelecido: a liberdade civil é a verdadeira liberdade; as demais são nominais, ou de pouca influência com respeito aos cidadãos. Tem-se protegido a segurança pessoal, que é o fim da sociedade, e da qual emanam as demais. Quanto à propriedade, ela depende do código civil que vossa sabedoria deveria compor logo, para a alegria de nossos concidadãos. Tenho conservado intacta a lei das leis, a igualdade: sem ela perecem todas as liberdades, todos os direitos. A ela devemos fazer os sacrifícios. A seus pés tenho posto, coberta de humilhação, a infame escravidão (Bolívar, 2004, p. 118).

É uma postura verdadeiramente avançada para seu tempo, pois, como lembra István Mészáros:

> Isso se passou várias décadas antes de ser levantada e parcialmente resolvida a questão humana vital da emancipação dos escravos na América do Norte. Os Pais Fundadores da Constituição dos Estados Unidos nunca tiveram a mínima preocupação, nem em seu espírito nem em seus corações, em acabar com o desumano sistema da escravidão, do qual eles mesmos se beneficiavam (Mészáros, 2011, p. 92).

Aqui, Simón Bolívar passa a apontar os caminhos para se estabelecer uma República ideal. Como descrito acima, para ele é necessário que haja o limite da lei para o povo e o governo; que o ideal de unidade seja como um *telos* – sobretudo em razão da fragmentação que já existia na América Latina de então –; e que Moral e Luzes – a educação popular – sejam os pólos da República, como as primeiras necessidades. Em outras palavras, "a arquitetura da Constituição bolivariana deveria coroar-se com uma instituição que velasse pela moral e a educação públicas (Sanchez-Barba, 1981, p. 29)", ideal que foi tomado por Hugo Chávez, criando um quinto poder a partir da

Constituição de 1999, o Poder Cidadão, e tomou como um dos motores da "revolução" bolivariana o que chama de "moral e luzes".

Bolívar propõe de fato, textualmente, um Poder Moral no Congresso de Angostura:

> Meditando sobre o modo efetivo de regenerar o caráter e os costumes que a tirania e a guerra nos têm dado, senti-me com a audácia de inventar um Poder Moral, sacado do fundo da obscura antigüidade, e daquelas olvidadas Leis que mantiveram, algum tempo, a virtude entre os Gregos e Romanos. Bem pode ser tido por um cândido delírio, mas não é impossível, e eu me lisonjeio que não desdenhareis inteiramente um pensamento que melhorado pela experiência e as luzes, possa chegar a ser muito eficaz (Bolívar, 2004, p. 96).

Ao final do Discurso, ele oferece aos legisladores o arremate do seu ideal de República:

> Dignai-vos, Legisladores, acolher com indulgências o professar de minha consciência política, os últimos votos de meu coração e os rogos fervorosos que em nome do povo me atrevo a dirigir-lhes. Dignai-vos conceder à Venezuela um Governo eminentemente popular, eminentemente justo, eminentemente moral, que encarcere a opressão, a anarquia e a culpa. Um Governo que faça reinar a inocência, a humanidade e a paz. Um Governo que faça triunfar sob o império de Leis inexoráveis, a igualdade e a Liberdade (Bolívar, 2004, p. 100).

Apresentado por Bolívar, esse ideal de República se repete no *Projeto de Constituição da Bolívia* (1826) com várias semelhanças pontuais com o texto do Congresso de Angostura. No projeto se levam em consideração ideias de pensadores e filósofos, principalmente Montesquieu, que serve de base para que Bolívar proponha maiores avanços na estruturação legal do Estado.

Assim como em Angostura, no *Projeto de Constituição da Bolívia* Simón Bolívar se preocupa com a tirania e a anarquia: "A tirania e a anarquia formam um imenso oceano de opressão, que rodeia uma pequena ilha de liberdade, combatida perpetuamente pela violência das ondas e dos furacões que a arrastam sem cessar para submergi-la (Bolívar, 2004, p. 109)."

Bolívar toma de Montesquieu a ideia de divisão dos poderes e avança, propondo a divisão dos poderes em quatro: executivo, legislativo, judiciário (até aí nada de novo) e o eleitoral (Bolívar, 2004, p. 110). O último é uma inovação também incorporada à Constituição da Venezuela de 1999.

Nesse projeto, Bolívar desenha ainda um sistema eleitoral semelhante ao dos Estados Unidos, prevendo inclusive a existência de colégios eleitorais e de delegados. Para cada 10 cidadãos existiria um eleitor: "Cada dez cidadãos nomeiam um eleitor, com o que se encontra a nação representada pelo décimo de seus cidadãos (Bolívar, 2004, p. 110)."

Defende, ainda, que o governante deva saber ler, escrever, ser ético e não precisa ser rico, excluindo aqui a prática do voto censitário, prevista no Brasil na Constituição de 1824: "Saber e honradez, não o dinheiro, requer o exercício do Poder Público (Bolívar, 2004, p. 110)."

No *Projeto* defende o bicameralismo, funcionando da seguinte maneira: "A primeira Câmara é de Tributos e goza da atribuição de iniciar as leis relativas à Fazenda, Paz e Guerra. Ela tem a inspeção imediata dos ramos que o Executivo administra com menos intervenção do legislativo (Bolívar, 2004, p. 111)." A Segunda Câmara é composta por Senadores, que formam "os códigos e regulamentos eclesiásticos e velam sobre os tribunais e os cultos (Bolívar, 2004, p. 111)", e cumprem a tarefa de escolher "os prefeitos, os juízes do distrito, governadores, corregedores, e todos os subalternos do departamento de justiça (Bolívar, 2004, p. 111)", dentre outras funções, como a de escolher os censores, cujo trabalho é analisar se as leis estão de acordo com a religião.

Ainda de acordo com o *Projeto*, O presidente da República nomeia o vice-presidente, exatamente como ocorre atualmente na Venezuela, podendo, inclusive, haver mais de um vice-presidente.

Mesmo sendo contra a concentração de poder nas mãos de um só homem, Bolívar aqui defende que o presidente da República deve ser vitalício, com direito a escolher seu sucessor. Essa posição é criticada por alguns, que apontam que nesse momento Bolívar havia mudado de posição sobre o tema da manutenção do poder nas mãos de um só homem por muito tempo, situação a que se opõe no Congresso de Angostura.

Outro ponto relevante é sobre a segurança do Estado e o uso da força. Bolívar divide as forças armadas em quatro partes: os exércitos de linhas, esquadra, milícia nacional e resguardo militar. Cada uma dessas forças tem sua função, não podendo extrapolar para outros campos.

Escreve, claramente, no *Projeto de Constituição*, que "o destino do exército é guarnecer a fronteira" (Bolívar, 2004, p. 117), tirando assim qualquer perspectiva de

que essa força seja usada para reprimir a população, por isso, em continuação, assevera: "Deus nos preserve de que volte suas armas contra os cidadãos (Bolívar, 2004, p. 117)!"

Não obstante, essa postura pacífica não invalida o uso da força por parte do Estado. *O Libertador* tem consciência de que "sem responsabilidade, sem repressão, o Estado é um caos (Bolívar, 2004, p. 117)". A repressão, a fim de manter a ordem, é exercida pela milícia nacional.

As tropas de resguardo trabalham para guarnecer a fronteira contra a guerra de fraude, em outras palavras, protege o país de espionagem e de intrusões indevidas. A esquadra, embora a Bolívia tivesse pouco mar, era vista com importante porque Bolívar acreditava que algum dia seria possível que o país ganhasse mais acesso ao mar. Essas forças seriam garantidoras da sociedade boliviana, fundada na segurança individual de cada cidadão, na liberdade civil e na igualdade.

Essa proposta de Constituição para a Bolívia é feita a pedido do congresso da Bolívia, presidida pelo Marechal Antonio José de Sucre, logo após a independência, quando o país deixa de se chamar Alto Peru e, homenageando *O Libertador*, passa a se chamar Bolívia. Contudo, Simón Bolívar tinha a consciência adquirida da leitura de Montesquieu – e já expressa no congresso de Angostura – de que a lei deve retratar o povo com sua moral e seus costumes. Por isso, ao final do *Projeto de Constituição*, ele afirma que: "a Constituição da Bolívia deveria ser reformada em períodos segundo o exige o movimento do mundo moral (Bolívar, 2004, p. 117)."

A liberdade idealizada por Bolívar vai para além do direito de ir e vir ou de comercializar. Ele também imaginava que a liberdade deveria se estender às questões de religião.

> Em uma Constituição política não se deve prescrever um credo religioso, porque segundo as melhores doutrinas sobre as leis fundamentais, estas são as garantias dos direitos políticos e civis: e como a religião não toca a nenhum destes direitos, é de natureza indefinível na ordem social e pertence à moral intelectual. A Religião governa o homem na casa, no gabinete, dentro de si mesmo: só ela tem direito de examinar sua consciência íntima. As leis, ao contrário, miram a superfície das coisas: não governam senão fora da casa do cidadão (Bolívar, 2004, p. 119).

Não pode haver lei sobre a religião porque a religião é em si mesma uma lei. Para Bolívar, "a religião é a lei da consciência. Toda lei sobre ela é nula, porque impondo a necessidade ao dever, tira o mérito à fé, que é a base da religião (Bolívar, 2004, p. 119)."

Mesmo tendo escrito que "em meio a este mar de angústias não fui mais do que um vil joguete do furacão revolucionário que me arrebatava como uma débil palha (Bolívar, 2004, p. 71)", Bolívar tinha consciência do seu papel nos acontecimentos na América Latina, sabia que não era uma palha débil, mas alguém que interferia no processo de maneira decisiva, lutando em armas e oferecendo as bases legais e ideológicas para as nascentes nações filhas da luta bolivariana.

No Congresso de Angostura, Bolívar disse que "a escravidão é a filha das trevas; um povo ignorante é instrumento cego de sua própria destruição (Bolívar, 2004, p. 75)," e essa temática se repete nas últimas páginas do *Projeto de Constituição para a Bolívia*, quando afirma que "a infração de todas as leis é a escravidão: a que a consagra seria a mais sacrílega (Bolívar, 2004, 118)." Essa posição desagradava a muitos, entre os quais vários dos que contribuíram com as lutas de independência.

Para além da semelhança acima apontada, existem diferenças a serem observadas entre o que se propõe no *Congresso de Angostura* (1819) e o *Projeto de Constituição para a Bolívia* (1826). As diferenças se marcam pelos sete anos decorridos entre os dois momentos assim como pela própria situação em que os dois foram escritos, "do tudo por fazer em 1819 ao tudo feito e glória de 1826 (Sanchez-Barba, 1981, p. 30)". De acordo com este mesmo autor, Simón Bolívar:

> ...com respeito à elaboração da Constituição da Bolívia se sentiu abertamente inclinado ao modelo napoleônico, inclusive na introdução de um quarto poder: o eleitoral; o que, por outra parte, implica o propósito de atrair as fontes de opinião federativas e ultrademocráticas, que haviam ficado tão fortemente condenadas no Discurso de Angostura. O Legislativo ficava integrado por três câmaras: tribunos, senadores e censores; o Executivo se constituía por um presidente e três secretários de Estado, sendo o presidente vitalício e com direito de designar seu sucessor; por último, o Judiciário, quis que fosse absolutamente independente do Executivo (...) (Sanchez-Barba, 1981, p. 30).

O *Projeto de Constituição da Bolívia*, escrito pelo próprio Bolívar para estruturar o Estado que estava sendo criado e que levava seu nome como homenagem, em consonância com Sanchez-Barba e de acordo com Castro (1973), oferecia uma constituição que não era "democrática, no sentido de instituir um governo do povo, pelo povo e para o povo (Castro, 1973, p. 172)", principalmente em se considerando o que Bolívar propusera em Angostura.

> Se em Angostura, em 1819, ele se mostrava influenciado pelo modelo britânico, desta vez o figurino era o primeiro Consulado francês. Não o governo de um homem só, mas o equilíbrio de poderes, já agora

> quatro ao invés de três (...). O direito de voto só seria dado aos que soubessem ler e escrever (o que excluía a massa indígena), embora não dependesse da posse de bens privados (Castro, 1973, p. 172).

Bolívar estava como protagonista em meio à formação de um Estado nacional que ele imaginara e pelo qual pugnara durante praticamente toda sua vida adulta. Era preciso, pois, definir o rumo que o futuro Estado iria seguir no que se refere a sua estruturação e organização, qual sistema e qual forma de governo o Estado nascente iria abraçar.

> No desenvolvimento desses projetos, tornou-se inevitável o confronto de duas proposições políticas: monarquia e república. Todo o seu projeto político inicial fundava-se na valorização da república e dos princípios liberais em detrimento da monarquia (...); por outro lado, buscava por modelo e apoio efetivo uma nação – a Inglaterra – organizada dentro de princípios monárquicos (Belloto & Corrêa, 1983, p. 27).

Na visão de Bolívar, pelas características de liberdade que oferecia a seus cidadãos, a Inglaterra, apesar de ser uma monarquia, tinha todos os instrumentos de liberdade típicos de uma República. Bolívar associava monarquia sempre com poder forte, centralizado, pouca liberdade, opressão, imperialismo e poder de submissão. Todavia, as campanhas militares e todo o embate político que teve de enfrentar na busca por unificar os povos contra o colonizador espanhol e em favor da independência mostraram que, pelo menos naquele momento, não se podia dar um rumo diferente ao da centralização do poder e de outros institutos que permitissem realizar a unificação da Grande Colômbia.

> Embora de início parecesse fora de dúvida a valorização da instituição republicana nos projetos bolivarianos, nas etapas finais da campanha militar essa convicção já não era tão firme. (...) Suas idéias sobre poder centralizado e forte, sobre a duração, o caráter hereditário e vitalício do poder se acercava muito mais das instituições monárquicas do que das republicanas (Belloto & Corrêa, 1983, p. 27).

Só seria possível levar todos aqueles territórios fragmentados a se unir sob um só governo, tornando a todos um só povo, ou, em outras palavras, para se criar o Estado nacional imaginado por Bolívar, mister era ter um poder superior a todos os outros juntos que regulasse as ações entre os homens para que fosse possível a convivência em respeito mútuo, conforme imaginava Thomas Hobbes (1997).

No projeto de constituição da Bolívia, escrito em 1826, quatro anos antes da morte do Libertador, algumas posições deste já estavam diferentes, aceitando-se inclusive a manutenção do poder nas mãos de uma só pessoa por muito tempo.

> ...outras disposições estabeleciam a vitaliciedade do cargo de presidente e o privilégio deste de nomear seu sucessor; a hereditariedade do cargo de vice-presidente, o qual também acumulava as funções de primeiro-ministro. Ambas as disposições, por si só – considerando sobretudo que a segunda possibilitava a concentração do poder nas mãos de uma só família –, seriam suficientes para caracterizar um Estados monárquico (Belloto & Corrêa, 1983, p. 28).

A concentração de poder nas mãos de um só ou de poucos constituía cada vez menos uma preocupação para Bolívar, pois estava mais e mais convicto de que o Estado se baseia na força e de que "a violência não é, evidentemente, o único instrumento de que se vale o Estado – não haja a respeito qualquer dúvida –, mas é seu instrumento específico (Weber, 1998, p. 56)."

Como entendem Rosenmann e Cuadrado (2008, p. 66), "para Bolívar, a união do Estado só podia ser obtida através de um poder permanente e vitalício, do qual desaparecessem as assembléias e as eleições populares".

1.3. Bolívar antiimperialista e panamericanista.

Uma das posições que mais caracterizaram a atuação política de Bolívar, e que passou a ser mais amplamente apropriada por Hugo Chávez, é o fato de o Libertador ter assumido uma postura antiimperialista e panamericanista. Entre as muitas referências que Chávez faz a Bolívar está a passagem a seguir escrita na Carta da Jamaica: "Eu desejo mais que outro alguém ver formar na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riquezas que por sua liberdade e glória (Bolívar, 2004, p. 60)".

Bolívar defendia que os povos americanos, com a mesma origem cultural, tendo todos igualmente passado por um processo de exploração por parte de potências estrangeiras, principalmente as iberoamericanas, e compartilhando, pois, as mesmas condições e falando a mesma língua e professando a mesma crença, poderiam se unir sob um único poder e, assim, oporem-se ao explorador e dominador.

Essa postura de Bolívar era amplamente conhecida já em seu tempo e chega até os nossos dias por meio de seus discursos, registrados ao longo da vida do Libertador, mas especialmente na famosa Carta da Jamaica, já em parte comentada.

Na *Carta da Jamaica* se encontra a seguinte manifestação do pan-americanismo de Bolívar, mais tarde apropriado por Hugo Chávez: "É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o mundo novo uma única nação com um único vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo (Bolívar, 2004, p. 65)."

> Desde os seus primeiros escritos, Bolívar demonstrou uma acentuada preocupação pela solidariedade entre as novas nações. Na "Carta da Jamaica", por exemplo, procurou desenvolver a idéia de uma liga voluntária de nações americanas. Qual seria o objetivo dessa associação? Ela visaria, antes de mais nada, a preservação das conquistas efetivadas até então e teria um caráter defensivo, uma vez que o inimigo comum, o espanhol, embora derrotado, ainda possuía bases na América, como Cuba (Belloto & Corrêa, 1983, p. 25).

Essa liga voluntária não anularia a soberania e a autodeterminação de cada Estado. Ou ainda, como indica Sanchez-Barba sobre este mesmo documento, "a idéia da *Carta da Jamaica* é a de uma união de índole confederativa entre as repúblicas hispano-americanas (Sanchez-Barba, 1981, p. 27)."

Para se opor ao explorador, para fazer frente ao colonizador forte, potente, era necessário também ter força, mas esta só viria por meio da união entre os povos americanos desejosos de liberdade.

Todavia, o Simón Bolívar já percebia as dificuldades de se criar verdadeiramente uma grande nação que unisse todos os povos americanos. Para ele, isso era mais um ideal do que uma possibilidade exeqüível por razões que ele mesmo esclarece.

> Já que tem uma origem, uma língua, os costumes e uma religião, [a América] deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que tenham de se formar; mas não é possível porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, caracteres diferentes dividem a América. Quão belo seria se o istmo do Panamá fosse para nós o que o de Corinto foi para os gregos (Bolívar, 2004, p. 65)!

O desejo de usar o Panamá como local onde a América poderia vir a se entender por ser o ponto de ligação entre as Américas se torna realidade. De fato, em 1826 ocorre o *Congresso do Panamá*, convocado por Simón Bolívar.

"O Congresso do Panamá inaugurou-se em 22 de junho de 1826 (Castro, 1973, p. 176)", mas o desejo se torna realidade apenas geograficamente, já que politicamente o evento não passou de um grande fracasso, pois ao istmo poucas nações compareceram. "Em suma, só quatro repúblicas americanas se fizeram representar: Peru, Colômbia, México e Guatemala; a Bolívia chegou tarde demais (Castro, 1973, p. 177)".

"No decorrer da campanha da libertação, os novos Estados foram adquirindo também a consciência das suas individualidades e, portanto, da sua autonomia (Belloto & Corrêa, 1983, p. 26)," e isso foi dificultando e tornando cada vez mais distante o sonho do *Libertador*, porque essa tomada de consciência fez nascer a vontade que levou à busca da formação de Estados nacionais, sendo a Venezuela um exemplo disso, e a uma posição de autonomia, soberania e autodeterminação que impossibilitou até a criação de uma confederação de nações livres.

> O que realmente tocava a alma do Libertador era a idéia de uma federação das novas nações livres da América hispânica. A isso dedicou o principal de suas energias na segunda metade de 1826. No Congresso do Panamá deveria tomar corpo seu sonho pan-americano (Castro, 1973, p. 176).

Não foi o que aconteceu, apesar de as ideias discutidas serem avançadas e de os Estados que compareceram terem assinado um documento com base no qual passariam a integrar suas ações.

> Depois de 23 dias de reunião, o Congresso aprovou os termos de um tratado de aliança, aberto a todas as nações americanas, que deviam ter exército e uma esquadra a sua disposição. Foi também aprovada a criação de uma assembléia representativa dos Estados federados, que reuniria cada dois ou três anos, ou, em caso de guerra, anualmente (Castro, 1973, p. 177).

O fracasso do Congresso do Panamá não tirou do Libertador o desejo de criar uma união de Estados que fizesse frente ao poder externo. "Apenas viu malograda essa idéia, Bolívar lançou-se a outra: a União ou Federação dos Andes, que incluiria a Colômbia, o Peru e a Bolívia (Castro, 1973, p. 178)". Também não funcionou.

Por que a Carta da Jamaica traz essa preocupação libertária? Ora, o documento foi escrito depois de Bolívar ter tido de se ausentar de sua terra e dos campos de batalha para continuar na luta. Foi também o momento em que Bolívar percebe que, contraditoriamente, necessitava de ajuda externa para combater o inimigo externo.

> O primeiro grande documento analítico devido à reflexão de Bolívar é, sem dúvida, a *Carta da Jamaica*, escrita em trágicas condições de desterro e, por acréscimo, em um momento histórico em que a causa da independência hispanoamericana parece perdida irremediavelmente (Sanchez-Barba, 1981, p. 27).

A situação em que a Carta da Jamaica foi escrita releva ainda outras contradições internas e externas ao processo de libertação empreendido por Bolívar, conforme se lê abaixo, com o perdão da extensão da citação.

> Na idealização do futuro da América, projetava o que ele chamou de "a maior nação do mundo". A proposta de formação de um grande Estado – que, segundo sua concepção, deveria ter a estabilidade e a extensão próprias das monarquias – aliada às suas pretensões republicanas e de soberania nacional, revela a contradição interna em que se via mergulhado. Ao falar em nação, Bolívar tinha em mente a união das várias tendências políticas contra o inimigo do momento, o espanhol. Contudo, sua própria viagem à Jamaica fora motivada, em parte, pela desunião interna na Nova Granada. Ao discorrer sobre as tendências políticas dos Estados em formação, ele demonstrava não desconhecer o grande problema com o qual se defrontava na realização de seu projeto, qual seja, a ação desagregadora das oligarquias locais. Ao contrário, mostrava ter plena consciência disso e insistia na possibilidade de formação de uma grande nação americana. Assim, as soluções que emergem da "Carta da Jamaica" são a união interna, sem vacilações, e o apoio externo de uma grande nação (Belloto & Corrêa, 1983, p. 19).

Todo o esforço de Simón Bolívar provocou reações diferentes em seu tempo e ao longo da história. São reações que vão desde uma crítica forte, talvez até injusta, de Karl Marx por meio de um texto escrito para uma enciclopédia em 1857, até uma postura de praticamente culto e veneração ao Libertador.

Karl Marx tinha Bolívar como um homem de atitudes reprováveis, covarde, que não se importava em imolar seus inimigos, ávido pelo poder, que não aceitava outras lideranças além da sua e incapaz de administrar as suas conquistas – e nisso Chávez se parece com Bolívar –. Além disso, Bolívar tinha como praxe certa chantagem emocional, renunciando várias vezes ao cargo e depois retomando o poder.

"Para fortalecer seu poder cambaleante, Bolívar convocou uma assembleia em 1º de janeiro de 1814, composta pelos habitantes mais influentes de Caracas, e lhes declarou já não estar disposto a suportar o fardo da ditadura (Marx, 2008, p. 38)", escreve o alemão.

Na compreensão do autor de O Capital, por meio da Carta da Jamaica Simón Bolívar se apresenta como "...vítima de algum inimigo ou facção secretos e

defendendo sua fuga da aproximação dos espanhóis como uma renúncia ao comando, feita por deferência à paz pública (Marx, 2008, p. 41).”

Essa descrença de Marx nas boas intenções e nos propósitos do Libertador não era sem fundamento, mas baseada em fatos históricos contundentes. Marx, por exemplo, “...via em Bolívar um arremedo do bonapartismo, ou, melhor dizendo, um tipo de ditador bonapartista (Aricó, 2008, p. 8).”

> ...o artigo de Marx é esclarecedor das posições ideológico-políticas de Bolívar, e mostra um aristocrata com ânsias de poder e submetido às paixões terrenas. Situa o personagem e não desconhece o valor de uma luta social pela independência e defensora dos princípios anticoloniais do direito de autodeterminação. Só que não os atribui a Bolívar (Rosenmann & Cuadrado, 2008, p. 65).

Essa postura de Marx pouco simpática ao Libertador pode estar relacionada com o fato de Bolívar acreditar que “...a união do Estado só pode ser obtida através de um poder permanente e vitalício, do qual desaparecem as assembléias e as eleições populares (Rosenmann & Cuadrado, 2008, p. 65)”, reforçando assim o Estado, instrumento de dominação das classes dominantes cuja utilização foi profundamente criticada por Marx.

Apesar das críticas de Marx, Bolívar passou para a história mais como uma figura a ser cultuada e serviu de argumento para governos de qualquer ponto do espectro ideológico. A posição que o Libertador ocupa na cultura venezuelana tem feito com que ele serva de legitimador para quem o abraça e o apresenta como modelo intelectual, moral e ideológico.

Damas (1991) esclarece bem quais os efeitos que Simón Bolívar, como modelo, tem provocado na Venezuela nos últimos duzentos anos e pode ainda provocar na sociedade conforme seja usado por aqueles que o tomem na dianteira de suas ações.

> A vivência adaptada do herói o permite gozar de um raro privilégio histórico: uma sorte de crédito aberto que o faz abarcar com sua significação os feitos mais distantes e até dissimiles, sempre e quando seja possível fazê-los encaixar, de alguma maneira, na projeção eternamente aberta dessa vigência. Neste processo os feitos negativos ou contraditórios são vistos como simples acidentes, ou são sensivelmente ignorados. Só interessam, para o efeito final, aqueles que se inscrevem na linha favorável do enfoque. Desta maneira, o herói adquire o sentido de permanente e incessante realização, na medida em que o que se considera seu legado encontre eco em situações ou feitos atuais. Isto fica particularmente claro no que toca à vigência de Bolívar como impulsor de um novo tipo de relações entre as nações latino-americanas (Damas, 1991, p, 27).

Damas (1991) ainda aponta outras conseqüências do culto a Bolívar e de como o personagem foi apropriado, de formas diferentes, por pessoas e setores sociais os mais diversos. "A presença deste fenômeno de adaptação no culto bolivariano teve como conseqüência a aparição de diversas atitudes nos fiéis, mas todas baseadas na aceitação dessa vigência (Damas, 1991, p. 32)", revela. Para este autor, existem algumas atitudes que merecem destaque, das quais se destacam três:

> a) **Os herdeiros:**[3] corresponde àqueles que se sentem e atuam como administradores e desfrutadores do culto. Zelosos de sua integridade, reverentes até o simplismo, fazem gala de um sólido sentido anti-histórico que os leva a negar de pronto a transformação do teatro histórico em que se encontra encravado o culto, seu culto.
> b) **Os continuadores:** não menos zelosos e ortodoxos que os anteriores, mas com uma intenção ativa, que os leve a se constituir em uma espécie de cruzados-realizadores dos ideais bolivarianos. Formam o corpo de vanguarda do bolivarianismo oficial e mostram uma intolerância agressiva e missionária.
> (...)
> g) **Os reivindicadores:** convencidos do mau uso que se tem feito de Bolívar, crêem haver descoberto seu bom uso, e partem ao resgate do herói para converta-lo em estandarte de novas causas. Exibem de passagem uma escassez ou uma debilidade de sentido histórico, e uma não menor carência de recursos próprios, que acaba por igualá-los com seus adversários, aos que consideram, não obstante, detentores da glória de Bolívar (Damas, 1991, p. 32-33).

Essas três "atitudes de fé" foram separadas porque são as que mais parecem descrever, pelo menos aproximadamente, a maneira como o presidente Hugo Chávez se mostra com relação a Bolívar. Não há dúvida de que ele se apresenta como herdeiro do herói, a ponto de transplantar os feitos e ditos de Bolívar, realizados e professados em tempos de guerra e de formação de estados nacionais mediante guerras, para os tempos de "Revolução" Bolivariana e de Socialismo do Século XXI, assuntos discutidos mais adiante.

Várias declarações de Chávez repetem a condição assumida pelo presidente de continuador de Bolívar. Chávez não apenas seria o herdeiro, mas também o continuador, como se guardasse um tesouro sagrado numa arca.

Como reivindicador o próprio Chávez afirmou:

> ...temos sido capazes de plantar o conceito bolivariano na alma das pessoas a tal ponto que a oligarquia que costumava se chamar bolivariana não quer mais ser associada a Bolívar. Eles tinham seqüestrado Bolívar e agora ele está de volta com o povo (Harnecker, 2005, p. 106).

[3] Grifos de Nabupolasar Alves Feitosa.

A “Revolução” Bolivariana, de acordo com Chávez, mostrou-se capaz de resgatar a deidade do mau uso, ou do uso profano que era feito de Bolívar. Agora, o novo Bolívar é socialista e representa a democracia almejada por todos, uma democracia em que se leva a maior felicidade possível ao maior número possível de pessoas.

Bolívar também combateu com veemência o imperialismo, sobretudo porque estava tentando libertar a Grande Colômbia do domínio da Espanha, país cujas possessões estavam espalhadas pelo mundo e era um caso típico de império, com poder de subjugar os povos.

Contudo, pode-se afirmar que na verdade o general caraquenho apresentava uma postura contrária ao imperialismo espanhol ou a qualquer imperialismo que pudesse mais tarde se virar contra a Grande Colômbia.

Quando Bolívar foi designado para ir até a Inglaterra, país imperialista, em busca de reconhecimento para a nova nação, foi-lhe imposto o objetivo de buscar o reconhecimento, mas levando a seguinte mensagem: “a Venezuela aderirá sempre aos interesses gerais da América e estará pronta a se conformar com o voto da pluralidade de todas as partes livres do império espanhol (Pidival, 2006, p. 45)”. Ou seja, Bolívar era antiimperialista seletivo: combatia o imperialismo espanhol e pedia ajuda ao imperialismo inglês.

Todavia, Bolívar também percebeu que os Estados Unidos da América se mantinham em uma postura de expectador das revoluções que estavam acontecendo na América do Sul, demorando inclusive a reconhecer as novas nações, como a Venezuela, que só teve sua independência reconhecida pelos EUA em 1822, apesar de o pedido ter sido formulado em 1910.

Diante de tudo que observava, em 05 de agosto de 1829, em Guayaquil, Simón Bolívar escreve a Patrício Campbel: “Os Estados Unidos parecem destinados pela providência a infestar a América de miséria em nome da liberdade (Pidival, 2006, p. 156)”, dessa forma “mostrando uma grande visão quanto à tendência preponderante do desenvolvimento histórico, que chega a nossos dias (Mészáros, 2011, p. 92)”.

Não é de surpreender que Bolívar tenha desagradado a tantos, pois nas antigas colônias espanholas, ainda infestadas de saudosos dos tempos de império espanhol, os feitos de Bolívar mudavam o estado de coisas. O desagrado em terras norte-americanas não era diferente:

> Quanto a seus adversários dos Estados Unidos da América do Norte, que se sentiram ameaçados pelo alastrar do seu conceito iluminado de igualdade – tanto internamente como na gestão das relações interestados –, não hesitaram em condená-lo e apelidá-lo de "o perigoso louco do sul" (Mészáros, 2011, p. 94).

Algumas contradições se revelam dessa atitude antiimperialista de Simón Bolívar, que podem passar sem ser notadas aos menos atentos, uma vez que uma das características que mais se louvam no Libertador é o seu combate ao imperialismo.

A primeira situação está relacionada com a sua admiração pela Inglaterra, país cujo império chegou a ser tão vasto que se costumava dizer que sobre ele o sol nunca se punha. Esse é um dos maiores impérios que o mundo já conheceu, rivalizando com o Romano e não muito diferente do que se chama atualmente de "império dos Estados Unidos".

Quando do pedido de reconhecimento da Colômbia por parte de Inglaterra, Bolívar chega mesmo a oferecer vantagens para que aquele país estabeleça seu império sobre o comércio.

> Com estes socorros põe-se a coberto o resto da América do Sul e ao mesmo tempo se pode entregar ao governo britânico as províncias do Panamá e Nicarágua, para que forme destes países o centro do comércio do universo por meio da abertura de canais, que, rompendo os diques de um e outro mar, aproximem as distâncias mais remotas e façam permanente o império da Inglaterra sobre o comercio (Pidival, 2006, p. 163-164).

Quando faz sua proposta de Constituição, Bolívar oferece como modelo a da Inglaterra, país ao qual recorreu quando necessitou de ajuda para combater os espanhóis e para onde rumava quando a doença o impediu de embarcar para encontrar a morte em solo colombiano.

Bolívar também admirava Napoleão Bonaparte, homem com sede de conquistas e que chegou a aterrorizar boa parte da Europa. A viagem da família real portuguesa para o Brasil é o exemplo mais eloqüente do poder que Napoleão exerceu no continente. A admiração de Bolívar por Bonaparte chegou a ser percebida por diversas pessoas já durante a vida do Libertador, que usava roupas que lembravam aquelas do homem que se autocoroou.

O Brasil, no tempo de Bolívar, além de ser um império no nome, era também assim considerado pelas outras nações de seu tempo. Mesmo assim, o país foi convidado a participar do Congresso do Panamá, convocado por Bolívar em 07 de

dezembro de 1824, que ocorreria de 22 de junho a 15 de julho de 1826. Também receberam o convite Inglaterra, Holanda e França, todos países imperialistas.

Pode-se ainda supor que se a Grande Colômbia tivesse se tornado esse grande Estado pan-americano sonhado por Simón Bolívar, poderia ela mesma vir a ser também um império, com práticas talvez semelhantes aos da Espanha, sob o comando do próprio Bolívar.

O parágrafo acima, porém, é apenas suposição. O que se pode afirmar com tranqüilidade é que "apesar de seu trágico isolamento final, a contribuição de Bolívar para resolver alguns dos maiores desafios de seu tempo, e num sentido bem identificável também do nosso, é monumental (Mészáros, 2011, p. 95)".

"Quase sempre, Bolívar defendeu a democracia, a igualdade e a liberdade, em um tempo em que ditaduras, oligarquias e injustiça social reinavam por toda a América Latina (Jones, 2008, p. 50)", além disso, para milhões de latino-americanos, "Bolívar representa o líder que tentou superar as divisões de classe e de raça, que tentou conceder direitos a uma grande fatia da humanidade que continua oprimida (Harvey, 2010, In: Jones, 2008, p. 51)."

Assim, Simón Bolívar dá às gerações futuras, mas principalmente a Hugo Chávez, a inspiração de como enfrentar lutas, como obter vitórias, como governar um país, e a certeza de que, se quiser mesmo mudar o país, é necessário refundar a República, com novos valores e novas leis, a começar pela Constituição. Como fez Bolívar quando libertou a *Gran Colómbia* dos espanhóis, assim fez Chávez ao conquistar o poder em 1999. Mas essa mudança não acontece só a partir das eleições de 1998, sendo, pois um processo que se inicia logo depois do ingresso de Chávez nas fileiras militares, quando passa a estudar a história da Venezuela e cria o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (número em referência aos 200 anos da independência da Venezuela), que é o próximo assunto.

CAPÍTULO 2

2. Formação política de Hugo Chávez (1971-1998).

A seiva bolivariana chega a Hugo Chávez muito cedo, formando no futuro presidente da República Bolivariana da Venezuela um seguidor incansável, adorador fiel e, até certo ponto, continuador de Simón Bolívar na atualidade.

O Libertador se torna nos dias de Hugo Chávez o centro aglutinador de toda uma sociedade, mas, obviamente, Bolívar não é a única fonte de onde Chávez bebeu para sua formação intelectual, que inclui pensadores políticos, sobretudo da esquerda – ou bastante utilizados pelos movimentos de esquerda –, como Karl Marx, Plekhanov, Lênin, Che Guevara, István Mészáros, entre outros.

O presente capítulo traz, pois, na primeira parte, uma explanação da formação política de Hugo Chávez, a partir das primeiras influências infanto-juvenis, quando já tem seus primeiros contatos com leituras comunistas.

Na segunda parte, a discussão gira em torno da formação militar de Hugo Chávez, que se inicia com seu ingresso em 1971 na academia militar, onde o futuro presidente descobre suas potencialidades comunicativas e sua liderança.

A terceira parte do capítulo joga luz sobre a influência de Simón Bolívar no Movimiento Bolivariano Revolucionário – 200 (MBR-200), número em referência aos 200 anos da independência da Venezuela, conquistada por Bolívar. O movimento começou nos quartéis e teve em Hugo Chávez seu principal articulador. A ideia principal do movimento era mudar radicalmente o país, imerso em corrupção. Era necessário mudar não só as pessoas, os governos, mas, principalmente, o ordenamento jurídico, razão por que a mais importante conquista, para o movimento, seria escrever uma nova Constituição para o país e enterrar a de 1961, escrita depois da queda do ditador Marcos Pérez Jiménez, em 1958.

A luta do MBR-200 se estende até a eleição de 1998, passando por momentos importantes na histórica política do país, como o *Caracazo*, em 1989, e o levante militar levado adiante por Hugo Chávez em 04 de fevereiro de 1992, até chegar a entregar uma nova constituição ao povo venezuelano no final de 1999.

2.1 A infância pobre, seu primeiro mentor e as primeiras leituras marxistas e bolivarianas.

Quando ganhou projeção nacional e internacional, Hugo Rafael Chávez Frías já carregava consigo a bandeira de Simón Bolívar, repetindo de cor trechos de escritos deixados pelo *Libertador* e se declarando bolivariano. Simón Bolívar ressurgia assim pelos braços de Hugo Chávez como o modelo a ser seguido, cujas ideias deveriam ser estudadas e cujo esforço como general e estadista deveria ser não apenas levado em consideração, mas como exemplo a ser copiado.

De fato, depois de 1999, Bolívar deixou de ter seu nome associado apenas a praças, ruas e avenidas, passando a constar em diversas ocasiões, documentos e instituições, desde o nome do país, que passou a se chamar oficialmente República Bolivariana da Venezuela, até o nome da orquestra sinfônica e do satélite venezuelano, enviado ao espaço em cooperação com o governo chinês.

Essa ligação com Bolívar começa ainda muito cedo. Chávez conta que seu herói na infância não era o super-homem, mas Simón Bolívar. Talvez essa preferência se deva às condições em que Chávez vivia, sem ter acesso a televisores, por exemplo.

Hugo Rafael Chávez Frías nasceu em Sabaneta, estado de Barinas, em 28 de julho de 1954, filho de Hugo de los Reyes Chávez e Elena Frías de Chávez. O casal vivia no lugarejo de Los Rastrojos. Naquele tempo, era comum que crianças mais velhas de famílias muito grandes e pobres passassem a morar com os avós, que ajudavam a criá-las.

Por conta do trabalho e das condições materiais de existência, os pais de Hugo Chávez tinham de se socorrer de Rosa Inés, avó paterna de Hugo Chávez, para cuidar dos filhos Adán e Hugo.

Na casa de Rosa Inés, os netos tinham algumas tarefas. Uma das tarefas de Chávez era vender doce de mamão para ajudar no orçamento. Adán não gostava dessa atividade, mas para Chávez era um contentamento. Rosa Inés fazia *arañas* recobertas com açúcar, que Rosa fazia "com fatias finas de mamão, que cozinhava, banhava em açúcar e depois montava em forma de aranha (Jones, 2008, p. 25)." Chávez vendia os produtos feitos pela avó durante os intervalos das aulas e "depois da escola e nos fins de semana, percorria o vilarejo vendendo-os para moradores que assistiam às rinhas de galo (Jones, 2008, p. 35)."

As dificuldades financeiras eram tantas que Chávez mal tinha roupas para ir à escola.

> No primeiro dia na escola de ensino fundamental Julián Pino, a um quarteirão da casa da avó, Hugo apareceu usando um esfarrapado par de sandálias de corda. A maior parte dos outros estudantes usava calçados fechados e eles não demoraram muito a ridicularizá-lo. Hugo voltou para casa chorando, o que fez com que Rosa também chorasse de vergonha e frustração. Com a ajuda da família e de amigos, conseguiu juntar dinheiro suficiente para comprar um par de sapatos para Hugo (Jones, 2008, p. 24).

Em meados dos anos 60, Adán e Hugo Chávez se mudam com a avó Rosa Inés (figura mais importante para Hugo Chávez do que a própria mãe) de Sabaneta para Barinas a fim de realizar os estudos secundários.

> Os meninos e a avó passaram a morar em uma casa que ficava de frente à casa de uma família cujo patriarca era um homem erudito, de baixa estatura, chamado José Esteban Ruíz Guevara. Fundador do Partido Comunista em Barinas, Ruíz Guevara era historiador e detentor de uma grande biblioteca e da maior coleção de livros sobre Bolívar na cidade. Dos seus filhos, um chamava-se Friedrich Engels e o outro, Vladimir Lênin (Jones, 2008, p. 35).

Essa aproximação foi o primeiro contato de Chávez com assuntos relacionados com o comunismo e os movimentos de esquerda, mas não chegou a ser um momento de catequização de Ruiz Guevara sobre os filhos e o visitante Hugo Chávez, havendo possivelmente apenas alguma influência indireta do pensamento do comunista sobre Chávez, fato diferente do que se informa no livro *Hugo Chávez Sin Uniforme* (Marcano & Barrera Tyszka, 2005).

> "Olhem, jovens, leiam aquele livro ali." E eles o seguem com o olhar até *O Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau e *O Príncipe* de Maquiavel. "Com Maquiavel fiz uma observação. Disse-lhes: Tragam-me a edição comentada por Napoleão, que é a interessante. De resto, sugeria-lhes literatura mais ou menos similar, sobre todos os processos políticos." Também os introduz ao pensamento político venezuelano do século XVIII "de tal maneira que se foram compenetrando com o problema sócio-político nosso". Talvez intimidado pela erudição política de Ruiz Guevara, seu corrosivo senso de humor e sua extinção; ou somente porque então era assim, Hugo assiste atento e quase mudo àquela aula informal. De tal maneira que eles o que faziam era me ouvir e de repente diziam: uh-hum..." (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 55-56).

Essa afirmação foi contrariada pelos próprios filhos de Ruíz Guevara, como certa vez afirmou Vladimir: "Meu pai não nos sentava como um padre para nos dar

lições sobre o comunismo", declarou (Jones, 2008, p. 36). Hugo Chávez, todavia, não esconde ter sido influenciado por Ruiz Guevara, mas isso só ocorre depois:

> ...a verdadeira influência se deu mais tarde, quando tinha 20 e poucos anos e, tendo se formado na academia militar, ficou servindo em Barinas. "Houve, então, uma troca intensa com Ruíz Guevara", contou. "ele foi uma referência moral, política e ideológica. Muitas de nossas discussões centravam-se em Bolívar, Zamora, Maisanta e outras figuras políticas da Venezuela (Jones, 2008, p. 36).

Aceite-se que, de fato, os momentos com Ruiz Guevara não tenham ocorrido com esse tom professoral, mas ninguém nega que Chávez tenha tido contato com idéias políticas frequentando a casa desse homem, que chegou a ser preso por suas posições políticas.

Ruiz Guevara ainda acrescenta: "Outra coisa que insinuei bastante foi que lessem Karl Marx, marxismo, pois. Ao fim e ao cabo, disse-lhes, não é uma ciência política, é uma ciência econômica, mas há que se falar das duas coisas (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 59)." "Dei muita ênfase a dois personagens: Napoleón Sebastián Arteaga, um barinês que foi ideólogo da revolução federal (1840-1850), e necessariamente, Ezequiel Zamora (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p, 59)", complementa Ruiz.

Ezequiel Zamora passará a ser uma das figuras mais importantes na vida de Hugo Chávez e se torna uma das suas maiores referências no tocante à formação política do povo venezuelano. O *slogan* zamorano "Terra e Homens Livres" se torna tema de uma da *Gran Misión AgroVenezuela*, que tem por finalidade incrementar a produção agrícola no país.

Como o próprio Chávez já declarou em várias ocasiões, na sua primeira juventude o futuro presidente não tinha qualquer pretensão política. O desejo de Chávez era ser jogador de beisebol, e foi por isso que se interessou por entrar nas fileiras militares depois de uma palestra de um militar na escola que freqüentava. Imaginava que, indo para Caracas, onde teria de cursar a academia militar, poderia encontrar os meios de se profissionalizar como jogador. A decisão final veio depois que um amigo cadete, de Barinas, confirmou que se jogava beisebol na academia, sob a direção de dois ídolos desse esporte na Venezuela.

Chávez realiza os testes preliminares em Barinas, vai a Caracas para outros testes, mas sua deficiência em química criou um complicador. Para compensar seu baixo rendimento nessa disciplina, foi dada a chance de o candidato, tendo habilidades

desportistas, se submeter a uma prova prática. Como rebatedor no jogo de beisebol Chávez finalmente obtém seu ingresso na *West Point* venezuelana.

2.2 Os dias de caserna: formação intelectual e influências.

A ligação ideológica mais intensa e madura de Hugo Chávez com Simón Bolívar ocorre quando das aulas de história na academia militar, na qual Chávez ingressa em 08 de agosto de 1971, aos 17 anos de idade, juntamente com outros 374 cadetes. Por meio do Plano Andrés Bello[4], o governo venezuelano fez uma ampla reestruturação na academia militar, cujos cursos passaram a ter grau universitário. "Eu sou membro da primeira turma do que é conhecido como o Plano Andrés Bello. (...) Estudávamos ciência política e começamos a nos interessar em teoria militar (Harnecker, 2005, p. 23)", disse Chávez em entrevista.

Em entrevista a Heinz Dieterich, Hugo Chávez rememora os dias na academia e as lições sobre Bolívar:

> Éramos a primeira geração de militares universitários porque a Academia Militar, no ano em que entrei, foi elevado ao nível universitário. (...) A partir desse marco de formação que estávamos recebendo os bolivarianos: a integração, a democracia, aquela de Bolívar, de que o melhor sistema de governo é o que dá a felicidade a seu povo (Dieterich, 2007, p. 53).

As aulas de história do tenente-coronel Jacinto Pérez Arcay, professor de história militar e filosofia, eram, para Chávez, as que mais lhe tocavam e foram, de fato, as que mais influência tiveram na formação bolivariana do futuro presidente venezuelano.

> Quando menino e adolescente, na escola, Chávez não teve muitas aulas sobre o Libertador. Mesmo assim, "em vez do Super-Homem, meu herói era Bolívar", afirmou certa vez. Agora, incentivado por Arcay e por outros, mergulhou mais profundamente na vida daquele que libertara seis países sul-americanos do domínio espanhol e se transformara em um ícone na Venezuela (Jones, 2008, p. 42).

Praticamente não havia um discurso público de Hugo Chávez em que não citasse um pensamento ou um fato da vida de Simón Bolívar, e esse conhecimento

[4] Andrés Bello (1781-1865) foi filósofo, jurista e educador venezuelano, e um dos professores de Simón Bolívar.

vinha de muitas horas de estudos e leituras sobre a vida e a obra do *Libertador* e sua obra.

> Chávez acalentou mais do que uma paixão passageira por Bolívar. A fascinação transformou-se em uma tão profunda devoção que chegou às raias da obsessão. Começou a ler tudo o que conseguia obter a respeito do Libertador. Depois de soar o sinal das 21 horas, na academia, quando se exigia silêncio, ele costumava regressar às salas de aula vazias, onde os cadetes tinham autorização para ficar até as 23 horas a fim de estudar. Muitas vezes Chávez permanecia ali até mais tarde, ocasionalmente caindo no sono sobre a mesa, onde alguém o encontraria com a cabeça inclinada sobre um livro aberto (Jones, 2008, p. 42).

O Plano Andrés Bello deu aos cadetes a oportunidade de estudar não apenas os livros relacionados com o mundo bélico e sobre Simón Bolívar, mas também liam autores cujo estudo numa academia militar em praticamente todos os outros países latino-americanos da época seria inimaginável. Nomes como Karl Marx, Friedrich Engels, Ernesto "Che" Guevara, Mao Tsé-Tung, para citar apenas alguns, proibidos para militares de direita na América Latina, eram lidos e estudados na Venezuela.

Em uma longa entrevista concedida por Chávez ao canal *Encuentro* (Presidentes de Latinoamerica, 2010)[5], uma TV pública argentina, como parte da série de reportagens intitulada *Presidentes de Latinoamerica*, Chávez conta que, ao se formar na academia militar, em 05 de julho de 1975, saiu da academia com um rifle em um braço e embaixo do outro carregava um livro de Che Guevara. "Saí convertido em um soldado rebelde", conclui Chávez.

Além das leituras, tiveram forte impacto sobre Chávez algumas situações que vivenciou, como a pobreza presenciada por ele nos *barrios* de Caracas, o luxo das elites protegidas pelas forças armadas, e o despropósito de manter uma guerra de guerrilha que não tinha mais razão de existir. Chávez relata dois momentos, nos anos 70, quando militares torturaram um camponês por achar que fosse guerrilheiro, e o dia em que guerrilheiros atacaram soldados do exército venezuelano quando não havia mais confronto. Os dois episódios impactaram Chávez, que relembra:

> "Então, esse ano, 1977, eu, rebelde contra uma situação [o exército que massacrava a população campesina supondo serem guerrilheiros] e contra a outra [guerrilheiros matando soldados do exército venezuelano], disse: vamos ver o que acontece aqui. E comecei então

[5] Também em www.youtube.com/watch?v=qntiMFDghpc. Acessado em 26 de janeiro de 2011. A tradução das falas de Hugo Chávez, bem como dos textos cujos originais são em espanhol ou em inglês, foram feitas pelo autor deste trabalho.

> a organizar grupos de soldados com a ideia bolivariana (Dieterich, 2007, p. 56).”

De fato, Chávez passou a montar esses grupos e, depois de ter organizado, em 1977, o Exército de Libertação do Povo Venezuelano (ELPV), criou, em 17 de dezembro de 1982, o EBR-200. Esta sigla representava “as ideológicas para o grupo: Ezequiel Zamora, Simón Bolívar e Simón Rodríguez. Ele também significava Exército Bolivariano Revolucionário. O 200 era para o 200º aniversário de nascimento de Simón Bolívar, em 1783 (Wilpert, 2007, p. 16).”

Para participar do grupo, era necessário se fazer o mesmo juramento de Bolívar no Monte Sacro. Mais tarde, pelo contato com civis, o grupo foi renomeado por Chávez que trocou o nome Exército para Movimento, passando a ser, então, o Movimento Bolivariano Revolucionário 2000 (MBR-200), que viria a se transformar no partido político MVR, pelo qual Chávez disputaria a Presidência da República em 1998.

No dia 17 de dezembro de 1982, depois de um discurso na base militar de Maracay, em homenagem a Simón Bolívar (que morreu nesse mesmo dia, em 1830), Hugo Chávez, sabendo do efeito das suas palavras de tom revolucionário, aceitou o convite do amigo Felipe Antonio Acosta Carles para saírem. Jesús Ernesto Urdaneta Hernández e Raúl Isaías Baduel foram juntos. Os quatro chegaram à famosa árvore Samán de Güere sob a qual Simón Bolívar teria dormido antes da triunfal batalha de Carabobo, em 1821. Ali, os quatro evocaram as palavras de Bolívar no Monte Sacro em 1805, fazendo uma pequena alteração:

> Juro pelo Deus de meus pais, juro pela minha nação, juro pela minha honra que nunca permitirei à minha alma descansar, nem ao meu braço relaxar, enquanto não tiver rompido os grilhões dos poderosos que oprimem meu povo. Eleições livres, terras livres e homens livres. Horror à oligarquia (Jones, 2008, p. 83).

A expressão terra e homens livres e horror à oligarquia foram tomadas de Ezequiel Zamora, mais um dos heróis nacionais. Nesse momento, nasce o Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200), que mais tarde se transforma no partido Movimento V República (MVR), que desde o começo “foi concebido como uma frente eleitoral e não como uma organização disciplinada com vínculos com a sociedade civil (Ellner, 2004, p. 26)”.

Chávez não esconde que Bolívar é a unidade ideológica agregadora, que une o país em torno de um ideal. Por isso ele diz: “... essa é a nossa bandeira ideológica

deste momento: o bolivarianismo; não Bolívar como um Deus, mas Bolívar-homem, Bolívar-revolucionário (Dieterich, 2007, p. 43-4).”

Esse sentimento bolivariano já se espalhou por todo o país. Estudantes visitam a casa de Simón Bolívar todos os dias no centro de Caracas, onde se encontram objetos pessoais do Libertador e o ataúde de chumbo no qual o corpo de Bolívar havia sido fechado. Não é apenas o Bolívar histórico que aparece, mas principalmente o Bolívar que propôs uma América unida e independente, ou seja, o Bolívar político. Daí Chávez afirmar que “... neste momento na Venezuela sem dúvida alguma (...) caíram as sementes bolivarianas de novo em terra fértil (Dieterich, 2007, p. 44).”

Na composição do Estado a violência é fundamental, mas, como lembra o Professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (2011a), “até para ser exercida com eficácia deve se imbricar com um poderoso subsistema ideológico”, e Simón Bolívar funciona como essa espécie de subsistema ideológico necessário para a legitimação do Estado venezuelano, o Estado Bolivariano, ou, melhor ainda, do Estado chavista.

Em entrevista dada no seu primeiro ano de governo, ao ser perguntado sobre criar um projeto ideológico próprio, Chávez respondeu:

> Fizemos um grande esforço para articular ideias originais autóctones nossas, para impulsionar um projeto com raízes ideológicas, para ideologizar o projeto, e creio que conseguimos isso. Até certo ponto, falta muito por fazer nesse sentido, para dar-lhe força ideológica: que a ideia seja um motor, uma ideia motriz, uma ideia força, como a chamam também. Isso é a ideologia. Se a ideologia não move é morta. Não é ideologia política transformadora (Dieterich, 2007, p. 64).

Por essa razão, Hugo Chávez, um homem inteligente e com um projeto de poder na cabeça, percebeu muito cedo que usar Simón Bolívar como o centro ideológico no qual todos se reconheceriam poderia resultar em frutos por ele buscados, como revela na entrevista concedida à filha de Ernesto “Che” Guevara, Aleida Guevara, quando diz: “Então minhas relações com o movimento eram, acima de tudo, pessoais. Eu continuei trabalhando mas dentro de um perfil Bolivariano e nacional e percebi que isto poderia, verdadeiramente, penetrar nas forças armadas, como semente em solo fértil (Guevara, 2005, p. 70)”.

Além disso, em termos weberianos, ao associar sua imagem com a de Simón Bolívar, Hugo Chávez, que se apresenta como herdeiro, continuador e reivindicador do Libertador, busca exercer a dominação tradicional.

> Denominamos uma dominação *tradicional* quando sua legitimidade repousa na crença na santidade de ordens e poderes tradicionais

> ("existentes desde sempre"). Determina-se o senhor (...) em virtude de regras tradicionais. A ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui a tradição. (...) Não se obedece a estatutos, mas à *pessoa* indicada pela tradição ou pelo senhor tradicionalmente determinado (Weber, 2000, p. 148).

Para conseguir esse feito, Hugo Chávez tem procedido de maneira a criar, ou recriar, toda uma tradição ideológica de heroísmo, patriotismo e grandiosidade a partir de Bolívar e de todos aqueles que ao lado deste lutaram, como poderão entrar no Panteão Nacional Chávez os que ao seu lado militaram.

Quem visita Caracas hoje em dia inevitavelmente passa a conhecer os heróis fundadores do país, tendo como figura central Simón Bolívar. Já no Aeroporto Internacional Simón Bolívar, no salão da imigração, antes de mostrar o passaporte e a carteira de vacinação contra febre amarela, veem-se pendurados banners de Simón Bolívar e dos próceres da independência, além de uma foto, maior do que os banners, em que figura Hugo Chávez abraçado com várias crianças.

No teleférico de Warairarepano, que leva ao Parque Nacional El Ávila, o ponto turístico mais belo de toda a Capital, todos os carrinhos têm a foto e o nome de algum herói, incluindo mulheres, negros e índios, que lutaram ao lado de Bolívar.

Todos os dias, centenas de pessoas, principalmente de escolas e universidades, visitam a casa de Simón Bolívar, num vai e vem frenético de estudantes anotando tudo o que veem e tudo o que ouvem. Em outros tempos, a casa era apenas um local turístico. Os guias turísticos dizem que durante muito tempo as pessoas mal sabiam quem tinha sido Bolívar, ao passo que hoje até citam passagens heroicas do Libertador.

Na Av. El Libertador, próximo a uma grande estátua de Bolívar, foram colocados bustos dos principais nomes que inspiram a "Revolução" Bolivariana, como o argentino Ernesto "Che" Guevara, ladeado pelas bandeiras da Argentina e de Cuba, e o brasileiro Abreu e Lima, ao lado do qual tremula a flâmula brasileira.

A partir do momento em que assume o poder, Hugo Chávez inicia um extraordinário trabalho de resgate da memória histórica dos grandes heróis e feitos nacionais na luta de libertação da Venezuela e dos outros países da América do Sul, contra o imperialismo espanhol e em benefício de índios, negros, mestiços e todos aqueles que habitavam as terras da Grande Colômbia, visando não necessariamente à formação de uma grande América Latina como um só país, uma confederação, unida pelos problemas semelhantes, pela língua e pelo passado histórico comum de opressão

sofrida com a presença do império espanhol, mas que essas nações tivessem projetos e ações em comum, unindo força para se impor diante do resto do mundo, o que de fato vem ocorrendo depois da formação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Uma das primeiras atitudes de Hugo Chávez como presidente no trabalho de resgate da memória histórica de Simón Bolívar foi mudar o nome do país para República Bolivariana da Venezuela e fazer constar na nova Constituição que o país se fundamente no ideário de Bolívar:

> O primeiro Título da Constituição, referido aos princípios fundamentais, consagra a condição livre e independente da República Bolivariana da Venezuela; condição permanente e irrenunciável que se fundamenta no ideário de Simón Bolívar, o Libertador, seu patrimônio moral e os valores de liberdade, igualdade, justiça e paz internacional (República Bolivariana da Venezuela, 2009, p. 6).

Em 2010, no momento em que técnicos e cientistas abriam o sarcófago do Libertador para exumar o corpo, Chávez, em tom solene, quase de veneração sacerdotal, dizia: “Aqui estão teus filhos”.

Na sua visita ao Brasil em 06 de junho de 2011, o presidente venezuelano encerrou sua fala inicial citando Bolívar. Segundo o presidente, em 1830, quando já próximo de morrer, ao receber o primeiro embaixador que o Brasil enviou à Colômbia, Bolívar, depois de ler a carta levada pelo diplomata, disse: “O Brasil é a maior garantia que nos enviou a providência para assegurar e garantir a continuidade e permanência de nossas nascentes repúblicas”.

As referências a Bolívar e aos próceres estão por toda parte. Para eles o governo reformou, em 2011, o Panteão Nacional, onde estão os bustos e as homenagens aos grandes nomes da independência do país.

Na Venezuela chavista atualmente muito se faz em torno da figura desses grandes homens e mulheres. O dinheiro se chama Bolívar e os rostos nas cédulas são dos heróis, sendo que o de Simón Bolívar está na nota de 100, que é a maior. Missões levam os nomes dessas pessoas, como [Samuel] Robinson (Simón Rodriguez, preceptor de Bolívar), [José Félix] Ribas, [Antonio José de] Sucre; as cabines dos teleféricos servem de *outdoors* ambulantes levando imagens dos heróis; mas principalmente frases, ditos e escritos são a verdade a que se apegam, sendo Simón Bolívar praticamente o homem cujas palavras são verdade incontestável.

Estando o mito agora redivivo, vem a fase de associação de Bolívar e Chávez, não só pelas palavras e ações deste, mas até mesmo pelo programa de educação ideológica que o país tem hoje chamado *Moral y Luces*[6], em referência às palavras de Bolívar no Discurso de Angostura, de 15 de fevereiro de 1819. Bolívar sentencia: "A educação popular deve ser o cuidado primogênito do amor paternal do Congresso. Moral e luzes são os pólos de uma República, moral e luzes são nossas primeiras necessidades (Bolívar, 2004, p. 94)." Nesse programa estuda-se o pensamento de Bolívar e o pensamento de Hugo Chávez, este sempre se apresentando e sendo apresentado como defensor e continuador do ideário de Simón Bolívar.

Todas as vezes em que aparece na TV, Chávez tem perto de si uma imagem de Bolívar. Quando aparece no Balcão do Povo, uma das sacadas do Palácio Miraflores, aparece atrás de Chávez um quadro praticamente do mesmo tamanho da porta por onde surge o presidente. Para fazer frente à imprensa contrária a seu governo, Hugo Chávez cria um jornal diário editado pelo governo com o nome *Correo Del Orinoco – La Artilleria Del Pensamiento*, mesmo nome de um veículo criado por Bolívar e que circulou de 1818 a 1822 para também fazer frente a um jornal que pertencia à Coroa espanhola. Como indica Weber, as ações do Senhor tradicional já trazem uma base de legitimidade. Portanto, o que se faz ou se cria em nome desse senhor ou imitando o senhor, no caso aqui analisado Chávez em nome do Senhor Bolívar, já chega com a probabilidade de ser considerado legítimo. "É impossível (...) 'criar' deliberadamente um novo direito ou novos princípios administrativos mediante estatutos (Weber, 2000, p. 148)", é preciso ter a legitimidade oferecida pela tradição. Não basta criar a lei ou editar uma nova Constituição. É preciso que ela esteja em acordo com a sabedoria do Senhor. Quando Chávez propôs que a Constituição de 1999 previsse a existência de cinco em vez de três poderes, fê-lo baseado na proposta de Bolívar para uma constituição da Bolívia (Bolívar, 2004, p. 107). "Criações efetivamente novas só podem legitimar-se, portanto, com a pretensão de terem sido vigentes desde sempre ou *reconhecidas* em virtude do dom de 'sabedoria' (Weber, 2000, p. 148)", que é o caso da proposição de Chávez.

Depois de 12 anos no poder enaltecendo os feitos de Bolívar e repetindo suas falas, as pessoas na Venezuela já associam Chávez ao Libertador. Quase ninguém

---

[6] Ver FEITOSA, N. A (2011). *Educação Bolivariana***.** Revista Ponto-e-Vírgula, 10, p. 134-149. Disponível em http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n10/artigos/pdf/pv10-11-feitosa.pdf. Acesso em 26 de outubro de 2013.

imagina que as intenções de Bolívar não fossem as de oferecer ao povo uma vida melhor, digna, com liberdade e autonomia. Esse tem sido o discurso de Chávez, que, também pela figura e pelas palavras de Bolívar, tem agido e mudado a vida das pessoas com ações concretas, ainda que outras ações sejam questionáveis.

Outras influências sobre Chávez são Juan Velasco Alvarado, presidente do Peru de 1968 a 1975, e Omar Efraín Torrijos Herrera, presidente do Panamá de 1972 a 1978 (um líder que tinha o poder de colocar e tirar presidentes e que já era uma liderança no país desde os anos 50). Torrijos controla o poder político no Panamá até sua morte em 1981. "Entre 1971 e 1973, chega ao exército venezuelano um grupo de cadetes panamenhos, entre eles um filho do General Omar Torrijos (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 71)", que narram a experiência panamenha como governo nacionalista, falam dos feitos de General Torrijos e da luta do país em retomar o Canal do Panamá. A presença do grupo impactou profundamente o jovem Hugo Chávez, que passou a conhecer as ações do presidente panamenho.

> Torrijos sentia-se indignado com a corrupção das elites políticas e com as desigualdades relativas à distribuição de renda entre uma minúscula classe alta e as massas pobres. Também desprezava o papel que os militares se viam obrigados a desempenhar, papel de manter o sistema no lugar, e desprezava o controle indireto exercido pelos Estados Unidos sobre o Panamá (Jones, 2008, p. 55).

Impacto ainda maior sobre Hugo Chávez foi conhecer de perto o governo de Juan Velasco Alvarado.

> "Em 1974, Chávez viaja com nove companheiros a Lima para participar da celebração dos 150 anos da Batalha de Ayacucho, com a qual se selou a independência do Peru. (...) Velasco os presenteia um livro azul[7] de bolso, *A Revolução Nacional Peruana*, que se converte para Chávez em livro de cabeceira e um tipo de fetiche. Desde então o carrega na maleta que usa até ser preso no levante de 1992, quando o extraviam (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 71)".

Foi inspirado nesse livro que Chávez mandou imprimir milhares de exemplares da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, um dos quais Chávez carregava no bolso e o exibia em público em diversas ocasiões. Hoje em dia, em lojas de souvenir existem bonecos do presidente Chávez, com cerca de 30 cm de altura, com uma "constituição" em uma das mãos. A influência de Juan Velasco Alvarado sobre Chávez, na verdade, começa antes mesmo da partida para o país vizinho. "No dia

[7] Mais tarde o livro de pensamento de Hugo Chávez, a sua cartilha ideológica, também se chama o livro azul, a exemplo do livro verde de Kadafi ou do livro vermelho de Mao.

em que descobriu ter sido escolhido para a viagem, Chávez dirigiu-se à biblioteca da academia para começar a se informar sobre o que estava acontecendo no Peru. E o que descobriu chamou-lhe a atenção (Jones, 2008, p. 53)", conta o biógrafo.

> Um general nacionalista, chamado Juan Velasco Alvarado, liderara uma revolução de nome Plano Inca. Adotando um padrão que Chávez e seus aliados repetiriam duas décadas e meia depois, um grupo de oficiais progressistas das Forças Armadas peruanas, insatisfeito com a corrupção disseminada e com a situação deteriorada do país, realizou um golpe em 1968. (...) Nacionalizou as empresas de petróleo e desapropriou as fazendas de cana-de-açúcar. Implementou um amplo programa de reforma agrária. Transformou o quéchua, a língua falada pela população indígena e pobre do altiplano andino, na língua oficial do país. Desapropriou jornais conservadores e encorajou a participação de trabalhadores na direção de empresas estatais. Contrariando Washington, ele também restabeleceu os laços diplomáticos com Cuba, dando início a uma relação bilateral de comércio com a União Soviética (Jones, 2008, p. 53-54).

Além desses episódios, Chávez passa por situações que mudam sua forma de compreender o andamento da democracia venezuelana, como guerrilheiros que matam militares e militares que tiram a vida de campesinos por supor que são ou tenham alguma relação com guerrilheiros. Foram ocasiões como esta que fizeram Chávez escrever num diário pessoal: "Esta guerra é de anos (...). Tenho que fazer isso. Ainda que me custe a vida. Não importa. Para isso nasci. Até quando poderei estar assim? Sinto-me impotente. Improdutivo. Devo preparar-me. Para atuar (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 76-77)."

É nesse período que Chávez realmente começa a conspirar a fim de mudar o estado de coisas e, para tal, seria necessário tomar o Estado. São essenciais nesse início os encontros de Chávez com dois dos nomes mais importantes da história da esquerda venezuelana: Alfredo Maneiro e Douglas Bravo. E mais uma vez os irmãos Guevara, filhos de Ruiz Guevara, interferem no destino do futuro presidente.

> Independente daquele detonante de que fala sua versão oficial – as torturas e os camponeses e a emboscada guerrilheira – o subtenente Hugo Chávez já estava decidido a conspirar. Em 18 de setembro de 1977, seu amigo Frederico Ruiz facilita uma reunião com Alfredo Maneiro, secretário geral da Causa R[8], e Pablo Medina, dirigente do mesmo partido (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 78-79).

"Os irmãos Ruiz me apresentaram a Alfredo Maneiro e a Pablo Medina. Eu falei com maneiro num apartamento onde eu estava morando em Maracay. Foi em 1978

[8] Causa Radical

e eu tinha vinte anos de idade. Essa foi a única vez que o vi em toda a minha vida (Harnecker, 2005, p. 29)", relembra Chávez o episódio em uma entrevista, embora aponte outra data para o encontro com o dirigente partidário.

> Eu lembro Maneiro claramente. Ele disse: "Nós temos a quarta perna para a mesa." Ele falava a respeito da classe trabalhadora – a perna em Guayana – os pobres desempregados, os intelectuais e a classe média, e as forças armadas, que era a quarta perna. E ele acrescentou: "Eu só peço uma coisa a você: você tem que concordar que o que quer que façamos não é para agora mesmo, é para médio prazo, dez anos daqui para frente (Harnecker, 2005, p. 30).

De fato, Chávez só realiza sua primeira ação quatorze anos mais tarde, no dia 04 de fevereiro de 1992, quando tenta tomar o poder pelas armas. E em pleno acordo com a ideia de Maneiro – embora não signifique que a proposta tenha sido originalmente deste –, Chávez pregou sempre a união de todos os setores populares, das classes médias e intelectuais com as forças armadas. Essa união se tornou um problema para o líder venezuelano que vê sua base amalgamada por sua força e liderança, mas em ebulição para uma ruptura abrupta a qualquer momento.

Não foram, porém, somente as ideias de Maneiro, mas, sobretudo, as ações da Causa R que tiveram influência sobre a formação e conformação do posicionamento político-ideológico de Chávez. "Meu encontro com Maneiro (...) me aproximou da Causa R, especialmente por causa do trabalho com os movimentos populares, que era vital para a minha visão ainda em desenvolvimento da luta cívico-militar combinada (Harnecker, 2005, p. 30)", esclarece Chávez, que ainda completa: "Na Causa R eu senti a presença das massas (Harnecker, 2005, p. 30)."

O encontro com Douglas Bravo, alinhavado por Adán Chávez – militante de esquerda –, não foi menos importante. Na realidade, foi talvez o momento de virada definitiva no pensamento de Hugo Chávez, o momento da certeza de que deve mesmo levar a cabo uma conspiração almejando tomar o poder na Venezuela e mudar o Estado.

Toda essa influência ocorre porque Douglas Bravo oferece a Hugo Chávez dois elementos essenciais para quem deseja agir de maneira meticulosa, pensada, programada, planejada, estrategicamente delineada e taticamente traçada. Esses dois elementos são o arcabouço teórico revolucionário marxista bolivariano e o histórico de luta real na guerrilha, ou seja, a junção teoria e prática se materializavam naquele comunista inquestionável. Douglas Bravo é talvez o mais famoso guerrilheiro da história venezuelana.

> De baixa estatura, peito largo e bem apessoado, Bravo era uma lenda da esquerda latino-americana, incluindo a Venezuela. Durante certo tempo, acreditou-se que, depois de Che Guevara e de Fidel Castro, Bravo encabeçava a lista da CIA concernente aos homens de esquerda mais procurados (Jones, 2008, p. 72).

Membro do Partido Comunista da Venezuela (PCV) e criador da Força Armada de Libertação Nacional (FALN), Douglas Bravo foi expulso em 1966 do partido por divergir da linha soviética.

> Quando nos expulsam do Partido Comunista é porque estamos reivindicando os elementos teóricos de Simón Bolívar, de Simón Rodriguez, de Zamora e de outros pensadores nossos, cujos postulados se chocavam com os da ortodoxia do pensamento soviético (Garrido, 2002, Apud Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 85).

Essa novidade teórica, de incorporar o pensamento de Simón Bolívar ao comunismo, ou seja, de criar o marxismo bolivariano, apesar de ter custado a Douglas Bravo seu lugar no partido, é uma proposição que, aliada a outras, casa com algo que Chávez já havia começado a cultivar, mas ainda faltava a este uma teoria de sustentação. Muito mais do que qualquer outro, Bravo logo se tornou a maior influência teórica e prática sobre Chávez. Em entrevista a Aleida Guevara, Hugo Chávez relembra seus anos de conversas e conspirações com Douglas Bravo e o que fez com que eles passassem a caminhar por caminhos opostos.

> [Douglas Bravo] me inspirou e eu percebi que não ia deixar o exército. Eu descobri significado ideológico num trabalho cívico-militar e possibilidades para um trabalho clandestino, uma fase que durou vários anos. De 1978 a 1982, por quase cinco anos, eu tive contato com Douglas Bravo. Mais tarde nos separamos porque ele tinha uma visão focada em se tornar uma espécie de caudilho, algo sobre o que eu sempre discutia com ele. Além de outras questões, ele via soldados profissionais como se fôssemos o braço armado da revolução (Guevara, 2005, p. 69).

A união cívico-militar, tão louvada por Chávez, era uma ideia originalmente de Bravo. Quando procura chegar a Chávez por meio de Adán, Douglas Bravo estava pondo em prática uma de suas idéias. Bravo acreditava que o movimento guerrilheiro não teria mais lugar na sociedade, mas também acreditava que qualquer movimento de transformação não poderia ocorrer apenas com civis, pois teria que ter força militar para prováveis enfrentamentos. Sabia também que os oficiais mais antigos não incorporariam as ideias dos guerrilheiros, por isso era necessário procurar convencer os oficiais mais jovens, ponto que incluía Hugo Chávez.

> Quando adolescente nos anos 1950, Bravo, o filho um proprietário de terra, integrou-se ao Partido Comunista e sonhava com uma maneira engenhosa de derrubar o Estado; em vez de formar um exército rebelde e travar uma guerra de guerrilha, uma questão demorada e sangrenta, com uma esperança remota de sucesso, Bravo persuadiu seus camaradas a se infiltrar nas forças armadas e levá-los a fazer o serviço. Estima-se que 80% dos oficiais do exército provinham da classe média baixa e do campesinato, e nisto Bravo viu um campo fértil para seus planos de infiltração (McCAUGHAN, 2005, p. 57-58).

Bravo relembra essa aproximação com Chávez: "reunimo-nos sobre a base de estruturar um movimento cívico-militar que se preparasse em longo prazo para uma insurgência revolucionária (Garrido, 2002, Apud Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 87)". É óbvio que não se recruta alguém apenas convidando a criar um movimento qualquer, antes é preciso saber sobre que bases interessaria a quem está sendo recrutado, ou seja, é mister que se conheçam as motivações. Para isso, Nelson Sánchez, professor da Universidad de Los Andes, foi encarregado de estudar e conhecer a fundo as forças armadas venezuelanas.

> Sánchez passou grande parte do período compreendido entre 1976 e 1978 estudando a história militar da Venezuela e tudo o mais a respeito dos soldados, desde a forma como falavam à forma como pensavam e o que comiam. (...) Ele logo descobriu que uma maneira de chegar aos corações e às mentes dos soldados consistia em tratar de assuntos como a corrupção nas Forças Armadas, bem como os conflitos relativos às fronteiras com a Colômbia e a Guiana (Jones, 2008, p. 78).

Além de chegar "aos corações e às mentes dos soldados", Bravo também oferecia uma gama de propostas para mudar a face da Venezuela que tinham forte apelo sobre todos, desde o ideal de um mundo sem divisão de classes, onde reinasse a justiça social, até pontos mais específicos, como a redução da jornada de trabalho para que as pessoas pudessem se dedicar às mais diversas artes. Acrescente-se que o projeto de Bravo "incluía a preservação do meio ambiente, com destaque para a floresta Amazônica. Ele também desejava resgatar a cultura dos povos indígenas, então sob ataque da invasão do consumismo norte-americano (Jones, 2008, p. 74)."

À semelhança de Alfredo Maneiro, Douglas Bravo tinha um plano intitulado "Três Pernas": "A primeira perna de Bravo era *El pueblo* (...); a segunda era a Igreja (...); e a terceira eram as Forças Armadas (...) (Jones, 2008, p. 77)".

> Bravo divisava as três pernas unindo-se no futuro para participar de um movimento civil-militar semelhante, com vistas a liquidar a hegemonia AD-Copei. Ele sonhava com um sistema socialista

> diferente dos modelos soviético e cubano, que rejeitava, um sistema com viés nacionalista e bolivariano (Jones, 2008, p. 77).

Douglas Bravo ainda tinha a oferecer a teoria que chamou de "a árvore das três raízes", também incorporada por Hugo Chávez.

> De Bravo tomará Chávez o que, posteriormente, apresenta como a nudez da ideologia que anima o movimento bolivariano: a "árvore das três raízes", baseado no pensamento e na práxis de Bolívar, seu mentor Simón Rodríguez e o federalista Ezequiel Zamora (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 87).

A influência de Simón Bolívar sobre Chávez chega agora por outro caminho, o pensamento de Douglas Bravo, uma lenda viva, que atualmente lidera o movimento revolucionário Terceiro Caminho, e que é "sem dúvida o comandante guerrilheiro mais famoso nos últimos 60 anos da história da Venezuela (Duarte, 2007)", e que mais tarde viria a romper com Hugo Chávez, dentre outras coisas, porque, segundo acusa, o presidente venezuelano não aceita qualquer divergência contra si.

Chávez faz referência ao conjunto de ideólogos nos quais se baseia, porém sem fazer referência a Douglas Bravo.

> Quando fomos à rebelião [de fevereiro de 1992] já tínhamos anos trabalhando em um projeto ideológico, dentro da idéia de Simón Rodriguez de que 'ou inventamos ou erramos' (...). Então fomos tomando ideias e desenhando o que chamamos a árvore das três raízes, quer dizer: a raiz bolivariana, a raiz Robinsoniana e a raiz Zamorana (Dieterich, 2007, p. 43).

Mais tarde, Douglas Bravo não apenas deixa de se relacionar com Chávez, como passa a ser perseguido pelo Estado chavista, que o toma, se não como inimigo, certamente como adversário a ser neutralizado, impedindo-o inclusive de viajar à Itália alegando a existência de um processo dos anos 1950 que existia contra Bravo.

2.3 O MBR-200 e a luta por uma nova Constituição.

Assim como Simón Bolívar, toda a trajetória do movimento de Hugo Chávez foi marcada pela certeza de que era necessário transformar o país, fundar uma nova Republica, e isso só poderia ser feito escrevendo-se uma nova constituição.

Com a queda do ditador Marcos Pérez Jiménez, em 23 de janeiro de 1958, foi assinado, em 31 de outubro do mesmo ano, um acordo em Punto Fijo, propriedade

de Rafael Caldera, pelo qual os partidos signatários, Acción Democrática (AD), Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei) e União Republicana Democrática (URD) se comprometiam a se revezar no poder com o objetivo de evitar a concentração de poder e o retorno da ditadura, ficando, dessa forma, firmado o famoso Pacto do Punto Fijo, ou, como outros nomeiam, a democracia puntofijista, pela qual o poder era dividido entre esses partidos, excluindo-se assim o Partido Comunista, que havia sido principal opositor à ditadura de Jiménez. A divisão do poder previa uma série de privilégios que os partidos poderiam outorgar a seus apadrinhados.

> O Pacto do Punto Fijo, assinado por AD, URD e Copei em outubro de 1958, criou um sistema de consenso para assegurar a estabilidade democrática. Haveria um programa econômico comum e um "sistema de espólios" que proporcionam controle partidário de indicações para corpos estatais, incluindo o judiciário, o militar, a autoridade eleitoral e a burocracia. A igreja e os militares manteriam suas posições privilegiadas, o papel central da empresas privadas seria abrigado nos planos do governo, e a AD deteria suas tentativas em reforma educacional, que haviam alienado a igreja (McCaughan, 2005, p. 54).

A partir do pacto – firmado sem nenhuma representação popular, apenas com interesses econômicos e políticos –, os partidos signatários, que criam uma rede de privilégios outorgados por esses partidos, revezam-se no poder, dando uma sensação de que a Venezuela vivia uma democracia plena, diferentemente da maioria dos outros países latino-americanos, que tinham governos militares ditatoriais, a exemplo de Brasil e Chile.

Durante os quarenta anos (1958-1998) em que permanecem no poder, os partidos ocuparam a cadeira presidencial na seguinte sequencia: 1959-1964, Rômulo Betancourt (AD); 1964-1969, Raúl Leoni (AD); 1969-1974, Rafael Caldera (Copei); 1974-1979, Carlos Andrés Pérez (AD); 1979-1984, Luis Herrera Campíns (Copei); 1984-1989, Jaime Lusinchi (AD); 1989-1993, Carlos Andrés Pérez (AD); 1993-1999, Rafael Caldera (Convergência Nacional), mas saído das fileiras do Copei.

A alternância parecia um baile em que o casal muda de posição harmoniosamente sem pisar no pé um do outro, o que dava a falsa sensação de que a democracia na Venezuela funcionava bem, sem sobressaltos, com as instituições funcionando perfeitamente e o país gozando de prestígio no exterior, principalmente nos Estados Unidos da América, para onde seguem ainda hoje grande parte da produção do petróleo produzido na Venezuela.

Um olhar mais apurado detecta que, de fato, ao longo desses quarenta anos, o Estado venezuelano esteve a serviço de uma minoria, em detrimento da população mais pobre, que manteve protestos e greves durante a vigência do pacto do Punto Fijo. O primeiro período (1959-1964), de Rômulo Betancourt (AD), foi marcado por protestos de estudantes e greves de trabalhadores contra a redução dos gastos sociais e até mesmo do salário mínimo. Setores da AD também se opuseram à forma de governar pós-ditadura, razão por que foram expulsos do partido, após o que criaram o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR).

Entre 1961 e 1963 várias revoltas emergiram na Venezuela, desde levantes militares, como os que ocorreram em junho de 1961 e maio de 1962, esta passando para a história com o nome de Carupanazo, e uma insurreição civil, conhecida como Porteñazo, em junho de 1962, até a criação de movimentos revolucionários – muitos dos quais inspirados no triunfo da Revolução Cubana – em 1963 como as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), a Frente de Libertação Nacional (FLN) e diversas frentes guerrilheiras em toda a Venezuela.

A democracia Puntofijista não atendeu a contento aos anseios da população. Durante certo período a vida da população melhorou em algumas áreas, mas o período da concertação partidária foi principalmente em prol das classes dominantes. Se fosse o contrário esses movimentos contestatórios não teriam ocorrido, ou teriam tido menos impacto.

No período seguinte (1964-1969), o governo Puntofijista é acusado da eliminação de adversários políticos. Foi também o momento da criação do *Movimiento Electoral Del Pueblo* (MEP). Só no governo de Rafael Caldera (1969-1974) é que finalmente se chega a uma leve pacificação entre o Estado venezuelano do Puntufijismo e os movimentos contestatórios. Uma pacificação que não interrompeu os atos ditatoriais do governo, como o fechamento por dois anos da Universidade Central da Venezuela (UCV) – a mais tradicional do país, que hoje faz oposição a Chávez – sob a acusação de ser um celeiro de propaganda castro-comunista. Mesmo fechando a universidade pela razão alegada, os governos puntofijistas eram considerados democráticos, inclusive pelos Estados Unidos. Era, na verdade, uma democracia burguesa liberal na qual o Estado é de fato usado como instrumento de repressão das classes dominantes sobre as massas e de acumulação de riquezas para a burguesia e para os setores da elite venezuelana ligados ao Estado, principalmente os que mantinham vínculos com a PDVSA.

> A Venezuela era uma democracia no papel, mas administrada quase totalmente para o benefício das elites, que se mantinham no poder por meio de testas-de-ferro. Além de controlar o orçamento nacional, o presidente e seu partido escolhiam os governadores de Estado – surpreendentemente, os ocupantes desses cargos só passaram a ser eleitos por voto direto em 1989. O presidente e seu partido também controlavam a distribuição de cargos até o nível de prefeitos e vereadores de pequenos vilarejos. Os membros do congresso elegiam-se por voto direto ou por votação distrital; os eleitores limitavam-se a selecionar uma *plancha* ou lista de candidatos elaborados pelo partido, que então nomeava a pessoa que preenchia a vaga. Os senadores e os deputados, na prática, não deviam explicações à população, que em inúmeros casos nem mesmo conhecia o nome de seus representantes. O partido governista escolhia a dedo os integrantes da Suprema Corte (...) (Jones, 2008, p. 71).

Era mesmo uma democracia totalmente controlada pela elite burguesa. Em palavras de Marx e Engels, "o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê (*Ausschuss*) para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa (Marx e Engels, 1996, p. 68)", e esse era o caso na Venezuela durante o Pacto do Punto Fijo.

"A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada (Engels, 1997, p. 199)", reafirmava Engels nesse outro texto o que já escrevera com Marx no *Manifesto*. E mais uma vez essa é a situação típica da Venezuela de 1958 a 1998, que também se caracteriza por haver uma classe economicamente dominante – que é o que Chávez denomina de burguesia porque de fato essa classe detinha os meios de produção, influenciando, inclusive, no funcionamento da PDVSA – e a classe politicamente governante.

> As análises políticas de Marx sempre tiveram presente a diferença decisiva entre o *aparelho* de Estado e o *poder* de Estado. Foi precisamente a atenção dedicada ao primeiro que permitiu enfatizar duas outras diferenças correlatas: entre a classe (ou fração) economicamente *dominante* e a classe (ou fração ou grupo) politicamente governante; e entre o *poder estatal* e o *poder governamental*. Este último problema pode ser mais bem compreendido quando se considera a oposição que o autor estabelece entre o *poder real* e o *poder nominal* das classes sociais. De fato, uma classe (ou fração de classe) determinada pode possuir o "leme do Estado" – isto é, o "governo" propriamente dito – sem, contudo, constituir-se em *classe dominante*, e vice-versa (Codato & Perissinotto, 2001, p. 18).

Chávez reúne em si, principalmente depois de 2007, o poder governamental e o aparelho estatal. Situação diferente do governo nos tempos do puntofijismo, quando até mesmo a PDVSA, principal fonte da riqueza da Venezuela, era muito pouco controlada pelo governo, tão pouco a ponto de se dizer costumeiramente que a companhia de petróleo era um Estado dentro do Estado, com autonomia que ultrapassava o poder do governo constituído. Foi pelo controle da PDVSA que o Estado venezuelano, sob o governo Chávez, pôde promover políticas públicas, ao mesmo tempo em que garantiu a situação privilegiada do novo bloco no poder.

> O problema do "poder de Estado" é teoricamente distinto do problema do "aparelho estatal". Enquanto este último refere-se à dimensão institucional, aquele procura identificar as relações sociais que são prioritariamente garantidas através das "políticas públicas" promovidas pelo Estado. Deteria o "poder de Estado", portanto, a classe social que tivesse assegurada, pelas ações estatais, sua posição privilegiada na estrutura produtiva da sociedade em análise (Codato & Perissinotto, 2001, p. 24).

O Pacto do Punto Fijo foi capaz ainda de desmobilizar a guerrilha com outras ações, sejam elas com o uso da força do Estado ou por outros meios de convencimento, como o atendimento a necessidades da população. Durante os anos do Punto Fijo, "grandes avanços foram feitos em programas de alfabetização e bem-estar social, notadamente nos anos 60 e 70, dando à maioria dos cidadãos uma mínima participação no sistema bipartidário (McCaughan, 2005, p. 63)". Além disso, "os trabalhadores venezuelanos gozavam dos maiores salários na América Latina e recebiam subsídios em alimentação, saúde, educação e no setor de transporte (McCaughan, 2005, p. 63)".

Outros setores sociais também estavam contentes com a situação social e econômica no país, que se beneficiava da crise do petróleo ocorrida em 1973. "Embevecida pelo dinheiro do petróleo, a classe média tomou um porre. Advogados, médicos, professores, corretores de imóvel e pessoas que exerciam outras profissões voavam regularmente para Miami, onde passavam o fim de semana gastando (Jones, 2008, p. 64)."

A eleição de Carlos Andrés Pérez tornou inócua a oposição ao governo, porque muito do que era reivindicado pelos movimentos armados chegou ao povo outorgado pelo governo. Primeiramente, houve forte aumento no preço do petróleo no mercado internacional a partir da crise de 1973, passando de pouco mais de US$ 1,00 para mais de US$ 3,00, causando uma enxurrada de petrodólares nunca vista naquele

país. Depois, o presidente nacionaliza, em 1975, a indústria do ferro e, em 1976, a indústria do petróleo e cria a Petróleos de Venezuela (PDVSA), mas não sem pagar uma indenização de R$ 1,16 bilhão.

As eleições regulares para presidente da república, que a cada seis anos impunham alternância de poder apenas nominal, uma vez que continuavam as mesmas práticas independentemente de que partido estivesse no comando do governo, davam ao povo a sensação de que o país e as pessoas estavam bem e que, portanto, guerrilhas não eram necessárias.

Pelo uso da força, os governos puntofijistas combateram movimentos de trabalhadores, puseram o Partido Comunista na ilegalidade e reprimiram com força os movimentos armados de esquerda, fato que levou à morte, por exemplo, de Fabricio Ojeda, ex-deputado e guerrilheiro que lutou contra a ditadura de Marcos Pérez Jiménez. A morte de Ojeda foi o grande golpe que afetou a luta armada, que começou a arrefecer, obrigando os guerrilheiros a uma autocrítica a sua forma de luta, que, conforme se compreendeu, era lenta, demorada e, pior que isso, estava desvinculada dos movimentos populares, o que os fez compreender que não havia mais razão para se seguir aquele caminho em busca de se chegar ao poder, levando o movimento a adotar, em 1969, o que ficou conhecido como *Viraje Táctico*, mais necessária ainda porque o grupo estava dividido e a ajuda de Cuba ao movimento havia cessado.

A partir desse momento, ressurge com força a idéia de recrutar militares dentro das forças armadas venezuelanas para se incorporar à luta em busca da tomada e mudança do Estado venezuelano, ou, ainda mais radicalmente, refundar o Estado, motivação que acompanhou Chávez desde quando toma consciência do funcionamento do Estado puntofijista e começa a conspirar.

A euforia econômica e financeira na Venezuelana se dissipa com a crise financeira iniciada em 18 de fevereiro de 1983, a Sexta-Feira Negra, "como resultado direto de alta dívida externa acumulada, tremenda pressão doméstica e externa para pagar esse débito, e políticas da administração que provocaram fuga de capitais (Tarver & Frederick, 2006, p. 131)", e esta não é contida com a desvalorização da moeda nacional, o Bolívar.

A Sexta-Feira Negra foi, na verdade, a concretização de uma crise que já se anunciava desde o final dos anos 70 agravada a cada ano por causa da compensação financeira em virtude da nacionalização e, principalmente, por causa da corrupção incontrolada e indômita. "A desvalorização da moeda e a queda da economia

mostraram, de maneira mais clara, a dimensão da corrupção existente: de 1974 a 1983 os casos de corrupção foram numerosos (Pérez Pirela, 2010, p. 23)", lembra este intelectual venezuelano.

Sérias, mas previsíveis, conseqüências sobrevieram ao país como um todo: "A renda per capita sofreu declínio maciço e firme no período de vinte anos, de 1979 a 1999, caindo até 27% no período (...). Juntamente com esta queda, a pobreza aumentou, de 17% em 1980 para 65% em 1996 (Wilpert, 2007, p. 13)."

> Finalmente não havia recursos suficientes disponíveis para manter a cultura política clientelista-corportativista, que então levou a um golpe mortal aos dois principais partidos políticos e possibilitaram a ascensão e eleição de um político de fora. A lealdade ao sistema tinha sido essencialmente comprada com dinheiro vivo em vez de conquistada pela persuasão política, assim quando o dinheiro acabou, acabou também a lealdade (Wilpert, 2007, p. 13).

O resultado político disso tudo é que aquela apatia do povo começa a mudar, uma vez que, "do ponto de vista econômico, descobriu-se a existência de uma parte majoritária da população que não era apenas pobre, mas também que vivia sem as garantias sociais e institucionais mínimas para sobreviver (Pérez Pirela, 2010, p. 22)."

Assim, o povo passa a desejar mudanças no país, principalmente deseja retomar o seu poder de compra de antes da crise, e combater a corrupção, que no governo de Herrera Campíns atingiu níveis até então inimagináveis.

Esse sentimento de indignação já assaltava Chávez ainda na academia militar. Primeiramente, por entender que o exército não podia continuar a manter a luta contra uma guerrilha já desmantelada. Segundo, os casos de corrupção se acentuavam diante dos olhos de todos e as forças armadas eram usadas para manter a democracia puntofijista com todas as suas mazelas.

Por tudo isso, já na academia militar, Chávez dá os primeiros suspiros de desejo por transformar o país mudando a constituição e, dessa forma, mudando o Estado e refundando a República Venezuelana, razão porque Chávez forja grupos revolucionários até culminar com criação do o MBR-200, em 1982.

Para que a democracia puntofijista funcionasse, foi necessário criar um arcabouço legal que desse a ela sustentação, daí ter sido escrita a Constituição de 1961. E por isso mesmo, o MBR-200 compreendia que para acabar com a democracia puntofijista e dar fim à IV República, iniciada em 1830, não havia outro meio a não ser escrever uma nova constituição, criando assim a V República.

No entanto, para mudar a Constituição era preciso chegar ao poder, e, conforme combinado em conversas com Alfredo Maneiro e Douglas Bravo, isso deveria ocorrer em média prazo, o que em termos cronológicos menos imprecisos, ultrapassaria uma década.

Antes, porém, de qualquer ação efetiva de se tomar o poder por parte do MBR-200, a Venezuela, em 27 de fevereiro de 1989, passa pela sua mais séria convulsão social: o *Caracazo*. É o começo do fim do Pacto do Punto Fijo.

Carlos Andrés Pérez havia sido eleito pela segunda vez para presidir a Venezuela, com uma campanha que encheu o povo venezuelano de esperança de dias melhores, como haviam sido aqueles do período da primeira presidência de Pérez, de 1974 a 1979. Nos anos 70, CAP, como também era conhecido Carlos Andrés Pérez, prometera criar a *Grande Venezuela*, soberana, jamais submissa, e a nacionalização do petróleo foi o ponto mais claro dessa valorização nacional.

> Em 06 de fevereiro de 1989, catorze dias depois de haver tomado posse pela segunda vez da presidência da Venezuela, Carlos Andrés Pérez anunciou ao país a decisão de superar a crise econômica e fiscal que havia herdado de governos anteriores, mediante a aplicação de um programa de ajustes macroeconômicos e um plano de reestruturação da economia de orientação neoliberal. Era a primeira vez que um governo venezuelano aceitava de maneira explícita submeter-se às orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) (López Maya, 2006, p. 252).

Pérez agiu exatamente ao contrário do que se esperava, ou seja, que o país retornasse ao período áureo dos anos 70. Todavia, se anunciar que aceitava as orientações do FMI foi ruim para CAP, pior ainda foi para a população sentir a aplicação das medidas conhecidas como "Pacotaço".

> Na segunda-feira, 27 de fevereiro de 1989, entrou em vigência o aumento da passagem no transporte público, como resultado do ajuste de 100% no preço da gasolina que o governo aplicara no dia 26, procurando chegar, no mercado interno, aos preços internacionais. Foi o estopim. Desde cedo, começaram protestos estudantis, logo compartilhados pelo povo (López Maya, 2006, p. 253).

Os protestos se espalharam por todo o país. Além dos estudantes e de setores médios da população, os habitantes dos morros desceram para o asfalto, tomaram as ruas, começando uma onda de saques, da qual participaram até policiais que há meses não recebiam salários.

> Vinte e quatro horas depois de iniciada a explosão social, nem o presidente nem seus ministros apareciam para tranqüilizar e controlar

> o país. Porém, na madrugada, o governo havia ordenado que as Forças Armadas e a Guarda Nacional fossem para as ruas, com o objetivo de reprimir os distúrbios. (...) Uma semana depois, os números oficiais registravam trezentas mortes – os não oficiais, pelo menos o dobro –, e as perdas materiais eram incalculáveis (López Maya, 2006, p. 253).

As cifras podem ser ainda piores, pois "ao menos mil estabelecimentos comerciais haviam sido saqueados apenas em Caracas, 2.900 em todo o país. As pilhagens significaram aos comerciantes um prejuízo estimado em 1,5 bilhão de dólares (Jones, 2008, p. 130)". No que se refere ao número de mortes, os exatos 277 reconhecidos pelo governo ficam distantes dos 1.500 contabilizados a partir de relatos das equipes médicas.

O Caracazo "acabou por ser o pior massacre da Venezuela no século 20 e um dos piores da história moderna da América Latina (Jones, 2008, p. 129)", ao mesmo tempo em que foi o anticlímax do Pacto do Punto Fijo, o momento em que se inicia o fim de um acordo que já durava três décadas e que tirara do povo, em virtude da piora nas condições econômicas do país, qualquer ganho que lhe tivesse chegado, o que acarretou a "deslegitimação" do Pacto, com indicado abaixo:

> O Caracazo pode ser considerado como um momento de ruptura do processo histórico da sociedade venezuelana. Uma mudança de consciência da população, o primeiro sintoma alarmante do estado da democracia construída desde o Pacto de Ponto Fixo (*sic*). (...) O sindicalismo afinado ao bipartidarismo seguiu o mesmo caminho de deslegitimação. Três anos depois, se dariam as insurreições militares que precipitaram a crise política do governo Pérez (López Maya, 2006, p. 253).

Na verdade, o 27 de fevereiro (27-F), como o Caracazo também é conhecido, legitima qualquer movimento de contestação contra um governo que não consegue mais dar respostas às necessidades da população. O bipartidarismo AD-Copei começa a ruir com o Caracazo, mas o sistema de apadrinhamento, cultural na Venezuela, continuou no país até mesmo nos dias de "revolução" chavista.

Essa é a leitura de Chávez, que, observando os acontecimentos – inclusive o uso das Forças Armadas para reprimir a população –, compreende que os fatos abriram a oportunidade para o levante militar preparado desde há muito.

> Chávez fica convencido de que "El Caracazo", como é conhecido, "sensibilizou a muitos militares, especialmente aos mais jovens, que foram os que viveram o terror de perto" e que serviu para "acelerar muitos dos acontecimentos", porque se lhe aproximaram oficiais da guarda presidencial, gente de confiança de Pérez, e de alguma

> maneira, o levante popular o faz sentir que o terreno está ficando propício para atuar (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 100).

É importante assinalar que, nas palavras de um dos principais opositores de Chávez, "a versão de que o 'Caracazo' foi um protesto explícito contra o neoliberalismo é uma lenda fabricada *a postariori* por Hugo Chávez, para dotar de brasões de 'nobreza revolucionária' a sua conspiração e a sua falida tentativa de golpe (Petkoff, 2010, p. 14)."

Sem negar que tenha sido um momento importante na História da Venezuela, que tenha sido um momento de inflexão que levou ao fim do Pacto do Punto Fijo, já desgastado pelos trinta anos de governo, Teodoro Petkoff explica com muita clareza o que foi, na verdade, o Caracazo.

> Na verdade, havia sido uma sacudida social cega, uma revolta espontânea e anárquica, sem orientação nem organização política alguma, que, por isso mesmo, não investiu contra os signos do poder político, mas contra os estabelecimentos de produtos de consumo massivo: alimentos e eletrodomésticos (Petkoff, 2010, p. 14).

Decorreram apenas três anos do Caracazo para que Hugo Chávez conduzisse um levante militar, aproveitando-se da insatisfação popular e da clara legitimação que obteria qualquer ação contra aquele governo que matou quase trezentas pessoas.

> Quando Carlos Andrés Pérez enviou as Forças Armadas para as ruas para reprimir aquele levante social e houve um massacre, os membros do MBR 200 perceberam que tínhamos passado do ponto do qual não se pode retornar e tínhamos que pegar em armas. Não podíamos continuar a defender um regime assassino (Harnecker, 2005, p. 32).

No dia 04 de fevereiro de 1992, militares comandados pelo tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frías tentam, sem sucesso, no aeroporto de Maiquetía, capturar Carlos Andrés Pérez quando este chegava de uma viagem, assaltam o Palácio Miraflores, a residência oficial, conhecida como La Casona, e algumas bases militares do país. Esse levante, contudo, não foi feito sem uma análise da situação e da possibilidade de sucesso.

> Entre 1986 e 1987, partindo do que denominam a "tesis del chinchorro" (tese da rede de dormir) decidem esperar que o próximo governo, o que assumirá em fevereiro de 1989 chegue à metade de seu governo para derrotá-lo. (...) A tese supõe que todo governo tem maiores índices de popularidade em seus extremos, em seu começo e em seu final, e que na metade de seus períodos estão decaídos e não possuem capacidade de resposta. Esse é o movimento que retrata

> visivelmente a curva de uma rede (...). Esse seria o momento ideal para atuar. Entre 1991 e 1992 (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 98).

Isso mostra que, diferentemente do que Hugo Chávez quer fazer crer, o Caracazo não foi a causa do 4-F (04 de fevereiro). Em verdade, tanto o Caracazo como o 4-F são consequências das mesmas causas, quais sejam, corrupção, crise econômica prolongada, repressão, entre outras. Além disso, o 4-F era parte de um projeto de poder.

> Dois fatores de ordem sócio-econômica contribuíram decisivamente para o desdobramento desta série de eventos críticos: as flutuações dos preços internacionais do petróleo no decorrer das décadas de 1980 e 1990, que afetaram a renda fiscal da Venezuela, e os programas de ajuste estrutural promovidos por Carlos Andrés Pérez durante a sua segunda presidência (1988-93), gerando uma redução da capacidade aquisitiva do povo venezuelano, uma aprofundamento da separação social entre a elite econômica e política e uma ampla massa da população crescentemente deslocada para a economia informal e para um mercado de deterioração institucional por efeitos da corrupção. De fato, este conjunto de fatores acentuou as tensões sociais existentes e representou drástica ruptura com o passado (Serbin, 2008, p. 120).

Com o Caracazo parece ter havido o destravamento do processo de ruptura. Portanto, se houve revolução recente na Venezuela, isso ocorreu com esse levante popular e não com o levante militar de Chávez no 4-F. A historiografia considera que na França do Século XVIII ocorreu revolução no 14 de julho de 1789, não com o governo de Napoleão Bonaparte. Da mesma forma, se houve revolução na Venezuela isso se deu no Caracazo, que ocorre em 1989, 200 anos depois da tomada da bastilha, e não com o governo Chávez, que surge como um estabilizador depois da convulsão social causada pelo Caracazo e como o aglutinador, e se apresenta como porta-voz dos anseios das classes oprimidas – embora não apenas destas – na Venezuela.

Ora, assim como na França houve um período de 10 anos de instabilidade até que Bonaparte desse um rumo ao país, depois do Caracazo surgiram diversos problemas na Venezuela típicos de período de transição, como o aumento nas desigualdades sociais, até que Chávez assumisse o poder.

É verdade, todavia, que o movimento de Chávez se aproveita do espaço aberto pelo Caracazo para por o seu projeto em marcha. Assim, nesse sentido, e só nesse sentido, poder-se-ia dizer que o levante militar de Chávez em 1992 foi conseqüência do Caracazo.

> Sempre que aparecem sinais de mudança social que degeneram em fragmentação, desordem e anarquia, surgem aquelas lideranças que

> fazem vista grossa com relação às liberdades políticas e democráticas e se instalam à sombra de um poder autoritário, legitimado pelas armas militares (Dávila, 2011, p. 51).

Chávez tentou se aproveitar do momento de instabilidade expresso de forma eloquente no Caracazo, mas não obteve êxito, ficando para 1999 a sua assunção ao poder depois de eleito diretamente nas urnas, embora nunca viesse a abandonar o desejo de controlar o poder como militar.

Caio Prado Júnior, no seu texto *A Revolução Brasileira*, publicado em 1966, logo após o golpe militar brasileiro – que se rotulava de revolução –, traz uma definição de revolução que, em face dos acontecimentos na Venezuela a partir de 1999, levam a considerar que o movimento chavista não pode ser considerado uma revolução. Para Caio Prado Júnior:

> "Revolução", em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade e, em especial, das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (Prado Jr., 2007, p. 22).

Ao longo deste trabalho, será mostrado que o governo Hugo Chávez, embora tenha melhorado consideravelmente as condições sociais até 2007, não foi capaz de modificar a estrutura da economia do país, que continua essencialmente capitalista, apenas com um componente de Estado mais presente, mas com uma participação do setor privado na geração de riqueza da Venezuela praticamente do mesmo tamanho de antes da chegada de Chávez ao poder.

Os dois movimentos, 27-F e 4-F, tinham em comum apenas o mês do ocorrido, porque enquanto o povo se voltava contra as medidas de austeridade que o governo impôs, o grupo liderado por Chávez se levantava contra o governo, independentemente de quem estivesse ocupando o cargo no período e sem se importar que medidas populares ou impopulares estivessem em voga, porque o objetivo de Chávez era chegar ao poder.

Em entrevista concedida em 06 de março de 1998, Hugo Chávez disse que "em 27 de fevereiro de 1989 se decretou o 4 de fevereiro. Quer dizer, ninguém pode entender o 4 de fevereiro se não considera o 27 de fevereiro de 1989 (Rangel, 2012, p. 181)." Pode-se afirmar que o 4-F está relacionado com o 27 de fevereiro porque este deu a força da legitimação popular ao levante militar, como reconhece Chávez em outra

entrevista a José Vicente Rangel: "Você se lembra, como jornalista, não sei, 80%, algo assim, de apoio à rebelião de 4 de fevereiro, de um povo que estava cansado, que não via saída (Rangel, 2012, p. 399)." Mas não se pode asseverar que o levante militar de Hugo Chávez tenha nascido das cinzas do Caracazo.

Sem dúvida, houve apoio moral popular ao levante militar de 1992, porém não existiu participação direta da população, que assistiu a tudo de longe, quase como uma espécie de "bestializados", como José Murilo de Carvalho (1991) se referiu ao povo fluminense quando da passagem do Império à República, momento em que, sem saber do que se tratava, o povo viu um movimento militar e pensou ser apenas um desfile castrense. Em entrevista, Chávez recorda: "Tínhamos fé que o povo se levantaria, mas aqueles de nós que eram militares ativos não conseguiam dirigir o povo, nem podíamos nos reunir porque estávamos às escondidas (Harnecker, 2005, p. 35)."

Sendo o 4-F parte da intitulada "revolução bolivariana" de Chávez, pode-se afirmar que essa revolução não é uma "revolução" popular, mas popularizada, ou seja, o povo não participou de jeito algum no 4-F, oferecendo apenas apoio moral, dando assim ao movimento militar uma legitimação, que é confirmada com a vitória de Chávez em 1998. Mesmo no atual estágio da "revolução bolivariana", o povo tem sido levado a participar dos movimentos populares, porém organizados por agentes do governo.

> A visão marxista considera que a revolução é uma insurgência de baixo para cima, que se generaliza com a adoção de diversos métodos de luta. Esse tipo de rebelião localiza-se no lado diametralmente oposto às mudanças administradas pelos opressores da cúpula do Estado, que frequentemente foram denominadas "revoluções por cima" (Katz, 2011, p. 89).

Em consonância com a posição assumida aqui neste trabalho, Marcelo Buzetto (2012) diz ser um exagero afirmar que na Venezuela do governo chavista existe uma revolução, pois para ele:

> Uma revolução acontece quando uma classe oprimida toma em suas mãos os meios de produção, quando o poder econômico e político passa de uma classe para a outra através de um amplo e intenso processo de mobilização popular e social, onde os mais pobres adquirem certo nível de consciência política, de organização e de mobilização que faz com que a classe dominante não tenha mais condições de manter seus privilégios e de continuar explorando o povo. A esse processo radical de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais chamamos de revolução (Buzetto, 2012, p. 324).

Chávez, na mesma entrevista de 1998, reconhece a incapacidade do seu movimento, naquele momento, de liderar o povo, sem o qual ficava difícil sair vencedor no levante militar. Importa lembrar ainda que "os marxistas identificam a revolução com a entrada massiva dos explorados na ação política direta (Katz, 2011, p. 89)," e não foi o que ocorreu na Venezuela, conforme reconheceu o próprio Chávez.

> Não houve mobilização popular. Éramos só nós nos rebelando, sem o povo, como peixe fora da água. Mao disse, como você sabe, que 'as pessoas estão para o exército assim como a água está para o peixe'. Essa foi uma das razões pelas quais decidi depor as armas na manhã do dia 4, por voltas das nove ou dez da manhã (Harnecker, 2005, p. 35).

Consciente da ausência de apoio popular, ficou patente para Chávez e seus companheiros que era necessário convencer a todos não apenas de que era preciso mudar, mas também de que havia a necessidade de que o povo participasse desse processo de mudança, que se consolidaria a partir do momento em que o país ganhasse uma nova Carta Magna.

> Acredito que naquele tempo [fevereiro de 1992] não tínhamos a força ou o povo mobilizado para obtermos sucesso, mas em todo caso plantamos uma semente e isso foi quando o país começou a se perguntar, bem, o que é esta idéia de reforma constitucional? (Harnecker, 2005, p. 32-33).

Mas como arregimentar o povo para participar? Primeiramente era necessário que povo acreditasse que no movimento militar encabeçado por Chávez havia lugar para a participação de civis. Assim, uma providência importante foi abrir mão da luta armada.

> Esses dois levantes [em fevereiro e em dezembro de 1992] uniram certa força militar, mas foram incapazes de atrair a participação popular. Havia apoio, mas o movimento popular não participou ativamente em apoiar a luta armada. Depois disso, desistimos de continuar a luta armada (Harnecker, 2005, p. 37).

Como indica a citação, em dezembro de 1992, quando Chávez já estava preso, outro grupo de militares tentou mais uma vez derrubar o governo de Carlos Andrés Pérez pela força das armas, e mais uma vez os militares rebeldes fracassaram.

Como pensa o escritor e advogado Américo Martín, "a única insurreição cívico-militar que ocorreu na história da Venezuela aconteceu em 23 de janeiro de 1958, e foi a que derrotou a ditadura do general Marcos Pérez Jiménez (Escorche Caña, 2013)."

Essa separação entre o movimento de Chávez e o povo mostra claramente que, ao fazer parte do grupo de força que constitui o Estado – e obviamente dando sustentação aos sucessivos governos puntofijistas – Hugo Chávez era parte da classe dominante, esta sendo composta, dentre outras subclasses, pelas forças armadas.

Não é, pois, a origem de classe que determina a que classe um sujeito pertence, principalmente porque quando alguém muda de classe este mesmo sujeito se torna estranho à outra à qual pertencia, embora permaneça ainda algum traço da classe anterior e perdure um desejo de mudar a situação da classe de onde veio, sobretudo se pessoas ligadas a quem mudou de classe continuam na classe anterior, o que leva o sujeito em nova classe buscar solucionar os problemas de privação de familiares e amigos com as benesses a que tiver acesso e que possa controlar.

O acesso ao Estado, bem como seu controle, dá a quem domina o Estado a condição de classe dominante. Na verdade, como afirma Poulantzas,

> O Estado constitui portanto uma unidade política das classes dominantes: ele instaura essas classes como classes dominantes. Esse papel fundamental de organização [das classes dominantes] não concerne, aliás, a um único aparelho ou ramo do Estado (os partidos políticos), mas, em diferentes graus e gêneros, ao conjunto de seus aparelhos, inclusive seus aparelhos repressivos por excelência (exército, polícia etc) que, também eles, exercem essa função (Poulantzas, 2000, p. 129).

Com o 4-F Hugo Chávez busca assumir o Estado e organizar a classe controladora tornando os militares, especialmente do Exército, o novo *bloco no poder* ao substituir a burguesia sob cuja hegemonia o Estado venezuelano era administrado. Como lembra Almeida (2011b, p. 214), "este Estado, justamente para organizar a dominação burguesa, oculta o seu caráter de classe, apresentando-se como nacional-popular (Poulantzas, 1977, p. 119, apud Almeida, 2011b, p. 214)." E isso ocorre com a vitória de Chávez em 1998, quando este é eleito levando sempre diante de si o mito de Simón Bolívar para substituir o mito da democracia puntofijista.

> Porém a força do mito se manifestará em toda a sua possibilidade até que, em 1998, esgotado totalmente o sistema político que se instala com a queda da ditadura perezjimenista em 1958, em meio a uma severa crise de legitimidade, tanto os velhos atores como das instituições, uma nova elite encabeçada pelo comandante Hugo Chávez F. chega ao poder prometendo refundar a república para o povo, recorrendo a Bolívar como o mais insigne modelo para torná-lo possível (Arenas & Calcaño, 2011, p. 226).

Sobre esse bloco no poder, a historiadora Margarita López Maya usa a palavra *elite*, mas admitindo que, de fato, houve na Venezuela uma troca no comando do país, que agora inclui setores populares antes alijados das benesses do Estado e militares, que ganharam o direito ao voto com a Constituição de 1999.

> Quanto à mudança de elite é, talvez, uma das mudanças mais impactantes que se fez foi alguém falar de revolução na Venezuela. Com efeito, si há algo que é irreversível tem sido a mudança das elites na Venezuela, ou a ascensão de uma nova classe política pertencente ao setor militar parcialmente e através dele [do setor militar] proveniente dos setores populares, porém também uma elite civil proveniente de setores que até esse momento não haviam tido acesso ao poder político e à tomada de decisões (López Maya et al, 2006, p. 65).

Essa mudança da elite é também a expressão da crise do Estado Venezuelano. Considerando a história recente da Venezuela e as etapas da crise do Estado, pode-se afirmar que o Caracazo é o primeiro momento da crise do Estado na Venezuela. "...é quando se revela a crise do Estado, quando ela se manifesta e se expressa. (...) ...a passividade, a tolerância do governado ao governante começa a diluir-se. (...) ...surge um projeto político não cooptável pelo poder, pelos governantes... (Linera, 2010, p. 15)."

> Depois virá um segundo momento da crise de Estado, que, no entender de Gramsci, denominamos "empate catastrófico". ...isto é, quando essas mobilizações expandem-se em nível nacional. (...) Um empate catastrófico é, em parte, o que Lênin e Tróstski chamavam de "dualidade de poder", mas é mais que isso: é quando essa disputa de dois projetos de poder, o dominante e o emergente, com força de mobilização, com expansão territorial, disputam territorialmente a direção política da sociedade por muito tempo (Linera, 2010, p. 15-16).

Esse segundo momento ocorreu na Venezuela depois que Chávez sai da prisão em 1994 e começa sua caminhada rumo ao poder. O terceiro momento é o da substituição de elites, que "se dá quando o bloco dirigente de setores sociais regionalizados vão se expandindo territorialmente, ascendem ao governo (Linera, 2010, p. 16)," e na Venezuela essa substituição passa a ocorrer gradualmente a partir da chegada de Chávez ao poder em 1998 e se acentua depois do golpe de 2002.

O que havia na Venezuela de Chávez não era uma luta contra a burguesia e contra o Estado, mas pelo Estado para se tornar burguês.

> O processo de constituição do proletariado já se insere numa relação, uma relação de luta, contra a burguesia e aquele que cuida dos

> "negócios comuns" desta classe: o Estado burguês. Daí a afirmação de que "o objetivo imediato dos comunistas é... a constituição do proletariado em classe, derrubada da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado (Marx e Engels, 1998, p. 80)."[9] Neste sentido, "o primeiro passo da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia (Marx e Engels, 1998, p. 86)"[10] (Almeida, 2011b, p. 211).

Primeiramente, é importante lembrar que Chávez nunca foi proletário nem de família de proletários, no sentido clássico da palavra. Assim, não se pode dizer que o processo que ocorre na Venezuela seja uma revolução operária uma vez que o proletariado não foi elevado à categoria de classe dominante. Houve sim, a substituição do bloco no poder, com Chávez sendo o líder dessa fração de classe que chegou ao poder, na qual se incluem os militares.

Para se compreender o processo liderado por Chávez é importante "compreender a inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política na ossatura institucional do Estado (...) de maneira tal que ela consiga explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse Estado (Poulantzas, 2000, p. 128)." Destaca-se que a luta que houve na Venezuela para que Chávez chegasse ao poder foi entre as frações de classe que já estavam apegadas ao Estado, com o resultado da prevalência dos militares. Nesse sentido, Chávez não é o povo no poder, mas membro e líder de uma fração do bloco que assume o Estado.

Quando se elevam os militares a classe dominante – que é precisamente o caso da Venezuela chavista – então se tem o primeiro passo de um Estado submetido aos que anteriormente já eram a força garantidora dos privilégios da classe dominante. "O primeiro (e não o último) passo da revolução proletária é a constituição do proletariado como classe dominante (Almeida, 2011b, p. 211)", que não é o que ocorreu nem há sequer algum vislumbre de que venha a ocorrer em futuro próximo na Venezuela. O que houve verdadeiramente no país foi que, com a chegada de Chávez ao poder, todos aqueles liderados por Chávez passaram a ter também alguma ligação com o Estado e se tornaram, a partir daí, a classe dominante. Como assevera Nicos Poulantzas, "o Estado tem um papel orgânico na luta e na dominação políticas: o Estado capitalista constitui a burguesia como classe dominante (Poulantzas, 2000, p. 128)," porém, como

[9] Aqui o autor faz referência a: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1998). *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.
[10] Idem.

o Estado Venezuela é capitalista, quem chega a dominar o Estado e seus aparelhos também detém o poder da burguesia.

O que estava sendo gestado na Venezuela não era um processo popular revolucionário, como Hugo Chávez e seus seguidores tentaram fazer crer, repetindo isso sempre. O que ocorreu nesse momento foi a publicização da divisão de classe dentro da própria classe dominante, ou seja, eram dois fragmentos da classe dominante tentando dominar a totalidade do Estado. Como compreendia Norberto Bobbio:

> Se por luta de classe se entende a luta entre classe dominante e a classe dominada, é preciso contudo reconhecer que o teatro da história apresenta muitos outros protagonismos e, com freqüência, bem mais terríveis, que são as classes dominantes em luta entre si, de cujo domínio as classes dominadas sempre foram instrumentos passivos ou vítimas inocentes (Bobbio, 2000, p. 345)

É necessário destacar que na Venezuela de Chávez, na verdade, não há revolução na medida em que não provocou rupturas na estrutura da sua base econômica. E "...contra o que pudesse parecer pelo discurso chavista, em matéria econômica não há ideias novas a respeito do passado. Talvez o particular da situação desde 1999 é o reforço da atuação estatal na propriedade dos ativos e sua regulação (Hidalgo, 2011, p. 177)."

> Tanto o marxismo como o estruturalismo consideram que as revoluções são processos históricos-sociais. Mas o primeiro enfoque atribui esse surto à influência de contradições objetivas do capitalismo com intervenções subjetivas das massas, em certas condições, países e circunstâncias. Consideram que o resultado desses episódios consiste em que um choque pelo controle do Estado, que opõe as classes sociais em disputa pelo poder. A revolução é um momento decisivo de processos mais prolongados, que definem quem orientará o desenvolvimento da sociedade (Katz, 2011, p. 88).

Houve, sim, reformas sociais que levaram a uma indiscutível melhora nos índices da pobreza e miséria, bem como no acesso da população em geral, principalmente a fatia mais necessitada, a serviços como saúde e educação; e ocorreu importante mudança política na disputa pelo controle do Estado, fato que se agrava a cada ano do governo Chávez.

Como afirmou em entrevista o ex-guerrilheiro e ex-amigo de Hugo Chávez Douglas Bravo:

> Na Venezuela a Revolução não está sendo aplicada, aqui se estão aplicando estritamente os paradigmas burgueses que estão forjando uma classe social, a que administra o Estado, que depois passa a ser o

> proprietário, como o foi o Comitê Central na URSS. Aqui se está criando uma burguesia com propriedades (Garzón & Barboza, 2009).

Chávez sabia que não adiantava apenas fazer frente ao Estado e a quem o estivesse governando, era importante também assumir as rédeas do Estado, pois este "representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo (*sic*) do *bloco no poder*, composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe)... (Poulantzas, 2000, p. 128-9)".

> Reitera-se a tese de que o proletariado se organiza "na luta contra a burguesia" e, "mediante uma revolução torna-se classe dominante", suprime as velhas relações de produção e, desta forma, suprime a si mesmo e à sua própria dominação de classe, o que significa a constituição de uma sociedade comunista. Esta, diferentemente da sociedade burguesa, será "uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição par ao livre desenvolvimento de todos" (Almeida, 2011b, p. 212).

O problema na Venezuela está no fato de que, ao invés de destruir a burguesia, os chavistas tomaram a predominância da vida econômica e criaram uma nova classe dominante, a boliburguesia. Asdrúbal Chávez, primo do Presidente falecido Hugo Chávez, é exemplo de membro dessa classe que nasceu com o chavismo. Os membros da boliburguesia são detentores de empresas privadas, mantidas principalmente por meio de negócios com o Estado; são dirigentes das principais empresas públicas; e são membros do alto escalão da administração pública no governo central e nos governos estaduais, todos com uma espécie de autorização tácita para usar, de maneira corrupta, os recursos públicos.

Como não foi possível tomar o Estado por meio de um golpe militar, Chávez compreendeu que teria que usar as armas da burguesia contra a própria burguesia, teria que caminhar nas regras da democracia burguesa, buscando chegar ao poder por meio do voto, e para isso era preciso que as pessoas endossassem o projeto chavista nas urnas, daí a busca não só pela simpatia do povo, mas por um apoio efetivo traduzido em sufrágio.

Para obter apoio popular foi necessário colocar o povo como participante do movimento. Lembra Chávez: "Sabíamos que o povo tinha simpatia por nós. Mas ainda não havia uma organização popular para canalizar o apoio. Assim foi quando nos veio a ideia dos comitês bolivarianos (Harnecker, 2005, p. 39)."

Essa simpatia do povo para com o movimento liderado por Chávez, mas principalmente para com o próprio Chávez, deu-se de maneira imediata quando de sua aparição em rede nacional convocando os companheiros para deporem as armas porque os objetivos que haviam estabelecido não tinham sido alcançados. No pronunciamento, famoso pela expressão "por ahora" (por enquanto), Chávez assume a responsabilidade pelo movimento, ganhando assim, com as 169 palavras pronunciadas, a simpatia a que ele se refere.

> Primero que nada quiero dar buenos días a todo el pueblo de Venezuela, y este mensaje bolivariano va dirigido a los valientes soldados que se encuentran en el Regimiento de Paracaidistas de Aragua y en la Brigada Blindada de Valencia. Compañeros: Lamentablemente, por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital. Es decir, nosotros, acá en Caracas, no logramos controlar el poder. Ustedes lo hicieron muy bien por allá, pero ya es tiempo de reflexionar y vendrán nuevas situaciones y el país tiene que enrumbarse definitivamente hacia un destino mejor. Así que oigan mi palabra. Oigan al comandante Chávez, quien les lanza este mensaje para que, por favor, reflexionen y depongan las armas porque ya, en verdad, los objetivos que nos hemos trazado a nivel nacional es imposible que los logremos. Compañeros: Oigan este mensaje solidario. Les agradezco su lealtad, les agradezco su valentía, su desprendimiento, y yo, ante el país y ante ustedes, asumo la responsabilidad de este movimiento militar bolivariano. Muchas gracias (Osorio, 2011).[11]

Com esse discurso, Chávez assume para si a responsabilidade não só do movimento, mas abraça a causa de todos os venezuelanos que viviam em situação econômica e social degradante e decadente. Para isso, Chávez evoca a figura de Simón Bolívar e todo o mito que o envolve como o caminho para sair da crise que o país vivia.

"A construção social de um mito adquire completa fortaleza em momentos de crise (...). Então o mito aparece - amiúde representado em caudilhos políticos salvadores - para restabelecer a confiança no futuro que parecia desvanecer (Arenas & Calcaño, 2011, p. 221), " e crise era a situação da Venezuela, que depois do Caracazo ainda não havia encontrado o caminho da estabilidade.

[11] Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo o povo da Venezuela, e esta mensagem bolivariana vai dirigida aos valentes soldados que se encontram no Regimento de Paraquedistas de Aragua e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros, lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que estabelecemos não foram obtidos na Capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês o fizeram muito bem por aí, mas já é tempo de refletir e virão novas situações e o país tem que rumar definitivamente a um destino melhor. Assim, que ouçam minha palavra. Ouçam ao comandante Chávez, que lhes lança esta mensagem para que, por favor, reflitam e deponham as armas porque já, na verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional é impossível que os alcancemos. Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço-lhes sua lealdade, agradeço-lhes sua valentia, seu desprendimento, e eu, ante o país e ante vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado. (Tradução do autor).

> Com efeito, quando a pugna política se torna extrema, abrem-se os caminhos pelos quais se pode deslizar uma perspectiva mítica em substituição de uma racional, como indicado por García Pelayo (1981). Nessas circunstâncias, segundo este autor, três coisas ocorrem: uma, que o adversário se construa como o compêndio das piores qualidades; dois, que a partir daí nos convertamos nós mesmos em depositários das melhores; e três, que esta bipolaridade se expanda a todos aqueles que não estejam conosco ainda que tampouco esteja com o outro. Geradas estas condições, a mesa estará servida para que se desate o pior do que os humanos somos capazes: a violência substituirá então a política como fórmula para dirimir as diferenças. A aniquilação do outro será um mandato: o desejado encontro mítico com o reino feliz dos tempos finais assim o demandará (Arenas & Calcaño, 2011, p. 221-222).

Ao tomar para si a tarefa de transformar a Venezuela, Chávez pensa em fazê-lo a seu modo, e isso incluía, como o episódio do 4-F acabara de mostrar, o uso da violência, ao mesmo tempo em que se apresentava como o representante e continuador do mito de Bolívar. Também queria eliminar o filtro das instituições e dos partidos políticos e dialogar diretamente com o povo. Era praticamente o novo Luís Bonaparte.

> Chávez se fez mito a partir de qualidades que as pessoas lhe atribuíram à raiz da insurgência do 4 de fevereiro: patriótico, nacionalista, latinoamericanista são os valores que o distinguem - por oposição aos corruptos, traidores e entreguistas, representantes do velhos sistema - e o comparam com Bolívar. O mito Chávez bebe da fonte do mito original do Libertador como herói sagrado e nos devolve a figura do militar golpista como "continuador do ideário de Bolívar, transformado assim em seu descendente"[12] (Arenas & Calcaño, 2011, p. 226).

Com essa postura, Chávez passa a propor um novo arcabouço jurídico, uma nova constituição, para poder oferecer mudanças verdadeiras, como de fato acontece ao longo dos sucessivos governos de Hugo Chávez, que recorda:

> Da prisão em Yare continuamos a desenvolver e a expandir a ideia da assembleia constituinte. E alguns dos civis, intelectuais, e setores acadêmicos começaram a escrever sobre o assunto. A proposta teve um surto momentâneo de popularidade, mas então Caldera foi eleito e a ideia foi jogada para um lado até mais tarde, quando saímos da prisão. Saímos da prisão para viajar pelo país com essa proposta, e acima de tudo, saímos para empurrar essa ideia, desenvolvê-la. Começamos a estudar os teóricos do poder constitucional. (Harnecker, 2005, p. 41)

[12] O trecho entre parênteses se refere a MONTERO, Maritza (1994). "*Génesis y desarollo de un mito político*". Tribuna del investigador, volumen 1, número 2.

Vê-se claramente como o movimento político e ideológico de Chávez ocorre sem a participação popular, um movimento pensado por pessoas que se consideravam ter a base ideológica que seria capaz de orientar o movimento, todavia se vê também que, após perceber que sem o povo o movimento não teria força, Chávez passa a buscar o apoio popular, ou seja, o movimento bolivariano capitaneado por Hugo Chávez não é popular porque não nasceu do povo, mas este o abraçou, popularizando assim o movimento, que é popularizado, mas não é popular.

Chávez sabia que precisava do povo, por isso repete em várias ocasiões: "Como dizia Simón Rodriguez, o mestre, a força material está no povo, e a força moral no movimento. E eu lhe agreguei uma terceira reflexão: a força transformadora no movimento da massa consciente e acelerada (Dieterich, 2007, p. 58)."

Nesse esforço por popularizar seu movimento, Chávez passou a palmilhar a Venezuela, conhecendo de perto os problemas e as necessidades da população mais carente, e, como é de se esperar, projetando-se politicamente.

> Eu me dediquei a percorrer o país povoado a povoado, comunidade a comunidade, a conformar uma organização do que era então o MBR-200, nome original de nosso movimento: Movimento Bolivariano Revolucionário 200, em todo o país; a escrever; a estudar; a fazer equipes e a nos afiançar como força política. Daí que por isso chamei a não votar nas eleições de 1995, que eram regionais. E já então, claro, carregávamos a proposta: o assunto não era a abstenção passiva, era abstenção ativa. Quer dizer, não votemos, mas exijamos referendo para ir à Constituinte. Desde então, e de muito antes, essa bandeira constituinte nós a carregamos como o eixo central da proposta macropolítica (Dieterich, 2007, p. 47).

Em outra entrevista Chávez recorda:

> Fomos de cidade em cidade com a bandeira da assembleia constituinte, construindo a organização, fortalecendo-a. Por exemplo, estabelecemos coordenadores locais e regionais do MBR 200. Passamos de uma organização militar clandestina para um movimento popular, embora sempre houvesse a presença militar; era um movimento cívico-militar (Harnecker, 2005, p. 42).

E a cada caminho percorrido, Chávez compreende mais e mais que não se pode chegar ao poder rompendo com a velha política sem apoio popular, daí a busca por apoio de grupos sociais, como ele revela:

> Grupos sociais e políticos eram chave para navegar no nosso caminho; Assim reconhecemos a necessidade de estabelecer alianças. Então reunimos vários projetos, um dos quais era a assembleia constituinte popular; outros incluíam defender o padrão de vida do povo, defender

> a soberania nacional e o poder polinomial. Esses projetos foram incluídos em um megaprojeto chamado 'organização do movimento popular' (Harnecker, 2005, p. 42).

Esse megaprojeto era composto de diversos projetos. Como o próprio Chávez explica, cada projeto "precisava de um motor para levá-lo adiante. Começamos a ter experiências formativas, já nesse tempo. Foi quando tivemos a idéia dos comitês Bolivarianos da assembleia constituinte (Harnecker, 2005, p. 43)."

O povo de fato passa a integrar o movimento bolivariano como base de sustentação do projeto chavista, no entanto o exército sempre manteve um papel de preponderância e precedência, que se acentua no novo Estado venezuelano, que nasce com a constituição de 1999.

Nesse projeto, visto com três eixos, Chávez explica que: "Estas são nossas três cartas: uma força moral que é invisível, porém move muito como um dínamo; uma força popular que vai crescendo e uma força militar que está aí (Dieterich, 2007, p. 58)," admitindo assim a dianteira dos militares em relação aos civis.

O papel central dos militares é claro nos governos de Hugo Chávez, que entendia que os militares deveriam buscar, como fizeram depois de 1992, aproximar-se do povo, porém mantendo seu papel central de idealizador e executor das ações do Estado:

> ...É necessário e vital para o projeto de independência da América Latina que os militares comecem a assumir um novo papel em cada país, unindo-se a seu povo e que não atuem nunca mais como se fossem exércitos de ocupação em seu próprio território, comandados por Washington ou por forças transnacionais ou por oligarquias crioulas que utilizam os militares como guardiões para arremeter contra seu próprio povo e cuidar dos grosseiros privilégios das elites dominantes do continente (Dieterich, 2007, p. 87).

Esse desejo de que os militares não atuassem como força em defesa das elites dominantes, ou da classe dominante, não foi cumprido, porque as forças armadas venezuelanas hoje em dia atuam para garantir os privilégios do novo bloco no poder, de uma classe dominante que se instalou no Estado, obtendo lucros e vantagens por meio do saque ao Estado, formando o que se passou a chama de *boliburguesia*. Como lembra Álvaro García Linera, "o risco é priorizar a parte monopólica do Estado: já não será um governo dos movimentos sociais, será uma nova elite, uma nova burocracia política (Linera, 2010, p. 31)."

O Estado venezuelano de 2012 difere muito pouco daquele do Século XX no que se refere à sua existência e gerenciamento para o benefício de uma classe dominante que tem seu poder econômico baseado no controle da produção de petróleo e no comando das forças armadas.

O Estado venezuelano de 2012, novo no comando e velho nas suas práticas, foi sendo gestado ao longo de 14 anos de governo de Chávez marcados por uma série de acontecimentos importantes não só para quem estava investido no cargo, mas também para a própria história da Venezuela.

2.4 Norberto Ceresole: lições de caudilhismo

Dentre as várias influências que Hugo Chávez sofreu ao longo de sua formação, merece destaque o papel do sociólogo argentino Norberto Ceresole, que teve uma vida cheia de controvérsias. Ao escrever sobre as influências sobre Hugo Chávez, Teodoro Petkoff entende ser imperativo levar em conta Norberto Ceresole.

> Por último, há que recordar a influência, direta e inequívoca, do primeiro ideólogo com o qual contou Chávez, em sua saída do cárcere em 1994, o "teórico" argentino Norberto Ceresole – conotado antissemita e filonazista – a quem deve uma das premissas mais constantes e efetivas: o caudilho deve se ligar com "as massas" sem mediação institucional alguma (Petkoff, 2010, p. 147).

Norberto Ceresole estudou na França, na Alemanha e na Itália; foi membro dos motoneros na Argentina; assessorou Juan Velazco Alvarado – ídolo de Chávez – , quando este esteve à frente do governo do Peru de 1968 a 1975. Viveu um período na União Soviética, onde se tornou membro da Academia de Ciências. Relacionou-se com vários governos militares na América Latina e no Oriente Médio.

Depois de receber indulto de Rafael Caldera, Hugo Chávez tem seu primeiro contato com Norberto Ceresole em Buenos Aires em 1994. Nesse mesmo ano ainda se encontraram na Colômbia e na Venezuela.

Em terras de Simón Bolívar, Ceresole e Chávez viajaram juntos de carro pelo interior do país, quando o argentino viu com bastante admiração a relação direta entre Chávez e o povo. O então Presidente da República, Rafael Caldera, não tolerou a presença de Ceresole, interpretada como ingerência em assuntos internos, razão por que determinou a expulsão do sociólogo em 15 de junho de 1995.

A expulsão não foi mera rixa política. Quando detido, Norberto Ceresole levava consigo um documento intitulado Proclamação à Nação da Frente Nacional Bolivariana, no qual defendia o golpe de 1992, razão da prisão de Chávez e do impeachment de Carlos Andrés Pérez.

É desse período que teria nascido, a partir da observação da relação de Chávez com o povo, uma teoria de Norberto Ceresole "que, sustentando-se na união do exército e do povo em um movimento cívico-militar, justifica a necessária concentração do poder em um só hierarca (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 360)."

> Depois do triunfo eleitoral, expressou essa mesma tese dessa maneira: "A ordem que emite o povo da Venezuela no 6 de dezembro de 1998 é clara e terminante. Uma pessoa física, e não uma ideia abstrata ou um 'partido' genérico, foi 'delegada' – por esse povo – para exercer um poder. (...) Há então uma ordem social majoritária que transforma um antigo líder militar em um caudilho nacional" (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 360).

Chávez justificava a atuação das forças armadas como uma forma de integração entre civis e militares citando Mao Tsé-Tung, que falava da interdependência entre esses dois setores sociais. "Mao disse, como você sabe, que 'as pessoas estão para o exército assim como a água está para o peixe'(Harnecker, 2005, p. 35)", recordou Chávez em entrevista, evitando assim citar o nome de Norberto Ceresole, que trouxe dissabores a Chávez.

Na verdade, quando Hugo Chávez disse a Marta Harnecker que essa união cívico-militar era uma idéia tomada de Mao Tsé-Tung, escondeu que essa tese foi-lhe entregue em mãos pelo próprio Ceresole, que acrescentou o que havia de mais importante como legitimação para a forma como Chávez se relacionava com as massas, que era a necessidade de um caudilho, um líder militar, para conduzir o povo.

> Na fórmula do sociólogo argentino, publicada formalmente em Madri no ano 2000, estabelece-se que o caudilho garante o poder através de um partido cívico-militar, que serve como intermediário entre a vontade do líder e a massa. O modelo leva o nome de "pós-democracia" e destaca, entre seus valores, a manutenção de um poder concentrado, unificado e centralizado (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 360).

O texto de Norberto Ceresole entrou na pauta de debates na Venezuela porque ele escrevia sem subterfúgios, sem eufemismos, sem metáforas, e isso escancarava o caráter militarista e golpista do chavismo já no início. O texto não deixa dúvidas sobre o papel que Hugo Chávez, enquanto caudilho escolhido por uma massa,

deveria exercer nas escolhas sobre o futuro da Venezuela tanto no campo interno como nas relações internacionais.

> Há então uma ordem social majoritária que transforma um antigo líder militar em um caudilho nacional. A transformação daquele líder neste caudilho tivesse sido impossível de não haver mediado: 1) o golpe de Estado anterior não consumado e, 2) de não haver-se produzido a decisão democrática do povo da Venezuela do 6 de dezembro de 1998. É uma decisão democrática poucas vezes vista na história moderna o que transforma um líder "golpista" em um chefe nacional. Houve decisão democrática (6 de dezembro de 1998) porque antes houve uma militarização da política (27 de fevereiro de 1989 e sua contraparte inexorável, o 4 de fevereiro de 1992). Essas três datas estão íntima e indissoluvelmente unidas. O anterior golpismo — a necessária militarização da política — foi a condição *sine qua non* da existência de um Modelo Venezuelano pós-democrático. Daí que não deve surpreender a ninguém o aparecimento – no futuro imediato – de um "partido" cívico-militar, como condutor secundário – detrás do caudilho nacional – do processo revolucionário venezuelano (Ceresole, 1999).

O argumento de Norberto Ceresole de que o 4-F é conseqüência direta do 27-F foi replicado por Hugo Chávez centenas de vezes ao longo de sua vida. É uma forma de legitimar sua atuação golpista, por isso Ceresole foi tão importante para Chávez, dando a este um argumento coerente, com pretensões científicas, para justificar não apenas a tentativa de golpe de 1992, mas também a centralização do poder nas mãos do Presidente da República e a militarização do Estado, repleto de militares ocupando cargos importantes nos vários níveis da administração pública, além de autorizar que o chefe de Estado prescinda das instituições e tenha um relacionamento direto com a população, numa espécie de bonapartismo bolivariano.

Essa relação com o povo, a centralização do poder sem intermediações, a concentração do poder e a militarização do Estado constituíam, para Norberto Ceresole, um modelo inédito, portanto, revolucionário.

Já em 1999, o sociólogo argentino apontava para o socialismo – e talvez isso tenha desagradado a Chávez, que ainda não estava seguro de que falar em socialismo pudesse trazer votos e popularidade –, mas apenas apontava, sem mais detalhes, afirmando que "o modelo venezuelano não se parece com o conhecido, embora nos lembre uma história própria, que geralmente temos negado por nossa anterior adscrição e subordinação ante os tabus do pensamento ocidental-racionalista (marxismo incluído) (Ceresole, 1999)", posição semelhante à adotada por Hugo Chávez quando disse que não era marxista nem anti-marxista, deixando-se ficar num certo

limbo, mais tarde esclarecido ao se assumir publicamente como seguidor do pensador alemão.

Ceresole não se furtava em trazer à tona a temática do socialismo, evitada por Chávez até 2005, mas certamente remoída durante esses anos e formulada adequadamente para apresentar ao povo venezuelano. O argentino propunha um futuro socialismo na Venezuela que seria diferente das experiências do século XX – argumento repetido por Chávez – "porque nem a 'ideologia' nem o 'partido' desempenham papéis dogmáticos, sequer significativos. Em todos os casos conhecidos os partidos comunistas chegam ao poder por guerra civil interior, guerra internacional ou invasão militar", e esse não teria sido o caso da Venezuela, por isso daí nasceria outra democracia (Ceresole, 1999).

Assim, Norberto Ceresole acrescenta, a respeito do modelo venezuelano, que este:

> Diferencia-se do modelo democrático (tanto liberal como neoliberal) porque dentro da ordem popular (mandato) está implícita – com claridade meridiana – a ideia de que o poder deve permanecer concentrado, unificado e centralizado (o povo elege a uma pessoa (que é automaticamente projetada ao plano da metapolítica) e não a uma "ideia" ou "instituição"). Não é um modelo "anti-democrático", mas "pós-democrático" (Ceresole, 1999).

O sociólogo argentino assevera ainda que o modelo que estava nascendo na Venezuela com Hugo Chávez:

> Diferencia-se dos caudilhismos tradicionais ou conservadores, porque o mandato ou ordem popular que transforma um líder militar em um dirigente nacional com projeções internacionais foi expresso não só democraticamente, mas também, ademais, com um sentido determinado: conservação da cultura (independência nacional), porém transformação da estrutura (social, econômica e moral). É distinto dos nacionalismos europeus do primeiro pós-guerra, por alguns dos elementos já assinalados que o diferenciam do "socialismo real": nem "partido" nem "ideologia" cumprem funções motoras dentro do modelo, embora aqueles partidos nacionalistas tenham chegado ao poder por decisões originalmente democráticas (voto popular) (Ceresole, 1999).

A teoria de Norberto Ceresole serviu bem para Hugo Chávez porque tanto Chávez é fruto da cultura caudilhista militarista da Venezuela como esta teoria foi oferecida a um público, se não acostumado, já com bastante experiência de governos militares, muitos dos quais apresentados como heróis nacionais, iniciando-se com o próprio Simón Bolívar.

> A história venezuelana representa um caldo de cultivo muito propício para este paradigma: 67 por cento dos governos venezuelanos, entre 1830 e 1999, foram liderados ou estiveram dirigidos por pessoas ligadas ao mundo militar, caudilhista ou pretoriano. Também o caso particular de Hugo Chávez oferece um território ideal para todo este andaime que legitima o caudilhismo personalista e a hegemonia militar como única esperança, como a grande solução política (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 361).

A visão explicitada na citação acima está em consonância com a ideia de Guillermo Boscán Carrasquero:

> A história venezuelana tem estado claramente caracterizada por uma visão hierárquica do poder político. Tal circunstância, que constitui um legado da colonização espanhola, tem-se materializado, fundamentalmente, na presença reiterada de líderes carismáticos, geralmente provenientes do âmbito castrense. Bolívar, Guzmán Blanco, Gómez e, agora, Chávez representam um conjunto de governantes militares que abarcam mais de 150 anos em apenas dois séculos de história independente. Este aspecto importante da cultura política do venezuelano fez deste país o cenário apropriado para a propagação das ideias de Ceresole. Isto explica a rapidez com que seu trabalho, especialmente sua visão sobre a relação caudilho, exército e povo, tem ocupado um lugar relevante no discurso dos impulsores da revolução bolivariana. Em tal contexto, suas ideias adquiriram grande importância e passaram a se constituir em um aspecto crucial para compreender dito processo político (Boscán Carrasquero, 2010).

Vendo-se prejudicado por Ceresole, Hugo Chávez, assim como fez Rafael Caldera a seu tempo, também expulsou o sociólogo argentino e pelo mesmo motivo alegado por Caldera: interferência em assuntos internos.

Chávez rompeu com Ceresole, mas jamais abandonou suas ideias, e ao que parece, até as aprofundou. Depois de 2007, quando no referendo popular a população rechaçou a reforma constitucional proposta pelo governo, todas essas facetas propostas por Norberto Ceresole se tornaram mais incisivas, mais fortes, ajudando a modelar o Estado chavista.

> Antônio Rivas Leone e Luis Caraballo Vivas[13] abordam a experiência chavista como o resultado normal do declive bipartidarista da etapa histórica precedente. Em tal sentido, não há mudança em Chávez, somente a exacerbação caudilhista de cunho militar que, apoiando-se na fadiga cívica e no clima de desencanto provocado pelas promessas não cumpridas da democracia, alimenta aspirações coletivas de transformação política (Ramos Jiménez, 2011, p. 14).

[13] Ver_ RIVAS LEONE, José Antonio & CARABALO VIVAS, Luis (2011). *El rol de los partidos políticos en La (in)gobernabilidad de la democracia en Venezuela*. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

Palavras de Chávez mostram a incorporação das ideias de Ceresole nos seus discursos e na sua prática. Por exemplo, sobre a relação entre o caudilho (o líder) e o mito, Chávez afirma:

> Eu creio que se trata de vencer a barreira desses homens que a situação coloca em posição de líderes, que surgem em um momento determinado e que os povos aceitam e elevam à condição de salvadores. Se tomarem consciência real, abstraem-se de sua mesma pessoa e vem o processo de longe, olhando-se a si mesmos e o interpretam, aí é onde eu creio que se pudesse reinterpretar o caudilhismo, para que se pudesse seguir estando em jogo. *Se essa pessoa entende isso, e dedica sua vida, seu esforço em coletivizar através de seu poder "mítico" os líderes, projetos, ideias, se isso ocorrer assim, abstraindo-me de todos os processos, justificaria a presença de um caudilho* (Blanco Munõz, 1998, p. 172, apud Arenas & Calcaño, 2011, p. 234).

Chávez tinha um projeto de poder que incluía ações de caudilho, e soube aproveitar o mesmo histórico do declínio da política e do Estado para se apresentar como o salvador, alguém que realmente estava ao lado dos pobres, mas sua assunção ao poder não pode ser entendida como mudança estrutural, câmbio na política ou mesmo fortalecimento institucional.

O que o Presidente Chávez queria era assumir o Estado e toda a sua estrutura de poder, pois "o Estado, tal como pensado por Marx nas suas "obras históricas", constitui o alvo primordial da luta política exatamente por concentrar um enorme "poder decisório" e uma significativa capacidade de alocação de recursos (Codato & Perissinotto, 2001, p. 23)." O Estado é a concretização do projeto de poder.

CAPÍTULO 3

3. Estado Bolivariano no pré-golpe (1999-2002).

Depois de percorrer o país e de muitos debates em várias partes da Venezuela e do mundo – no Brasil, inclusive –, Hugo Chávez se lança candidato nas eleições presidenciais de 1998, em franca desvantagem em relação aos seus principais concorrentes no que se refere a recursos financeiros e espaços nos meios de comunicação, dominados pela elite que dirigia o país.

Embalado pela popularidade do levante militar de fevereiro de 1992, levando no discurso a proposta de resgate da dignidade do povo, de atendimento aos mais necessitados e conduzindo sempre consigo a figura de Simón Bolívar, Chávez, que já gozava da simpatia do povo e conhecia os problemas da sociedade venezuelana, concorre contra candidatos da burguesia e consegue que sua mensagem chegue ao povo.

Em dezembro de 1998, os venezuelanos foram às urnas e com 56,5% dos votos elegeram Hugo Rafael Chávez Frías Presidente da República, numa vitória histórica, pondo fim à democracia puntofijista, mantida sob uma falsa alternância de poder, que mudava o presidente para que tudo permanecesse como estava.

Na posse, ocorrida no dia 02 de fevereiro de 1999, faz seu famoso juramento à "Constituição moribunda":

> Juro diante de Deus, juro diante da Pátria, juro diante do meu povo que sobre esta moribunda Constituição impulsionarei as transformações democráticas necessárias para que a República nova tenha uma Magna Carta adequada aos novos tempos. Eu juro (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 188-189).

Agora incumbido do cargo, Chávez se impõe algumas tarefas importantes, como alavancar a economia do país – que sequer dispunha de dinheiro para pagar salários –, atrair investidores estrangeiros, atender as demandas mais básicas da população, e, principalmente, escrever uma nova constituição que lhe desse legalidade aos atos que teria que praticar para cumprir aquilo que era ao mesmo tempo anseio de uma grande parcela da população e, na boca de Chávez, promessa de campanha, e isso ficou demonstrado de maneira inequívoca no momento em que chama de moribunda a constituição de 1961.

Isso porque, apesar de ter aceitado o instrumento do voto como meio para chegar à Presidência da República, Chávez tinha consciência de que não permaneceria muito tempo no cargo e na disputa hegemônica se não mudasse as regras do jogo. Sabia que para mudar a sociedade, minimamente que fosse, teria que mudar a base jurídica que dava sustentação à democracia nascida em Punto Fijo. Daí reiteradamente afirmar que buscava fazer "uma revolução política através do processo constituinte. Uma revolução política significa demolir as velhas estruturas políticas que estão carcomidas. Derrubar o edifício velho e construir um novo (Dieterich, 2007, p. 79)."

Estava claro para o novo presidente que mudanças no campo da economia também teriam de ocorrer:

> No econômico também necessitamos de uma revolução econômica. Um modelo humanista, de auto-gestão, endógeno fundamentalmente, que não se feche ao mundo, mas que tenha sua força interna, que potencie sua força interna, que satisfaça as necessidades básicas da população, que seja um modelo equilibrado que permita ao homem e à mulher ter emprego, ter um bom salário, e viver com dignidade (Dieterich, 2007, p. 79).

Aqui, Chávez fala em revolução, que ainda não aconteceu, uma vez que revolução traz a ideia de ruptura, e isso, na Venezuela, de fato, ainda não ocorreu e, pelo rumo que o Estado vem tomando, é pouco provável que venha a ocorrer. O próprio Hugo Chávez reconhece que ainda não houve ruptura.

> Houve uma tese conformada por três fases. Cumpriram-se duas. Primeira: ofensiva massiva, quer dizer, uma ofensiva popular que se deu e segue em marcha (...). Segunda: Aceleração estratégica (...). E a terceira fase, que não aconteceu, é o desencadeamento histórico, quer dizer, é a ruptura do velho, que fique para trás definitivamente e que nasça o novo. Isso ainda não aconteceu. É a terceira fase. Vamos em direção a ela (Dieterich, 2007, p. 48).

Na mesma sessão de posse, Chávez assina sua primeira medida como Presidente da República: convocar um referendo popular para opinar sobre a formação de uma Assembléia Constituinte para escrever uma nova Carta Magna.

Para aplacar a ansiedade do povo por melhorias, o presidente põe em marcha o Plano Bolívar 2000, pelo qual pôde responder a necessidades básicas prementes de parcelas da população que já não suportavam mais esperar por serviços públicos retirados ou em más condições de funcionamento em virtude da situação econômica precária por que passava a Venezuela.

E a situação econômica era o primeiro e principal gargalo para o desenvolvimento das atividades do novo governo, cujo titular corre o mundo em busca de investimentos estrangeiros – ainda não se falava com tanta verve de antiimperialismo –, por um lado, e, por outro, buscando reorganizar e reunir a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) a fim de elevar o preço do principal produto de exportação da Venezuela: o petróleo.

Com o governo funcionando minimamente, tendo algum dinheiro para manter certas atividades, o Plano Bolívar levando serviços e esperança para setores da população e com a Constituição pronta, a Venezuela agora podia preparar novos códigos e leis para regulamentar a vida no país. E foram essas leis que levaram ao primeiro grande embate de classe no país depois de 1999, culminando com a queda de Hugo Chávez, em 2002.

Para entender melhor o que aqui se denominou de Estado Bolivariano no Pré-Golpe, são analisadas abaixo, por etapas, a formação do Estado venezuelano de 1999 a 2002, período que vai do início do governo de Hugo Chávez até a queda deste por forças antagônicas ao projeto que o novo presidente representava, projeto que não alterava radicalmente o caminho percorrido pelo país até então, mas que forçava a mudança do bloco no poder.

3.1 O Estado veste roupas novas (a Nova Constituição).

No dia 25 de abril, por meio de referendo, 62,4% da população aprova a convocatória de uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC). “No dia 25 de julho, mais de mil candidatos disputam os 128 assentos em jogo. (...) O oficialista Pólo Patriótico, (...) obtém 95% das cadeiras (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 195).”

Eleitos os deputados constituintes, Chávez oferece à Assembleia, em um discurso proferido em 05 de agosto, o que chamou de “algumas ideias para discussão” (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 196). Essas ideias eram um esboço de noventa páginas de uma Carta Magna. Ou, como lembra Pádua (2008, p. 112-113), “a elaboração da nova Constituição não se baseou em um anteprojeto, mas sim em um documento emitido pelo Presidente da República intitulado ‘Idéias Fundamentais para a Constituição Bolivariana da V República’”.

Para a oposição, esse era mais um sinal de que o governo Chávez caminhava lentamente, mas de forma inequívoca e inexorável, para a centralização e concentração de poder nas mãos do presidente, que queria ditar tudo, até mesmo a Constituição.

No discurso à Assembleia Constituinte, Chávez citou mais uma vez Simón Bolívar, agora mencionando o seguinte trecho do Discurso de Angostura:

> Nossas Leis são funestas relíquias de todos os despotismos antigos e modernos; que este edifício monstruoso seja derrubado, caia e apartando até suas ruínas, elevemos um Tempo à Justiça, e sob os auspícios de sua Santa inspiração ditemos um Código de Leis Venezuelanas (Bolívar, 2004, p. 93-94).

Em virtude da força, da proatividade e da liderança de Chávez naquele momento da história venezuelana, não é de admirar que praticamente tudo o que propôs tenha sido aceito e aprovado.

> Entre outras [propostas], destacam-se a reeleição imediata, alongam o período presidencial de 5 para 6 anos – Chávez terá a chance de permanecer no poder 12 anos seguidos – a introdução da figura do Poder Moral, partindo de uma idéia de Simon Bolívar, o voto militar e até a mudança de nome do país: de República da Venezuela para República Bolivariana da Venezuela. Também uma proposta nova e arriscada: a possibilidade de revogação de funcionários públicos, inclusive a do próprio chefe de Estado (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 197).

No processo de elaboração das leis, os deputados foram incentivados a conversar com suas bases, falar com as pessoas, fazer reuniões nas comunidades. Além disso, o governo abriu linhas telefônicas para ligação gratuita a fim de receber sugestões da população. Hugo Chávez lembra:

> Os delegados da Assembleia organizaram assembleias regionais para receber sugestões (...). Creio que uma ou duas vezes por semana eles iam às regiões onde haviam sido eleitos para organizar as assembleias, conversar, explorar ideias, procurar projetos (Harnecker, 2005, p. 49).

Em cinco meses, a Venezuela pariu uma nova Constituição, curto período se comparado ao que se passou no Brasil na elaboração da Carta vigente, para cuja elaboração foi instalada a Assembleia Constituinte em 1º de fevereiro de 1987, tendo sido seus trabalhos encerrados com a promulgação da nova Constituição em 05 de outubro de 1988.

Quando a Constituição da República Bolivariana da Venezuela foi publicada na "*Gaceta Oficial*", numa quinta-feira, 30 de dezembro de 1999, depois de

ser aprovada por referendo popular em 15 de dezembro de 1999, tornava-se realidade um ideal construído e amadurecido ao longo de décadas por um grupo de pessoas, Hugo Chávez principalmente, que acreditavam que Simón Bolívar tinha muito mais a contribuir com a nação venezuelana do que até aquela data tinha sido aproveitado pela classe dominante do país. Era, para Hugo Chávez, o nascimento da V República, a refundação da nação, que, para acontecer, seria necessário reunir o passado, o presente e o futuro. O passado é Simón Bolívar, o presente é a nação, e o futuro, uma nação com justiça social, que mais tarde se transforma em busca pelo socialismo.

As novidades inseridas na nova Constituição, que é a 27ª da história venezuelana, impõem mudanças importantes no que concerne aos campos ideológico, político, econômico e social. No campo ideológico, Simon Bolívar é abraçado como a figura central e como pai fundador da pátria, em torno do qual o país deve se inspirar e cujos ensinamentos devem ser seguidos.

No campo da política, as mudanças ocorreram já no momento de se obter autorização para a realização do referendo que autorizou a eleição de uma Assembleia constituinte, passando pela forma como foi elaborada, até mudanças na estrutura e funcionamento da República.

A economia, pela Constituição, tem que levar à justiça social e ser administrada de modo a permitir a participação dos cidadãos e a solidariedade, embora não proíba a competitividade, que ainda continua como parte integrante do funcionamento do sistema econômico do país.

Em nome da busca por melhorar a vida das pessoas, a Constituição trouxe enormes ganhos sociais para um país cuja parte pobre e miserável da população chegava a praticamente 70% dos habitantes das terras de Bolívar.

Assim, em virtude da mudança do direcionamento ideológico, logo no Preâmbulo do texto constitucional, invoca-se "...o exemplo histórico de nosso Libertador Simón Bolívar... (República Bolivariana de Venezuela, 2009)", e esclarece-se que a Constituição e o novo Estado venezuelano serão norteados pelo ideário político de Bolívar, "O Libertador". A referência a Bolívar no preâmbulo vem logo após a menção a Deus, mostrando o Libertador quase como um semideus, fundador da pátria, pai de todos os venezuelanos.

É a retomada do culto a Bolívar, porém com muito mais força, e com Hugo Chávez se sentindo e se apresentando como filho de Simón Bolívar, cujas frases de

efeito Chávez repete em inúmeras oportunidades e cujo ideário foi assimilado em parte, mas que ajuda para reaviar o mito em nome do qual se constrói uma nova República.

Essa referência a Simón Bolívar não é exclusiva da Constituição de 1999, pois a Carta Magna de 23 de janeiro de 1961 também traz em seu preâmbulo O Libertador como expressão mais alta do "pensamento e ação dos grandes servidores da pátria (Congreso de La República de Venezuela, 1961)." Mas em 1999, Bolívar se torna a figura central, o símbolo unificador da nação, aquele cujo ideário deve ser seguido pelos cidadãos e pelo Estado.

No Título I da Carta Magna, onde estão listados os princípios fundamentais, o nome de Simón Bolívar aparece logo no primeiro artigo, mostrando que o general caraquenho é a base da V República: "Artigo 1. A República Bolivariana da Venezuela é irrevogavelmente livre e independente e fundamenta seu patrimônio moral e seus valores de liberdade, igualdade, justiça e paz internacional na doutrina de Simón Bolívar, o Libertador (República Bolivariana da Venezuela, 2009, p. 153)."

> A Constituição da República Bolivariana da Venezuela, ao recuperar um ideário que marcou decisivamente a sua história através da figura de Simón Bolívar, cujo pensamento está profundamente marcado na memória do povo, libera toda uma energia política indispensável à concretização de seu projeto político, que transcende as fronteiras da própria nação... (Vieira, 2005b, p. 66).

Ideologicamente, a Venezuela também se orienta por aqueles que estiveram ao lado de Simón Bolívar na luta de independência e criação da Venezuela, como se lê nas primeiras linhas do preâmbulo da Constituição:

> O povo da Venezuela, em exercício de seus poderes criadores e invocando a proteção de Deus, o exemplo histórico de nosso Libertador Simón Bolívar e o heroísmo e sacrifício de nossos antepassados aborígines e dos precursores e forjadores de uma pátria livre e soberana (República Bolivariana de Venezuela, 2009, p. 151).

Talvez a maneira mais eloquente de dizer que a Venezuela se curva diante de Bolívar é a mudança do nome do país para República Bolivariana da Venezuela. O novo nome tem como objetivo sinalizar que "a Venezuela é apenas um dos países que o seu fundador, Simón Bolívar, libertou e que poderia, no futuro, pertencer a uma federação de 'Repúblicas Bolivarianas' (Wilpert, 2007, p. 30-31)."

> Através de um novo sacramento cívico se encontrou em um único ator da história o destino da Venezuela em termos legais que ninguém pode evitar. O manual da nacionalidade concedeu ao pensamento do grande homem a qualidade da palavra sagrada. O libertador chega, pois, por cima da liturgia secular. Mas como acedem ao altar os bem-

> aventurados que passam filtro do Vaticano e recebem a benção do Papa: sem dúvida e para sempre (Pino Iturrieta, 2003, in: Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 149).

A Constituição de 1999 traz a influência política direta de Simón Bolívar na sua composição ao incorporar propostas deste adaptadas para os dias atuais de modo a servir para a moderna Venezuela. Por exemplo, ainda no tempo de Bolívar, "além dos três poderes consagrados por Montesquieu – executivo, legislativo e judiciário, em ambas as constituições é estabelecido um quarto poder: em Angostura, o Poder Moral; na Bolívia, o Poder Eleitoral (Souza, 2011, p. 30)."

Na Constituição venezuelana de 1999, fixa-se que o Poder Público Nacional se divide em Executivo, Legislativo, Judiciário – até aqui nada de novo –, Poder Cidadão e Poder Eleitoral, os dois últimos poderes sendo a novidade incorporada a partir das propostas de Simón Bolívar.

O Poder Cidadão, que, além de gozar de autonomia, funcional, financeira e administrativa, "funciona como um instrumento de fiscalização popular sobre o Estado (Paula & Oliveira, 2010, p. 44)", é exercido pelo Conselho Moral Republicano, de acordo com o artigo 274, e é composto pelo Defensor ou Defensora do Povo, o/a Fiscal Geral e o Controlador ou a Controladora Geral da República. Esses órgãos têm como função:

> ...prevenir, investigar e sancionar os feitos que atentem contra a ética pública e a moral administrativa; velar pela boa gestão e a legalidade no uso do patrimônio público, o cumprimento e a aplicação do princípio da legalidade em toda a atividade administrativa do Estado... (República Bolivariana da Venezuela, 2009, p. 299)

O Poder Eleitoral é exercido pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), ao qual estão subordinadas a Junta Eleitoral Nacional, a Comissão de Registro Civil e Eleitoral, e a Comissão de Participação Política e Financiamento.

Formalmente, esses dois novos poderes, de inspiração bolivariana, têm autonomia e independência, inclusive financeira, para cumprir com suas obrigações constitucionais.

Todavia, o poder do povo venezuelano fica explícito quando a Constituição submete a Assembleia nacional às decisões dos eleitores, pois matérias importantes, como reformas constitucionais, só têm validade depois de passar por referendo popular. Na nova Carta estabelece-se que "o povo tem participação efetiva no processo legislativo por meio do poder de iniciativa de leis, aqueles conferidos pelos referendos,

com respeito à confirmação e revogação de leis, e o de revogação de mandatos (Vieira, 2005, p. 81).” Diferentemente da Constituição de 1961, a Carta aprovada em 1999 oferece esses instrumentos de democracia direta, com possibilidade verdadeira de participação do povo nos assuntos do Estado.

> No artigo 3º da [Constituição] anterior há uma nítida opção por um sistema representativo, sem referência a formas de participação direta do povo e além do que, o artigo 4º da mesma (*sic*) determina que “a soberania reside no povo que a exerce, mediante o sufrágio, pelos órgãos do poder público”. Logo, ao inverso da atual Constituição, a de 1961 não só restringe a participação popular ao ato do sufrágio, como restringe o exercício da soberania aos órgãos do poder público (Vieira, 2005, p. 77).

Entre as alterações importantes no campo da política a partir da Constituição de 1999 estão a dissolução do Senado, o que significa que as unidades federativas perderam sua representatividade; e a substituição das antigas Assembleias Legislativas estaduais pelos Conselhos Legislativos estaduais, que “estão submetidos a uma lei orgânica nacional que regula sua organização e funcionamento. Nessas circunstâncias, tal órgão perdeu boa parte de sua autonomia para o Poder Nacional, ficando praticamente sem função (Pádua, 2008, p. 115).” Essa perda de autonomia também se verificou com os municípios. Esse enfraquecimento dos poderes estaduais e locais fica muito mais patente com a criação oficial dos Conselhos Comunais, assunto que será abordado no capítulo que trata do Estado chavista, este sendo possível, dentre outras razões, pelo enfraquecimento dos estados e municípios e pelo fortalecimento do poder central nas mãos do Presidente da República.

A Assembleia Nacional Constituinte ainda fez um ajuste na estrutura do Estado venezuelano: dissolveu a Corte Suprema de Justiça, retirando inclusive os magistrados que ocupavam os assentos e criou o Tribunal Supremo de Justiça, com membros indicados pelo novo governo em razão de mérito.

No capítulo VII, que trata dos direitos econômicos, a Constituição prevê o direito dos cidadãos em escolher a atividade econômica de sua preferência para exercer. O artigo 112 prevê que:

> O Estado promoverá a iniciativa privada, garantindo a criação e justa distribuição da riqueza, assim como a produção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades da população, a liberdade de trabalho, empresa, comércio, indústria, sem prejuízo de sua faculdade para ditar medidas para planificar, racionalizar e regular a economia e impulsionar o desenvolvimento integral do país (República Bolivariana da Venezuela, 2009, p. 209).

No campo econômico, pelo menos no momento da elaboração e aprovação da Constituição, fica patente que o Estado ganha o direito de "planificar, racionalizar e regular" a economia. E talvez essa seja a diferença principal trazida pela Carta de 1999, pois praticamente todo o capítulo dedicado aos direitos econômicos está com a mesma redação da Constituição puntofijista, como a proibição dos monopólios, da usura, dos cartéis, por exemplo.

Isso mostra que, na verdade, o governo Chávez não pugnou por modificar as bases econômicas do Estado venezuelano, que continua sendo capitalista e utilizando todos os instrumentos do capitalismo na sua organização econômica, como controle de inflação, metas de inflação, uso do mercado para a regulação dos preços do petróleo, concorrência interna nos negócios públicos e privados, bem como a manutenção dos trabalhadores como força a ser explorada pelo dono dos meios de produção, seja na iniciativa privada, seja nas empresas públicas, salvo quando estas são fruto de associação.

Outro ponto que tem sido discutido e buscado pela administração Chávez é a busca da eficiência, uma das principais bandeiras capitalistas, tendo sido inclusive objeto de reforma constitucional no Brasil, que incluiu como um dos princípios fundamentais da administração pública: a eficiência.

Daí se poder afirmar que a melhora das condições sócio-econômicas na Venezuela não serem fruto da "revolução" bolivariana e socialista, mas do próprio desenvolvimento capitalista ocorrido em razão da participação maciça do Estado com investimentos públicos.

Tendo como fio condutor o ideal bolivariano de levar a maior felicidade possível ao maior número de pessoas, a nova Constituição trouxe avanços sociais importantes e uma concepção de Estado nova, pois, diferentemente do que ocorre em outros países, como está previsto no Artigo 2, a "Venezuela se constitui em um Estado democrático e social de Direito e de Justiça... (República Bolivariana de Venezuela, 1999)." Compreender o Estado não apenas como de direito mas também de justiça gera toda uma nova gama de entendimentos de como deve funcionar o Estado.

> A Constituição Bolivariana coloca sobre novo alicerce a legitimidade do Estado: sobre a base do consentimento popular, resgatando assim a ideia de soberania. E mais que isso, coloca ao lado da ideia de Liberdade defendida pelo Estado Liberal de Direito a noção de Igualdade, estabelecendo as bases de um Estado não só de direito, mas também de justiça (...), passando do mero formalismo do Estado de

> Direito a uma preocupação real do Estado com as condições materiais de igualdade entre os cidadãos (Paula & Oliveira, 2010, p. 46).

Como exemplo desse Estado de direito e de justiça, a Constituição determina que a mulher é igual ao homem em direitos e deveres. Entre esses direitos da mulher está o que assegura que o trabalho doméstico, mesmo sem contribuição previdenciária, é considerado como atividade econômica.

> ***Artigo 88.*** O Estado garantirá a igualdade e equidade de homens e mulheres no exercício do direito ao trabalho. O Estado reconhecerá o trabalho do lar como atividade econômica que cria valor agregado e produz riqueza e bem estar social. As donas de casa têm direito à seguridade social de conformidade com a lei (República Bolivariana de Venezuela, 2009, p. 196).

Os índios, por seu turno, tiveram vários direitos reconhecidos pelo Estado no artigo 119, como "...sua organização social, política e econômica, suas culturas, usos e costumes, idiomas e religiões, assim como seu hábitat e direitos originários sobre as terras que ancestral e tradicionalmente ocupam... (República Bolivariana da Venezuela, 2009, p. 212-213)."

Edgardo Lander, professor da Universidade Central da Venezuela, destacou os avanços da Constituição:

> Pela primeira vez reconhecem-se os direitos dos indígenas, saldando a velha dívida da sociedade venezuelana em incluir estes povos e outorgar-lhes a dignidade da plena cidadania. Reconhecem-se também dos direitos ambientais e amplia-se o conjunto de direitos sociais. Assentam-se as bases para a transformação do Poder Judiciário e se organizam os poderes públicos para incorporar o Poder Cidadão, integrado pela Procuradoria e pela nova figura da Defensoria do Povo. Inauguram-se formas participativas de exercício da democracia, com a incorporação ao texto constitucional de diversas modalidades de referendo (Lander, 2002, Apud Maringoni, 2009, p. 114-115).

A professora Margarita López Maya encontrou semelhanças entre a Carta Magna de 1961 e a de 1999. São pontos, alguns essenciais para a definição dos rumos do Estado nas mãos do chavismo – como a base econômica do país –, que permaneceram praticamente inalterados.

> A CRBV [Constituição da República Bolivariana da Venezuela] deixou intacto o papel regulador do Estado na vida econômica do país – que esteve vigente ao largo do modelo ISI [Industrialização por Substituição de Importações] – e reafirmou a propriedade nacional dos recursos e bens estratégicos, em especial, dos hidrocarbonetos, mas também, por exemplo, da água. Reconheceu a propriedade privada e as liberdades econômicas, mas ao mesmo tempo confirmou a

> responsabilidade do Estado para regulá-las preservando o interesse geral (López Maya, 2009c, p. 14).

A regulação por parte do Estado era uma posição contra a corrente em 1999, quando a América Latina era o paraíso do neoliberalismo. A nova Constituição tem assim um papel contra-hegemônico, conquanto mantenha elementos de 1961.

> Igual à constituição de 1961, [a de 1999] estabeleceu a responsabilidade do Estado para o fomento do desenvolvimento da indústria nacional, seja ela pública ou privada, reafirmou sua faculdade para elaborar políticas comerciais e regular todos os aspectos da esfera econômica incluindo também o desenvolvimento agrícola. Como novidade, reconheceu formas de propriedade privada distintas da individual, como a coletiva das comunidades indígenas. Também outorgou aos trabalhadores e às comunidades o direito a desenvolver associações de caráter social e participativo dedicadas a qualquer tipo de atividade econômica, orientadas para melhorar a economia popular e alternativa. Estabeleceu que o Estado promoverá e protegerá estes tipos de associações (López Maya, 2009c, p. 14).

Contudo, os grandes avanços sociais desejados pelo novo governo e pelo povo só poderiam acontecer se o governo dispusesse de recursos financeiros para a realização dessas aspirações antigas, como saúde, educação, moradia, segurança, por exemplo. E para isso o governo buscou recursos em várias frentes, como em investimentos externos – Hugo Chávez fez um giro pelo mundo depois de eleito mostrando que não era o que a imprensa descrevia e convidando empresários a investir no país –, mas principalmente fazendo com que a principal fonte de riqueza do país melhorasse sua captação de recursos com os quais poderiam atender as demandas antigas e legítimas de toda a população carente do país, que chegava a 70% dos habitantes da Venezuela.

3.2 O Estado em busca de recursos (a PDVSA e investidores estrangeiros).

Hugo Chávez sempre reclamou de injustiça social desde quando começou a tomar consciência dos problemas venezuelanos. Não admitia que um país tão rico em diversos setores econômicos, especialmente rico em petróleo – a OPEP declarou a Venezuela como a maior reserva de petróleo do mundo em 2012 –, tivesse tanta gente vivendo em péssimas condições, como cantado por Ali Primera na canção “Techos de Cartón”.

Contudo, quando Chávez assume a Presidência da República em 1999, o país estava em péssimas condições financeiras e não foi possível modificar as condições sociais da população, restringindo-se a ações pontuais e paliativas por meio do Plano Bolívar 2000, com sérias críticas de vários setores da sociedade venezuelana e até de alguns militares.

Para conseguir oferecer ao povo serviços básicos e essenciais de maneira sustentada, Chávez precisava encontrar fonte de financiamento e investimento para fazer o país voltar a crescer. Ao mesmo tempo, como se tinha posto em oposição ao neoliberalismo, não podia usar a receita do Consenso de Washington ou do FMI – como aumento dos impostos, redução ainda maior dos gastos do governo e privatizações – para obter algum recurso, pois na verdade os recursos poupados em acordo com o receituário neoliberal só leva a uma piora das condições sociais das sociedades, o que ficou provado durante os anos 90 na América Latina e ratificado nos anos 2000 depois que a região decidiu tomar outro rumo e se afastar dos ditames neoliberais. Ou seja, não estava uma situação fácil para o mandatário atender às necessidades da população e cumprir um desejo seu e promessas de campanha.

Para agravar ainda mais a situação, quando Chávez assume, o preço do barril do petróleo cai para meros US$ 7,00 dólares, comprometendo ainda mais a capacidade financeira do Estado. Por isso, faz um giro pelo mundo convidando a que se investisse na Venezuela.

Além disso, e talvez por tudo isso que tornava a situação financeira insustentável, Chávez não rompe completamente com os ditames do capitalismo internacional, mantendo todos os compromissos financeiros assumidos com os organismos internacionais, pois seria o caminho, se necessário fosse, de acessar a recursos emergenciais.

> Para além de seu discurso contra o capitalismo selvagem e sua prédica antiglobalização, abre as indústrias de telecomunicações, gás e eletricidade para investimentos estrangeiros, e não se aparta das linhas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional. Paga a dívida pontualmente e não lhe causam nenhuma alergia os impostos (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 215).

E para se mostrar simpático ao capitalismo e obter investimentos externos no país, Chávez tinha que conquistar a simpatia dos investidores. Nesse momento "esquece sua prédica antineoliberal quando sorri e posa para as fotos tocando o martelo

na bolsa de Wall Street, durante uma viagem de negócios em meados de 1999 (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 223)."

Como os investimentos estrangeiros não chegaram logo e a atividade econômica não cresceu – apesar de ter havido importante aumento no preço do petróleo no início do governo Chávez – esse esforço não se traduziu em ganhos econômicos imediatos.

O novo governo chegou a elaborar um plano econômico intitulado Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001–2007, no qual estavam delineados caminhos a ser seguidos a fim de fazer o país voltar a crescer. Primeiramente, o documento mostrava que a Venezuela trabalharia com a busca por obter cinco equilíbrios: econômico, social, político, territorial e internacional. Todos esses equilíbrios estão baseados na maior intervenção do Estado nos assuntos econômicos e sociais do país, no protagonismo dos venezuelanos e na substituição da competitividade pela solidariedade.

De maneira mais específica, o plano previa atingir seis objetivos: atingir um nível de crescimento econômico sustentável; eliminar a volatilidade econômica; internalizar a produção do petróleo; desenvolver uma economia social; atingir a sustentabilidade fiscal; e aumentar a poupança e as taxas de investimento (Wilpert, 2007, p. 70).

A sustentabilidade seria obtida pela diversificação da economia do país, que não mais padeceria da doença holandesa, ou seja, de depender fortemente de apenas um produto, o petróleo, no caso da Venezuela. Foi nesse momento que surgiram os primeiros trabalhos da Venezuela com outros países na estruturação de empresas em território venezuelano, como as parcerias com o Irã, a Rússia, mas principalmente a China, além de outros empreendimentos financiados e mantidos diretamente pelo próprio governo nacional, seja negócio que estava falido ou estatizado e passado para as mãos dos trabalhadores. Muitas dessas empresas ou fecharam ou permaneceram deficitárias, com uma capacidade produtiva muito aquém da possibilidade produtiva.

Outra alternativa buscada pelo governo foi melhorar a produção agrícola a fim de melhorar o abastecimento, criar alternativa econômica e combater a inflação, pois os produtos seriam produzidos em território nacional.

A redução da volatilidade, outra necessidade apresentada pelo governo, seria possível com a estabilidade dos preços do petróleo – obtida com a atuação da OPEP –, enquanto o governo, internamente, deveria procurar separar parte dos recursos

do petróleo para enfrentar possíveis fortes oscilações do preço do mineral venezuelano, mantido em um Fundo de Estabilização Macro-Econômica (FEM). “A idéia do fundo era que sempre que o preço do petróleo subisse acima do preço médio dos últimos cinco anos, a renda extra teria de ser depositada no FEM (Wilpert, 2007, p. 74)”, uma idéia antiga, mas nunca posta em prática verdadeiramente por nenhum governo.

A internacionalização da produção do petróleo que se pleiteava tinha o objetivo de se “usar o conhecimento que existe no setor petrolífero para desenvolver ainda mais a produção do petróleo, a fim de que a Venezuela produza mais produtos relacionados com o petróleo, ao invés de apenas exportar o produto em forma bruta (Wilpert, 2007, p. 70)”, isto é, o novo governo queria agregar ainda mais valor à principal matéria prima do país, pois assim seria possível melhorar o rendimento do petróleo venezuelano, cujo barril não chegava a cem dólares naquele momento e cujas perspectivas não permitiam nem de longe o vislumbre dos 103 dólares de 2012.

Outra luta na área econômica era a obtenção de equilíbrio fiscal. Para um governo que assume sem ter o suficiente para pagar os salários dos servidores públicos, atingir o equilíbrio fiscal era tarefa importante, principalmente porque se não havia dinheiro para manter a máquina do Estado, muito menos haveria para se criar e manter programas sociais e melhorar a educação e a saúde. Se se gasta mais para manter o poder público funcionando do que com investimentos, então o governo fica inerte, sem poder oferecer os serviços mais básicos.

Com o trabalho na OPEP – e em razão de outros fatores internacionais ao longo dos anos do governo Chávez – o petróleo logo tomou outros patamares de valor, dando uma folga aos cofres públicos e permitindo algum trabalho, porém ainda muito tímido porque a PDVSA tinha uma autonomia tão grande que, para muitos, a companhia era um Estado dentro do Estado, com recursos próprios e com uma administração que praticamente não atendia as ordens do poder central, tendo sido o controle da PDVSA e seus recursos a principal causa do Golpe de Estado contra Hugo Chávez em 2002.

Finalmente, o governo não queria cometer o erro histórico de colocar toda a Venezuela à mercê de um único produto, por isso procurava criar alternativas econômicas para o país e para a população, daí e ideia de se criar a economia social, carro-chefe do discurso de Hugo Chávez.

“Originalmente a ênfase era criar uma economia social no sentido de fortalecer as micro-empresas e cooperativas e pela democratização da propriedade da

terra urbana e rural (Wilpert, 2007, p. 76)", mas o logo o governo procurou criar outras medidas menos capitalistas, privilegiando a solidariedade em detrimento da competitividade.

No Plano de Desenvolvimento da Nação 2001-1007 fica esclarecido o que se entende por economia social:

> A economia social é uma via alternativa e complementar ao que tradicionalmente se conhece como economia privada e economia pública. Dito de outra maneira, o conceito serve para designar o setor de bens e serviços que compaginam interesses econômicos e sociais comuns, apoiado no dinamismo das comunidades locais e em uma participação importante dos cidadãos e dos trabalhadores das chamadas empresas alternativas, como são chamadas as empresas associativas e micro-empresas de auto-gestão (República Bolivariana da Venezuela, 2001, p. 27).

Os caminhos para a concretização da economia solidária eram a formação de cooperativas e associações, baseadas em leis que permitissem o funcionamento dessas alternativas econômicas, e o financiamento estatal por meio de bancos populares como o Banco do Povo Soberano.

Essa opção pelo financiamento estatal se aproxima muito mais de Ferdinand Lassalle, desafeto de Karl Marx, do que das propostas do autor de O Capital, que entendia que o socialismo se faz com o protagonismo e liderança dos trabalhadores e não com a subvenção e liderança do Estado.

"Marx não estava errado em criticar o estatismo (...) das teses de Lassalle e sua estratégia de transição para o socialismo com a ajuda de cooperativas criadas "com o apoio do Estado" (Löwy, 2012, p. 12)", pois para Marx as cooperativas "só têm valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses (Marx, 2012, p. 41)."

O Plano de Desenvolvimento gerou alguns resultados positivos, como o aumento no preço do barril de petróleo, mas o equilíbrio fiscal não seguiu a mesma tendência, dentre outras razões, pela ineficiência da administração pública e pela crônica corrupção.

> A classe alta acusava [Hugo Chávez] de dirigir um governo medíocre. Em janeiro [de 2000], um ex-auditor divulgara um relatório altamente crítico, alegando que o governo prestava atenção demais nas questões políticas, mas atenção de menos na economia, na criminalidade e na corrupção. Eduardo Roche Lander acusou o Plano Bolívar 2000 de haver se transformado e um ninho de corrupção. E observou que o desempenho da economia venezuelana fora desanimador: encolhera 7,2% desde a posse de Chávez, os investimentos externos haviam

> caído em 1,7 bilhão de dólares, a fuga de capitais chegara à casa dos 4,6 bilhões de dólares e 500 mil vagas de empregos tinham virado pó (Jones, 2008, p. 277).

Porém não seria pelas críticas da burguesia – que tinha acabado de ser obrigada a abandonar o Estado venezuelano pela força do voto – que Chávez se renderia aos desejos capitalistas da elite local. Afinal de contas, a Venezuela começa agora a conviver com novas ideias, que passam a dominar toda a sociedade, chegando a compor a nova Constituição. Essas ideias são as da nova classe dominante, sob a hegemonia de Hugo Chávez.

> As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão, e, consequentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (Marx & Engels, 1996b, p. 72).

A classe que é a força *material* dominante na Venezuela é aquela que domina a produção do petróleo, em torno do qual giram grande parte dos outros negócios no país, e essa classe, na Venezuela, coincide com quem detém o poder do Estado.

É do petróleo principalmente que o governo depende para manter seus programas sociais. O mineral representava, em 2012, 95% da pauta de exportações do país e de 15 a 17% do Produto Interno Bruto (PIB), este último dado divulgado em 24 de maio de 2012 pelo próprio Ministério da Planificação e Finanças (Ministério Del Poder Popular para la Planificación y Finanzas, 2012).

Apesar de a burguesia contribuir com 71% do PIB, enquanto o Estado produz 29% das riquezas bens e serviços na Venezuela (Sutherland, 2011), não se pode afirmar que a burguesia tenha a mesma força que tinha na Quarta República, porque o

governo Chávez controlava o petróleo – consequentemente grande parte dos ingressos de dólares no país – e também controlava os preços – que são tabelados –, as importações e a emissão de dólares para financiar as exportações, dentre outros mecanismos.

"O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (Marx, 2007, p. 45)", mas na Venezuela esse modo de produção não é mera causa de uma conseqüência, pois existe uma circularidade influencial, uma situação de influência dessa conseqüência sobre a causa apontada por Marx. É verdade que o petróleo, e as relações dele decorrentes, têm determinado a vida na Venezuela desde que o produto se tornou a principal fonte de riqueza do país já no início do século XX.

> O largo recorrido de nossa sociedade ao largo do século XX deu por resultado um país cujo caráter pode-se definir através de seus traços mais marcantes: 1. Um capitalismo de caráter predominantemente rentista, vitalmente dependente da renda petroleira. 2. Um poderoso capitalismo de Estado que se expressa no controle dos recursos fundamentais da economia nacional e do poder político. 3. Um setor privado caracterizado, em sua maior parte, por um alto grau de dependência do Estado, sua baixa produtividade e, em boa media, ideologicamente identificado com a visão imperialista da economia e da política. 4. Um denso setor médio integrado por distintas castas de pequenos proprietários e comerciantes (...). 5. Um crescente setor de trabalhadores integrado por operários industriais (...). 6. Um número importante de pequenos e médios empresários (...). 7. Partidos políticos que (....), a partir da nacionalização petroleira, ficaram sem bandeiras (...) (Araque & Rojas, 2009, p. 24-25).

A força material condiciona e influencia o Estado, no entanto, ao mesmo tempo, o Estado influencia as relações de produção, sobretudo na Venezuela, onde o Estado, por meio da PDVSA, controla as bases materiais de produção e, consequentemente, as relações de produção. A PDVSA é "como o centro de um tecido industrial nacional com múltiplas interconexões (López Maya, 2009c, p. 18)" sustentado pela renda do petróleo.

> [O] capitalismo rentista (...) deu lugar à formação de uma burguesia parasitária (...) cuja acumulação se nutriu principalmente da distribuição dessa renda por parte do Estado (...). De maneira crescente, uma vez alcançado certo nível de desenvolvimento, setores favorecidos dessa burguesia foram participando diretamente, ou através de seus agentes, muito notadamente no setor financeiro, na condução econômica e política do Estado com o qual tomavam não somente o controle da economia, mas também da política (Araque & Rojas, 2009, p. 22-23).

Em outras palavras, quem quiser controlar o Estado de fato, tem que controlar também a PDVSA e todos os recursos dela oriundos, tendo o poder proveniente dos meios de produção e todo o aparato reunido no Estado.

> ...a dependência do Estado em relação à sociedade civil manifesta-se no fato de que a sociedade civil é o lugar onde se formam as classes sociais e se revelam seus antagonismos, e o Estado é o aparelho ou o conjunto de aparelhos dos quais o determinante é o repressivo (o uso da força monopolizada), cuja função principal é, pelo menos em geral e exceção feita a alguns casos excepcionais, a impedir que o antagonismo degenere em luta perpétua (o que seria uma volta pura e simples ao estado de natureza), não medindo os interesses das classes opostas mas reforçando e contribuindo para manter o domínio da classe dominante sobre a classe dominada (Bobbio, 2006, p. 157).

A citação reforça o fato de haver uma circularidade influencial, pois se o Estado enquanto superestrutura – a partir do ponto de vista marxista – é conseqüência da infraestrutura (formada pelas relações de produção) e ao mesmo tempo garante a manutenção da situação da dominação por meio da força, então não é apenas o Estado que é condicionado pela infraestrutura. O Estado, por meio da força e da ideologia, também condiciona, na medida em que garante a manutenção da infraestrutura, sobretudo quando o Estado é o detentor da principal fonte de riqueza do país, como é o caso do Estado venezuelano como proprietário da PDVSA.

> ...o Estado para Marx e Engels emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção. Assim, a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis (Montaño & Duriguetto, 2011, p. 36).

Embora não pertença à burguesia diretamente porque não é detentor de meios de produção, Chávez faz parte da classe dominante desde o dia em que se tornou cadete na academia militar, e como presidente de um país proprietário de meios de produção e controlado fortemente pela presidência, Hugo Chávez era o principal garantidor da manutenção da atual classe dominante no poder e indutor do aparecimento de uma nova burguesia, nascida a partir de negócio com o Estado. É a chamada boliburguesia, formada por militares, novos ricos e até por parentes de Hugo Chávez.

Alguns setores dentro do chavismo, considerados linha dura no que se refere a sua posição sobre o papel do Estado, "argumentam que na Venezuela rica em petróleo, diferentemente da maioria dos países, 'o Estado cria a burguesia' e não o contrário, e

que esta tendência histórica tem continuado com Chávez (Denis, 2009:108-109 Apud Ellner, 2012, p. 125)".

Os linhas-duras também não concordam que os negócios do poder público sejam feitos com setores da burguesia em detrimento das relações com os movimentos populares, e citam os novos grupos burgueses, a boliburguesia.

> As relações entre o movimento chavista e os interesses comerciais estão no centro das diferenças entre a linha dura e moderada. A posição dura sobre o Estado vê alguns homens de negócio como intimamente ligados aos políticos pró-Chávez e considera generalizada a corrupção. Os governadores e prefeitos chavistas (poder constituído), por exemplo, que outorgam os contratos aos grupos capitalistas para os projetos de obras públicas, em lugar de favorecer às cooperativas, conselhos comunais ou pequenas empresas, terminam estando estreitamente vinculados aos sectores da elite do campo inimigo. Os que apoiam a linha dura coincidem com a oposição venezuelana ao afirmar que a corrupção generalizada tem facilitado o surgimento de novos grupos burgueses (conhecidos como a "boliburguesia") (Ellner, 2012, p. 125).

E Chávez não apenas estava no poder como Presidente da República, ele também detinha a principal base garantidora do poder do Estado, que são as forças armadas, cujos integrantes chavistas têm ganhado postos importantes na Venezuela, desde ministérios até cargos eletivos, como deputados, governadores e prefeitos.

E se não bastasse o fato de o Estado ser detentor da principal fonte de riqueza do país, o governo Chávez empreendeu uma séria de ações que incrementaram a participação do Estado na economia, seja por meio da expropriação, seja pela criação de empresas, muitas das quais nasceram de parcerias com outros países, como Irã, China e Rússia, dentre outros.

De todos esses fatos se depreende que o Estado venezuelano é capitalista e, ao contrário do que se pode imaginar pelo discurso oficial, continuará ainda a sê-lo por um longo tempo, apenas com a diferença que, agora, o capitalista é o próprio Estado, que atua em vários ramos de atividade, desde a fabricação de cimento e tijolos, até a produção de veículos, sempre com a perspectiva de que a Venezuela deve se tornar uma potência econômica e concorrer no mercado internacional.

Além disso, a Venezuela se relaciona com outros países capitalistas, que compõem o sistema capitalista mundial e que têm investido no país em busca de lucros. Assim não se pode facilmente ser socialista internamente e, no âmbito internacional, participar do capitalismo concorrencial. Se para manter a socialização dos recursos do petróleo internamente a PDVSA precisa ser gerenciada buscando a competitividade e

eficiência exigidas pelo sistema capitalista, a Venezuela não terá muita margem de manobra para fugir aos ditames do capitalismo, principalmente depois que entrou no Mercado Comum do Sul (Mercosul), em que os Estados membros se relacionam a partir de uma perspectiva capitalista.

É importante destacar que a PDVSA só passa a ter a força que tem hoje depois que Hugo Chávez, empossado no cargo de presidente da República, inicia um trabalho com os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), para os quais Chávez leva um discurso de união e de respeito às decisões tomadas pela Organização. Durante muito tempo, as decisões da OPEP em diminuir a produção de petróleo, com vistas a manter ou aumentar o preço do barril de petróleo, eram ignoradas pela Venezuela, principal fornecedora do mineral aos Estados Unidos da América.

Hugo Chávez, no entanto, deu outro rumo a sua relação com a OPEP com o objetivo claro de aumentar o preço do petróleo no mercado mundial. "Desde que assume a presidência, e com a tenacidade que o caracteriza, o mandatário empreende uma cruzada em defesa do preço do petróleo venezuelano, que havia fechado em 10,8 dólares por barril, em 1998, com tendência de baixa (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 234)."

> Empenha-se então em convocar para a Venezuela os líderes dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que até então só havia se reunido em uma única ocasião (Argélia, 1975) desde a criação do cartel em 1960. A II Cúpula se realiza em setembro de 2000 em Caracas, por iniciativa do venezuelano, que viajou para o Oriente Médio para convidar pessoalmente aos reis, emires e chefes de Estado (Marcano & Barrera , 2005, p. 234).

O esforço de Chávez de aumentar o preço do petróleo deu resultados quase imediatos. O preço do petróleo venezuelano ganhou valores nunca vistos em toda a sua história. O preço do barril, que em 1999 era de cerca de 10 dólares, em agosto de 2004 chegava a 40 dólares, e em praticamente todo o ano de 2012 o preço girou em torno dos 100 dólares. No período de 17 a dia 21 de setembro de 2012, a cesta petroleira venezuelana atingiu uma média de em 102,76 dólares por barril e uma média anual no valor de US$ 105,30 dólares (Marcano, 2012). E no período de 05 a 09 de novembro de 2012, a cesta venezuelana chegou ao valor de 96,38 dólares por barril, de acordo com sítio da PDVSA (www.pdvsa.com) acessado em 18 de novembro de 2012.

Para ficar mais claro o quão importante é a PDVSA na composição das finanças da Venezuela, destaque-se apenas as vendas para os Estados Unidos da América, de acordo com o jornal El Nacional.

> Das exportações totais venezuelanas de hidrocarbonetos em 2012, o volume para os Estados Unidos, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), é de 764.000 barris. A um preço da cesta petroleira venezuelana de mais de cem dólares o barril, representa ingressos de 76,4 milhões de dólares ao dia.
> Segundo relatórios da Organização de Países Exportadores de Petróleo, a Venezuela tem uma produção petroleira de 2,4 milhões de barris diários, dos quais o mercado interno consome entre 650.000 e 700.000 barris diários. Isto implica que o país exporta entre 1.700.000 e 1.750.000 barris por dia (Diaz, 2012).

Isso mostra a robustez da empresa e as possibilidades de usá-la como fonte de recursos para financiamentos diversos, sobretudo dos programas sociais. O ministro da Planificação e Finanças, Jorge Giordani, afirmou que "nos anos de Revolução, 'investiram-se quase 500 bilhões de dólares' para honrar o compromisso com o povo, 'e ficamos aquém', porque falta muito mais para saldar (Davies, 2012, p. 7)".

Por conta de todo o poder que o controle da PDVSA oferece ao mandatário, sabe-se que a disputa pelo Estado venezuelano leva sempre e necessariamente em consideração o petróleo, raiz da queda de presidentes, inclusive de Chávez. Quando perguntado se derrubaram Chávez pelo petróleo, o Deputado Jesús Faría respondeu:

> Sem lugar a dúvidas, porque o petróleo na Venezuela é a essência do poder. Aquele que tiver controle do petróleo tem o controle do poder; neste caso, tem-no o Estado venezuelano. É um Estado revolucionário, encabeçado por alguém como Chávez que crê no socialismo e no povo. Quem deu o golpe em 2002? Os que sempre administraram esses recursos e essas fontes de poder (Davies, 2012, p. 07).

O controle do petróleo é também uma "base material que condiciona o sistema político a ser autoritário (España, 2012, p. 97)", porque,

> Quando o Estado controla esse recurso natural não somente está controlando o monopólio da violência, que é o que dá origem ao Estado e ademais é o que lhe dá a utilização desse recurso de poder, mas também tem um segundo recurso de poder que é o controle sobre a principal riqueza ou o principal recurso natural (España, 2012, p. 99).

Com o valor por barril girando na casa dos US$ 103 dólares (média do ano de 2012) e controlando o petróleo, Chávez enrobusteceu sua dominação, pois agora estava sentado numa cadeira que lhe dava poder econômico (por meio da PDVSA),

poder militar – que ainda estava para ser consolidado, o que só ocorre depois do golpe de 2002 –, legitimidade jurídica (lastreada na Constituição de 1999) e o apoio das massas, que passam a se beneficiar dos programas sociais levados adiante com recursos do petróleo e que retribuem ao chavismo em forma de votos.

Fica claro, pois, que as bases da economia da Venezuela não são alteradas com a chegada de Chávez ao poder. O que muda em termos econômicos está na superfície do capitalismo venezuelano, porque o novo governo, por um lado, promove a socialização dos rendimentos do petróleo para camadas pobres da população, e por outro vai paulatinamente mudando o controle das riquezas do país para outros grupos de poder, que permanecem como capitalistas e membros da classe dominante, ou nisso se transformam, fazendo a classe dominante ser ocupada por membros que antes não tinham a ela acesso.

E é essa nova classe que vai impor outros rumos ao país. Martin Carnoy lembra que para Karl Marx "não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo (Carnoy, 2011, p. 69)", mas no caso da Venezuela, como o Estado é o detentor da maior riqueza do país, quem detém o Estado detém também o poder de mudar a sociedade.

Na Venezuela de Chávez, o Estado também está a serviço de uma minoria, ainda que se melhorem as condições de vida de uma maioria sem recursos financeiros e se lhes ofereçam serviços públicos como saúde e educação. Como indica mais uma vez Martin Carnoy a respeito da visão de Karl Marx, "o Estado, emergindo das relações de produção, não representa o bem comum, mas é a expressão política da estrutura de classe inerente à produção (Carnoy, 2011, p. 69)".

"Na verdade, o Estado é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista. Ele não está acima dos conflitos de classes, mas profundamente envolvidos neles (Carnoy, 2011, p. 69)", e na Venezuela o Estado não é só envolvido, é também o indutor dos conflitos de classes, primeiramente porque existe um bloco que estava no poder e que foi substituído por outro, que chega com o apoio popular e, depois, porque, com um discurso beligerante, induz esse mesmo povo a se manter em pé de guerra com qualquer lembrança dos tempos da IV República, e esconde que na nova República a dominação nas relações de produção permanece praticamente inalterada.

Esse novo bloco no poder, que agora controla a PDVSA e é a força espiritual dominante, tem feito um trabalho para convencer o povo venezuelano de toda

uma cesta ideológica, acompanhada de benefícios governamentais, novas universidades, mudanças nos currículos das escolas, tem reeditado a obra de Simón Bolívar, ao mesmo tempo em que criou editoras, jornais, revistas, revistas eletrônicas e muitos outros meios de fazer chegar ao povo uma imagem reconstruída de Simón Bolívar e seus ideais.

Essa cesta ideológica tem servido para passar a mensagem de que agora existe uma sociedade diferente da que antecedeu o governo Chávez, e isso esconde que, apesar das mudanças nas condições de vida da população, hoje mais incluída nos processos político-eleitorais do Estado venezuelano e com maior acesso a serviços públicos, a base econômica do Estado permaneceu essencialmente capitalista.

"O Estado é a expressão política da classe dominante sem ser originário de um complô de classe (Carnoy, 2011, p. 71)", e o Estado que nasce com a chegada de Chávez ao poder é a conseqüência direta de toda uma gama de reflexões e embates desde os tempos de formação na academia até as lutas e conquistas que culminaram com a vitória de 1998. O Estado venezuelano no governo Chávez é diferente porque joga para outro rumo a sua atuação, mas a sua base econômica não cambiou.

Nesse cenário, e depois de a Constituição entrar em vigor, todos os que haviam sido eleitos em 1999 agora tinham que, por meio de uma nova eleição, confirmar seus cargos, dessa vez em consonância com a nova Carta Magna, que previa, entre outros pontos, o fim do sistema bicameral. Assim, aqueles que haviam sido eleitos senadores não teriam mais seu assento nesse cargo, mas podiam concorrer a outro cargo qualquer, como o de membro da Assembleia Nacional, única casa legislativa em nível federal.

No dia 30 de julho de 2000, ocorreram eleições gerais no país, e mais uma vez Chávez se elege Presidente da República e seus seguidores para outros cargos importantes na estrutura do poder do Estado. Tudo isso sob as regras da Constituição de 1999.

A Assembleia Nacional, anteriormente controlada pelos partidos AD e Copei, de oposição a Chávez, ganha nova configuração com os partidário de Chávez ocupando a maioria dos assentos.

Estava desenhado um novo Estado, com uma nova constituição, Presidente da República confirmado no cargo, deputados para a Assembleia Nacional eleitos com maioria chavista, um novo judiciário, e a criação dos dois novos poderes, isso tudo junto formando a nova estrutura do poder do Estado, sem deixarem de existir alguns fatores essenciais. Como observa Álvaro García Linera, atual vice-presidente da Bolívia,

"...todo Estado é uma estrutura material e institucional; todo Estado é uma estrutura ideal, de concepções e percepções e é uma correlação de forças. Mas é também um monopólio da força, da legislação, da tributação e do uso de recursos públicos (Linera, 2010, p. 15)."

> Todo Estado é uma instituição, parte material do Estado; todo Estado é crença, parte ideal do Estado; todo Estado é correlação de forças, hierarquias na condução e controle das decisões; e todo Estado é monopólio. O Estado como monopólio, correlação de forças, idealidade e materialidade, constitui as quatro dimensões que caracterizam qualquer Estado contemporâneo (Linera, 2010, p. 15).

Com essas ferramentas em mãos, Chávez começa a fazer intervenções na sociedade com os poucos meios de que dispunha. É nesse momento que ele recorre ao exército para executar o que chamou de Plano Bolívar 2000.

3.3 O Estado de uniforme: Plano Bolívar 2000 e a participação dos militares no governo Chávez.

O Plano Bolívar 2000, anunciado em 20 de fevereiro, e que tem início em 27 de fevereiro de 1999 (data alusiva ao Caracazo), teve com objetivo atender as demandas da população por serviços básicos. Com a vitória de Hugo Chávez, a população criou uma expectativa acima da capacidade, principalmente financeira, do novo governo de responder.

Dessa forma, o presidente convoca os militares, principalmente do exército e da marinha, para usar seus conhecimentos nas áreas de engenharia e saúde em prol da população. O governo assim não precisaria de muito dinheiro para levar a efeito o Plano, que era a primeira ação concreta do governo Chávez em meio à população. "Diante de um caixa vazio, órgãos do governo falidos e uma bomba relógio social fazendo tique-taque, o plano representava uma tentativa de levar alívio imediato aos venezuelanos mais necessitados (Jones, 2008, p. 241)", informa o biógrafo. Enquanto os militares trabalhavam na execução do Plano, outra parte do governo se ocupava da elaboração da nova Constituição.

O Plano Bolívar 2000 é:

> Um projeto de 113 milhões de dólares para o bem-estar social, administrados por funcionários militares de alta patente. Os soldados participarão na construção de habitações de interesse social e serão

> também os vendedores dos novos mercados populares, seguindo sua idéia de estreitar os vínculos entre as forças armadas e o povo (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 204-205).

Chávez justifica essa atuação das forças armadas como uma forma de integração entre civis e militares e sempre citou Mao Tsé-Tung, que falava da interdependência entre esses dois setores sociais. "Mao disse, como você sabe, que 'as pessoas estão para o exército assim como a água está para o peixe'(Harnecker, 2005, p. 35)", recordou Chávez em entrevista.

E essa integração, ou melhor, o serviço prestado pelos soldados à população, foi mesmo maior do que apenas construir habitações, como escreveu um dos biógrafos do Presidente Hugo Chávez:

> [Hugo Chávez] planejava retirar 70 mil dos 120 mil soldados venezuelanos dos quartéis e enviá-los para as ruas e para a zona rural do país. A esses soldados caberia reformar estradas e hospitais, realizar campanhas de tratamento médico, tirar o lixo das ruas e vender carne, queijo, frango, macarrão e outros alimentos na caçamba de caminhões a preços módicos (Jones, 2008, p. 241).

Chávez sabia que havia mais do que um mero rancor dos civis para com as forças armadas, e sabendo o presidente que os militares eram sua sustentação, além de ser aí sua própria origem, buscava diluir a hostilidade que a repressão histórica das forças militares contra a população tinha causado. Ou seja, não era apenas necessidade de atender à população necessitada, mas também de amainar os ânimos dos civis para com os militares. Por isso, explicando como determinou que deveriam ser os trabalhos no Plano Bolívar 2000, Chávez teria dito:

> Minha ordem para meus homens foi a seguinte: "batam de porta em porta, percorrendo todo o país. A fome é o inimigo". E nós demos início àquilo no 27 de fevereiro, dez anos depois do Caracazo, como uma forma de redimir os militares. Eu até fiz essa relação ao declarar: "Dez anos atrás saímos para massacrar o povo. Agora, vamos enchê-lo de amor. Vão e vasculhem o país, procurem pela pobreza e pela morte e as destruam. Vamos enchê-los de amor em vez de chumbo". E a resposta foi realmente linda (Jones, 2008, p. 241).

A execução do Plano Bolívar 2000 teve algumas consequencias importantes a serem destacadas. Primeiramente, os serviços prestados pelos militares chegaram mesmo a populações carentes e encheram ainda mais as pessoas necessitadas de esperança.

> Os militares – do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Guarda Nacional – realizaram as mais diversas tarefas, desde montar clínicas,

> nas quais ofereciam tratamento pediátrico, ginecológico e dentário, aliado a cirurgias e vacinação de crianças, até auxiliar pescadores a consertar seus barcos a motor ou a formar cooperativas. Eles transportavam civis para dentro e para fora de vilarejos remotos e aventuravam-se em comunidades indígenas isoladas na floresta amazônica, acessíveis apenas de barco, para levar-lhes médicos e remédios. Nas cidades os integrantes da Guarda Nacional permaneciam em alerta nas esquinas, em um esforço para reduzir as taxas de criminalidade. Nas áreas rurais, os soldados ajudavam os agricultores a implantarem projetos agrícolas. E até cortavam o cabelo das pessoas. (Jones, 2008, p. 242).

Ricardo Martínez Arcay, Coronel do exército, é um desses muitos militares que participaram dos trabalhos do Plano Bolívar 2000, sobre o que relata alguns fatos. "Começamos, me lembro, com o Plano Bolívar 2000, quando atacamos o desemprego. Cada família que participava do plano tinha acesso a um rendimento que lhe permitia comprar mantimentos que antes não podia comprar (Almada, 2007, p. 75)", lembra o militar, que também fez os primeiros trabalhos de acompanhamentos das equipes médica cubanas nas favelas venezuelanas.

O Coronel recorda ainda de outras ações:

> Participamos também das missões Robinson I e Robinson II na alfabetização. Éramos encarregados de controlar todo o material didático e distribuí-lo pelo país, trabalhos que fiz pessoalmente, como o de distribuir televisores, videocassetes, livros, cadernos, bem como fazer um censo sobre o nível de aproveitamento da população que participava das missões (Almada, 2007, p. 75).

Porém, uma segunda conseqüência foi que todo esse trabalho não passou sem acusações de corrupção de malversação do dinheiro público e de intrusão nas coisas mais simples nas vidas dos cidadãos. De acordo com acusações, militares de alta patente eram os que mais desviavam dinheiro do programa – um dos germens da formação da chamada boliburguesia –, considerado mal supervisionado e mal administrado, assim, "em dezembro de 2001, Chávez, por conta própria, afastou o general encarregado do programa, Victor Cruz Weffer (Jones, 2008, p. 243)."

Outro problema que se via surgir na esteira do Plano Bolívar 2000 era uma tendência à militarização da sociedade venezuelana, pois os militares estavam assumindo tarefas eminentemente civis. E de fato, o programa foi apenas uma vitrine da incontestável militarização que ocorreu na Venezuela durante todo o período em que Chávez esteve à frente da Presidência da República.

> O processo de militarização dos espaços tradicionalmente civis tem-se aprofundado. Segundo o diário El Universal, mais de 100 fardados,

> em sua maioria da ativa, ocupam cargos de direção e de confiança dentro das empresas do Estado, em serviços e institutos autônomos e nacionais, fundos governamentais, fundacionais e comissões especiais. E para as eleições regionais de outubro de 2004, 14 dos 22 candidatos propostos pelo oficialismo e designado a dedo por Chávez provinham do mundo militar (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 363)

A militarização chegou a muitos setores, entre os quais a fonte de todas as cobiças no mundo político venezuelano: a PDVSA, para a qual vários companheiros de farda de Hugo Chávez foram nomeados em cargos importantes:

> Em outubro de 2000, Chávez nomeou o General Guaicaipuro Lameda Montero, um colega da Academia Militar, diretor da companhia estatal de petróleo. (...) O anúncio de Lameda veio logo depois da nomeação do General Cipriano Martínez Morales como vice-presidente da PDVSA. Mais tarde Chávez demitiu o presidente da CITGO, a subsidiária da PVDSA nos Estados Unidos, e o substituiu por outro general (Kozloff, 2007, p. 87).

Quando perguntado por que tantos militares compõem seu governo, Chávez disse que lhe faltavam pessoas qualificadas, ou pessoas que compreendessem como funciona a burocracia estatal. Daí essa enormidade de militares na administração central. Por isso, "oficiais ativos e da reserva servem ao governo Chávez, incluindo ministros, vice-ministros, e chefes de companhias estatais. Dos 61 ministros que serviram o governo Chávez de 1999 a 2004, 16 (ou 26%) eram oficiais militares (Wilpert, 2007, 49)."

Esse processo de militarização nunca passou por retrocesso. Em razão do golpe de Estado de abril de 2002, da greve geral do setor petroleiro e das constantes ameaças do governo W. Bush, Chávez cria as Milícias Bolivarianas, fatos que serão discutidos no capítulo sobre o Estado Consensual.

Nas eleições para governos estaduais em 2012, dos 20 estados onde os partidários de Chávez saíram vitoriosos, 11 tiveram um militar como vencedor, entre eles o ex-ministro da defesa, Henry Rangel.

Embora na Venezuela se queira convencer a população de que existe integração entre civis e militares, na visão Marxista o Estado tem como função defender os interesses da classe dominante, o que significa que em última instância não há interação entre civis e militares, mas convivência pacífica, e, no caso da Venezuela atual, com prevalência das forças armadas. E essa garantia só pode ser oferecida se o Estado tiver força para isso, força aqui entendida como a existência de forças armadas e

policiais controladas pelo Estado, fazendo com que o Estado, sozinho, seja mais poderoso do que todo o resto da população junta, como indicava Thomas Hobbes (1997) sobre a formação do Estado, do Leviatã.

É importante levar em consideração o que escreveu Norberto Bobbio:

> Para Marx, o Estado é o reino não da razão, mas da força. Não é o reino do bem comum, mas do interesse de uma parte. Não tem por fim o bem viver de todos, mas o bem viver daqueles que detêm o poder. Não é a saída do estado de natureza, mas a sua continuação sob outra forma. Aliás, a saída do estado de natureza coincidirá com o fim do Estado (Bobbio, 2000, p. 113-114).

E quando uma nova classe assume o poder, em outras palavras, quando uma classe se torna classe dominante, é provável que não procure renunciar ao poder que foi conseguido com a obtenção e retenção do Estado, ao contrário, buscará aumentar ainda mais o seu poder, e esse aumento de poder pode vir em forma de mais exploração de classe agora dominada ou com o aumento do poder o Estado. É o que todas as revoluções têm buscado: fortalecer o Estado, e na Venezuela, apesar de não ser uma revolução, mas um processo que se pretende como tal, não tem sido diferente.

Karl Marx trata desse fortalecimento do Estado em O 18 Brumário:

> Finalmente, a república parlamentar, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a fortalecer, juntamente com medidas repressivas, os meios e a centralização do poder do governo. *Todas as revoluções aperfeiçoavam essa máquina, em vez de a destruir* (Grifo nosso). Os partidos que lutavam alternadamente pela dominação, consideravam a tomada de posse desse imenso edifício do Estado como a presa do vencedor (Marx, 2008b, p. 323).

"...as lutas políticas têm como objetivo imediato, ou como meta, a posse dessa máquina do Estado ou seu controle por um grupo particular (Aron, 2005, p. 458)", e quando se conquista o Estado o grupo dominante, para manter o poder, procura fortalecer o Estado, o que implica a continuação das lutas de classe, só que de maneira mais acirrada porque o novo grupo mostrará mais força, e o grupo que perdeu o controle do Estado procurará, de muitas maneiras, reconquistá-lo, inclusive por meios violentos.

Ora, se "o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes (Lênin, 2007, p. 25)", enquanto houver Estado, este estará a serviço da classe dominante e, por conseguinte, as forças armadas poderão ser acionadas a qualquer momento em que o chefe de Estado achar conveniente, pois "o Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados (Lênin, 2007, p. 25)." E pode-se afirmar que o governo Chávez em

poucos momentos buscou a conciliação, algo que chegou a anunciar, mas nunca buscado na sua plenitude, confirmando assim que o Estado venezuelano estava cada vez mais a serviço do bloco chavista no poder, que não tem o objetivo de enfraquecer o Estado, mas de torná-lo cada vez mais poderoso, pois, para a nova classe dominante ter força é permanecer no poder por mais tempo, e controlar as forças armadas e colocá-las a serviço do bloco no poder é tornar esse bloco ainda mais poderoso e com mais chances de permanecer no poder. Como escreveu Bobbio: "na concepção marxiana, o Estado é por necessidade uma aparato coativo porque somente através da força a classe dominante pode conservar e perpetuar o seu próprio domínio (Bobbio, 2000, p. 123)."

Com a execução do Plano Bolívar 2000, tem-se a aparência de que as diferenças de classe estão em processo de redução, pois o poder público estava oferecendo, por meio das forças armadas, serviços que pouco ou nunca haviam chegado a setores da população. E, na visão de Friedrich Engels, é esse mesmo o papel do Estado, qual seja, reduzir ao máximo os antagonismos de classe, função assumida pelo Estado por meio do Plano Bolívar 2000.

> O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro (...). É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não se consumam a sociedade numa luta estéril, faz necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Engels, 1997, p. 191).

Esse poder acima da sociedade só é possível com instrumentos de força, como forças policiais, forças armadas e prisões. Por isso mesmo, Lênin afirma que, ao se formar o Estado, "cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução (...) põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados... (Lênin, 2007, p. 28)". É o que aconteceu na Venezuela, de maneira sempre crescente, depois da chegada de Chávez ao poder. O presidente tratou de fortalecer sempre, mais e mais, o Estado no campo militar, seja pela compra de armamento e de equipamentos os mais variados, a maioria deles russos, como aviões e navios de guerra, seja pelo aumento do pessoal castrense.

De fato, o uso da força é de extrema importância nas análises marxistas. Se "na sociedade burguesa, o Estado representa o braço repressivo da burguesia (Carnoy, 2011, p. 72)", então, a manutenção desse braço repressivo significa que o Estado continua a ser burguês, e que a sociedade continua a ser essencialmente burguesa, ou seja, o Estado continua sendo um Estado de classe, com a classe dominante sendo, no caso da Venezuela no período Chávez, a classe dos chavistas que se apoderaram do poder a partir de 1999 com a chegada do líder bolivariano à Presidência da República. Em outras palavras: "A ascensão do Estado como força repressiva para manter sob controle os antagonismos de classe não apenas descreve a natureza de classe do Estado, mas também sua função *repressiva*, a qual, no capitalismo, serve à classe dominante, à burguesia (Carnoy, 2011, p. 72)", e no caso da Venezuela, em particular, à burguesia que se formou, por meio de relações com o Estado, depois da chegada de Chávez à presidência da república.

E quanto mais a sociedade está dividida em classes, mais esse Estado repressivo se apresenta e age, porque cumpre sua função de atenuar os conflitos de classe, e como na Venezuela as classes estão cada vez mais divididas e em franca e declarada oposição – divisão incentivada permanentemente pelo governo e pelos chavistas –, o Estado tende a ser cada vez mais forte e mais repressivo.

> O segundo traço característico [do Estado] é a instituição de uma *força pública*, que já não mais se identifica com o povo em armas. (...) Esta força pública existe em todo Estado; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero, desconhecidos pela sociedade de gens. Ela pode ser pouco importante e até quase nula nas sociedades em que ainda não se desenvolveram os antagonismos de classe, ou em lugares distantes, como sucedeu em certas regiões e em certas épocas dos Estados Unidos da América. ***Mas se fortalece na medida em que exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado*** (grifo nosso) e na medida em que os Estados contíguos crescem e aumentam de população (Engels, 1997, p. 192-193).

Mais adiante, Engels acrescenta:

> Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe política dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (Engels, 1997, p. 193).

E não existe dúvida de que no governo Chávez a classe mais poderosa na Venezuela, a classe dominante, são os intelectuais, políticos e militares ligados ao Presidente da República, todos comandados pelo líder supremo Hugo Rafael Chávez Frías. Entram nessa lista também os empresários, que se aliaram ao governo depois da vitória de Chávez, ou os que foram surgindo pela relação preferencial com o chavismo.

"A violência do Estado é chamada à existência para gerir as relações entre classes sob a tutela das classes exploradoras. Eis então as razões históricas que determinam a gênese das esferas do Estado e seu aparelho jurídico (Carli, 2013, p. 40)", geridos para manter a nova classe dominante como dominante.

Essa força pública instituída, a que Engels faz referência, está em acordo com a definição de Max Weber: "Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território (...) reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física (Weber, 1998, p. 56)."

Em suma, "é a noção do Estado como o *aparelho repressivo da burguesia* que é a característica tipicamente marxista do Estado (Carnoy, 2011, p. 73)", e essa condição de aparelho repressivo não se afastou da Venezuela nos anos de governo de Hugo Chávez. Ao contrário, a chegada de Chávez ao poder foi acompanhada da noção de que se estava iniciando uma nova fase de uma guerra ideológica e política que se agravou de forma permanente e crescente, prolongou-se para além dos dias do governo do presidente Chávez e foi incorporado completamente por Nicolas Maduro e Diosdado Cabello quando dirigiam o país na ausência de Chávez no início de 2013, embora inicialmente, nos idos de 1999, o governo tenha se baseado na busca pelo consenso e não necessariamente provocar essa cisão social praticamente irreconciliável dos dias atuais.

3.4 Círculos Bolivarianos

Mantendo o seu apego a datas alusivas a momentos históricos importantes, principalmente aquelas relacionadas com a vida de Simón Bolívar e seus feitos, em 17 de dezembro de 2001, dia em que se celebra a memória da morte do Libertador, Hugo Chávez lançou os Círculos Bolivarianos, organizações populares, especialmente

compostas por pessoas que moram na mesma vizinhança, que têm a função de, nas palavras de Hugo Chávez:

> "Conscientizar os cidadãos, desenvolver todas as formas de organização participativa, estimular a criatividade e a inovação na vida dos indivíduos e da comunidade... e coordenar projetos de interesse da comunidade nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, serviços públicos, habitação, preservação do meio ambiente, dos recursos naturais, e da nossa herança histórica" (McCaughan, 2005, p. 108).

Um dos pedidos do presidente Hugo Chávez era que os "apoiadores formassem grupos de sete a dez pessoas que iriam educar seus vizinhos de acordo com a nova Constituição (Kozloff, 2007, p. 88)."

Com mais precisão, o número proposto pelo governo para a formação de um círculo bolivariano é de 7 a 11 pessoas, conforme esboçado em uma cartilha publicada pelo governo, chamada de *Fundamentos de Organización Círculos Bolivarianos*.

Essa cartilha reforça permanentemente que a participação do cidadão, promovida pelos círculos bolivarianos, está baseada em princípios constitucionais expostos em vários artigos. Nessa mesma cartilha, o conceito dos Círculos Bolivarianos é apresentado assim:

> É uma forma de organização social que materializa o princípio da democracia participativa, consagrada na Constituição, permitindo às comunidades assumir o protagonismo na construção da sociedade, a vinculação e corresponsabilidade nos assuntos do Estado, baseada em direitos, deveres e garantias constitucionais e o exercício pleno da cidadania (Coordenación Nacional de Círculos Bolivarianos, s/d).

Nos Círculos Bolivarianos, os membros se dedicam a estudar o que Chávez chamou de a Árvore das Três Raízes: Simón Bolívar, Simón Rodriguez e Ezequiel Zamora, como já citado anteriormente.

"Os Círculos Bolivarianos são organizações criadas por inspiração de Chávez, adscritos diretamente à Presidência da República, como fórmula para apoiar o processo revolucionário à maneira dos Comitês de Defesa da revolução cubanos (Arenas, 2011, p. 86)," analisa a pesquisadora da Universidade Central da Venezuela, para quem os círculos bolivarianos são a expressão dos populismos, "que não reconhecem a autonomia da sociedade e, antes, desenvolvem esforços para organizá-la de acordo com os interesses dos regimes e dos caudilhos (Arenas, 2011, p. 86)."

Centenas de milhares de pessoas procuraram se integrar aos Círculos Bolivarianos pelos mais diferentes motivos, desde o desejo de receber fundos

governamentais – comumente o principal motivo – até o desprendimento altruísta dos idealistas. Estima-se que já no início o número de cidadãos que procuraram se inscrever nos Círculos Bolivarianos tenha chegado a uma cifra entre 700 mil e 1,5 milhão, num país onde a população girava em torno de 28 milhões de habitantes.

Todas essas pessoas, organizadas em associação, teriam mais poder de cobrar do governo o atendimento a suas necessidades, e ao mesmo tempo contribuir na construção na nova Venezuela. Essas associações tinham como missão:

> Organizar e por em movimento a sociedade venezuelana para materializar o preceito constitucional que consagra a democracia participativa, para criar os espaços reais e efetivos que permitam ao povo protagonizar as decisões transcendentais do país e o levem a alcançar a maior soma de felicidade possível, com elevados índices de qualidade de vida, desenvolvimento humano integral e desenvolvimento local sustentável e sustentado (Coordenación Nacional de Círculos Bolivarianos, s/d).

Claramente, o objetivo imaginado por Chávez com os Círculos Bolivarianos era o de se realizar uma aprendizagem doutrinária, não só estudando a arvore das três raízes, mas também, como se soube mais tarde, o "pensamento de Hugo Chávez".

Por sua vez, Chávez via nos Círculos Bolivarianos o caminho para a consolidação de dois desejos: primeiramente, passar para a iniciativa popular as tarefas que haviam sido executadas pelo Plano Bolívar 2000. Essas tarefas, que se materializaram, dentre outros meios, em programas de alfabetização, mutirões de construção civil, criações culturais, e até mesmo no estudo da nova Constituição, poderiam ser – e de fato muitas foram – financiadas pelo Estado com dinheiro alocado diretamente nas associações, muitas das quais mais tarde se transformariam nos conselhos comunais.

O segundo ganho para Chávez estava no fato de que, com os Círculos Bolivarianos, estava-se construindo a sua própria base de apoio por meio da doutrinação bolivariana, cujas bases ideológicas são o amálgama e o fundamento do chavismo. Chávez compreendia bem que "o controle da consciência é uma área de luta política da mesma forma, ou até mais, que o controle das forças de produção (Carnoy, 2011, p. 105)." É um Bolívar real ou adaptado para as necessidades do governo e um "pensamento de Hugo Chávez" fazendo as adaptações de Simón Bolívar, de maneira conveniente aos seus desejos e transformando isso em chavismo. É a força da crença popular potencializada no chavismo. Como escreveu Antonio Gramsci:

> Recordar a frequente afirmação de Marx sobre a "solidez das crenças populares" como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isto: "quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares" etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma convicção popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força material ou algo semelhante, e que é muito significativo (Gramsci, Apud Coutinho, 2011, p. 185).

Hugo Chávez faz renascer e com bastante força o culto a Bolívar (Carrera Damas, 1976), fundado na crença popular nas qualidades – para alguns sobrenaturais – de Simón Bolívar e o associa ao movimento chavista já a partir da denominação "bolivariano", e usa a convicção da força popular como vetor de transformação do país e na consolidação da nova classe dominante no poder.

Se "...os homens tomam consciência da sua posição social (...) no terreno das ideologias (Gramsci, Apud Coutinho, 2011, p. 189)," com os Círculos Bolivarianos os venezuelanos tomariam consciência de seu papel dentro do movimento chavista, controlado por Hugo Chávez, com os cuidados necessários para que a força libertadora fosse sempre dirigida à antiga classe dominante dos tempos do puntofijismo.

Com os Círculos Bolivarianos, Hugo Chávez estava construindo a hegemonia da fração de classe que chegara ao poder juntamente com ele. Em termos gramscianos, "o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura (Carnoy, 2011, p. 93)." Ou, nas palavras do próprio Gramsci, "...por 'Estado' deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil (Gramsci, Apud Coutinho, 2011, p. 269)."

E aqui se entende que Hugo Chávez, com seu projeto de poder, e ao não mudar a infraestrutura da sociedade, manteve a velha estrutura social venezuelana, apenas trocando a fração de classe que comandava o país por uma nova, fazendo apenas a substituição do bloco no poder, por isso se pode dizer que, também com Hugo Chávez, o Estado manteve a hegemonia da burguesia – ou agora da boliburguesia – na superestrutura.

Porém, para que se efetivasse essa hegemonia – entendida como "o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas (Carnoy, 2011, p. 92)" –, e fosse mais um ponto de força do movimento chavista, era necessário não apenas fazer discurso em nome de Simón Bolívar, mas também incutir nos venezuelanos vários pontos do pensamento do Libertador, uma estratégia de caráter

ideológico. A população tinha que se apropriar também do bolivarianismo, mas de forma seletiva, controlada, interpretada por Chávez.

> A hegemonia compreende as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados (Carnoy, 2011, p. 98).

Obviamente que Hugo Chávez não deixaria apenas a cargo dos Círculos Bolivarianos a tarefa de espalhar a boa nova bolivariana, por isso lançava mão, cada vez mais frequentemente, dos meios de comunicação, sobretudo a televisão, com suas cadeias televisivas nacionais, os programas *Aló, Presidente!* e os vários canais de TV públicos.

Como lembra Altamiro Borges, foi Gramsci que percebeu, já em seu tempo, que "principalmente nos momentos de crise da representação partidária das classes dominantes, a imprensa acabaria por ocupar a função de 'partido do capital', tornando-se o principal aparelho privado de disputa da hegemonia (Borges, 2013, p. 35)." No caso venezuelano, a imprensa estatal se tornou a trincheira de resistência e a estratégia de combate do chavismo, que usa todos os meios a seu dispor para fazer com que os meios de comunicação estejam "a serviço da revolução", e não do Estado, daí o uso permanente de imagens de Simón Bolívar e de Hugo Chávez nos canais de televisão e nos sítios oficiais do governo, pelos quais o chavismo detratava os adversários.

Os Círculos Bolivarianos são mais um testemunho da mobilização vinda de cima para baixo, mostrando que o movimento de Chávez não foi um movimento popular, mas popularizado, sendo os Círculos mais uma tentativa de buscar essa popularização, que muitas vezes tem sucesso porque envolve dinheiro para as comunidades, mostrando o caráter capitalista e consumista da sociedade venezuelana.

"Sem a mobilização popular, Chávez compreendia, sua Revolução Bolivariana certamente perderia força (Kozloff, 2007, p. 88)," e seria mais difícil se manter no poder, daí a permanente busca por envolver os setores empobrecidos da população, que não têm tido iniciativa, mas tem sempre atendido ao chamado do presidente.

Essa é também a posição do marxista Guillermo García Ponce, encarregado pelo Presidente Chávez de promover os Círculos Bolivarianos. Ao responder uma pergunta sobre as falhas do processo "revolucionário" bolivariano, García Ponce responde:

> Eu diria que a falta fundamental é a falta de organização do povo, de sua participação organizada na gestão do governo e as debilidades quanto à formação política e ideológica dos que concorrem neste processo. (...) Até agora o processo se desenvolve apoiando-se nas Forças Armadas, no caráter carismático do Presidente e seu grande poder de convocação; apoiando-se em uma exigência nacional de mudança, mas falta o povo organizado, unido e consciente (*El Mundo*, Caracas, 30-7-2001) (Arenas & Calcaño, 2011, p. 239).

Ou seja, para García Ponce, o povo não foi o protagonista do processo "revolucionário" bolivariano chavista, porém mero instrumento nas mãos da nova classe dominante liderada por Hugo Chávez, e continua nesse mesmo ritmo no governo de Nicolás Maduro em 2013.

Como já escrito anteriormente, "a vitória presidencial de 1998 significou a explosão de necessidades e expectativas represadas durante décadas pela queda da renda e os sucessivos ajustes (Arenas & Calcaño, 2011, p. 237)," fato que Chávez tentou minorar com a adoção do Plano Bolívar 2000, contudo manteve-se a busca pela resolução de problemas pelo novo salvador, herdeiro de Simón Bolívar, razão pela qual o presidente continuava a receber demandas populares por meio de bilhetes e cartas endereçadas diretamente ao presidente.

> Esta multiplicação das demandas particularistas pode-se considerar como um sintoma de que a revolução só chegou à metade do curso que levaria a se estabilizar como projeto hegemônico. Acabou de derrubar as cascas vazias que eram os partidos tradicionais, mas não obteve a construção de novas instituições que funcionem com autonomia em relação à pessoa do presidente. Em outros termos, não se conseguiu transferir a confiança pessoal que inspira o contato com o líder às pessoas e instituições que formalmente devem transmitir as demandas (Arenas & Calcaño, 2011, p. 238).

Esse é mais um momento do bonapartismo chavista. Atende diretamente as necessidades da população com promessas e pequenas dádivas, passando por cima das instituições e dos partidos, e, ao final, servindo verdadeiramente a uma classe capitalista privilegiada.

Alguns alertam que os Círculos Bolivarianos têm tido um papel que extrapola aquilo a que se propuseram. Em momentos de tensão e de violência no país, essas organizações populares têm sido acusadas de integrar grupos violentos em defesa do chavismo, sobretudo quando do golpe de Estado contra o governo de Chávez em 2002. "Homens e mulheres armados com paus sobem das ruas do centro até a Avenida Urdaneta. 400 integrantes dos círculos se postam desde Miraflores até a esquina de

Carmelitas (HERNANDEZ F., 2002)", informou o jornal El Universal no dia 12 de abril. Atualmente, todos acusam os Círculos Bolivarianos de serem origem de delinquência e criminalidade.

O General Manuel Rosendo, que era o chefe do Comando Unificado da Força Armada Nacional (FAN), "declarou ter assistido a uma reunião onde se planejou o uso 'contundente' dos Círculos Bolivarianos (Arenas & Calcaño, 2011, p. 250)." Para Hugo Chávez, os Círculos Bolivarianos não tiveram esse papel, embora algum membro isolado possa ter feito algum disparo em defesa própria, mas não que isso fosse orientação da direção dos Círculos Bolivarianos.

Mais tarde, essas organizações vão se diluindo ou se transformando nos Conselhos Comunais, mesmo que um não exclua necessariamente o outro, mas esses últimos tendem a enfraquecer os primeiros. Além disso, com o programa *Moral y Luces* (considerado mais tarde como o terceiro motor da revolução bolivariana), todo o processo de estruturação da educação bolivariana (por meio das escolas bolivarianas) e o uso intensivo dos meios de comunicação de massa reforçam o trabalho de ideologização da sociedade venezuelana pretendida com os Círculos Bolivarianos.

3.5 A Lei Habilitante, as 49 Leis e os primeiros sinais de golpe de Estado.

Prenunciando uma prática que seria marcante em seus anos de governos, para Hugo Chávez foi aprovada a Lei Habilitante, com vigência de seis meses em 1999 e 12 meses em 2001, para que pudesse governar mais rapidamente e realizar as reformas das leis na Venezuela logo após a aprovação da Constituição.

A Lei Habilitante é um instrumento legal previsto que já era previsto na Constituição de 1961 e que se manteve na Carta de 1999. Nesta ficou assim definido o que são as Leis Habilitantes:

> ***Art. 203*** São leis habilitantes as sancionadas pela Assembleia Nacional por três quintos dos seus integrantes, a fim de estabelecer as diretrizes, propósitos e marco das matérias que se delegam ao Presidente ou Presidenta da República, com classificação e valor de lei. As leis habilitantes devem fixar o prazo de seu exercício (República Bolivariana da Venezuela, 2009, p. 263).

As Leis Habilitantes dão ao presidente da República o poder de ditar decretos com força de lei, como ocorria com os decretos-leis no Brasil no período do regime militar e, de certa forma, com as chamadas medidas provisórias atualmente.

O arcabouço jurídico, obviamente, tinha que estar em acordo com a Carta Magna, o que levou o presidente a propor várias leis para o funcionamento do Estado, anulando, pelo menos parcialmente, a Assembleia Nacional no seu papel de legislar.

Chávez conseguiu a aprovação da Lei Habilitante em um clima de legitimidade muito forte. O povo queria mesmo mudanças na Venezuela, onde as instituições pareciam não ter mais capacidade de resolver os mais simples problemas enfrentados pela população, que decidiu dar de ombros para os partidos tradicionais e apostar no novo, encarnado na figura singular de Hugo Rafael Chávez Frías.

É o bonapartismo andino em andamento. Um governante que enfraquece o legislativo, que concentra poderes no executivo, exerce um enorme carisma sobre a população, ao mesmo tempo em que tem um projeto de poder autoritário, legitimado pela figura histórica e Simón Bolívar.

As leis criadas mexeram diretamente com a vida de todos os venezuelanos porque afetaram os mais diversos setores, como se pode compreender pelo leque de leis nascidas das mãos do poder executivo.

> As iniciativas mais importantes foram a Lei de Terras, a Lei de Pesca, a Lei de Hidrocarbonetos, a Lei das Cooperativas, a Lei Geral dos Portos, a Lei do Sistema Microfinanceiro, a Lei do Setor Bancário, a Lei de Aviação Civil, Lei do Sistema Ferroviário, Lei de Segurança Cidadã, Lei de Zonas Costeiras, Lei de Gás e Eletricidade, Lei da Marinha, Lei de Caixas de Poupança, Lei do Turismo, Lei do Fomento e Desenvolvimento da Pequena e Média Indústria, Lei do Estatuto da Função Pública e a Lei de Licitações, entre outras (Maringoni, 2009, p. 118-119).

Em diversas ocasiões, quando interrogado sobre as razões do golpe sofrido em abril de 2002, Hugo Chávez falava dos interesses contrariados das elites venezuelanas e apontava como um dos principais fatores a aprovação das 49 leis, mas principalmente a indesejada para as elites Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, que, em seus 281 artigos "desce a minúcias sobre a função social da propriedade, ocupação, produtividade e ociosidade da terra, taxação dos lotes e direitos dos proprietários, além de criar o Instituto Nacional de Terras (INT)... (Maringoni, 2009, p. 119)."

A Lei dos Hidrocarbonetos e a Lei de Pesca também tiveram forte impacto quando de sua aprovação porque eram leis que traziam mais condições para as camadas sociais menos favorecidas do país.

> As três leis mais contestadas, todavia, foram a Lei de Terras, que prometia institucionalizar uma ampla reforma agrária em todas as glebas acima de 5.000 hectares, a Lei dos Hidrocarbonetos, que aumentou os royalties sobre a exploração do petróleo por empresas estrangeiras, e a Lei de Pesca, que obrigava grandes pescadores a pescar mais distante da costa, para que os pescadores "artesanais" tivessem mais oportunidades (Wilpert, 2007, p. 23).

Porém, a Lei de Terras – ainda a Lei de Terras –, interveio em um dos pontos nevrálgicos da estrutura fundiária da Venezuela ao ditar a função social da terra e exigir o registro das propriedades.

> Um dos pontos mais polêmicos da lei [de Terras] é definido pelo capítulo que trata da criação "do registro agrário". Este "terá por objetivo o controle e inventário de todas as terras com vocação agrária", compreendendo informações jurídicas, físicas e avaliações de propriedades. A partir daí, os proprietários devem se "inscrever nos escritórios de registro de terras no INT, o qual expedirá o certificado" de propriedade. A lei é especialmente rigorosa com as terras ociosas, cujos proprietários devem provar sua utilização ou processos de melhorias ali estabelecidas. A expropriação só será realizada caso o dono não apresente "título suficiente de propriedade" ou prova de produtividade do terreno (Maringoni, 2009, p. 119).

O próprio Hugo Chávez sabia dos efeitos que a Lei de Terras causaria e não titubeou ao assumir a responsabilidade e a autoria da lei. Chávez dizia que ele mesmo tinha trabalhado na lei direta e pessoalmente. Por essa razão se acusava de a Lei de Terras ter sido elaborada sem a participação popular.

> Para o mandatário é "uma lei em verdade revolucionária, moderna, que não atropela ninguém, só está cumprindo com o mandato constitucional de acabar com o latifúndio; de estabelecer um imposto; de regularizar a posse da terra; de subordinar a posse da terra à produtividade e ao interesse nacional de obter níveis altos de abastecimento agroalimentar". A principal crítica gira em torno da submissão da atividade agropecuária aos desígnios do governo ao dar a este o poder de decidir a atividade das fazendas privadas (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 213).

A historiadora Margarita López Maya também compreende que as 49 leis levaram a um cisma na Venezuela que provocaram greves gerais e ações de vários setores, inclusive populares, contra o governo Chávez.

> Em 2001 as tensões escalaram para alcançar seu clímax em 2002. As forças de oposição, lideradas pelo presidente da Federação de Câmaras da Indústria e o Comércio (Fedecámaras), Pedro Carmona Estanga, obtêm um importante êxito com a realização do paro cívico de 10 de dezembro, convocado em rechaço à aprovação por decreto, graças ao procedimento de uma Lei Habilitante, de 49 leis por parte do Executivo Nacional (López Maya, 2002a).

E, diferentemente do que às vezes se prega, os protestos não eram realizados apenas por setores privilegiados da Venezuela que perderam suas regalias e seus canais com o Estado. Como a professora López Maya reconhece, a marcha do dia 11 de abril de 2002, que se dirigiu até a sede da PDVSA em Chuao, no lado leste de Caracas, "era sem dúvida uma das mobilizações populares mais numerosas registradas na história da Venezuela (López Maya, 2002a)."

O governo não aceitou de boa vontade essas greves gerais, que obviamente debilitavam o país e a imagem de um governo que se pretendia revolucionário e popular. Daí a reação tão forte contra esse movimento legítimo que tomou conta de todo o país, claramente liderado por empresários e pela direita, mas com forte apelo popular. "As reações ao paro mostraram uma atitude intolerante por parte do oficialismo. Esta intolerância se expressa na contínua desqualificação e ameaças verbais contra os sectores opositores, na renúncia ao diálogo e no amedrontamento através da força militar (López Maya, 2002a)", atitude que, depois dos acontecimentos de abril de 2002, só se aprofundariam, especialmente a partir de 2007, quando se inicia o Estado chavista.

Outros fatos marcaram a trajetória dos acontecimentos que levaram ao golpe de 2002, como a insurreição de oficiais das forças armadas ao fazerem pronunciamentos na televisão em rede nacional.

> O golpe contra Hugo Chávez começou a ganhar contornos mais nítidos no começo de 2002. Em um período de três semanas, no mês de fevereiro, quatro militares de alta patente, entre os quais um general e um contra-almirante, criticaram o presidente em público e insitaram-no (*sic*) a renunciar. Um deles chamou-o de "tirano". Em uma das ameaças mais impressionantes, o contra-almirante Carlos Molina Tamayo apareceu na TV com seu uniforme branco da Marinha, medalhas no peito, dizendo que, se Chávez não renunciasse voluntariamente, a Justiça e o Poder Legislativo deveriam tirá-lo do poder recorrendo a um *impeachment* (Jones, 2008, p. 329).

Mas o estopim que fez explodir o Golpe de Abril de 2002, episódio conhecido como o 11-A, veio com as demissões dos dirigentes da PDVSA por Hugo Chávez durante o programa *Aló, Presidente!* do dia 07 de abril. Na ocasião, o Presidente

da República anunciava ao vivo a demissão daqueles diretores, cujos nomes eram pronunciados e seguidos de um longo silvo de um apito que o presidente conseguira ali mesmo, ao vivo.

> - Senhor Eddie Ramirez, diretor-gerente de Palmaven... Prrrrrriiiiiiiiiiiiiiiii! Oooof-side! Está demitido do seu cargo na Petróleos de Venezuela! Senhor Juan Fernández, gerente funcional de Planificação e Finanças... Prrrrrriiiiiiiiiiiiiiiii! Oooof-side! Está demitido do seu cargo na PDVSA (Maringoni, 2009, p. 125)!

Após as demissões várias pessoas saíram às ruas em protesto, atendendo a um chamado da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), em solidariedade com os trabalhadores demitidos e com a própria PDVSA, e essa foi a causa direta do golpe de 2002, conforme a professora Margarita López Maya.

> O golpe de Estado de 11 de abril teve como desencadeante direto a greve trabalhista dos empregados da Petróleos de Venezuela (PDVSA), a indústria petroleira propriedade do Estado venezuelano, motivado pela nomeação por parte do Executivo Nacional em fevereiro deste ano de uma nova direção para a empresa. Esta greve petroleira foi apoiada pela Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), que no dia 9 de abril chamou para uma greve trabalhista de 24 horas em solidariedade com a empresa (López Maya, 2002b).

Ao que parece, a marcha não foi organizada para naquele dia arrancar Chávez do poder, embora essa tenha sido a ideia quando os manifestantes, que haviam ido à sede da PDVSA, decidiram ir ao Palácio Miraflores. Nesse momento a ideia da derrubada de Hugo Rafael Chávez Frías era o mote do movimento. Margarita López Maya narra com didatismo o que ocorreu naquela manhã de 11 de abril.

> Em 11 de abril, uma nutrida marcha começou até as 10 da manha e fez seu trajeto anunciado. Mas ao meio-dia, ao chegar ao edifício da PDVSA em Chuao, os convocantes, Fedecámaras, a CTV e alguns dirigentes das outras organizações sociais, animados pelas dimensões da marcha, decidiram incitar as multidões para que se dirigissem ao Palácio Presidencial de Miraflores para, como assinalou Carlos Ortega, presidente da CTV, "sacar Chávez" [do poder]. A marcha, a mensagem e a convocação a Miraflores foram profusamente informadas, convocadas e cobertas pelos canais privados de televisão. De maneira que a marcha foi crescendo na medida em que ia ao centro de Caracas. Como quem convoca para um concerto ou para uma festa os canais passavam a propaganda grátis para que todos os venezuelanos concorressem à insurreição. Porque esta marcha também tinha evidente natureza insurrecional: estava-se fazendo de surpresa e sem nenhuma permissão dentro de uma greve geral indefinida (López Maya, 2002b).

Os antecedentes do golpe, ainda que discutíveis de vários pontos de vista, remontam a fevereiro, quando militares aparecem na TV em tom de desobediência ao comandante-em-chefe das forças armadas, como fez o Contra-Almirante Carlos Molina Tamayo, que pediu que o Presidente renunciasse ao cargo; e à desvelada insatisfação do Coronel Pedro Soto, que não havia sido elevado à patente de general. Os dois teriam recebido US$ 100 mil para criticar Chávez.

Luís Miquilena, um dos homens que mais aconselharam Hugo Chávez, também sugeriu publicamente que o Presidente da República retrocedesse em suas decisões recentes e negociasse com empresários e sindicatos.

A oposição a Chávez também se fazia forte na PDVSA. Esta deveria obedecer às cotas da OPEP e uma participação majoritária nas *joint ventures* com empresas estrangeiras. Vieram também as demissões dos dirigentes da empresa petrolífera, entre eles o Brigadeiro-General Guaicaipuro Lameda. Alguns desses diretores recebiam por mês cerca de US$ 24 mil, num país com quase 70% da população na pobreza ou na miséria. Os trabalhadores da PDVSA, por sua vez, recebiam em torno de US$ 180.

> Naquela noite [das demissões], o presidente convocou seus ministros e o alto-comando das Forças Armadas para discutir como responder à greve. O governo e os militares já contavam com um plano para restabelecer a ordem pública em momentos de caos ou conflito. Conhecido como Plano Ávila, ele previa que soldados ocupariam pontos estratégicos como o palácio presidencial Miraflores, o Congresso e a Suprema Corte, realizando assim uma demonstração de força com caráter dissuasivo (Jones, 2008, p. 334).

A greve de 24 horas convocada pela Fedecámaras e pela CTV no dia 09 de abril começa a perder força já no dia seguinte, mas contou com a transmissão maciça das redes de TV privadas. Hugo Chávez convoca cadeias de rádio e televisão. As emissoras dividiam as telas mostrando ao mesmo tempo o Presidente da República falando e os protestos nas ruas.

Quando correu o boato de que os grevistas se dirigiam para Miraflores, populares apoiadores de Chávez desceram os morros que rodeiam a Capital e rumaram para o palácio presidencial para proteger o chefe de Estado. Era o prenúncio dos conflitos que logo ocorreriam nas proximidades da sede do governo.

Com o agravamento da situação, o presidente decidiu ativar o Plano Ávila, que estava a cargo do General Manuel Rosendo, homem que o presidente simplesmente não conseguiu contactar no momento em que necessitava. Ali Chávez começa a

perceber que até militares muito próximos podiam não ser de confiança. O chefe do exército, General Efraín Vásquez Velasco também não foi encontrado.

Dirigindo-se ao Palácio Miraflores com o objetivo de tomá-lo pela força, os manifestantes eram liderados por ninguém menos do que Carlos Molina Tamayo e o Brigadeiro-General Guaicaipuro Lameda.

Os homens da Guarda Nacional detiveram os manifestantes, mas a barreira de segurança foi rompida. Não demorou a que os primeiros disparos fossem feitos contra apoiadores do presidente e contra seus opositores.

Enquanto Caracas se transformava em uma praça de guerra, Chávez convocou mais uma cadeia nacional de rádio e televisão para mais uma vez ter a tela dividida mostrando o Presidente falando e o povo em armas nas ruas.

Quando Hugo Chávez encerrou o discurso televisivo, os distúrbios já estavam muito perto do Palácio. Chávez ligou para Forte Tiuna e convocou o alto comando das forças armadas para analisar a situação.

Do lado de fora, ocorriam as primeiras mortes, que a oposição atribuía a pessoas sob o comando de Chávez. Na TV, Lameda e Tamayo pediam que as forças armadas fizessem alguma coisa. Luís Miquilena e Pedro Carmona faziam coro na responsabilização do Presidente da República pelas mortes, enquanto membros das forças armadas diziam não mais reconhecer o comando de Chávez.

Às 19h30, o canal de televisão Venevisión mostra um vídeo em que partidários de Chávez, com boina vermelha e camiseta do partido do Presidente, na Ponte Llaguno, efetuavam disparos de pistola. Então mostravam pessoas baleadas. O homem que condenara o uso da força durante o Caracazo, agora estaria usando do mesmo expediente para sufocar uma rebelião. Só mais tarde é que se sabe que as mortes foram causadas por disparos efetuados por francos atiradores postados no alto de prédios.

Transmite-se então um pronunciamento do vice-almirante Hector Ramírez, acompanhado de outros militares, em que os oficiais diziam não mais reconhecer Chávez como Presidente em virtude das mortes nas ruas. Soube-se depois que o pronunciamento havia sido gravado muito antes de qualquer confronto na rua, o que sugere que os atos daquele dia podiam estar planejados com antecedência.

As mortes haviam ocorrido às 15h20, já os atiradores da Ponte Llaguno foram filmados às 16h38. A televisão fez uma montagem e deu credibilidade ao que mostrava, incriminando dessa forma ao chefe do executivo. E mais ainda: soube-se

depois que a maioria das pessoas mortas naquele dia era simpatizante do Presidente da República.

O papel dos meios de comunicação de massa naquele dia foi fundamental para criar boatos e gerar mitos. Um desses mitos, que até hoje se repete, é que Chávez havia renunciado ao cargo. Às 22h20, o general Alberto Camacho Kairuz, da Guarda Nacional, disse que o Presidente da República havia abandonado seu posto e que, portanto, o país agora estava sob o comando das forças armadas.

Nas negociações para pôr fim à crise, os opositores queriam que Chávez renunciasse. O Presidente disse que renunciaria se os golpistas atendessem a certas condicionantes:

> A primeira era respeitar a integridade física do primeiro escalão do governo, da família e dele próprio. A segunda, eles deveriam respeitar a Constituição, permitindo-lhe que renunciasse diante da Assembléia Nacional e que fosse sucedido no cargo pelo vice-presidente (...). A terceira, ele desejava fazer um pronunciamento nacional ao vivo, pela TV. Finalmente, desejava um salvo-conduto para que seu gabinete de governo, seus guarda-costas, sua família e ele próprio pudessem sair do país (Jones, 2008, p. 356-7).

Com as negociações encaminhadas, Chávez disse ao general Lucas Rincón Romero, o militar de mais alta patente no país, que aceitava renunciar. Às 3h30 da manhã do dia 12 de abril, o general informou que o Presidente havia renunciado, apesar de Chávez não ter assinado a carta de renúncia em virtude do não cumprimento das exigências. Logo os militares disseram que não aceitavam as condições impostas por Chávez. Mesmo assim, às 4h da manhã, Hugo Chávez é levado de Miraflores para ficar incomunicável por várias horas, passando por Forte Tiuna e mais tarde para a base naval de Turiamo.

A oposição, com todo regozijo, assumiu o país. Pedro Carmona Estanga é empossado com Presidente da República e, como primeira ação, sob risos e aplausos, suspende a Constituição, fecha o parlamento e dissolve a Suprema Corte. Promete eleições para um ano e, para tirar a simbologia do período de Chávez, mudou o nome do país de volta para República da Venezuela, retirando a referência a Simón Bolívar. Os governos dos Estados Unidos da América, El Salvador e Espanha reconhecem o novo governo.

Alguns militares que participaram do golpe, e inclusive estavam na cerimônia em que as instituições democráticas foram fechadas, disseram que, primeiro, acreditaram que Chávez havia renunciado, afinal quem anunciou o fato foi um militar

de alta patente e de confiança do Presidente; segundo, não sabiam que Pedro Carmona tivesse a intenção de instalar um governo de exceção no país. Para muitos, o decreto de Carmona fechando a Assembléia Nacional e as outras instituições marcaram o início do fim do governo do homem da Fedecámaras, pois desnudou as reais intenções do bloco que queria se instalar no poder.

> Teodoro Petkoff, que definiu todo o intento conspiratório como um "Pinochetazo light", afirma que "esse decreto foi fundamentalíssimo para produzir uma mudança na correlação de forças das Forças Armadas, foi o que determinou uma virada para restabelecer Chávez no governo. E a atitude da Força Armada nos faz ver claramente que os 40 anos de vida democrática não passaram em vão: quando se encontrou com um golpe de Estado, percebeu que o país estava internacionalmente isolado e que não se podia sair de um governo a que se acusa de toda classe de perversões antidemocráticas com um regime ditatorial. Os mesmos que aceitaram a saída de Chávez como solução para a crise política disseram "mandem buscá-lo". Esse decreto foi o ponto de inflexão. Ali se quebrou o golpe (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 254-5).

O novo governo não durou muitas horas. Depois de conseguir falar com as filhas – que entraram em contato com Fidel Castro, por meio de quem tiveram acesso a jornalistas –, com a esposa Marisbel e de conseguir fazer chegar a seus aliados a informação de que não havia renunciado, a situação começa a mudar em favor do retorno triunfal do Presidente legítimo do país.

Duas mulheres enviadas pelas forças armadas foram à prisão entrevistar Chávez, que disse a elas que não havia renunciado. As duas saíram e enviaram um fax para o procurador-geral Isaías Rodríguez, informando dizendo que Hugo Chávez não havia renunciado.

O procurador convocou os meios de comunicação para publicamente anunciar seu pedido de demissão. Às 14h, quando as redes de TV começaram a transmitir o pronunciamento, foram surpreendidas com a seguinte declaração do procurador-geral Rodríguez:

> Recebemos uma informação de que advogados das Forças Armadas que o entrevistaram, uma informação de que o presidente não renunciou e, em nenhum momento, qualquer prova escrita dessa renúncia foi apresentada ao gabinete do procurador-geral. O presidente Chávez continua a ser o presidente da República da Venezuela (Jones, 2008, p. 367).

Repórteres tentaram atrapalhar o pronunciamento de Rodríguez, enquanto outros canais de televisão simplesmente pararam de transmitir o pronunciamento sem

qualquer explicação. Não havia mais dúvida. Chávez não renunciara, continuava a ser o presidente dos venezuelanos e, mais ainda, estava vivo.

A revolta nas ruas começa e os golpistas decidem retirar Chávez do Forte Tiuna. Na noite do dia 13 de abril, de helicóptero, Chávez é levado para a base naval de Turiamo. Mais tarde o Presidente confessou que pensou naquele momento que de fato seria morto logo mais. Então começou a rezar o "Pai Nosso" com um crucifixo na mão. De um soldado que servia café em uma reunião de Pedro Carmona com os golpistas, chegou a Chávez a informação de que Carmona dera a ordem de aniquilação física de Chávez, mas que fizesse parecer que fora um acidente (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 256).

Os golpistas tinham mesmo razão. A população começou descer dos *Barrios* a se dirigir para o centro da capital e para Forte Tiuna exigindo ver Chávez. A aglomeração era cada vez mais intensa.

> Enquanto as ruas se enchiam cada vez mais de gente e as críticas ao novo regime se fizessem mais públicas, os canais privados de televisão tentam ocultar o que ocorre e abandonam as notícias enchendo suas telas de séries de desenhos animados infantis ou filmes estrangeiros (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 251).

Enquanto isso, os militares leais a Chávez também começavam a se movimentar. Na base militar de Maracay, o general Raúl Isaías Baduel tentava informar que se opunha ao novo regime. Baduel é um dos fundadores do movimento bolivariano juntamente com Chávez. Mais tarde Baduel recebe das mãos de um soldado uma mensagem que Hugo Chávez conseguiu enviar.

Como era a intenção dos golpistas, Chávez foi levado para a ilha de La Orchilla, de onde foi resgatado por Isaías Baduel, enquanto outros militares assaltavam o Palácio de Miraflores e prendiam os golpistas. Muitos escaparam.

Chegou para os aliados de Chávez a informação de que em La Orchilla havia uma aeronave com marcações dos EUA. Temia-se que Chávez fosse retirado à força do território venezuelano. Precedente no mundo já havia. Jean Bertrand Aristide fora retirado do Haiti em um avião dos Estados Unidos em situação de convulsão social.

Às 2h45, o helicóptero pousa em Caracas vindo de La Orchilla e, para alegria geral, aparece Chávez com o braço esquerdo levantado, nesse seu gesto costumeiro, em sinal de vitória, mesmo que visivelmente cansado.

De volta a Miraflores, em mais uma cadeia nacional de rádio e televisão, Hugo Chávez diz: "A Deus o que é de Deus, a César o que é de César e ao povo o que é

do povo". Com essas palavras, o Presidente da República Bolivariana, Hugo Rafael Chávez Frías, não apenas retorna ao poder, mas também fecha o primeiro período de seu governo, durante o qual Chávez praticamente não se afasta dos preceitos capitalistas, apontando para uma conciliação com o capital internacional, e na prática não realiza modificações na estrutura do sistema econômico predominante no país. Mas quando parece que Chávez tende a se afastar do capitalismo, quando aprova as 49 leis, vem a ruptura com setores médios e liberais da população.

Foi um período de Construção da nova Constituição, no entanto Chávez mal podia atender às necessidades básicas da população mais pobre – sem contar com os anseios da classe média, que o haviam apoiado na sua eleição – em virtude da escassez de recursos, pelo que lança mão das forças armadas para iniciar o Plano Bolívar 2000, que levava assistência a populações carentes.

Foi, portanto, um governo sem muita margem de manobra, o que levou ao descontentamento de vários setores que o haviam apoiado em 1998, entre eles o setor empresarial – empresários apoiaram Chávez –, setores médios da sociedade e proprietários de terra, além de trabalhadores urbanos.

Analisando esse momento na Venezuela, Citando Corrales (2005, p. 106), Serbin (2008) afirma:

> Ainda que originalmente a força de governo que levou Chávez ao poder tenha se apoiado num consenso inclusivo, que atraiu para uma plataforma antipartido não apenas os mais pobres e marginais, senão também a classe média, os intelectuais, os novos grupos civis e militares. Quando essa plataforma começou a expor um antimercado, geraram-se suas primeiras fissuras (Serbin, 2008, p. 122).

Essa fissura nunca foi sanada, apesar dos esforços de Hugo Chávez logo depois do golpe de abril de 2002 e do desejo de setores da oposição em algumas ocasiões. Na verdade, a polarização na Venezuela é clara, sentida nas ruas, nas conversas com as pessoas, nos meios de comunicação ou em qualquer outro lugar. A situação permanece quase inconciliável até hoje, em 2013, quando estas palavras estão sendo escritas.

Toda essa disputa, materializada em eleições e no golpe de Estado contra um presidente democraticamente eleito é uma luta pelo controle do Estado, a partir do qual as classes se tornam dominantes ou dominadas. Essas lutas até aqui narradas são as lutas de frações de classes em movimento na Venezuela, onde a briga pelo controle do Estado é ainda mais forte em virtude do controle do petróleo e da PDVSA.

Como assevera Poulantzas,

> Em relação principalmente às classes dominantes, em particular a burguesia, o Estado tem um papel principal de *organização*. Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do *bloco no poder*... (Poulantzas, 2000, p. 128-129).

Do bloco no poder, como indica mais uma vez Nicos Poulantzas, "participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico, ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra (Poulantzas, 2000, p. 129)." Os grandes proprietários de terra participavam do bloco no poder, mas foram atingidos diretamente na sua propriedade com a lei de terras, que levou a um forte enfrentamento dessas duas frações de classe, os proprietários de terra e a classe hegemônica liderada por Hugo Chávez, os militares, que se organizaram para ascender ao poder desde 1982, quando criam o movimento bolivariano. É o momento em que se inicia a quebra da antiga aliança de poder dentro da classe dominante, que vê, com as manobras políticas do presidente, a sua consolidação no poder e como classe dominante do grupo que lidera e representa. Destaca-se, à luz de Poulantzas (2000), que a classe dominante é composta em frações de classe, fazendo parte do bloco no poder.

Os golpistas e os, chamemos assim, chavistas, ocupavam, a duras penas, o mesmo espaço de poder. Essas duas frações de classe mostraram ter de fato interesses diferentes. Com o 11 de abril, ficou marcado que verdadeiramente "o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes (Lênin, 2007, p. 25)". No caso da Venezuela, essa inconciliabilidade levou a esse grande momento de tensão, que foi o golpe, ainda que de curta duração, de abril de 2002, contra o Presidente Chávez e tudo o que ele representava.

E mais uma vez o Estado é usado para atender aos interesses da classe dominante, só que dessa vez a classe dominante é liderada por um homem de origem pobre que chegou ao controle do Estado não em razão de poder econômico, mas por uma incontestável liderança adquirida ao longo dos anos de conspiração e em razão da tentativa de golpe no 4-F. Chávez, enquanto líder da nova classe hegemônica na Venezuela, põe o Estado a serviço da organização dos conflitos dentro do bloco no poder.

> Organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz, sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica (Poulantzas, 2000, p. 129).

Desfeito o equilíbrio na aliança de poder, veio, na avaliação de muita gente, mas especialmente de Hugo Chávez, o golpe de Estado de 2002, preparado por vários setores sociais, econômicos e políticos do país, os quais, unidos por sua insatisfação, fizeram, com forte apoio da mídia burguesa, um levante contra o Presidente. É importante que fique claro que a legislação sobre a posse da terra na Venezuela foi causa importante dos acontecimentos políticos de 2002, mas a principal causa, indubitavelmente, foi o controle do petróleo.

> Pelo petróleo se põem e se tiram presidentes na Venezuela. São testemunhas disso Isaías Medina Angarita, Rómulo Gallegos e o próprio Hugo Chávez. Disse o Chefe do Estado: todo governante que promova uma política energética soberana é derrubado pelos interesses das transnacionais (Davies, 2012, p. 7).

Mexer na forma como a exploração da riqueza do petróleo se organiza na Venezuela é interferir nas relações de classe. Importa lembrar que "o Estado... deve ser considerado... uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classes... no seio do Estado (Poulantzas, 2000, p. 130)." "Mas o Estado não é pura simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação: é a condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classes (Poulantzas, 2000, p. 131)," e no caso da Venezuela, foi pela relação de forças entre as frações de classes que Hugo Chávez chegou ao poder substituindo o antigo bloco no poder.

Hugo Chávez não caiu senão por algumas horas, mas houve toda uma conspiração de pessoas de vários setores como empresários, políticos, militares e funcionários públicos, como diretores da PDVSA e até diplomatas, com o objetivo de fazer Chávez deixar o poder definitivamente, primeiramente tentando fazê-lo renunciar, e depois retirando-o à força do poder por militares rebeldes.

> Vários testemunhos coincidem em que a disposição inicial de Chávez em renunciar mudou quando não lhe foi concedida sua exigência de viajar para o exterior. Era evidente que se sentia traído, que temia por sua vida, que não sabia em quem confiar dentro do mundo militar. Um dia e meio depois, quando os conspiradores aceitaram essa petição, era demasiado tarde e a crise militar se inclinava a favor do regresso do Presidente (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 251).

Depois do golpe, Chávez sabia que tinha que mudar de estratégia. Teria que, de alguma forma, mas não para sempre, trabalhar por meio de um consenso com a oposição, a qual certamente ainda não havia atingido seu objetivo e que, se não detida – e a forma de deter os ímpetos da oposição foi mudando ao longo dos anos –, tentaria outra vez retirar Chávez da cadeira presidencial. Por isso Chávez, em entrevista a Dieterich, expressa a maneira como enxerga sua posição nessa disputa.

> Sinto-me um combatente na guerra política. Explico, um combatente da política que não quer de jeito nenhum que essa guerra passe de novo a uma guerra militar. Queremos que seja uma guerra política, e social também. É uma guerra ideológica – e não uma ideologia desleal que tem partes de uma guerra de classes. Ainda que aqui na Venezuela praticamente haja só duas classes sociais, uma classe abastada elitista e uma imensa massa; a classe média quase desapareceu (Dieterich, 2007, p. 61-62).

Com os programas sociais, nomeados "missões", com a melhora na renda e com a diminuição do desemprego, mais tarde o próprio Hugo Chávez criará uma classe média, que terá novos anseios e que o chavismo não saberá como responder. Mas até o fim do primeiro período, praticamente nada havia mudado na vida dos venezuelanos em termos práticos. A revolução integral, conforme queria o Presidente, ainda não havia chegado.

CAPÍTULO 4

4. O Estado Bolivariano pós-golpe: Consensual e transitório (2002-2007).

Depois de ter passado por momentos em que imaginava que morreria e de ter triunfalmente retornado ao poder, resistindo e vencendo o golpe de Estado orquestrado pelas forças que sempre comandaram a Venezuela, Hugo Chávez parecia sentir o mesmo alívio de Ricardo III, de William Shakespeare (1995), e achar que o inverno do seu descontentamento havia passado e que as nuvens que pesavam sobre Miraflores agora estavam enterradas no mar do Caribe[14].

Com essa nova postura, o Presidente da República Bolivariana da Venezuela decide que era hora de negociar, de ouvir mais, de atender mais às reivindicações da oposição, obviamente sem abrir mão de sua meta de fazer com que a riqueza do petróleo não ficasse apenas nas mãos de uma pequena parcela de população.

> Ao restituir de novo a ordem, Chávez reconheceu seus erros, chamou ao diálogo nacional e tomou medidas, como a mudança de funcionários em seu gabinete ou a implementação de uma nova negociação em relação à direção da PDVSA, para demonstrar suas intenções de retificação. Do lado da oposição, alguns setores continuaram sem acreditar nele. Também assegurou que não haveria nenhuma interferência política nem pessoal na hora de esclarecer e julgar os fatos (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 260).

Inicia-se assim o segundo período do Estado venezuelano sob o comando de Hugo Chávez. Esse período está dividido em duas fases: a consensual e a transitória. Em 2002 começa o governo consensual, mas ao mesmo tempo, em virtude do golpe de abril, começa também a mudar, afastando-se da antiga burguesia, capitalista e neoliberal, criando uma nova burguesia, mais alinhada com seus pensamentos, e se aproximando ainda mais do povo, por meio do fortalecimento dos programas sociais e da massificação das informações que queria passar por meio de uma rede de

[14] As primeiras palavras de Ricardo III, que são também as primeiras da peça, são: "Agora o inverno de nosso descontentamento está transformado em verão glorioso por este sol de York, e todas as nuvens que pesavam sobre nossa casa, enterradas nas entranhas profundas do oceano." Tradução do autor.

informações composta de vários segmentos comunicacionais, como rádio, jornal, televisão, internet e outros.

> Chávez adotou uma postura conciliadora depois do golpe. Diminuiu a voltagem de seus discursos, anunciou a criação de uma "mesa nacional de discussões" para dialogar com os líderes da oposição e colocou alguns dos seus membros mais polêmicos de seu gabinete de governo em outros cargos. No comando da PDVSA, o presidente substituiu Gaston Parra por Alí Rodríguez e recolocou em suas posições vários dos membros do conselho administrativo que demitira da estatal (Jones, 2008, p. 390).

E não só isso. Diversos membros das forças armadas que abertamente conspiraram contra o Presidente da República, e que foram detidos logo após o fracasso do golpe, foram libertados. Pedro Carmona Estanga, que fora posto em prisão domiciliar, pediu asilo à Colômbia. O país vizinho atendeu o pleito do empresário, que, apesar de estar cumprindo pena, foi autorizado a deixar o país no dia 29 de maio de 2002. Houve ainda empresário fugindo para os Estados Unidos.

O contra-almirante Carlos Molina Tamayo obteve asilo político em El Salvador. Outros militares foram formalmente acusados, mas inocentados pela Suprema Corte. O prefeito de Baruta, Henrique Capriles Radonski, que mais tarde seria o principal líder da oposição na Venezuela, acabou ficando quatro meses na prisão, mas também acabou sendo libertado.

Outros poucos, no entanto, não tiveram tanta sorte. Iván Simonóvis, ex-secretário de segurança cidadã da Prefeitura de Caracas, ainda permanece preso em 2013 e é considerado pela oposição como preso político. De acordo com o governo, Simonóvis autorizou disparos por parte da polícia contra os apoiadores de Chávez nas ruas de Caracas nos dias do golpe de abril de 2002. Os crimes da Ponte Llaguno são atribuídos a ele.

Em 2003, na sessão de prestação de contas do Presidente da República na Assembleia Nacional, Chávez assume sua responsabilidade nos eventos de abril ao admitir que as demissões ao vivo dos diretores da PDVSA ajudaram a desencadear as greves e paralisações, que culminaram no golpe de 2002.

Os gestos reconciliatórios de Chávez não surtiram efeito na oposição. Ainda ávida por retomar o poder e manter sua situação de classe dominante, a oposição voltou a pugnar contra o governo.

Em 21 de outubro, seis meses depois do golpe fracassado, a oposição convocou nova greve nacional, e tinha como objetivo, mais uma vez, a derrubada de

Hugo Chávez do poder, por uma dessas três vias propostas: renunciar simplesmente; convocar eleições antecipadas; ou realizar um referendo sem força de lei sobre seu governo. Como era de se esperar, depois de ter sobrevivido ao golpe de abril, Chávez não cederia facilmente, e rechaçou a oferta da oposição.

No dia seguinte, 14 oficiais – mais uma vez militares se rebelando contra o governo – ocuparam uma praça no bairro Altamira, em Caracas, e a declararam território libertado. Em um país com tamanha fissura social e com uma declarada guerra política, não é de admirar que tenha havido rápida adesão. Logo centenas de pessoas acorreram à praça em apoio aos militares rebelados sob a liderança do general Enrique Medina, ex-adido militar da embaixada da Venezuela em Washington. Outros militares se incorporaram aos 14, passando para mais de uma centena.

Carlos Ortega, da CTV, também declarou apoio ao movimento, além de partidos políticos, principalmente os que haviam governado o país desde 1958, AD e Copei, e o *Primero Justicia*, de Henrique Capriles. Mas a ocupação da praça em Altamira não rendeu os frutos esperados pela oposição, que convocou outra greve para o dia 02 de dezembro de 2002, também sem muita repercussão.

De repente os adversários do Presidente viram outra saída para realizar o sonho de ver Hugo Chávez fora do poder. Pequenos barcos tentaram fechar a passagem de petroleiros que saíam do lago Maracaibo. A marinha conseguiu debelar a insurreição. Na alta administração da PDVSA, a adesão ao movimento foi praticamente imediata.

Veio então o momento mais simbólico dessa greve, que ficou conhecido na Venezuela como o *Paro Petrolero*. No dia 04 de dezembro o Pilín León, o maior petroleiro da frota da PDVSA, com 280 mil barris de gasolina, foi ancorado no meio do lago Maracaibo. Daniel Alfaro Faundes, o Capitão do Navio, tornou-se o herói da oposição. O restante da frota da empresa petrolífera venezuelana, composta de treze navios à época, também parou. Navios-tanque de outras nacionalidades também aderiram à greve, provocando uma paralisia em quase toda a produção, comércio e distribuição do produto mais importante da Venezuela.

Apoiadores não desampararam os rebeldes. Vários barcos pequenos navegavam ao redor do Pilín León para lhe dar proteção. O governo do estado de Zulia enviava comida para manter a tripulação. As TVs faziam matérias ao vivo sobre o caso e os inimigos de Chávez esperavam apenas o momento em que o Presidente anunciasse sua renúncia.

Hugo Chávez, por sua vez, entendia que essa tática era a mesma usada pelo governo dos Estados Unidos e a elite chilena contra o governo de Salvador Allende, que culminou com o golpe de 11 de setembro de 1973. O propósito era fazer a economia do Chile "gemer" com as restrições e imposições.

O governo não escondeu que a situação era grave e que o país poderia passar por dificuldades. A população corre para se abastecer nos supermercados. Nos postos de gasolina as filas são muito longas, com horas para que o motorista conseguisse abastecer o veículo. Os protestos se tornaram diários.

Com o desabastecimento batendo à porta, Chávez recorre a vários países por alimentos e combustível, entre os quais o Brasil. Este, em pleno processo de transição de governo, envia, a pedido do Presidente venezuelano, um petroleiro com 525 mil barris de gasolina, que aporta na Venezuela no dia 28 de dezembro.

A greve, porém, era mais forte na direção da estatal do que entre os outros trabalhadores, que continuavam comparecendo a seus postos diariamente. Para evitar que a produção de petróleo continuasse, vários atos de sabotagem foram realizados pelos grevistas. A produção caiu para 150 mil barris por dia em um país que produzia cerca de 2,5 milhões de barris/dia. A economia começava a agonizar, contudo o Presidente enfraqueceu o movimento com algumas decisões oportunas.

A primeira foi minimizar o desabastecimento com combustível e alimento importados. Gasolina do Brasil, Trinidad e Tobago, dentre outros; produtos alimentícios obtidos na Colômbia e transportados em navios da marinha.

Depois, o governo decidiu, sem espaço para defesa, demitir os grevistas da PDVSA. Era o golpe que faltava para iniciar o desmantelamento do movimento paredista. No dia 12 de dezembro, quatro executivos da empresa foram demitidos. Curiosamente Chávez já os havia demitido em abril, mas os readmitira após o golpe. Dessa vez, os executivos foram demitidos novamente, porém sem margem para apelo, afinal eram os principais líderes do movimento. Em janeiro de 2003, mais de 300 funcionários de alto escalão da empresa haviam sido demitidos. Esses servidores, no entanto, não saíram simplesmente da empresa. Antes de deixar a companhia, interferiram na parte operacional da PDVSA com atos de sabotagem.

O ponto mais importante e mais emblemático na luta entre o bloco de Chávez e a bloco da burguesia dominante na Venezuela era o Pilín León. O Presidente da República deu um ultimato para que a tripulação levasse o Pilín León a seu destino.

O ultimato foi ignorado e o navio continuou ancorado no meio do lago Maracaibo com aproximadamente 45 milhões de litros de combustível.

Por ordem do Presidente, a marinha tomou o navio, mas a tripulação se recusou a deixar o navio alegando estarem protegendo a embarcação. Surgiu então a falta de alguém que soubesse levar o Pilín León para o porto. A solução foi trazer o capitão aposentado Carlos López Peña, que depois de contornar os entraves deixados pelos sabotadores cumpriu a missão, para ser recebido por Hugo Chávez em pessoa. López Peña depois recebeu das mãos de Chávez a medalha da Ordem Simón Bolívar, a mais alta condecoração do país.

> Os aparelhos de televisão instalados minutos antes que o capitão Daniel Alfaro desse a ordem de fundear seguiram cada um dos dias do show. Desde então, ficaram ancorados na imagem do navio tanque e o converteram em um emblema de um paro que não tinha mais objetivo que o de obrigar a saída do Presidente Hugo Chávez e dar espaço aos interesses acariciados por Washington e a velha estrutura política da Venezuela.
> O Pilín León foi então uma peça chave na estratégia midiática que perseguia vender aos venezuelanos e à comunidade internacional a ideia de uma Venezuela demolida por um paro petroleiro que encabeçavam os magnatas da lista maior (Bermúdez, 2006).

Se o símbolo é importante para a resistência, a sua queda também tem forte impacto para enfraquecer o movimento. Com a tomada do Pilín León e sua atracação no cais de Bajo Grande às 6h30 da manhã do dia 21 de dezembro de 2002, Chávez dava início ao desmantelamento da greve geral do setor petroleiro e aos poucos se tornava cada vez mais forte. Ao mesmo tempo, sentia também que não podia condescender como fizera logo após o golpe. Além disso, não podia ficar sem o apoio dos setores da população que o sustentavam, que se identificavam com ele.

As greves ainda se estenderam até fevereiro, mas os próprios comerciantes começaram a ver inutilidade em um movimento, uma vez que não estavam vendo sinais de que Chávez cairia e ao mesmo tempo estavam arruinando seus próprios negócios.

Na medida em que a oposição enfraquecia e diminuía sua ofensiva contra o governo, os chavistas tomavam as ruas em apoio ao Presidente. A produção de petróleo, por sua vez, com a participação de trabalhadores partidários de Chávez, aos poucos vai retomando seu patamar normal de produção.

Em fevereiro, após algumas paralisações, os estabelecimentos voltaram a funcionar normalmente. Escolas, empresas, bancos e vários outros setores reabriram as portas, impondo o fim da paralisação e das greves iniciadas em 02 de dezembro.

Como uma forma de excluir qualquer possibilidade de o país ser vítima de mais uma paralisação tão forte e de mais uma greve geral do setor do petróleo, o Presidente Chávez, até o final de março de 2013, demitira 18 mil funcionários dos 38 mil que trabalhavam na PDVSA.

Líderes grevistas foram presos ou procurados pela polícia e tiveram que se esconder ou se refugiar em outros países. O novo presidente da Fedecámaras, Carlos Fernández, foi preso, e o presidente da CTV, Carlos Ortega, fugiu para a Costa Rica.

Dois resultados importantes e determinantes para a história da Venezuela surgiram dos eventos de 2002-2003. Um resultado econômico e um político-administrativo que mudaram os rumos que o Presidente Chávez daria ao país daí por diante.

Economicamente a Venezuela praticamente quebrou.

> Apesar de Chávez ter sobrevivido, a paralisação traduziu-se em danos devastadores para a economia da Venezuela. A Economia quase entrara em colapso, encolhendo 27% nos primeiros quatro meses de 2003. No total, o movimento custou ao setor petrolífero 13,3 bilhões de dólares (Jones, 2008, p. 409).

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, 2010), o Produto Interno Bruto da Venezuela teve uma queda de -8,9% em 2002 e de -7,8% no ano seguinte, para voltar a crescer positivamente em 2004 a uma taxa de 18,3%. Obviamente esse número se deve ao fato de o país estar saindo de um período de forte retração econômica, mas em 2005, o país cresce 10,3% e em 2006 o PIB engorda 9,9%, o que mostra como a economia venezuelana estava em condições de crescer bem, mais até do que a média mundial.

Politicamente, o efeito dos eventos de 2002-2003 foram no sentido oposto ao da economia.

> Não obstante os prejuízos econômicos, Chávez agora gozava de maior liberdade para perseguir seu programa radical de reformas e gastaria menos tempo protegendo-se das tentativas de sacá-lo do poder (...). Chávez voltou sua atenção para seus programas sociais. Esses programas ainda engatinhavam passados os primeiros quatro anos da sua administração. Chegara a hora de colocá-los no centro do seu governo (Jones, 2008, p. 409-410).

Ao resistir ao golpe de abril, Chávez venceu a batalha política, mas para se firmar enquanto classe dominante, enquanto bloco hegemônico, o Presidente e seus seguidores sabiam que o controle da PDVSA era essencial. Quem controlasse a riqueza

do país se tornaria a força hegemônica. Não bastava estar no poder, era preciso ter poder. Não era apenas ocupar a cadeira a serviço de uma classe, mas ser membro da própria classe dominante, do bloco que assumiu as rédeas do país, e para isso era necessário ter sob seu comando a base econômica da nação, que é a cadeia produtiva petroleira.

Nas lutas de classe na Venezuela, a PDVSA foi sua arena mais visível, com a luta mais sangrenta, mais disputada, onde os gladiadores estavam dispostos a se submeter a grandes sacrifícios e a deixar o país de joelhos, desde que vencesse a disputa.

Por meio da PDVSA, o governo popular de Hugo Chávez poderia – e de fato o fez – atender a demandas históricas da população venezuelana. Para isso ampliou os programas sociais, chamados pelo governo de missões, com forte caráter militar, e criou novos programas, respondendo a uma gama maior das necessidades da população nas áreas de saúde, educação, microcrédito, dentre outros.

Para evitar ser mais uma vez vítima da falta de comunicação com seus apoiadores e ao mesmo tempo para travar com mais força e em melhores condições a batalha midiática, Chávez decidiu investir em comunicação oficial e ampliar os meios de comunicação do Presidente com a população por meio de rádios comunitárias, sítios eletrônicos, mais canais de televisão, jornais, revistas, panfletos e muita comunicação visual em todo o país de modo que era impossível não se lembrar de Hugo Chávez a cada dia onde quer que o cidadão estivesse.

Com sua lucidez e profundidade de análise, a professora Margarita López Maya assim entende o que se passou com o Presidente Hugo Chávez depois do golpe de 2002 e do paro petroleiro do final de 2002 até fevereiro de 2003:

> Os difíceis dias que viveu o Presidente Chávez parecem tê-lo marcado para sempre. Em que pese ter prometido retificação e ter pedido perdão pela demissão pública e insultante aos gerentes da Pdvsa, ante os sinais dados nos meses seguintes por parte do pólo opositor de continuar na via violenta para derrotá-lo, o Presidente e o pólo oficialista foram se radicalizando em suas tendências "revolucionárias" (López Maya, 2013a).

Essa radicalização a que se refere a professora López Maya, e que é crescente a partir de 2003, a utilização da mídia e outras formas de atuação do governo, vão culminar, mais tarde, com a criação do Estado chavista, que nasce da derrota política do

Presidente no resultado do referendo da reforma constitucional de 2007 e da radicalização mais profunda do movimento chavista.

Como era próprio de Hugo Chávez, o simbólico lhe era muito importante, por isso não bastava que o país tivesse entrado numa trajetória de crescimento econômico nem que o Presidente estivesse politicamente fortalecido. Era necessário que a resistência simbólica também fosse desfeita. Por isso, o paro petroleiro provocou uma resposta interessante da parte do governo no que se refere à simbologia do Pilín León. Por sugestão de Alejandro Gomez, os navios da frota da PDVSA, que levavam os nomes de miss universo e miss mundo venezuelanas – Pilín León foi miss mundo em 1981 – seriam rebatizados com nomes de mulheres que ajudaram a Venezuela na sua trajetória histórica de libertação dos espanhóis. O navio petroleiro Pilín León passou a se chamar Negra Matea, uma governanta que ajudou a criar e educar Simón Bolívar. Outros navios, por sua vez, ganharam o nome de Manuela Sáenz, companheira de Simón Bolívar, e Luisa Caceres Arismendi, que lutou contra os espanhóis. Arismendi figura também na cédula de 20 bolívares.

> A tentativa de golpe de Estado reforçou o governo. Deu-lhe um novo impulso. Permitiu-lhe uma maior legitimidade em nível internacional e lhe deu um argumento político para desqualificar a oposição acusando-a de golpista, de buscar meios violentos para chegar ao poder (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 260).

Ao mesmo tempo em que ganhou a legitimidade de desqualificar a oposição, apontando o golpismo dos seus opositores, Hugo Chávez iniciou uma aproximação com os setores mais necessitados do país por meio das missões bolivarianas, tornando-se ainda mais uma referência para a maior parte da população e para a esquerda mundial.

4.1 As missões e a consolidação do bonapartismo chavista.

Passadas as turbulências de golpe de Estado e greve geral do setor petroleiro, o Presidente Hugo Chávez, inaugurando a fase transitória, cria uma série de programas sociais destinados a atender à população carente da Venezuela, principalmente nas áreas de educação e saúde, a princípio. Esses programas sociais, nomeados *Misiónes*, no marcado estilo castrense, ganharam rápida popularidade e, de

fato, trouxeram ganhos reais para as pessoas que tinham pouco acesso aos serviços públicos.

Como o problema era apresentado como demandante de uma solução urgente – assim como urgente também era a necessidade de se aproximar da população mais pobre do país para mais tarde poder prescindir de uma parte dos apoiadores da eleição de 1998 – o Presidente decretou as missões. Nas forças armadas, uma vez "paga" uma missão, ou seja, quando se emite um ordem de missão, os que são designados para respondê-la têm de correr para cumpri-la. As ordens de missão trazem uma explicação da situação e um rol de necessidades, o que se quer que seja feito, e o prazo para o cumprimento da missão. Chávez sabia muito bem o que era uma ordem de missão.

> Uma vez resgatadas, tanto a institucionalidade democrática como a PDVSA, pelo povo venezuelano e a Força Armada Nacional, o Governo Revolucionário decidiu pela implementação das missões bolivarianas a partir do ano 2003. As missões passaram a constituir as bases do novo Estado socialista, de direito e de justiça. Em tal sentido se dirigiram todos os esforços a fim de satisfazer as principais necessidades em saúde, educação, capacitação para o emprego produtivo e alimentação. Áreas que conformam a coluna vertebral de qualquer país do mundo (Misiónes bolivarianas, 2007, p. 12).

A primeira *Misión* criada por Chávez, e uma das que deram mais notoriedade ao seu governo popular, foi a *Misión Barrio Adentro*. Criada em 16 de abril de 2003, esse programa social tinha o objetivo de levar saúde básica à população carente da Venezuela, especialmente para as pessoas que viviam nos Barrios (as comunidades/favelas) e no interior do país.

Assim como acontece na atualidade no Brasil, onde os médicos não querem trabalhar fora dos grandes centros nem ir para áreas predominantemente pobres, a Venezuela também não conseguia convencer seus profissionais de saúde a prestar serviços para aquele setor da população que não tem condição de pagar por uma consulta médica.

O governo, primeiramente, convocou os médicos venezuelanos a se apresentarem a fim de iniciar os trabalhos nas áreas mais remotas do país e nos Barrios, porém não mais do que 50 médicos se apresentaram. A solução encontrada pelo governo foi trocar petróleo por médicos. A Venezuela envia petróleo para Cuba, que como pagamento envia médicos para o trabalho com atenção básica em saúde. Ao todo, o país de Fidel Castro enviou para a Venezuela cerca de 15 mil médicos, que recebiam

uma bolsa de cerca de US$ 250 dólares, ganhando menos do que um médico venezuelano, porém bem mais que um cubano.

> Em novembro de 2004, a Missão Bairro Adentro existia em 320 dos 335 municípios da Venezuela, empregando 13 mil cubanos e 29 venezuelanos clínicos gerais. Também, o programa foi expandido para incluir dentistas, empregando 3.054 cubanos e 543 venezuelanos (Wilpert, 2007, p. 134).

Essa força médica, só no primeiro ano de funcionamento do programa, de acordo com dados do governo venezuelano[15], fez mais de 9 milhões de consultas. Em 2011, esse número chegou a quase 530 milhões, embora com sérios problemas de funcionamento, que serão discutidos no último capítulo.

Os resultados não demoraram a aparecer. Em pouco tempo, os índices apontaram melhora na saúde da população. A mortalidade infantil, que era de 18,49‰ (crianças mortas antes de completar 1 ano de idade para cada grupo de mil) em 2003, caiu para uma taxa de 13,95‰ em 2010, ainda de acordo com o governo.

O governo também criou, em 12 de outubro de 2003, a Missão Guaicaipuro, em homenagem ao indígena que liderou as tribos Teques e Caracas na luta contra a presença espanhola. Hoje em dia sua imagem figura na cédula de 10 bolívares. O objetivo do programa é restituir aos indígenas suas terras, respeitar os direitos das comunidades e as defender contra a especulação da cultura dominante.

Em 24 de abril do mesmo ano, criou a Missão Mercal S/A, sendo a palavra Mercal formada pelas iniciais de Mercado de Alimentos. Adscrita ao Ministério do Poder Popular para a Alimentação, essa missão foi pensada com o intuito de levar para armazéns e supermercados produtos a preços subsidiados para a população mais carente com descontos que chegam a 45% em relação ao valor praticado pelo setor privado. O governo pode comercializar diretamente para a população por meio de pequenos estabelecimentos ou em caminhões e vans na rua, ou autorizar que comerciantes vendam esses produtos em seus estabelecimentos.

É o governo se fazendo cada vez mais presente no meio da população de forma real, tangível, palpável. Levando comida mais barata para a população, o governo não apenas mostrava que era possível vender mais barato, como também de certa forma e até certo ponto, combatia um problema crônico no país, que é a inflação, a mais alta

[15] Dados do Instituto Nacional de Estatística. Disponível em http://www.ine.gob.ve/documentos/Social/Salud/pdf/Indicadores_Basicos_Salud.pdf. Acesso em 15 de julho de 2013.

da América Latina no momento em que este texto está sendo escrito, em julho de 2013. Só no primeiro semestre, segundo cifras oficiais, a inflação chegou a 25%.

A Venezuela é um dos países do mundo que têm sido capazes de reduzir drasticamente a fome, não necessariamente pelo aumento da produção agrícola do país, mas pelo maior acesso das pessoas aos itens de primeira necessidade por conta do aumento da renda.

Às missões Barrio Adentro, Mercal e Guaicaipuro, o governo criou em 2003 uma série de programas dos mais importantes e mais impactantes no país de Bolívar, todos voltados para a educação. Desde as primeiras letras até cursos universitários, cada uma dessas missões educacionais foi concebida para atender a uma necessidade específica e com objetivos claros.

As missões *Robinson* I, *Robinson* II, Ribas e Sucre foram dedicadas a oferecer ensino gratuito desde a alfabetização de adultos (*Robinson I*), o ensino primário (Robinson II), o ensino médio (Ribas), até chegar à universidade (Sucre).

Para ficar em apenas um exemplo, a missão *Robinson* recebeu esse nome em homenagem ao mais presente dos professores de Simón Bolívar, o filósofo e educador Simón Rodriguez, como já relatado no Capítulo 1. O governo fez o convite e milhares de pessoas atenderam ao chamado para percorrer os cantos mais distantes do país para alfabetizar em tempo recorde. "Com a ajuda de mais de 100 mil alfabetizadores, e utilizando o método cubano *Yo Si Puedo!*, criado pela professora Leonela Inés Relys Días, pelo qual se associam números a letras, em 2005 a Venezuela foi declarada livre de analfabetismo (Feitosa, 2011, p. 139)" pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Hoje em dia, a Venezuela ostenta o índice de apenas 4,8% de analfabetos, segundo relatório da Cepal (2010, p. 49), com projeção de chegar a 3,9% em 2015. Número que está melhor do que em outros países, como o Brasil, e isso feito em pouco tempo.

No quadro abaixo, retirado, sem tradução, do informe anual do Programa Venezuelano de Educação Ação em Direitos Humanos (Provea, 2013, p. 112), vê-se a quantidade de pessoas beneficiadas já no primeiro ano de funcionamento do programa. Apenas em 2003, início da missão, 1,3 milhão de pessoas aprenderam a ler e a escrever.

Ao longo dos 14 anos de governo, 1.756.250[16] venezuelanos foram alfabetizados, num universo populacional de 28.946.101 habitantes, em 2013, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Ao longo dos anos, a missão Robinson I foi reduzindo a quantidade de beneficiados em virtude de já ter sido atendido um número importante de adultos. Em vez de fracasso, isso significa que o programa de alfabetização realmente teve sucesso.

Cuadro Nº 17
Misiones educativas. Años escolares 2003-2004 al 2010-2011

	AÑOS ESCOLARES							
MISIÓN EDUCATIVA	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11
Robinson I[24] (inscritos)	1.371.595	1.493.211	1.548.511	69.748	95.485	43.069	14.829	8.763
Robinson I (egresados)	1.314.790	1.482.543	1.534.267	28.360	56.027	26.334	27.474	17.681
Robinson II[25] (inscritos)	1.261.793	1.452.542	1.542.931	167.109	403.732	325.406	297.833	326.851
Robinson II (egresados)	m	0	327.390	64.299	73.500	56.453	93.471	104.690
Robinson III[26]	m	0	m	72.496	48.021	26.123	19.985	16.927
Misión Ribas[27]	672.405	763.177	1.041.114	1.207.076	1.297.332	432.902	425.067	429.875

Fuente: Estadísticas Educacionales 2011. Cuadros I.M.1, I.M.2, I.M. 3 y I.M.4 sobre Misión Robinson I, II, III y Ribas respectivamente.
Notas del original: Las cifras de las Misiones Robinson I, II y III fueron suministradas por el MPPE Fundación Robinson, y las de la Misión Ribas por el Ministerio de Energía y Petróleo, Fundación Misión Ribas.
m: información no disponible.

Ao todo, são trinta e uma missões e grandes missões criadas pelo governo Chávez ao longo dos quatorze anos em que esteve à frente do governo da Venezuela, divididas em grandes áreas de atendimento pelo governo da seguinte forma:

> As missões se enfocam nas áreas de saúde (Barrio Adentro, Milagro, Sonrisa), atenção à pobreza crítica (Negra Hipólita), nutrição (Alimentación), inclusão social dos grupos indígenas (Guaicaipuro), fortalecimento da economia popular (Vuelvan Caras), alfabetização (Robinson I), socialização da educação em todos os níveis (Robinson II, Ribas e Sucre), socialização do desporto (Barrio Adentro Deportivo), fornecimento do documento de identificação (Identidad), socialização da posse de terras (Zamora), potenciação dos poderes inovadores do povo (Ciencia), resgate e fortalecimento dos elementos simbólicos de identidade (Cultura), atenção às mulheres e famílias em pobreza extrema (Madres del Barrio), reflorestamento (Árbol) (Misiónes bolivarianas, 2007, p. 13-14).

Quando essas missões foram lançadas, o governo ainda não havia se declarado socialista. Mesmo assim, depois que Hugo Chávez disse que era necessário transcender o capitalismo, o governo passou a divulgar que entende que as missões são as bases do novo Estado socialista (Misiónes bolivarianas, 2007, p. 12).

[16] O governo fornece dados sobre as missões no site do Instituto Nacional de Estatística. A informação está disponível em http://www.ine.gob.ve/documentos/Social/Misiónes/pdf/Misiónes_enero2013.pdf.

As missões, verdadeiramente, tiveram impactos positivos na melhoria da vida dos venezuelanos, de tal sorte que o governo chamou isso de revolução, apesar de a melhora na educação, na saúde e na renda só ter reforçado o caráter capitalista da Venezuela, afinal não é apenas transformando o Estado em fonte de regalo que se faz o socialismo.

> O socialismo vulgar (e a partir dele, por sua vez, uma parte da democracia) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição (Marx, 2012, p. 33).

A transferência de renda e qualquer benesse proporcionada pelo Estado não faz deste um Estado socialista. Como Karl Marx já havia escrito na obra citada acima, "a distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção (Marx, 2012, p. 32)."

O sociólogo argentino Atílio A. Borón ratifica: "O Che tinha plena razão quando afirmou que 'o socialismo como fórmula de redistribuição de bens materiais não me interessa' (Borón, 2010, p. 96)." Borón, em nota de rodapé, completa:

> Em sua época, Mariátegui já expressava uma ideia muito semelhante, mas referida no caso à consciência do proletariado, quando escreveu que "um proletariado sem outro ideal a não ser a redução das horas de trabalho e o aumento de centavos no salário nunca será capaz de uma grande ação histórica" (Borón, 2010, p. 96, nota de rodapé 31).

Essa visão economicista do socialismo tem permanecido até os dias de hoje e se repete em várias partes da América Latina, não apenas na Venezuela ou mesmo no Brasil, país capitalista que aumentou a renda dos trabalhadores e reduziu drasticamente a pobreza e a miséria.

O Programa Bolsa Família no Brasil é um exemplo de que o capitalismo também procura meios de distribuição de renda, oferecendo, como no caso brasileiro, uma renda mínima, que, como reconhecido pelo próprio governo brasileiro, fortalece o mercado interno e é revertida no consumo de bens no país, fazendo assim gerar emprego e incentivando a produção interna.

O idealizador do Bolsa Família foi Ricardo Paes de Barros, também conhecido apenas como PB, um dos principais nomes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Como informa a Revista Piauí, "sob a liderança intelectual

[de Paes de Barros], um grupo de economistas liberais foi responsável, já no governo Lula pela concepção técnica do programa Bolsa Família (Cariello, 2012, p. 30).”

Os programas sociais mostraram ter impacto positivo desde o Plano Bolívar 2000, e foram reeditados e ampliados depois do golpe de 2002 porque uma das causas da derrubada de Chávez foi a ausência de respostas do Estado às necessidades dos Venezuelanos. A estrutura de que o Estado dispunha não permitia isso.

O próprio governo, na sua cartilha *Misiónes Bolivarianas* (2007), admite que o país não era capaz de responder adequadamente a tantos problemas com o aparato estatal que existia, pois era uma estrutura que ainda estava cheia de vícios de muitos anos de abandono do social e das classes desfavorecidas na Venezuela. Para o governo “as missões bolivarianas começaram a ser implantadas em nosso país devido a que o aparato burocrático do Estado não brindava as respostas adequadas e eficientes ante os profundos problemas que foram se acumulando durante mais de quatro décadas (Misiónes bolivarianas, 2007, p. 8).”

Essa é mesmo a sensação de apoiadores e opositores. Alguns afirmam que Chávez “bypassa” o Estado. É o que diz Aristóbulo Istúriz, um dos homens mais influentes no campo do chavismo, que quando ministro da educação declarou:

> Aristóbulo Istúriz disse: “Tentou-se acelerar o processo de alfabetizá-los (1,5 milhão de analfabetos) por meio do aparato do Estado, mas nos dois primeiros anos ficou claro que era inútil. Por isso, foi preciso fazer o que fora feito em outros campos da ação social: *bypassar* – contornar o aparato estatal e utilizar as missões, estabelecidas com a ajuda cubana” (Krauze, 2013, p. 284).

Pérez Pirela (2010) chama isso de “Estado bis”. Apoiador do chavismo, apresentador do programa *Cayendo y Corriendo* no canal estatal *Venezolana de Televisón* (VTV), proprietário do site La Iguana (www.laiguana.tv) e candidato a prefeito de Maracaibo em dezembro de 2013, Pérez Pirela afirma:

> Não cabe dúvida que o paradigma das missões venezuelanas deve seu êxito principalmente a uma destituição *de facto* do Estado, assim como até então existia na Venezuela. Necessitava-se de um mecanismo que funcionasse como atalho à aplicação de medidas de emergência para resolver uma situação (também ela de emergência), em plano como a saúde e a educação (Pérez Pirela, 2010, p. 13).

E conclui, asseverando que “poderíamos falar então da criação de um Estado “bis” que ia driblar as históricas, e, ao que parece, irreversíveis, falhas do Estado venezuelano (Pérez Pirela, 2010, p. 14)”.

Ao que ainda acrescenta:

> Os resultados foram exitosos a tal ponto que hoje em dia nos colocam de frente a uma incômoda pergunta: que fazer então com o Estado existente à luz dos resultados desse "Estado bis" auspiciado por um governo? Pode o "Estado bis" constituir-se como Estado propriamente dito? (Pérez Pirela, 2010, p. 14)

Pérez Pirela vê, então, nas missões a confissão de ineficiência do Estado e, de certa forma, prevê o nascimento de um novo Estado, que, para este trabalho, é o Estado chavista. Se se levar em conta que as missões foram lançadas em 2003, ou seja, no quinto ano de governo de Hugo Chávez, pode-se concluir que o governo Chávez não foi capaz de dar ao Estado venezuelano a capacidade de agir dentro do previsto no seu conjunto de instituições. Estas falharam e continuam falhando enquanto essas linhas estão sendo escritas.

Com as missões Chávez substitui as instituições pelo personalismo, como se o que se oferece à população fosse uma dádiva direta do governante, o qual, por bondade e misericórdia, decide regalar aos cidadãos uma parcela da renda do petróleo. Em vez de recuperar o papel das instituições, Chávez as enfraqueceu ao mesmo tempo em que se fortalecia perante uma população que o idolatrava. É a consolidação do bonapartismo chavista.

É o governo direto, é a conexão do governante diretamente para o povo. É o fortalecimento do Estado de cima para baixo. É a gênese do Estado chavista, marcado pelo uso da força contra os inimigos e regalador de benesses à população pobre, que o apóia incondicionalmente.

> Como assinalou Michael Reid, o lúcido editor para a América Latina de *The Economist*, as *Misiónes* chavistas estabeleceram com os setores marginais uma relação clientelista que intercambia atenção por obediência, e representam, na prática, a fundação de um Estado paralelo, que não presta contas a ninguém a não ser ao próprio Chávez (Krauze, 2013, p. 348).

Krauze conclui: "O certo é que Chávez *bypassa* o Estado... para ficar com o Estado. *Bypassa* o Estado para construir um mega-Estado manejado por militares e burocratas e financiado pela PDVSA (Krauze, 2013, p. 348)". Anulam-se o parlamento e as instituições, fortalece-se o executivo, que se apresenta sob o manto de Simón Bolívar como o defensor dos pobres, com os quais tem contato direto.

Em matéria sobre Douglas Bravo, Dimitri Duarte aponta um posicionamento importante do ex-guerrilheiro:

> Dentro de suas posições político-ideológicas, podemos destacar que considera que "ainda que os revolucionários no governo sejam a maioria, não têm o poder, pois a direita se apoderou do processo". Disse que "o povo hoje está é apoiando o processo, porém não participando. O povo o que faz é aplaudir e dar votos." (Duarte, 2007).

Esperou-se que fossem feitas mudanças na própria estrutura do Estado, mas o que realmente tem ocorrido é uma forma de cooptação das massas populares atingidas pela pobreza e pela miséria. De fato, o que o povo faz no Estado chavista é receber benefícios e em troca dar votos e atender às convocações do governo, e isso era feito de forma ainda mais maciça quando Hugo Chávez estava na Presidência do país. O seu chamado era uma conclamação, atendida principalmente pelos beneficiados dos programas sociais.

A esse acesso aos benefícios por meio de programas sociais Chávez chamou de revolução, que ele imaginava que poderia se refletir em outras áreas, mas que depois de 14 anos se mostraram iguais a quando Chávez ainda era candidato a Presidente da República.

Chávez usava bastante a expressão revolução integral para se referir a mudanças profundas em algumas áreas. Explicava que a revolução integral era ao mesmo tempo uma revolução ética, social, política e econômica. "O povo consciente e organizado – não anarquizado – é o único combustível da máquina da história (Dieterich, 2007, p. 77)," e com esse povo organizado é possível se realizar a revolução integral. De forma analítica, Chávez explica o que entendia por revolução ética:

> A revolução já é uma revolução ética: no sentido de que os povos se organizem e saiam pacificamente para clamar por algo e se sintam atendidos por um governante, por um grupo de governadores. Aí há um câmbio ético. Está-se estabelecendo o laço que se rompeu aqui (Dieterich, 2007, p. 78).

Sobre o que via como revolução social, Chávez, ainda na mesma entrevista a Dieterich, acrescenta:

> A revolução social é isso: mudar os padrões de comportamento de uma sociedade, para a qual tem que se tocar na ferida. (...) Uma revolução social cujo objetivo é uma situação de igualdade, de felicidade, dizia Bolívar, um governo que lhe dê felicidade e seguridade social a seu povo. Esta revolução é muito mais difícil, porém tendo a primeira facilita a segunda, a social (Dieterich, 2007, p. 78-79).

O fato de o povo aplaudir e dar votos (Duarte, 2007) ocorre principalmente porque o povo quer manter os benefícios advindos das missões, e o Estado chavista é, na mente de muitos venezuelanos, a garantia de que isso permaneça.

Juntamente com os programas sociais chegava cada vez mais constante a figura do Presidente como o benfeitor, o fornecedor de felicidade, o proporcionador de dias melhores. Era a figura de Chávez e não o Estado que levava à população carente as benesses das missões. A população entendia isso, afinal desde o início do século XX a Venezuela já era importante produtora de petróleo, no entanto os lucros não chegavam à população pobre de maneira clara, diferentemente do que ocorria aos que pertenciam às classes dominantes, com vidas contempladas com viagens ao exterior e chalés nas montanhas.

Sendo ele, de certo modo, um produto da mídia na medida em que se tornou famoso depois de ter feito um pronunciamento à nação depois da tentativa de golpe de 1992, e instruído pelos eventos de abril, Hugo Chávez cada vez usava mais os meios de comunicação de massa para se fazer presente nos lares e no quotidiano dos venezuelanos.

Na eleição de 1998, Chávez recebera apoio de todas as classes, inclusive da maior parte da mídia, embora o grupo Cisneros e o jornal El Nacional se lhe opusessem. Esse apoio dos meios de comunicação a Chávez estava em sintonia "com o consenso midiático que depreciava os partidos tradicionais e promovia a antipolítica (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 268-9)," dando assim mais margem para um governo personalista, com o chefe de Estado se relacionando diretamente com o povo sem o intermédio das instituições.

Para isso, Hugo Chávez usou os meios de comunicação de massa como nenhum outro presidente venezuelano antes dele. O Presidente tinha consciência de que os meios de comunicação "são entidades tridimensionais: são, ao mesmo tempo, uma organização (comercial, social ou estatal), uma comunidade profissional e um ator político (Ruiz, 2010, p. 16)."

Assim, Chávez criou o jornal *El Correo del Presidente*, o qual, fechado mais tarde sob acusação de corrupção, deu lugar ao *Correo del Orinoco*, nome do periódico fundado por Simón Bolívar que circulou de junho de 1818 a março 1822 para difundir as idéias do Libertador e seus feitos e se opor ao jornal Gazeta de Caracas, alinhado com a coroa espanhola. É mais um tijolo da construção simbólica do chavismo sobre a figura incontestável de Simón Bolívar.

Com 50 mil exemplares e 32 páginas, o *Correo del Orinoco* foi lançado em 30 de agosto de 2009, e desde então pode ser encontrado em vários estabelecimentos públicos e comerciais, como o hotel Alba Caracas, antigo Hotel Hilton.

Fiel a seu estilo, o Presidente queria usar os meios de comunicação, porém a seu modo, sob sua direção. Pensou-se em criar um programa de televisão por meio do qual o chefe de Estado falaria diretamente ao povo. O primeiro nome sugerido foi *De Frente com o Presidente*, mas ainda não era o que o Chávez buscava. O programa ia ao ar nas quintas-feiras à noite, em horário fixo, havia uma platéia, pessoas faziam perguntas por telefone, porém o programa começou a perder audiência.

> Todavia, não é senão com o *Aló, Presidente!* que Chávez parece se encontrar a gosto com o formato e com os resultados que obtém. Não tem hora fixa de iniciar, embora costume começar por volta das 11 da manhã, e nunca ninguém sabe quando terminará (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 270).

Agora, sim. Chávez recebia convidados nacionais e internacionais; discutia vários assuntos; comentava algum pensador (Nietzsche era um deles); demitia funcionários, nomeava ministros, anunciava programas sociais, atendia ligações de pessoas do povo, ali mesmo, ao vivo; cantava; era um Hugo Chávez livre para dizer o que quisesse. A direção do programa praticamente era feita por ele, que escolhia o ângulo das câmeras e que câmeras deveriam focar o quê. No dia 23 de maio de 2012, o Presidente comemorou o programa de número 378, 13 anos desde que o primeiro programa foi transmitido na Venezuela. Para comemorar a data, o sítio eletrônico do programa publicou o texto *"Aló, Presidente", trece años revolucionando de la mano con el pueblo* (Ceteno, 2013), título muito significativo da relação do presidente com o povo por meio do programa.

Depois do *Correo del Orinoco*, vários outros jornais impressos, sítios na internet, estações de rádio do governo e comunitárias e canais de televisão foram sendo criadas para dar suporte à máquina comunicacional de que Hugo Chávez necessitava. Com todo esse aparato Chávez procurava se defender do bloqueio dos meios de comunicação privados e evitar situações como no episódio do golpe de 2002, quando o governo não tinha como informar à população o que estava acontecendo; ao mesmo tempo, esses meios de comunicação de massa são instrumento na divulgação do ideal chavista.

No dia 02 de março de 2013, o governo anunciou a criação do Sistema Bolivariano de Comunicação e Informação (Sibci) com o objetivo de integrar todas as mídias do Estado e comunitárias.

> O Sibci permitirá ao povo colocar-se à altura dos desafios que atualmente se apresentam ao país, segundo declarações oferecidas pelo titular para a Comunicação e a Informação, Ernesto Villegas, ao tempo em que anunciou que já se encontra ativa a página web do Sistema Bolivariano de Comunicação e Informação, www.sibci.gob.ve, que permitirá o registro de comunicadores populares para construir o "exército comunicacional" da Revolução Bolivariana (Borrero, 2013).

Com o seu inigualável e incontestável carisma, que é uma forma de dominação, Hugo Chávez instalou na Venezuela uma forma de contato com as populações das classes menos favorecidas, com os pobres, trabalhadores, desempregados, nacionalistas, o lúmpen proletariado e uma série de outras pessoas que se identificavam com o ele, inaugurando assim uma espécie de bonapartismo venezuelano.

Uma primeira definição de bonapartismo já traz alguns elementos – e apenas alguns – que ajudam a compreender as formas como o governo Chávez se relacionava com a população desde seus primeiros anos, que foram sendo incrementadas, aprofundadas, e permaneceram enquanto o Estado chavista foi se mantendo.

> O regime bonapartista é instalado por meio de um golpe de estado, como conseqüência de anterior deterioração das instituições republicanas e de tumulto social. O líder à frente de tal governo pretende expressar diretamente a vontade indivisível do Povo soberano e tenta, mas não consegue, fundar uma dinastia. Medidas de exceção legitimam-se através de plebiscitos de massa (Baehr, 1996, p. 45).

O que a definição acima destoa da situação na Venezuela é o fato de o regime chavista não ter sido instalado por um golpe de Estado, mas por meio de eleições livres e justas, embora tenha havido uma tentativa de golpe por parte de Chávez em 1992. Ou seja, o regime de Chávez não chega ao poder por um golpe, mas teve nesse tipo de ação a sua primeira aparição pública, com ampla simpatia de diversos setores da sociedade venezuelana.

É importante deixar claro, no entanto, que, assim como a definição indica, o movimento de Chávez ganha força por conta da deterioração das instituições, as quais,

como já escrito anteriormente, não foram revitalizadas, mantendo-se na sua penúria para que o bonapartismo chavista continuasse a prosperar.

Houve também o tumulto social no Caracazo, sufocado com a força repressora do Estado puntofijista. A tentativa de golpe de 4 de fevereiro de 1992 não deixa de ser também um tumulto, repelido, da mesma forma, pela atuação do Estado.

Do dicionário de política de Norberto Bobbio, tomamos a seguinte definição de bonapartismo, essa um pouco mais longa:

> Para os fundadores do materialismo histórico, o Bonapartismo é uma forma de Governo em que é desautorizado o poder legislativo, ou seja, o Parlamento, que no Estado democrático representativo, criado pela burguesia, constitui normalmente o poder primário e em que se efetua a subordinação de todo o poder ao executivo, dirigido por um grande personagem carismático, que se apresenta como representante direto da nação, como garante da ordem pública e como árbitro imparcial diante dos interesses contrastantes das classes. Na realidade, a autonomia do poder bonapartista com relação à classe burguesa dominante é, para Marx e Engels, pura aparência, se se atender ao conteúdo concreto da política por ele levada a efeito, uma política que coincide com os interesses econômicos fundamentais da classe dominante (Pistone, 1999, p. 118).

Analisando a situação da Venezuela chavista a partir da citação acima, depreendem-se algumas conclusões importantes. Primeiramente, ocorre na Venezuela do chavismo a mais completa subordinação de todos os poderes ao executivo. O poder legislativo atende a agenda do executivo; o poder judiciário não processa nem condena ninguém que seja das fileiras do chavismo; o poder popular faz ouvidos moucos à grita da oposição; e o poder eleitoral não move uma palha em detrimento dos interesses do executivo. Dessa maneira se vai gerando o Estado chavista, que tem como uma de suas características a subordinação dos poderes ao executivo.

Um segundo ponto iluminado na citação se refere à direção do Estado por um grande personagem carismático, fato indiscutível e inarredável quando se olha para o Estado governado por Hugo Chávez, bem diferente de quando se olha o governo Nicolás Maduro, maior vulnerabilidade para a continuidade do chavismo. As pessoas se identificavam com Chávez, mas o mesmo não se dá com Maduro.

Essa vulnerabilidade para o chavismo chamada Nicolás Maduro se torna ainda mais visível porque, como já expressado em outro ponto desse trabalho, Hugo Chávez era o principal garantidor do movimento na medida em que usava seu carisma, seu prestígio com as camadas populares e sua habilidade de negociador para evitar fissuras internas no seu movimento.

E finalmente, a autonomia aparente do poder bonapartista em relação à classe dominante também se repete na Venezuela. Destaque-se que a classe dominante na Venezuela é composta por militares chavistas, de burgueses que migraram para o grupo de Hugo Chávez e por novos burgueses que fizeram fortuna por suas ligações com o Estado Chavista, os chamados "boliburgueses".

Não existe mesmo autonomia em relação à classe dominante porque é a própria classe dominante, uma burguesia estatal, que faz uso dessa relação direta com a população sem o intermédio das instituições.

A classe dominante comandada por Hugo Chávez se aproveita da fragilidade do puntofijismo para angariar apoios, que lhe chegam de muitos setores sociais, inclusive de setores da burguesia empresarial e financeira, supostamente porque acreditavam que não demorariam a controlar o Presidente Hugo Chávez na defesa dos interesses das classes dominantes tradicionais venezuelanas.

> Antes de mais nada, o conflito de classe com o proletariado tornou-se de tal modo agudo que a classe dominante, para garantir a sobrevivência da ordem burguesa, se vê obrigada a ceder seu poder político a um ditador que, com seu "carisma" e com os instrumentos de um despotismo não mais tradicional, isto é, não fundada na sucessão legítima, seja capaz de reconduzir à disciplina a classe dominada. Em segundo lugar, a ditadura bonapartista pode sustentar-se, desde que conte com o apoio direto de uma classe que não coincide nem com a burguesia dominante, nem com o proletariado, e que, no caso específico de Napoleão III, foi a classe dos pequenos proletários rurais, cujos interesses não eram, porém, antagônicos com relação aos da classe dominante (Pistone, 1999, p. 118).

De fato, a classe dominante aceitou ceder parte de seu poder para o carismático ex-militar, mas não contava que Chávez seria capaz de se manter e de substituir os antigos donos do poder por uma nova classe, instalando um novo bloco no poder.

No caso específico de Hugo Chávez, a classe específica que lhe deu apoio foi a dos militares bolivarianos recrutados durante muitos anos dentro das fileiras das forças armadas. Isso ajudou a ir moldando o Estado chavista, que não age necessariamente por meio das instituições senão quando quer legitimar arbitrariedades, o que significa que a base do Estado continuou, mudando apenas os atores dominantes do Estado, que não deixou de ter uma classe dominante dirigindo seus interesses por meio do poder que lhe é outorgado a partir do domínio do poder estatal.

> O regime bonapartista caracteriza-se pela inversão de papéis entre poder legislativo e poder executivo, e portanto não é um Estado

> representativo e parlamentar como aquele através do qual ocorrera a ascensão política da burguesia (...). Certamente, essa inversão de papéis em nada altera, segundo julgamento de Marx, a natureza do Estado enquanto tal, que continua sendo uma ditadura, no sentido de domínio de classe, como é possível inferir da afirmação segundo a qual "a França parece ter escapado do despotismo de uma classe para cair sob o despotismo de uma pessoa" (Bobbio, 2000, p. 129).

Essa ausência de mudança já era sentida por estudiosos seis anos após o início do governo Chávez, que de fato alterou apenas quem receberia os benefícios do Estado e contra quem o aparato estatal seria usado.

> ...os novos atores no exercício do poder desde 1998 foram incapazes de gerar um clima de governabilidade e estabilidade para nossa democracia, e ao mesmo tempo introduzir um conjunto de mudanças e inovações no sistema. Hoje, logo depois de seis anos de desgoverno, os venezuelanos seguimos esperando materializar uma mudança (Rivas Leone & Caraballo Vivas, 2011, p. 307).

A diferença mais importante, no entanto, imposta pelo chavismo está entre a forma como a democracia puntofijista se ligava com a população e a maneira como Hugo Chávez interage com seus apoiadores.

Apesar do discurso socialista, a ponte que mais liga Chávez a seus seguidores são os recursos, seja em forma de serviços (saúde, educação e, o mais forte da atualidade, moradia), seja diretamente com dinheiro no bolso obtido como transferência de renda ou por meio de empréstimos nos bancos oficiais, com todas as facilidades e com perspectiva de perdão de dívidas não pagas.

> Obter dinheiro oferecido e emprestado: eis aqui a perspectiva com que esperava que as massas mordessem o anzol. Oferecer e receber emprestado: a isso se limita a ciência financeira do lumpemproletariado, tanto do distinto quanto do vulgar. A isso se limitavam as molas que Bonaparte sabia pôr em movimento. Nunca um pretendente especulou mais tacanhamente com a tacanhez das massas (Marx, 2008b, p. 264).

Na Venezuela de Chávez o anzol foi mordido, o que garantiu a continuação do chavismo no poder, não só porque o lumpemproletariado votava em Chávez ou em quem este apontasse mas também porque os chavistas estavam dispostos até mesmo a pegar em armas – e de fato o fizeram, quando aceitaram o convite de compor as milícias bolivarianas – para defender Chávez e o chavismo de ameaças internas ou externas.

O chavismo se fortalecia na medida em que se fortalecia o Estado. Quanto mais dinheiro tem o Estado mais ações ele pode realizar, como financiar programas

sociais, ampliar o acesso ao crédito para financiamento da produção, para influenciar politicamente dentro e fora das suas fronteiras, e fortalecer seu poderio bélico. Tudo isso fortalece o Estado. Tudo isso fortalecia o chavismo, que se aproveitava de todo esse aparato para se inserir no imaginário popular como o caminho para a felicidade e a paz na Venezuela.

Esse Estado mais forte, que é o Estado chavista, assemelha-se à descrição de Karl Marx sobre o Estado francês no 18 Brumário.

> Esse poder executivo, com a sua imensa organização burocrática e militar, com a sua extensa e engenhosa maquinaria de Estado, um exército de meio milhão de funcionários, juntamente com um exército de outro meio milhão de soldados, esse terrível corpo de parasitas, que se cinge como uma rede ao corpo da sociedade francesa e lhe tapa todos os poros (...). Os privilégios senhoriais dos grandes proprietários fundiários e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder de Estado, os dignitários feudais em funcionários retribuídos e o variado mostruário dos plenos poderes medievais divergentes no plano regulado de um poder de Estado cujo trabalho é dividido e centralizado como uma fábrica (Marx, 2008b, p. 322-323).

Com a macrocefalia do Estado venezuelano, ficou claro para Chávez que quem determina a vida das pessoas no país é o Estado, detentor dos principais meios de produção. Do Estado dependem as pessoas e a burguesia, que faz sua fortuna por meio de negócios com o poder público e pelo saque ao erário. Quem manipula o Estado manipula também toda a superestrutura da sociedade da Venezuela.

Essa situação é ainda mais parecida com a da França, descrita por Marx (2008b), o que permite afirmar que no Estado chavista existe uma espécie de bonapartismo, aqui denominado bonapartismo chavista, uma das bases do Estado chavista.

> Compreende-se imediatamente que num país como a França, onde o poder executivo dispõe de um exército de funcionários de mais de meio milhão de indivíduos e tem portanto constantemente sob a sua dependência mais incondicional uma massa imensa de interesses e existências, onde o Estado manieta, controla, regulamenta, vigia e tutela a sociedade burguesa, desde as suas manifestações mais amplas de vida até as suas vibrações mais insignificantes, desde as suas modalidades mais gerais de sua existência até a existência privada dos indivíduos, onde esse corpo parasitário adquire, pela mais extraordinária centralização, uma onipresença, uma onisciência, uma capacidade acelerada de movimento e uma elasticidade que só encontram correspondência na dependência desamparada, na disformidade incoerente do corpo social efetivo, compreende-se que em semelhante país, ao perder a possibilidade de dispor dos postos ministeriais, a Assembleia Nacional perdia toda a influência efetiva, se ao mesmo tempo não simplificasse a administração do Estado, não

> reduzisse o mais possível o exército de funcionários e finalmente não deixasse a sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) e a opinião pública criar os seus órgãos próprios, independentes do poder do governo. Mas o interesse material da burguesia francesa está precisamente entretecido do modo mais íntimo com a conservação dessa extensa e ramificadíssima máquina do Estado. Coloca aqui a sua população excedente e completa sob a forma de vencimentos do Estado o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas e honorários (Marx, 2008b, p. 258-9).

Nada mais parecido com o Estado chavista. A Assembleia Nacional, tornando-se apenas a carimbadora do poder executivo (Weber, 1980), refém do Poder Executivo que gerencia um Estado que controla tudo e que coloca a todos sob sua dependência, sejam burgueses ou proletários, sejam funcionários do Estado ou desempregados, sejam sindicalistas ou o lumpemproletariado. Por isso, todos na Venezuela pugnam pelo fortalecimento do Estado para que este atenda aos anseios do Estado, disputado por setores da sociedade apenas para que, por meio de eleições, seja definido quem controla o Estado e para onde vão as maiores benesses.

E no meio dessa disputa pelo controle do Estado, usam-se vários expedientes para convencer o povo a votar em tal ou qual candidato, entre os quais o carisma dos contendores, quesito em que Hugo Chávez foi campeão absoluto. Ao carisma Chávez acrescentou a mais arraigada tradição política venezuelana, a figura de Simón Bolívar.

> Pela tradição histórica nasceu a crença dos camponeses franceses no milagre de que um homem de nome Napoleão lhe traria de novo toda a magnificência. E encontra-se um indivíduo que se faz passar por tal homem, porque traz o nome de Napoleão em conseqüência do *Code Napoléon*, que ordena: La recherche de la paternité est interdite [É proibida a investigação da paternidade – francês] (Marx, 2008b, p. 325).

O bonapartismo chavista faz uso da tradição do herói histórico. Assim como Luís Bonaparte lançou mão da lembrança do inigualável Napoleão Bonaparte, Hugo Chávez apropriou-se da história de Simón Bolívar, apresentando-se como filho e continuador do ideário bolivariano.

Tendo em seu favor a tradição bolivariana, seu carisma e o aparato do Estado para oferecer ao povo o que deseja, sobretudo bens e serviços adquiríveis com dinheiro, Hugo Chávez, em comunicação direta com o povo, consolidou em seu tempo o bonapartismo chavista.

Bastante ilustrativo sobre o bonapartismo chavista é o trecho abaixo:

> "O decisivo é que Chávez, à diferença dos governantes desses países [Chile, Argentina e Brasil], não integrou os pobres à sociedade, mas ao Estado. Sem suprimir a pobreza, Chávez a estatizou. As missões, entre outras tantas iniciativas populistas, são os cordões umbilicais que atam os pobres ao Estado. E o Estado é Chávez. Os pobres são de Chávez; por isso devem continuar sendo pobres. Sim existem, por certo, alguns chavistas inteligentes. Mas não o são tanto a ponto de reconhecer que Chávez não representa um projeto de sociedade, como eles imaginam, mas antes de mais nada e sobretudo, um projeto de poder (Mires, 2011, p. 356)."

É, pois, uma dependência direta dessa população carente a Chávez cultivada e regada com o jorrar do dinheiro das missões. População que o apóia cegamente, dando sustentação ao projeto de poder de Hugo Chávez, que acaba por reunir os meios de formar o Estado chavista.

4.2 O referendo revogatório de 2004 e o fim da fase consensual.

Depois de sobreviver ao golpe de 2002 e à greve petroleira entre 2002 e 2003, e contando agora com o respaldo dos movimentos sociais, exultantes com o resultado das missões bolivarianas, e com uma gama de meios de comunicação de massa para fazer chegar sua mensagem ao povo, Hugo Chávez enfrenta com tranquilidade o referendo revogatório de 2004, que ocorre depois de longas contendas sobre a validade das assinaturas e depois, entre outras, de denúncias de abuso do poder que supostamente teria sido cometido por empresários para obrigar pessoas a assinar a petição do referendo revogatório, expediente legal previsto na Constituição. Mais um detalhe que coloca a Carta Magna venezuelana entre as mais democráticas do mundo.

A Constituição da Venezuela prevê no seu Artigo 72 que todos os cargos e magistraturas de eleição popular são revogáveis, o que pode ocorrer após consulta popular por meio de referendo. Para se realizar o referendo popular convocado pela população são necessários pelo menos 20% dos eleitores inscritos no Registro Civil e Eleitoral, o que, na época, correspondia a quase 2,5 milhões de pessoas.

Outra regra importante para a realização do referendo, de acordo com o artigo 74 da Constituição, que determina que para que o referendo revogatório tenha validade é necessário o comparecimento às urnas de pelo menos 40% dos eleitores inscritos no Registro Civil e Eleitoral. Na Venezuela, onde o voto não é obrigatório, a abstenção é sempre um fantasma a assombrar, e no caso do referendo revogatório, isso

se torna ainda mais preocupante, sobretudo porque Chávez vinha de uma vitória importante e tinha sobrevivido – e do qual saiu claramente fortalecido – ao golpe de 2002.

Outra regra, ainda mais preocupante para a oposição, era a que estipulava que, para descontinuar o mandato de Hugo Chávez, os adversários teriam que obter um número de votos maior do que Chávez obtivera quando eleito, aproximadamente 3,8 milhões de votos.

Todo esse arcabouço jurídico, conquanto apresente condicionantes que parecem difíceis de vencer, dá ao cidadão o direito de, descontente com quem governa, decidir novamente por meio de voto secreto e universal sobre a continuidade do mandato que o povo conferiu ao ocupante da cadeira. Pelo artigo 187 da Constituição, a convocação do referendo para revogar mandato eletivo poderá ocorrer depois de decorrido metade do período para o qual o funcionário foi eleito. Isso só pode ser feito uma vez no mandato.

E assim fez a oposição: inconformada com as derrotas de seus projetos, eleitorais ou ditatoriais, os adversários políticos de Hugo Chávez iniciaram um périplo para angariar assinaturas que respaldassem a convocação de um referendo revogatório em desfavor do governo Chávez e ter mais uma chance de retornar ao poder. Dessa vez, utilizando-se não mais de atos de exceção, mas caminhando dentro das regras da Constituição aprovada pelo próprio Chávez, a oposição organizava mais um *round* contra o tenente-coronel paraquedista.

Todavia, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), em sua primeira decisão sobre o referendo, considerou que as cerca de 3 milhões de assinaturas já recolhidas pela oposição não tinham validade porque haviam sido obtidas sem a supervisão do CNE e que haviam sido colhidas antes da metade do mandato presidencial. Sob protesto, a oposição voltou à cata de assinaturas.

> Após um intenso processo de revisão, ocorrido em fevereiro [de 2004], o conselho eleitoral anunciou que a oposição havia entregado cerca de 3 milhões de assinaturas, e não 3,4 milhões, conforme afirmara. O órgão decidiu que 1,8 milhão de assinaturas não tinham validade. Dessas, 375 mil foram rejeitadas de pronto como inválidas. Outras 876 mil foram colocadas sob suspeita porque a caligrafia delas era muito parecida (Jones, 2008, p. 428).

O CNE havia determinado que todo eleitor, com exceção dos deficientes, deveria, ele próprio, preencher o formulário com seus dados, e não outra pessoa.

Quando foi feita a auditoria, vários formulários apresentavam caligrafias muito semelhantes.

Quando percebeu que a oposição não daria trégua, não abaixaria a guarda, não jogaria a toalha, o governo decidiu agir com as armas de que dispunha e começou a investigar adversários.

O alvo principal do chavismo era a bela Maria Corina Machado, líder do movimento *Sumate*, financiado pelo *National Endowment for Democracy* (NED), organização do governo dos Estados Unidos que tem a missão de "promover a democracia". Uma democracia nos moldes do país norte-americano e com as pessoas que lhe parecem confiáveis. Se condenada, Maria Corina Machado poderia pegar até 16 anos de prisão. Se já estivesse sido consolidado o Estado chavista, quase que fatalmente ela seria presa e condenada.

No final de maio de 2004, o Conselho Nacional Eleitoral decidiu que o pedido de convocação do referendo estava em conformidade com as exigências legais, e marcou para 15 de agosto o dia da votação.

Para enfrentar mais uma eleição, apesar de todas as condições favoráveis em função dos gastos sociais com as missões, da comunicação com o povo e do seu carisma, Chávez não dá lugar para o fracasso e convoca as Unidades de Batalha Eleitoral (UBE) – composta por dez pessoas – para atuar diretamente nos *barrios*. A tática para as UBEs era simples: cada pessoa da UBE tinha que conquistar mais um voto a favor da permanência de Chávez no poder e convencer o eleitor a ir votar. "As unidades provaram ser uma ferramenta eleitoral eficiente: estima-se que 1,2 milhão de pessoas, ou 4% da população, aderiu a uma UBE (Jones, 2008, p. 434)," garantindo assim mais uma vitória para Hugo Chávez.

No dia 15 de agosto de 2004, cerca de 10, dos 14 milhões de eleitores registrados, compareceram às urnas. Para um país onde o voto não é obrigatório, foi uma vitória da convocação de Chávez, que sabia que a oposição iria em massa às urnas. A mobilização chavista resultou que 58,25% dos eleitores votaram a favor da permanência de Hugo Chávez na Presidência da Venezuela até o final de 2006, quando completaria seu mandato.

A vitória do chavismo se deve à mobilização dos partidários do Presidente, mas principalmente ao modo como o governo se comunica com a população, seja pelos meios de comunicação de massa, seja pelos resultados imediatos das missões.

> O [então] Ministro da Educação do país, Aristóbulo Istúriz, calculava que o governo gastara 4,5 bilhões de dólares, ou 20% do Orçamento, como setor de educação. Esse montante equivalia a 6,1% do Produto Interno Bruto da Venezuela, ou cerca de o dobro do percentual verificado no ano anterior. No que diz respeito à PDVSA, a empresa estava injetando 1,7 bilhão de dólares em programas sociais do governo como a *Misión Robinson* (Jones, 2008, p. 434).

"O certo é que, para muitos, o triunfo de Chávez no referendo revogatório de 2004 está irremediavelmente ligado à distribuição de dinheiro e ilusão através das missões (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 377)," da mesma forma que o triunfo de Lula no Brasil se deveu muito ao sucesso dos programas sociais, embora não apenas a estes.

Passado o referendo revogatório com vitória de Chávez – momento em que se inicia a segunda fase do segundo período, a fase transitória – o Presidente se sente seguro o suficiente para anunciar uma mudança de rumo no chavismo. A partir daquele momento buscaria o Socialismo como novo horizonte.

> Depois do referendo revogatório de agosto de 2004, vencido por Chávez, o universo opositor havia sido presa de uma "abstencionite" aguda, que o levou a não votar nas eleições imediatamente subsequentes, de tal modo que Chávez pôde conquistar, sem nenhum esforço eleitoral particular, até finais de 2004, 21 dos 23 governos estaduais do país, bem como a Prefeitura Metropolitana de Caracas, praticamente todas as legislaturas regionais, quase 300 das 335 prefeituras e todas as câmaras de vereadores. A cereja do bolo foi a abstenção de 2005, para a Assembleia Nacional, que abandonou esta completamente ao chavismo, o qual cooptou todas as cadeiras que a integram (Petkoff, 2010, p. 24).

Nas eleições parlamentares de 2005, a oposição, já esgotada, decidiu que era hora de se abster de votar, o que deu ao chavismo todos os assentos na Assembleia Nacional, o maior erro que os adversários cometeram em todos os anos em que combateram o governo Chávez e do qual a se lamentariam por muito tempo.

Na eleição presidencial de 2006, mais uma vez os adversários de Chávez pouco se apresentaram para votar, dando ao Presidente uma vitória com 62,84% dos votos válidos contra meros 36,9% de Manuel Rosales, segundo colocado na disputa. Em termos absolutos, Chávez obteve 7.309.080 votos, enquanto Rosales atingiu o número de 4.292.466 votos. A abstenção foi de 25,3% dos eleitores registrados. Em números absolutos, deixaram de votar 3.994.380 pessoas registradas no CNE.

Para se ter uma ideia do tamanho da abstenção, basta se saber que nas eleições de 07 de outubro de 2012 compareceram às urnas 80,49% dos eleitores. Na

disputa de 14 de abril de 2013, a participação relativa dos votantes foi de 79,68%. Ou seja, nas duas últimas eleições a abstenção girou em torno de 20%, diferença significativa para os mais de 25% que deixaram de votar em 2006.

O resultado das eleições representa em 2006 representa a maior vantagem relativa de Hugo Chávez em uma disputa desde que se lançou candidato em 1998. A oposição deu um tiro no pé ao convocar a abstenção e deu ao Presidente da República todas as condições para realizar seus projetos traçados quando ainda estava na academia militar e depois de conhecer Norberto Ceresole. O chavismo acabara de ganhar espaço na disputa política para fazer a Venezuela a sua imagem e semelhança, para implantar o Estado chavista.

Hugo Chávez agora não tem mais dúvida: pode falar abertamente em socialismo porque a sua base eleitoral está consolidada, considerando os dados da eleição. Chávez sabia que tinha o apoio do povo, das pessoas que se identificavam com sua pessoa e que eram beneficiárias de suas promessas.

Enquanto mantivesse o Estado em suas mãos manobrado para atender necessidades da população que o apoiava, o Presidente sabia que a sua forma de governar, tivesse o nome que tivesse – socialismo, comunismo ou qualquer outro ismo – teria o suporte da população referendado e confirmado nas urnas. Hugo Chávez tornara-se imbatível.

4.3 O Socialismo como alternativa: bases ideológicas do Socialismo do Século XXI

Desde que Hugo Rafael Chávez Frías, então presidente da República Bolivariana da Venezuela, por ocasião do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 30 de janeiro de 2005, mencionou pela primeira vez a expressão Socialismo do Século XXI, toda uma discussão nasceu em torno do que o líder venezuelano queria dizer com a expressão, que bases teóricas sustentariam sua idéia e de que forma seria possível criar um sistema cuja implantação requereria a transformação radical do Estado, com o aprofundamento das mudanças já iniciadas desde a posse do presidente em 1999, mesmo ano da promulgação da nova constituição.

Na ocasião, falando para uma multidão que acreditava que *Um Outro Mundo É Possível* (lema do Fórum Social Mundial), Chávez enchia os ouvidos de todos com a promessa de superação do capitalismo, produtor e indutor de desigualdades e

injustiças, e de criação de um socialismo diferente daquele que prevaleceu na União Soviética e do que existe atualmente em Cuba. "Devemos reclamar o socialismo como uma tese, como um projeto e um caminho, mas um novo socialismo (WILPERT, 2007, p. 238)," disse Chávez em Porto Alegre.

Nessa mesma linha de pensamento, em maio de 2006, Chávez abertamente declara: "Nós assumimos o compromisso de direcionar a revolução bolivariana para o socialismo e contribuir com o caminho do socialismo, um socialismo do século XXI, que se baseia na solidariedade, na fraternidade, no amor, na justiça, na liberdade e na igualdade (WILPERT, 2007, p. 238-9)".

E continuando a mesma argumentação, nos primeiros oitos dias de 2010, em uma longa entrevista concedida por Chávez ao canal Encuentro (Presidentes de Latinoamerica, 2010)[17], uma TV pública argentina, como parte da série de reportagens intitulada *Presidentes de Latinoamerica*, o presidente da Venezuela é confrontado com a pergunta sobre o que é o Socialismo do Século XXI e em que se diferencia do socialismo real ou do socialismo que nasceu com a Revolução Russa. Hugo Chávez responde citando Jesus Cristo, a bíblia, Karl Marx, Teilhard de Chardin, Lênin, diz o que almeja com o Socialismo do Século XXI, mas em momento algum oferece uma definição desse socialismo, permitindo a continuidade do debate em torno do que se está construindo na Venezuela.

Assim responde Chávez:

> Bem, o socialismo, o socialismo... Eu, por exemplo, tenho dito que Cristo, para mim – eu cristão – foi um socialista e grande socialista. Cristo o homem, Cristo Teilhard de Chardin – eu li muito Teilhard de Chardin sendo cadete aqui [na academia militar]. Chegou a minhas mãos um livrinho velho que se chama Evolução, Marxismo e Cristianismo. E aí eu entendi, com Teilhard de Chardin, que o marxismo e o cristianismo podem caminhar juntos de mãos dadas ao longo dos séculos. Esse é o cristão de Chardin, mas é também o cristão que consegui na Teologia da Libertação, o cristão revolucionário, verdadeiro (Presidentes de Latinoamerica, 2010).

Logo após essa resposta, o documentário insere um pronunciamento do Presidente da República Bolivariana da Venezuela criticando a conferência episcopal, a qual, segundo o Presidente, havia exigido que ele se explicasse sobre o que era esse socialismo, ao que Chávez responde:

---

[17] Também em www.youtube.com/watch?v=qntiMFDghpc. Acessado em 26 de janeiro de 2011. A tradução das falas de Hugo Chávez, bem como dos textos cujos originais são em espanhol ou em inglês, foram feitas pelo autor deste trabalho.

> Ontem ouvia o presidente da conferência episcopal dizendo umas barbaridades, outra vez. E agora vêm os bispos exigir que nós os expliquemos o que é isso de socialismo. Senhores, vão buscar os livros de Karl Marx, de Vladimir Lênin, vão buscar a bíblia para que vejam o socialismo aí. Cristo é um dos maiores revolucionários que já nasceram nesta Terra. Cristo, o verdadeiro Cristo – e não o que alguns setores da Igreja Católica manipulam. Cristo era um verdadeiro revolucionário socialista. Igualdade. Igualdade. Bem-aventurados os pobres, porque deles será o reino dos céus. Mais fácil será a um camelo entrar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus. Esse Cristo é verdadeiro (Presidentes de Latinoamerica, 2010).

A definição, portanto, do que é o socialismo do século XXI permanece ausente, embora, mesmo sem ela, seja possível compreender o que Hugo Chávez quer comunicar, que condições sociais, culturais, jurídicas ele deseja construir com o socialismo por ele defendido. O Socialismo do século XXI vai ficando cada vez mais claro conforme o presidente faz seus pronunciamentos, cita pensadores e, principalmente, decreta leis mudando o modo de funcionamento não apenas do governo, mas de toda a sociedade venezuelana.

Uma das razões por que não há uma definição para o socialismo do século XXI é a convicção de que o socialismo se vai construindo pouco a pouco, no dia a dia. Chávez disse que certa feita Fidel Castro comentou ter cometido o erro de achar que alguém sabia como construir o socialismo, mas ele, Hugo Chávez, certo de que ninguém sabe como construir o socialismo, está inventando elementos para poder impactar até a transição para o socialismo (Presidentes de Latinoamerica, 2010).

Haiman El Troudi, um dos ideólogos do presidente Chávez, em um debate realizado em Caracas, a 11 de março de 2006, apresentou um texto em que respondia perguntas sobre o Socialismo do Século XXI, para o qual usa a sigla SSXXI. No texto, El Troudi afirma: "O SSXXI não pode se confinar atrás da rígida atadura de definições temporãs, eu prefiro ir cunhando caracterizações que *a posteriori* vão dando assento a um sistema de traços característicos (El Troudi, 2006, p. 10)", e acrescenta:

> Socialismo pensado e lavrado no fecundo campo da originalidade e a criatividade deste povo de artesãos e ourives. Socialismo temperado com o fogo justiceiro de nossos libertadores. Perfumado com as fragrâncias da utopia realizável. Interpretado com as interrogações e incertezas do que está por nascer (El Troudi, 2006, p. 10).

O que se busca, então, é a construção de um socialismo endógeno, formado a partir de bases intelectuais formuladas também por pensadores latino-americanos, absorvendo a literatura de esquerda marxista sobre socialismo, e tendo como ponto

central a figura de Simón Bolívar. Para Haiman El Troudi, o socialismo do século XXI "é um socialismo que não aplica receitas nem fórmulas doutrinárias elaboradas por preclaros intelectuais (El Troudi, 2005, p. 23)."

"Este socialismo não é pré-definido. Ao contrário, diz Chávez, devemos 'transformar o modelo do capital e mover em direção ao socialismo, em direção a um novo socialismo que deve ser construído a cada dia' (WILPERT, 2007, p. 239)," explica Gregory Wilpert. Ou ainda, este socialismo é "algo que se colocava entre o 'capitalismo selvagem' e o comunismo fracassado (JONES, 2008, p. 464)," avalia Bart Jones. Este esclarece ainda:

> Independente (*sic*) do que fosse, não se tratava de uma reedição do socialismo de Estado da União Soviética, do Leste Europeu e mesmo da amada Cuba de Chávez. O presidente da Venezuela sabia que esses projetos continham falhas e que a maior parte dos venezuelanos não aceitaria uma repetição do comunismo à maneira de Fidel. Chávez por outro lado não idolatrava o capitalismo sem limites, cujos resultados ele havia testemunhado com os próprios olhos na Venezuela e no restante da América Latina (JONES, 2008, p. 464).

Afinal, como saber para onde o Socialismo do Século XXI aponta? Uma das respostas para isso foi a criação das chamadas *Misiónes* (missões), ações diretas do governo com o objetivo de interferir na vida dos cidadãos com melhorias significativas e visíveis das suas condições sociais básicas no que se refere a saúde, educação, moradia, acesso à terra, comida. As missões não apenas criam, mas também intensificam as medidas que o governo venezuelano já vinha tomando desde a primeira posse de Hugo Chávez em 1999.

Para realizar as missões, milhares de médicos cubanos passaram a trabalhar nas áreas mais pobres do país, seja nas favelas de Caracas ou em cidades do interior do país. Estudantes e outros cidadãos atenderam ao chamado do governo e passaram a realizar uma forte ação para exterminar o analfabetismo do país com a utilização do método cubano *Yo Si Puedo!*. Além disso, o governo criou supermercados que vendem alimentos subsidiados.

Em 15 de setembro de 2005, na 60ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, Hugo Chávez apresentou alguns resultados das medidas tomadas por seu governo. Sobre os ganhos na educação ele disse:

> Senhor presidente, em apenas 7 anos de Revolução Bolivariana, o povo venezuelano pode exibir importantes conquistas sociais e econômicas. Um número de 1.406 milhões de venezuelanos aprenderam a ler e a escrever em aproximadamente um ano e meio,

> nós somos cerca de 25 milhões e, em pouco tempo, o país poderá declarar-se livre de analfabetismo; 3 milhões de venezuelanos antes excluídos por causa da pobreza foram incorporados à educação primária, secundária e universitária (Chávez, 2007, p. 118).

Sobre os 29 médicos venezuelanos e os mais de 13 mil cubanos trabalhando em 8.500 clínicas populares, nos *barrios* e nos locais de mais difícil acesso, que permitiu a universalização da saúde para a população pobre da Venezuela, Chávez disse na ONU:

> Dezessete milhões de venezuelanos e venezuelanas – quase 70% da população – recebem, pela primeira vez na história, assistência médica gratuita, incluídos os medicamentos e, em poucos anos, todos os venezuelanos terão acesso gratuito a um atendimento médico por excelência (Chávez, 2007, p. 118).

E a respeito da distribuição de alimentos, Chávez afirma, no mesmo discurso: "é fornecido hoje mais de 1,7 milhões de toneladas de alimentos a preços módicos a 12 milhões de pessoas, quase a metade dos venezuelanos, um milhão deles o recebem gratuitamente, de maneira transitória (Chávez, 2007, p. 118)."

No sítio eletrônico da Presidência da Venezuela estão disponíveis várias publicações sobre aqueles que contribuem ou contribuíram para a Revolução Bolivariana. Em uma dessas publicações, intitulada *Para Compreender a Revolução Bolivariana*, escrito por alguns autores, entre os quais William Izarra (Izarra, 2004) – um dos assessores e ideólogos de Chávez, e talvez o mais importante porque seus ideais revolucionários se arrastam desde 1978 –, fica bastante claro para onde a "Revolução" se encaminha, e embora o texto não cite a expressão Socialismo do Século XXI, na bibliografia está citado o livro *Um Socialismo para o Século XXI*, de Domingo Alberto Rangel (Rangel, 2003).

Izarra explica:

> A Revolução Bolivariana, sistema político que começa a se instaurar na Venezuela, em substituição à democracia representativa, é a nova realidade das mudanças históricas. Ideologicamente se concebem estas mudanças como a transformação das relações de poder, as relações sociais e as relações de produção. Em contraposição ao sistema político da democracia representativa (identificado como IV República e sistema puntofijista) que se sustenta na manutenção estrutural; que equivale a perpetuar de maneira inalterável as relações de dominação que exercem as cúpulas sobre o coletivo (Izarra, 2004, p. 12).

Efetivamente, não houve transformação nas relações de poder, mudou apenas quem detém o poder. E como também não houve transformação nas relações

sociais e de produção, então se pode afirmar que essa revolução bolivariana não se efetivou.

Em *Las Líneas de Chávez*, o presidente mais uma vez cita o socialismo em construção quando prevê que medidas no Congresso extraordinário do PSUV de 2009 seriam discutidas e decididas, "em permanente consulta com as bases, acerca da organização, [...] os desafios que temos pela frente, a crise mundial do capitalismo, a construção do Socialismo do Século XXI na Venezuela... (Chávez, 2009, p, 15)," a que ele se refere como "a grande ofensiva econômica, política e moral (Chávez, 2009, p, 40)."

Não é possível, todavia, levar adiante toda uma transformação na estrutura de um Estado nacional sem bases teóricas e ideológicas sobre as quais se apoiar para dar ao povo uma ideia de que o Estado será modificado, apesar de a mudança ser apenas em parte da superestrutura social.

É preciso, pois, convencer e angariar aliados não apenas com os programas sociais, mas também oferecer aos apoiadores um arcabouço ideológico minimamente válido para justificar as ações do governo. Daí trazer para o debate tantos pensadores de esquerda e socialistas.

Desde o início, quando se começou a questionar sobre as bases ideológicas do socialismo anunciado por Chávez, a resposta mais comum tem sido remeter a alguns pensadores do socialismo, especialmente Karl Marx, Friedrich Engels, Ernesto "Che" Guevara e Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin). E depois são incorporados ao bojo ideológico Jesus Cristo e, principalmente, Simón Bolívar.

Na entrevista à TV pública argentina, já citada acima, Chávez conta ao repórter Daniel Filmus que havia escolhido aquele lugar, a academia militar, para a entrevista porque ali era o local onde ele e seu grupo se reuniam para ler o *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels (Marx & Engels, 1996). Chávez disse também que, ao se formar na academia militar, em 05 de julho de 1975, "saí da academia com um rifle em um braço e embaixo do outro carregava um livro de Che Guevara. Saí convertido em um soldado rebelde," conclui Chávez.

O desejo do presidente venezuelano de lutar contra as injustiças sociais encontrou eco nesse documento clássico. Como afirma Borón (apud Hermida, 2008): "O viés ético e o impulso moral que inspiram o manifesto de Marx e Engels, associados à sua cientificidade, à crítica da ordem social existente e à compreensão [...] da exploração capitalista, dotam o texto de certo ar de atualidade...".

A professora Beatriz Augusto de Paiva escreve, nessa mesma linha de raciocínio, quando afirma que "ao decifrar o processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, o pensamento de Marx expressou seu vínculo orgânico com os movimentos revolucionários... (Paiva, 2005, p. 119)."

Esses pensadores clássicos estão também na base ideológica do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), cuja "proposta de bases programáticas e doutrinárias" foi apresentada por Haiman El Troudi e Jesús Faría no Congresso Extraordinário do PSUV em março de 2010.

> A base ideológica do PSUV é o marxismo (entendido como a doutrina criada por Karl Marx e Friedrich Engels e enriquecida por seus discípulos: Lênin, Gramsci, Rosa Luxemburgo, entre outros), que a partir de uma descarnada crítica ao capitalismo, explica a necessidade histórica de abolir o regime de exploração do homem pelo homem através da luta revolucionária dos explorados e oprimidos, encabeçados pela classe trabalhadora, com o que se lhe abre caminho ao socialismo, a sociedade sem exploração e sem classes sociais antagônicas (El Troudi & Faría, 2010, p. 34).

O governo venezuelano publicou também *Che Guevara: un marxismo para el siglo XXI* (Kohan, 2009), no qual explicita idéias de Karl Marx e como Che Guevara as assumiu e acrescentou novos elementos. O texto *Para Comprender la Revolución Bolivariana* (El Troudi, 2004) traz em sua bibliografia referência a cinco textos de Marx e Engels. Em seu blog[18], Chávez disponibiliza os quatro primeiros capítulos de *O Capital*.

Não há dúvida de que estes pensadores são declaradamente a base ideológica clássica do Socialismo do Século XXI, não como conceituação da estruturação do novo Estado venezuelano – este permanecendo sem mudança na infraestrutura –, mas como ideólogos e inspiração no combate às desigualdades sociais e injustiças, ainda que isso não tenha sido feito efetivamente pela superação do capitalismo e implantação do socialismo.

Porém, mesmo que se recorra frequentemente a Karl Marx, Friedrich Engels, Ernesto "Che" Guevara, Lênin e outros, como Jesus Cristo, para explicar e justificar a Revolução Bolivariana e o Socialismo do Século XXI, esse momento "revolucionário" na Venezuela está baseado principalmente nas ações e pensamentos de Simón Bolívar, o Libertador, a que Hugo Chávez se refere como "extraordinário

[18] Disponível em www.chavez.org.ve/temas/libros/capitulo-uno-capital. Acessado em 01 de fevereiro de 2011.

pensador e grande escritor (Chávez, 2009, p. 12),” e de alguns de seus contemporâneos e seguidores. Ressalte-se que Simón Bolívar não era socialista, como Chávez afirmava, mas era um liberal encantado com a Constituição inglesa.

No programa do PSUV, antes da referência a Marx e Engels, está escrito que o arcabouço ideológico do partido:

> ...está fundamentado em uma ideologia revolucionaria. Inspirar-se-á no pensamento bolivariano, destacando seus postulados antiimperialistas, sua visão republicana e seus enunciados de justiça social, todo o qual é enriquecido com o legado de Simón Rodríguez e Zamora, e os aportes de pensadores e lutadores venezuelanos e latino-americanos (El Troudi & Faría, 2010, p. 34).

Ressalte-se que a ideia de justiça social de Simón Bolívar era fundada no postulado utilitarista de Jeremy Bentham de oferecer a maior felicidade para o maior número de pessoas. Isso não é necessariamente socialismo, embora seja apresentado pelo chavismo como tal.

A partir do estudo e de conclusões retiradas do conjunto de pensadores, o partido assevera no mesmo documento que:

> ...a ideologia do PSUV não se assume como instrumento dogmático, mas ao mesmo tempo se concebe como embasamento totalmente impermeável às correntes reformistas e contra-revolucionárias, a todas aquelas propostas que tratam de justificar a existência do capitalismo e/ou de explicar a possibilidade de sua reforma para o bem-estar da sociedade. A história se encarregou de demonstrar que isso não é possível e que qualquer intento de disfarçar a essência exploradora do capitalismo está destinado a enganar os trabalhadores nas lutas revolucionárias por sua libertação (El Troudi & Faría, 2010, p. 34).

No Projeto Nacional Simón Bolívar está explícito que o Socialismo do Século XXI terá como base principal Simón Bolívar:

> A plena realização do Socialismo do Século XXI que estamos inventando e que só será possível no médio prazo histórico passa necessariamente pela **refundação ética e moral** da nação venezuelana. Tal refundação supõe um **projeto ético e moral** que funde suas raízes na fusão dos valores e princípios da mais avançada das correntes humanistas do socialismo e da herança histórica do pensamento de Simón Bolívar. Seu fim último é a **suprema felicidade** para cada cidadão (Projeto Nacional Simón Bolívar, 2006, p. 13) (Grifos do autor).

Ao lançar mão de todos esses homens como base ideológica, o movimento de criação do Socialismo do Século XXI está em consonância com o plano de *tres patas*

(três pernas) de Douglas Bravo[19], com quem Chávez teve relações ideológicas no final da década de 70 e início dos anos 80. A primeira perna era O Povo; a segunda, A Igreja; e a terceira, As Forças Armadas.

> Bravo divisava as três pernas unindo-se no futuro para participar de um movimento civil-militar (*sic*) semelhante, com vistas a liquidar a hegemonia AD-Copei[20]. Ele sonhava com um sistema socialista diferente dos modelos soviético e cubano, que rejeitava, um sistema com viés nacionalista e bolivariano (Jones, 2008, p. 77).

Segundo o argumento, o povo aqui é aquele liderado pelo próprio Chávez por meio de suas políticas sociais e incremento da democracia direta no país; a Igreja é representada pela inclusão e defesa de Jesus Cristo como um dos maiores revolucionários a terem existido na Terra e pela religiosidade professada por Hugo Chávez; as Forças Armadas, por sua vez, têm seu papel justificado no maior de todos os militares venezuelanos: Simón Bolívar, mas sem ignorar a contribuição de Ezequiel Zamora e de outros militares na libertação da Venezuela.

No discurso de posse em 2007, Hugo Chávez anunciou os "cinco motores" da "revolução", visando a estabelecer o Socialismo do Século XXI. O primeiro é a criação da lei habilitante, pela qual, havendo necessidade, e desde que aprovada pela Assembléia Nacional, o Presidente poderá, por tempo determinado e sobre assuntos específicos, governar por meio de decretos; o segundo motor é reformar a constituição, algo por que o presidente pugnou em 2007 e que lhe rendeu sua única derrota eleitoral desde 1998; o terceiro, uma campanha pública educacional socialista, chamada *moral y luces*, com o objetivo de ensinar o pensamento de Simón Bolívar[21]; o quarto, a reorganização da jurisdição política do país, tarefa ainda por realizar; e, finalmente, o quinto motor é a explosão do poder comunal, fato que, se ainda não é uma explosão no sentido de ter surgido em toda parte no país, já é um componente importante da política venezuelana tanto no que se refere à definição da aplicação dos recursos como no tocante a dar a impressão de que o povo assumiu o poder governamental, ainda que em nível local, sem maiores repercussões no país, e todos respondendo obedientemente ao governo central.

---

[19] "Dirigente importante do Partido Comunista Venezuelano (PCV), na década de 1960 tornou-se comandante-em-chefe da organização guerrilheira Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Expulso do PCV em 1965, fundou, em 1966, o Partido da Revolução Venezuelana (PRV), que, devido à derrota militar da guerrilha em 1967-1968, teve a maioria de seus dirigentes fuzilada." (SADER et al, 2006, p. 234).

[20] AD_ Ação democrática; Copei_ Comitê de Organização Política Eleitoral Independente.

[21] Sobre a educação que ora é oferecida pelo governo venezuelano, ler FEITOSA, N. A. **Educação Bolivariana.** Revista Ponto-e-Vírgula, 10, p. 134-149, 2011.

Todo esse conjunto de idéias, baseado nos pensadores clássicos do socialismo, como Marx e Engels, na tradição marxista e nos pensadores latino-americanos, especialmente Simón Bolívar e seu preceptor, o educador e filósofo Simón Rodriguez, aliado às normas e ações que o governo venezuelano tem conseguido implementar, faz parte de um todo coeso e racionalmente idealizado.

Essa é a fundamentação ideológica das transformações que estão a ocorrer na Venezuela, onde o Estado, ao invés de destruído pela revolução, está sendo fortalecido e se tornando cada vez mais presente na vida da população, com intervenções que, apesar do anunciado, ainda não fazem daquela nação um país socialista. E nesse Estado transformado, mas não revolucionado, novas formas de dominação estão surgindo, com base nos pensadores apresentados acima sob nova ótica, sob nova interpretação, permitindo dessa forma o lastro ideológico necessário a todo poder que quer se firmar e se manter.

Chávez era a figura central de todo o processo por ele liderado porque foi capaz de criar as condições históricas para que mudanças importantes ocorressem. Quando, diante das câmeras, assumiu a responsabilidade pelo fracassado golpe de 1992, Chávez tomou para si, de maneira clara e mais forte, a organização e funcionamento do movimento bolivariano, que já existia desde o final dos anos 70.

Num entendimento equivocado, Jair Pinheiro afirma que "todas essas mudanças jurídico-políticas não ocorreram contra ou apesar do governo Chávez, nem foram produto de um ato voluntarioso dele, [...] mas resultado das lutas de classe... (Pinheiro, 2010, p. 109-110)."

Chávez ser produto das lutas de classe não anula o fato de ele ter tomado para si a responsabilidade das lutas que ele acreditava serem o caminho para a concretização do seu projeto de poder. Hugo Chávez poderia ter continuado sua carreira militar sem problemas e chegaria a general pela capacidade intelectual, por ser excelente orador e por ser bom estrategista, mas preferiu outro caminho, o que conduzia ao comando do poder do Estado.

Em quase plena consonância este trabalho, Maringoni escreve:

> Chávez é não só um líder, mas o principal e praticamente o único garantidor do processo político em curso no seu país. É porta-voz central de seu governo, assim como é o grande intelectual, formulador e estrategista das ações de Estado. Não é de espantar que sua prática tenha, de fato, contornos populistas. É preciso, contudo, lembrar: ninguém é populista porque e quando quer. Isso corresponde a necessidades históricas objetivas (Maringoni, 2009, p. 170).

A morte de Hugo Chávez e o resultado da eleição de 14 de abril de 2013, em que o apadrinhado de Chávez, Nicolás Maduro, que quase perdeu a eleição e pode, efetivamente, ter perdido, é a prova de que Maringoni tem razão quando afirma que Chávez era o principal garantidor do processo político em curso na Venezuela.

Maringoni também entende que as condições, ou necessidades, históricas sejam fator gerador de figuras como Hugo Chávez, algo que também aqui não se nega, e admite da mesma forma que Chávez, como "único garantidor do processo político" na Venezuela, tenha papel central na "revolução" que diz estar realizando, mas é preciso lembrar que Chávez, quando se torna cadete, passa a integrar a base de sustentação da burguesia e do bloco no poder. E mesmo que ele tenha socializado os recursos do petróleo por meio das missões, isso não exclui o fato de permanecer como classe dominante uma vez que detém o poder político e o poder econômico por meio da Petróleo de Venezuela S/A (PDVSA). Também esse fato tira o caráter revolucionário do movimento chavista e não autoriza a dizer que ali se está construindo o socialismo.

A formação intelectual de Hugo Chávez tem relação direta com o Plano Andrés Bello[22], criado em 1971 – ano em que Chávez ingressa no exército – por um grupo de oficiais das forças armadas para oferecer aos cadetes uma formação mais humanista. É preciso deixar claro que a formação intelectual de Chávez é uma grande contribuição para o Socialismo do Século XXI, mas não substitui o grande bojo ideológico que forma o ideário desse novo socialismo do qual o pensamento chavista é parte.

Pode-se ainda especular que a figura de Cristo foi incorporada às bases ideológicas do Socialismo do Século XXI para ganhar a simpatia dos 94% de católicos da população venezuelana, aumentar os colaboradores e rechaçar os argumentos do ateísmo como parte necessária do comunismo.

A referência a Bolívar é a maneira de unir a população também porque esta pode vir a ser reticente quanto a aceitar o socialismo de Karl Marx, ao qual se costuma associar imediatamente à queda do chamado socialismo real, portanto filósofo do fracasso, mas Bolívar é aceito por todos como *El Libertador*.

Na assim chamada Revolução Bolivariana, como o nome já indica, Bolívar é maior do que qualquer filósofo ou pensador porque ele está mais próximo de uma

[22] Andrés Bello (1781-1865)_ Filósofo, humanista, jurista, poeta, educador e filólogo venezuelano. Também foi professor de Simón Bolívar.

deidade, com cerimônias quase litúrgicas, do que de um mero combatente, de um herói de carne e osso que combateu em prol de uma coletividade. Simón Bolívar é a grande inspiração e o grande exemplo, é o modelo em torno do qual uma nova sociedade e um novo Estado estão sendo forjados. A obra marxista é muito importante também, todavia ela serve mais como justificativa diante da esquerda do que como orientação.

4.4 O socialismo como meta, a vitória em 2006, o Socialismo do Século XXI e a preparação para a reforma constitucional.

No dia 30 de janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Brasil, Hugo Chávez disse, sem rodeios, que "o capitalismo deve ser transcendido pela via do socialismo, por essa via é que se deve transcender o modelo capitalista, o verdadeiro socialismo (Chávez, 2005, p. 11)," agradando a Fidel Castro, que havia telefonado para o líder venezuelano mais de uma vez antes do discurso, agradando a toda uma platéia, composto de pessoas influentes como Ignácio Ramonet, do jornal Le Monde Diplomatique, e de toda uma massa de gente simples, de esquerda, contrária ao neoliberalismo e crente no socialismo.

Isso de certa forma reforça uma desconfiança do intelectual Teodoro Petkoff, editor do Jornal Tal Cual e opositor do chavismo.

> Sem embargo, tudo conduz a pensar que foi a influência de Fidel Castro que levou Chávez a assumir o "socialismo" e posteriormente, em janeiro de 2010, a se declarar "marxista". Não é improvável que Fidel, mais do que haver feito de Chávez um catecúmeno da Boa Nova, tenha logrado convencê-lo de que seu governo e seu partido necessitavam de um cimento ideológico mais consistente que a doutrina bolivariana e que a manipulação do mito bolivariano e independentista (Petkoff, 2010, 152-153).

Ocorre que "transcender" o capitalismo "pela via do socialismo" é também em boa medida abandonar as idéias de Simon Bolívar, que nunca foi socialista, como Chávez costumava fazer crer dizendo que Bolívar só não podia se declarar socialista porque em seu tempo o termo sequer existia, porém as ações do Libertador eram de um homem socialista porque buscava a justiça social.

"Recordemos, por favor, que Bolívar não era socialista," disse a escritora Marie Arana em entrevista a Correa Guatarasma (2013), do jornal El Universal. A

escritora reconhece que Bolívar de fato queria oferecer justiça, mas que isso nem sempre foi possível.

Na verdade, assim como muitos outros que o antecederam, Hugo Chávez manipulava Simón Bolívar, seus feitos, suas ideias e suas palavras, para adequar a seu projeto de poder. Como lembra Marie Arana na mesma entrevista a Correa Guatarasma (2013), "Bolívar tem sido manipulado por muitos políticos: na Venezuela, por Páez, Guzmán Blanco e Chávez. Fora da Venezuela, por muitos mais." Para legitimar seu projeto, Hugo Chávez atribuiu todas as suas ações à concretização e realização dos sonhos de Simón Bolívar, ainda que em muitos casos isso não fosse verdade, conforme demonstrou Rey (2011), no seu texto *El ideário bolivariano y la democracia en la Venezuela del Siglo XXI*.

Chávez usava Bolívar de tal forma que cabe bem no conceito marxista de ideologia. "Em *A Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente a ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real (Löwy, 2010, p. 11)," e não é outra coisa senão isso, uma ilusão, um uso manipulado das palavras e ideias do Libertador em vários momentos.

> Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes da sociedade (Löwy, 2010, p. 12).

Chávez defendia que a democracia venezuelana deveria ser participativa, endógena, com protagonismo do povo, que deveria tomar parte diretamente nos projetos do governo e até mesmo na administração os assuntos públicos. Seria implantado o socialismo com base nos preceitos de Jesus Cristo, Karl Marx e Simón Bolívar, que Chávez chamou de Socialismo do Século XXI, uma miscelânea de conceitos, alguns inconciliáveis.

Qualquer que tenha sido a explicação sobre o Socialismo do Século XXI, ainda há uma grande incerteza sobre o que seria esse sistema. Como escreveu uma jornalista, "desde 2005, estamos tratando de entender o que é o Socialismo do Século XXI. É algo para o que avançamos graças à Revolução, dizia Chávez: um novo sistema social, onde reinarão a solidariedade, o amor, a libertad e a igualdade (Lafuente, 2013)."

> Até esta data não está claro se esta nova proposta é resultado natural, radicalizando-o, do processo de mudanças impulsionado durante o

> primeiro governo ou se na verdade aponta para uma transformação do projeto inicial produto de uma reacomodação das forças atualmente hegemônicas. Algumas das mudanças parecem se limitar a uma mudança de denominação, passando a se chamar agora "socialistas" experiências em marcha, sem lhes introduzir maiores modificações. Como assinala Luis E. Lander no caso da propriedade no setor petroleiro, esta política nem é tão nova, nem é tão socialista (López Maya, 2009c. p. 19).

Olhando a partir de 2013, já se pode afirmar que é sim uma reacomodação das forças hegemônicas. Na verdade, o Presidente Chávez nunca esteve muito preocupado em definir com clareza o Socialismo do Século XXI porque, para ele, algo novo, como é o que ele propunha, ia-se criando na medida em que fosse sendo feito. "Ou inventamos ou erramos", dizia Chávez usando palavras de Simón Rodríguez.

Qual a compreensão que Chávez tinha de Socialismo? O que ele queria dizer quando afirmava que a Venezuela precisava do Socialismo para resolver seus problemas mais gritantes? Seria atender às necessidades da população por mais saúde, educação, moradia e outros problemas? Quem lideraria o processo de implantação do Socialismo?

No dia 25 de fevereiro de 2007, para falar sobre socialismo como processo, algo que se vai construindo ao longo do tempo, procedendo-se os ajustes necessários, Hugo Chávez fez referência ao canadense Michael A. Lebowitz. Referência oportuna porque Lebowitz, entusiasta do movimento chavista, apontou fatores que devem ser evitados para se construir o socialismo do futuro, ou, no caso da proposta venezuelana, o Socialismo do Século XXI.

Lebowitz primeiramente se entusiasmou com o "socialismo" venezuelano. "O que Chávez chamou em 2007 de "triângulo básico do socialismo" (propriedade social, produção social e satisfação das necessidades sociais) é um passo adiante em direção a uma concepção de tal sistema (Lebowitz, 2011, p. 27)," disse o canadense. Lebowitz (2011) defende que a propriedade social dos meios de produção é fundamental porque garante a produtividade comunal; que a produtividade social, organizada pelos trabalhadores constrói novas relações de cooperação e solidariedade entre os produtores; e que a satisfação das necessidades e objetivos comunitários significa que funcionamos como membros de uma comunidade.

Atílio A. Borón (2010) resume as propostas de Lebowitz (2006) sobre o que não deve ser o socialismo. O primeiro ponto defendido por Lebowitz, segundo Borón, é:

> O socialismo do Século 21 *não* é estadismo nem pode dar lugar a uma sociedade estadista, "onde as decisões se imponham de cima para baixo e onde toda iniciativa seja faculdade dos funcionários do governo ou dos quadros de vanguarda que se autorreproduzem. Acrescenta que, devido ao fato de que o socialismo tem como seu horizonte o desenvolvimento integral da pessoa humana, sua construção "requer uma sociedade democrática, participativa e protagônica. Uma sociedade dominada por um Estado todo-poderoso não gera seres humanos aptos para instaurarem o socialismo" (Borón, 2010, p. 99).

E tudo isso é o que não ocorre na Venezuela, que passou ter o poder do Estado intensificado com o chavismo. Conforme já foi exposto anteriormente, na Venezuela existe uma hipertrofia do Estado, que é o centro da disputa de poder no país, pois quem controla o Estado controla também a principal fonte de riqueza, a PDVSA, que é o poder real.

> ..."o predomínio político" de uma dada (fração de) classe numa conjuntura histórica específica passa, em grande parte, pela sua capacidade de *controlar* ou *influenciar* o ramo do aparelho do Estado que concentra o *poder real*. Esse poder enfeixa uma quantidade de recursos institucionais (orçamento, administração, repressão) que conferem ao ramo em que estão concentrados o "poder de tomar decisões" e à classe que aí se instala as "rédeas da administração" (as expressões são literais). As análises históricas empreendidas por Marx revelam, entre outros elementos bastante sugestivos, a ocorrência de uma luta intensa entre as classes e frações dominantes pelo *controle* desses aparelhos (Codato & Perissinotto, 2001, p. 18).

No chavismo, assim como em outros períodos da história recente da Venezuela, o poder do Estado é exercido de cima para baixo, com pouca participação efetiva voluntária e espontânea. É verdade que o povo tem atendido ao chamado do governo quando este o convoca a ir às ruas e às urnas, porém tudo é tutelado pelo Estado, que a cada dia se torna maior e mais forte.

Se um Estado todo-poderoso, como sugere Lebowitz, "não gera seres humanos aptos para instaurarem o socialismo", pode-se, então, concluir que na Venezuela o socialismo não passará mesmo de uma utopia. Enquanto a massa for tutelada pelo Estado não ocorrerá esse desenvolvimento integral da pessoa humana, que de fato era uma das preocupações de Marx.

> Para Marx, o socialismo significava principalmente duas coisas: primeiro, a democratização não só da vida política, mas também da vida econômica, de tal modo que os produtores pudessem definir instrumentos a serem desenvolvidos, o que produzir e as condições da produção; segundo, a redução do tempo de trabalho, para que os seres personalidade fora do espaço de trabalho (Chibber, 2011, p. 31-32).

O segundo ponto exposto por Borón (2010) é taxativo sobre o socialismo cercado por populismo.

> Em segundo lugar, nosso autor [Michael Lebowitz] bem diz que o socialismo "*não* é populismo. Um Estado que fornece os recursos e as soluções para todos os problemas da população não fomenta o desenvolvimento das capacidades humanas; em sentido contrário, estimula as pessoas a adotarem uma atitude passiva, a esperarem que o Estado e as lideranças dêem resposta a todos os seus problemas (Borón, 2010, p. 101).

Talvez esse seja um dos pontos inescapáveis do processo venezuelano. Enquanto viveu, Chávez usou amplamente a sua capacidade de se comunicar com o povo ao mesmo tempo em que usava os recursos do Estado para atender o povo. Nos programas *Aló, Presidente!*, Chávez falava com o povo, que telefonava para um número disponibilizado pelo programa. As pessoas pediam as mais diversas ajudas, como cirurgia, casa própria, emprego, e muitas vezes eram atendidas. O Presidente, ali mesmo, no ar, dava ordem para solucionar aquele problema. O assunto do populismo será tratado mais detidamente no último capítulo como uma das características do Estado chavista.

O terceiro aspecto que deve ser evitado pelo socialismo do Século XXI é o totalitarismo.

> Continua Lebowitz dizendo que uma sociedade socialista *não* pode ser totalitária. Dado que "os seres humanos são diferentes e têm diferentes necessidades e habilidades, seu desenvolvimento por definição requer do reconhecimento e respeito das diferenças (Borón, 2010, p. 101).

Por diversas ocasiões o chavismo foi considerado pelos adversários como um regime totalitário, primeiramente porque controla a totalidade das instituições do Estado, que não têm mais autonomia fora das determinações do chavismo. Teodoro Petkoff (2010, p. 79-82), por exemplo, afirma que o chavismo tem "intenção totalitária" e lista uma série de atos administrativos e jurídicos que mostram esse caminho rumo ao totalitarismo chavista.

Recaem aqui também todas as acusações de polarização da sociedade por parte do Chavismo, que não respeita as diferenças e as individualidades, num maniqueísmo digno de George Walker Bush. A polarização é gerada pelos antagonismos entre indivíduos que se agrupam em lados nos quais se identificam e a partir dos quais se alienam mutuamente (Serbin, 2008, p. 118).

O último ponto a ser evitado para se construir o socialismo do Século XXI, ainda de acordo com a leitura que Borón fez de Lebowitz diz respeito ao produtivismo:

> Finalmente, nosso autor [Lebowitz] sustenta que o produtivismo em que incorrem grande parte dos experimentos socialistas do século 20 no longo prazo acabou minando as possibilidades de construir uma sociedade socialista. (...) "O socialismo não pode ser o culto da tecnologia. Esta foi uma patologia para o marxismo, e que se manifestou na União Soviética como minas, fábricas e fazendas coletivas imensas, que supostamente conseguiam os benefícios da economia de escala" (Borón, 2010, p. 102).

Longe de estar isenta disso, a Venezuela também está exposta ao produtivismo, que não apenas agride o meio ambiente – fato que não era mesmo preocupação nem mesmo nos países socialistas do século XX –, reduz o protagonismo e ainda emperra decisões.

Basta acompanhar as atividades do Presidente da República, sobretudo durante a presidência de Chávez, em meios de comunicação oficiais, como o canal VTV e o jornal *Correo del Orinoco* para se ter uma noção do quanto o governo gasta com grandes projetos ligados à área produtiva, com aporte de recursos financeiros da ordem de milhões de bolívares fortes, dinheiro que em grande medida tem sumido no ralo da corrupção espalhada pelo país.

Chávez declarava querer um socialismo humanista, em que os seres humanos estivessem acima das máquinas e do Estado. "Em suma, nem a expansão dos meios de produção nem a direção do Estado devem definir a nova sociedade socialista. (...) Lá em essência é a premissa do socialismo do Século XXI (Lebowitz, 2011, p. 25)." E nisso não existe diferença entre o socialismo do século XXI e do século XIX.

Pianciola (1999) resume as características comuns que unem algumas correntes de pensamento sobre o socialismo.

> Em geral, o Socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base comum das múltiplas variantes do Socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos (Pianciola, 1999, p. 1.196-7).

Tomando a definição acima e comparando com a realidade venezuelana, algumas dificuldades saltam diante do observador. Primeiramente, em se aceitando o Socialismo como programa da classe trabalhadora, não se deve esperar que o processo seja liderado por um ex-membro das forças armadas, cuja função é proteger o Estado, seus interesses e os interesses da classe que o dirige e que tomou o Estado e o usa para garantir a hegemonia da classe que lidera.

O ordenamento jurídico foi alterado, mas não fundamentalmente. Se se comparar as Constituições de 1961 e 1999, ficam evidentes que muitos pontos permaneceram inalterados, como o direito à propriedade privada, embora esta tenha sido atingida por medidas como as nacionalizações, expropriações e, no caso das empresas de comunicação, com multas injustificadas com o objetivo de fundo de perseguir os adversários do chavismo.

O ordenamento econômico não sofreu mudanças. A Venezuela continua sendo um Estado rentista, com sua principal fonte de recursos sendo a PDVSA e as empresas do vale do Orinoco. A PDVSA, que já era propriedade do Estado nos tempos do capitalismo do puntofijismo, continou a sê-lo e a garantir ao poder público um rendimento que alimenta toda uma cadeia de dependência da sociedade com o Estado.

Não são os trabalhadores mas o Estado e os capitalistas que controlam os maiores recursos econômicos da Venezuela. Assim, o que aproxima o processo venezuelano do Socialismo é a promoção da igualdade social pelo Estado, mas isso não torna a Venezuela um país socialista. Pode-se, contudo, afirmar que existem experimentos socialistas no país, a maioria dos quais, até agora, fracassados, como o gerenciamento de empresas por trabalhadores e a condução dos Conselhos Comunais, assunto a ser tratado no capítulo 5.

Efetivamente, não houve revolução na Venezuela por meio de Hugo Chávez nem os caminhos que o chavismo tem trilhado apontam para o caminho que leva ao socialismo.

Em termos marxistas, uma revolução é um "processo de transformação radical da sociedade, implicando uma mudança, qualitativa e substancial, na economia, na política e na ideologia (...) (Martorano, 2004, p. 102)." É importante reforçar que "tal processo compreende ainda a derrocada do Estado das antigas classes dominantes e a conquista do poder do Estado pelas classes dominadas (Martorano, 2004, p. 102)," fato que não aconteceu na Venezuenla, embora seja essa a idéia que se queira passar para a Venezuela e para o mundo. Praticamente não houve mudança na economia da

Venezuela, senão um reforço no caixa em função do aumento do preço do pretróleo no mercado internacional e ao mesmo uma deterioração da PDVSA e da produtividade como um todo no país, que sofre com inflação e escassez de produtos básicos, como farinha de trigo e papel higiênico.

Sendo o socialismo uma transição, "uma transformação permanente de todas as instancias da totalidade social do capitalismo até o comunismo (Martorano, 2004, p. 108)," pode-se afirmar que a Venezuela ainda não é socialista nem está em transição para o socialismo – apesar da melhoria na vida dos venezuelanos – pois o principal ponto a ser modificado, que é a base econômica, está praticamente intacto.

Até mesmo a socialização dos meios de produção não aconteceu senão em algumas poucas empresas em que os trabalhadores entraram como sócios minoritários, porém quase totalmente dependentes dos Estados. Nas empresas do Estado, os trabalhadores continuam produzindo a mais-valia, só que para o Estado, assaltado pela classe dominante nascida do ventre do chavismo.

Na fase de transição, ou seja, no socialismo se estabeleceria a ditadura do proletariado, situação em que o Estado é governado pelos que anteriormente eram explorados pelos capitalistas, independentemente de estes serem trabalhadores das fábricas ou de outros ramos de atividades, importando apenas que tenham estado submetidos a exploração.

Na Venezuela os trabalhadores não assumiram o Estado, mas militares (em primeiro lugar), políticos profissionais, setores da classe média e capitalistas, inclusive alguns que aderiram ao projeto de poder de Chávez já na primeira hora e outros que foram se incorporando ao grupo na medida em que percebiam que o chavismo detinha de fato as rédeas do Estado, além de outros que foram surgindo por meio de negócios com o Estado corrupto.

Aos trabalhadores coube, quando muito, a direção de indústrias falidas, que jamais tiveram autonomia para funcionar, necessitando de aportes financeiros até mesmo para comprar insumos para a produção industrial. O povo tem o poder do voto, mas não tem o poder político.

O chavismo controla atualmente muitos sindicatos e a centrais sindicais, cujos dirigentes são, em sua maioria, filiados ao PSUV ou dele simpatizantes, da mesma forma que no período do Puntofijismo as centrais sindicais apoiavam os governos e muitos dos seus dirigentes eram filiados à AD ou ao Copei. Não há, portanto, diferença

substancial, apenas troca no comando das entidades que agregam os trabalhadores. O chavismo usa, nesse quesito também, o mesmo expediente do Puntofijismo.

Enquanto durou alguma bonança foi possível controlar os trabalhadores, que já não se sentem parte do processo em virtude da deterioração das condições de trabalho e do privilégio que os dirigentes sindicais recebem ao tentar atender o desejo do chavismo de controlar os trabalhadores, por isso tem crescido a oposição dos trabalhadores ao projeto chavista, precariamente continuado por Maduro.

> Junis Hernández – da Unidade Matancera, força sindical da Siderúrgica do Orinoco – afirmou que nas empresas básicas de Guayana o divórcio da base trabalhadora se traduz em conflitos e ações – como a recente paralisação na planta de tubos – levadas a cabo fora dos delineamentos dos dirigentes sindicais inscritos no Partido Socialista Unido da Venezuela ou na Central Bolivariana Socialista de Trabalhadores (Díaz, 2013).

Os contratos coletivos não foram renovados e os novos, que deveriam ser celebrados de acordo com a Lei Orgânica do Trabalho, do Trabalhador e da Trabalhadora (LOTTT), não foram sequer alinhavados. Em praticamente todas as principais empresas estatais, aí incluídas a PDVSA e a Sociedade Mercantil Corporação Elétrica Nacional S.A. (Corpoelec), o descumprimento dos acordos com os trabalhadores é uma constante.

> "A estratégia governamental de dividir e atomizar o movimento sindical teve êxito na presidência de Hugo Chávez, quando muitos trabalhadores se identificavam com sua liderança, porém agora a situação é outra. A gente se cansou da política e exige melhoras nas condições socioeconômicas", indicou Igor Lira, do sindicato da Cantv-Caracas (Díaz, 2013).

Assim, sem o controle do Estado por parte dos trabalhadores, sem que estes dirijam as empresas estatizadas, sem a coletivização dos meios de produção, e permanecendo a geração da mais-valia, apropriada pelo Estado em benefício das forças que o controlam, fica comprometida a fase transitória do capitalismo para o comunismo.

> Uma estatização, por mais expandida que seja, da economia, mesmo se o conjunto ou quase todo o conjunto do capital é juridicamente nacionalizado, não rompe os fundamentos com as relações de produção capitalistas (exceto quando os trabalhadores detêm o controle real dos meios de produção e o domínio dos processos de trabalho): ela ocasiona o fenômeno do capitalismo de Estado (Poulantzas, 2000, p. 197).

O socialismo sendo entendido como fase de transição entre capitalismo e o comunismo é também um período de indefinição mesmo, afinal se é transição está em movimento, e se está em movimento não se pode definir senão como fase transitória, e nessa fase podem se apresentar cenários os mais diversos, sobretudo quando se observam diferentes realidades, ainda que sejam de certa forma semelhantes, como Venezuela e Cuba.

Teóricos tentaram apontar os caminhos dessa transição para o socialismo, mas em todos os países onde se verificou a existência do socialismo, ainda que de maneira incipiente, não se registrou o avanço dessa transição, observou-se sim um processo de regressão, uma reaproximação, ao capitalismo.

Até agora, passados 15 anos de governo chavista, a Venezuela ainda convive com grandes desigualdades sociais, pobreza, miséria e, em termos marxistas, ainda não iniciou sequer o socialismo.

> Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado* (Marx, 2012, p. 43).

Se tomarmos a passagem acima ao pé da letra, podemos afirmar que na Venezuela, por mais que o governo bolivariano quisesse levar o país em direção ao socialismo, isso não poderia ocorrer porque não estava sendo feito pelo proletariado, na sua acepção clássica, ou pelos trabalhadores em geral, mas o movimento liderado por Chávez era levado adiante, patrocinado e incentivado, por decisão do Presidente da República, pelo Estado, que vai se fortalecendo, tornando cada vez mais distante o caráter socialista desejado para a sociedade venezuelana, aproximando-se, quando muito, do estado do bem-estar social.

> Para alguns pensadores, as antigas idéias socialistas de uma sociedade igualitária, coletivamente planificada e autodirigida são incrivelmente utópicas – um belo sonho, mas ainda e apenas um sonho –, na medida em que ignoram as limitações da natureza humana e realidades como a burocracia, a ânsia de poder e a corrupção. As reais possibilidades do socialismo estão reduzidas, portanto, à implementação de um tipo mais avançado de estado de bem-estar social dentro de uma economia basicamente capitalista (Bottomore, 1996, p. 701).

E na Venezuela, a burocracia, a ânsia de poder e a corrupção, dentre outros problemas, têm entravado o processo de formação de uma futura sociedade socialista tornando a realização dessa utopia ainda mais distante.

Na medida em que o movimento operário na Venezuela é tutorado pelo Estado chavista e liderado pela figura do Presidente da República, os trabalhadores, enquanto classe e enquanto movimento, tornam-se cada vez mais fracos e dependentes da vontade do executivo, que manobra e maneja os trabalhadores a seu prazer e de acordo com suas convicções.

Da mesma forma que o trabalhismo de Getúlio Vargas limitava o movimento operário, ainda que tenha dado aos trabalhadores direitos nunca antes oferecidos, o governo Chávez, no Estado chavista, aprovou a LOTTT, que, entre outras medidas, reduziu a jornada de trabalho na Venezuela.

A LOTTT por si só não tem sido suficiente para reduzir a precarização das relações de trabalho, a terceirização e muito menos a informalidade, que atinge cerca de 40% da força de trabalho na Venezuela.

Entusiasmado com o que poderia vir a ser o processo chavista, o professor István Mészáros escreveu:

> É de fato verdade que, agora, chegou a hora da realização dos objetivos bolivarianos em sua perspectiva mais ampla, como o presidente Chávez vem defendendo há algum tempo. É por isso que os propagandistas do capital que usam a expressão *projeto bolivariano* entre sarcásticas aspas fazem apenas papel de tolos. A *continuidade histórica* não significa uma repetição mecânica, mas uma *renovação criativa* no sentido mais profundo do termo. Assim, dizer que chegou a hora da realização dos objetivos bolivarianos – no sentido de que devem ser atualizados de acordo com nossas próprias condições históricas, com toda a sua urgência premente e com um significado claramente identificável também para o resto do mundo –, significa precisamente que se deve dar um sentido *socialista* às transformações radicais previstas, se estivermos verdadeiramente interessados em implementá-las (Mészáros, 2011, p. 97).

Mészáros não havia percebido ainda que o ideal bolivariano não era retomado ao pé da letra, mas apenas como um referencial de justiça social e soberania, pois pouco do que Simón Bolívar propugnava foi reapresentado e posto em prática. Porém, como símbolo de retidão e argumento de união Simón Bolívar está na primeira hora no chavismo. Atualizar Bolívar não pode significar abandonar a base da sua posição ideológica.

As transformações radicais previstas, a que Mészáros se refere, têm levado a uma confrontação cada vez mais forte na Venezuela, onde, em vez de diminuir, a luta de classes tem sido acirrada em uma polarização cada vez mais agressiva.

Mészáros propõe caminhos a serem seguidos pelo movimento bolivariano a fim de se atingir o patamar da justiça social e da não aniquilação da humanidade.

> ...para ir ao encontro do desafio histórico de nossos dias, radicalmente novo, que diz respeito à sobrevivência da humanidade, o projeto original bolivariano deve ser modificado em duas de suas dimensões fundamentais. Num primeiro aspecto, a necessária mudança qualitativa afeta diretamente à superimportante questão da *igualdade* e, em outro aspecto, tem de considerar o dilema não resolvido, nem mesmo pelos maiores e mais radicais pensadores políticos do iluminismo, incluindo Rousseau (que foi em muitos aspectos o modelo insuperável para o próprio Bolívar). A saber: como ultrapassar numa base duradoura – ou, pelo menos, como arranjar um denominador comum sustentável para um inevitável período de transição – os conflituosos e potencialmente desintegradores interesses produtores em ação na sociedade (Mészáros, 2011, p. 109).

A questão da igualdade, na Venezuela, permanece pendente, com o agravante de que, conquanto haja igualdade formal, alguns são de fato mais iguais do que outros, como escreveu George Orwell em seu *Revolução dos Bichos*. A justiça venezuelana é controlada pelo chavismo, que também escancara a desigualdade política na medida em que usam descarada e indiscriminadamente os recursos públicos em benefício dos chavistas. A igualdade está mais e mais distante de se estabelecer na Venezuela.

E os conflitos, desde que Chávez assumiu a presidência, e principalmente depois da derrota de dezembro de 2007 – momento do nascimento do Estado chavista –, só se tornaram maiores e cada vez mais difíceis de serem contornados.

É importante lembrar que após a eleição de 2006, Chávez declara fechar a etapa de transição e começar o socialismo do Século XXI. É nesse momento que, para alguns, já começa a se mostrar de forma mais clara sua concepção autoritária e autocrática, como observa Teodoro Petkoff.

> ...a concepção autoritária e autocrática do poder que sempre lhe [a Chávez] foi própria. O qual, a partir de sua reeleição, em dezembro de 2006, leva a vida venezuelana por outro caminho, previamente definido em novembro de 2004, depois do referendo revogatório, na célebre reunião do Forte Tiuna em 12 e 13 de novembro, onde se aprovou uma extensa intervenção de Chávez, que logo ficou conhecida como 'O Novo Mapa Estratégico' (Petkoff, 2010, p. 27-28).

Depois da vitória no referendo revogatório, Chávez se sente mais forte, e de fato estava – talvez até imbatível –, o que lhe deu o que precisava para realizar o seu projeto de poder, explicitado no Novo Mapa Estratégico.

> O projeto definido no Forte Tiuna, em novembro de 2004, já como opção explícita, faz do autoritarismo, do autocratismo, do papel dos militares, as chaves de um projeto político que se materializa na consolidação de seu poder pessoal, com traços, estes, cada vez menos democráticos e cada vez mais próximos do ditatorial (Petkoff, 2010, p. 28).

Essa nova maneira de governar, conforme citação acima, Hugo Chávez encobriu com o que chamou de socialismo bolivariano. Tudo o que pudesse mostrar como conquista para a sociedade o Presidente dizia ser *hecho en socialismo*.

> Quer se trate do direito de petição ou do imposto sobre o vinho, da liberdade de imprensa ou do comércio livre, dos clubes ou da organização municipal, da proteção da liberdade pessoal ou da regulamentação do orçamento do Estado, a palavra de ordem repete-se sempre, o tema é sempre o mesmo, a sentença está sempre preparada e reza inevitavelmente: "Socialismo!" E é apresentado como socialismo até o liberalismo burguês, a ilustração da burguesa e até a reforma financeira burguesa. Era socialismo construir uma ferrovia, onde havia já um canal e socialista defender-se com um pau quando se é atacado com uma espada (Marx, 2008b, p. 262).

O socialismo é o novo argumento de Hugo Chávez, que agora tenta juntar esse projeto ao ideal de Simón Bolívar e a Jesus Cristo. Cristo como primeiro revolucionário e Simón Bolívar como socialista.

Depois de sua vitória na eleição de outubro de 2012, Chávez disse que sua vitória fora verdadeiramente uma vitória do socialismo, afirmação a que o professor José Guerra, da Universidade Central da Venezuela (UCV), opõe-se frontalmente.

Para José Guerra, o que existe de fato na Venezuela hoje em dia, "é o petropopulismo, fenômeno este característico das economias que percebem uma renda mineira, como magistralmente as descreveu Terry Lynn Karl em seu livro *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States* (Guerra, 2012)." O professor ainda detalha:

> Socialismo não é transferir dinheiro em espécie e presentear geladeiras e demais produtos eletrodomésticos em meio a uma campanha eleitoral. Tampouco é socialismo vender alimentos a preços subsidiados para ajudar aos mais pobres da sociedade ou construir moradias e entregá-las conforme uma lista de necessitados. Se isso fosse socialismo, muitos governos do passado na Venezuela e também boa parte dos da América Latina ou Europa caberiam nos pontos para ser identificados como socialistas e não o foram. (...) Um governo não é socialista pelo fato de entregar um computador a um estudante ou por subsidiar as taxas de juros para que os que pedem crédito o obtenham à custa da ruína dos depositantes (Guerra, 2012).

Chávez queria mesmo que tudo o que ele fizesse fosse considerado socialismo, até ações capitalistas de mercado. Ainda de acordo com Guerra, o socialismo se caracteriza pela "eliminação da propriedade privada dos meios de produção, do qual derivam duas medidas fundamentais: a substituição do mercado como mecanismo de alocação dos recursos e a planificação central (Guerra, 2012)," e estes ainda não são o caso da Venezuela.

Depois de nove anos à frente do governo, de ter sobrevivido a greves, paralisações, de ter sofrido golpe de Estado, de vencer o referendo revogatório, obter maioria absoluta no parlamento e de vencer a eleição de 2006 com larga margem, Hugo Chávez sentia que seu projeto de poder estava em marcha.

Quando ocorreu o Caracazo em 1989, havia uma crise de hegemonia. O episódio jogou luzes para o fato de que a classe dominante não tinha mais legitimidade para se manter no controle do país e perante o povo, massacrado pela crise econômica e pelas forças armadas no dia 27 de fevereiro de 1989.

A classe dominante sabia que não tinha credibilidade para continuar à frente da população depois do Caracazo e apostou no novo, no desconhecido, Hugo Rafael Chávez Frías. Alguns políticos tradicionais insistiram em se lançar candidatos, mas os capitalistas – industriais, banqueiros, comerciantes, financistas e outros – apoiaram Hugo Chávez, inclusive com dinheiro, além de espaços nos meios de comunicação.

Chávez assume a Presidência em 1999, sob a "*conjuntura de instauração de uma nova hegemonia política*, na qual a nova força hegemônica ainda não detém a preponderância econômica (Martuscelli, 2011, p. 174)" – para usar uma visão poulantziana –, mas que logo vai se tornando também importante na economia pelo acesso aos recursos do Estado. A partir daí, a fração de classe que Hugo Chávez representava passa a usar o Estado para também se tornar força hegemônica. Na Venezuela controlar o Estado e dele tirar proveito é muito mais forte porque é o Estado o detentor da maior riqueza concentrada do país, que é a exploração, refino, distribuição e exportação do petróleo, por meio da PDVSA principalmente, mas também pelas indústrias pesadas do vale do Orinoco.

A fração de classe à qual Chávez pertencia passou a ter a hegemonia política, provocando assim, também em termos de Nicos Poulantzas, o que se pode chamar "conjuntura de crise hegemônica, na qual a força social que detém preponderância econômica não dispõe mais de hegemonia política, que passa a ser

exercida sob a forma de condomínio entre as várias frações da classe dominante (Martuscelli, 2011, p. 174)."

Quando atinge esse ponto, Hugo Chávez se prepara para mais um confronto, que lhe daria poderes com os quais mudaria a cara da Venezuela, recriada a sua imagem e semelhança. Era o projeto da reforma constitucional rechaçada no referendo de 2007, em que o comandante Chávez foi derrotado, por estreita margem, mas suficiente para modificar a estratégia chavista e provocar o nascimento do Estado chavista.

4.5 Plano de Desenvolvimento da Nação Simón Bolívar 2007-2013 e os cinco motores da "revolução" bolivariana chavista.

O ano de 2007 foi o ano do início do Estado chavista, cujos primeiros sinais de vida foram dados ainda em dezembro de 2006, duas semanas após a vitória de Hugo Chávez nas eleições presidenciais. O Presidente reeleito anunciou, entre outras medidas, a criação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV); a nacionalização de setores importantes da economia, como petróleo e energia elétrica; o fim da licença de funcionamento da Rádio Caracas de Televisión (RCTV), por ter participado do golpe de 2002; propôs reformar a Constituição, criada pelo próprio Chávez em 1999; e a solicitação de uma lei habilitante à Assembleia Nacional. Todas essas medidas foram sendo executadas, total ou parcialmente, legal ou ilegalmente, de modo a atender aos anseios de Hugo Chávez e seu projeto de poder.

No discurso de posse de 10 de janeiro de 2007, depois de vencer a eleição com 62,9% dos votos, Hugo Chávez apresentou novidades para os venezuelanos e para o mundo: o *Proyecto Nacional Simón Bolívar Primer Plan Socialista De La Nación – PPSN – Desarrollo Económico Y Social De La Nación 2007-2013* (2006).

O assim denominado Plano Socialista tem sete linhas que norteiam o caminho que levariam à consecução do Socialismo do Século XXI. Essas linhas são: uma nova ética socialista; a suprema felicidade social; democracia protagônica revolucionária; um modelo produtivo socialista; uma nova geopolítica nacional; considerar a Venezuela como potência energética mundial; e uma nova geopolítica internacional.

> Com o Plano de Desenvolvimento 2007-2013, Chávez disse que estava chegando "o 'fim da transição', impondo um controle total do

> Estado sobre as atividades produtivas com valor estratégico e legitimando, uma vez mais, o petróleo como o instrumento fundamental do Plano" (Serbin, 2008, p. 133).

A leitura do Plano de Desenvolvimento é um passeio pelos grandes anseios do socialismo em todos os tempos. No entanto, o que está no plano como objetivos tem mostrado ser muito mais retórica – pelo fato de muito pouco ter sido buscado, concretizado ou o caminho ter sido sequer iniciado – do que verdadeiramente a realização do socialismo.

O Plano aponta como necessidades a erradicação da miséria e da pobreza, que ainda não aconteceu; a construção de um Estado ético, de funcionários honestos e eficientes – hoje um dos maiores problemas de que o Estado venezuelano padece; um Estado do qual o cidadão se sinta parte e ao mesmo tempo responsável pela coisa pública, o que na realidade não ocorre porque o que os cidadãos estão se acostumando a fazer, principalmente os que sustentam o chavismo, é atender a convocações do chefe de Estado; criação de uma institucionalidade que preze pela justiça e pela igualdade, sem minar as bases do direito – o que tem acontecido com frequência na Venezuela, onde as instituições estão cada vez mais debilitadas e as leis dão lugar à discricionariedade; e a prática da tolerância, algo que o chavismo ainda não experimentou. Tudo isso com o objetivo macro de buscar a implantação do Socialismo do Século XXI.

O Plano de Desenvolvimento, para ser executado, precisaria de motores que lhe dessem propulsão. No discurso de posse em 2007, Hugo Chávez anunciou os "cinco motores" da sua "revolução". Esses motores serviriam para fazer prosperar o Socialismo do Século XXI.

O primeiro motor era usar a Lei Habilitante, já concedida a outros governantes antes de Chávez e também ao próprio Chávez, pela qual, havendo necessidade, e desde que aprovado pela Assembléia Nacional, o Presidente pode, por tempo determinado e sobre assuntos específicos, governar por meio de decretos. Esse instrumento está previsto no Artigo 236 da Constituição e dá poderes ao Presidente da República para ditar decretos com força de lei.

A concessão da lei visa a responder a necessidades urgentes que não poderiam esperar a tramitação de matérias no parlamento, como em situações de calamidade, a exemplo do que ocorreu quando chuvas torrenciais caíram em Caracas em 1999 e deixaram milhares de mortos e desabrigados.

O problema com a Lei Habilitante no chavismo é que ela tem sido usada para tudo, até mesmo para aprovar matéria já rejeitada em referendo popular, o que é proibido por lei se for feito no mesmo mandato. É um instrumento que vem anulando a Assembleia Nacional e retirando da população a possibilidade de debater questões de grande impacto para o país.

Para muitos, a Lei Habilitante é a mais descarada prova de que a Venezuela está caminhando para consolidar um regime autoritário, que não respeita as leis e que governa o país de cima para baixo, em contradição à participação e protagonismo dos cidadãos, tão amplamente divulgado como uma das características da "revolução bolivariana".

O segundo motor era a reforma da Constituição, assunto que se transformou em uma batalha midiática e eleitoral que culminou com a votação de 02 dezembro de 2007 em que Hugo Chávez, pela primeira vez, sofreu uma derrota eleitoral. A reforma que Chávez propunha foi barrada nas urnas, mas não deixou de ir adiante, pois o Presidente usou a Lei Habilitante para aprovar pontos polêmicos, rejeitados no referendo. Um desses pontos era a mudança no texto constitucional que aprovava a eleição indefinida para os cargos executivos de Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito Municipal.

O terceiro motor estava diretamente relacionado com a doutrinação da população por meio do programa educacional *Moral y Luces*, nome em referência às palavras de Simón Bolívar que disse que "*moral y luces*" são "nossas primeiras necessidades".

Várias instituições escolares e de ensino superior entraram no programa *Moral y Luces*, oferecendo uma grade curricular que incluía os escritos de Simón Bolívar, como o do Congresso de Angostura, a Carta da Jamaica, entre outros, e os escritos de Hugo Chávez, seus discursos e suas posições ideológicas.

Em mais uma mostra de que o marxismo de Hugo Chávez é mais retórica para atrair a esquerda, o presidente se empenhou em criar na Venezuela uma educação tutorada pelo Estado, e não somente uma educação pública, financiada com dinheiro público, como o próprio Marx esperaria.

> Absolutamente condenável é uma "educação popular sob incumbência do Estado". Uma coisa é estabelecer, por meio de uma lei geral, os recursos das escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, os currículos etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução dessas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do

> povo! O governo e a igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola (Marx, 2012, p. 46).

O quarto motor, cujo objetivo era a reorganização da jurisdição política do país, ainda não foi sequer iniciada, e terá dificuldades de ocorrer. Uma forma de reordenar a jurisdição, de acordo com o plano, seria trocar certos municípios por comunas, unir municípios, criar novos, criar territórios autônomos e zonas de desconcentração da atividade econômica.

A oposição, com razão, diz que nada disso está previsto na Constituição, sendo, portanto, vedado ao governo rearranjar a divisão política do país. A oposição teme também que a mudança seja feita discricionariamente buscando fortalecer o chavismo.

O quinto motor era a explosão do poder comunal, fato que, se ainda não é uma explosão no sentido de ter surgido em toda parte no país, já é um componente importante da política venezuelana tanto no que se refere à definição da aplicação dos recursos como no tocante a dar a impressão de que o povo assumiu o poder governamental, ainda que esse poder seja exercido, quando muito, em nível local bastante reduzido, e sem maiores repercussões no país.

A ideia de motores da "revolução" foi amplamente divulgada e pregada por Chávez, e talvez a Venezuela tivesse passado por uma revolução se o Plano tivesse sido implementado. Pelo menos a estrada para o socialismo teria sido pavimentada.

Até agora, porém, apesar do que se quer fazer crer, no país não há revolução, e isso trouxe uma discussão sobre o que seria revolução nesse processo liderado por Hugo Chávez.

O Presidente Nicolás Maduro, ungido de Chávez, expressou, embora de forma bastante vaga, a noção de revolução como mudança permanente e a ampliação do poder popular.

> "A verdadeira revolução é a que permite uma mudança permanente na vida social e política dos povos. A revolução tem que ser uma mudança, mudança, mudança permanente, que nada pare, que nada se burocratize, Poder Popular (…). A revolução tem sido a maior mudança histórica na vida de nosso país," expressou o Presidente [Nicolás Maduro] (Bastidas, 2013).

Conquanto vaga, ainda assim a definição deixa demonstrado que a ideia de revolução no chavismo ganhou os mais diversos matizes e foi usada muitas vezes para se referir apenas a mudanças superficiais.

Para Marcello Buzetto (2012), a Venezuela, na atualidade, quando muito, está em situação pré-revolucionária, que ocorre:

> Quando as forças proletárias e populares já acumularam força, forjaram novos militantes e quadros, e suas organizações já conseguem impor importantes derrotas à burguesia, onde já se percebe um avanço na elevação do nível de consciência política das massas, do nível de mobilização e organização da classe trabalhadora, mas tudo isso, apesar de representar um passo à frente na luta concreta, ainda não foi capaz de produzir uma força social e política de massas com condição de impor a vitória da revolução social. Tendência, numa situação como esta, é o acirramento das contradições e dos conflitos, acirramento da luta de classes e da luta entre as forças da revolução e da contrarrevolução, período em que são criadas condições mais favoráveis para desencadear uma transição de caráter anticapitalista (Buzetto, 2012, p. 327).

A noção de revolução repetida por Chávez e seus seguidores é bem diferente do que pensa o guerrilheiro Douglas Bravo, para quem revolução é uma transformação que leva a uma "nova civilização" (Garzón & Barboza, 2009). Para Chávez o que ele fez na Venezuela por meio dos programas sociais é revolução.

Em entrevista à jornalista Gabriela Turzi Vegas (2012), do jornal El Universal, o psicólogo social Axel Capriles afirma que, em virtude de tornar as pessoas cada vez mais dependentes dos programas sociais, "o chavismo não é revolucionário, é tudo ao contrário, uma força conservadora, que inibe a possibilidade de mudança e transformação da consciência coletiva." Como citado anteriormente, para Prado Júnior:

> "Revolução", em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade e, em especial, das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (Prado Jr., 2007, p. 22).

Na Venezuela, transformações como as sugeridas por Caio Prado Júnior não são realidade, e até mesmo o que o Plano Socialista trouxe – apesar de ter sido imposto pelo Estado chavista – não foi capaz de trazer mudanças estruturais. É verdade que as condições de vida melhoraram, mas a crise econômica está paulatinamente minando os ganhos sociais. O Plano Socialista não provocou "mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade (Prado Jr. & Fernandes, 2007, p. 47)" venezuelana para que se possa dizer que está em processo ou que houve revolução, como entendia Florestan Fernandes em seu texto *O Que É Revolução*, de 1981.

> Ainda que o governo de Chávez tenha avançado na ampliação do papel do Estado na economia, todavia estamos muito distantes, felizmente, de ser uma economia socialista. Os chamados Planos Socialistas da Nação não são mais do que uma caricatura do que foi a planificação central soviética. São uma lista de propostas contraditórias e desconexas que ninguém sabe como se podem executar. No referente aos preços, o governo não substituiu o mecanismo de mercado. Porém tem feito algo pior: obstaculiza-o (Guerra, 2012).

"Isso não quer dizer que Chávez não siga em seu empenho de experimentar com a Venezuela e fazê-la um país socialista, de acordo com sua visão ortodoxa e dogmática (Guerra, 2012)," mas significa sim que quaisquer que tenham sido os esforços em levar adiante a consecução do Plano Socialista, o resultado não tem sido mais do que a concentração de poder nas mãos do executivo, perseguição aos inimigos políticos mais importantes, militarização do Estado, inflação, desabastecimento e outros pontos que caracterizam o Estado venezuelano de Chávez, conforme será apresentado no próximo capítulo. O caminho percorrido até agora não provocou revolução e não dá sinais de que o país possa se tornar socialista.

> Toda e qualquer revolução dissolve a *antiga* sociedade; nesse sentido, ela é *social*. Toda e qualquer revolução derruba o *antigo poder*; nesse sentido, ela é *política*. (...) A revolução como tal – a derrubada do poder constituído e a *dissolução* das relações antigas – é um ato *político*. No entanto, sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. (Marx & Engels, 2010, p. 51-52).

As medidas anunciadas por Hugo Chávez ainda em dezembro de 2006 e o Plano Socialista são o prenúncio do nascimento do Estado chavista, cuja data de criação é 02 de dezembro de 2007, dia em que Chávez perde uma disputa eleitoral pela primeira vez desde que assume a Presidência em 1999. A votação tinha por objetivo consultar a população sobre uma ampla reforma Constitucional proposta pelo governo, com a derrota do projeto chavista, o Presidente da República assume uma nova postura sobre sua relação com os inimigos políticos, sobre os meios de comunicação e toma uma série de medidas que culminam com o nascimento do Estado chavista.

CAPÍTULO 5

5. O Estado Chavista (2007-2012).

No alvorecer de sua carreira como homem público, já depois de ter sido preso e ao assumir a Presidência da República, Hugo Chávez não se dizia marxista porque não se sentia confortável em assim se definir sem ter lido a obra do pensador alemão. Ele declara: "Eu não sou marxista, somente porque para se sentir marxista ou socialista ou de qualquer 'ismo', é necessário que se conheça a fundo essa doutrina (Dieterich, 2007, p. 63)." Porém é verdade que Chávez tinha conhecimento, ainda que superficial, da obra de Marx, de leituras feitas ainda na juventude bem como por seus estudos na academia militar e mais tarde nas aulas no Mestrado em Ciência Política, que não chegou a concluir.

E por conhecer, mesmo que não seja cientificamente, a teoria marxista, Chávez sabia que a sua prática e o seu discurso traziam elementos do marxismo. Por isso ele afirmou: "Qualquer um que conheça o marxismo e compare meu discurso com minha ação, conseguirá elementos do marxismo, tanto na ação como no discurso; o dialético, por exemplo (Dieterich, 2007, p. 63)," de certa forma abandonando as ideias bolivarianas.

E depois ele ainda complementa: "Esse projeto não é marxista, mas incorpora elementos do marxismo e os marxistas na Venezuela estão neste projeto, o Partido Comunista da Venezuela e muito amigos que estão no partido (Dieterich, 2007, p. 63-63)."

> Em uma entrevista que ficou famosa, concedida a Augistín Blanco Muñoz em maio de 1996, Chávez afirmou: "Não sou marxista, mas não sou antimarxista. Não sou comunista, mas não sou anticomunista". Três anos depois, ofereceu declaração semelhante ao jornal The New York Times: "Se você está tentando descobrir se Chávez é de esquerda, de direita ou de centro, se é socialista, comunista ou capitalista, eu não sou nenhuma dessas alternativas, mas tenho um pouco de tudo isso" (Jones, 2008, p. 246).

Essas incógnitas foram se clareando porque o Presidente foi assumindo posições ao longo dos anos que permitiam compreender melhor o processo liderado pelo tenente-coronel barinês. Primeiro com as idéias de Simón Bolívar, depois da

esquerda marxista, passando por Norberto Ceresole, Heinz Dieterich e a aproximação com o governo cubano. Cada acontecimento levava a uma nova onda de teorizações, reformulações e sobreposições de várias idéias numa sobreposição de teorias, tão clara no chavismo, que Demétrio Magnoli a denominou "doutrina de palimpsesto".

Para Demétrio Magnoli a semelhança com o chavismo está no fato de que "o palimpsesto é um manuscrito produzido em ciclos sucessivos de escritura no qual as camadas recentes se superpõem às antigas sem apagá-las por completo, de modo que textos diferentes mantêm complexas relações significativas entre si (Magnoli, 2013, p. 10)." Ou ainda, como afirma Manuel Hidalgo, o Presidente Hugo Chávez "ideologicamente carece de consistência, já que, como tem sido assinalado, recorre a uma mescla folclórica primitiva de nostalgia bolivariana, cristianismo, utopismos coletivistas e cosmogonia indígena e beiseboleira (Hidalgo, 2011, p. 155)."

Essa mistura de idéias e posições resultou na criação do Estado chavista, que durante o governo Chávez se destacou na defesa do social, com a ampliação do acesso a serviços públicos como escola e postos de saúde, reduziu a mortalidade infantil e o analfabetismo, mas ao mesmo tempo não foi capaz de conter a violência no país.

Na economia, apesar de se falar repetidamente que o país caminha para o socialismo, a Venezuela é essencialmente capitalista, mas com alguns experimentos e ensaios de funcionamento socialista, como a entrega para administração pelos trabalhadores de indústrias nacionalizadas pelo governo.

Já nas relações políticas predomina o aspecto militar, que em verdade tem tomado de conta de praticamente todos os setores do país, haja vista a quantidade de pessoas oriundas das casernas colocadas em postos chaves da administração pública em praticamente todas as esferas e níveis de poder.

Desde 1999, a despeito de alguma melhora na vida dos cidadãos, a Venezuela tem sofrido com a deterioração da sociedade e das instituições, sujeitas ao chavismo e a Chávez. Essa era a visão já nos primeiros anos do chavismo:

> Os problemas estruturais que levaram e produziram a crise da democracia na Venezuela na década de noventa persistem no país, inclusive se aprofundaram com a chegada do presidente Chávez, entre eles, desigualdade social, fragilidade dos partidos e do sistema de partidos, pobreza, inflação, desemprego, precariedade do Estado de direito e uma manifesta incapacidade por parte do Estado venezuelano de cumprir com seus objetivos fundamentais, incluindo aspectos transcendentais como a observância da Constituição como norma suprema e vigência do Estado de direito (Rivas Leone, 2011, p. 69-70).

Nessa sua pisada de ir clareando suas posições, em 15 de janeiro de 2010, na Assembleia Nacional, na sessão em que o Presidente da República, por imposição constitucional, tem que prestar contas do ano anterior, Chávez usou pela primeira vez a expressão "Pátria, Socialismo ou Morte!", numa demonstração de que o processo liderado por ele estava entrando num período de radicalização. Desde 2005, o Presidente já falava em construir o socialismo, mas agora ele deixava claro que faria de tudo para que isso acontecesse.

Nessa mesma sessão, Chávez assumiu o marxismo de forma segura e veemente e igualando o marxismo até ao bolivarianismo, doutrina maior desde que se apresentou para a vida pública.

> Eu sou um revolucionário e também sou marxista. E pela primeira eu o assumo, eu o assumo. Eu quando assumo, assumo. Assumo o marxismo. E o assumo, como assumo o cristianismo, e assumo o bolivarianismo, e o martianismo, e o sandinismo, e o sucrismo, e o mirandismo[23].

Nesse momento, Chávez iguala a todos esses "ismos" num mesmo patamar de importância para seu projeto, e junta pontas que poderiam parecer distantes, como considerar Jesus Cristo socialista e primeiro revolucionário.

> Mas o marxismo sem dúvida que é a teoria mais avançada na interpretação, em primeiro lugar, científica da história, da realidade concreta dos povos, e depois o marxismo é, sem dúvida, a mais avançada proposta para o mundo que Cristo veio anunciar há mais de dois mil anos, o reino de Deus aqui na Terra, o reino da igualdade, o reino da paz, do amor, o reino humano, o reino humano[24].

Isso mostra que para Hugo Chávez, pelo menos retoricamente, o socialismo é o meio para se chegar à justiça social, à igualdade, à paz e ao amor. Só por meio do socialismo, que é solidário e não concorrencial, é que seria possível se construir uma sociedade justa, mas parte do pronunciamento do Presidente contraria um pouco Friedrich Engels, quando este afirma:

> A representação da sociedade socialista como o reino da *igualdade* é uma representação unilateral francesa, baseada na velha "liberdade, igualdade, fraternidade", uma representação que teve sua razão de ser como *fase de desenvolvimento*, em seu tempo e em seu lugar, mas que agora, como todas as unilateralidades das primeiras escolas socialistas, deveria ser superada, uma vez que serve apenas para provocar

[23] Discurso de Hugo Chávez na Assembleia Nacional, em 15 de janeiro de 2010. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=oRcXgaO1mjo. Acesso em 17 de setembro de 2013.
[24] Idem.

> confusão nos cérebros e porque, além disso, descobriram-se formas mais precisas de tratar a questão (Engels, 2012, p. 56-57).

Ainda que soubesse, Chávez não parecia levar em consideração que para Karl Marx o socialismo tem que ser feito com o papel ativo dos trabalhadores, como líderes do processo revolucionário. Não se pode sair do capitalismo e chegar ao socialismo e ao comunismo sem que a classe trabalhadora, detentora apenas de sua força de trabalho para sobreviver, determine os rumos da revolução.

> Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado* (Marx, 2012, p. 43).

Partindo do que escreve Marx, na citação acima, pode-se afirmar que na Venezuela, por mais que o governo bolivariano queira levar o país em direção ao socialismo, conforme tem propagado, isso não poderá ocorrer da maneira como está sendo gestado porque o processo não está sendo liderado pelos proletários ou pelos trabalhadores em geral, mas é levado adiante, patrocinado e incentivado pelo Estado, que se fortalece cada vez mais, tornando-se ainda mais distante do caráter socialista.

Outra mudança importante está relacionada com se aceitar abertamente como o inspirador de uma doutrina, o chavismo, que indica uma tendência personalista centrada no líder venezuelano. Ainda no início de sua trajetória política, Hugo Chávez se posicionava abertamente e sem subterfúgios contra o personalismo que, ao que parecia, poderia se criar em torno de sua pessoa.

> Eu não quero que se fale aqui de chavismo. Eu sou inimigo número um do chavismo e do caudilho. (...) Aqui se fala de Chávez, como não; da Constituinte, como não; de Bolívar, do processo, da revolução democrática, mas graças a Deus, creio que já não conseguem falar do chavismo, porque seria terrível que de um homem dependesse o processo. Seria uma degeneração do próprio processo (Dieterich, 2007, p. 71).

Essa entrevista foi dada a Heinz Dieterich em março de 1999, primeiro ano de governo de Hugo Chávez, quando o presidente ainda se apegava bastante aos grandes teóricos para analisar a fase do processo revolucionário em que estava apenas entrando, a fase em que o movimento se faz governo. Porém, anos mais tarde, todos falam sem pudor em chavismo, desde o homem mais simples, dos apoiadores anônimos, até o Presidente da República pós-Chávez, Nicolas Maduro.

Além disso, percebia-se claramente que o processo dependia exclusivamente de Chávez, sem o qual o PSUV poderia vir a se dividir, o povo não era liderado adequada e habilidosamente – faltavam lideranças alternativas a Chávez – e o país dava sinais de uma divisão social perigosa e explosiva.

Veja-se apenas a ameaça de desaparecimento de Chávez em razão do câncer, quando a oposição se animou pela possibilidade de voltar ao poder por saber que não haveria como, em poucos meses – e visando às eleições de 07 de outubro de 2012 –, transferir o carisma de Chávez a qualquer outro ator no palco da política venezuelana.

Ao que se observa, Chávez se tornou mesmo o pilar sobre o qual se fundamentava todo o processo "revolucionário" bolivariano. Alguns intelectuais já perceberam essa deficiência do movimento liderado por Chávez.

Essa dependência que o movimento tem de Chávez advém do fato de que praticamente todas as ações, todas as iniciativas e toda execução dos trabalhos do governo, bem como todas as decisões e ações político-partidárias, estão ancoradas na vontade do líder. Chávez é o centro irradiador em torno do qual orbitam o governo e a política. Se o centro que atrai desaparece, o movimento perde seu rumo, como já está acontecendo na Venezuela.

Contudo, por conta da participação que os movimentos, incentivados pelo chavismo, têm na vida cotidiana do país, tem-se a impressão de que esses movimentos são completamente autônomos e protagônicos e que nasceram das vontades dos seus membros, o que justificaria a afirmação de que o movimento bolivariano chavista é um movimento popular, de baixo para cima. Se isso fosse verdade, seria verdade também que o movimento não dependeria de Chávez, como querem defender alguns, conforme se explica abaixo:

> As análises dos mais atrelados ao pensamento chavista, maioria no país, convergem claramente no sentido de que o processo revolucionário na Venezuela não depende exclusivamente da figura do presidente. Trata-se de um movimento coletivo, de baixo para cima, popular. Ao longo da história, foi fundado por três pilares fundamentais: um militar, um sindical e outro universitário (Krauss, 2013, p. 15).

Se se pensar no que ocorria na Venezuela até 2012 como um movimento chavista, que tinha como líder Hugo Chávez e todo o seu arcabouço ideológico e político, e que o movimento nasceu com Chávez ainda nos anos de academia militar,

então o movimento dependerá do líder bolivariano inevitavelmente, um líder com características singulares.

> O chefe indiscutido do chavismo, Hugo Chávez, conta com várias qualidades: excepcionais instintos políticos, habilidade comunicacional e falta de interesse pela administração do governo. É um líder carismático e astuto que sabe explorar algumas das crenças profundamente arraigadas no subconsciente dos setores populares (...) e que igualmente sabe explorar a raiva e ódio acumulados contra os políticos mediante uma retórica muito eficaz (Hidalgo, 2011, p. 156).

Mas, ao contrário, se se imaginar que o processo é anterior a Chávez e que este é apenas uma conseqüência das condições históricas do país, então o movimento não depende de Chávez, mas dessa forma não é do chavismo que se fala, mas de outro movimento, e o chavismo sequer teria força.

Andrés Antillano, da Coordenação Nacional do Movimento de Moradia Venezuelano, pensa que "há enorme peso da figura individual do presidente e sua relação afetiva com o povo venezuelano, mas o processo de mudança não começou com Chávez (Krauss, 2013, p. 14)."

Além disso, desses três pilares citados como fundamentais – militar, sindical e universitário – um pelo menos se mostra cada vez mais distante do chavismo, como se vê com estudantes acampados e acorrentados, a partir de fevereiro de 2013, em frente ao Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) para pedir definição sobre a situação de Chávez, que oficialmente estava no comando do país, fazia reunião com ministros durante cinco horas, e não tinha cinco minutos para dar prova de vida aos venezuelanos.

José Roberto Duque, jornalista e escritor, apoiador do movimento chavista, com acerto afirmou em entrevista a Enrique Krauze que "esta não é uma revolução, é só um processo (Krauze, 2013, p. 321)," o que implica no fato de que o poder continua nas mãos do Presidente da República, situação que se aprofunda cada vez mais. Para que fosse revolução, o processo não poderia depender de Chávez, consequentemente haveria mesmo transferência de poder para o povo, o que não ocorre se não muito superficialmente.

Segundo Hector Navarro, ministro venezuelano para a energia elétrica, os prefeitos e governadores, de direita e de esquerda, não se convenceram ainda da necessidade de transferência do poder ao povo, transferência que se dará pela instituição das comunas. Navarro acusa:

> Principalmente os políticos de direita se opõem abertamente. Eles defendem a descentralização do poder nacional para concentrar a nível

> (*sic*) regional nos estados e municípios. *Esse é o projeto neoliberal, que é enfraquecer o Estado criando pequenos Estados* (grifo nosso). O que nós estamos dizendo é: "sim, vamos descentralizar, mas ao invés de federação queremos criar instância de poder do povo (Rodrigues, 2012, p. 33).

Percebe-se claramente uma contradição na argumentação de Navarro, pois o projeto de Hugo Chávez também levava ao enfraquecimento das instâncias e instituições do Estado, ao mesmo tempo em que promovia o crescente aumento do poder do chefe do executivo nacional, uma vez que este não tinha que passar por intermediários como governos estaduais ou prefeitos para se dirigir a setores da população, já que existiam as comunas com seus dirigentes, que passavam a gozar de uma autonomia maior em relação aos poderes locais, e respondiam diretamente ao Presidente da República, que teve a força de determinar que os dirigentes dos Conselhos Comunais fossem todos chavistas.

Para a professora Margarita Lopez Maya, as comunas são uma forma de concentrar poder nas mãos do Preisdnte da República. A própria lei das Comunas e lei dos Conselhos Comunais prevêem que estes organismos respondem diretamente ao Presidente da República. Assim, o Estado ia ficando completamente nas mãos de Chávez, que usava o Estado para seu projeto de poder, que incluia a manutenção deste e a aniquilação dos inimigos e adversários. A situação se assemelhava ao que escreveu Engels:

> Não sendo mais do que uma instituição transitória, da qual alguém se serve na luta, na revolução, para submeter violentamente seus adversários, então é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda *faz uso do* Estado, ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários e, a partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal (Engels, 2012, p. 56).

Diversamente do que Navarro afirma e do que muito se escreveu nos anos 1990, o neoliberalismo não levou ao enfraquecimento, mas à ausência do Estado, que exercia cada vez mais seu poder em defesa dos interesses das classes dominantes e dirigentes desses Estados.

O mesmo ocorre hoje na Venezuela, que tem a boliburguesia como sua classe dominante, a qual busca permanentemente se livrar dos entraves ao exercício do seu poder.

Nessa perspectiva, as Comunas são, na verdade, a consolidação do chavismo, fortalecido pelo enfraquecimento de instâncias intermediárias de poder, concentrado cada vez mais nas mãos de Hugo Chávez, que controla praticamente todos os poderes da República e, para o povo, é o garantidor e a promessa viva de benesses advindas da repartição da riqueza do Estado.

O enfraquecimento das instituições e dos outros poderes é também o fortalecimento de Chávez, que tomava certas decisões com o tom da radicalização anunciada no dia 10 de janeiro de 2007.

Entre as decisões mais marcantes estão a retomada das nacionalizações, renacionalizações ou estatizações de empresas, estratégicas ou não para o país. Não demorou a que o Presidente anunciasse a nacionalização da Companhia Anônima Nacional de Telefones da Venezuela (CANTV), a maior empresa do ramo no país, juntamente com sua filial que opera a telefonia móvel, a Movilnet, até então de propriedade de uma empresa privada estadunidense.

A companhia Eletricidade de Caracas (EDC) teve a maioria das suas ações adquiridas pelo governo federal por uma oferta pública de aquisição. A partir daí o governo pôde formar a Corporação de Eletricidade (Corpoelec), dirigida por Argenis Chávez, irmão de Hugo Chávez, até 2013.

No dia 27 de maio de 2007, Hugo Chávez anunciou publicamente que decidira não renovar a concessão da Rádio Caracas de Televisão (RCTV), uma das suas decisões mais polêmicas e controversas, com forte repercussão dentro da Venezuela e no exterior.

Diversas manifestações ocorreram em todo o país, principalmente de estudantes, em defesa da liberdade de expressão. Para o governo, esses movimentos de rua eram a expressão da pequena burguesia, argumento com que passou a justificar o não atendimento a certas demandas populares, ainda que manifestações com milhares de pessoas fossem realizadas.

A RCTV foi fechada – embora nos primeiros anos ainda pudesse transmitir em canal fechado, por assinatura – e substituída pela Televisora Venezuelana Social (TVES), “pensada para a família venezuelana, com conteúdos sadios e em consonância com o pensamento socialista”, como informa a Presidência da República em seu endereço eletrônico.

Outra medida importante foi a reforma constitucional proposta por Chávez, aprovada pela Assembleia Nacional, mas rechaçada pela população, por estreita

margem, no referendo popular do dia 02 de dezembro de 2007. O Presidente reconheceu a vitória da oposição no dia 03 de dezembro e chamou os chavistas a assumirem os "Três R": Revisão, Retificação e Reimpulso.

Com a derrota no referendo, iniciou-se o período mais duro e radical do chavismo, é o momento de criação do Estado chavista, que toma Simón Bolívar como símbolo aglutinador de todos os venezuelanos, como fonte de ideais genéricos, como justiça social e antiimperialismo, e não porque as idéias do Libertador sejam verdadeiramente seguidas, já que Bolívar, para tomar apenas um exemplo, era liberal, algo que não se coaduna com o socialismo.

É a partir de 2007 que o Estado é mesmo usado como instrumento de repressão de uma classe, a dos chavistas aferrados ao poder, sobre outra classe, a dos contrários ao chavismo.

Chávez comete abuso de poder no uso dos meios de comunicação para autopromoção, proselitismo e propaganda política. Nem sempre o que está nos códigos e até mesmo na Constituição é observado pelo mandatário venezuelano. A constituição, proposta pelo próprio Chávez, prevê, por exemplo, no seu artigo 145, como se devem comportar os funcionários públicos.

> ***Artigo 145.*** Os funcionários públicos e funcionárias públicas estão a serviço do Estado e não de parcialidade alguma. Sua nomeação ou remoção não poderão estar determinados pela afiliação ou orientação política. Quem estiver a serviço dos Municípios, dos Estados, da República e demais pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado estatais, não poderá celebrar contrato algum com elas, nem por si nem por interposta pessoa, nem em representação de outro ou outra, salvo as exceções que estabeleça a lei (República Bolivariana da Venezuela, 1999, p. 221).

Não é o que ocorre na Venezuela. No período de Chávez, principalmente depois do 02 de dezembro de 2007 (2-D), o Presidente passou a utilizar o Estado de acordo com suas necessidades e em consonância com os caminhos previstos para seu projeto de poder. Durante a campanha eleitoral de 2012, os funcionários públicos, seja de órgãos ou empresas públicas, eram obrigados a ir para as ruas fazer campanha. Eles também tinham que ir para manifestações de rua em apoio ao que quer que fosse. No artigo 68 da lei contra a corrupção está previsto, ainda mais claramente, que:

> **Artigo 68.** O funcionário público que, abusando de suas funções, utilize seu cargo para favorecer ou prejudicar eleitoralmente a um candidato, grupo, partido ou movimento político, será sancionado com prisão de um (1) ano a três (3) anos.

Seja a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, seja a lei contra a corrupção, depois de 2007, nada disso era mais respeitado por Chávez. O Estado, na totalidade dos cinco poderes da República, agia de acordo com o desiderato de Hugo Rafael Chávez Frías, sustentado pelas Forças Armadas cuja lealdade foi "conquistada" com dinheiro e prestígio. Esse estado de coisas levou à seguinte leitura de Margarita López Maya.

> Longe de se debilitar, invicto, o presidente Chávez – fortalecido em sua liderança e apoiado agora pelas Forças Armadas e por setores populares, a maioria organizados e alguns armados pelo governo –, teve o campo preparado para consolidar seu projeto político. Porém já esse projeto não se expressa na CRBV [Constituição da República Bolivariana da Venezuela]. A relação de forças na coalizão chavista mudou e ele se fortaleceu. É hora de fazer avançar o projeto "revolucionário" de seus sonhos, expressado em seus discursos como uma "radicalização da democracia participativa" mas que na realidade é um projeto que a contradiz. *Entramos em uma segunda fase do governo de Chávez, a de construção de um regime militarista, afim aos autoritarismos estatistas do século XX, que ele busca dirigir e controlar indefinidamente* (Grifo nosso) (López Maya, 2013a).

Com base em várias teorias e ideologias que se entrelaçam, como os heróis nacionais, desde Simón Bolívar e Ezequiel Zamora, o professor e filósofo Simón Rodríguez, o sociólogo argentino Norberto Ceresole e Heinz Dietrich, Fidel Castro, Ernesto "Che" Guevara, os pensadores socialistas e comunistas, de Karl Marx e Friedrich Engels até István Mészáros, Hugo Chávez montou seu arcabouço ideológico, argumentando que os ganhos sociais que a "revolução" oferecia poderiam ser pedidos se a oposição chegasse ao poder, e isso justificaria inclusive burlar as leis.

Para manter seu apego ao poder, Hugo Chávez se valeu da ampla popularidade de que sempre gozou, ratificada nas eleições, plebiscitos, referendos e no poder militar. Quando perdeu o referendo, o argumento se perdeu, mas não o poder militar, cada vez mais forte e amplo na sociedade Venezuela sob a justificativa de proteger o povo da burguesia e das forças imperiais estrangeiras.

Tudo isso provocou na Venezuela o que Margarita López Maya vê como um amplo desajuste político "caracterizado pelo desmantelamento, no segundo governo do presidente Chávez (2007-2013), das instituições da democracia liberal baseadas na Constituição da República Bolivariana da Venezuela (CRBV), de 1999, a favor de um Estado de democracia direta, vertical e autoritário (López Maya, 2013c, p. 18)," denominado aqui de Estado chavista, que se inicia em 2007 com a derrota do 2-D e cujas características serão apresentadas a seguir.

5.1 Propostas de reforma constitucional, a primeira derrota de Chávez e o início do Estado chavista.

Em agosto de 2007, sem qualquer discussão com setores populares e com muitas propostas surgidas de decisões tomadas a portas fechadas, Hugo Chávez chega a uma projeto de emenda à Constituição, aprovada por ele e votada pela população em 1999. O que o Presidente propunha reformava pelo menos 33 artigos da Carta Magna, modificando, inclusive, o limite para eleição em cargos executivos.

Quando a proposta chegou à Assembleia Nacional, os parlamentares acrescentaram outras, que mudariam mais 36 artigos. Ao todo, 69 dos 350 artigos da Constituição seriam modificados. As mudanças eram tantas e tão amplas, que vários setores da sociedade, professores e intelectuais diziam que para atender o tamanho da reforma desejada pelo Presidente seria necessário convocar uma nova assembléia constituinte.

As emendas cobririam quatro temas principais: "a consolidação da democracia participativa; a integração social; o apoio às formas "não-neoliberais" de desenvolvimento econômico; e o fortalecimento dos poderes do governo central (Wilpert, 2008).

> Os dispositivos que tratavam da democracia participativa e da equidade social não encontraram verdadeira resistência na opinião pública. Entre essas medidas, estavam: a extensão dos poderes dos Conselhos Comunais recém-formados; a diminuição da idade para o exercício do direito de voto dos dezoito para os dezesseis anos; a proibição de qualquer discriminação baseada na orientação sexual ou nas condições de saúde; a instituição da paridade nas remunerações das funções públicas; a criação de um fundo de seguridade social para os trabalhadores independentes e o setor informal da economia; a gratuidade do ensino superior; e o "reconhecimento" dos venezuelanos de origem africana (Wilpert, 2008).

Se as propostas acima não causaram muita controvérsia, o mesmo não se pode dizer das reformas que tratam dos assuntos de economia e política. Pela nova formulação, o Banco Central da Venezuela perderia sua autonomia e a indústria petrolífera não poderia ser privatizada. Para os trabalhadores, oferecia-se o aprofundamento da reforma agrária e a redução da jornada de trabalho.

A maior desavença, porém, entre as forças chavistas e de oposição orbitava ao redor das matérias relativas ao fortalecimento dos poderes do governo central, como a autorização para a reeleição indefinida do Presidente da República, dos governadores de estado e dos prefeitos, bem como o aumento do número de assinaturas exigidas para se convocar um referendo revogatório. Quando decretado estado de emergência, o governo poderia até mesmo negar o direito à informação. Outra medida, já adotada inclusive no Brasil, é que os militares só poderão passar de Coronel para General com autorização pessoal do Presidente da República.

Com a totalidade da Assembléia Nacional chavista, não foi difícil para Hugo Chávez aprovar a proposta no parlamento. Porém, em 02 de dezembro de 2007 a população compareceu às urnas para dizer não ao projeto. Com uma margem de 1,3%, a oposição conseguiu barrar legalmente, mas não por muito tempo, a conformação do Estado chavista.

No dia 03 de dezembro, o Presidente reconheceu oficialmente a derrota e chamou todos os chavistas a avaliar a derrota e fazer uma reavaliação do chavismo. Como é do estilo de Chávez, ele impôs o caminho da reavaliação, chamando o povo a fazer uma Revisão, Retificação e Reimpulso da "revolução", que definiu como "Três R".

Começou nessa ocasião toda uma discussão dentro e fora do chavismo sobre as razões que levaram à derrota do até então imbatível Hugo Chávez. Os argumentos foram os mais diversos, como falha na campanha feita pelo PSUV, recém-criado, pouco tempo de propaganda, que foi de cerca de trinta dias, falta de clareza nas propostas, mas quase nunca se aceitava a idéia de que o povo não queria um Estado com ampla concentração de poder nas mãos do executivo, assim como o governo se esquecera de que sua administração se tornara ineficiente, inclusive nas missões, prioritárias para o governo e para Chávez.

A oposição contava com nomes como o do ex-ministro da defesa Raúl Isaías Baduel, que libertou Chávez das mãos dos golpistas em 2002, e Marisabel Rodríguez, ex-mulher do Presidente Chávez com quem teve uma filha, assim como o partido social-democrata "Podemos". Todos, de alguma maneira, seriam mais tarde perseguidos por Hugo Chávez.

É provável que uma das razões para a derrota da proposta de Hugo Chávez seja mesmo a falta de participação popular na elaboração das emendas. A população em

geral só começou a tomar conhecimento dos pontos da reforma depois que o documento propositivo chegou à Assembleia Nacional.

> Longe de ser o produto de amplos processos de participação popular nos mais diversos âmbitos, a proposta foi, no fundamental, o produto de meses de trabalho de uma comissão presidencial, cujo compromisso de confidencialidade fez com que a proposta só fosse dada a conhecer uma vez que esta estava elaborada, e revisada pelo Presidente "até a última vírgula" (Lander, 2007).

Essa falta de participação ficou evidenciada em mais de 40% de abstenção no dia da votação. As ausências mais sentidas pelos chavistas, e ao mesmo tempo as mais comemoradas pela oposição, foram dos apoiadores de Chávez. Os setores populares, que haviam dado, em 2006, a maior vitória de Hugo Chávez em todos os tempos, agora se ausentaram. Esses setores não discutiram a proposta antes de esta ir para o parlamento, e estiveram alijados das discussões quando os deputados acrescentaram mais propostas de modificação de mais 36 artigos da Carta Magna.

"A segunda fase de elaboração, na qual a Assembleia Nacional mais que duplicou o número de artigos a modificar, tampouco pode de modo algum ser caracterizada como de genuína participação popular (Lander, 2007)," complementa o professor da UCV. O debate foi todo desviado para se dizer quem estava com Hugo Chávez ou com George Bush, e não em torno do que se propunha para a reforma constitucional.

Aos poucos o Estado chavista vai abandonando a democracia participativa de que se orgulhava para abraçar a democracia plebiscitária. Participar ficou restrito a comparecer à urna no dia da votação para decidir se aceitava ou não uma proposta de reforma de 69 artigos da Constituição elaborada pelos de cima e apresentada aos de baixo.

A reforma constitucional sofria ainda de uma ilegalidade de origem, pois a própria modificação de 69 artigos, que, de acordo com os próprios chavistas, mudaria a estrutura do estado e da economia venezuelanas, não poderia ser feita senão por meio de uma assembléia constituinte. A Constituição define o que é reforma.

> ***Artigo 342.*** A reforma constitucional tem por objeto uma revisão parcial desta Constituição e a substituição de uma ou várias de suas normas que não modifiquem a estrutura e princípios fundamentais do texto constitucional (República Bolivariana da Venezuela, 1999, p. 342).

A reforma é apenas uma revisão parcial, porém o que estava posto era a modificação radical de grande parte da Constituição, transformando a forma de participação, a estrutura e organização do Estado e forma de funcionamento da economia.

> Não é possível argumentar que uma transformação tão radical da ordem constitucional como a implicada pelo passo ao socialismo, o estabelecimento de uma nova organização político territorial, a alteração substantiva das relações entre o poder nacional e os poderes estatais e municipais, etc., podia-se levar a cabo como se se tratasse da "substituição de uma ou várias de suas normas que não modifiquem a estrutura e princípios fundamentais do texto constitucional". Se ante um texto tão taxativo, a Sala Constitucional do Tribunal Supremo não chegou a esta conclusão, isso só demonstra a ausência de autonomia de tal poder público (Lander, 2007).

Além desse problema de origem, a reforma tinha outro que era fundamental para o cidadão: saber em que estava votando. Não podia ser uma confiança cega no líder do movimento, como se pregou. Era necessário esclarecer, por exemplo, o que era esse socialismo a que se fazia referência, se haveria o fim do Estado, se haveria a plena estatização, dentre tantos outros questionamentos por parte da oposição.

As dúvidas eram muitas. Não se sabia, com clareza, sobre a falta de limites para a candidatura a presidente da república, que poderes o presidente passaria a ter (designar ou remover vice-presidentes, promover oficiais das Forças Armadas), como ficariam os direitos trabalhistas e como seriam as relações entre patrões e empregados, por exemplo.

Era também difícil compreender de que maneira se conformaria a propriedade, se a propriedade privada seria eliminada, se haveria ao mesmo tempo propriedade pública, privada, mista, comunal, ou algo que o valha, ou ainda se haveria expropriação de todas as terras, que passariam ao controle do Estado, como ocorreu em outros socialismos.

Como ficaria a relação entre esse anunciado Poder Popular e os poderes previstos na Constituição, como o dos vereadores, prefeitos e governadores? O Banco Central perderia sua autonomia? O referendo revogatório seria mantido? As Forças Armadas passariam a defender ideologias? E qual o status da Milícia Bolivariana?

Até no que parecia ser a menina dos olhos do Presidente, o setor de hidrocarbonetos, não ficou esclarecido o que se pretendia fazer com o gás natural nem porque o texto proposto só proibia a privatização da PDVSA e não de outras empresas importantes do Estado venezuelano.

O fato é que, depois de derrotado, seja lá por qual razão, o Presidente Hugo Chávez não se deu por vencido e conseguiu aprovar, por meio de uma lei habilitante, várias dessas propostas rejeitadas no 2-D, desrespeitando a Constituição, que no seu artigo 345 proíbe que se apresente a proposta rejeitada no mesmo período constitucional.

> Em 2008, foi avançando por caminhos que desembocam na franca ilegalidade e beiram a ditadura: apesar da negativa majoritária de 02 de dezembro de 2007 aos 69 artigos da sua Reforma, Chávez vem impondo-os pela via das "leis habilitantes", que a Assembleia (de sua propriedade) aprova sem alterar uma vírgula (Krauze, 2013, p. 345).

Em um malabarismo hermenêutico, "o TSJ convencionou que mesmo que não se pudesse apresentar outra vez a reforma, os conteúdos desta podiam-se aprovar mediante leis e emendas constitucionais (López Maya & Lander, 2012)." E foi o que Hugo Chávez fez, por meio das leis habilitantes.

Ao que parece, o que o Presidente Chávez queria garantir antes de qualquer coisa era a sua reeleição indefinida. Passado o 2-D, por meio de uma lei habilitante, o Presidente impôs uma emenda dando direito à reeleição sem limite. No dia 17 de fevereiro de 2009 – portanto, pouco mais de um ano do 2-D –, com uma margem de quase 10% de vantagem em mais um referendo, a população aprova a emenda que altera o texto Constitucional e dá direito ao presidente da república, governadores e prefeitos a se candidatar a reeleição para o mesmo cargo quantas vezes quiser.

A derrota no 2-D pode ter ocorrido também pela falta de diálogo dentro do chavismo, onde Hugo Chávez sempre teve a última voz, como se tivesse a verdade e a certeza de tudo, não podendo ser questionado. "Durante longos anos, as críticas não chegaram aos ouvidos do presidente. A razão dessa carência reside no vínculo muito estreito que existe entre o movimento bolivariano e seu líder (Wilpert, 2008)."

Esse vínculo gerou o sentimento de dependência de uma parcela da população sobre o Presidente da República. Como afirma Wilpert, apoiador de Chávez, "o movimento depende de Chávez tanto quanto Chávez depende de seu movimento. Essa dependência tornou quase impossível o questionamento das decisões presidenciais sob a alegação de que isso poria em risco a unidade do movimento (Wilpert, 2008)".

Chávez reforçou essa dependência com as missões, que dão aos venezuelanos não apenas serviços públicos, mas, em alguns casos, dinheiro propriamente dito, semelhante ao Bolsa Família brasileiro. Ao mesmo tempo, obteve da Assembleia Nacional os poderes que desejava.

> A aprovação no passado 31 de janeiro [de 2007] da lei Habilitante por parte da Assembleia Nacional (AN) é um fato político de suma importância para a democracia venezuelana. Os termos da habilitação são de tal amplitude que permitem ao executivo nacional legislar praticamente sobre qualquer aspecto da vida nacional por um lapso de dezoito meses. Este fato se produz em circunstâncias nas quais o Presidente mantém um grau de controle sobre o resto dos poderes nacionais sem precedente na história do país: a AN que outorga a habilitação é uma assembléia monocolor que atua como um instrumento do Executivo, e portanto, não é de se esperar que a mesma exerça suas faculdades de controle político sobre tal habilitação, assim como tampouco é de esperar um controle jurídico por parte do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) (Ricardo Villasmil Bond, 2007).

Tendo o controle de todos os poderes do país, não era de se esperar que Chávez saísse derrotado do 2-D. E por ter o controle dos poderes é que, depois da derrota, passou a agir de uma maneira muito específica, criando um Estado com características bem particulares, que incluem a centralização o poder, o controle das instituições, a polarização da sociedade, a militarização do país, ao mesmo tempo em que não apenas não é socialista como também gere de maneira ineficiente o capitalismo que se mantém na Venezuela. Tudo isso feito com extremoso populismo, um personalismo que lembra os tempos áureos do comunismo do mundo bipolarizado, persegue os adversários e a imprensa, busca consolidar o PSUV como partido único e não consegue manter os ganhos sociais do segundo período do governo Chávez. Tudo isso acontecendo ao arrepio das leis e da Constituição, que parecem ser apenas sugestões de conduta para o chavismo e não uma imposição legal.

5.2 Características do Estado chavista.

É interessante começar aqui com palavras da professora da Universidade Central da Venezuela (UCV) Margarita López Maya, antes festejada pelos chavistas, hoje crucificada e chamada de traidora. Em texto recente, a professora escreve:

> Aqui há uma crise política que o Governo tenta superar sem reconhecimento nem diálogo com os representantes da metade do país que votou contra ele. Depreza e reprime partidos, grêmios, sindicatos e organizações sociais que reclamam direitos ante estas dificuldades (López Maya, 2013b).

Outra posição importante é a do opositor ao chavismo Teodoro Petkoff, que identifica no governo de Hugo Chávez questões semelhantes ao apontado pela professora López Maya. Escreve Petkoff:

> Reproduz o chavismo, aumentados, os piores vícios do populismo latinoamericano e venezuelano, acompanhados de um rompante autoritarismo, do controle autocrático de todos os poderes do Estado e de um forte militarismo. Existe uma onipresença militar em todos os âmbitos da administração pública e a tendência à militarização do próprio corpo social, não só mediante a criação da Milícia Nacional Bolivariana, adscrita à FAN [Força Armada Nacional], mas também de diversos corpos paramilitares de camponeses, estudantes, trabalhadores e empregados públicos que, embora bem mais precários, proliferam por todo o país. Adicionalmente, desde que Chávez colocou em órbita o conceito do "Socialismo do Século XXI", tornou ostensiva a vocação totalitária, expressada em uma propensão ao controle institucional e ideológico da sociedade e não tão somente dos poderes públicos (Petkoff, 2010, p. 31).

O trecho acima detecta importantes características do Estado venezuelano nos governos de Hugo Chávez, porém mais afetas ao período de 2007 a 2012, aqui denominado Estado chavista. Petkoff complementa:

> O chavismo se apóia em quatro grandes pivores: a Força Armada Nacional; uma ainda vasta classe popular integrada pelos setores mais pobres da cidade e do campo (...); a chamada "boliburguesia" ou "burguesia chavista" e a alta e frondosa burocracia do Estado. O regime é personalista. Chávez é o alfa e o ômega do exercício do mando e seu comportamento é tipicamente caudilhesco. Vem a ser o último dessa estirpe, tão latinoamericana e tão perniciosa, dos caudilhos; personagens que atuam como se não existisse mais limite a seu poder, na sociedade e/ou no governo, que o de sua própria vontade (Petkoff, 2010, p. 31).

Teodoro Petkoff resumiu nas citações acima o sentimento de vários setores da sociedade venezuelana e as conclusões a que diversos pesquisadores de diversas universidades, como a UCV, com sede em Caracas, e a Universidade dos Andes (ULA), de Mérida, as principais da Venezuela.

No início do governo Chávez, nos idos de 1999, apontar a tendência para um comportamento caudilhesco e militarista, ainda que tivesse sido o protagonista da tentativa de golpe de 1992, pareceria simplesmente coisa da oposição, contudo, o passar dos anos e o desenvolvimento do estilo chavista de governar mostraram que vários pensadores tinham razão na sua antevisão do que viria a viver a Venezuela.

No último período, Chávez já tinha perdido a admiração, a amizade ou o apoio de muita gente, a exemplo de pensadores como Heinz Dietrich, o homem que

idealizou o Socialismo do Século XXI, e Noam Chomsky – principalmente depois da prisão da juíza María de Lourdes Afiuni –, além de amigos, como o General Raúl Isaías Baduel.

A discórdia que quebrou a amizade entre Chávez e Dietrich ocorreu em 13 de agosto de 2005, no Festival Mundial da Juventude. Em sua fala, no Teatro Teresa Careño, Dietrich afirmou:

> Aqui não há socialismo no sentido histórico do termo. O que se faz é criar as condições para uma sociedade mais justa [...]. A Venezuela estava destruída por uma má administração e a estratégia que escolhe o Presidente Chávez para reconstruí-la é a mesma que usou a Alemanha depois de sua destruição, em 1945: a economia social de mercado [...]. O socialismo do século XXI seria a transição do atual para uma economia que não será para o crescimento individual [...]. A ideia seria voltar [...] à economia de equivalências, democraticamente planejada pelos cidadãos, que não opera sobre os preços mas sobre o valor (o tempo investido no produto) [...] (Dietrich, 2011).

Essas palavras foram suficientes para que Hugo Chávez não fizesse mais contato com o professor Heinz Dietrich. O Presidente Chávez fez o encerramento do evento dizendo que o socialismo será sempre cristão e bolivariano. Depois do discurso, saiu sem falar com Dietrich, que até aquele dia era considerado amigo de Chávez.

Conforme foi perdendo apoiadores importantes, no intuito de se manter no poder, Chávez buscava cada vez mais o apoio popular, intensificando ao mesmo tempo seu populismo e o desprezo às instituições. Criou outras missões, cujos beneficiários passaram a receber dinheiro diretamente do governo, por meio de um cartão magnético – mesmo procedimento do governo brasileiro com o programa Bolsa Família –, ou receber uma unidade habitacional, com a possibilidade de que a moradia fosse entregue totalmente equipada com móveis e eletrodomésticos.

O socialismo do século XXI deixou de significar a procura de uma mudança nos fundamentos da economia para ser apenas a manutenção do chavismo no controle do Estado venezuelano a qualquer custo, inclusive assaltando o próprio Estado, tornando este um instrumento do bloco chavista no poder para oprimir os opositores.

A maneira de Hugo Chávez governar a Venezuela, com destaque para o último período, permitiu que fossem identificadas pelo menos dez características fundamentais que compõem o Estado chavista: centralizador, controlador e polarizador, militarista, capitalista com ineficiência, antiimperialista seletivo, populista e personalista, perseguidor, com desprezo pela Constituição e pelas leis, em busca de

impor um partido único, e com ganhos sociais em declínio. Essas características estão detalhadas abaixo.

5.2.1 Centralizador (Comunas como meio de centralização do poder).

Desde que se falou em protagonismo popular, em participação direta do povo nos assuntos do Estado, o governo Chávez se empenhou em manobrar os seus apoiadores da forma como mais aprouvesse a fim de ter a legitimidade numérica necessária diante das muitas contestações, que chegavam como avalanche.

Para isso, Hugo Chávez teve o cuidado de incentivar a participação de vários setores populares em praticamente tudo que ele idealizasse e em tudo que pudesse sofrer resistência por parte de certos setores da população. Não foi por acaso que Chávez percorreu o país depois que saiu da prisão em 2004, como já foi descrito anteriormente.

Durante esse período surgiu a idéia de se escrever uma nova Constituição. Quando se iniciou o período constituinte, houve grande participação porque o governo e seu pessoal iam até as comunidades discutir pontos importantes da nova Carta Magna. Tornou-se comum as pessoas que se identificavam com Chávez atenderem a seus chamados para o que quer que fosse, como passeatas em seu favor e manifestações de apoio pelas ruas a fim de se opor às campanhas da oposição, por exemplo.

Quando o Presidente foi preso durante o golpe de 2002, as pessoas exigiram o retorno do chefe maior do país e não arredaram o pé das ruas, de frente dos quartéis e do Palácio Miraflores, até que Chávez fosse visto outra vez e reassumisse seu posto, conquistado democraticamente pelo voto direto e universal.

Quando Chávez pediu que as pessoas se organizassem para estudar o pensamento de Simon Bolívar, criando assim os chamados Ciclos bolivarianos, rapidamente vários grupos atenderam ao chamado e iniciaram oficialmente suas atividades. Os Ciclos chegaram inclusive a ser criados em outros países, como o Brasil.

Mais tarde, Hugo Chávez propõe que se criem Conselhos Comunais, espécies de associações de moradores com status institucional e com direito a receber recursos do governo e a decidir como os recursos serão utilizados.

A professora Margarita López Maya aponta a existência de quatro mecanismos de relacionamento direto entre o Presidente da República e a população,

entre o líder e suas bases, como manter o país em campanha permanente, criar e manter forte e vasta infraestrutura midiática com televisão, rádio, internet, chamada sistema de meios públicos, e as mais de trinta missões e grandes missões. Porém, talvez mais importante do que tudo isso, é a relação de dependência a Chávez por meio dos chamados Conselhos Comunais. Como escreve López Maya:

> ...mecanismo poderoso foi o incentivo de Chávez à construção de uma grande rede popular e organizada na periferia das cidades venezuelanas, diretamente ligada à sua pessoa. Os conselhos comunais, que no final de 2012 chegaram a ser mais de 40 mil, foram sendo transformados em uma rede clientelista direcionada a partir a partir do topo, que em troca de recursos para os projetos das comunidades, exigia lealdade política a Chávez e à sua proposta socialista (López Maya, 2013c, p. 19).

Desses mais de 40 mil conselhos comunais, em 2013 o governo divulgou que apenas três haviam sido fiscalizados, e desses três todos tinham irregularidades, principalmente desvios de recursos financeiros.

Os Conselhos Comunais são o embrião das comunas, que viriam a compor o que Chávez chamou de Estado Comunal. Na proposta de reforma constitucional, que viria a permitir a consecução do Socialismo do Século XXI, buscava-se institucionalizar o Estado Comunal.

A derrota no referendo de 02 de dezembro de 2007 não desanimou o Presidente da República que, apesar do impedimento constitucional, forçou a aprovação das leis rejeitadas na reforma por meio de uma Lei Habilitante. Reza o texto constitucional:

> ***Artigo 345.*** Declarar-se-á aprovada a reforma constitucional se o número de votos afirmativos for superior ao número de votos negativos. A iniciativa de reforma constitucional que não seja aprovada não poderá ser apresentada de novo em um mesmo período constitucional à Assembleia Nacional (República Bolivariana de Venezuela, 2009, p. 344).

Usando-se de um malabarismo hemenêutico, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) autorizou a aprovação das leis rejeitadas, o que ratifica as palavras de Eladio Aponte Aponte, ex-militar, ex-ministro do TSJ, hoje exilado nos Estados Unidos, que afirmou que semanalmente um emissário do Presidente fazia reunião na corte para dizer o que o chefe de Estado queria.

> Assim, uma significativa transformação do Estado foi sendo feita por meio de diversos instrumentos legais e administrativos, como leis promulgadas pelo Executivo, algumas delas orgânicas, reformas de

> leis, interpretações, regulamentos. Tudo isso foi possível devido à enorme popularidade e legitimidade do presidente, à subordinação do TSJ e à fragilidade das forças políticas de oposição (López Maya, 2013c, p. 19-20)

Como escrevera Marx sobre todas as revoluções, ao contrário de enfraquecer, Chávez tem fortalecido o Estado, que é, segundo os marxistas, instrumento de opressão sobre as classes menos favorecidas. Todos os conselhos comunais são um mascaramento de liberdade, pois se dá a impressão de que as pessoas são protagonistas, quando em verdade o poder na Venezuela tem sido outorgado à população – e a população entende que seu poder emana do Estado – , o que só tem aumentado o poder do Estado e do chefe de Estado.

Em discurso durante a inauguração do Centro Integral Produtivo Socialista Coronel Antonio Nicolás Briceño, o próprio Chávez confessou que o texto constitucional não contemplava a existência da figura do poder popular e dos conselhos comunais, e disse que era preciso incluir isso na Constituição para fazer o país avançar para uma nova Era[25]. Ocorre que depois da rejeição à proposta de inclusão da matéria na Constituição, Chávez fez aprovar a Lei das Comunas e a Lei dos Conselhos Comunais, a despeito de não ter base constitucional para isso.

> Chávez quis "reformar" no ano de 2007 a Constituição que ele mesmo propôs no ano 1999. E para enorme tristeza nossa, a ausência de instituições independentes ocasionaram que essa Constituição de 1999 esteja vigente só formalmente, pois já foram aprovados um sem-fim de leis, entre elas as chamadas "Leis do Poder Popular", que estabeleceram o que estava contido na proposta de reforma constitucional de 2007 e que o povo havia rechaçado (Vigilanza García, 2012, p. 89).

Para o professor Edgardo Lander, o "processo político venezuelano continua marcado por uma profunda esquizofrenia. A mobilização social desencadeada desde a posse de Chávez despertou da apatia as maiorias. Elas sentem-se donas do país."[26] O professor explica que as pessoas querem participar, e de fato o fazem dentro dos Conselhos Comunais e em outros espaços de ação coletiva. No entanto, muitas vezes, o Presidente aparecia na televisão dizendo que tinha decidido sobre tal tema, assunto

---

[25] Do blog do Movimento 13ª – Notícias em movimento, de julho de 2007. Disponível em http://movimiento13deabril.blogspot.com.br/2007/07/chvez-poder-popular-centro-reforma.html. Acesso em 12 de outubro de 2013.

[26] Entrevista de Edgardo Lander concedida ao sítio eletrônio Outras Palavras, em 28 de janeiro de 2010. Disponível em http://www.outraspalavras.net/2010/01/28/o-chavismo-em-seu-curto-circuito/. Acesso em 15 de outubro de 2012.

debatido nas reuniões do conselho, e a agremiação fica a se perguntar para que servira a reunião. Lander acrescenta na mesma entrevista que de fato os setores populares se reúnem, mas "a mobilização foi desencadeada pelo Estado e dele depende fortemente"[27].

> Segundo Teodoro Petkoff, a participação política que se dá no interior dos centros comunais é em si mesmo positiva. Mas qual é o sentido dessa participação além da possibilidade de administrar o orçamento outorgado sob condições pelo ***Estado chavista*** (grifo nosso)? Não é uma participação orientada para o trabalho e sim para o gasto (Krauze, 2013, p. 349).

No Estado chavista, é o Estado, e não o povo, que tem o poder e que pode autorizar o uso de ações de poder a setores da sociedade, como o que ocorre com os Conselhos Comunais, porém tudo controlado pelo Estado, que pode decidir por retomar o poder outorgado, pode desautorizar o exercício desse fictício poder.

> Para o secretário geral nacional do partido Bandeira Vermelha, Gabriel Puerta Aponte, a oferta do modelo chamado socialista ou do poder popular é uma grande mentira que engana a população com um suposto poder que não lhes será entregue. Puerta Aponte (...) assinalou que na Venezuela, longe de existir uma corrente socialista, instaurou-se há anos um capitalismo de Estado no qual a produção foi deixada de lado para dar espaço à importação de produtos, que em décadas passadas fabricavam os venezuelanos (Marval Esteves, 2012).

O governo quer fazer crer que tem transferido poder para as massas populares, e chega a convencer alguns de que isso seja verdade. Marcelo Buzetta, por exemplo, afirma que "é preciso entender que Hugo Chávez está no governo, mas não detém o poder, pois este ainda está concentrado nas mãos dos proprietários dos meios de produção (Buzetto, 2012, p. 340)," posição refutada aqui neste trabalho, que toma como verdade o fato de Hugo Chávez ser o líder do bloco no poder e o detentor do poder do Estado e das empresas pertencentes a este.

O jornalista José Vicente Rangel, em entrevista a Enrique Krauze, não escondeu que existia concentração de poder nas mãos de Chávez, apenas culpou a oposição pelo poder acumulado pelo Presidente.

> A oposição não quis entender isso. Tomou primeiro o atalho da conspiração, depois a greve petroleira, 63 dias no país inteiro. Hoje reconhecem que foi uma aventura. Quando houve eleições parlamentares (...) abstiveram-se e deixaram toda a assembléia para o chavismo. *Há concentração de poder, sim* (grifo nosso), mas quem é responsável? Não é Chávez (Krauze, 2013, p. 303)!

[27] Idem.

Afirmar a existência de concentração de poder em Chávez é uma sinceridade pouco comum entre os chavistas, porém importante para se compreender que o Presidente não buscou a concentração do poder para passá-lo à população, que pode até ter ações de poder, desde que controladas pelo Presidente da República.

> Na Venezuela, os poderes aparecem fundidos no executivo. O Parlamento, dominado pelo oficialismo, não se apartou uma vírgula das linhas de Miraflores; tampouco se atrevem a fazê-lo as instituições destinadas a controlar a presidência. A Controladoria e a Fiscalia – que foram decisivas, por exemplo, na destituição de Carlos Andrés Pérez – estão em mãos de acólitos de Chávez; de fato, o Fiscal Geral da República foi seu primeiro vice-presidente. Ainda mais se teme que – graças a uma reforma legal de 2004 – o Tribunal Supremo de Justiça fique logo dominado por magistrados oficialistas. Nesse caso, o mandatário fica blindado. Nenhuma querela contra ele – ao redor de uma dúzia repousa na Fiscalia – pode o ameaçar. Hugo Chávez é o presidente Venezuela com maior acumulação de poder desde 1958 e o exerce de maneira personalista (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 380-381).

A Lei dos Conselhos Comunais, de 26 de novembro de 2009, prevê que estes terão precedência sobre os estados e os municípios. Os Conselhos Comunais receberão recursos públicos cuja aplicação será fiscalizada por uma Comissão Presidencial do Poder Popular com membros designados diretamente pelo Presidente. Em outras palavras, aqueles que foram eleitos pelo voto direto passam a ser menos importantes do que essas entidades criadas por leis sem aparo na Constituição, que também foi aprovada pelo voto direto.

Ultrapasse-se o poder das outras entidades federadas com os Conselhos Comunais, mas não se desfaz o Estado, cujo chefe se torna ainda mais forte. Os Conselhos são liderados por um porta-voz (vócero), que não tem autonomia e que pode ser trocado a qualquer momento, ficando à mercê dos grupos. A Professora Margarita López Maya vê nos Conselhos Comunais a mais forte concentração de poder nas mãos do executivo.

> Em vez de alcançar uma maior descentralização do poder do Estado, para dar espaço ao fortalecimento da sociedade, ao empoderamento das organizações populares e à cidadania plena das pessoas; avançamos para a recentralização do Petroestado, o fortalecimento desta frente à sociedade e ao uso direcionado desde cima das organizações comunitárias para os fins "socialistas" do projeto político do Presidente e suas forças sociopolíticas, um projeto que foi rechaçado pelos venezuelanos em dezembro de 2007 mediante o mecanismo da democracia direta do referendo constitucional (López Maya, 2012).

Depois de divulgar essa sua posição, Margarita López Maya, antes festejada, passou a ser, para os chavistas, mais uma inimiga do chavismo, alguém que havia sido seduzida pela direita golpista, fascista da Venezuela, uma opositora a ser combatida. Não, a professora não era mais uma cientista social, uma historiadora, que observava seu país com o olhar da ciência, era apenas mais uma inimiga que ainda não havia se declarado.

A professora da UCV observou ainda que os Conselhos Comunais (CC) "também se desdobram em células políticas do PSUV em períodos eleitorais. Por isso sua tendência é se constituir em uma estrutura do Estado, concebida verticalmente de cima para baixo e que funciona ao mesmo tempo como uma vasta rede clientelista (López Maya, 2012)." Em vez de ser a autonomia em relação ao Estado, é a submissão a este, tornando-se, inclusive, parte da estrutura estatal.

O jornalista Teodoro Petkoff também observa em um de seus editoriais que "nas já criadas [comunas], seus integrantes são membros do PSUV e é rechaçada a presença de quem não o seja. De igual maneira, é rechaçada a criação de comunas por setores populares que não tenham vínculos com o chavismo (Petkoff, 2012)."

O uso dos Conselhos Comunais e de membros das comunas para fins políticos não é escondido. Membros do governo pedem aos Conselhos Comunais, pela televisão, que se engajem nas campanhas eleitorais.

> Todas as experiências totalitárias que existiram (e que ainda existem), desde a soviética, na URSS e seu império centro-europeu, a China de Mao, até a cubana e a coreana do Norte, únicas sobreviventes do que uma vez regeu os destinos de quase a metade do planeta, criaram organismos que supostamente exercem o poder do povo e que, na realidade, fortalecem o poder ditatorial do partido e do Estado (Petkoff, 2012).

Em 13 de dezembro de 2012, o Estado chavista aprova a Lei Orgânica das Comunas (LOC), pela qual se define o Estado Comunal. Com este, o Estado chavista buscava criar o "espaço socialista". As comunas, base do Estado Comunal, poderão existir sem depender dos limites territoriais de estados e municípios.

> Este Estado Comunal é um Estado não liberal, onde as designações e decisões se originam em assembleias. Onde a representação eleita por sufrágio universal, direto e secreto é substituída pela figura das vocerias[28]. Os porta-vozes são pessoas sem liberdades de consciência, designadas e revogáveis pela assembleia (López Maya, 2012).

[28] Entidade ocupada por um porta-voz (vócero).

A Comuna, na Venezuela, tem as seguintes características: primeiramente, ela, como um todo, incluídos aí os membros e seus porta-vozes, é ligada diretamente ao Presidente da República, que comanda toda a Comuna, podendo aceitar ou destituir membros, nomear ou demitir o porta-voz; é um nicho de soldados – para usar um termo militar – prontos para o combate, seja em campanhas eleitorais, seja para realizar manifestações de apoio ao Presidente e a seu projeto ou ainda para causar pânico; são uma espécie de braço operacional do PSUV; depois, as Comunas são controladas por chavistas, que rechaçam a presença de qualquer outro pensamento no seio da organização; finalmente, as Comunas são administradas de modo a facilitar o desvio de verbas públicas. Toda essa estrutura organizacional criada pelo Estado chavista coloca sempre sob a tutela do Estado a classe dominada, que não exerce autonomia sobre sua própria vida.

No Programa de Gotha, Ferdinand Lassalle havia proposto a criação de cooperativas subvencionadas pelo Estado e controladas pelos trabalhadores, a que Karl Marx se opôs com veemência.

> A organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da "subvenção estatal", subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção "criadas" por *ele*, e não pelos trabalhadores. É algo digno da presunção de Lassalle imaginar que, por meio de subvenção estatal, seja possível construir uma nova sociedade da mesma forma que se constrói uma ferrovia (Marx, 2012, p. 40)!

A situação na Venezuela não difere muito do que Marx criticava em Lassalle porque até agora o que tem sido pregado como libertação da classe trabalhadora que assume um papel protagônico é na verdade a submissão dessa classe ao Estado chavista.

"No que diz respeito às atuais sociedades cooperativas, elas *só* têm valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses (Marx, 2012, p. 41)", completa Marx em outra passagem. É uma posição contrária ao Estado, coerente com sua posição de que este é instrumento da burguesia para opressão das massas trabalhadoras.

"O autor de O Capital não era contra as cooperativas (Löwy, 2012, p. 12)," mas compreendia que elas tinham que ser criadas e controladas pelos trabalhadores sem a interferência do Estado, como propunha Ferdinand Lassalle.

Depois da experiência da Comuna de Paris, Marx percebeu que ali estava o embrião do socialismo, e assim, depois que se tornaram comunistas, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a China de Mao Tsé-Tung criaram comunas. Entre 1918 e 1919 os russos já tinham comunas.

A China, com o seu Grande Salto Adiante[29], também criou comunas, consideradas o caminho para se chegar ao comunismo. As comunas chinesas também eram comandadas pelo partido comunista chinês.

As duas experiências fracassaram, e inclusive teriam sido a principal causa da escassez e fome pela qual passou a China na segunda metade do século XX. As comunas chinesas duraram até 1984. "Devido ao sério desvio da realidade que era 'o Grande Salto Adiante' e a Comuna Popular, a economia chinesa entrou em extrema crise. Nesses três anos [1959, 1960 e 1961], a produção agrícola caiu 22,8% (Ballesteros, 2013)," e só voltou a crescer depois que o governo autorizou o uso privado de glebas.

Na Venezuela, até 2013, as comunas chavistas tinham sido mais exemplo de fracasso do que perspectiva de melhoria na vida dos cidadãos. O fracasso das comunas na URSS, na China e na Venezuela pode ter suas raízes em situação semelhante ao que ocorreu na França ainda nos tempos de Karl Marx.

> Precisamente o poder repressivo do governo centralizado até então existente, o poder do exército, da polícia política e da burocracia criados por Napoleão em 1789 e, desde então, assumido por todo novo governo como um conveniente instrumento e usado contra seus adversários, precisamente este poder devia cair por toda parte, do mesmo modo como já caíra em Paris (Engels, 2011, p. 195).

Assim como em Paris, o poder do Estado na URSS, na China e na Venezuela de Chávez não caiu, ao contrário, fortaleceu-se. Esses três países, porém, como as comunas foram criadas tuteladas pelo Estado, engendraram uma comuna diferente da que se deu em Paris.

> Desde o primeiro momento, a Comuna teve de reconhecer que a classe trabalhadora, uma vez no poder, não podia continuar a operar com a velha máquina estatal; e que essa classe trabalhadora, para não tornar a perder o poder que acabara de conquistar, tinha de, por um lado, eliminar a velha maquinaria opressora até então usada contra ela,

[29] Em 2005, Hugo Chávez fez publicar documento semelhante na Venezuela, inclusive com o mesmo título. No documento, de autoria de Haiman El Troudi (2005), expõe-se sobre a passagem para uma nova etapa, que é a socialismo do Século XXI. O documento está disponível em formato eletrônico no endereço eletrônico da Presidencia da República Bolivariana da Venezuela.
http://www.presidencia.gob.ve/doc/publicaciones/otras_publicaciones/el_salto_adelante.pdf.

> enquanto, por outro lado, tinha de proteger-se de seus próprios delegados e funcionários, declarando-os, sem qualquer exceção, como substituíveis a qualquer momento (Engels, 2011, p. 195-196).

Nos 72 dias em que durou, A Comuna de Paris de fato modificou, embora apenas naquele território de poder, a estrutura do Estado, ou melhor, criou as bases para um Estado completamente novo.

> Em que consistia o traço característico do Estado até então existente? A sociedade havia criado, para a consecução de seus interesses comuns, seus próprios órgãos, originalmente por meio da divisão simples do trabalho. Mas esses órgãos, tendo em seu ápice o poder estatal, converteram-se, com o passar do tempo e em nome de seus próprios interesses, de servidores da sociedade em senhores dela (Engels, 2011, p. 196).

Esse Estado que existia até a eclosão da Comuna de Paris, conforme descrito na citação acima, não difere muito do que existe hoje na Venezuela de Maduro nem nos períodos de Chávez. Na Venezuela, é pelo poder do Estado que é possível que uma fração de classe submeta a seu comando as outras classes e as outras frações de classe, sobretudo porque o Estado detém também o poder econômico e a legitimidade do uso da violência.

> Como a renda que gera o petróleo vai para o governo, nos Petroestados se produzem dois fenômenos. O primeiro, a concentração do poder nas mãos do monarca, chefe do Estado ou presidente da República. O segundo ocorre devido a que como se trata de um ingresso que não é produto do trabalho, quem domina o petróleo se sente com muito poder e isso o leva a magnificar os objetivos do país e querer se transformar em líderes mundiais ou a suas nações em potência (Guerra, 2012).

A Comuna de Paris procurou destruir esse tipo de Estado poderoso, como Engels descreve.

> Contra essa transformação do Estado e dos órgãos estatais de servidores da sociedade em senhores da sociedade, transformação inevitável em todos os Estados até agora existentes, a Comuna lançou mão de dois meios infalíveis. Primeiro, ela ocupou todos os cargos – administrativos, judiciais e educacionais –, por meio de eleição pelo voto de todos os envolvidos, dando a estes o direito de demitir os eleitos a qualquer momento. Segundo, ela pagava a cada servidor, de alto ou baixo escalão, apenas um salário igual aos dos outros trabalhadores (Engels, 2011, p. 196).

Na Venezuela, praticamente nada disso aconteceu. O Estado continuou a funcionar da mesma forma como era no período do puntofijismo. Continuou a ser "uma

máquina para a opressão de uma classe por outra (Engels, 2011, p. 197)", com a diferença que agora o Estado venezuelano está funcionando com grande concentração de poder nas mãos do executivo.

Engels via o Estado como uma instituição transitória, que deveria ser substituído pela Comuna, conforme trecho abaixo:

> Não sendo o Estado mais do que uma instituição transitória, da qual alguém se serve na luta, na revolução, para submeter violentamente seus adversários, então é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda *faz uso do* Estado, ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários e, a partir do momento em que pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal. Por isso nossa proposta seria substituir, por toda parte, a palavra *Estado* por *Gemeinwesen*, uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune* (Engels, 2012, p. 56).

Se o Estado venezuelano goza de cada vez mais poder, então o seu desaparecimento está cada vez mais distante, principalmente porque o bloco que hoje ocupa o poder central na Venezuela folga em usar o poder do Estado para fazer valer seu projeto de poder. A fração de classe que hoje domina a Venezuela usa o Estado para submeter seus adversários. A criação das Comunas não tem outro propósito senão reduzir os poderes intermediários e concentrar na figura do Presidente da República.

O Estado Venezuelano pode mudar, mas está não apenas cada vez mais distante de desaparecer como está cada vez mais fortalecido. Existem até propostas para, já em 2014, acabar com as prefeituras e câmaras municipais do país (Lugo-Galicia, 2013), porém sem que isso altere o poder no Estado, que continuará sob o comando do Presidente da República.

O que Hugo Chávez implantou na Venezuela foi algo diferente do que apregoa. "É um Estado hierárquico e vertical, onde organizações comunitárias dependem diretamente do presidente e atuam como gestoras de políticas públicas, administrando em seu nome os recursos (López Maya, 2013c, p. 20)," esclarece a professora da UCV.

Na Venezuela, pessoas comuns, inclusive membros de Conselhos Comunais, são praticamente unânimes em afirmar que, dentre outras razões, o fato de os operadores do orçamento destinado à comunidade realizarem o trabalho voluntariamente faz com que essas pessoas, por não terem trabalho e não poderem fazer outra coisa, usem o dinheiro público para suas despesas pessoais, constituindo-se assim em desvio de verba. Em outros casos, as pessoas autorizadas a retirar o dinheiro no

banco para os Conselhos Comunais desviam o dinheiro para outros fins, como a compra de veículos automotores. Quando denunciadas, essas pessoas são ouvidas por membros do PSUV e não pelos órgãos de controle. O dinheiro que mantém as obras e os recursos desviados vem da riqueza do petróleo.

> O petro-Estado se financia com uma abundante renda extraída do mercado externo em razão do petróleo ser uma mercadoria estratégica para a economia mundial, o que provoca que as elites e burocracias governantes tendam a se separar da sociedade, escapar do controle dos cidadãos, produzindo uma forte tendência à ineficiência, corrupção e implementação de projetos ambiciosos e fantasiosos (López Maya, 2013c, p. 21).

O que a professora afirma na passagem acima já é a realidade na e da Venezuela, e as Comunas e Conselhos Comunais, da maneira como foram estruturados, só têm servido para ratificar, perpetuar e aprofundar a ineficiência, a corrupção e o autoritarismo surgidos sem máscara no Estado chavista.

5.2.2 Controlador e polarizador.

O rompimento entre Hugo Chávez e Heinz Dietrich em razão do posicionamento do intelectual é um claro exemplo de como o primeiro trata suas relações tanto pessoais como políticas. Só aceita o que estiver de acordo com sua vontade, o que estiver sob seu controle.

Não existe mais dúvida – e na verdade isso já vem de bastante tempo, porém sempre mais e mais claro – de que Hugo Chávez controlava todos os cinco poderes do Estado (executivo, legislativo, judiciário, popular e eleitoral), formalmente independentes e harmônicos entre si. Não existia um movimento desses poderes que não estivesse em pleno acordo com a vontade do Presidente da República. Em outras palavras, Chávez controlava o Estado, da maneira como Álvaro García Linera imagina o Estado.

> Evidentemente uma parte do Estado é o governo, ainda que não seja tudo. Parte do Estado é também o Parlamento, o regime legislativo cada vez mais depreciado em nossa sociedade. São as forças armadas, os tribunais, as prisões, o sistema de ensino e a formação cultural oficial, os orçamentos, a gestão e o uso dos recursos públicos. Estado não é apenas a legislação, mas também o acatamento da legislação. É a narrativa da história, silêncios e esquecimentos, símbolos, disciplinas, sentidos de pertencimento e de adesão. Constitui-se

> também de ações de obediência cotidiana, sanções, disciplinas e expectativas (Linera, 2010, p. 25).

Poderia até parecer redundante afirmar que Chávez controlava o executivo, mas é importante destacar que esse controle extrapolava até os mínimos preceitos éticos arraigados na tradição democrática venezuelana. Alguns casos são emblemáticos desse controle ferrenho que o Presidente mantinha sobre a máquina do Estado e do governo.

Para seu controle mais seguro, Hugo Chávez nomeava parentes e militares de sua confiança para diversos cargos da administração do Estado, ainda que os designados não tivessem a competência para assumir o posto. Confiança era mais importante do que o conhecimento sobre a área a ser administrada.

Adán Chávez, irmão mais velho do Presidente, exerceu várias funções nos governos de Hugo Chávez, entre as quais embaixador da Venezuela em Cuba e Ministro da Educação, até se tornar governador de Barinas, o estado natal de Chávez.

Argenis Chávez, mais um irmão de Hugo Chávez, foi secretário de governo quando seu pai foi governador do estado Barinas. Acusado na Venezuela como um dos mais corruptos dentre os Chávez Frías, em 2011 foi nomeado vice-ministro do desenvolvimento Elétrico do Ministério do Poder Popular para a Energia Elétrica.

Mais tarde ocupou a presidência da Corpoelec, quando a Venezuela passou a ter mais apagões diários. Foi durante a presidência de Argenis que a Corpoelec foi usada para afixar cartazes de Hugo Chávez nos postes do centro de Caracas.

No dia 14 de junho de 2013, depois de deixar a Corpoelec, Argenis Chávez assumiu a Diretoria Executiva da Magistratura (DEM). "Com esta decisão fica nas mãos de um engenheiro a chefatura de um órgão encarregado da direção, governo, administração, inspeção e vigilância do Poder Judiciário"[30].

Jorge Arreaza, esposo de Rosa Virginia Chávez, filha mais velha de Hugo Chávez, foi presidente da Fundayacucho, vice-ministro de Assessoramento Científico e Tecnológico até se tornar vice-presidente executivo da República designado por Nicolás Maduro depois do 14 de abril de 2013.

Jesse Chacón, militar egresso da mesma academia onde Hugo Chávez se formou, integrou o grupo de tentou o golpe militar em 1992. Depois da eleição de Chávez, ocupou a Gerência Geral de Operações e a Direção Geral da Conatel. Em 2003,

---

[30] *Oficializan designación de Argenis Chávez como DEM*. Jornal El Nacional, de 14 de junho de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/Oficializan-designacion-Argenis-Chavez-DEM_0_208779169.html. Acesso em 13 de outubro de 2013.

2008 e 2009 foi designado Ministro das Comunicações, titular do Ministério do Poder Popular Para a Comunicação e Informação (Minci), ministro para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias, ministro do Interior e Justiça e Telecomunicações e Informática, Ministro do Despacho da Presidência. Ocupou cargos eletivos até ser nomeado ministro da Energia Elétrica em 2013 com o objetivo de resolver os apagões que assolam a Venezuela, inclusive Caracas.

Os militares também ocupam a direção de portos, aeroportos, Serviço Nacional Integrado de Administração Aduaneira e Tributária (Seniat) – equivalente à Receita Federal no Brasil –, Comissão de Administração de Divisas (Cadivi), bancos, dentre outros.

Durante a campanha eleitoral de 2012 – e isso se repetiu em 2013 para Nicolás Maduro –, os funcionários dos ministérios eram obrigados a participar das marchas em prol de Hugo Chávez. Vazou na imprensa o mapa com as atribuições de cada ministério na campanha de 2012. Funcionários afirmam terem sido forçados a participar dos eventos sob pena de serem demitidos em caso de ausência. Inclusive, depois da eleição de 14 de abril, vários funcionários foram demitidos por não terem votado em favor de Nicolás Maduro.

O judiciário jamais tomou uma decisão ou chegou a uma interpretação que contrariasse os desígnios de Chávez. Os malabarismos hermenêuticos permitiram a Chávez governar livremente. Até quando a Constituição proibia claramente sobre certas matérias, o TSJ autorizava com base em qualquer filigrana jurídica.

O militar da reserva e ex-ministro do TSJ, Eladio Aponte Aponte, revelou, já no exílio, que toda semana um emissário de Chávez ia ao Tribunal dizer o que queria que fosse feito, de autorizações legais até punição de inocentes, desde que estes não fossem aliados do projeto de poder de Chávez.

Quando se descobriu que Aponte Aponte era aliado do narcotraficante colombiano Walid Makled, a quem o magistrado havia outorgado uma carteira que dava a Makled livre trânsito, a AN se recusou a abrir investigação contra Aponte Aponte, ao mesmo tempo em que abriu procedimento investigativo contra Juan Carlos Caldera, deputado do partido *Primero Justicia* (PJ-Miranda) (Peñaloza, 2012), aliado de Henrique Capriles Radonski, principal opositor de Hugo Chávez nas eleições de 2012 e de Nicolás Maduro em 2013.

O legislativo nacional, além de outras atribuições, tem o papel de legislar e fiscalizar o poder executivo, mas não faz uma coisa nem outra. Comandada pelo militar

Diosdado Cabello como se comando um quartel, a Assembleia Nacional (AN) autorizou tudo o que Hugo Chávez quis, inclusive abrir mão do poder de legislar quando, no período de 1999 a 2013, o aprovou quatro Leis Habilitantes, com as quais Hugo Chávez aprovou ou reformou 215 instrumentos legais.

Nunca um chavista sofreu qualquer constrangimento legal ou mesmo regimental durante os anos de Hugo Chávez, ao contrário dos opositores, que reiteradamente sofreram agressões, inclusive físicas, sob a presidência de Cabello, considerado um dos maiores corruptos vivos na Venezuela.

O poder popular não era em nada diferente dos outros poderes no que refere a submeter-se a Chávez. As decisões do TSJ eram ratificadas e os opositores perseguidos na medida do desejo do Presidente da República. Quando surgiu o risco, que mais se concretizou, de que Hugo Chávez não pudesse se apresentar para tomar posse em janeiro de 2013, a então Procuradora Geral da República, Cilia Flores, esposa de Nicolás Maduro, vice-presidente executivo de Hugo Chávez, disse que a posse era um mero formalismo (Alfonzo, 2012). Essa declaração foi feita a despeito do que ordena o artigo 231 da Constituição:

> ***Artículo 231.*** O candidato eleito ou candidata eleita tomará posse do cargo de Presidente ou Presidenta da República em dez de janeiro do primeiro ano de seu período constitucional, mediante juramento ante a Assembleia Nacional. Se por qualquer motivo sobrevindo o Presidente ou Presidenta da República não puder tomar posse ante a Assembleia Nacional, fa-lo-á ante o Tribunal Supremo de Justiça (República Bolivariana de Venezuela, 1999, p. 273-274).

A Procuradora Geral da República declarou então que a Constituição é um mero formalismo, e é verdade mesmo quando se trata de beneficiar o chavismo, então como agora no governo de Maduro.

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) também cometeu ilegalidades e jamais foi repreendido pelo TSJ, ministério público ou pela Assembleia Nacional. Afinal, se até a Constituição é um mero formalismo, a lei eleitoral não seria diferente. Isso ficou patente quando o CNE realizou a mudança de domicílio eleitoral de sete candidatos do PSUV, juntamente com 101 familiares e aliados, fora do prazo estabelecido pela lei eleitoral com vistas às eleições de 16 de dezembro de 2012.

Mesmo com a morte de Hugo Chávez, o CNE continuou servindo ao decadente chavismo, quando se negou a fazer auditoria nos cadernos eleitorais depois da fraudulenta eleição de Nicolás Maduro em 14 de abril de 2013.

"O certo é que Chávez *bypassa* o Estado... para ficar com o Estado. *Bypassa* o Estado para construir um mega-Estado manejado por militares e burocratas e financiado pela PDVSA (Krauze, 2013, p. 348)," o que provoca ao mesmo tempo uma reação por parte dos opositores, reforçando assim a já bastante forte polarização que vive o país.

> A polarização política, mais que social, se aprofundou (*sic*) com o que Corrales denomina *arrebato do poder* (*Power grab*) por parte dos chavistas ao ascender ao governo, mediante a expansão do controle de instituições fundamentais à custa de seus opositores, com a eliminação da maior parte das instituições nas quais a oposição ou os independentes (o Congresso Nacional, o poder Judiciário) tinham alguma presença e sua substituição por instituições controladas totalmente pelos chavistas (a Assembléia Nacional Constituinte, o *Congresillo*), e a promoção e aprovação de uma Constituição ultra-estadista, antipartido, pró-militar, com limitada representação da oposição (Serbin, 2008, p. 123).

"Quem visita o país quase pode sentir que se encontra na iminência de uma guerra civil (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 368)," dizem os escritores, com certo exagero. Talvez não chegue a esse ponto, mas o sentimento de que as pessoas estão claramente em lados opostos o tempo todo é nítido. Essa divisão foge ao comum.

> No entanto, para além do enfrentamento entre a elite político-econômica tradicional e o governo, a polarização em torno de Chávez não dividiu o país de maneira homogênea. Não há uma linha que separe os ricos dos pobres ou os brancos dos negros, como muitos poderiam pensar dado o maniqueísmo com que chegou a ser tratado o assunto. Pelo contrário, pode acontecer, e acontece com freqüência, que a divisão se produza dentro de uma mesma família. Não é raro que os próprios colaboradores do governo tenham problemas com seus familiares e amigos por suas preferências políticas, algo que antes se tornava difícil de imaginar. Em uma mesma família pode haver *chavistas e antichavistas*, assim como pode havê-los dentro de uma mesma vizinhança com características sócio-econômicas familiares (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 370).

Por isso mesmo é que se pode dizer que na Venezuela a linha que divide a sociedade é vertical. Em lados opostos podem estar pessoas de mesma classe, do mesmo estamento social ou até da mesma família. Isso dificulta o argumento dos que querem insistir que a luta de classes na Venezuela se dá nos mesmos moldes imaginados como se opondo exploradores e explorados, donos dos meios de produção de um lado e do outro trabalhadores que só têm a mão de obra para vender. Nos dois lados da linha estão ricos e pobres, industriais e trabalhadores. E essa linha que separa a sociedade venezuelana se chama chavismo.

A polarização se acirra em cada disputa eleitoral, como aconteceu nas três eleições ocorridas na Venezuela entre 2012 e 2013.

> A polarização política reiterada nestas eleições [de 07 de outubro de 2012], impulsionada pelo governo e sustentada por duas opções de país percebidas pelos eleitores como opostas e mutuamente excludentes, é também um traço inusual em democracias estáveis onde consensos básicos não costumam estar em disputa. Embora os resultados legitimassem uma das opções ao dá-la como vencedora, a votação obtida pela oposta conforma uma minoria significativa que põe obstáculos a sua consolidação. Esta situação, que em sistemas democráticos convencionais convocaria ao diálogo e à construção de compromissos de governabilidade entre as forças rivais, não se busca nas polarizadas relações venezuelanas (López Maya & Lander, 2012).

Hugo Chávez morreu deixando um país dividido com forte tendência a aumentar a deterioração social se as partes não conseguirem chegar a um consenso rapidamente.

> Vai ser muito difícil para a oposição democrática da Venezuela terminar com o chavismo. O regime não só controla o Estado (e o petróleo), mas também se infiltrou até o interior da sociedade civil. Os comandos chavistas atuam nas províncias, povos e bairros, e a violência cresce "para dentro". O chavismo controla, ademais, os meios de contagem eleitoral (Mires, 2011, p. 357).

A tirar pelo governo de Nicolás Maduro, que acusa constantemente a oposição de praticar guerra econômica e sabotagem, a Venezuela ainda irá um longo tempo para encontrar a pacificação interna, que não existe mais nem mesmo dentro do governo, cindido entre duas correntes, anteriormente pacificadas por Chávez, e agora em plena disputa pelo mando

5.2.3 Militarista.

No dia 02 de fevereiro de 2012, Hugo Chávez foi ao Teatro Cátia celebrar seus treze anos no poder. Na ocasião, o Presidente da República, em resposta a declarações da oposição sobre o chavismo nas Forças Armadas, Chávez declarou:

> "(Dizem os pré-candidatos da oposição) que há que limpar a Força Armada do chavismo, terão que acabar a Força Armada porque a Força Armada é chavista. Não entenderam ainda? Teriam que acabar com a Força Armada Venezuelana porque a Força Armada Venezuelana tem Chávez no coração, na raiz, e Chávez tem a Força Armada no coração, na alma", assinalou o mandatário (Rodríguez, 2012).

É com essa idéia, de que as Forças Armadas estão a serviço de uma ideologia, de um projeto de poder encarnado no líder carismático, que Hugo Chávez, resgatando a proposição de Norberto Ceresole, entendia que se deveria organizar as Forças Armadas na Venezuela, que deixam de ser Força Armada Nacional (FAN) e recebem a adjetivação bolivariana, passando a ser FANB. Porém, bolivariano, pouco a pouco, vai deixando de ser apenas uma referência a Bolívar e vai se tornando mais e mais uma referência direta ao projeto ideológico de Hugo Chávez, ao chavismo, que é militarista desde sua gênese, e que, ao contrário do que um dia declarara, agora não apenas aceita que se fale em chavismo, como ele mesmo usa a palavra.

Não resta dúvida de que um dos pontos mais marcantes do Estado chavista é o seu caráter militarista, cuja influência na condução da Venezuela é determinante. No país, os militares se tornaram, depois da ascensão de Chávez, uma espécie de casta incrustada em todos os ramos da administração pública, não se limitando apenas aos quartéis ou às atividades castrenses. "Até na linguagem escorrem elementos que vêm dos quartéis. Em suas campanhas Chávez organiza seus seguidores em 'patrulhas' que devem se levantar ao 'toque da alvorada' para ir às urnas lutar na 'batalha' e 'derrotar o inimigo' (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 363)."

> O caso venezuelano é bastante particular pelo ingrediente militar. Chávez é um militar e, de maneira crescente na Venezuela, tem-se tornado muito visível o setor militar no governo que tem tido cada vez mais acesso a postos nos distintos níveis da administração pública. Desgraçadamente há que se dizer que a visibilidade do setor militar na Venezuela tem muito a ver com a incapacidade do mundo civil para superar as crises criadas nos anos oitenta e noventa, a crise econômica e a decomposição social e política. Não haver podido assumir respostas criativas a isso fez emergir o setor militar. Também o problema da destruição da institucionalidade do Estado tem feito com que praticamente o governo de Chávez haja recorrido insistentemente às forças armadas para suprir as deficiências da institucionalidade, por exemplo: políticas sociais, casos de emergência nos *barrios*, assistência, vacinações massivas, serviço odontológico etc. Ou de diferentes casos de Missões, por exemplo a Missão Mercal que é a de comercialização e distribuição de alimentos está nas mãos do setor militar (López Maya et al, 2006, p. 64-65).

O militarismo na Venezuela de Chávez é mais forte do que em todos os governos civis anteriores, e provavelmente até mais do que em governos declaradamente militares. Uma definição bastante adequada de militarismo está reproduzida na citação abaixo:

> O *militarismo* se define, conforme o dicionário da Real Academia da Língua Espanhola, como "o *predomínio do elemento militar no governo do Estado*"[31]. "A *intromissão ou excessiva participação dos militares na política, nos negócios públicos, na organização social, com abandono de suas específicas funções de dispor a defesa nacional ou com perigosa acumulação de umas e outras tarefas*" (Trejo, 2006, p. 314).

Essa presença dos militares nos mais diversos espaços públicos, que tem sido constante, ininterrupta e crescente desde que o também militar Hugo Chávez assumiu o poder, já era sentida com bastante clareza desde os primeiros anos do chavismo.

> O processo de militarização dos espaços tradicionalmente civis se aprofundou. Segundo o diário El Universal, mas de 100 uniformizados, em sua maioria da ativa, ocupam cargos de direção e de confiança dentro das empresas do Estado, em serviços e institutos autônomos e nacionais, fundos governamentais, fundações e comissões especiais. E para as eleições de 2004, 14 dos 22 candidatos propostos pelo oficialismo e designados a dedo por Chávez provinham do mundo militar (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 363).

A ocupação pelos militares de espaços tradicionalmente civis fica patente com a presidência da Siderúrgica do Orinoco Alfredo Maneiro (Sidor) por um general. Durante o governo Chávez a presidência da companhia estava a cargo do general Justo Noguera Pietri, substituído em 17 de julho de 2013, pelo também general Sarmiento Márquez, já no governo de Nicolás Maduro[32].

Espraiado por mais esse braço do Estado, o militarismo, de acordo com Marcos Avilio Trejo, é uma espécie de modelo a partir do qual se podem analisar várias situações em diversos países e que são praticamente uma descrição do que ocorria na Venezuela de Chávez.

> O militarismo se converteu em uma doutrina política e em uma forma de governo, com predomínio do elemento militar sobre o elemento civil dentro de um Estado, pretendendo submeter o povo de uma nação aos mandatos do chefe ou à direção militarista do governo, sem se submeter ao estado de direito, tratando de submeter ao regime militar a sociedade civil, com a massiva participação de militares ativos ou da reserva no exercício da função pública, com excessiva participação no orçamento da Nação, com excessivos privilégios na relação com a sociedade civil, com a adoção de um sistema contrário à

[31] Nesse ponto, Marcos Avilio Trejo faz a seguinte referência (sem informar a data da publicação): CABANELLAS, Guillermo. Diccionario de Derecho Usual, T II, Edit. Heliasta. 9ª ed. Buenos Aires, Argentina . Pág 706.

[32] Para mais detalhes sobre militares na indústria pesada da Venezuela, acessar http://informe21.com/cvg/militares-tambien-controlan-gerencias-estrategicas-en-cvg-venalum-y-sidor.

> existência e funcionamento dos partidos políticos, substituído por um governo populista e autoritário, ao lado de uma conduta internacional que favorece regimes similares em outros países, em clara intromissão na política interna daqueles, em aberta violação dos princípios do Direito Internacional (Trejo, 2006, p. 314).

Olhando para o que tem sido descrito até aqui como Estado chavista e comparando com a citação, depreende-se que o Estado chavista se enquadra em boa medida nas palavras de Trejo.

No Estado chavista o elemento militar é tão importante quanto o controle da PDVSA. Pode-se afirmar que o controle desta é garantido pelas armas. A PDVSA, as forças armadas e Hugo Chávez são o tripé de sustentação do Estado chavista.

De acordo com o Professor Hernán Castillo, da Universidade Simón Bolívar, o número de generais na Venezuela chega a 1.875, um número nunca existente, nem mesmo em países em guerra (Araujo, 2013). Castillo afirma que o controle civil sobre os militares se debilitou com a chegada de Chávez ao poder. Primeiramente, porque a ascensão militar passou a ser um ato discricionário do Presidente da República, não passando mais pela Comissão de Defesa do Senado, como ocorria antigamente. No chavismo, ainda segundo o Professor, há pouco controle civil sobre os militares.

Araujo (2013) escreve, em sua matéria publicada no Tal Cual Digital, que Hernán Castillo entende que o chavismo "agudizou os problemas do passado: populismo, corrupção, militarização, atraso." E depois da morte de Chávez, o poder dos militares cresceu tanto que, na atualidade, Nicolas Maduro é prisioneiro dos militares.

O Estado de direito só é respeitado na Venezuela de Chávez quando beneficia o projeto chavista de poder. Aparte disso, o Estado de direito fica submetido aos desejos do chavismo, que persegue adversários, os meios de comunicação, prende pessoas por filigrana jurídica, retira a imunidade de parlamentares antes que estes sejam condenados ou antes mesmo que haja provas irrefutáveis contra os acusados, usa a justiça eleitoral a seu bel prazer, utiliza os recursos públicos escancaradamente para financiar campanhas eleitorais, tudo isso e muito mais em inegável assalto à legalidade. No Estado chavista, os militares garantem esses abusos e estão em todos os recantos da administração, gerenciando vultosos orçamentos e assegurando os privilégios da casta de coturnos.

Matéria mais recente do El Universal, assinada por Francisco Olivares, informa o quanto os militares foram ganhando cada vez mais importância no governo

Chávez, traduzida na ocupação de cargos importantes, em bons soldos e em melhores condições de vida.

> O informe 2011 da Agenda Nacional de Seguridad [ANS], ONG especializada em temas militares e de segurança, recorda que a partir de 1999 a FAN [Força Armada Nacional] tem seu primeiro aumento salarial de 30% e até junho de 2003 os aumentos foram de 30% cada ano. Em outubro de 2003, devido à conflitividade política no país, o Presidente anuncia que o aumento em 2004 seria entre 50 e 60%. Nos anos seguintes, desde 2005 até 2009, os aumentos se mantiveram em 30%. Em 2010 o Presidente os incrementou em 40% e em 2011 seria de 50%. Estes níveis estiveram muito acima dos aumentos nos entes públicos (Olivares, 2012).

São aumentos dos salariais que os militares recebem por sua função, sem contar com o aumento no ganho dos militares pela ocupação de importantes funções no Estado, o que permitiu não apenas uma melhora significativa no padrão de vida, mas também deu aos militares acesso ao Estado e tudo quanto nele há, ocasionando assim o enriquecimento de muitos militares, inclusive por meio de atos de corrupção, como Diosdado Cabello, um dos expoentes do chavismo, hoje considerado ao mesmo tempo um dos homens mais importantes, mais ricos e mais corruptos da Venezuela, um exemplo de boliburguês.

> Mais importante ainda foram os gastos com pessoal. Por outras vias se fortaleceu a estrutura salarial dos militares com mecanismos de compensação, prêmios e bônus, ao ponto que os complementos ao salário aumentaram em média de 2.100 %. Destaca o informe ANS 2011 que os gastos que equivaliam a 8% do montante pago em salários em 1998 hoje representam 31% do salário e as políticas de compensação que representavam 23% do montante cancelado em salários, hoje representam 71% (ONAPRE). Se dolarizarmos o salário o aumento obtido pelos militares seria de 187% nos anos da gestão do Presidente Chávez (Olivares, 2012).

Em 1999, um subtenente "ganhava 355.509 bolívares, equivalentes a dois salários mínimos, um major do exército venezuelano en 1998 ganhava 30 dólares menos que um soldado raso colombiano e 100 dólares menos que um soldado brasileiro (Olivares, 2012)," situação que Chávez inverteu com o aumento no preço do barril de petróleo a partir de 2001 e que em agosto de setembro de 2013 girava em torno de US$ 110 em virtude da crise na Síria, bem acima dos US$ 7 dólares de 1999.

Ao longo dos anos os militares foram se tornando, de maneira cada vez mais fiel, a base de sustentação do governo do Presidente Hugo Chávez, que percebeu que tinha que fazer as forças armadas – que durante tantos anos esteve a serviço de outra

classe dominante – a sua imagem e semelhança, passar a ser o bastião de permanência do chavismo.

Isso não foi feito de uma hora para outra, e depois do golpe de 2002 ficou claro para Chávez que era preciso que as forças armadas fossem moldadas de forma a atender seu projeto de poder.

Como entende o jornalista Teodoro Petkoff, crítico declarado do chavismo, "a Força Armada Nacional (FAN) constitui, na prática, tanto enquanto instituição e à margem de suas contradições internas e do maior ou menor mal-estar que possa existir em seu interior, a coluna vertebral do regime de Hugo Chávez (Petkoff, 2010, p. 32)."

Depois de abril de 2002, vários militares golpistas foram para uma reserva forçada. 980 oficiais deram baixa e outros foram relegados a trabalhos administrativos. Feita a "depuração", o Presidente começa a investir nas forças armadas, que foram reestruturadas e modernizadas com melhores equipamentos, armas e outros materiais bélicos. Até 2011, o governo Chávez havia gastado cerca de 20 bilhões de dólares com o reaparelhamento das forças armadas.

O governo também investiu nos militares, com salários cada vez melhores e com regalias que não chegam aos civis, como um programa de aquisição de automóveis para famílias de militares[33]. O programa, que deve financiar, por meio do Banco da Venezuela, inicialmente cerca de 20 mil unidades, foi anunciado em 17 de janeiro de 2013 pelo então vice-presidente Nicolás Maduro, no exercício da presidência. O financiamento será pago em até cinco anos com condições especiais e a juros fixos.

Aumentando ainda mais as fileiras militares e seu compromisso com o chavismo, durante seu governo cerca de 3 mil técnicos e suboficiais técnicos se tornaram oficiais das forças armadas, e continua a uma proporção de mais de mil por ano. O compromisso com o chavismo não é velado.

Os militares de alta patente, os mais proeminentes, incluídos aí os que assumem o ministério da defesa, têm declarado seu apoio ao projeto chavista, à "revolução" bolivariana, num claro desrespeito a sua proibição de fazer proselitismo. O ministro da defesa de Chávez, Diego Alfredo Molero Bellavia, engajou-se abertamente na campanha de Chávez e na de Maduro. Em 07 de julho de 2013 foi designado embaixador da Venezuela no Brasil.

---

[33] *Aprueban plan para dotar de vehículos a familiares de militares*. Jornal El Universal, de 17 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/130117/aprueban-plan-para-dotar-de-vehiculos-a-familiares-de-militares. Acesso em 24 de janeiro de 2013.

> Durante os três primeiros anos, o cimento ideológico para a FAN constituía a chamada Doutrina Bolivariana; (...) Todavia, de 2007 até hoje [2010], quando a "revolução" passou a se definir como "socialista", o "bolivarianismo" tem sido complementado com uma confusa prédica "marxista", ainda que muito mais retórica do que substantiva, mas que antecipa, mais adiante, uma não improvável codificação daquela prédica no catecismo marxista-leninista. A máscara de proa do empenho ideologizador recente constitui uma sorte de nominalismo, que batiza como "socialista" qualquer ato, propósito, instituição ou medida de governo (Petkoff, 2010, p. 36).

E essa é a contrapartida que os militares têm que oferecer ao chavismo: defender o projeto de poder adjetivado como socialista e bolivariano, embora ambas as caracterizações sejam inadequadas, sendo apenas resultado da manipulação que Chávez fez do mito de Simón Bolívar para benefício de seu projeto.

> A manipulação que fez Chávez do nome e do pensamento de Simón Bolívar, e sua utilização completamente sectária, não tem outro objetivo que provocar no imaginário venezuelano uma equiparação entre "bolivarianismo" e "chavismo". Não é sequer uma jogada subliminar (Petkoff, 2010, p. 37-38).

Os militares chavistas, que hoje em dia são a maioria – se não em número, pelo menos em poder –, não escondem defender o ideal de Hugo Chávez, em vez de mostrar estarem a serviço do Estado venezuelano. No Estado chavista o militarismo chavista faz uso também da referência a Simón Bolívar, também militar.

> No caso da Venezuela se soma o que se consideram executores do legado moral e do ideário do Libertador. Tomando como pretexto tais ideais desenvolveu-se um militarismo bolivariano antipartidista, que além de se alimentar do tradicional "culto a Bolívar", soube se aproveitar os fortes sentimentos contra os partidos que se haviam desenvolvido na opinião pública venezuelana (Rey, 2011, p. 200).

O general Rangel Silva disse que a FANB (Força Armada Nacional Bolivariana) "não aceitaria um comandante que não fosse Hugo Chávez e que não aceitaria um Governo da oposição (...) (Olivares, 2012)." Da mesma forma, o Almirante Diego Molera, depois que assumiu o Ministério da Defesa em lugar de Rangel Silva, não perdeu oportunidade de declarar publicamente sua defesa ao projeto de Hugo Chávez.

No dia 21 de março de 2013, o Almirante Molero baixou uma determinação obrigando a anteposição de "CHÁVEZ VIVE LA LUCHA SIGUE" ao lema "INDEPENDENCIA Y PÁTRIA SOCIALISTA... VIVIREMOS Y VENCEREMOS".

Essa defesa, ilegal, rendeu-lhe a aprovação do seu nome como embaixador da Venezuela no Brasil em 17 de setembro de 2013[34].

Essa defesa incondicional do processo chavista vem ocorrendo desde que Chávez mudou grande parte do comando das FANB depois de 2002 em oposição ao que determina a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, que no seu Capítulo III, Artigo 328, determina que as Forças Armadas são uma instituição "essencialmente profissional, sem militância política, organizada pelo Estado para garantir a independência e soberania da Nação (República Bolivariana de Venezuela, 1999, p. 332)." No mesmo Artigo 328, a Constituição ainda determina:

> No cumprimento de suas funções, [a Força Armada Nacional] está ao serviço exclusivo da Nação, e em nenhum caso ao de pessoa ou parcialidade política alguma. Seus pilares fundamentais são a disciplina, a obediência e a subordinação (República Bolivariana de Venezuela, 1999, p. 332).

A Carta Magna autoriza os militares da ativa a votar, porém não podem "optar por cargo de eleição popular, nem participar em atos de propaganda, militância ou proselitismo político", conforme está escrito no Artigo 330. Mas essa interdição constitucional não foi suficiente para barrar a filiação de militares da ativa ao PSUV, como denunciou em 06 de maio de 2012 a Associação Civil Controle Cidadão, presidida pela intelectual Roscío San Miguel.

O desrespeito a essa determinação Constitucional, que não precisaria sequer estar na Carta Magna por ser tão obviamente contrário à ética, não é novidade nascida no Estado chavista, mas no chavismo.

> Em 2003, o comandante do Exército daquele ano, o general Cruz Weffer assinalava: "O Exército venezuelano será a garantia do processo revolucionário". Junto às sucessivas manifestações políticas de ministros de Defesa e comandantes de componentes declarando sua adesão ao processo e a Hugo Chávez, vieram as mudanças na Lei Orgânica da FAN (2005), reformas da Lei (2008) e decretos tendentes a adequar as leis à nova ideologia (Olivares, 2012).

O desrespeito à Constituição foi reforçado em forma de lei. No dia 21 de março de 2011 foi aprovada a Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana, publicada no Diário Oficial nº 6.020, que traz o seguinte texto introdutório:

---

[34] *El parlamento autorizó el nombramiento de Diego Molero como Embajador de Venezuela en Brasil*. Jornal El Nacional, de 17 de setembro de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/AN-nombramiento-Diego-Molero-Brasil_0_265773576.html. Acesso em 13 de outubro de 2013.

> Com o supremo compromisso e vontade de obter a maior eficácia política, qualidade revolucionária na construção do socialismo, a refundação da Nação venezuelana, baseado nos princípios humanistas, sustentado em condições morais e éticas que perseguem o progresso da pátria e do coletivo.

"Essa Lei afilia o componente armado ao projeto político de Hugo Chávez, contrariando a Constituição de 1999 (Olivares, 2012)," mostrando assim que as Forças Armadas são postas acima da lei e da Constituição, mas subordinada à orientação discricionário do chavismo.

"Na Constituição de 1999 os grupos que se dizem bolivarianos se empenharam em eliminar (...) a norma tradicional que consagra o caráter não deliberante das forças armadas e seu apoliticismo (Rey, 2011, p. 202)," ainda que o próprio Simón Bolívar não fosse de acordo com um militar tendo direito de deliberar, pois afirmou: "o soldado não deve deliberar, e desgraçado do povo quando o homem armado delibera (Bolívar apud Rey, 2011, p. 2002)."

> Em todo caso se abriu a possibilidade (...) de que a Força Armada, como corporação, ou de grupos militares dentro dela, participe nas polêmicas políticas e que, antes de cumprir as ordens que recebe do governo civil, delibere sobre a conveniência e oportunidade das mesmas e eventualmente as desobedeça. Isso é o que ocorreu cada vez com mais freqüência, nos últimos tempos, até culminar nos atos que se desenrolaram a partir do último 11 de abril de 2002 (Rey, p. 2011, p. 203).

Em 2012, dos 23 governos estaduais disputados, 12 ficaram com militares da reserva e 11 com civis. Dos doze militares eleitos, 11 são do PSUV, e apenas um, Henri Falcón, foi eleito pela oposição para o governo do estado de Lara. Falcón, que foi suboficial da Armada e entrou para a política compondo o chavismo – do qual dissentiu mais tarde –, disputou com o tenente-coronel da Aeronáutica Luis Reyes Reyes. O estado de Lara de toda forma seria governado por um militar. Outro caso de comandante militar ocupando um cargo político é o do chefe do Governo do Território Insular Miranda, o vice-almirante Armando Laguna Laguna.

> Na Constituição de 1999 o setor militar adquiriu o direito ao voto na Venezuela e ainda que se diga que não podem fazer proselitismo político, de fato é uma nova situação dentro da democracia venezuelana que não está resolvida muito claramente. Neste momento tem um status muito mais independente do sector civil do que tinham no passado e não está muito resolvida sua subordinação ao setor civil, o que traz bastantes tensões dentro da Venezuela. Todavia, sem os setores militares não é possível pensar que o governo de Chávez houvesse sobrevivido ao golpe de 11 de abril ou que se tivesse podido

> recuperar a indústria petroleira se não tivesse entrado o setor das Forças Armadas não somente para retomar os campos mas também para tratar de apreender as máquinas, as refinarias, etc. (López Maya et al, 2006, p. 64-65).

"A ninguém se pode deixar de chamar a atenção que os únicos corruptos que parece haver no país, os únicos que foram julgados e condenados, são adversários políticos ou dissidentes do próprio campo oficialista (Petkoff, 2010, p. 35)." O Presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, por exemplo, é acusado pela oposição de ser um dos maiores corruptos da Venezuela e ligado ao narcotráfico. Apesar disso, jamais foi investigado.

Sob a alegação de que o povo deve auxiliar as Forças Armadas na defesa da pátria, Hugo Chávez criou a Milícia Bolivariana. Em 02 de abril de 2005, foi criado o Comando Geral da Reserva Nacional e Mobilização Nacional. Em 2009, o comando passou a se chamar Comando Geral da Milícia Bolivariana, e mais tarde passou a se chamar Comando Geral da Reserva Militar e Mobilização Nacional**.** O governo esclarece no sítio eletrônico oficial o que é a Milícia Bolivariana.

> Dentro desta nova Força Armada, cria-se a Milícia Bolivariana, como um Corpo Especial, organizado pelo Estado Venezuelano para materializar o princípio de corresponsabilidade e tem como objetivo principal interagir com a sociedade em seu conjunto, para a execução da defesa integral da Nação[35].

Atualmente, pelo menos 130 mil venezuelanos compõem a Milícia Bolivariana. Quando criou as Milícias, Chávez tinha em mente o treinamento de venezuelanos para resistir a uma possível invasão estrangeira.

> O grupo foi criado em 2005, porém não foi até 2010 quando a distribuição de armas se estendeu entre a milícia. Não obstante**,** em 2006 começaram os treinamentos para a população em táticas de defesa, com cursos organizados pelo Estado nos quais circulava o discurso sobre uma suposta conspiração da Casa Branca[36].

A Milícia Bolivariana é acusada pela população civil de usar seu acesso às armas para cometer assaltos à mão armada, seqüestros e crimes em geral, bem como alugar essas armas para outros criminosos. Não é por outra razão que Henrique Capriles

---

[35] *¿Qué es la Milicia Bolivariana?* Sítio eletrônico da Milícia Bolivariana. Disponível em http://www.milicia.mil.ve/sitio/web/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=58. Acesso em 13 de outubro de 2013.

[36] *130.000 venezolanos armados forman la milicia bolivariana para "salvar a la patria"*. Sítio eletrônico Te Interessa, de 25 de maio de 2013. Disponível em http://www.teinteresa.es/mundo/venezolanos-armados-milicia-bolivariana-patria_0_924509113.html. Acesso em 13 de outubro de 2013.

Radonski, durante a campanha eleitoral de 2012, foi impedido pela Milícia Bolivariana de entrar no Bairro *23 de Enero* (23 de Janeiro), reduto chavista radical e uma das áreas mais violentes de Caracas.

As Milícias Bolivarianas são, portanto, mais uma força do Estado a serviço exclusivo do chefe de Estado venezuelano. Chávez sabia disso e tinha na Milícia mais um regimento em defesa do chavismo.

O projeto de poder de Hugo Chávez ajudou a reduzir a desigualdade social de forma irrefutável, mas também inarredável é o fato de que na Venezuela os militares são mais iguais do que os outros venezuelanos.

Visto à distância, mais de um analista lê nesta história o roteiro inveterado de Norberto Ceresole, o projeto de uma Força Armada transformada em partido político, em gerência pública, em protagonismo da sociedade (Marcano & Barrera Tyszka, 2005, p. 363).

Não se deve esquecer de que Simón Bolívar era militar e de que Hugo Chávez foi formado em uma academia militar. Sua visão, portanto, de administração e de política é militar, com uma permanente análise de situação para a qual contribuem conhecimento de tática e de estratégia a partir dos quais se vai para a batalha e para guerra. Por isso mesmo Chávez dizia que se para Clausewitz a guerra é a política por outros meios, para ele a política é a guerra por outros meios.

Unindo os conceitos de Ceresole, Bolívar, Fidel, seus assessores – muitos militares – e a sua própria formação no seio das forças armadas, acerca do uso das forças armadas, e em virtude da situação de confronto em que a Venezuela se encontra, Hugo Chávez compreendeu que precisava manter o país sob controle com o uso da força dissuasória dos militares. Repetia sempre que a revolução era pacífica mas não era uma revolução desarmada.

5.2.4 Capitalista com ineficiência.

Independentemente do que desejem os chavistas e do que desejou o próprio Hugo Chávez, a República Bolivariana da Venezuela continua a ser capitalista, com todos os instrumentos e mecanismos que o sistema econômico exige tanto da parte dos habitantes como da parte do Estado, e com ampla participação do Estado na regulação

do mercado, ao mesmo tempo em que atua como capitalista, sendo proprietário de empresas que competem no mercado, como é o caso de PDVSA.

Por isso se pode afirmar que na Venezuela existe um capitalismo de Estado. Em outras palavras, "temos avançado, não cabe dúvida alguma. Todavia, ainda como economia capitalista, precisamente pelo fenômeno rentista, têm ficado tarefas herdadas neste novo período de nossa história e que se erguem como grandes desafios (Araque & Rojas, 2009, p. 29)."

"Este caráter que possui o Estado – ser o proprietário da indústria básica do país, criar a infra-estrutura econômica e financiar a produção industrial e agrícola através de suas instituições creditícias – foi denominado Capitalismo de Estado (Pérez Mancebo, 2009, p. 276)." É importante deixar claro que é um capitalismo de Estado de orientação social.

"A proposta do Estado Comunal é acompanhada de um modelo econômico que pouco se diferencia do modelo venezuelano do século XX e poderíamos dizer que, em alguns aspectos, o que fez foi agravá-lo (López Maya, 2013c, p. 21)," escreveu a Professor a da UCV, que afirma ainda que o chavismo carece de uma visão que permita transcender o rentismo petroleiro que caracteriza a economia do país.

O genro do ex-presidente Hugo Chávez, Jorge Arreaza, vice-presidente executivo da República no governo Nicolás Maduro, em entrevista ao jornal Noticias24, na qual avaliava os 100 dias de governo de Maduro, disse não haver podido reverter aquilo que ainda o capitalismo domina, que controla o capital na economia, "empresários que são grandes concentradores do capital e grandes exploradores de seus trabalhadores" (Guerrero, 2013).

Ainda na mesma entrevista:

> Arreaza reconhece que há reservas de alguns ante o socialismo: "Sei que como categoria traz resistência, porque nós imaginamos o socialismo da União Soviética", porém para ele aquilo não foi socialismo, foi um processo de coletivização da economia, "onde o que houve foi uma casta burocrática que se apoderou do Estado" e que como sabemos fracassou (Guerrero, 2013).

O que tem ocorrido na Venezuela, e se passou durante o Estado chavista, é ainda mais distante do que se passou na União Soviética. Se no país de Lênin houve coletivização, na Venezuela existe apenas a socialização dos recursos do petróleo por meio das missões, reforçando ainda mais o capitalismo, que se alimenta do aumento do

consumo em função do aumento da renda da população, que só não é maior por causa da inflação, uma das maiores do mundo.

Alí Rodríguez Araque, que foi ministro de Minas e Energia e Presidente da PDVSA, e atualmente, em início de 2013, preside a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), concedeu entrevista a Enrique Krauze em 2008. Araque reitera dois aspectos importantes sobre a Venezuela, quais sejam, que na Venezuela existe um capitalismo de Estado e que esse capitalismo é rentista. Nas palavras de Araque:

> Aqui temos o capitalismo de Estado mais poderoso de todo o hemisfério ocidental, ou seja, para conseguir a transformação que pensamos, não se requer passar pelo perigo que passam outros países, de estar expropriando até as coisas mais mínimas. O Estado tem suficiente poder econômico para garantir a condução (Krauze, 2013, p. 299).

Nessa entrevista, Araque explica de forma didática o caráter rentista da economia venezuelana.

> Desde o século passado, a Venezuela dependeu de uma receita que não foi gerada pelo aparato produtivo interno. O Estado exerce o monopólio sobre a riqueza do subsolo, cobra uma contribuição, como qualquer proprietário, pelo acesso ao recurso natural, e a receita assim gerada supera amplamente a produtividade nacional. Isso leva emparelhado outro problema: essa receita supera a capacidade gerencial do país. Esse é o problema de uma economia rentista e traz com ele outro problema ainda: poder-se-ia afirmar que a economia venezuelana é estruturalmente inflacionária, porque, em geral, a capacidade de compra do país supera a capacidade de produção (Krauze, 2013, p. 295).

De fato, tomando a teoria marxista sobre o Estado como aparelho determinado pelas forças de produção, pode-se entender que na Venezuela a economia tem sido dirigida sem alterar os fundamentos da economia, ou, em palavras de Marx, sem modificar a infraestrutura social, e ao mesmo tempo a economia tem sido organizada de forma a manter o bloco chavista no poder.

Vladimir Acosta, filósofo marxista e professor da Universidade Central da Venezuela (UCV), tem uma posição muita acertada sobre a condução da economia da Venezuela no Estado chavista.

> As nacionalizações são mais nominais do que reais. Não é o Estado que assumiu o controle das empresas, ele simplesmente comprou no mercado ações de empresas que estavam à venda e conseguiu com isso obter uma maioria acionária, mas compartilhada com o capital privado (Krauze, 2013, p. 310).

Para Acosta, o controle que o Estado exerce sobre o petróleo, a eletricidade, os telefones, o cimento, e suas pretensões de estendê-lo também aos bancos e a outros setores, é simplesmente um jogo acionário dentro da lógica do capitalismo (Krauze, 2013, p. 310), e isso é bem verdadeiro dadas as relações que o Estado ainda mantém com o capital privado tanto nacional quanto estrangeiro, e em razão da continuação das empresas capitalistas, que ajudam a manter o PIB do país, inclusive com crescimento acima do verificado pelo setor público. Só no quarto trimestre de 2012, o setor privado cresceu 5,6%, enquanto o público só atingiu 3,7%. O PIB da Venezuela em 2012 cresceu 5,6%.

O capital financeiro, inclusive o capital financeiro gerido pelo Estado, continua funcionando muito bem e com importantes lucros. O Banco de Venezuela, um banco público – estatizado em 2009 quando o governo o comprou do espanhol Santander – é o líder em depósitos e em fornecimento de créditos, o que implica que o banco deverá aumentar seus rendimentos, da mesma forma como fazem os bancos privados.

> As cifras indicam que em depósitos totais alcança os 127,098 bilhões de bolívares, o que representa um incremento de 394,4% desde junho de 2009, data em que a instituição bancaria foi adquirida pelo Governo Bolivariano. De igual maneira, ocupa o primeiro lugar em entrega de créditos do sistema financeiro com mais de 70,495 bilhões de bolívares, informa um comunicado à imprensa (Agência Venezuelana de Notícias, 2013).

O Banco de Venezuela tem outorgado crédito para o setor manufatureiro também, chegando a quase BsF 10 bilhões, o que representa um incremento de 1.300% desde quando foi estatizado em junho de 2009. Obviamente, o Estado chavista necessitava de um meio técnico para canalizar os recursos do petróleo para os beneficiários de programas sociais e de financiamentos. O próprio Chávez disse em 2008 – antes, portanto, da estatização – que um banco dessa magnitude lhe fazia muita falta.

José Roberto Duque, jornalista e escritor, também faz couro com a posição de várias pessoas, inclusive muitas que apóiam o chavismo, que na Venezuela o Estado capitalista não desapareceu.

> O ruim é que, na Venezuela, o Estado burguês persiste, temos ainda leis vigentes dos anos 1960 e 1970. As massas exploradas por uma minoria continuam ali. A extração da mais-valia. E é um engano, porque para que servem os cursos de capacitação que são ministrados? Para que os operários continuem servindo ao capital. (...) Mas Chávez

> não derrubou as estruturas. Continuam ali os explorados e os exploradores. Ricos e pobres. Pobres que trabalham para garantir o conforto do leste da cidade (Krauze, 2013, p. 319-320).

Duque só não citou textualmente Karl Marx, mas nem precisava mesmo, pois está muito claro com que orientação ele observa a Venezuela. Ou seja, para ele se mantêm a mesma estrutura capitalista e a mesma divisão social de classes, com aquela separação clássica mostrada no Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels.

Como afirmou em entrevista o ex-guerrilheiro e ex-amigo de Hugo Chávez, o insuspeito Douglas Bravo:

> Na Venezuela a Revolução não está sendo aplicada, aqui se estão aplicando estritamente os paradigmas burgueses que estão forjando uma classe social, a que administra o Estado, que depois passa a ser o proprietário, como o foi o Comitê Central na URSS. Aqui se está criando uma burguesia com propriedades (Garzón & Barboza, 2009).

Dimitri Duarte, em matéria sobre Douglas Bravo, revela mais sobre a posição ideológica desse ex-guerrilheiro que rompeu com Hugo Chávez, e que atualmente é o líder do movimento "Tercer Camino".

> "Então o que se está desenvolvendo na Venezuela não é uma revolução socialista senão uma revolução burguesa". Continua dizendo Bravo: "Ademais, a estatização nunca significou socialismo. Na União Soviética se estatizou tudo. Todavia o que havia era capitalismo de Estado" (Duarte, 2007).

Douglas Bravo fez mais uma importante observação sobre o capitalismo na Venezuela e como as classes dominantes se enfronham no Estado para tirar proveito da dos recursos públicos, como sempre fizeram na história do país. Nas palavras do próprio ex-guerrilheiro:

> Em onze anos se criou uma nova burguesia ("boliburguesia") paraestatal, como dissemos pela primeira vez ao La Razón. Essa burguesia nasceu com a renda petroleira e se engalfinhou internamente num combate pela repartição dessa renda com o setor bancário financeiro (Olivares Méndez, 2010).

Para esclarecer mais sobre quem compõe a boliburguesia, que Teodoro Petkoff prefere chamar de chavoburguesia, o diretor do jornal Tal Cual informa que, quando fala dessa nova burguesia, está se referindo a "verdadeiros capitalistas, que floresceram pujantemente em um país cujo presidente, além de fulminar continuamente o capitalismo, cunhou uma frase memorável: 'ser rico é mal' (Petkoff, 2010, p. 40)".

Aqui Petkoff diz que não está levando em conta os burocratas que tiveram algum ganho com o uso corrupto do Estado, mas está tratando de pessoas que construíram empresas por sua proximidade e conluio com o Estado.

> Alguns dos nomes mais emblemáticos da chavoburguesia são os de Wilmer Ruperti, Ricardo Fernández Barrueco, Omar Farías, Rafael Sarría, Pedro Torres Ciliberto, Carlos Kaufman, Franklin Durán, José Zambrano, Arné Chacón, Orlando Castro, os irmãos Castillo Bozo, entre outros. Os negócios destes senhores abarcam tanqueiros petroleiros, agroindústria, importação de alimentos, transporte, frota de barcos de pesca de atum, enlatados, bancos, seguradoras, petroquímicas, armamento, meios de comunicação e inclusive times de futebol. Vários desses conseguiram se internacionalizar ao instalar suas empresas em outros países (Petkoff, 2010, p. 41-42).

Se levarmos em consideração alguns amigos mais próximos de Chávez, que acumularam riqueza nesses anos de prosperidade para amigos, destacam-se o jornalista José Vicente Rangel, que inclusive foi vice-presidente da República, e Diosdado Cabello, ex-militar e presidente da Assembleia Nacional na legislatura 2011-2016.

Pode-se argumentar que Chávez não tolerava corrupção nem conluio com o Estado, mas o que se depreende de algumas detenções e de intervenções em pequenos bancos é que, como aponta Teodoro Petkoff, "não se trata, pois, de uma 'retificação' revolucionária, eventualmente dirigida a suprimir uma "excrescência" capitalista no processo, mas de uma clássica briga entre grupos de poder (Petkoff, 2010, p. 43)." É isso que Nicos Poulantzas aponta ao tratar de disputas na classe dominante entre as frações de classe em busca de definir que bloco terá o domínio do Estado.

José Roberto Duque, Douglas Bravo e Teodoro Petkoff têm razão. De fato, as bases da economia venezuelana não mudaram e a relação do Estado com o capitalismo não passou por qualquer modificação, pois sem a venda do petróleo, portanto, sem negociar com os capitalistas, o próprio processo revolucionário bolivariano chavista estaria comprometido.

Em matéria publicada no sítio eletrônico Finanzas.com, surgiu a informação de que os bônus venezuelanos mantiveram o rendimento de capitalistas como Goldman Sachs. De acordo com a matéria:

> Os detentores de bônus venezuelanos têm feito um excelente negócio, com rentabilidades acumuladas de 681%, o que supõe um retorno superior aos 14,7% anuais, segundo informa Bloomberg. E entre estes bonistas estão nomes ilustres como Goldman Sachs. (...) Só no último ano, os bônus venezuelanos geraram retornos de 41%. Os bônus venezuelanos pressupõem 6,7% da carteira do fundo Growth & Emerging Markets da Goldman Sachs, que gerencia ativos de 2,9

> bilhões de dólares. No total, quase 200 milhões de dólares investidos na dívida de Chávez. Durante os últimos três anos, os rendimentos deste fundo superaram os 12% (Finanzas.com, 2013).

José Vicente Rangel, jornalista, ex-vice-presidente da república e uma das pessoas mais próximas de Chávez, disse: "Eu acho que falta muita organização e coerência às missões, isto é, seria necessário criar uma espécie de estrutura missional, que nesse momento (2008) praticamente não existe (Krauze, 2013, p. 307)."

Em outra ocasião, diz José Vicente Rangel: "Chávez começou sendo social e está em trânsito para o socialismo (Krauze, 2013, p. 308)," admitindo, ainda que de maneira eufêmica, que o país permanece no capitalismo

Para muitos chavistas e apoiadores do Presidente, a Venezuela não apenas não é um país socialista, como não foram dados os passos necessários na direção de superar o capitalismo no país.

Para Claudio Testa (2013), não há como avaliar o Socialismo do Século XXI porque não existe nenhum movimento nesse sentido. Para ele, não houve expropriação da burguesia nacional nem da estrangeira, que mantêm seus negócios normalmente.

"As 'nacionalizações' e 'estatizações' têm sido qualitativamente mais limitadas do que a propaganda da direita (e do próprio chavismo) tem feito crer... ademais de ser generosamente indenizadas, como no caso da Sidor (Testa, 2013)," pois a passagem das indústrias para o controle do Estado não diminuiu muito a participação do setor privado na composição do PIB. O efeito poderia ter sido maior e mais rápido se as empresas estatizadas não tivessem sofrido uma queda acentuada na produção. Mesmo assim, as cifras apontam para uma presença maior do setor público na composição da riqueza do país.

> No começo de 1999, ano em que tomou posse pela primeira vez Hugo Chávez, a atividade privada tinha uma participação acima de 65% dentro do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse momento o Governo aportava pouco menos de 35% do peso na economia nacional. De acordo com as estimativas preliminares do Banco Central da Venezuela (BCV), para o fechamento de 2012 a participação do setor privado na economia caiu a 58,2%; portanto o setor oficial elevou sua porção na torta do PIB a 41,8% (Marcano, 2013).

Esse resultado a que Ender Marcano se refere é relativo às cifras de 2012. Em 2010 o setor privado tinha uma participação ainda maior na composição da riqueza nacional.

> ...podemos utilizar para nossa análise o dado oficial do ano 2010, em que se demonstra que o PIB correspondente ao Estado só alcança um esquálido 29%, ficando o resto da produção de bens e serviços como responsabilidade de nossa importadora burguesia local, quer dizer, os 71% (Sutherland, 2011).

Não obstante, como já foi explanado anteriormente, apesar de a burguesia contribuir com toda essa fatia na composição do PIB, não se pode afirmar que a burguesia tenha a mesma força que tinha na Quarta República, porque o governo Chávez controlava o petróleo – consequentemente grande parte dos ingressos de dólares no país – e também controlava os preços – que são tabelados –, as importações e a emissão de dólares para financiar as exportações, dentre outros mecanismos. Além disso, grande parte dos negócios privados estão diretamente ligados ao petróleo.

> O mais importante a respeito, além de que a burguesia evidentemente não foi expropriada, é que o chavismo como todos os regimes nacionalistas-burgueses não tem impulsionado a autodeterminação nem a auto-organizarão democrática da classe trabalhadora. Pelo contrário, a respeito da classe operária e trabalhadora, a política oficial tem oscilado entre o clássico controle burocrático – similar aos sindicatos estatizados e comandados por burocracias, como faz o peronismo aqui – e a dura repressão de ativistas e organizações independentes, especialmente quando estão encabeçando greves e conflitos (Testa, 2013).

Para Testa (2013), em vez de socialismo existe o nacionalismo-burguês do século XXI. E, em acordo com a citação acima, pode-se afirmar que o Estado chavista não se dirigia aos trabalhadores e operários como parte de sua estratégia de Estado, afinal, por diversas vezes, massas de trabalhadores fizeram greve em protesto contra o chavismo. Se o trabalhador apóia o chavismo, então está bem, mas se é contra então passa a ser perseguido, e isso em nada difere dos regimes capitalistas, que usam o Estado para controle dos trabalhadores em benefício de uma elite.

> Hoje estamos ante uma versão muito mais populista e não "operária". O "socialismo do século XXI" de Chávez não se apoia centralmente na classe operária, mas nas massas "pobres". Suas principais concessões não são as de conquistas para a classe trabalhadora, mas de assistencialismo da miséria em grande escala (Testa, 2013).

Essa percepção é de importância central para a compreensão do movimento chavista, que pretende ser socialista, mas ao mesmo tempo controla os ímpetos revolucionários da classe trabalhadora. No processo chavista, os operários, ao contrário de vanguarda, são instrumentos de consolidação do poder do Estado chavista. Se, como

compreendia Karl Marx, os operários deveriam ser os principais atores do processo revolucionário, na Venezuela não se pode dizer que exista revolução operária, socialista, em marcha, mas apenas a submissão dos trabalhadores ao movimento chavista, muito mais próximo do bonapartismo nas suas relações com operários, com os pobres e com os movimentos de massa.

As estatizações e nacionalizações não significam socialismo, e ainda que se olhe com a perspectiva de que o movimento chavista é um nacionalismo burguês, ficará patente que até nisso o Estado chavista não conseguiu se aproximar dos nacionalismos do século XX.

Para o secretario geral nacional do partido Bandeira Vermelha (Bandera Roja), Gabriel Puerta Aponte, "a oferta do modelo chamado socialista, o do poder popular, é uma grande mentira que engana a população com um suposto poder que não lhes será entregue (Marval Esteves, 2012)." Puerta Aponte disse ainda que "longe de existir uma corrente socialista, instaurou-se há anos um capitalismo de Estado em que a produção foi deixada de lado para dar espaço à importação de produtos, que em décadas passadas fabricavam os venezuelanos (Marval Esteves, 2012)."

Esse capitalismo de Estado já vinham sendo montado há algum tempo, mas foi extremamente acentuado depois do início do Estado chavista, em 2007, quando o governo se tornou mais agressivo em todos os aspectos.

> De acordo com estudo feito pela Conindustria, uma das principais entidades empresariais da Venezuela, o ritmo de desapropriações no país se acelerou e afetou 174 companhias em 2010 – somente até o fim de agosto. A lista é encabeçada por empresas da cadeia de petróleo e gás, que atendem a PDVSA, mas abrange ainda a rede de supermercados da francesa Casino, a distribuidora de cereais Monaca e estabelecimentos comerciais na região central de Caracas, que passa por um processo de recuperação urbana. Em todo o ano de 2009, haviam sido desapropriadas 131 empresas (Revista Exame, 2010)[37].

No entanto, as empresas que passaram para o controle do Estado entraram num processo de depressão da produção que vem comprometendo o fornecimento de produtos para a população, inclusive produtos de primeira necessidade, como alimentos – farinha de trigo, farinha de milho, arroz, leite em pó etc. – e produtos de higiene pessoal – como sabonetes e até papel higiênico. A escassez chega a quase 20% do que o país necessita. Isso normalmente ocorre em países atrasados.

---

[37] Revista Exame, 19 de outubro de 2012. Disponível em http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/instituto-millenium/2010/10/19/eficiencia-despenca-nas-empresas-que-foram-estatizadas-por-chavez/. Acesso em 01 de junho de 2013.

> [Em países atrasados] o controle do consumo significou bens de pior qualidade, além de escassez. Na medida em que os países capitalistas faziam saber, por vários meios, que seus bens eram melhores e mais acessíveis, gerava-se um problema sério de legitimidade nos países que tentavam o socialismo (Chibber, 2011, p. 33-34).

A consequência da escassez é o aceleramento da inflação, uma das mais altas nas Américas, potencializada pela ineficiência do Estado chavista em gerir as empresas que adquiriu bem como as que criou. A escassez é também a expressão do fracasso do socialismo.

Chibber aponta três mecanismos que serviram de transmissão das condições de atraso às tentativas socialistas. O primeiro foi o fato de os governos revolucionários priorizarem "o desenvolvimento simples por cima do que Marx e Engels haviam considerado como as prioridades do socialismo, especialmente a democracia (Chibber, 2011, p. 33)." A razão disso, segundo o autor, é que o socialismo começou a ser implantado em áreas onde as condições mínimas de sobrevivência eram a urgência, daí procurarem o controle de preços, cujas consequências foram apontadas acima. "Segundo, o fato de as tentativas socialistas se darem em condições atrasadas levou a relegar a segundo plano a democracia. (...) Terceiro, a relação entre socialismo e atraso também levou a uma mudança da concepção de partido (Chibber, 2011, p. 34)."

Para sair da dependência do rentismo petroleiro, é necessário se fortalecer o mercado interno, no entanto, para que isso ocorra os insumos têm de estar disponíveis, e esse não é o caso na Venezuela, onde os produtores não conseguem importar para produzir. "A formação do mercado interno não depende somente do consumo direto da população facilitado por seu positivo sistema distributivo, mas também do consumo industrial (Araque & Rojas, 2009, p. 29)," e isso não tem ocorrido na Venezuela.

Em visita à cidade Guayana, no estado Bolívar, o Presidente da Venezuela Nicolas Maduro Moros admitiu, ainda que inadvertidamente, que no Estado chavista o capitalismo era ineficiente. Maduro elegeu 2013 como o "ano da ressurreição" da indústria de base do país, concentrada principalmente no estado Bolívar. Disse ainda que "as empresas de Guayana encerrarão em números azuis"[38], afirmando, dessa forma, que o que se dava com essas empresas durante o Estado chavista era que as empresas trabalhavam no prejuízo, trabalhavam no vermelho.

---

[38] El Universal, 28 de maio de 2013. *Maduro dice que este es "El año de La resurrección de lãs empresas básicas"*. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/130528/maduro-dice-que-este-es-el-ano-de-la-resurreccion-de-las-empresas-basi. Acesso em 29 de maio de 2013.

De fato, as empresas estatizadas pelo Comandante Chávez só se mantinham com grandes aportes de recursos financeiros do governo central. Mas isso não ajudou a tornar eficientes essas empresas, as quais não tinham autonomia financeira para comprar os insumos necessários à produção nem autonomia na administração, sob forte influência do governo.

Além disso, a indústria básica foi pressionada a contratar muita gente para atender aos anseios dos apoiadores de Chávez, provocando assim maior comprometimento da folha de pagamento com trabalhadores. Nicolas Maduro reconheceu o problema em Guayana ao declarar: "Chamo à consciência. As empresas têm um limite para a contratação de trabalhadores para ser produtivas (...). Há que se buscarem novas fórmulas, uma fórmula socialista produtiva para dar segurança aos trabalhadores terceirizados"[39]. E continuou: "A melhor homenagem que podemos fazer pelo comandante Chávez é tornar essas empresas produtivas"[40], em mais uma confissão de que as empresas no Estado chavista eram ineficientes.

É importante destacar que os contratos coletivos estão pendentes desde 2008 e em 2013 o Presidente Nicolas Maduro vem dizer o óbvio, que não se pode contratar todo mundo e que as empresas têm um limite de capacidade de contratação. Talvez o presidente Nicolas Maduro tenha se preocupado com algumas situações que já eram de seu conhecimento durante o Estado chavista quando Maduro ainda era vice-presidente.

> A ineficiência e a queda na produtividade são algumas características que se associam com as empresas de propriedade do Estado. Estes elementos se agudizam quando nas peças orçamentárias caem os recursos para investimento, reduzem-se as metas de produção e ao mesmo tempo se incrementam os gastos trabalhistas (Armas & Marcano, 2013).

Tomando como exemplo a Corpoelec, estatal responsável pela geração e distribuição de energia elétrica na Venezuela, saliente-se que em 2012 os gastos com pessoal somavam apenas 7% dos rendimentos da empresa, mas em 2013 o orçamento prevê que os gastos com pessoal cheguem a 23% do total dos gastos da Corporação.

Quando se põe em números absolutos, o problema do gasto da Corpoelec com pessoal fica ainda mais esclarecedor.

> Com respeito ao ano passado os gastos com pessoal da empresa pública experimentam um aumento de 148%, ao passar de 7.815 milhões de bolívares para 19.384 milhões de bolívares. Este é o incremento mais pronunciado que se produziu dentro dos gastos de

[39] Ibidem.
[40] Ibidem.

> operação da Corpoelec que em geral sobem 63% para este 2013 (Armas & Marcano, 2013).

Esse aumento nos gastos com pessoal vai na contramão do valor das rubricas do orçamento da empresa, que para 2013 é de 83 bilhões de Bolívares, 19% menor do que em 2012, quando a Corporação recebeu BsF 102 bilhões. Por sua vez, o orçamento para investimento direto, que em 2012 foi de BsF 24 bilhões, caiu em 2013 para BsF 15 bilhões, um decréscimo de 36% de um ano para outro. Esses números mostram claramente razões para a ineficiência do Estado chavista na condução e gerenciamento das empresas estatais, que muitas vezes são usadas para proselitismo político. No centro de Caracas, por exemplo, praticamente todos os postes de luz têm um banner com uma foto do falecido presidente Hugo Chávez. Isso ocorria já desde pelo menos 2011. Para piorar, todo o trabalho de instalação desses banners nos postes foi feito com caminhões da Corpoelec, que era presidida por Argenis Chávez, irmão de Hugo Chávez.

A Corpoelec, que está em crise financeira – e que mesmo assim doou dinheiro para a campanha de Maduro – e que não tem resolvido o problema da falta de energia do país, tem priorizado a contratação de pessoal em detrimento de investimentos no setor.

Não bastassem esses entraves apresentados, a Corpoelec ainda enfrenta questões internas que interferem diretamente no bom andamento dos serviços prestados pela estatal.

> A este panorama se soma que os trabalhadores da indústria têm denunciado que a empresa não conta com um orçamento operativo adequado às necessidades atuais do sistema. Representantes dos trabalhadores têm assinalado que a empresa não proporciona os implementos e equipamentos de segurança necessários para a execução segura de seus trabalhos. Também, em reiteradas oportunidades têm denunciado o descumprimento da contratação coletiva, entre outras, o pagamento adequado das férias, utilidades e horas extras, o cancelamento dos juros das prestações sociais, assim como o descumprimento com a apólice de seguros, apesar de descontar dos empregados (Armas & Marcano, 2013).

Uma funcionária da Corpoelec em Caracas, com quem conversei no Aeroporto Internacional Simón Bolívar, no dia 29 de março de 2013, disse-me que a situação na empresa estava tão precária que ela tinha que levar de casa papel higiênico porque a Corpoelec não deixava esse material disponível nos banheiros da sede da empresa, mas ao mesmo tempo todos os servidores, por não terem sido contratados por

meio de concurso público, eram obrigados a atender a todos os eventos do governo, sob pena de perder o emprego em caso de não comparecimento. Ela é uma das milhares de pessoas que, mesmo beneficiadas pelo Estado chavista, decidiram votar em Henrique Capriles Radonski no dia 14 de maio de 2013.

Na Sidor, o gasto com pessoal também chegou a níveis alarmantes. Em 2013, o gasto com pessoal era de "BsF 25 bilhões de bolívares, 6% mais alto que o programado em 2012, que foi 24,1 bilhões de bolívares (Armas & Marcano, 2013)."

É provável que o gasto com pessoal tenha se elevado no ano de 2012 com o objetivo de manter eleitores fiéis a Chávez. Como quem os contratou foi o Estado chavista, representado pela figura onipresente do ex-presidente, quando Chávez falece, esses trabalhadores não se sentem mais obrigados a votar por Nicolás Maduro.

Para se ter uma noção do quanto o governo se empenhou em contratar pessoas, é importante saber que em 2013, a fatia do orçamento destinada a pagamento de pessoal na Sidor é de 26%, contra 17% em 2012.

Esses gastos com pessoal também estão relacionados com o pagamento a terceirizados na Sidor.

> Em 2012, além de os compromissos trabalhistas, absorveu os terceirizados, com o que os custos dispararam. A partida de gastos pessoais da siderúrgica está programada em 6,765 bilhões de bolívares, enquanto em 2012 foi 4,1 bilhões de bolívares, com o qual sobe 63% (Armas & Marcano, 2013).

Essa ineficiência já havia sido denunciada por muitos outros meios. Sabe-se, por exemplo, que a ineficiência do Estado chavista, e consequentemente das empresas estatizadas, não eram o único problema, pois se deve somar a isso a falta de investimento e o inevitável sucateamento da indústria em Guayana (Prat C., 2012), cidade onde nenhuma nova planta dessa natureza foi erguida por completo por Hugo Chávez.

Existe sim o lançamento de novas indústrias, que ficam muitas vezes apenas na pedra fundamental. "Hoje, já entrado 2012, a Planta de Concentração de Mineral de Ferro para melhorar o teor de boa parte do mineral que fica no Cerro Bolívar, segue sem ser terminada, depois de 14 anos de construção (Prat C., 2012, p. 216)," situação semelhante a outras Plantas.

> Da "Nova Siderúrgica Nacional", para produzir 2,5 milhões de toneladas de "aços especiais", só há um movimento de terra quase totalmente paralisado e umas "obras preliminares" algo precárias, quer dizer, os pequenos galpões para guardar ferramentas e onde os

> trabalhadores cujos postos de trabalho ainda não existem possam trocar de roupa, quando tais trabalhadores sejam contratados. Das outras indústrias complementares anunciadas desde 2005, nenhuma existe (Prat C., 2012, p. 216).

Ainda não foi feita a ampliação das linhas de transmissão de energia elétrica para alimentar não apenas as indústrias, mas também as casas dos trabalhadores; falta melhoria nas estradas; a linha de ferro para levar a produção até Porto Ordaz; ou seja, a infraestrutura que poderia dar melhor andamento à futura "Cidade do Aço" não foi oferecida pelo governo.

"Em dezembro de 2009, em plena crise elétrica, Chávez e o então ministro da Mibam, Rodolfo Sanz, anunciaram a compra nos EUA de quatro plantas termelétricas usadas, que juntas aportariam 800 MW para ser colocadas dentro da Sidor (Prat C, 2012, p. 218),", mas, como praxe do Estado chavista, em 2012, "não funciona nenhuma das plantas (Prat C, 2012, p. 218)." Em 2012, a Planta A estava em mais avançado estágio de instalação, porém com as obras paralisadas. E quando estiverem funcionando, não se pode garantir que haverá fornecimento de gás natural suficiente para o funcionamento dessas termelétricas. Destaque-se que essa é a solução oferecida apenas para a Siderúrgica Del Orinoco Alfredo Maneiro (Sidor).

Tudo isso teve efeitos importantes na produção de produtos de base na Venezuela. Se para certas indústrias a produção não foi incrementada, para outras a produção caiu bastante, e para algumas a produção voltou a patamares dos anos 60.

Em matéria recente, o El Universal apresentou um quadro preocupante a respeito da situação das indústrias de base em Cidade Guayana, que sofrem com problemas ainda não resolvidos.

Como indica o El Universal, na sua edição de 12 de abril de 2013,

> A equação que priva nas indústrias não tem lógica. Uma avaliação das empresas do alumínio, assim como de companhias do setor ferro-aço como Sidor e Ferrominera Orinoco, no fechamento de 2012, permite constatar que há menor produção, maior perda e uma contratação de trabalhadores em ascensão, como parte da eliminação da terceirização (Ramírez Cabello, 2013).

O problema da queda na produtividade já era denunciado antes por outros veículos. Damián Prat C., antes da matéria do El Universal, afirmara que

> A produção de minério de ferro da Ferrominera que oscilava entre 21 e 23 milhões de toneladas anuais, tem quatro anos entre 14 e 16 milhões devido ao abandono total dos investimentos e da manutenção, a desastrosa deterioração da via férrea mas sobretudo porque de 123

> equipamentos pesados e maquinários para o trabalho na Mina permanecem ativos apenas 23 (Prat C., 2012, p. 216-217).

Porém, a matéria assinada por Maria Ramírez Cabello e publicada no jornal El Universal traz mais detalhes, que corroboram as conseqüências que a ineficiência do Estado chavista provocou nesse importante pólo industrial venezuelano.

> No setor alumínio – Bauxilum, Alcasa, Venalum e Cabelum – as perdas culminaram em 25,9% em 2012, de acordo com a Memória e Conta do Ministério das Indústrias, ao se elevarem de Bs 4,606 bilhões em 2011 para Bs 5,8 bilhões no ano passado. A produção de todas as indústrias mencionadas se contraiu, sendo Venalum a que mostra a queda de produção e perdas mais acentuadas. A redutora, que produziu 412 células no ano passado, registrou perdas 111% superiores às experimentadas em 2011 e sua produção retrocedeu 41,5%. Em redução do alumínio primário, as estatais Venalum e Alcasa contam de forma global com 407 células em serviço, de um parque – entre ambas – de 1.301 células. As células operacionais não conseguem completar nem três linhas de redução que, em tese, no caso de Venalum, possuem 180 células cada uma (Ramírez Cabello, 2013).

Outro fator que dificulta a produção, além dos mencionados acima, são os custos para se produzir, que vem aumentando a cada ano ao mesmo tempo em que a indústria se deteriora e perde competitividade e capacidade de cumprir os contratos firmados com os parceiros estrangeiros.

> Os custos das empresas dispararam e impedem sua sustentabilidade. No ano passado [2012] produzir uma tonelada de alumínio na Venalum custava Bs 20.251,9, segundo a Memória e Conta 2012; enquanto que na Alcasa o custo unitário para produzir uma tonelada de alumínio passou de Bs 23.848,93 em 2011 para Bs 35.041,17 em 2012 (Ramírez Cabello, 2013).

As indústrias siderúrgicas também passam por problemas que não são em nada menores nem menos sérios do que nos outros ramos da produção industrial na Venezuela no Estado chavista. São situações que vão desde a falta de insumos para a produção até pequenos problemas operacionais que não permitem que o setor industrial retome seu crescimento.

> No ramo siderúrgico, Sidor [Siderúrgica Del Orinoco Alfredo Maneiro], uma das indústrias de aço mais importantes de América Latina, mostra uma produção picada desde sua reestatização em 2008. Não só falha na estatal o fornecimento de insumos e reposições, mas também as operações dos refeitórios e os transportes que têm repercutido na produtividade. A siderúrgica, dirigida pelo também presidente da Corporación Venezolana de Guayana [CVG], Rafael Gil Barrios, experimentou uma produção 29,9% menor comparada com

> 2011 e perdas de $961 milhões, mais do dobro que em 2011 (Ramírez Cabello, 2013).

Em 2012, o governo central entregou dinheiro para que as indústrias pudessem continuar funcionando, comprar insumos e pagar salários. Em 2013, o governo teve de entrar em cena mais uma vez. No dia 02 de maio de 2013, o vice-presidente da República e genro do falecido Presidente Hugo Chávez, Jorge Arreaza, foi a Guayana anunciar a troca de comando e o investimento de Bs$ 4 bilhões nas indústrias de base estatais do país. O objetivo alegado para esses investimentos, mais uma vez, é para atender necessidades urgentes no tocante a matérias-primas, insumos, reposição de estoque e impulsionar o "Plano Guayana Socialista 2009-2019".

Na solenidade, o vice-presidente anunciou ainda a reativação de outras indústrias pesadas na tentativa de reimpulsionar o setor de ferro, aço e alumínio, apesar dos fracassos anteriores e do próprio Plano Guayana Socialista.

O Presidente Chávez, ainda em vida, anunciou que passaria a fiscalizar *in loco* a produtividade das empresas a fim de lhes dar eficiência. As inspeções passaram a ser executadas por meio da sala de Seguimento e Controle da Secretaria Executiva da Comissão Central de Planificação, ligada diretamente ao Gabinete da Presidência da República. As inspeções tinham como objetivo revisar projetos e viabilizar recursos. De fato, depois disso, funcionários do governo, normalmente acompanhados de um militar, passaram a fazer visitas surpresas a várias indústrias, contudo o resultado não deu os frutos esperados, e dá sinais de que a prática não funcionou devido ao desaparecimento dessas inspeções e em virtude da continuidade renitente dos problemas.

> Na Sidor, por exemplo, a falta de equipamentos móveis impede o traslado de insumos como a cal e ferro de redução direta, e tem provocado a paralisação por horas das produtoras de aço de placas e tarugos. Um informe da Gerência Geral da Planta de Venalum de janeiro de 2013 ressalta a baixa disponibilidade de alimentadores, equipamentos móveis e, inclusive, do alumínio produzido pela empresa vizinha, Bauxilum (Ramírez Cabello, 2013).

A ineficiência do Estado chavista se torna mais patente quando se observam os resultados dessas empresas não apenas em produtividade mas também em lucratividade, ou ainda, em perda de recursos, como é o caso, mais uma vez, da Sidor, que acumula perdas de quase US$ 1,5 bilhão entre 2010 e 2012. Só em 2012, foram US$ 961 milhões.

> Em 2011, a Sidor perdeu 359 milhões de dólares e em 2010, apesar da crise elétrica, 120 milhões de dólares. A perda de valor patrimonial,

> somando dívidas e danos aos equipamentos, além das perdas financeiras e operacionais, ascendem a mais de três bilhões de dólares, praticamente a totalidade de seu valor em carga declarado em 2008 (Prat C., 2013).

É de se concluir, com pouca margem para erro, que a situação das indústrias de base incide diretamente na capacidade produtiva dessas indústrias, que ano após ano, a partir da estatização, vem perdendo capacidade de produzir, competitividade e também alguns mercados.

> Sidor encerrou 2012 com apenas 1 milhão e 725 mil toneladas de aço líquido produzido quando a meta do governo era 4 milhões, logo reformulada na metade do ano em 2 milhões e 700 mil. Sidor produziu, no último ano antes da reestatização, 4 milhões e 300 mil toneladas de aço. Em vergalhões, Sidor apenas conseguiu 217 mil toneladas quando seu topo em 2007 antes do "socialismo" foi 361 mil. Quanto ao imenso lote de mais de 30 mil toneladas de vergalhões acumuladas sem sair para entrega, a explicação oferecida pelas autoridades foi que "é algo já faturado pela Pdvsa que não podemos vender a mais ninguém sob pena de sanções do governo nacional mas a Pdvsa disse que o deixa no armazém porque não as está usando (Prat C., 2013).

Estaria a PDVSA sendo usada também para mascarar as perdas da indústria de base? Para que a PDVSA quereria comprar 30 mil toneladas de vergalhões se não estava precisando naquele momento?

O Estado chavista vem fazendo uma série de acordos – ao que parece, danosos para a Venezuela – com a China, que tem com a Venezuela uma fábrica de aparelhos celulares, por exemplo; está mapeando toda a riqueza mineralógica venezuelana; e mantém com o governo bolivariano um acordo por meio do qual a China transfere dinheiro para a Venezuela por meio de um fundo conhecido como Fundo Chino, pelo qual a Venezuela já tem uma dívida com a China de mais de 40 bilhões de dólares no início de 2014, o que representa o dobro das reservas cambiais do país.

Por razões que dão margem a especulação, o Estado chavista forçou empresas e assinar o acordo do Fundo Chino, e as indústrias de Guayana não escaparam a essa pressão do Estado, embora nem sempre cedessem. Os trabalhadores da Sidor conseguiram conter o avanço chinês na empresa ao não assinar prontamente o convênio.

> Aparentemente, esses convênios obrigariam a Sidor – como o resto das estatais que contratam empréstimos e projetos – a contratar tudo com a China e suas empresas transnacionais, desde a engenharia, mão de obra, reposição, equipamentos, etc., sem importar se há melhores ofertas em qualidade ou preços em outros países (Prat C., 2013).

É uma postura que diverge do discurso antiimperialista chavista. Para muitos venezuelanos, incluídos aí trabalhadores dessas indústrias, sindicalistas e até membros do PSUV, essa relação do seu país com os chineses é uma forma de neocolonialismo imposto.

Depois da descoberta do petróleo, o Estado venezuelano foi se tornando cada vez maior conforme ia aumentando a produção de petróleo e, consequentemente, a renda para o Estado. No governo Chávez, o Estado cresceu fortemente em várias áreas: no setor petroleiro, apesar da leve queda na produção, aumentou significativamente a renda advinda do minério; no poder bélico, com muitas armas e equipamentos militares comprados principalmente da Rússia e da China; e na quantidade de empresas estatizadas. Com tudo isso, o Estado venezuelano detém força bélica e policial prontas para usar, controlar, interferir e atuar no mercado, que continua capitalista, embora o Estado chavista tenha buscado realizar experiências que podem ser consideradas socialistas.

Com a compra de empresas, a contratação de grande número de funcionários e com muitos dos recursos se perdendo no ralo da incompetência e da corrupção, o Estado venezuelano quadruplicou sua dívida desde a chegada de Hugo Chávez ao poder.

> A dívida pública total do Governo, registrada pelo Ministério de Planificação e Finanças, mostra um saldo de 104,7 bilhões de dólares no encerramento de 2012: um incremento de 276% com relação a 1998, quando os compromissos somaram 27,8 bilhões de dólares. Os resultados indicam que a dívida se quadruplicou nos últimos 14 anos, período que se caracterizou por pujantes ingressos petroleiros que serviram para financiar um elevado gasto público (Yapur, 2013).

O aumento no valor do barril do petróleo durante todo o governo Chávez, e que em 2012 ficou em média US$ 103 dólares o barril, não foi suficiente para barrar o endividamento do Estado. No período do Estado chavista, quando o esgotamento do regime ficava cada vez mais claro, o Presidente Hugo Chávez aumentou o gasto público para manter sua base eleitoral e financiar a campanha para presidente. O dinheiro foi empregado sobretudo no aceleramento da *Gran Misión Vivienda Venezuela* – programa habitacional de grande sucesso – e no financiamento de projetos das comunas. Não é de admirar que o crescimento da economia venezuelana, que em 2012 tenha sido de 5,6%, tenha tido o Estado como seu maior indutor visto que este usou o recurso do petróleo e ao mesmo tempo teve que se endividar.

> Os compromissos totais tiveram o maior salto no ano passado, quando passaram de 79,2 bilhões dólares para 104,7 bilhões de dólares. Nesse período o preço do barril de petróleo ficou em média 103 dólares. Junho foi o mês mais baixo ao se colocar em 90 dólares. A média é superior à registrada em 2011. Todavia, apesar dos altos ingressos, a dívida total aumentou 32% no último ano, incremento alimentado sobretudo pela alta da dívida interna (Yapur, 2013).

Só indicar que houve aumento no gasto público não é suficiente para esclarecer qual o impacto disso na economia do país, daí porque é importante levar em conta a relação da dívida com o Produto Interno Bruto. De acordo com o economista Alexander Guerrero a dívida da Venezuela ficava em 24% do PIB em 1999, e saltou para 50% do PIB em 2012.

> Ao problema se soma o crescimento do Estado, produto de 14 anos de estatizações e expropriações. "Em 1998, o Estado só controlava o setor petroleiro, o alumínio e algumas empresas elétricas", recordou Guerrero. Hoje, o setor público controla boa parte da área produtiva e a totalidade da energética (Yapur, 2013).

Outros números ainda ajudam a compreender melhor a situação da dívida na Venezuela no governo Chávez.

> As cifras do despacho de Planificação e Finanças refletem que a dívida interna variou de 35,8 bilhões de dólares em 2011 para 59,3 bilhões em 2012, um incremento de 65,6%. Foi a maior retomada em 14 anos. Todavia, veio crescendo de maneira progressiva desde 1998, ano em que os passivos internos acumularam 4,4 bilhões de dólares. A dívida externa também cresceu, embora de forma mais moderada. Em 2012 encerrou em 45,4 bilhões de dólares, 4,6% a mais que em 2011. Não obstante, o montante duplicou no governo de Chávez. Em 1998 estava em 23,3 bilhões de dólares (Yapur, 2013).

Esse crescimento moderado da dívida externa no governo Chávez se deveu ao esforço do governo, por razões simbólicas, ideológicas e de soberania, em saldar seus débitos com organismos multilaterais, especialmente com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, o governo nacionalizou a dívida emitindo mais papéis em bolívares e reduzindo assim a dívida em dólar, mecanismo adotado pelo governo brasileiro também.

Saliente-se que o governo não contabiliza as dívidas contraídas pela empresas públicas. Se o fizesse, teria que acrescentar pelo menos US$ 40 bilhões só da PDVSA, que não tinha qualquer dívida até o ano 2000.

> Dados oficiais, desde 1998, indicam que os únicos anos em que a dívida interna venezuelana caiu foram 2002 e 2008. Os compromissos externos baixaram em 1999 e 2000, porém voltaram a crescer em

> 2001 e mantiveram uma tendência crescente até o ano 2006, quando diminuiu 12%. A partir dessa data, não deixaram de subir (Yapur, 2013).

O economista José Guerra, da Universidade Central da Venezuela, entende que "o petro-populismo na Venezuela estava levando com Chávez à petrolização da economia e da política (Guerra, 2012)."

> O crescimento do tamanho do Estado permitiu conformar uma poderosa rede empresarial que está abarcando quase todas as atividades econômicas, desde a produção de petróleo até a venda de arepas[41]. Ali medra uma frondosa burocracia, altamente corrompida, que autua como uma classe econômica com rendimentos e benefícios pessoais iguais ou maiores do que pode ter um empresário pelo rendimento de sua empresa (Guerra, 2012).

E complementa:

> Este é um elemento comum aos esquemas de petro-Estados, onde o governo embarca em grandes projetos econômicos estatais financiados com a renda petroleira e quando esta não cobre, com o endividamento público. É fenômeno típico dos petro-Estados o forte aumento das importações devido à queda da produção nacional, motivada na maioria dos casos pelo controle de preços. Correlacionado com isto está a apreciação real das moedas. Isto é, que o governo do petro-Estado costuma manter fixo o tipo de câmbio, situação que desestimula a produção nacional e incentiva as importações. É comum ver nos petro-Estados um colapso na prestação dos serviços públicos, como atualmente é visível na Venezuela (Guerra, 2012).

Existem ainda outros fatores, como a inflação e a escassez de produtos básicos, que interferem diretamente na crise econômica pela qual a Venezuela tem passado e que se aprofunda mais a cada dia.

Entre as várias razões para a escalada nos preços na Venezuela está a reforma da Lei do Banco Central da Venezuela, de 20 de julho de 2005, proposta por Armando León e Rodrigo Cabezas, daí ser conhecida como Lei León-Cabezas, pela qual foi criado o Fundo de Desenvolvimento Nacional (Fonden). Para esse fundo o BCV repassa dinheiro regularmente, o que provoca descapitalização do BCV, reduzindo assim o instrumento de intervenção do banco no combate a possíveis instabilidades.

Depois da Lei León-Cabezas, e com as reformas de 2009 e 2010, "possibilitou-se que o BCV ficasse reduzido a uma espécie de casa de impressão de bilhetes cujo valor se deteriora com o aumento dos preços que essa impressão de

[41] Comida típica da Venezuela, uma espécie de bolinho, feita à base de milho, muito popular principalmente entre os setores mais pobres da população.

bilhetes permite (Guerra, 2013).” Isso contraria a Carta Magna, “que proíbe expressamente em seu artigo 320 que o BCV financie os déficits fiscais (Guerra, 2013).”

Com a impressão praticamente indiscriminada de moeda – aumento que de 2005 a 2012 foi de 1.065% – pela autoridade monetária, a inflação foi se instalando cada vez com mais força. Ou seja, os fundamentos e mecanismos do capitalismo permanecem vigentes e dando o tom na Venezuela.

A situação das reservas cambiais também é fator de preocupação. Primeiramente, com as transferências de dinheiro para o Fonden – aliás, uma das maiores fontes de corrupção dentro do governo – tanto da PDVSA como das reservas internacionais do BCV, “que já somam um montante acumulado próximo aos 110 bilhões de dólares em só 8 anos (Palma, 2013),” o governo até que tem condição de investir em algumas áreas, mas deixa de ter meios para financiar as importações e de se proteger de especulações do mercado financeiro, questão que não se enfrenta com a força militar, solução mais corriqueira.

Acrescente-se a isso o fato de parte das reservas do BCV estarem em ouro, que tem sofrido forte desvalorização entre 2012 e 2013 em virtude de pouco a pouco deixar de ser o porto seguro contra a crise econômica mundial iniciada em 2005.

> Entre os primeiros dias de setembro de 2011 e fins de junho deste ano o preço do ouro baixou 37% (...). Isso se traduziu em uma contração das reservas internacionais em ouro da ordem de 3 bilhões de dólares, o qual equivale a uma redução de quase 15%, não tendo sido essa queda mais intensa, e em linha [direta] com a redução do preço desse metal devido a que o valor da posse de ouro monetário do BCV se calcula com base no preço médio dos últimos 6 meses, e não no preço do dia (Palma, 2013).

“O economista [Luis Oliveros] explica que o Governo do falecido presidente Hugo Chávez e esta nova administração de Nicolás Maduro respaldaram 75% das reservas internacionais da Venezuela neste metal precioso (Saturno, 2013),” um sério risco porque o preço da onça do ouro, de março a julho “baixou (...) de mais de 1.700 dólares (...) para 1.344 dólares (Saturno, 2013).”

No dia 25 de setembro de 2013, somando-se os recursos disponíveis no Banco Central da Venezuela, US$ 22,381 bilhões, e os do Fundo para Estabilização Macroeconômica (FEM), US$ 3 bilhões, a Venezuela tinha US$ 22,384 bilhões em reservas internacionais, abaixo dos US$ 29,750 bilhões de janeiro de 2013.

> ...as reservas operativas ou líquidas, quer dizer, aquelas formadas por divisas, estão [em 29 de julho de 2013] em um nível de 2,9 bilhões de dólares, montante muito baixo que só equivale ao que importamos em menos de 3 semanas. Tudo isso se traduz no fato de que as reservas internacionais totais de hoje [de US$ 23,933 bilhões] estão 5 bilhões de dólares abaixo do que em 2005 se considerava um nível adequado de reservas. Isto é algo muito preocupante, porque esse ativo internacional é a economia com que conta o país para fazer frente a alguma adversidade, como a queda dos preços de exportação ou o encarecimento do que importamos, e ao mesmo tempo é um indicador da solidez financeira da economia (Palma, 2013).

Obviamente, a inflação, que tem na situação do Banco Central e das reservas internacionais apenas uma das suas causas, também é impulsionada pela escassez de produtos de primeira necessidade. Como produz muito pouco do que consome, a Venezuela importa grande parte do que é vendido nos supermercados. Ocorre que, com o rígido controle sobre o valor e a disponibilidade cambial, fica difícil importar, provocando falta de produtos e aumento de preços.

Além disso, como os produtos são vendidos em bolívares mas comprados em dólar, cada vez que o governo desvaloriza a moeda nacional, como fez no início de 2013, o importador tem que ter mais e mais bolívares para comprar o mesmo produto. É a lógica insana da especulação capitalista.

A relação do Estado chavista com as empresas, o mercado, os trabalhadores e seu tamanho em termo de participação e poder de determinação dos destinos do mercado, mostra que de fato o Estado chavista é um Estado capitalista burguês que oferece recursos para a sociedade por meio de programas sociais que não são suficientes para transformar a Venezuela em um país socialista.

Até mesmo fortes apoiadores do chavismo concordam que o capitalismo está vivo e bem na Venezuela e que não houve modificação na estrutura do Estado a ponto de se poder dizer que o capitalismo esteja ameaçado ou que esteja sob ataque. Para esses apoiadores do chavismo, "a Revolução Bolivariana se desenvolve em uma sociedade profundamente capitalista. A estrutura do Estado permanece intacta favorecendo práticas clientelistas, burocráticas e corruptas (Militantes/Dirigentes del PSUV, 2011, p. 55)."

Ao afirmarem que a estrutura do Estado permanece intacta, pode-se afirmar que também ainda não houve revolução na Venezuela, embora se costume usar essa termo para as ações do governo de Chávez.

Esses mesmos militantes concordam que o Estado chavista é ineficiente, e que isso, dentre outros problemas, é algo que deve ser consertado.

> Na infraestrutura destacam-se os problemas de execução e qualidade de obras em viabilidade (urbana e rural) e moradias. Nesta área da função pública se alojam os maiores vícios do burocratismo e corrupção, com as conseqüências negativas de declínio na solução de problemas sociais e perda de patrimônio. Inclusive são muitas as denúncias de obras canceladas e as contratadas e não realizadas (Militantes/Dirigentes del PSUV, 2011, p. 56).

Antes de a Venezuela chegar ao socialismo almejado por Hugo Chávez, o governo de Nicolás Maduro terá que tomar atitudes para sanar problemas que afetam o cotidiano do cidadão e que são problemas relacionados diretamente com o fato de a Venezuela ser um país capitalista, de usar instrumentos do capitalismo e de ser vítima desse sistema que nunca chegou nem perto de ser superado por Hugo Chávez.

O primeiro problema é a inflação, que fechou 2012 com a cifra oficial de 20,1%, embora o PIB tenha crescido 5,6% impulsionado pelos gastos do governo durante a campanha presidencial que levaram à vitória de Chávez na eleição de 07 de outubro. Entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013, a inflação atingiu 12%, com forte e contínuo crescimento. Um cidadão de Caracas me contou, no dia 25 de março, que ele comprava um quilo de frango a BsF 18,00 (dezoito bolívares) até o dia em que o governo anunciou, em 09 de fevereiro, a desvalorização de 46% da moeda nacional frente ao dólar, que passou de BsF 4,3 para BsF 6,3. De acordo com esse cidadão, se alguém quisesse comer frango na capital venezuelana naquele dia teria de desembolsar BsF 50,00, isso se tivesse a sorte de encontrar o produto, já que o país tem uma taxa de desabastecimento de 20%. Uma caminhonete nova, que custava BsF 500 mil em novembro de 2012, naqueles dias não se comprava por menos de BsF 1,2 milhão. Para além de ser socialismo ou capitalismo, o que o cidadão quer é poder comer e não ver corroído o seu rendimento mensal. O salário mínimo na Venezuela era de R$ 2.047,00, insuficiente para comprar a cesta básica alimentar, que custava, naquele mês, um pouco mais de BsF 4 mil.

O controle do câmbio e o medo da inflação tornam a moeda estadunidense um produto de alta rentabilidade. Enquanto o governo só paga BsF 6,3 bolívares por cada dólar, qualquer taxista do Aeroporto Internacional Simón Bolívar oferece a quem chega um câmbio de dez a quinze bolívares por dólar. Se o turista esperar mais um pouco, ele poderá encontrar quem pague até 25 bolívares por cada dólar.

Encontrar todos os produtos para suprir suas necessidades básicas não é tarefa fácil. O governo mantém forte controle dos preços com tabelamento e fiscalizações, o que tem provocado, juntamente com a escassez de dólar para pagar importações, um dos maiores desabastecimentos de toda a história do país. Como a produção agrícola na Venezuela está bem distante de atender as necessidades de consumo da população e não é fácil importar, vários produtos estão ausentes das prateleiras. E quando se encontram, os preços são muito acima do que a população pode pagar.

Para convencer o povo venezuelano de que está tudo bem e de que os produtos só não chegam às prateleiras por desonestidade dos empresários, o governo faz pontos de vendas em locais públicos oferecendo certos produtos a preço abaixo do valor de mercado. No dia 22 de março de 2013, havia uma Kombi do governo na Avenida México, ao lado da Praça Carabobo, em frente ao Liceu Andrés Bello, um grupo de funcionários com camisetas vermelhas com inscrições "Maduro Yo Juro" vendendo alimentos que estavam numa banquinha armada na calçada oferecendo produtos alimentícios a uma longa fila que rapidamente se formou no local. É a missão Mercal tentando dar a impressão de que não existe desabastecimento no país.

Porém o problema econômico começou, verdadeiramente, a partir de 2007, juntamente com o início do Estado chavista, como explica Francisco Olivares, jornalista do Jornal El Universal.

> Desde o momento em que as expropriações aumentaram a partir de 2007 no marco do Plano Socialista Bolivariano impulsionado por Hugo Chávez, a escassez dos produtos fabricados, agora com indústrias estatizadas, duplicou até julho de 2013 segundo dados do próprio Banco Central (BCV). O óleo de cozinha passou de 53% para 78% de escassez; o açúcar de 25% para 67%; o café de 10% para 36%; o arroz de 15% para 22%; a farinha de milho de 5% para 62%; o leite de 47% para 76% e a farinha de trigo de 14% para 63%. Vale recordar que entre 2002 e 2012 foram expropriadas 1.168 empresas, a maioria delas venezuelanas (Olivares, 2013).

A escassez, portanto, também é fruto da ineficiência do Estado chavista, não se podendo atribuir a falta de produtos nas prateleiras aos comerciantes. Veja-se mais esse exemplo:

> Com a expropriação da Lácteos Los Andes em 2008 o Estado passou a dominar 35% do sector de lácteos. As últimas cifras difundidas pelo BCV indicam que em outubro [de 2013] em Caracas se registrou a escassez mais alta nos últimos três anos em 19 alimentos básicos. O caso do leite completo pasteurizado, um produto que foi emblemático para a compra da Lácteos Los Andes, a escassez chegou a 90,1%,

> enquanto nos outros 18 produtos a escassez esteve entre 70% e 98% (Olivares, 2013).

Francisco Olivares lembra ainda que, na atualidade, a Venezuela tem que importar 70% do que consome em virtude da redução no parque industrial do país, e "assim a Venezuela passou de importar um pouco mais de 10 bilhões de dólares em 1995 (BCV) a ter que gastar 59,339 bilhões em 2012 para prover à população. Isso desde cedo nos levou a uma alta dependência do dólar (Olivares, 2013)," que praticamente só é obtido pela exportação do petróleo, e tudo controlado pelo governo.

É verdade que a Venezuela está vivendo a maior bonança petroleira de todos os tempos, contudo, por falta de investimento na PDVSA, o governo não consegue aumentar a produção, que era esperada para extrair 4 milhões de barris de petróleo diários, mas não ultrapassava os 2,6 milhões em meados de 2013. Além disso, pelo menos metade do rendimento da empresa é entregue ao governo para que utilize com os mais diversos fins, entre os quais os programas sociais e as chamadas comunas populares, fonte da mais descarada corrupção.

O capitalismo na Venezuela existe com todos os seus instrumentos, o governo se rege por eles – controle de inflação, metas de inflação, venda de títulos da dívida pública, controle do câmbio por meio de uma cesta de moedas, medição de crescimento do PIB etc. – e não dá sinais de que deixará de usar o capitalismo em um futuro próximo. O socialismo na Venezuela é apenas retórica, talvez uma utopia, um *telos*, mas está distante de ser uma realidade.

5.2.5 Antiimperialista seletivo.

No seu discurso no Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2005, Hugo Chávez cita uma passagem em que Simon Bolívar, ao contrário de condenar o então império do Brasil, regozija-se em ter ao seu lado um país que poderia garantir a continuação das nascentes repúblicas sul-americanas.

> Poderíamos dizer que o Brasil foi um império benigno, aí eu estaria de acordo com a tese do império benigno, tão benigno que Simon Bolívar o aceitou, aceitou ao fim abrir relações com o império do Brasil e quando, em 1830, recebeu o primeiro embaixador em Bogotá, lançou a frase: "O império do Brasil é a maior garantia de que a Providência enviou a nós, sul-americanos, para garantir a continuidade de nossas jovens repúblicas" (Chávez, 2005, p. 6).

Se Hugo Chávez estivesse certo, e se a passagem tiver mesmo existido – e ela goza de toda plausibilidade para que tenha ocorrido –, temos mais um elemento para afirmar que, verdadeiramente, Simon Bolívar não era antiimperialista, mas se opunha à Espanha e, algumas vezes, à forma como os Estados Unidos praticavam suas relações exteriores.

A oposição ao império espanhol se dava por razões óbvias, porém, se Bolívar fosse mesmo contrário ao imperialismo como forma de relação de um país poderoso com outros menos poderosos ou muito fracos, ele não teria se encantado com o governo inglês e não teria oferecido a Constituição inglesa como modelo a ser seguido.

Esse antiimperialismo seletivo também era praticado por Hugo Chávez, o qual condenava veementemente o proceder dos Estados Unidos da América, sobretudo depois do golpe de Estado de abril de 2002, quando o país mais poderoso do mundo teria ajudado os golpistas e os teria orientado em reuniões na Embaixada dos Estados Unidos em Caracas como em território estadunidense, em Miami.

Foi nessa situação que Chávez declarou mais abertamente sua oposição ao imperialismo. Em um dos livretos publicados pelo governo para promover o Estado chavista, estão reproduzidas as seguintes palavras de Hugo Chávez: "A Revolução Bolivariana, depois de cinco anos, três meses e depois de ter passado por várias facetas, entrou na etapa antiimperialista. Esta é uma revolução antiimperialista"[42].

Apesar da declarada oposição ao imperialismo por parte de Chávez, a Venezuela mantém hoje relações importantes com países que, se passassem pela mesma avaliação por que passam os Estados Unidos feita pelo governo venezuelano, sofreriam as mesmas restrições para manter laços com a Venezuela. Um desses países é a China, que desde 1950 mantém o domínio sobre o território do Tibet, que já perdeu grande parte de sua população, seja em mortes pelas lutas contra a presença chinesa em território tibetano, seja pelos cerca de 100 mil tibetanos que se refugiaram no exterior. A China também não reconhece Taiwan como país independente, tratando este país como território rebelde.

Com a China, a Venezuela mantém diversos negócios, como a Orinóquia (fábrica de celulares, localizada no complexo industrial do Vale do Orinoco), uma

[42] *La Revolución Bolivariana*. Coleção Bicentenário. Correo del Orinoco. Caracas, 2011. Este e outros nove fascículos estão disponíveis em http://www.correodelorinoco.gob.ve/ediciones_correodelorinoco/.

montadora de veículos, uma montadora de eletrodomésticos, dentre outras indústrias. Além disso, a Venezuela vende petróleo para a China recebendo antecipadamente o valor a ser pago pelo carregamento, e autorizou a China a fazer o mapeamento geológico de todo o país.

A Venezuela criou o *Fundo Chino*, dinheiro que a China paga à Venezuela antecipadamente por petróleo a ser fornecido no futuro. A China se tornou um dos principais parceiros da Venezuela.

A Venezuela mantém intensas relações comerciais com a Rússia, de quem compra principalmente o material bélico de aparelhamento das forças armadas, como navios de guerra, aviões, armas e munições. Até uma fábrica de kalashnikov foi implantada na Venezuela. Só os contratos de fornecimento de material bélico da Rússia para a Venezuela somam US$ 11 bilhões[43]. Acrescentem-se os contratos de cooperação na área de energia – incluindo-se petróleo e energia nuclear –, habitação, cinema, dentre outros. Essa mesma Rússia mantém a Chechênia sob mão de ferro e controla a Geórgia, até mesmo interrompendo o fornecimento de gás e petróleo para esta ex-república soviética em certas ocasiões. Além disso, a Rússia mantém bases militares em outras ex-repúblicas soviéticas, como o Tadjiquistão e o Quirguistão.

Alguém pode ainda argumentar que Hugo Chávez, a seu tempo e a seu modo, iniciou uma prática que apontava para um petro-imperialismo venezuelano regional, principalmente sobre nações com dificuldades financeiras.

> Na opinião de [José] Quiroga, alguns países do Caribe e da América Central têm sido "petrocomprados" (Honduras e talvez em breve El Salvador); outros estão "petro-hipotecados" (Argentina), "petrointimidados" (Costa Rica) ou, no caso mais benigno, "petroconscientes": Chávez não vacilou em apoiar Humala no Peru ou assediar Chile, Brasil e México, apoiando de outra forma seus movimentos dissidentes (Krauze, 2013, p. 352).

De fato é possível se considerar, se não uma espécie de imperialismo, pelo menos interferência externa quando Chávez atuou no caso da deposição de Manuel Zelaya, em Honduras; apoiou candidatos a Presidente no Peru; e a maneira como se relacionava com a Nicarágua de Daniel Ortega.

> Embora iniciativas como Petrocaribe e acordos especiais com alguns países, particularmente com Cuba, permitiram a Chávez ganhar protagonismo na área, a estratégia não tem sido de todo efetiva, como

[43] *Destacan em Rusia La cooperación militar con Venezuela*. Jornal Informe21, de 13 de maio de 2013. Disponível em http://informe21.com/politica/destacan-en-rusia-la-cooperacion-militar-con-venezuela. Acesso em 27 de outubro de 2013.

> parecem demonstrar a renitência dos países do Caribe a se somar à ALBA, as negociações de tratados de livre comércio com os Estados Unidos e sua posição nas cúpulas internacionais (Serbin, 2006).

Conforme compreende Claudio Testa:

> O chavismo tem que ser tomado na totalidade de suas contradições. Não tem um átomo de socialista e está muito atrás dos antecedentes nacionalistas do século XX, porém Chávez se colocava em uma posição de independência frente ao imperialismo ianque. Ao mesmo tempo, é um nada revolucionário defensor da "ordem" na região (Testa, 2013).

O antiimperialismo chavista também pode ser interpretado como uma estratégia para manter a ideia da existência de um inimigo externo para controlar a população internamente. Estratégia muito usada durante a guerra fria pelas duas superpotências.

> Segundo Quiroga, "o sistema precisa sempre do inimigo externo. Uma das características de Hitler foi sua habilidade para concentrar a energia da população contra todos os inimigos e adversários englobados num só símbolo, os judeus. E, para Chávez, a palavra *império* cumpre essa função". Quiroga disse várias vezes que, se quiser realmente fazer o império sofrer, "então pare de vender-lhe petróleo". Ele não fará isso, é claro. "A verdade", conclui, "é que ele tem complexo de imperialista, porque, com o dinheiro dos Estados Unidos, faz imperialismo na América Latina" (Krauze, 2013, p. 355).

Como compreende Fernando Mires (2011, p. 356), "Chávez não é antiimperialista," se o fosse, a Venezuela não teria negócios com a Chevron, empresa petrolífera estadunidense. O antiimperialismo chavista estava mais para atacar os Estados Unidos e ao mesmo tempo procurar uma forma de identificação com um posicionamento de Simón Bolívar para aproximar mais Chávez da sua figura ideológica central do que para uma oposição a todo tipo de imperialismo.

5.2.6 Populista e personalista.

Hugo Chávez assumiu o governo em 1999 já sob o rótulo de populista, adjetivação empregada sempre em sentido negativo pelos meios de comunicação e pelos adversários em geral do Presidente. Conforme o jeito chavista de governar ia se impondo, percebeu-se também – e não demorou para que isso ocorresse – que o Presidente também era personalista.

O que era o povo para Hugo Chávez? Quando ele se referia a povo, a quem seu discurso estava endereçado? Em entrevista a Aleida Guevara, filha do líder revolucionário Ernesto "Che" Guevara, Chávez disse:

> O conceito de um povo deveria sempre ser uma realidade concreta, não uma abstração. Mas a abstração sempre governa. Para um povo existir deveria haver uma consciência comum entre os habitantes de um território comum, compartilhando uma história comum. O povo deveria beber de uma fonte comum e, acima de tudo, compartilhar um projeto social comum (Guevara, 2005, p. 15).

Esse conceito pode levar a se pensar que povo, para Hugo Chávez, eram aqueles que compartilhavam o mesmo sentimento de pertença ao chavismo e apoiavam o movimento liderado por Chávez. A estes o Presidente se dirigia e com estes sentia haver uma ligação direta. Estes, por sua vez, sentiam-se representados por Chávez, seu porta-voz. Chávez falava em nome do povo, agia em nome do povo.

Em artigo recentemente publicado no Brasil, a professora e pesquisadora Margarita López Maya, da Universidade Central da Venezuela (UCV), explica que o populismo "é uma forma de fazer política que utiliza um discurso agressivo, polarizado e dicotômico, que divide a sociedade entre *o povo* (os bons, os pobres, os que não têm poder) e *a oligarquia* (os maus, as elites, os poderosos) (López Maya, 2013c, p. 18)," caracterização que cabe sem remendos e sem ajustes ao que ocorreu na forma de Hugo Chávez fazer política e na maneira como moldou o Estado venezuelano a partir de 2007.

> Em sociedades onde as instituições apresentam grande precariedade, onde domina o presidencialismo e os bolsões de pobreza se ampliaram ante o desmantelamento do Estado social, como em alguns países latino-americanos, o populismo surgiu com novos brios nos últimos anos da mão de líderes personalistas e autoritários que prometem ao povo uma nova Era do Ouro (Arenas, 2011, p. 61-62).

"A política populista se centra em um líder carismático, que estabelece relações diretas, sem intermediários, com seus seguidores (López Maya, 2013c, p. 18)," em acordo com o que Max Weber também entendia. López Maya chama ainda a atenção para uma importante conseqüência do populismo praticado no Estado chavista.

> ...o populismo é uma forma de democracia direta, que com sua capacidade simplificadora da política e grande potencial mobilizador, facilita a acumulação e coesão das forças sociais e políticas em movimentos transformadores das relações sociedade-Estado (López Maya, 2013c, p. 18).

Outros pensadores também apontaram conseqüências negativas para o populismo.

> O populismo é considerado... como uma forma de representação: o líder e o povo. É uma forma de identificação política pela qual o líder se proclama parte do povo e o povo acredita que é representado plenamente pelo líder. Neste processo de identificação política, forma-se um inimigo. Geralmente, o inimigo é formado por aqueles que oprimiram o povo através da dominação econômica e política. Assim, na formação de um regime populista de representação, a política e a sociedade se polarizam. O populismo não constrói consenso, pelo contrário, cria antagonismo. Por trás do surgimento do populismo, existe geralmente uma crise de representação política ou uma renovação da classe política. Enquanto o populismo parece ser compatível com eleições democráticas, é mais difícil que respeite o Estado de direito. O populismo tende a concentrar o poder nas mãos do presidente, minando a construção ou a manutenção de poderes (*horizontal accountability*) (Tedesco, 2007, p. 14, apud Serbin, 2008, p. 127).

De fato, o populismo chavista (Hidalgo, 2011), que se encaixa nas características listadas acima, surgiu no momento em que a população não acreditava mais no puntofijismo – e em conseqüência disso, na classe política do país – como sendo capaz ou tendo a vontade de resolver os graves problemas pelos quais a população venezuelana passava nos final dos anos 1980 e início da década de 1990.

> A vitória presidencial de 1998 significou a explosão de necessidades e expectativas represadas durante décadas pela queda da renda e dos sucessivos reajustes. Ao deslocar do cenário os partidos tradicionais e outras organizações mediadoras, pareciam desaparecer as barreiras de corrupção e exclusão que separavam o povo do bem-estar. Em seu lugar, ficavam para satisfazê-lo o Estado personalizado em Chávez, a Força Armada e um partido eleitoral amorfo, o MVR (Arenas & Calcaño, 2011, p. 237).

Hugo Chávez surge, em 1998, como a opção mais atraente, pois vinha de outro nicho de poder, as forças armadas, e nunca havia sido político, nunca havia assumido um cargo eletivo. Era a novidade e a promessa de dias melhores para o país.

Semelhantemente à citação acima, sobre populismo também se entende:

> Em princípio, poderíamos afirmar que tradicionalmente o populismo gira em torno de três fórmulas: a primazia da "vontade do povo", uma relação direta entre o líder e a massa e o antagonismo entre o nacional e o estrangeiro, particularmente no plano econômico (Cividanes, 2011, p. 127).

Em 04 de novembro de 2012, Enrique Krauze (2012) escreveu para o jornal El Nacional artigo intitulado Decálogo do Populismo, no qual aponta pelo menos dez características para o fenômeno, algumas das quais já apontadas nas citações acima, quais sejam: o populismo exalta o líder carismático; o populista não só usa e abusa da

palavra: se apodera dela; o populismo fabrica a verdade; o populista utiliza de modo discricionário os fundos públicos; reparte diretamente a riqueza; alimenta o ódio de classes; mobiliza permanentemente os grupos sociais; o populismo fustiga por sistema ao "inimigo exterior"; despreza a ordem legal; mina, domina e, em último termo, domestica ou cancela as instituições da democracia liberal.

Não se pode negar que as características do populismo listadas por Enrique Krauze estejam em consonância com o Estado chavista. Chávez usava a palavra durante horas na televisão – inclusive convocando cadeias de rádio e televisão sem aviso prévio e sem hora para acabar –; o que Chávez dizia jamais era contestado pelos chavistas, nem círculos fechados e muito menos em público; os recursos públicos eram direcionados inicialmente no orçamento aprovado pela Assembleia Nacional, porém quase a mesma quantidade em dinheiro, não prevista no orçamento, era assinada por Chávez diretamente para o que decidisse que seria melhor; o dinheiro repassado para as missões, para os conselhos comunais e por meio de empréstimos estatais eram entregues como se fossem bondade do Presidente da República; tratava a seus adversários como seus inimigos e inimigos da pátria e conclamando seus apoiadores para entrar nessa luta, provocando um ódio não de classe, mas de ideologia; os apoiadores de Chávez eram constantemente convocados pelo Presidente – e atendiam ao chamado – para manifestações, passeatas, caminhadas e todo tipo de evento em apoio ao chefe de Estado; com a pregação do imperialismo dos Estados Unidos como inimigo permanente, Chávez convencia internamente que aqueles que estavam contra ele estavam a favor do inimigo; a lei para o chavismo era o rigor contra o inimigo e apenas uma sugestão de conduta para o chefe de Estado, haja vista o que foi feito durante a eleição de 2012; as instituições perderam muito sua importância porque Chávez decidia o que quer que fosse no calor do momento, agia da maneira como queria porque sabia que controlava todos os poderes da República.

A primeira característica, a exaltação do líder carismático, é certamente uma das facetas mais marcantes do Estado chavista. Hugo Chávez fazia questão de se promover perante a população venezuelana e também mundial. Sabia da sua condição de líder, que desembocava em forte personalismo. Conforme entende Ramos Jiménez, "...revestido de visíveis roupagens militaristas, esse "novo regime" se orientou desde o princípio ao proceloso desmantelamento da institucionalidade bipartidarista a fim de impor seu próprio "projeto" pessoal e autoritário (Ramos Jiménez, 2011, p. 11)." De

fato, o personalismo foi um traço característico que marcou o chavismo desde seus primeiros anos no governo.

Uma conseqüência do personalismo chavista é a deterioração das instituições, uma vez que o chefe personalista conversa diretamente com o povo, ou seja, "a capacidade do líder para se por diante de uma força organizada (partido ou movimento) é sobrepassada com freqüência pela identificação do primeiro com a massa do povo sem mediações nem intermediações (Ramos Jiménez, 2011a, p. 112)," mas isso não estava de acordo com o que proferiu Simón Bolívar em Angostura.

> Mais que em nenhuma outra parte do mundo, a América Latina tem sido a pátria, a terra por excelência desta miragem (do populismo), desse subterfúgio graças ao qual as elites no poder ou a fração mais hábil daquelas quiseram, segundo a conhecida fórmula, dar às massas desprovidas de poder a impressão de que tudo mudava na forma para que nada mudasse na realidade (Hermet, 2000, p. 49, apud Ramos Jiménez, 2011a, p. 110).

No discurso de Angostura, Simón Bolívar só admite que uma democracia funciona com instituições. É um dos pontos em que o chavismo se afasta dos ideais de Simón Bolívar.

> Pelo mesmo que nenhuma forma de Governo é tão débil como a Democrática, sua estrutura deve ser da maior solidez, e suas instituições se consultar para a estabilidade. Se não for assim contemos com que se estabeleça um ensaio de Governo e não um sistema permanente: contemos com uma sociedade turbulenta, tumultuada e anárquica e não com um estabelecimento social onde tenham seu império a felicidade, a paz e a justiça (Bolívar, 2004, p. 91).

A ênfase dada à personalidade de Chávez gerou uma admiração tal ao Presidente da República que ele passou a ser idolatrado como um messias, que, enviado pelo pai – no caso aqui o pai é Simón Bolívar –, dedica-se a tirar os necessitados de sua privação.

Em entrevista à jornalista Sara Carolina Díaz (2013), do jornal El Universal, Margarita López Maya afirma: "O presidente Chávez teve uma liderança caudilhesca que desde o princípio teve traços messiânicos. Isso se viu desde 1998 e ele tem os atributos para ser um caudilho na Venezuela e América Latina."

O populismo chavista levou ao culto a Chávez – e isso o aproxima de Bolívar – ainda em vida, e depois da morte iniciou-se a sua deificação. Não é possível afirmar que Chávez desejasse se assemelhar a Simón Bolívar também nisso, e hoje em

dia o governo Maduro tenta usar Chávez como o centro da unidade do bloco que atualmente ocupa o poder. Conforme indica López Maya, em entrevista a Sara Carolina Díaz (2013):

> ...na teoria do populismo se fala dos enfeites do líder carismático populista e Chávez tem isso desde o princípio. Nos últimos anos, e sobretudo a partir da enfermidade, tem havido uma ênfase em acentuar o caráter messiânico religioso do presidente Chávez, de divinizá-lo. Creio que o 10 de janeiro[44] se pretendia dar legitimidade a uma liderança sumamente parda e débil como pode ser o de Nicolás Maduro ou o do chavismo em geral.

A convalescença por causa do câncer deu a Chávez e aos chavistas o motivo de que necessitavam para o processo de deificação. Concorda com essa linha o teólogo e professor da Universidade Católica Andrés Bello, que afirma que "a enfermidade do Presidente permite alimentar traços messiânicos (Espinoza, 2013a)."

> Durante a campanha eleitoral de 2012, a Rádio CRP 91,5 FM – CRP se refere a Colectivo[45] Radiofónico Petare – em Petare, povoação localizada na Grande Caracas, com uma população em torno de 800 mil habitantes, dedicou-se a buscar votos para o presidente candidato. Em um dos programas, um participante disse: "Amigos, cada voto nos candidatos do chavismo é uma oração ao presidente" (Krauss, 2013, p. 14).

Aqui, a oração era para a recuperação do Presidente, mas já era também o prenúncio da santificação de Chávez. Logo depois da sua morte, rosários começaram a ser comercializados na Venezuela com o rosto de Chávez na medalha do adereço religioso.

> Trata-se de todas as maneiras de "endeusar" a Chávez como o Cristo dos pobres e sua consequente consagração no coletivo como um culto póstumo e permanente a sua personalidade. Declarações como "Chávez está ao lado de Cristo" ou "Chávez é como Deus que está presente entre nós mas não o vemos" são provas confiáveis com o que se pretende investir a Hugo Chávez Frías com o propósito de criar uma imagem de um semideus onisciente que perdure no tempo (Ramírez, 2013).

No bairro 23 de enero (23 de janeiro) já é possível fazer tributo a Hugo Chávez numa pequena capela que traz no seu umbral o nome Santo Hugo Chávez. No interior do santuário há uma foto de Chávez diante de uma figura de Jesus Cristo carregando a cruz e Chávez batendo continência para Cristo. Ali, as pessoas levam

[44] Data em que estava marcada a posse de Hugo Chávez para um novo mandato presidencial.
[45] Os "colectivos" são uma espécia de bairro, uma comunidade. Leal a Chávez e ao chavismo, Petare é um dos bairros mais pobres e o mais violento de Caracas, à frente do "23 de enero".

flores e as colocam num pequeno altar onde foi colocada uma imagem de escultura do busto de Hugo Chávez.

Também no *23 de enero* há uma parede pintada semelhante à última ceia de Leonardo da Vinci, porém estão à mesa Jesus Cristo, no centro, ladeado por Hugo Chávez, à sua direita, e outros personagens como Che Guevara e Karl Marx participando da ceia. Numa outra pintura, feita em uma banca de revista, figuram Cristo ao meio e Chávez e Bolívar em cada lado.

Em entrevista à jornalista do El Universal, Gabriela Turzi Vegas (2013), o Consultor Político Ángel Álvarez disse que a IV República, o puntofijismo, já usava elemento religiosos como estratégia de propaganda governamental, uma atitude que não é de iniciativa popular: "'Sim, há uma intenção de converter um movimento político em religião, porém é a partir do Estado, igual a como fez Stálin, não a partir do povo (...) de cima para baixo e não de baixo para cima', indicou [Ángel Álvarez] (Turzi Vegas, 2013)". "Detalhou que os regimes populistas buscam criar um culto em torno do líder, 'especialmente nas etapas terminais' de uma gestão (Turzi Vegas, 2013)," informou a jornalista sobre o que pensa Ángel Álvarez.

Posição semelhante à do sociólogo Enrique Alí González Ordosgoiti, o qual entende, conforme expressou em entrevista a Ocarina Espinoza (2013b), do jornal El Universal, que "instituições de poder debilitadas em um país são o nicho perfeito para que prosperem lideranças carismáticas proféticas."

Para manter seu populismo, Chávez usava o orçamento da Venezuela de maneira discricionária, tratava-o com pouca transparência e, comumente, gastava mais do que arrecadava, o que provocou um aumento vertiginoso da dívida pública do país.

O economista Alexander Guerrero, professor da UCV, afirmou, segundo o El Nacional, que o "Ministério da Planificação e Finanças mostra um saldo de 104,7 bilhões de dólares no encerramento de 2012, o que representa um aumento de 276% com respeito a 1998, quando os compromissos somaram 27,8 bilhões de dólares"[46]. Isso com o preço do barril do petróleo da uma média de 103 dólares em 2012.

Para ter liberdade para mexer da forma como queria, o governo Chávez manipulava o orçamento de maneira pouco transparente, o que torna Venezuela o quarto país menos transparente da América Latina segundo a ONG transparência Venezuela. A

[46] *Deuda venezolana se triplicó en gobierno de Chávez*. Jornal El Nacional, de 31 de março de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/economia/Deuda-venezolana-triplico-gobierno-Chavez_0_163783649.html. Acesso em 30 de outubro de 2013.

ONG apresentou um estudo feito pela *International Budget* que concluí que a Venezuela "está dentro dos quatro piores da América Latina, superando Equador, Bolívia e República Dominicana"[47].

A mistura do público com o privado é uma expressão do personalismo no Estado chavista. Muitas pessoas são escolhidas para ocupar cargos unicamente por causa das relações de parentesco. Do ciclo pessoal de Hugo Chávez, destacam-se alguns casos, como o de Adán Chávez, irmão do Presidente, que foi ministro da educação e embaixador da Venezuela em Cuba; Argenis Chávez, presidente da Corpoelec, e mais tarde, Diretor Executivo da Magistratura (DEM), uma espécie de administrador chefe do TSJ; Adelis Chávez é vice-presidente do Banco Sofitasa, que administra as finanças do governo do estado de Barinas, onde os Chávez governam há anos; Narciso Chávez supervisiona os programas assinados entre Venezuela e Cuba. Jorge Arreaza, genro de Chávez pelo casamento com Rosa Virginia Chávez, foi vice-ministro de assessoramento de Ciência e Tecnologia, depois, ministro da Ciência e Tecnologia, e atualmente, vice-presidente da República; Rosa Virginia Chávez, por sua vez, é a chefe do programa social Missão Milagre. Em 24 de maio de 2007, Hugo Chávez designou seu primo Asdrúbal Chávez como novo vice-presidente de Refino, Comércio e Fornecimento da estatal Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA).

O vice-presidente, Nicolás Maduro, por sua vez, é casado com Cília Flores, nomeada procuradora-geral da República de fevereiro de 2012, cargo que ocupou até a vitória do marido em abril de 2013. Ou seja, durante a eleição do marido, Cília Flores era a encarregada de fiscalizar o cumprimento da lei.

Foi Cília Flores que deu o parecer para adiar a posse de Hugo Chávez, dizendo que o dia da posse, marcado na constituição, era apenas uma formalismo sem importância.

O personalismo chavista era tal que se chegava até mesmo a compará-lo com figuras como Perón.

> O próprio Chávez, junto com um sem-número de acadêmicos, analistas e opositores, definiram o chavismo como socialista. Todavia, suas raízes cívico-militares, seu personalismo, o culto ao líder, o forte cunho nacionalista e o estilo de distribuição, encontram antecedentes muito mais fortes no ex-presidente francês Charles de Gaulle (1958-1969) e Juan Perón (1945-1955 e 1973-1974), que em Karl Marx ou Vladimir Ilich Ulianov (Lênin) (Vales, 2013).

[47] *Venezuela es el cuarto país menos transparente en la región*. Jornal El Nacional, de 30 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/economia/Transparencia-Venezuela-cuarto-region-presupuesto_0_127788560.html. Acesso em 30 de janeiro de 2013.

Luís Miquilena disse ao repórter José Vales (2013) que Hugo Chávez se achava parecido com De Gaulle desde a prisão em 1994, e Heinz Dieterich, por sua vez, identifica que a Venezuela de Chávez vive um desenvolvimentismo de cunho peronista. Qualquer que seja o personagem, as semelhanças são muitas quando se revestem do populismo.

> Montados sobre o fundamento da emoção, os caudilhos populistas tomam para si o Estado em nome da nação; aniquilam todo vestígio de institucionalidade que incomode seus projetos personalistas e se erguem como os eleitos por Deus e pela história para redimir a seus povos na mais genuína volta a estágios pré-políticos (Arenas, 2011, p. 64).

O caráter personalista e populista do chavismo gerou uma espécie de bonapartismo andino, que transformou um tenente-coronel golpista na deidade dos pobres, que não apenas apoiaram Chávez ao longo de seus governos como o idolatraram em vida e o endeusaram depois da morte.

5.2.7 Perseguidor.

Hugo Chávez acusou diversas vezes o puntofijismo de não ser uma democracia verdadeira. Para Chávez, o Estado venezuelano era governado pela burguesia e para a burguesia, e mantido pelo uso da força contra a população. E o Presidente estava certo, embora omitisse o fato dos muitos ganhos sociais durante os quarenta anos em que AD e COPEI se revezaram no poder.

Foi durante o puntofijismo que se construiu grande parte da infraestrutura hoje em dia existente no país; a educação, nos quesitos de matrícula, escolaridade, alfabetização, entre outros, já tinha importantes níveis, sobretudo quando comparado com outras nações latino-americanas.

No período do puntofijismo, para se ter acesso a algumas benesses ou a alguns empregos, era necessário pertencer ao AD ou Copei ou ser apadrinhado de algum político importante, mas não era comum que as pessoas fossem perseguidas por não aceitar a classe dominante, diferentemente do que ocorreu na Venezuela durante os anos de governo de Hugo Chávez, principalmente no período do Estado chavista.

A perseguição chavista se voltou contra pessoas, organizações, governos e os meios de comunicação, bastando para isso que não concordassem com as orientações do governo e que essa discórdia representasse algum perigo para a manutenção da hegemonia do bloco no poder.

> Em meados de setembro de 2008, a Human Rights Watch publicou seu relatório "Uma década de Chávez: intolerância política e oportunidades perdidas para o progresso dos direitos humanos na Venezuela". (...) O relatório conclui que, na Venezuela, foi adotado um amplo espectro de medidas que enfraqueceram garantias fundamentais, levando a desprezar a separação e independência dos poderes, afetando o direito de liberdade de expressão dos jornalistas e o direito à liberdade de associação dos trabalhadores. Horas depois de apresentado seu relatório, o governo da Venezuela expulsou do país José Miguel Vivanco, diretor da Divisão das Américas do Human Rights Watch (Krauze, 2013, p. 345-346).

Não apenas o que aponta o relatório da *Human Rights Watch* estava certo, como a expulsão de José Miguel Vivanco veio para confirmar o estilo chavista de lidar com pessoas e organizações que de alguma forma se opunham ao projeto de poder do Presidente da República.

Chávez "perseguiu os opositores mediante mecanismos como a lista Tascón e o programa Maisanta, que contribuíram para sua identificação, sua exclusão de postos governamentais e sua eventual perseguição, entre outras medidas (Internacional Crisis Group, 2007, p. 11-6, apud Serbin, 2008, p. 123-124)."

A lista Tascón é uma lista de assinaturas das pessoas que assinaram o abaixo-assinado pedindo o referendo revogatório. A lista, que deveria ser apenas para verificação das assinaturas, foi usada pelo deputado Luis Tascón e pelo governo para perseguir qualquer um que tivesse assinado a lista. Qualquer pessoa que quisesse, por exemplo, trabalhar para o governo Chávez não poderia ter o nome na lista. É a postura maniqueísta do chavismo, que exige a definição do outro entre apenas duas opções: aliado ou opositor. No último caso, deverá suportar forte confrontação, que é uma das características do Estado chavista.

> A confrontação do presidente Chávez com os setores políticos, econômicos e sociais venezuelanos que não constituíram seus incondicionais aliados conduziu a uma profunda fratura institucional e social com importantes consequências para a governabilidade do país (Gamus Gallego, 2011, p. 322).

A intolerância política fez surgir uma nova modalidade de preso na Venezuela recente: o preso político. Fato que o governo nega ao dizer que a prisão

dessas pessoas é para o cumprimento de pena por crime cometido contra outras pessoas ou contra o Estado. O motivo mais frequentemente alegado para a detenção dos inimigos políticos é a corrupção.

Embora o governo da Venezuela seja um dos mais corruptos do mundo, segundo relatório da Transparência Internacional 2013, não se conheceu no período do Estado chavista nenhum apoiador do Presidente preso por corrupção, ainda que as denúncias fossem muitas e as evidências as mais claras.

Como não dá para medir a corrupção, a Transparência Internacional mede a percepção da população quanto à corrupção. No relatório de 2012, em que a organização fez um *ranking* entre os países, a Venezuela ficou em 165º lugar em um total de 174 países. O relatório de 2013, que não faz o *ranking*, mas indica casos pontuais de percepção da corrupção, aponta que a Venezuela está entre os países que pioraram em termos de corrupção. 27% dos entrevistados venezuelanos disseram ter pagado propina para ter acesso a serviços públicos como polícia, justiça, cartório, terra, educação, saúde, impostos e outras utilidades.

No caso de percepção da corrupção por instituição, numa nota que vai de 1 a 5 (1 sendo a instituição completamente livre de corrupção, e 5 sendo o extremamente corrupto), as notas foram as seguintes: Partidos Políticos (4,2); parlamento (3,8); militares (3,8); ONGs (3,4); meio de comunicação (3,6); corpos religiosos (3,0); setor privados (3,8); sistema educacional (3,2); judiciário (4,1); sistema médico e de saúde (3,3); polícia (4,4); funcionários públicos (4,3).

Com essa situação, não seria difícil para o governo encontrar um corrupto entre seus membros, mas isso não ocorria. Porém, bastava que algum chavista se desviasse do projeto chavista de poder e pudesse ameaçá-lo, ele já era investigado por corrupção. Foi o caso de Raúl Isaías Baduel, companheiro de Chávez em Samán de Güere, que o resgatou quando do golpe de 2002 e que mais tarde foi seu ministro da defesa.

Baduel não apenas se opôs abertamente à reforma constitucional de 2007, como fez campanha contra o projeto chavista, aparecendo na televisão e militando no sentido contrário a Chávez. Mais tarde Baduel foi preso, condenado a oito anos de prisão sob a acusação de ter desviado verbas no período em que era ministro. Enquanto este trabalho está sendo escrito, Baduel permanece encarcerado.

Outro caso emblemático dos presos políticos é o do Comissário de Polícia Ivan Simonóvis, ex-secretário de segurança cidadã de Caracas durante os fatos de abril

de 2002, envolvido nos acontecimentos da Ponte Llaguno, quando várias pessoas foram mortas por tiros disparados contra a multidão por atiradores de elite instalados no alto dos prédios. Como era o chefe da Polícia Metropolitana de Caracas, foi responsabilizado pelas mortes e condenado a 30 anos de prisão. Mesma condenação foi estendida para os Comissários Henry Vivas e Lázaro Forero.

Ivan Simonóvis está preso desde 22 de novembro de 2004 e apresenta na atualidade um quadro clínico delicado, com 19 doenças a serem tratadas, a principal sendo a perfuração da vesícula biliar, produzindo peritonite com gangrena vesicular e infecção interna. Vários pedidos foram feitos – inclusive por José Vicente Rangel – ao governo para que permitisse a saída de Simonóvis para uma clínica para ser tratado adequadamente, porém todos foram negados. Simonóvis permanece recluso no prédio helicoidal do Serviço Bolivariano de Inteligência (Sebin).

Queixando-se também de problemas de saúde, a ex-juíza Maria de Lourdes Afiuni recebeu soltura condicional depois cumprir prisão domiciliar de 17 de dezembro de 2009 até 14 de junho de 2013. No dia 10 de dezembro de 2009, a magistrada concedeu liberdade condicional ao banqueiro Eligio Cedeño, acusado pelo governo de evasão de divisas (em sete dias ela foi presa e condenada). Cedeño já havia sido preso em 2007 acusado de contrabando por simulação de importação, distração de recursos bancários e obtenção de dólares de maneira fraudulenta. A principal razão para as prisões sobre Cedeño foi o fato de ele ter financiado a oposição venezuelana, e Afiuni foi considerada defensora de um inimigo político do chavismo.

Eligio Cedeño conseguiu fugir para os Estados Unidos, onde se encontra exilado e de onde disse que continuará a ajudar a oposição da Venezuela a derrotar o atual bloco no poder.

O caso Afiuni teve repercussão internacional. Em seu favor se pronunciaram a Conferência Episcopal da Venezuela, a *Human Rights Watch*, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, o Colégio de Advogados da Inglaterra e Gales, além de uma nota de Noam Chomsky, publicada em júlio de 2011 no jornal The Observer.

Oscar Medina (2012) estima que existam 40 venezuelanos considerados presos políticos e 80 vivendo no exílio, distribuídos entre Estados Unidos, Panamá, Costa Rica, Colômbia, Peru e Espanha.

Quando se trata de corrupção no seio do chavismo, o governo não apenas nega como encobre e, ainda mais, inverte o caso, passando de acusado para acusador. Aí

sim, as denúncias de corrupção caminham, aí a justiça anda, o parlamento funciona, a justiça se apresenta, o ministério público se manifesta.

O Estado chavista é aquele que se apropriou das empresas públicas para benefício de seus aliados e boliburgueses e para o financiamento das campanhas dos chavistas, principalmente das campanhas de Hugo Chávez.

No estado Bolívar ficam grandes indústrias de base do país, a indústria pesada, como ferro, ouro e alumínio, muitas delas nacionalizadas ou com mais de 50% do capital adquirido pelo governo Chávez, embora algumas ainda funcionem em associação com outros países, como China e França. Juntamente com a PDVSA, essas indústrias são a base da economia venezuelana, determinante, portanto da vida do país. Quem controla o Estado controla todas essas empresas e determinam os rumos do país.

De posse dessas empresas, os chavistas passaram a explorá-las como os puntofijistas fizeram com a PDVSA, ou seja, usurpando grandes somas em dinheiro, repassado para pessoas ligadas ao chavismo. Essa situação foi denunciada pelos oposicionistas, como o Deputado Andrés Belásquez, do partido La Causa R, que em entrevista ao Jornal Tal Cual afirmou:

> Em Cidade Bolívar existem os grandes cartéis. O do ferro, do vergalhão, do ouro e do alumínio. A todos já denunciamos. (...) Todos esses cartéis foram montados pelo governador Francisco Rangel Gómez, ainda que estejam presos o empresário Yamal Mustafá e o presidente da Ferrominera, Radwan Sabbah, os testas-de-ferro de Rangel (Araujo, 2013).

Andrés Velásquez acrescenta:

> Qual é o poder que protege Rangel Gómez se todas as investigações conduzem ao governador do estado Bolívar? Sabbah foi mantido ali durante sete anos, à frente da Ferrominera do Orinoco e Mustafá, através de seu sobrinho, entregavam motos à Ferrominera e estes entregavam ouro, que convertiam em grandes fortunas. O capo de toda essa operação é Rangel Gómez. Lembre-se de que no alumínio trabalhava seu genro e uma empresa relacionada com ele. No vergalhão, seu chefe de finanças, Luis Velásquez, era quem manejava o negócio (Araujo, 2013).

E as prisões de Sabbah e Mustafá ocorreram no governo Maduro. Enquanto Chávez esteve vivo, não foi oferecida nenhuma resposta efetiva para o problema, apesar de se queixar da corrupção. Com a pouca legitimidade com que se mantém no governo e acusado permanentemente de leniência com a corrupção, Nicolás Maduro determina a prisão de pessoas ligadas ao esquema criminoso, porém o principal mentor e articulador

da corrupção na empresas públicas de Cidade Bolívar, o governador do estado Bolívar, continua intacto.

Como intactos permanecem tantos outros chavistas ou aliados que foram denunciados ante os vários órgãos que têm a função de se ocupar desses casos. "Numerosos funcionários de alto coturno têm sido apontados e inclusive tiveram seus casos levados à Fiscalia da República. Para cumprir com as formalidades, porque esse organismo não se ocupa senão da gente de oposição (Boccanegra, 2013)", denuncia o jornalista Simón Boccanegra em matéria, de 05 de agosto, do jornal Tal Cual Digital.

Nessa mesma matéria o jornalista inclui outros tantos casos que ficaram apenas na denúncia.

> Capriles Radonski, uma vez empossado no governo [do estado] Miranda, apresentou ante a fiscalia várias pilhas de caixas contendo evidências dos supostos atos de corrupção cometidos por Diosdado Cabello nesse governo estadual. Passaram-se cinco anos e o caso jaz esquecido em algum armário da fiscalia. Igualmente ocorreu com José Vicente Rangel filho, o qual, denunciado por Ocariz, anda por aí feliz e contente e até vice-ministro é. E assim ocorre com Rafael Isea, Johnny Yañez Rangel, Antonio Rodríguez San Juan, Francisco Rangel Gómez, Juan Barreto, Gian Carlo Di Martino y Francisco Arias Cárdenas. Todos com denúncias fundamentadas sobre os ilícitos que supostamente teriam cometido no exercício de suas funções públicas (Boccanegra, 2013).

O jornal Tal Cual Digital, na edição do dia 31 de julho de 2013, traz uma matéria intitulada *Prohibido investigarlos*[48] em que cita dez nomes – que incluem os da citação acima – informando os supostos casos de corrupção em que esses chavistas estão envolvidos, pelos quais estão formalmente denunciados, e ainda não foram investigados.

É uma postura muito parecida com a do ex-presidente Getúlio Dorneles Vargas: aos amigos, tudo! Aos inimigos, a lei! Basta se ver como o governo agiu nos casos de Richard Mardo, Leocenis García, Iván Simonóvis, Raúl Isaías Baduel, Maria de Lourdes Afiuni e uma lista de presos políticos. A estes, os chavistas ainda querem incluir Henrique Capriles Radonski, governador do estado Miranda, candidato a presidente derrotado na disputa contra Chávez e contra Maduro e o mais eminente opositor do chavismo, com fortes chances de chegar à Presidência da República em uma próxima eleição.

---

[48] A matéria não está assinada, assumida portanto como de responsabilidade do jornal Tal Cual Digital, de 31 de julho de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/nota/visor.aspx?id=88375. Acesso em 11 de agosto de 2013.

O alvo principal da perseguição chavista são os meios de comunicação, a começar pelo caso exemplar e emblemático do fechamento da Rádio Caracas de Televisión (RCTV) em 2007, acusada de apoiar abertamente o golpe de 2002. Sem a RCTV, outros meios de comunicação intensificaram a oposição ao governo, que também passou a retaliar com base na Lei de Responsabilidade Social em Rádio, Televisão e Meios Eletrônicos (Resorte) – publicado no diário oficial nº 39.610, de 07 de fevereiro de 2011 –, com destaque para rede de televisão Globovisión.

Esta TV foi multada pelo governo em muitas ocasiões. Uma delas foi a cobertura da rebelião do presídio El Rodeo, localizado em Guatire, estado Miranda, em 17 de junho de 2011. O canal fez entrevista com familiares dos detentos, que, desesperados, queriam saber notícias de seus parentes dentro da unidade prisional. O governo entendeu que o canal havia violado os artigos 27 e 29 da Lei Resorte. Os dois artigos prevêem sanções contra aqueles que utilizarem meios de comunicação para veicular mensagens que incitem ou promovam o ódio e a intolerância por razões religiosas, políticas, por diferença de gênero, por racismo ou xenofobia; que façam apologia ao delito, que causem inquietação ou alterem a ordem pública, que desconheçam as autoridades constituídas, dentre outras previsões legais.

A multa aplicada pela Comissão Nacional de Telecomunicações da Venezuela (Conatel) foi de "7,5% dos rendimentos brutos percebidos durante o exercício fiscal do ano 2010, um montante que equivale a 9 milhões e 300 mil bolívares fortes[49]."

> [O diretor da Conatel Pedro] Maldonado ressaltou que a diretoria da Conatel determinou de maneira unânime que a cobertura que realizou sobre o caso de El Rodeo gerou inquietação, "ao tomar declarações de mães desesperadas que queriam saber sobre o estado de seus filhos"[50].

Não bastassem as multas já aplicadas, em junho de 2012 "a Sala Político-Administrativa do TSJ decidiu o embargo executivo à Globovisión pela soma de 24.425.216 de bolívares (Morales, 2013)."

As multas sobre a Globovisión – que eram decididas e executadas em 24 horas – levaram seus proprietários a anunciar, em 15 de março de 2013, que, por

---

[49] *Conatel sanciona a Globovisión por cobertura del caso El Rodeo*. Jornal El Tiempo, de 18 de outubro de 2011. Disponível em http://eltiempo.com.ve/venezuela/medida/conatel-sanciona-a-globovision-por-cobertura-del-caso-el-rodeo/34860. Acesso em 14 de novembro de 2013.
[50] Idem.

pressões políticas e judiciais, venderiam os 80% da emissora pertencentes ao grupo controlador – 20% já haviam sido confiscados pelo governo em 2010 como forma de retaliação –, que passariam para as mãos do chavista Juan Domingo Cordero logo depois das eleições presidenciais de 14 de abril de 2013, como de fato aconteceu, levando a pedidos de demissão em massa de vários apresentadores que não concordavam com a nova linha editorial.

> Juan Domingo Cordero é um empresário vinculado ao setor financeiro, que em 1996 foi condenado a prisão de dois a quatro anos por aproveitamento fraudulento de fundos públicos durante a crise financeira de 1994, condenação da qual foi absolvido em 1999. É irmão da designer de modas Ana Julia Cordero e tio de Ana Julia Thomson de Zuloaga, esta última, esposa de Guillermo Zuloaga, acionista majoritário do canal de noticias. Presidiu o extinto Banco de Barinas e a desaparecida Bolsa de Valores da Venezuela. Atualmente é o principal acionista de Seguros La Vitalicia (Morales, 2013).

A Globovisión era a única TV de alcance nacional que fazia frente ao uso político indiscriminado que o governo faz do canal estatal VTV. Durante a campanha para Presidente da República, enquanto a VTV transmitia ininterruptamente os comícios e discursos do candidato governista, a Globovisión dava espaço para os eventos de Henrique Capriles Radonski. Na Venezuela, agora, não existe mais oposição à altura da ofensiva midiática do governo chavista.

O jornal 6to Poder, de propriedade de Leocenis García, foi fechado uma vez porque trouxe uma foto de capa com dançarinas de can-can, porém os rostos eram de ministras. O grupo comunicacional 6to Poder continuou com uma linha editorial crítica ao governo até ser definitivamente fechado em 2013. Leocenis García foi preso acusado de evasão de divisas e todas as publicações do grupo deixaram de circular.

Situação semelhante ocorreu com o jornal Versión Final, editado em Maracaibo, estado Zulia. Depois de muita perseguição, o periódico foi vendido para "Carlos Alaimo, sogro do filho do governador Francisco Arias Cárdenas, acionista do canal de televisão Aventura TV, que também é afim ao executivo regional (Luengo, 2013)."

Francisco Arias Cárdenas se formou junto com Hugo Chávez na academia militar nos anos 1970, onde se graduou em Ciências e Artes militares. Ainda muito cedo se integrou ao grupo de Hugo Chávez e foi integrante do MBR-200. Esteve com Chávez na tentativa de golpe em 1992 e em Forte Tiuna.

Em um breve rompimento com Chávez, do qual se tornou crítico, lançou-se candidato a Presidente nas Eleições de 2000, quando foi derrotado por Hugo Chávez. Em 2005, voltou a apoiar Chávez. Em 2012, foi eleito governador do estado de Zulia, onde usaria o estilo chavista de pressão sobre os adversários, inclusive sobre a imprensa, como é o caso do *Versión Final*, que passará a se chamar *Correo del Lago*, numa referência ao lago Maracaibo. Todos os empregados serão demitidos e uma nova linha editorial será inaugurada.

"Outro meio que sofre a pressão governamental é a Global TV, que no domingo passado [25 de agosto] foi retirada das operadoras a cabo Inter e Net Uno (Luengo, 2013)." A principal razão para a pressão é a transmissão de um programa televisivo de Henrique Capriles, mais proeminente adversário do chavismo.

Outro setor que cada vez mais se encontra na mira do chavismo é o empresarial, em virtude da constante alta nos preços. Como o governo é ineficiente, coloca a culpa nos empresários, acusado de preços abusivos. O governo, por sua vez, quer sempre baixar o preço por decreto, e para isso criou a Lei de Custos e Preços Justos.

Ainda em plena atividade, Hugo Chávez ameaçou empresários que mantinham os preços considerados por ele muito altos. Chávez disse que se não baixassem os preços nacionalizaria os estabelecimentos comerciais e os entregaria aos trabalhadores.

> "O que não aceitar [a redução dos preços] diga-o de uma vez, se não o aceitam nacionalizamos a empresa, mais nada, a entregaremos aos trabalhadores e já verão vocês que continuam baixando os preços", assinalou. Dirigiu-se a empresários que, diz, ameaçam com o desabastecimento. "Estão nos ameaçando, não lhes ocorra porque nacionalizo tudo isso, não lhes ocorra" (Rodríguez, 2012).

Toda perseguição era feita em nome do povo, ainda que o próprio governo soubesse que muitos dos problemas econômicos, financeiros e de má relação política durante o Estado chavista tinham sua origem na própria maneira de existir do Estado, na forma como o Estado era controlado.

5.2.8 Desprezo pela Constituição e pelas leis.

Hugo Rafael Chávez Frías sempre foi acusado de fazer pouco caso da democracia e suas leis, mas a verdade é que Chávez teve o cuidado de trilhar o caminho legal desde que percebeu que simplesmente usar a força não seria o mais adequado para um país acostumado e afeito à democracia formal. Depois de 1992, Chávez não teve mais dúvida de como deveria proceder para chegar ao poder. Assim, desde o início de seu governo, Chávez procurou respeitar as leis, mesmo sem concordar com muitas delas, inclusive com a "moribunda" constituição de 1961, daí seu desejo de criar um novo arcabouço legal na Venezuela a partir de uma nova Constituição.

No golpe de Estado de 2002, em plena crise, para não permitir que se justificasse qualquer ação pela ausência do Presidente e se declarasse vazio de poder, o vice-presidente da República assumiu a Presidência seguindo todos os trâmites legais e depois, com todas as formalidades, devolveu o cargo a Hugo Chávez depois de este ter sido resgatado pelos homens comandados por Isaías Baduel.

Contudo, com a evolução do chavismo, Chávez foi se distanciando do seu apego à legalidade, e cada vez mais foi usando a lei conforme lhe convinha. Quando a lei se apresentava como entrave para o chavismo, ela era burlada, mal interpretada ou, quando não havia jeito, escandalosamente desrespeitada.

No Estado chavista, existe muito mais uma simulação de respeito às leis do que a verdadeira regência dos atos pelas leis orgânicas e pela Constituição chavista. Como indica Sosa (2012),

> A simulação está sustentada em aparentar que o Governo cumpre os mandatos constitucionais e nos mantemos em democracia; envolve-se o exercício do poder político com a criação do Poder Popular com a finalidade de fazer crer que o povo manda e que o governo obedece, quando na realidade se está fragmentando e atomizando a sociedade (Sosa, 2012, p. 66).

O desrespeito às leis ficou mais claro no Estado chavista, isto é, depois que Chávez foi derrotado exatamente porque queria criar leis que o povo rejeitou no referendo de 02 de dezembro de 2007. Um caminho para resolver esse problema para Chávez foi a aprovação de mais uma Lei Habilitante, instrumento que Chávez manteve do Puntofijismo sem qualquer constrangimento.

Antes de encerrar a legislatura 2005-2010, em que detinha todas as cadeiras, Hugo Chávez fez passar uma nova Lei Habilitante com a justificativa de resolver problemas relacionados com fortes chuvas ocorridas no país em novembro de 2010. O presidente da República sabia que não conseguiria aprovação com a nova composição

da casa legislativa, portanto era necessário receber, mais uma vez, a autorização para legislar de forma discricionária, como fizera durante o período pré-golpe.

Em consonância com seu desprezo pelas leis quando estas punham barreiras ao projeto chavista, Hugo Chávez "utilizou a habilitante para tudo menos para as chuvas porque apenas 13% das aprovadas tinham a ver com a emergência pelas precipitações (Globovisión, 2012)," pondo assim em cheque a propalada democracia participativa, uma vez que até a participação dos parlamentares havia sido suspensa pelos próprios representantes do povo.

> A Lei Habilitante fixa os limites, as áreas e as matérias da delegação, e se contrastarmos a última Lei Habilitante em vigor com as exigências e controles constitucionais, observamos que foi um texto genérico que habilita por áreas de políticas públicas, portanto a Assembleia entregou mais que uma delegação, abdicou de suas competências constitucionais, de maneira que nada têm a ver com o que ocorre na prática política com o consagrado na Constituição (Sosa, 2012, p. 58-59).

Essa Lei Habilitante reacendeu o sentimento no povo de que os políticos e principalmente os partidos não o representam. Esse instrumento legal, que durou dezoito meses – até o primeiro semestre de 2012, um pouco antes das eleições presidenciais –, e que deveria ser uma exceção, parecia ter-se tornado uma regra, inclusive com ameaça por parte do Presidente da República, que chegou a dizer que poderia aprovar outra Lei Habilitante para cumprir seus desígnios.

A Lei Habilitante deu ao executivo o poder de legislar, concentrando ainda mais poder nas mãos de Hugo Chávez, fato que preocuparia Simón Bolívar, o qual, como já escrito anteriormente, desejava o império das leis e a submissão a elas por serem o bastião garantidor da segurança contra a tirania (quando os governos têm muito poder) e contra a anarquia (quando não existem leis que controlem as populações). Essa posição de Bolívar se assemelha à de Sosa (2012), para quem o despotismo será o regente se o princípio da separação dos poderes não for observado, conforme está previsto na Constituição.

Durante a vigência da Lei Habilitante, a Assembleia praticamente se anulou. De acordo com Carlos Vecchio (2012), 70% do que se aprovou na Assembleia Nacional venezuelana de 2006 a 2010 não estava previsto pela casa legislativa, que praticamente ficou a reboque das mensagens enviadas pelo poder executivo.

"O Primeiro Mandatário foi habilitado 6 meses em 1999, 1 ano em 2001, 1 ano e 6 meses entre 2007 e 2008 e outro ano e meio entre 2010 e 2012, quer dizer, pode

ditar leis durante 5 anos, o equivalente a um período da Assembleia Nacional (Globovisión, 2012),” o que mostra que Hugo Chávez, na prática, acumulou as funções de executar e de legislar.

> Na análise somamos todas as leis habilitantes que foram dadas aos presidentes nos 40 anos, isso dá 172 decretos-leis. Somamos todas as que o presidente Chávez fez antes da última lei habilitante, 169; quer dizer, todos os presidentes antes de Chávez dos últimos quarenta anos somaram 172, o Presidente só em dez anos leva 169. A isto tem que se somar dois anos hoje em dia, e 18 decretos-leis. Finalmente, o Presidente ditou mais leis que todos os presidentes juntos em nosso período democrático dos últimos quarenta anos. Isso é um símbolo da deterioração tremenda que teve a função legislativa e que se está refletindo na atual Assembleia Nacional (Vecchio, 2012, p. 79).

Dos presidentes de todo o período de vigência do Pacto do Punto Fijo, Jaime Lusinchi foi o que mais fez uso desse instrumento, aprovando 79 leis, o segundo foi Carlos Andrés Pérez no seu primeiro período, com a aprovação de 62. Os outros presidentes mal ultrapassaram uma dezena.

Ao todo, Hugo Chávez fez 218 decretos nesses cinco anos de leis habilitantes. Foram leis criadas sem a participação popular e sem deputados, os representantes legais do povo que abriram mão de suas funções legais e constitucionais em benefício do Presidente da República.

E além de não cumprir com seu papel de legisladores, os deputados também não fiscalizam o governo e a administração pública nacional, conforme determina o artigo 187 da Constituição. “Houve treze planos de segurança, nenhum funcionou, não há responsáveis. Dão-se os investimentos para a eletricidade, não se executam os projetos. E a Assembleia como se isso não existisse (Vecchio, 2012, p. 82),” e tudo isso junto fere de forma preocupante o estado da democracia na Venezuela.

Essa apatia da Assembleia Nacional, dentre outros fatores, está relacionada com a cooptação que o Presidente da República exercia sobre seus membros, por meio, por exemplo, da nomeação de deputados para o Tribunal Supremo de Justiça. O deputado, ao se tornar magistrado, já ia comprometido com o presidente, reduzindo assim gradualmente a independência do judiciário, como ficou provado pelas declarações de Eladio Aponte Aponte, ex-coronel e ex-magistrado do TSJ, hoje exilado nos Estados Unidos, e pelas decisões da corte a respeito da situação de vazio de poder quando da convalescência de Hugo Chávez antes de sua morte e sua incapacidade de tomar posse no dia marcado pela Constituição.

A magistratura passou a ser mais um instrumento na manutenção do chavismo, repleto de ilegalidades e parcialidades. Chavista, o poder judiciário interpreta as leis de acordo com a vontade do governo. "A primeira característica ou condição para ser magistrado é que não tenha parcialidade política, (...) mas designamos deputados do MVR em sua oportunidade e agora do PSUV, e os designamos magistrados agora, em 2010 (Vecchio, 2012, p. 85)," mais uma característica do funcionamento do Estado chavista, ou seja, o desprezo pelas regras, pelas leis, e ao mesmo tempo exercendo o controle sobre os poderes da República.

Como controla o judiciário, os casos de corrupção se alastram, tornam-se conhecidos do público, mas dificilmente um chavista sofre punição. Sobre os casos de corrupção na Venezuela de Chávez, o jornalista Teodoro Petkoff, no editorial do Jornal Tal Cual Digital de 20 de agosto de 2013, fez uma lista dos casos de corrupção do chavismo, todos sem punição, ainda que de conhecimento público.

O primeiro caso a que se refere é o da Produtora e Distribuidora Venezuelana de Alimentos (Pdval). Em 2010, foram encontrados 120 "containers" em Puerto Cabello com alimentos importados abandonados desde 2007. O caso ficou conhecido como Pudreval. "Segundo a Fiscalía se perderam 2,2 bilhões de dólares. Embora o caso tenha salpicado em um familiar direto de Rafael Ramírez[51], os três únicos imputados (...) esperam julgamento em tranquila liberdade (Petkoff, 2013)."

Outro caso sem culpados punidos é o do banqueiro Francisco Illarramendi, que se "declarou culpado pelo desaparecimento de 540 milhões de dólares do Fundo de Pensão da Pdvsa. O responsável pelos movimentos bancários da Pdvsa é Rafael Ramírez. Anunciou investigação porém, como de costume, não houve nada (Petkoff, 2013)."

Petkoff lista outros casos muito famosos no país, todos sem se apontar culpados ou punir os conhecidos.

> Vamos acelerar, só enumerando: Cadivi, denunciado até por [Jorge] Giordani [ministro da economia], Betancourt e Mario Silva; comissões multimilionárias com sobrepreços da Corpoelec, Plan Bolívar 2000; as sopas multissabores nas empresas de Guayana; Diosdado Cabello, que necessita ele apenas de Controladoria; Bandes [Banco Nacional de Desenvolvimento], descoberto graças ao Império; o maletinaço de Antonini e seus 800 mil dólares para a aveludada Cristina; fraude das notas estruturadas; a central açucareira de Barinas; o avião presidencial, comprado sem previsão orçamentária; a

[51] Ministro das Minas e Energia e Presidente da PDVSA.

> lista interminável dos ultrajes, abusos de poder e casos de corrupção da família Chávez no estado Barinas (Petkoff, 2013).

Durante a eleição de 2012, vários abusos foram cometidos por Chávez, como uso escancarado dos funcionários públicos em sua campanha – o funcionário que não comparecesse perderia o emprego –, uso dos recursos públicos para financiamento da campanha de Chávez e uso das empresas públicas para trabalhar em prol de Chávez, mudança de domicílio eleitoral de chavistas fora do prazo previsto pela lei, dentre outros casos.

O uso político do CNE se prolongou para 2013. O CNE fez a mudança de domicílio eleitoral, fora do prazo, que era de 04 de julho, para candidatos do PSUV, como Miguel Ángel Pérez Pirela, Antonio "El Potro" Álvarez e Francisco Garcés[52], com vistas à eleição de 8 de dezembro de 2013.

5.2.9 Em busca de impor um partido único.

O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) – que poderia se transformar no futuro, se o chavismo se mantivesse firme, em Partido Socialista Único da Venezuela – foi criado em 14 de março de 2008 como fruto direto da vontade de Hugo Chávez, sem consultar as bases de sustentação do movimento chavista.

Quando do anúncio de que um novo partido seria criado para abrigar a todos os chavistas, os venezuelanos entenderam que se procurava formar um partido único, nos moldes dos partidos socialistas do século XX. Os chavistas negaram que tivessem esse objetivo, mas apenas de ter uma mesma estrutura partidária para facilitar a organização dos apoiadores de Chávez.

> O Partido Socialista Unido da Venezuela (Psuv) "não é um partido único mas unido" que fortalecerá o processo político venezuelano nesta nova etapa de aprofundamento e aceleração do processo revolucionário, afirmou hoje o diretor geral do Comando Tático Nacional do Movimento Quinta República (MVR), Willian Lara[53].

---

[52] Sobre esse fato, ler El Nacional, de 26 de agosto de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/CNE-modifico-votacion-candidatos-PSUV_0_252574742.html. Acesso em 27 de agosto de 2013.

[53] *Willian Lara destacó que el Psuv no es un partido único sino unido*. Sítio eletrônico Aporrea, de 22 de dezembro de 2006. Disponível em http://www.aporrea.org/ideologia/n88253.html. Acesso em 15 de novembro de 2013.

Mas a própria postura de Chávez levou a crer que se queria mesmo um partido único. No dia em que anunciou a criação da sigla, o Presidente Chávez disse que todos deveriam deixar seus partidos e se filiar ao PSUV. Quem não aceitasse, que deixasse o governo.

> No ato de filiação, o presidente se dirigiu aos partidos de esquerda "que ainda vacilam em dar o passo da unidade". "Não posso impor a eles que se somem ao projeto unitário. Mas se quiserem continuar apoiando o governo, devemos nos sentar (para analisar a proposta), porque aqui não se trata de apoios declaratórios", afirmou[54].

O PSUV não apenas foi criado de baixo para cima como foi imposto aos aliados. Apenas o Partido Comunista da Venezuela (PCV), o Pátria Para Todos (PPT) e o Podemos se recusaram a se dissolver em prol do PSUV.

> Apesar de o PSUV ter sido inicialmente concebido pelo Presidente para fundir em um partido "único" todas as organizações que o apoiavam, em que pesem suas pressões e insistência, e inclusive ameaças de expulsá-los do governo se não se dissolvessem, encontrou muitas resistências por parte de algumas delas e teve de ceder, permitindo que continuassem existindo (López Maya & Lander, 2012).

E Chávez aceitou a continuação das outras siglas provavelmente como recuo estratégico, até que o PSUV ganhasse força também eleitoral, o que de fato aconteceu.

Em 23 de novembro de 2008, elegeram-se os cargos para o período 2008-2012 de governadores dos estados, prefeitos dos municípios e aos legisladores dos Conselhos Legislativos Estaduais, equivalentes às Assembleias Legislativas. Com exceção dos estados Zulia, Miranda e Nueva Esparta, o governo conseguiu a maioria em todos os conselhos legislativos. O PSUV obteve a vitória em 17 dos 22 dos governos estaduais, além de vencer no município Libertador do Distrito Capital, consolidando-o como o partido mais votado em nível nacional.

Todo esse sucesso eleitoral não foi capaz de resolver problemas internos do PSUV, cujas "falhas começam em não promover uma nova cultura ética para a militância, onde reine a livre discussão, a democracia interna, um verdadeiro sistema de formação política e ideológica (Militantes/Dirigentes del PSUV, 2011, p. 59)." E ainda, "fez-se regra que para sair favorecido em um processo interno do partido, deve-se estar

---

[54] *Chávez filia-se ao Psuv e pressiona partidos "que ainda vacilam"*. Portal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Disponível em http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=16468&id_secao=7. Acesso em 14 de novembro de 2013.

apadrinhado por Ministros, Governadores e prefeitos e a complacência de membros da direção do partido, os quais cada vez escondem menos seus apetites grupais (Militantes/Dirigentes del PSUV, 2011, p. 59)."

Pelo que escreveram os militantes e dirigentes do PSUV, o caráter pouco democrático do partido se confirma não só na sua formação, mas também na sua composição e funcionamento internos.

Em matéria sobre Douglas Bravo, Dimitri Duarte obtém o seguinte do ex-guerrilheiro:

> Sobre a possibilidade de que se chegue a um partido único (...), opina Bravo que: 'Donde houve partidos únicos, não há polêmica, não há discussão, vai-se morrendo o pensamento e termina sempre se burocratizando' (Duarte, 2007).

A busca pela instalação do partido único está em consonância com a vontade totalizante do chavismo, que quer controlar todas as instituições. O professor José Guerra assim entende.

> O socialismo marxista leninista implica a instauração de uma ditadura no político. Como é difícil aplicar abertamente uma ditadura nestes tempos, certamente o governo de Chávez tem avançado sustentadamente na conformação de um tipo de dominação totalizante que se parece muito com a que se conformou o PRI no México, onde todos os poderes respondiam às orientações desse partido, o qual por sua vez estava subordinado à panelinha que o dirigia (Guerra, 2012).

Mas no Estado chavista existia uma característica distintiva sobre essa dominação, pois "na Venezuela há uma diferença importante: o partido é uma pessoa e essa pessoa é quem maneja absolutamente todos os fios do poder. Chávez é o partido e o partido é Chávez. O Estado é Chávez, portanto o PSUV é o partido do Estado (Guerra, 2012)."

O partido único é também a imposição do pensamento único, "que é a tradução em termos ideológicos de pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas (Chomsky & Ramonet, 2008, p. 52)."

A manutenção do partido único pode se dar pelo enfraquecimento dos outros partidos, tirando deles não apenas os eleitores mas também o seu financiamento. Como afirma Freddy Guevara (2012),

> O segundo inimigo que têm os partidos políticos na Venezuela é o governo nacional, que utiliza todos os recursos econômicos e coercitivos com os quais conta o Estado para impedir o desenvolvimento das organizações e lideranças que possam competir

> com ele. Eliminou o financiamento público dos partidos e persegue os entes privados que apóiam a oposição (Guevara, 2012, p. 41).

Com o fim do financiamento público dos partidos, apenas o bloco no poder tem acesso aos recursos públicos. E Chávez não apenas tinha acesso como os usava de forma mais escancarada. Freddy Guevara (2012) reconhece:

> Hugo Chávez quis que os que fizessem política na oposição fossem pessoas com dinheiro, para demonstrar que ele é o único que dá oportunidade às lideranças dos setores populares (já que conta com os fundos para apoiá-los eficientemente) e manter assim sua estratégia eleitoral (Guevara, 2012, p. 42).

Quando Chávez se reelegeu em 2012, o PSUV sozinho obteve 79% dos votos da coligação, conhecida como Gran Polo Patriótico. Em 14 de abril de 2013, da união partidária que elegeu Nicolás Maduro, o PSUV só conquistou 41% do total de votos da coligação. Essa redução no número de votos do PSUV aponta para pelo menos duas situações importantes: primeiramente, o partido que foi criado para ser único está minguando, principalmente depois da morte de Hugo Chávez; depois, e isso é ainda mais forte, a queda de 79% para 41% indica que o próprio chavismo está enfraquecendo e, provavelmente, caminhando para desaparecimento.

Essa situação levou o PSUV a recuar para prolongar um pouco mais sua hegemonia na coligação e ao mesmo tempo se manter um pouco mais enquanto partido.

> O desaparecimento físico de Hugo Chávez pôs o PSUV em "estado de necessidade", afirma Wilmer Nolasco, secretário geral do Movimento Eleitoral do Povo, um dos membros do Conselho Patriótico de Partidos. Acrescenta que a sigla se deu conta de que por si só não podia manter sua hegemonia, pelo que abriu alguns espaços a seus aliados (Bergen, 2013).

Pela primeira vez, o PSUV está abrindo espaço para que os partidos aliados apresentem candidatos. Sem a presença de Chávez e a força eleitoral que este tinha, o PSUV não tem mais a capacidade de captação de votos e não pode mais se arvorar como o partido que abriga os revolucionários bolivarianos.

Com a queda na captação de votos em apenas seis meses, a tese da criação de um partido único se torna cada vez mais distante, sobretudo com inflação alta, dólar forte e escassez de produtos, fatores que têm provocado importante declínio nos ganhos sociais que o movimento chavista se orgulhava em propagar.

5.2.10 Ganhos sociais em declínio.

Nelson Merentes, Ministro das Finanças da Venezuela em 2013 e ex-presidente do Banco Central, admitiu, em entrevista ao canal de televisão Televen, que o governo atingiu êxito social, mas que falta o mesmo no campo econômico[55]. Para o ministro falta um crescimento estável.

Não se pode ter êxito social duradouro sem ter êxito econômico equivalente. O ganho social obtido até aqui tem sido em função da bonança petroleira, no entanto grande parte do que se ganha é levado pela inflação, que chegou a 20,1% no ano de 2012. Porém, as conseqüências da política econômica têm provocado uma aceleração do índice inflacionário, que chegou a 45,8% até o final de outubro de 2013 e a 54,3% quando anualizado. Esses índices são os divulgados pelo Banco Central da Venezuela (BCV) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Entre setembro de 2012 e agosto de 2013, os alimentos tiveram uma alta de 62,5% e os produtos agrícolas 86,3%, o que atinge diretamente as populações mais pobres, cujo rendimento é dedicado principalmente à aquisição de alimentos[56]. Só no mês de outubro, os produtos agrícolas tiveram um aumento de 6,9% e o transporte público terrestre, 4,3%.

Teodoro Petkoff fez severas críticas ao que o governo da Venezuela chavista chama política econômica e social. Para Petkoff "não houve nem política econômica nem social, se entendermos por esta última algo mais que assistencialismo (Petkoff, 2013a)."

> Chávez adiantou como política econômica a manutenção do *status quo*. Herdou um quadro econômico determinado e não procurou de modo algum modificá-lo para o bem comum. (...) Chávez não fez outra coisa senão aproveitar o grandioso ingresso proveniente do petróleo para enfrentar problemas pontuais, porém não para utilizá-lo como alavanca para o desenvolvimento econômico (Petkoff, 2013a).

---

[55] *Merentes: Al Gobierno le hace falta éxito en economía*. Jornal El Nacional, de 01 de setembro de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/economia/Merentes-Gobierno-falta-exito-economia_0_256174433.html. Acesso em 12 de setembro de 2013.

[56] *86,3% subieron los precios de los productos agrícolas en un año*. Jornal El Universal, de 12 de setembro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/130912/863-subieron-los-precios-de-los-productos-agricolas-en-un-ano. Acesso em 12 de setembro de 2013.

Petkoff ainda destaca outros pontos importantes a respeito da inércia do governo Chávez na economia, comparando com os anos em que a Venezuela foi governada pela coalizão puntofijista, principal responsável pela modernização do país. "Daqueles anos provêm 150 mil quilômetros de estradas asfaltadas. Chávez não pôde asfaltar sequer a estrada que vai para Macuro. Daqueles anos provêm Ciudad Guayana e as empresas básicas. (...) a nacionalização do petróleo e do ferro (Petkoff, 2013a)," lembra o editor do Jornal Tal Cual.

A ineficiência do Estado chavista, já demonstrada acima, não é só na economia, mas acontece também na administração da sua principal fonte de propaganda como exemplo de prosperidade para os venezuelanos: as missões.

> No caso das Missões que se supõe que são políticas sociais de corte provisional para atender emergências, para atender a uma situação muito grave nas condições de vida das maiorias populares e como tais abre uma nova institucionalidade, para que o Estado se possa mover fora de uma institucionalidade que o obstaculiza em sua ação efetiva em direção ao melhoramento das condições de vida das maiorias. Porém o entrega ao setor militar no caso da Missão Mercal, e isso não tem contrapesos, não tem uma institucionalização. Passam dois e três anos, o dinheiro segue fluindo, o preço do petróleo vai para cima e se abre um mundo de corrupção, ou pelo menos começa a se abrir um mundo de denúncias de corrupção, que ninguém sabe muito bem como fazer com elas. Porém se não se institucionalizam esses espaços, quem verifica os recursos? No caso venezuelano é muito preocupante essa situação pelo elevado dos ingressos fiscais neste momento e pelo nível de desinstitucionalização do Estado (López Maya et al, 2006, p. 67).

A corrupção na condução das políticas públicas é facilitada pela desinstitucionalização do Estado, que está a serviço do desejo personalista do líder, que não aceita intermediações que possam interferir no seu projeto de poder.

> O Estado está colapsado; a nova institucionalidade não termina por se consolidar porque, entre outras coisas, não há nenhuma valoração em direção a essa institucionalidade. Cada vez que alguém propõe "vamos fazer a instituição", há uma espécie de desprezo, há uma espécie de cultura de que "vamos inventar e fazer mais coisas", ou seja, uma espécie de voluntarismo, como "nós somos bons e honestos, então isso pode continuar, vamos fazer isso direito" (López Maya et al, 2006, p. 67).

O governo também se orgulha de ter oferecido aos trabalhadores oportunidades que nenhum outro governo já fez, que é a aprovação da Lei Orgânica do Trabalho, dos Trabalhadores e Trabalhadoras (LOTTT). Na verdade, a lei foi mesmo

dada pelo governo, e não discutida, seja com a população ou com o próprio parlamento, porque foi elaborada com autorização de mais uma Lei Habilitante, como se tornou característica do Estado chavista.

Com a LOTTT, houve redução na jornada de trabalho, porém é necessário que se destaquem alguns pontos. Primeiramente, os trabalhadores informais, que representavam 40,8% da população economicamente ativa – de acordo com pesquisa por amostra de domicílio do primeiro semestre de 2013, divulgada dados do Instituto Nacional de Estatística –, estão em grande medida fora do alcance de grande parte da lei.

Os trabalhadores podem se inscrever no sistema de seguridade social, porém eles têm de arcar sozinhos com o valor de contribuição de um trabalhador formal, que é pago pelo trabalhador e pelo patrão. Por essa razão, segundo Blanca Llerena, Secretária Geral da Federação Unitária de Trabalhadores não Dependentes, "registraram-se menos de 10% dos 5,7 milhões de trabalhadores informais no Instituto Venezuelano dos Seguros Sociais (Díaz, 2013a)."

Além disso, os trabalhadores informais não têm direito a auxílio alimentação. Quando o Presidente da República, Nicolás Maduro Moros, declarou que estava dando um aumento de 10% no salário mínimo e que este passava a valer BsF 4.100, equivalendo a US$ 652,38, o maior da América Latina e Caribe, ele incluiu no valor o auxílio alimentação, que passa dos BsF 1.000,00. Na verdade, o valor do salário mínimo na Venezuela, a partir de 01 de novembro de 2013, é de BsF 2.972,97, ou US$ 471,90 pelo câmbio oficial de US$ 1,00 a BsF 6,30. Porém, o próprio Ministro da Finança admitiu que o novo salário mínimo, na verdade, só equivale a US$ 70,00 em virtude do valor real que a moeda estadunidense tem no mercado paralelo na Venezuela, onde o dólar chega a valer até seis vezes mais que o valor estipulado pelo governo.

É importante não apenas converter para dólares, mas saber o que se pode comprar com o valor do salário mínimo. De acordo com o INE, em agosto de 2013, o venezuelano teve que desembolsar BsF 2.915,28 para comprar uma cesta básica, valor acima do salário mínimo de BsF 2.457,02 para aquele mês. Ou seja, o valor básico recebido mensalmente por um trabalhador venezuelano não chega a comprar uma cesta básica. Apesar de o salário mínimo de BsF 2.972,97, de agosto a outubro a inflação foi de 12%. Se atribuirmos esse incremento à cesta básica de agosto, teremos que, para se comprar o básico na Venezuela, é necessário se pagar BsF 3.329,72. No entanto, a inflação sobre os alimentos tem sido sempre mais alta do que a média mensal.

De acordo com dados oficiais, no mês de outubro de 2013 na Venezuela a cesta básica ficou em 5.672,57 bolívares, resultado de um aumento de 4% em relação ao mês de setembro.

Outro problema sério a ser enfrentado pelo Estado chavista é a violência. Nesse quesito, a Venezuela é um dos países mais violentos do mundo e Caracas se posiciona entre as três cidades no mundo com maior número de homicídios.

> No ano passado [2012] foram mortas no país 16.030 pessoas, o que significa que em média ocorreram 44 homicídios por dia. (...) Esta cifra eleva a 56 por cada 100.000 habitantes a taxa de homicídios e representa um aumento de 14,4% em relação a 2011, quando segundo o Corpo de Investigações Científicas Penais e Criminalísticas no país foram mortas 14.007 pessoas e a taxa era de 47,8 para cada 100.000 habitantes, como admitiu no passado o então ministro das Relações Interiores e Justiça, Tareck el Aissami (Molina, 2013).

Os dados estavam em uma das lâminas apresentadas por Nicolás Maduro ainda como Presidente em exercício quando fez a prestação de contas obrigatória perante a Assembleia Nacional. O mandatário não fez comentários sobre os números, mas a tela ficou ativa durante alguns minutos e deu tempo para os jornalistas copiarem.

Os números são preocupantes, porém menores do que os índices contabilizados por outras organizações, como o Observatório Venezuelano da Violência (OVV), que divulgou seu relatório em 27 de dezembro de 2012. De acordo com esta Organização, morreram, vítimas de violência na Venezuela, 21.692 pessoas em 2012, o que representa uma taxa de 73 mortes para cada 100 mil habitantes, quando o tolerável para os padrões internacionais é de 9 homicídios para 100 mil. Só no Distrito Capital, onde fica Caracas, foram registrados pela OVV 122 mortes violentas para cada 100 mil habitantes, e já "houve treze planos de segurança, nenhum funcionou, não há responsáveis (Vecchio, 2012, p. 82)."

A violência está associada a diversos fatores, entre os quais destaca-se a relação com o narcotráfico – realizado em conluio com militares da ativa, funcionários públicos e outros agentes –. Além disso, várias áreas, bairros inteiros, são dominados por gangues e grupos armados, muitos dos quais com armas e munições fornecidas pelo próprio governo na formação das milícias bolivarianas. São grupos que abrem guerra contra os narcotraficantes e tentam manter suas áreas livres da presença das drogas, mas também cobram por isso, da mesma forma que as milícias, formadas por policiais, fazem no Brasil.

Da mesma maneira como ocorreu no Brasil, a diminuição da pobreza não foi capaz de reduzir a criminalidade. Os crimes que ocorrem não são mais em razão de estado de necessidade, para matar a fome ou ter onde morar. Outrossim, não existe vítima preferencial, pois até os médicos cubanos da missão Bairro Adentro têm sido assaltados e mortos nessas zonas violentas, como no Bairro *23 de Enero* e em Cátia, na periferia de Caracas.

Destaque-se que essa é mais uma razão para o declínio do Bairro Adentro, que foi vitrine do sucesso do atendimento do governo Chávez aos pobres e que hoje em dia está em crise, iniciada em 2009, e está praticamente chegando o fim.

Os venezuelanos chamam os módulos do Bairro Adentro de Casa de Repouso. Eles dizem que quando se busca atendimento nesses locais, os médicos cubanos perguntam o que o paciente está sentindo e, para qualquer resposta, indicam que o paciente deverá tomar certo remédio. Dirige-se à prateleira, pega comprimidos cubanos, manda o paciente tomar logo, deitar-se na maca e repousar. Os venezuelanos não confiam mais no Bairro Adentro e os hospitais públicos, por conta do dinheiro canalizado para a missão, não receberam investimento e hoje em dia não têm como atender a crescente demanda por atendimento surgida com o declínio do Bairro Adentro.

> Teve um início promissor quando se criou a missão Bairro Adentro que procurou o desenvolvimento de um Núcleo de Atenção Primária Integral (NAPI) em cada 1.250 pessoas (quer dizer, 250 famílias). Uma vez interconectados se poderia ter o pulso sanitário do país diariamente. Em agosto de 2004 havia 13.000 NAPI em distintos graus de desenvolvimento. Hoje em dia, há menos de 5.000 NAPI (mal chamados Consultórios Populares ou Pontos de Atenção) muitos deles sem médicos e em mal estado (...) (Militantes/Dirigentes del PSUV, 2011, p. 57-58).

E a situação não se restringe à medicina preventiva. A capacidade de atendimento não mudou praticamente em nada desde que Hugo Chávez assumiu o governo em 1999.

> A ênfase na Medicina Curativa e na Medicina de Reabilitação continua igual aos tempos da IV República, ainda quando foram construídos cerca de 500 Centros de Diagnóstico Integrados (CDI). A situação dos hospitais é muito preocupante. A falta de insumos e as insuficiências salariais motivam queixas e protestos diários (Militantes/Dirigentes del PSUV, 2011, p. 58).

Essa constatação não vem da direita, dos fascistas, dos golpistas, ou dos desestabilizadores. São palavras de membros do próprio partido do Presidente Chávez, que chamam a atenção para o problema, pois sabem que isso reflete na base eleitoral do PSUV.

A educação melhorou em vários aspectos no começo das missões, mas a partir de 2007 a situação da educação no país também se agravou. Em 2013 houve longa greve nas universidades públicas UCV, ULA e outras. O movimento estudantil hoje em dia faz oposição ao chavismo, os professores, que apoiaram Chávez em 1998, já não votam mais em candidato *rojo rojito*, López Maya já não apóia mais o chavismo, e por isso agora é inimiga.

Outro ponto de extrema importância para a propaganda oficial dos "logros" do chavismo foi a redução nos índices de pobreza e miséria. Foi mesmo uma redução impactante, pois em 2002 – ou seja, já no quarto ano do primeiro mandato de Hugo Chávez –, 48,6% dos venezuelanos eram pobres e os indigentes representavam 22,2% da população, segundo dados da Cepal (2012, p. 14).

Em 2010, esses índices haviam mudado drasticamente, sendo que, agora, os pobres venezuelanos chegavam a meros 27,8% e os indigentes só somavam 10,7% da população. Uma mudança que começa a não se sustentar, visto que, em 2011, "a República Bolivariana da Venezuela registrou um leve aumento de suas taxas de pobreza e indigência, de 1,7 e 1,0 ponto percentual, respectivamente (Cepal, 2012, p. 13)." Com a inflação se mantendo e pelo menos dos dígitos, existe uma tendência à aceleração no aumento da pobreza e da indigência no país.

> Cada vez que o governo fala de pobreza se refere à seguinte cifra: "conseguimos baixar a pobreza em 26,6%, etc.", perfeito, está bem. Porém, o que aconteceu com o segundo período do governo do presidente Hugo Chávez que se iniciou em 2007. A luta contra a pobreza se estancou. (Alvarado, 2012, p. 47).

Com base nas cifras do próprio governo, Marino Alvarado assegura que a redução da pobreza estancou na Venezuela: "A cifra exata é que baixou de 27,5%, que era a pobreza em 2007, para 27,4% em 2011, o que nos indica que cerca de dois milhões de lares se encontram em situação de pobreza (Alvarado, 2012, p. 47-48)."

> De acordo com o INE a pobreza baixou 26,6% praticamente em 8 anos. Se tomarmos o primeiro período de gestão do Presidente Hugo Chávez podemos afirmar que efetivamente o governo teve êxito na luta contra a pobreza. Não foi assim no segundo mandato que se iniciou em 2007. Se analisarmos as cifras do primeiro semestre de 2007 e o primeiro de 2011, que são as últimas cifras do INE. Sabe

> quanto baixou a pobreza em quatro anos? 0,1. Em que conjuntura? Na conjuntura de altos preços do petróleo. Em que conjuntura? Antes de começar a crise econômica [de 2008] (Alvarado, 2012, p. 47).

No início das missões, impulsionadas pelo aumento no preço do barril de petróleo, viu-se como o governo foi capaz de fazer com que esse dinheiro da renda petroleira fosse convertido em benefícios para a população. As condições sociais mudaram, porém, mesmo com uma média de mais de US$ 100 dólares no preço do barril do petróleo o governo não conseguiu mais manter os ganhos sociais, corroídos pela crise econômica por que passa a Venezuela, não em virtude da falta de recursos financeiros, mas por uma indiscutível má gestão.

Essa situação tende a piorar uma vez que, ao invés de aumentar a produção do petróleo, a Venezuela tem diminuído a quantidade de barris extraídos diariamente, com destaque para os últimos cinco anos. A produção venezuelana caiu "de 3,26 milhões de barris diários em 2008 para cerca de 2,8 milhões de barris durante 2013 (segundo dados divulgados pela OPEP). Isto equivale a uma queda de 14% na extração de barris (Armas H. & Tovar, 2013)."

Essa redução na produção do petróleo pode impactar na capacidade de o Estado venezuelano manter os programas sociais e levar a uma piora nos índices de pobreza, miséria e desigualdade social.

Se se tomar o mesmo período de cinco anos, ver-se-á que, apesar do preço do barril de petróleo ultrapassar os 100 dólares, os rendimentos do Estado sofreram uma queda importante.

> De acordo com as cifras do Banco Central da Venezuela (BCV) sobre a balança de pagamentos, no período de janeiro a setembro deste ano [de 2013] as exportações petroleiras alcançaram os 64,3 bilhões de dólares, enquanto que em igual lapso de 2008 os recursos obtidos pelas vendas do cru somaram 76,7 bilhões de dólares. Esse comportamento reflete uma diminuição de 16% (Armas H. & Tovar, 2013).

As missões têm um papel importante na diminuição da pobreza, haja vista o que aconteceu em 2012 após o lançamento de missões de forte impacto social: Grande Missão *Vivienda* Venezuela (missão habitacional), Missão Saber e Trabalho e Missão em Amor Maior Venezuela. Essa é a constatação do Programa Venezuelano de Educação Ação em Direitos Humanos (Provea), como exposto abaixo.

> Entre o segundo semestre de 2009 e o segundo semestre de 2011 a pobreza só baixou 0,2%, apesar dos altos rendimentos petroleiros e o

> aumento do número de missões. Pior ainda, do segundo semestre de 2011 ao primeiro semestre de 2012 a pobreza aumentou 0,7%. Todavia, a boa notícia foi que em um lapso de seis meses, do primeiro ao segundo semestre de 2012, a pobreza baixou significativamente seis pontos percentuais ao passar de 27,2% a 21,2%. Este salto se assemelha ao obtido em 2005, quando em só um ano baixou 9,1%. Muito provavelmente o lançamento da Gran Misión Vivienda Venezuela, a Misión Saber y Trabajo e a Gran Misión En Amor Mayor Venezuela tenham incidido na baixa significativa da pobreza en 2012 (Provea, 2012, p. 23).

Essa conclusão do Provea se assemelha ao relatado pela Cepal no relatório Panorama Social da América Latina 2013, que aponta uma redução da pobreza na Venezuela entre os anos de 2011 e 2012. Em 2011, segundo esse relatório da Cepal, a pobreza era de 29,5% e a indigência, de 11,7%. Esses números caem, respectivamente, para 23,9% e 9,7% em 2012.

Não existe mesmo outra razão para a redução desses índices a não ser a do lançamento das missões com vistas às eleições presidenciais e aos gastos de campanha, sobretudo porque a atividade econômica não melhorou a ponto de alterar a situação de pobreza e proporcionar maiores rendimentos aos trabalhadores.

> As cifras do INE indicam que durante 2012 o desemprego baixou só 0,4%, ao passar de 7,8 no segundo semestre de 2011 para 7,4 no segundo semestre de 2012. De finais de 2011 ao primeiro semestre de 2012 o desemprego cresceu, porém no segundo semestre baixou (Provea, 2012, p. 23).

É preciso, sim, levar em consideração que a economia venezuelana, em 2012, cresceu 5,6%, impulsionada pelos gastos governamentais em duas campanhas eleitorais, uma para presidente da república e outra para governadores de estado, fato que não se repetiu em 2013. Com mais uma campanha para presidente e para as eleições para prefeito, o crescimento da economia ainda não ultrapassou 1,5%.

"Nos três primeiros trimestres de 2013 o crescimento acumulado é de 1,4% versus 5,6% no mesmo lapso de 2012. Se se observar apenas o terceiro trimestre o avanço é de apenas 1,1% contra 5,5% do ano passado (Salmerón, 2013)," aponta o colunista do jornal El Universal, Víctor Salmerón.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração é o crescimento nos gastos públicos, que podem levar à necessidade de mais financiamento, o que faz com que o governo vá ao mercado em busca de dinheiro para manter a máquina pública, incentivando assim o investimento nos juros do governo e não na produção.

"Em 1999 o gasto do governo venezuelano representava 25% de toda a economia. Em 2012 o gasto do governo representou 40% (Gonzáles R., 2013)," o que, até certo ponto, explica a razão de o país ter crescido 5,6%. Por outro lado, isso leva a crer que o governo ainda tem margem para endividamento, podendo provocar ainda mais inflação. E se por alguma razão o preço do petróleo cair a preços menores do que os 100 dólares praticado na atualidade, o governo poderá perder a capacidade de manter os programas sociais.

A necessidade por recursos tem sido tão grande que o governo da Venezuela, de acordo informações dos veículos de comunicações e repetidas por Henrique Capriles Radonski, tem negociado com a Goldman Sachs parte do ouro das reservas do país guardado na Inglaterra (Azaf, 2013).

Os ganhos sociais são sustentados com recursos do petróleo, mas a crise econômica por que passa a Venezuela, a instabilidade política e a insegurança jurídica têm apontado para uma crise social que poderá surgir nos próximos anos.

5.3 Democracia no Estado chavista.

Em seus discursos, o Presidente Hugo Chávez sempre defendeu a democracia, porém uma democracia a seu modo, a qual, segundo declarava, seria uma democracia humanista, uma democracia que, conforme considerava Simón Bolívar, deveria levar a maior felicidade para o maior número de pessoas. Depois, incorporou a noção de uma democracia socialista, numa mistura de conceitos, noções e idéias que culminaram com um tipo de democracia específica para o Estado chavista, que muitos preferem chamar de ditadura, outros de autoritarismo, certas pessoas rotulam como fascista, ao passo que outros entendem que a democracia no Estado chavista é aquela em que os trabalhadores assumiram o poder.

Quando Hugo Chávez surgiu no cenário político venezuelano, dizia-se um democrata e até dizia que em Cuba havia uma ditadura, conforme se pode ver numa entrevista dada por Chávez a Jorge Ramos, no dia 05 de dezembro de 1998, um dia antes das eleições de 1998[57]. Nessa entrevista, Jorge Ramos perguntou se para Chávez Cuba era uma ditadura ou não era uma ditadura, ao que Chávez responde, sem titubear:

[57] Trechos da entrevista estão disponíveis em http://www.youtube.com/watch?v=0n5I6gilHvE.

"Sim, é uma ditadura", porém faz a ressalva que não pode de Caracas começar a julgar os povos do mundo, que, como diz, têm o direito de escolher seu próprio futuro.

Além dessa posição contrária a Fidel Castro, na mesma entrevista Chávez afirmou ainda que entregaria o poder em cinco anos, que não nacionalizaria nenhuma empresa e que não tiraria das mãos privadas os canais de televisão, pois o Estado já tinha canais suficientes.

Todavia, ao longo dos anos, mas principalmente depois de 2007, a democracia na Venezuela foi perdendo força até chegar ao ponto de se considerar que o país é dominado por um governo autoritário.

> Na Venezuela tudo parece indicar que a democracia está ameaçada pelo autoritarismo em nome da pobreza; todavia, convém recordar com Amartya Sen[58] (2000) que o progresso econômico, sem o qual é impensável a erradicação da pobreza, não se gera em sociedades dominadas pela autocracia senão em ambientes de liberdade: liberdade política e qualidade de vida são componentes essenciais do desenvolvimento (Arenas, 2011, p. 89).

Essa é também a posição de Emir Sader, que compreende que um Estado, para ser considerado democrático, necessita de atender certos critérios, como se pode ler na passagem abaixo.

> Os objetivos centrais de um Estado democrático são, em primeiro lugar, estender e garantir os direitos básicos de cidadania, isto é, a dimensão de inclusão social. Em segundo lugar, a regulação do mercado... (...). Em terceiro lugar, um Estado é necessário ainda para articular, em escala mundial, o processo de socialização do poder (Sader, 2004, p. 129).

Quando se leva em consideração a diminuição da desigualdade social, a melhoria na distribuição de renda e o acesso a serviços como saúde e educação ocorridos até 2006 na Venezuela, pode-se dizer que o Estado venezuelano está trabalhando na direção apontada por Sader. De acordo com o INE, no segundo semestre de 1997, um ano antes da primeira vitória de Hugo Chávez como Presidente da República, 54,5% dos Venezuelanos eram pobres e 23,4% viviam na extrema pobreza. Esse número se altera, respectivamente, para 31,5% e 9,1% no segundo semestre de 2008. Foi uma mudança verdadeiramente significativa e impactante. No entanto, depois de 2007, de acordo com o apontado por cifras oficiais e não oficiais, essa melhoria nos índices sociais praticamente estancou.

---

[58] SEM, Amartya (2000). *Desarrollo e libertad*. Planeta: Buenos Aires.

Observa-se que o esforço do governo para dar melhores condições de vida à população se deu principalmente em anos eleitorais, ou seja, não são trabalhos continuados, mas com o intuito de se vencer uma disputa eleitoral, haja vista a Grande Missão *Vivienda Venezuela* (programa habitacional), lançada em 2011 com vistas às eleições de 2012. Por isso, também, os programas sociais se deterioram.

Sobre a regulação do mercado, Hugo Chávez não ofereceu aos venezuelanos o controle equilibrado dos negócios, pelo contrário, passou a interferir diretamente no mercado. Por exemplo, o governo controla de maneira rígida a emissão de dólares, o que prejudica a compra de insumos para a produção nacional.

E o último ponto identificado por Emir Sader, que é o processo de socialização do poder, não se verificou na Venezuela senão apenas no discurso do Presidente Chávez, o qual concentrou poder como poucas vezes se fez no país.

Atilio A. Borón também vê a democracia nessa mesma linha de compreensão de Emir Sader. Borón afirma que "nas democracias plenamente desenvolvidas, [a igualdade dos cidadãos] traduz-se na total inclusividade do 'demos' no processo democrático, expressa no sufrágio universal e igual que acaba com as seculares exclusões de gênero, classe, educação e etnia (Borón, 2004, p. 22)." E complementa:

> ...a democracia está animada por uma lógica includente, abarcativa e participativa, tendencialmente orientada para a criação de uma ordem política fundada na vontade coletiva. Uma democracia cabalmente merecedora desse nome supõe a completa identificação entre o "demos" e o corpo eleitoral efetivo (Borón, 2004, p. 23).

Na Venezuela, como já escrito anteriormente, o processo liderado por Chávez não foi popular, mas popularizado, uma vez que apenas pouco a pouco as pessoas passaram a ser incorporadas ao movimento de Hugo Chávez, porém apenas como membros apoiadores, controlados pelo chavismo. O "demos" tem participado, mas sempre de forma direcionada pelo chavismo. E quando realizam protestos, os movimentos não resultam em consequências concretas, pois esses movimentos não são coordenados nem têm liderança unificada e normalmente estão atrelados de alguma forma ao chavismo.

> A Venezuela deve ser o país latinoamericano onde há mais protestos sociais. As greves, as paralisações, as passeatas de rua e estradas, tudo isso é pão de cada dia. Grande paradoxo é que a Venezuela deve ser também o país latinoamericano no qual as mobilizações sociais têm o mais baixo nível político. Não só não se conectam entre si. Há,

> ademais, uma carência de organismos populares em condições de coordenar regional e nacionalmente as lutas sociais (Mires, 2013).

É uma desmobilização semelhante à que ocorreu no Brasil, pois os setores mais engajados da sociedade estavam de alguma forma atrelados ao governo, inclusive muitos dos membros desses movimentos passaram a trabalhar para o governo. Até a participação popular nas votações não se verifica sempre, uma vez que o voto na Venezuela não é obrigatório. Esse é um ponto importante, pois outros tantos vêem a democracia principalmente pelo prisma da participação no processo eleitoral.

Norberto Bobbio (2000) lembra que democracia para os antigos era democracia direta, enquanto para os modernos é a democracia representativa. Portanto, quanto mais ocorrer a participação direta dos cidadãos nas decisões de questões da administração pública, mais o Estado se aproxima do ideal de democracia dos antigos, o que tem ocorrido na Venezuela, porém faltava levar em conta que a participação desejada pelo Estado chavista tinha que ser sempre a favor do chavismo, e isso modifica a forma de se considerar a democracia venezuelana durante os anos de governo de Hugo Chávez.

Com o controle exercido pelo chavismo sobre o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), as decisões aprovadas pelo voto direto na Venezuela têm desagradado a uma parcela da população do país e provocado embate na mídia e enfrentamento nas ruas, fatos que comprometem a condição de democracia na sociedade venezuelana. Bobbio assevera que:

> O fundamento de uma sociedade democrática é o pacto de não-agressão de cada um com todos os outros e o dever de obediência às decisões coletivas tomadas com base nas regras do jogo de comum acordo preestabelecidas, sendo a principal aquela que permite solucionar os conflitos que surgem em cada situação sem recorrer á violência recíproca (Bobbio, 2000, p. 384-385).

Esse fundamento apontado por Bobbio não se verifica na Venezuela com muita frequência. O clima no país sempre foi de polarização e enfrentamento, bastante estimulado pelo Presidente da República, e intensificado depois de 2007 com o nascimento do Estado chavista. Quem visita a Venezuela tem o sentimento de que existe, sim, um pacto de agressão, em que cada um deve necessariamente tomar a posição de defesa ou ataque ao chavismo.

O golpe fez Hugo Chávez entender que uma democracia não prescindia de força, fato que o obrigava a tomar posições tidas muitas vezes como ditatoriais e

antidemocráticas. E de fato a escalada de polarização e violência se intensifica depois de 2002, e ganha contornos mais fortes e violentos a partir de 2007. No Estado chavista, a democracia não desapareceu, mas parece estar constantemente sob ameaça.

> Não estamos, certamente, ante uma democracia convencional, mas tampouco se pode definir o regime chavista como uma ditadura convencional. Trata-se de um híbrido estranho, entre uma "anatomia" institucional do Estado, formalmente democrática e republicana, e uma "fisiologia" do mesmo, e do Governo, precária e de muito duvidosa fatura democrática, embora até agora, começo de 2010, não abertamente ditatorial (Petkoff, 2010, p. 29).

Sosa (2012) afirma, com razão, que o que existe na Venezuela é na verdade uma simulação de democracia, uma vez que o governo permite o funcionamento de instrumentos de participação cidadã, porém controla as instituições que controlam o exercício da democracia.

> A simulação está sustentada em aparentar que o governo cumpre os mandatos constitucionais e nos mantemos em democracia; envolve-se o exercício do poder político com a criação do Poder Popular a fim de fazer crer que o povo manda e o governo obedece, quando na realidade se está fragmentando e atomizando a sociedade (Sosa, 2012, p. 66).

Para compreender objetivamente a situação da democracia na Venezuela no Estado chavista, considera-se aqui o ideal de democracia para Robert A. Dahl (2009), que traça um perfil do que se faz necessário, na sua visão, para que um país seja considerado democrático.

Robert Dahl entende que "nenhum estado jamais possuiu um governo que estivesse plenamente de acordo com os critérios de um processo democrático (Dahl, 2009, p. 53)," mas chama a atenção para o fato de que, para se ter democracia, pelo menos minimamente, é necessário que os membros desse Estado sejam considerados politicamente iguais. E para que essa igualdade ocorre, é preciso que, para os membros, exista, segundo Dahl (2009, p. 49), participação efetiva, igualdade de voto, entendimento esclarecido, exercício do controle do programa de planejamento e inclusão dos adultos.

Essa questão na Venezuela ganha contornos próprios porque existe certo mascaramento de diversas situações, o que faz parecer que o país caminha praticamente em plena democracia, quando, na verdade, existe, se não o impedimento, pelo menos o embaraço para que os instrumentos do exercício da democracia sejam efetivados.

Tomando-se ponto por ponto do que é necessário para uma igualdade política, pode-se afirmar, por exemplo, que existe participação voluntária, porém, muitas vezes, essa participação é imposta, como é o caso dos servidores públicos, que têm que ir às caminhadas em apoio ao chavismo, sob pena de serem demitidos se não comparecerem. Se for membro de um conselho comunal, o membro se sente obrigado a ir com medo de ser expulso do conselho. Existe um permanente patrulhamento de chavistas sobre chavistas. Existe participação sim, porém muito mais como resultado de uma convocação do que por comparecimento voluntário.

Existe igualdade de voto, cada pessoa só vale mesmo um voto, no entanto as condições em que esse voto é depositado na urna compromete grandemente o caráter democrático na Venezuela, principalmente pelo abuso do chamado voto assistido, aquele em que alguém necessitaria de ajuda de terceiro para poder votar. Na eleição para presidente da república, de 2012, o PSUV abusou dessa prerrogativa, tendo sido registrado caso em que cerca de dez pessoas militantes do PSUV acompanharam um eleitor na cabine de votação. Os fatos foram registrados em foto, mas o CNE nunca apurou as denúncias.

O entendimento imaginado por Dahl está comprometido na Venezuela porque os dois lados se acusam permanentemente, dando sempre a impressão de que o outro está sempre errado. Para evitar ser acusada de causar pânico na população e ser processada e multada com base na lei Resorte, os meio de comunicação privados usam com bastante freqüência os números oficiais do governo, o que ajudaria o cidadão a interferir no próximo ponto, que é o exercício do controle do programa de planejamento. Esse controle é feito de maneira muito precária. Até os deputados da Assembleia Nacional não têm gozado do direito a debate sobre temas polêmicos porque o presidente da casa legislativa, Diosdado Cabello, nessas ocasiões, decide que os votos do oficialismo são suficientes.

Na Venezuela, a inclusão dos adultos ocorre normalmente. O voto é universal e não é obrigatório, o que faz com que em algumas eleições os votantes se abstenham e deixem de expressar sua posição acerca do que os candidatos propõem.

Praticamente todos os pontos destacados acima por Dahl ocorrem com certa deficiência na Venezuela. Mesma situação se dá quanto às instituições necessárias para que exista democracia. “Uma democracia em grande escala exige: 1. Funcionários eleitos; 2. Eleições livres, justas e freqüentes; 3. Liberdade de expressão; 4. Fontes de informação diversificadas; 5. Autonomia para as associações; 6. Cidadania inclusiva

(Dahl, 2009, p. 99),” sugere Robert A. Dahl. Esses seis pontos serão analisados separadamente à luz do que ocorria no Estado chavista.

No que se refere a *funcionários eleitos*, primeiro ponto marcado por Dahl, normalmente o sufrágio é suficiente para se saber quem governará. Ocorre, porém, que no Estado chavista, no simulacro democrático que se faz, quando a eleição não se dá a favor do projeto chavista de poder em situações de muito interesse para o chavismo, encontra-se uma forma de sobrepujar a vontade popular.

Antonio Ledezma foi eleito pela primeira vez como *Alcalde Mayor Del Distrito Metropolitano de Caracas*[59] em 2008. Com a derrota de Aristóbulo Istúris, o governo federal aprova uma legislação específica para Caracas criando a chefatura de governo do Distrito Capital, ocupada por uma pessoa designada pelo Presidente da República. Assim, em abril de 2009, “as competências da Alcaldía Mayor foram arrebatadas e criaram a figura da Chefa de Governo do Distrito Capital, colocando dedocraticamente nesse cargo Jacqueline Faría (Coscojuela, 2013).”

A receita criada por Chávez se repetiu em 2013 depois da derrota de alguns candidatos importantes para Nicolás Maduro como os candidatos chavistas derrotados Miguel Ángel Pérez Pirela, que disputava contra Eveling Trejo de Rosales (esposa de Manuel Rosales, ex-candidato a presidente contra Chávez e exilado político) a prefeitura de Maracaibo (Capital do estado Zulia); e Antonio “El Potro” Álvarez, nomeado Protetor de Petare, capital do município de Sucre, estado Miranda.

Como Antonio Ledezma foi reeleito, o candidato derrotado, o ex-ministro das comunicações Ernesto Villegas, foi nomeado Ministro para a Transformação de Caracas. Agora são dois cargos se sobrepondo às funções do Alcalde Mayor. Ou seja, no chavismo a vontade popular de que aquela pessoa eleita exerça as funções para que foi escolhido pela maioria dos votos é desrespeitada descaradamente.

Eleições livres justas e frequentes, outro fator observado por Dahl, não acontecem exatamente assim e nessa mesma ordem. As eleições são frequentes, sem espaço para dúvida. Desde que Chávez assumiu a presidência pela primeira vez até dezembro de 2013, já ocorreram 17 eleições, entre as quais presidenciais, parlamentares, municipais e referendos. É uma frequência pouco vista nos países da

[59] A cidade de Caracas é formada por cinco prefeituras (Libertador, Baruta, Chacao, El Hatillo e Sucre), todas governadas por um prefeito (Alcalde) eleito a cada seis anos. Porém, como uma espécia de coordenador dessas prefeituras existe o *Alcalde Mayor*, também eleito pelo voto direto para um mandato de mesma duração.

região, a ponto de o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter dito que, desse ponto de vista, a Venezuela tinha até democracia demais.

Os problemas surgem quanto a serem livres e justas. As eleições de 2012 foram pródigas em casos de desrespeito às regras eleitorais e à igualdade de oportunidades na disputa pelo voto. Os venezuelanos tinham plena liberdade para votar até o segundo período do governo Chávez. No entanto, a partir do terceiro período, muitos venezuelanos passaram a ser mais que incentivados a comparecer às urnas. Nas comunidades majoritariamente chavistas, um de seus membros não ir votar era o mesmo que declarar oposição ao chavismo, e isso se tornava um problema para quem dependia de programas sociais, para quem estava inscrito nos círculos bolivarianos, para membros dos conselhos comunais e para os que desejavam conseguir uma moradia na Grande Missão *Vivienda Venezuela*.

O instituto do voto assistido, previsto na lei eleitoral, piorou ainda mais a situação, pois não era mais uma questão de se ir ou não ao local de votação, mas era inclusive o fim da liberdade de escolha. Aqueles que acompanhavam o eleitor para assistir (ajudar) o votante, na verdade assistiam (observar, presenciar) ao voto.

Os empregados públicos − aqueles que prestam serviço em órgãos do governo, mas principalmente nas estatais, como PDVSA, Corpoelec, CVG e Sidor, dentre outras −, assim como tinham a obrigação de ir às caminhadas convocadas pelo governo, também eram forçados a sair de sua casa para depositar seu voto. Quem não fizesse isso, perderia o emprego.

Essas empresas também eram o caixa do financiamento da campanha do PSUV. Não só os empregados tinham obrigações de campanha a cumprir, como tinham que doar dinheiro para a campanha, além de verem suas empresas sendo usadas descaradamente para fins político-eleitorais, contrariando a constituição e a legislação eleitoral, enquanto tinham que levar até papel higiênico de casa porque no local de trabalho, como na Corpoelec, não havia esse tipo de produto para uso dos empregados.

Os casos de uso da força e de não garantia dos direitos dos contendores nas eleições foram muitos, todos registrados e publicados. Houve áreas em que Henrique Capriles foi impedido por motoqueiros armados, com armas em punho, vestidos de vermelho e gritando o nome de Hugo Chávez, de continuar a caminhada, apesar de ter sido avisado ao governo que naquele dia o candidato da oposição faria uma caminhada no bairro. Não havia um só policial no local.

Na eleição de Nicolás Maduro, o uso do Estado para beneficiar o chavista era acintoso. A vitória de Maduro só foi possível devido a várias circunstâncias que não existiriam em um país onde as instituições funcionam livres de interferências superiores.

Por exemplo, o CNE não investiga, pune, multa ou aplica qualquer sanção a arbitrariedades, ilegalidades ou crimes cometidos pelos chavistas, apesar da avalanche de denúncias, inclusive com provas testemunhais, fotografias e filmagens dos atos contrários à legislação cometidos pelos chavistas; a oposição foi proibida de panfletar na Universidade Simón Bolívar sob a alegação de que aquela universidade, criada por Chávez, pertencia à revolução, sendo, pois, um espaço reservado para os oficialistas fazerem seus proselitismos. "Vão fazer campanha em outro lugar, aqui não", disse a ministra para a educação universitária; várias mesas de propaganda foram montadas nos órgãos públicos com funcionários, vestidos de camisetas vermelhas com o nome Maduro, entregando material de propaganda; a Venezolana de Televisión (VTV), canal público, passava 24h fazendo propaganda para Maduro ou detratando Capriles; descobriu-se que um membro do PSUV tinha a senha das urnas eletrônicas, denúncia sobre a qual Tibisay Lucena, presidente do CNE, calou-se e depois de dois dias veio a público dizer que isso não representava violação à segurança do pleito; o ministro da defesa, em clara violação à Constituição, declarou voto e fez campanha para Nicolás Maduro, inclusive ameaçou que não aceitaria o não reconhecimento dos resultados da eleição e que usaria a força, se necessário, para garantir a vontade do povo venezuelano; bandos de criminosos ameaçaram e atentaram contra vários eventos organizados pela oposição, deixando mortos e feridos, inclusive dentro da Universidade Central da Venezuela (UCV), a mais tradicional do país; a Companhia Anônima Nacional de Telecomunicações (CANTV), empresa pública nacionalizada por Chávez, que passa por sérios problemas financeiros, doou 1,8 milhões de bolívares para a campanha de Nicolás Maduro; durante a campanha Maduro anunciou um aumento do salário mínimo, usou indiscriminadamente as cadeias de rádio e televisão; várias pessoas foram vítimas do voto assistido, permitido quando o eleitor tem dificuldade de exercer seu direito ao voto, mas amplamente usado no dia 14 de abril com grupos de até 12 pessoas acompanhando eleitores à cabine de votação sem que o votante tivesse qualquer dificuldade para votar; durante todo o dia 14, grupos chavistas fizeram propaganda nas ruas de Caracas, portando bandeiras e gritando o nome de Maduro, sem qualquer proibição; em alguns locais as autoridades não permitiram o acesso dos fiscais para fazer a chamada auditoria

popular, como o caso da escola José Ángel Álamo, no município El Hatillo, em Caracas.

O que se pode considerar como eleição limpa na Venezuela é apenas o momento do voto, mas todas as condições são altamente injustas para a oposição, dando assim uma vantagem sem igual para quem está no cargo. A oposição usa o termo vantagismo para descrever essa situação.

No que diz respeito à *liberdade de expressão* e *fontes de informação diversificadas*, pontos 3 e 4, respectivamente, este trabalho já trouxe o subitem 5.2.7, em que descreve algumas situações de perseguição à mídia. E não só os meios de comunicação, como também os jornalistas, comentaristas e cartunistas são contados como inimigos do Estado chavista.

O jornalista Nelson Bocaranda Sardi teve de comparecer ante os tribunais sob a acusação de ter sido o autor intelectual de protestos de rua depois da eleição de Maduro[60]. Bocaranda também tem tido de enfrentar a fúria do Estado chavista por ter sido o primeiro a revelar que Chávez estava com câncer e de ter continuado a informar sobre a doença do Presidente quando o governo mantinha segredo sobre o estado de saúde do mandatário. Também tem sido ameaçado de ter de enfrentar a justiça por denunciar que Maduro viajou para a China em um avião do governo de Cuba[61]. É acusado também de ser informante da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos da América.

Já a cartunista do jornal El Universal, Rayma Suprani, depois de ter sido vilipendiada no programa La Hojilla, da TV pública VTV, passou a receber mensagens de texto e de voz com agressões pessoais e ameaças de morte, pelo que fez uma denúncia formal à Fiscalia Geral da República. Aliás, o programa La Hojilla, que era comandado pelo jornalista chavista Mário Silva, era usado com dois propósitos: exaltar o chavismo e detratar os adversários do Presidente. O programa chegava ao ponto de veicular conversas dos adversários gravadas clandestinamente ou escutas telefônicas não autorizadas pela justiça. Chamava Rayma de lésbica, Henrique Capriles de homossexual, para dizer o mínimo. Isso tudo ocorreu até o dia em que o deputado

---

[60] *Jornalista crítico do chavismo é intimado a depor na Venezuela.* Jornal Estadão, de 06 de junho de 2013. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,jornalista-critico-do-chavismo-e-intimado-a-depor-na-venezuela-,1050655,0.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

[61] *Maduro: Anótalo Nelson Bocaranda tú y tus traiciones se van a ver con la justicia*. Jornal Correo del Orinoco, de 26 de setembro de 2013. Disponível em http://www.correodelorinoco.gob.ve/inicio/maduro-anotalo-nelson-bocaranda-tu-y-tus-traiciones-se-van-a-ver-justicia/. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

Ismael García, opositor, divulgou um áudio em que Silva conversava com um membro do alto escalão do Serviço de Inteligência de Cuba e afirmava haver divisão dentro do chavismo, chamava o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, de corrupto, e ainda dizia haver um plano dentro do chavismo para derrubar Maduro. Mário Silva deixou o programa alegando problemas de saúde e se refugiou em Cuba.

Situações como estas já eram registradas em anos anteriores e continuaram com mais força no terceiro período do governo Chávez, conforme se lê no Informe 2010 sobre a Venezuela, intitulado *Situación del derecho a la libertad de expresión e información*, publicado pelo Espacio Público em 2011, coordenado por Carlos Correa. O informe declara que liberdade de expressão na Venezuela é apenas uma falácia, problema que se agrava permanentemente.

> Continuar afirmando que na Venezuela existe "plena" liberdade de expressão é uma falácia própria de uma estratégia de propaganda. As informações se calam pela pressão direta das autoridades, as desqualificações públicas, a intimidação aos anunciantes, a retirada da publicidade oficial, as agressões contra meios e jornalistas, o acesso à informação pública excepcional, os processos judiciais ilegítimos; tudo isso para configurar um ambiente de perseguição para quem se expressa na contramão da informação governamental ou dos oportunistas que se protegem na polarização para continuar atuando sem contrapeso algum (Espacio Público, 2011).

Pelo que se lê do informe do Espacio Público, a situação entre 2010 e 2013 não só permaneceu como se agravou e continuou no governo do Presidente Nicolás Maduro. Já as fontes de informação são cada vez menos diversificadas, como já foi mostrado aqui sobre a RCTV, a Globovisión, o grupo 6to Poder e outros meios de comunicação. Além de perder cada vez mais espaço para o governo e para chavistas, os meios de comunicação privados são limitados pela necessidade de veicular comerciais a fim de sobreviver, ao passo que o governo usa os canais públicos o tempo que bem entende para divulgar o que quer, inclusive agredir adversários, além das cadeias nacionais de rádio e televisão sem data nem hora para começar e muito menos para terminar.

É importante destacar que depois do golpe de 2002, quando se viu sem ter meios com os quais se comunicar com a população que o apoiava, e depois do apoio aberto dos canais privados ao golpe[62], Hugo Chávez se empenhou em aumentar o

[62] Sobre o uso dos canais de televisão em favor do golpe de 2002, ver o documentário *A Revolução não Será Televisionada*. Dirigido e filmado por Kim Bartley e Donnacha O'Brian. Produção de Power Picture associada à Agência de Cinema da Irlanda. Edição de Angel H. Zoido. Produção executiva de Rod

número de emissoras de rádios e TVs populares. De 1998 a 2011, o número de emissoras de rádio e televisão aumentou em mais de 220%, de acordo com então ministro do Poder Popular para a Comunicação e Informação, Andrés Izarra[63]. "No total, em 1998 havia 363 emissoras de rádio e televisão no país, enquanto em 2010 somavam, ao todo, 807, incluindo privadas, públicas e comunitárias. Isto representa um incremento de 222%"[64], detalhou Izarra. O ministro informou que houve aumento nos meios públicos e privados de comunicação. As rádios privadas passaram de 331 em 1998 para 466 em 2010, e as rádios comunitárias, que não existiam em 1998, contavam em 2011 com 243 emissoras. Os canais privados de televisão saltaram de 32 para 61 entre 1998 e 2011, e as TVs comunitárias surgiram, contando com 37 canais em 2011.

É de fato uma política de democratização dos meios de comunicação. Ocorre que o pluralismo comunicacional está se desfazendo paulatinamente. Os canais de maior alcance nacional, como RCTV e Globovisión, tiveram seus revezes, sendo a primeira fechada e a segunda vendida a chavistas, ao mesmo tempo em que o governo, que só tinha um canal em 1998, agora tem seis: VTV, Vive TV, Ávila TV, TVES, Telesur e o canal da Assembleia Nacional, além das emissoras Tiuna e Arsenal Caracas, ambas militares e de apoio ao chavismo.

Outro fator a se considerar é que nem sempre os meios de comunicação de oposição conseguem exercer livremente seu direito de informar. A Organização Espacio Público fez um balanço das violações à liberdade de expressão durante os governos de Hugo Chávez. De acordo com a ONG, o número de violações chega a 1.577 de 2002 a 2012, conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Número de casos de violações da liberdade de expressão (2002-2012)

Casos 2002–2012	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Total geral	141	110	141	120	106	126	120	246	159	136	169	1577

Fonte: Espacio Público, 2012.

Stonemann. Produzido por David Power. Duração de 74 minutos. Legendas em português. Irlanda, 2003. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=MTui69j4XvQ. Acesso em 17 de dezembro de 2013.

[63] *En más de 220% aumentó el número de emisoras de radio y televisión en Venezuela desde 1998.* Agência Venezuelana de Notícias (AVN), 09 de fevereiro de 2011. Disponível em http://www.avn.info.ve/contenido/m%C3%A1s-220-aument%C3%B3-n%C3%BAmero-emisoras-radio-y-televisi%C3%B3n-venezuela-desde-1998. Acesso em 17 de dezembro de 2013.

[64] Idem.

Se os canais privados são maiores em números, não significa que sejam oposição ao governo, acusado, depois de 2002, de só conceder canais a empresários chavistas. Pode-se afirmar que o chavismo tem hegemonia comunicacional na Venezuela, o que reduz drasticamente o número de fontes de informação diversificadas.

Além disso, durante os períodos de campanha eleitoral, Hugo Chávez usava com muita freqüência o direito de convocar cadeias de rádio e televisão. Nicolás Maduro, durante os dias que antecederam as eleições para prefeitos e vereadores em 08 de dezembro de 2013, convocava cadeias de rádio e TV praticamente todo dia.

No informe de 2012, o Espacio Aberto (2013) divulgou o balanço das cadeias convocadas por Chávez desde 1999 até 2012. Foram mais de duas mil cadeias (sem hora para começar ou para terminar), conforme se lê no quadro abaixo:

Ano	Nº de Cadeias	Minutos	Horas	Média de duração em minutos por ano
1999	86	4.260	71	50
2000	146	6.540	109	45
2001	118	7.080	118	60
2002	159	4.680	78	29
2003	198	10.080	168	51
2004	374	7.440	124	20
2005	215	6.540	109	30
2006	182	5.520	92	30
2007	163	7.440	124	46
2008	187	10.380	173	56
2009	141	8.460	141	60
2010	136	1.680	28	12
2011	158	12.190	203,2	77
2012	114	8.794	146,6	77
Total	2.377	101.083,6	1.641,15	

Fonte: Espacio Público, 2012.

As cadeias aconteciam, e ainda acontecem, nos mais diferentes horários e pelas mais diversas razões, desde o anúncio de uma medida importante até a comemoração, em família, do aniversário do mandatário.

Em uma dessas cadeias, também convocada intempestivamente, o Presidente Chávez estava na sacada do palácio Miraflores, junto com as filhas, gritando palavras de ordem, de louvor ao governo e ao partido político que dirigia. O Presidente gritava "*Juventud de PSUV*" e a multidão repetia. Era a TV usada para o proselitismo político.

Sob constantes ameaças, enfrentando processos na justiça, pagando pesadas multas e sendo atacados permanentemente nos meios de comunicação do Estado, alguns meios de comunicação privados – com destaque para os jornais *El Nacional*, *El Universal* e *Tal Cual* – ainda continuam a criticar o governo central.

Nas ruas, os cidadãos também encontram uma forma de se expressar, e isso é fenômeno frequente no cotidiano do país, que já ocorria antes do governo até 1998 e continuou mesmo depois da posse de Chávez.

> O Observatório Venezuelano de Conflitividade Social (OVCS) registrou de janeiro a dezembro de 2012 ao menos 5.483 protestos. Equivalente a 15 protestos diários em todo o país. 80% das tensões e conflitos estiveram relacionados com direitos sociais, 4% mais que no ano anterior (Observatório Venezuelano de Conflitividade Social, 2012, p. 1).

De acordo com o OVCS, em 2011 os protestos chegaram à cifra de 5.338, o que representa um aumento de 3% de 2011 para 2012, ano que praticamente atinge o número de protestos equivalente a todo o primeiro período do governo Chávez (1999 a 2002), quando os venezuelanos foram pelo menos 5.000 vezes às ruas. Em 2013, esse número cai para 4.410.

> As exigências se orientaram para: 1**)** direitos laborais 2.256 (41,15%), **2)** solicitude de habitação digna 1.874 (34,17%), **3)** demandas por segurança cidadã, direitos de pessoas privadas de liberdade, participação política, direito à justiça um total de 1.124 (20,49%), e **4)** exigências educativas 229 (4,17%) (Observatório Venezuelano de Conflitividade Social, 2012, p. 2).

O OVCS identifica como causa do aumento dos protestos a falta de respostas efetivas e oportunas à demandas populares. A consequência dessa ausência de resposta não apenas leva um aumento no número de protestos como provoca a radicalização desses protestos, "destacando ao menos 148 greves de fome, equivalentes

a 3% da totalidade de protestos (Observatório Venezuelano de Conflitividade Social, 2012, p. 2).”

Do ponto de vista da democracia, pelo menos duas questões ficam abertas ao debate: primeiramente, o número de protestos é a prova de que as pessoas têm e exercem o direito de se manifestar. Seria assim se não houvesse, como reclama o OVCS, a criminalização dos protestos.

A outra questão é a compreensão do que significam os protestos, pois se as pessoas estão indo para as ruas é porque os seus direitos sociais não estão sendo respeitados, pondo assim em xeque um dos objetivos do Estado democrático na visão de Emir Sader (2004), que é a garantia dos direitos básicos de cidadania, a inclusão social.

De acordo com Méndez (2011), de 2007 a 2010, as vítimas da repressão dos movimentos sociais são assim distribuídas: 1.749 pessoas foram detidas; 1.217, lesionadas e 16 mortos. Das cerca de 8 mil manifestações, pelo menos 420 foram reprimidas. O governo diz que esses protestos são distúrbios e ações desestabilizadoras da direita golpista, da burguesia, esquecendo-se de que os manifestantes são principalmente moradores, trabalhadores, desempregados, transportadores e motoristas, estudantes, pais e representantes escolares, reclusos e detidos, familiares e vítimas de delinquência, além de pessoas contra e pró-governo, estes, obviamente em menor número.

> A partir dos últimos meses de 2007, e até hoje, muitos sinais indicam que esta lua de mel entre o governo chavista e as agitações sociais está ficando para trás. Em contraste com os anos anteriores, de aguda disputa política mas com desmobilização das lutas sociais, agora despontam, com força crescente, reivindicações coletivas silenciadas por longo tempo. Isso sem contar que o uso de parte da renda petroleira para fins clientelistas não só se vê afetada pela queda dos preços e do volume da produção do *ouro negro*, mas também pela corrupção, incompetência e incoerência, aspectos nos quais este governo é uma versão irretocável e aumentada dos anteriores. Em consequência, está cada vez mais difícil para o chavismo controlar essas lutas que, mesmo assim, dão sinais claros de não atrelamento à pálida oferta da oposição eleitoral (Méndez, 2011, p. 79).

Os dois últimos pontos destacados por Robert A. Dahl são *autonomia para as associações* (5) e *cidadania inclusiva* (6). E sobre o ponto 5 é importante evitar confusão. O que Dahl sugere não é liberdade para se associar, mas liberdade para que as associações atuem da maneira como melhor compreenderem.

Não existe, por enquanto, completo impedimento ao trabalho das associações, que, aliás, são muitas no país, porém o trabalho tem sido dificultado com

uma série de medidas que o governo adota para com essas organizações, razão pela qual membros de organizações, como Espacio Público, Programa Venezuelano de Educação-Ação em Direitos Humanos (Provea) e outras, foram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) para denunciar que estão sofrendo restrições em seu financiamento, trabalho e até registro como sociedades[65].

O governo, por seu turno, como costuma fazer, desqualifica essas organizações acusando-as de estar a serviço de potências imperiais e de mentir sobre a situação social do país. Provea, por exemplo, sempre foi a favor de várias medidas adotadas durante muito tempo pelo chavismo, mas começou a acusar o governo de dificultar o acesso a informações para produzir seu relatório anual, e em 2013 acusou o governo de dar casas da Grande Missão *Vivienda Venezuela* em troca de votos (Alonso, 2013).

Em 19 de abril de 2013, o então ministro da Comunicação e Informação (Minci), Ernesto Villegas, que mais tarde seria candidato a *Alcalde Mayor* em Caracas, iniciou uma campanha difamatória contra Provea, que em 18 de abril informou que as informações sobre os ataques, ocorridos depois das eleições de 14 de abril, aos Centros de Diagnóstico Integral (CDI), foram exageradas e que, diferentemente do que afirmou o governo, não havia provas de que tinham sido perpetrados pela oposição. A partir daí, o dirigente de Provea passou a ser vilipendiado pelo governo.

Sobre haver cidadania inclusiva, o Estado venezuelano melhorou em muitos aspectos o acesso das pessoas à saúde, educação, moradia e ampliou o rendimento das famílias por meio de programas de transferência de renda. É preciso lembrar, contudo, que tem havido um declínio importante nos ganhos sociais, como já explicitado acima, em 5.2.10.

Importa acrescentar que a expectativa de vida, que era de 72,8 anos em 1998, passou para 74,48 em 2012; e o Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH), com cifras do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), saiu de 0,662, em 1998, e atingiu 0,748 em 2012. O índice Gini, que em 1998 era de 0,4865, em 2010 chegou a 0,3898.

---

[65] *Gobierno acusa a ONG de mentir sobre la realidad social del país*. Jornal Correo del Caroní, de 01 de novembro de 2013. Disponível em http://www.correodelcaroni.com/index.php/nacional/item/4651-gobierno-repite-guion-de-criminalizar-a-ong. Acesso em 17 de dezembro de 2013.

João Carlos Amoroso Botelho (2008) escreveu um trabalho a respeito do estado da democracia na Venezuela também tomando por base o livro *Poliarquia*, de Robert Dahl (2005). Os critérios adotados por Dahl em 2005 eram praticamente os mesmos em 2009, e foi com essa perspectiva que Botelho (2008) olhou para os governos Chávez que antecediam o ano em que o estudo foi publicado. A conclusão a que Botelho chegou foi a de que "a Venezuela continua a ser um país democrático, nem semidemocrático nem tampouco autoritário (Botelho, 2008)."

Porém, essa análise foi realizada no início do terceiro período do governo Chávez, mas com um olhar voltado para os dois primeiros períodos, o que explica a conclusão acima, principalmente em função do segundo período, que de fato melhorou bastante as condições da população.

Todavia, os revezes e as disputas entre o chavismo e a oposição levaram ao nascimento do Estado chavista, que se aproxima cada vez mais do estatismo autoritário, definido por Nicos Poulantzas (2000) como a tendência à:

> Monopolização, pelo Estado, do conjunto de domínios da vida econômico-social *articulado* ao declínio decisivo das instituições da democracia política e à draconiana restrição, e multiforme, dessas liberdades ditas "formais" de que se percebe, agora, que elas vão por água abaixo, na realidade (Poulantzas, 2000, p. 208).

"O estatismo autoritário remete também à *crise política* e à *crise do Estado* (Poulantzas, 2000, p. 209)," duas situações que já se tornaram crônicas na Venezuela. A crise política tem tido picos, como o Caracazo, o golpe de 2002 e o referendo revogatório de 2007, mas as tensões no país não cessam e qualquer pessoa que visitar o país sentirá rapidamente que o país está dividido e em acirramento constante.

Já a crise do Estado, na Venezuela, é causada pela crise política e pela desinstitucionalização promovida pelo chavismo. Além disso, existe a busca declarada por transformar a Venezuela em um país socialista, o que deveria leva necessariamente a mudanças na estrutura do Estado e da própria infra-estrutura econômica, impondo assim um novo modelo, que atualmente tem se traduzido em crise econômica, deixando a Venezuela à beira de uma séria crise econômica.

> O atual Estado cujo estatismo autoritário é terrivelmente real, continua, a despeito (e mais, em razão de) disso, um gigante com pés de barro, avançando sobre um solo que desmorona, o que é ainda mais nítido no plano político; convém lembrar que as feras feridas são as mais perigosas (Poulantzas, 2000, p. 210).

A imprensa venezuelana já percebeu isso. O Jornal Tal Cual, com essa mesma compreensão da situação da Venezuela, publicou matéria intitulada *Con Pies de Barro* (Gonzáles R., 2013), em que mostra a situação econômica do país. Na verdade, "a crise política não se reduz nunca à crise econômica, nem a crise de Estado à crise política (Poulantzas, 2000, p. 210)," ou seja, uma e outra não são causa ou consequência direta, necessária e única, porém existe sim certa influência de uma sobre a outra que não pode jamais ser ignorada. Além disso, no estatismo autoritário "o papel econômico do Estado infla, supera e submete à sua lógica as outras funções estatais (ideológicas e repressivas) (Codato, 2008, p. 83)."

> O capital é uma relação social entre agentes sociais. Sua existência e sua persistência dependem das *relações de força* entre as classes nas lutas econômicas; é apenas na e através das lutas de classes que a forma-valor se reproduz. Do mesmo modo, isto é, por analogia, o (poder de) Estado deveria ser visto como uma forma-política determinada (isto é, "condensada") pelas relações de força – instáveis, cambiáveis, provisórias – entre as classes implicadas nas lutas políticas (Codato, 2008, p. 83).

Contudo, o que se formou na Venezuela foi um Estado com base na estrutura econômica capitalista e com um forte viés autoritário concentrado na figura do mandatário nacional garantido pelas Forças Armadas, o que tem comprometido o funcionamento pleno da democracia no país, a qual, para alguns, já está em situação de colapso.

> O colapso da Democracia venezuelana se produz como consequencia do Totalitarismo Militar imposto, cujas características são as seguintes:
> - Centralização do poder em uma pessoa, o presidente da República.
> - O poder é ilimitado e não funcionam os controles constitucionais do resto dos poderes. Deixou de funcionar o equilíbrio entre os distintos braços do Poder Público.
> - Degradação do resto dos setores do Poder Público, em particular o legislativo e o judiciário; são escritórios executores do presidente da República.
> - Aplica o texto da reforma constitucional rechaçada, atua por vias de fato.
> - As leis que são ditadas para executar o projeto socialista são opostas à Constituição em vigor.
> - Mudou a concepção quanto à garantia dos direitos cidadãos e socializou todos os direitos (Sosa, 2012, p. 68-69).

Talvez seja mais preciso indicar que a democracia está ameaçada ou caminhando para um colapso em razão dos diversos fatores já apontados acima, porém

vários aspectos da democracia continuam em funcionamento, embora em declínio, rumo ao estatismo autoritário.

> O fundo da doutrina de Marx sobre o Estado só foi assimilado pelos que compreendem que a ditadura de uma classe é necessária, não só a toda a sociedade dividida em classes, em geral, não só ao proletariado vitorioso sobre a burguesia, mas ainda em todo o período histórico que separa o capitalismo da "sociedade sem classes", do comunismo. As formas dos Estados burgueses são as mais variadas; mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia (Lênin, 2007, p. 53).

Ora, se Lênin estiver certo, com a continuação do caráter capitalista do Estado venezuelano, então ali também continuará a haver uma ditadura da burguesia, especificamente da chamada Boliburguesia. Sosa (2012) insiste:

> A democracia venezuelana está em situação de colapso, de uma magnitude que temos que aceitar para poder sair dela, porque não podemos ser diferentes ou aparentar que não sabemos. (...) O mando de todos os ramos do Poder Público está nas mãos de uma só pessoa, insisto, cujo limite é sua própria vontade. O melhor exemplo é que não aceitou o rechaço à Reforma Constitucional e a fez à força. Temos uma degradação dos poderes, do Legislativo, do Judiciário. Um poder legislativo que entregou seus poderes ao Executivo, e um Judiciário sem autonomia e independência (Sosa, 2012, p. 68).

O que Sosa aponta é verdade, como também é verdade que ainda existem opositores políticos fortes e uma imprensa que ainda consegue resistir à perseguição governamental. Isso é o que dá a aparência de certa normalidade democrática, sendo inclusive útil para o discurso oficial. O governo tem mesmo que manter alguma oposição, tanto para justificar suas arbitrariedades como para dizer para os parceiros e nos fóruns internacionais, como Celac, Mercosul e OEA, que defende e mantém a democracia.

Outras características do Estado chavista, como o seu fortalecimento enquanto Estado capitalista, o enfraquecimento dos partidos e das instituições em geral, são também vistas como traços do estatismo autoritário.

> Esse arranjo político [o estatismo autoritário] caracteriza-se, entre outras coisas, pelo declínio do legislativo, fortalecimento do Executivo, perda de representatividade dos partidos, diminuição das liberdades políticas e decadência dos mecanismos democráticos (Codato, 2008, p. 83).

Robert A. Dahl indica ainda três condições que considera essenciais para a democracia: controle dos militares e da Polícia por funcionários eleitos; cultura política

e convicções democráticas; e nenhum controle estrangeiro hostil à democracia (Dahl, 2009, p. 163).

O controle dos militares e da polícia por funcionários eleitos é uma questão fundamental na Venezuela, país com um componente militar muito forte, fato já destacado anteriormente. Dahl escreve isso tendo em mente, sem dúvida, a necessidade de evitar a insubordinação dos militares ao poder central, a fim de serem evitados os golpes militares.

Desde o fim da ditadura de Marcos Evangelista Pérez Jiménez em 23 de janeiro de 1958, a Venezuela não teve problemas em manter os militares sob o controle dos funcionários eleitos, situação que mudou em 1992 quando Chávez tentou derrubar o governo por meio de um golpe militar. Essa primeira insubordinação levou a outras, já relatadas acima, e provocaram o impeachment de Carlos Andrés Pérez.

Hugo Chávez, militar, a seu turno também teve de enfrentar insubordinação militar em 2002. Problema que ficou resolvido, porém de uma forma que hoje preocupa vários pensadores, que identificam uma militarização da Venezuela, como Roscío San Miguel, intelectual que dirige a ONG Control Ciudadano. Mais do que controlar os militares e a Polícia, os funcionários eleitos são cada vez mais os próprios militares, que gozam de privilégios que os colocam acima do cidadão venezuelano comum.

No seu primeiro informe, a *Associación Civil Control Ciudadano* (2011) detecta dois fatores que contribuem para a militarização da sociedade venezuelana:

> Por uma parte a equivocada interpretação de entender que os cidadãos estão obrigados à defesa militar da nação, função que expressamente se encontra atribuída à Força Armada Nacional (Artigo 328) (...). A outra interpretação, derivada da anterior, que ratifica o deliberado propósito de militarizar a sociedade, é converter em obrigatório o serviço militar para todos os venezuelanos em idades compreendidas entre os 18 e 60 anos com a aprovação da Lei de Alistamento e Conscrição Militar, desconhecendo-se abertamente o conteúdo do artigo 134 da Constituição que estabelece a possibilidade para cidadãos de prestar serviço civil ou militar a sua eleição (Associación Civil Control Ciudadano, 2011).

O que tem evitado que o país deteriore ainda mais o estado da democracia venezuelana é o segundo aspecto imaginado por Dahl: cultura política e convicções democráticas. A despeito de tantos anos comandos por militares, os venezuelanos ainda mantêm sua verve democrática.

Finalmente, pode-se afirmar que a Venezuela não tem permitido *nenhum controle estrangeiro hostil à democracia*. As acusações de que outros países

imperialistas teriam interesse em interferir na política interna do país ficaram praticamente provadas no golpe de 2002, o que levou o Presidente Hugo Chávez a, dentre outras medidas, criar as milícias bolivarianas e a não mais permitir que isso acontecesse.

O governo acusa a organização *Sumate*, coordenada pela deputada Maria Corina Machado, de receber financiamento do governo dos Estados Unidos, porém, ainda que isso seja verdade, não chega a interferir no funcionamento do Estado chavista, senão apenas ajuda o governo a justificar ações internas maximizando supostas ameaças externas.

Da perspectiva de Robert A. Dahl, pode-se dizer que no Estado chavista a democracia parece mesmo estar sob ameaça. Dos 14 pontos elencados por Dahl, a maioria deve ser classificada como estando em uma situação de democracia, porém muito próxima de perder essa classificação e alguns já em situação crítica.

Os pontos são: Participação efetiva; Igualdade de voto; Entendimento esclarecido; Exercício do controle do programa de planejamento; Inclusão dos adultos; Funcionários eleitos; Eleições livres, justas e freqüentes; Liberdade de expressão; Fontes de informação diversificadas; Autonomia para as associações; Cidadania inclusiva; Controle dos militares e da Polícia por funcionários eleitos; Cultura política e convicções democráticas; Nenhum controle estrangeiro hostil à democracia.

Para Teodoro Petkoff, o chavismo não pode mais ser considerado como democrático por uma séria de motivos que listados pelo jornalista.

> O desempenho do regime não podia ser classificado de democrático. Os abusos de autoridade, a prepotência, a arrogância, o sectarismo, o uso abusivo e inclusive ilegal dos poderes, o vantagismo eleitoral, o desdém pelas formalidades legais, a violência física contra adversários e jornalistas, a linguagem insultante e agressiva do próprio presidente, tudo isso e muito mais configuravam um regime cujas credenciais democráticas não eram nem sequer convencionalmente democráticas (Petkoff, 2010, p. 27).

Se se perguntar se a Venezuela é uma democracia, a resposta é sim. E se se perguntar se a democracia venezuelana está em declínio, a resposta também é sim. A democracia na Venezuela tem sofrido fortes revezes desde que o terceiro período do governo Chávez se iniciou e hoje em dia o país vive o Estado chavista, composto de elementos próprios, mas que, em ocasiões, aproxima-se do estatismo autoritário.

> A emergência do estatismo autoritário não pode então ser identificada nem com o novo fascismo nem com o processo de fascistização. Este Estado não é nem a forma nova de um verdadeiro Estado de exceção,

> nem propriamente a forma transitória para um tal Estado: ele *representa a nova forma "democrática" da república burguesa na fase atual*. É, ouso dizer, ao mesmo tempo melhor (ele mantém uma certa realidade democrática) e pior: ele não é o fruto de uma simples conjuntura que bastaria reverter para restabelecer liberdades que se retraem como uma pele de asno (Poulantzas, 2000, p. 213-214).

Esse estatismo autoritário causa longas e importantes disputas dentro do bloco no poder e provoca lutas das massas contra o próprio Estado, conforme entende Nicos Poulantzas:

> A intervenção do Estado numa série de domínios que, de marginais que eram anteriormente, estão em vias de se integrar, expandindo-se no espaço de reprodução e de acumulação do capital (urbanismo, transportes, saúde, meio ambiente, equipamentos coletivos etc.), tem por efeito uma considerável politização das lutas das massas populares nessas áreas: essas massas assim se confrontam diretamente com o Estado (Poulantzas, 2000, p. 218).

"O estatismo autoritário é também a verdade que surge dos escombros do mito do Estado-providência ou do Estado bem-estar (Poulantzas, 2000, p. 218)," e a partir do momento em que os ganhos sociais entram em declínio na Venezuela, o estatismo autoritário, que é mais um aspecto do Estado chavista, vai aparecendo com um pouco mais de nitidez. É necessário destacar que o Estado chavista não se reduz ao estatismo autoritário, mas tem elementos comuns com este. Nele, as decisões têm sido tomadas cada vez mais por um comitê submisso e obediente do Presidente da República – em quem o poder se concentra – retirando assim o caráter universalista do processo. E normalmente essas decisões levam em consideração o desejo do bloco no poder muito mais do que o desejo da população.

CONCLUSÃO

Concluir um trabalho sobre um objeto que ainda está em movimento, sobre um processo que permanece em andamento, requer um recorte claro na periodização. Aqui, ainda que se aceite algum rescaldo posterior à data do recorte, ficou determinado que a análise se encerra no dia 08 de dezembro de 2012, dia em que Hugo Chávez anuncia seu retorno a Cuba para mais uma cirurgia.

Tendo como foco o governo Chávez, o estudo aqui desenvolvido buscou analisar a forma como se configurou o Estado venezuelano no período do governo de Hugo Rafael Chávez Frías de 1999 a 2012, e chegou a algumas conclusões, como a divisão do governo em períodos e a criação do Estado chavista.

Este trabalho procurou analisar o processo pelo qual as idéias de Simón Bolívar foram recuperadas e instrumentalizadas por Hugo Chávez sob novas circunstâncias históricas, determinadas pela situação econômica em que o petróleo determina as relações sociais.

Esta instrumentalização, por Chávez, das ideias de Bolívar tomaram duas direções neste trabalho: primeiramente, analisou-se a maneira como Hugo Chávez recriou a figura e o pensamento de Simón Bolívar, reunindo tudo isso a outras vozes e influências, como já observado acima.

Este trabalho também buscou examinar o Estado chavista, montado pelo político Hugo Chávez, objetivando detectar elementos que aproximam e que afastam as práticas chavistas na montagem do Estado com relação ao pensamento de Simón Bolívar.

A presente tese buscou compreender o Estado na Venezuela considerando-o inseparável do elemento vital e determinante que é o petróleo, daí toda a retrospectiva do processo de exploração desse recurso mineral desde sua primeira concessão até o atual estado em que o barril é vendido a cerca de US$ 100 dólares.

A forma como o petróleo foi tratado ao longo dos anos, seja em mãos de companhias estrangeiras ou depois da nacionalização da indústria petroleira, determinou como se dariam as relações econômicas, sociais e políticas interna e externamente. Os governos que se sucederam, os golpes de Estado, os arranjos políticos – como o Pacto do Punto Fijo – e projetos de poder – como o chavista – estavam diretamente relacionados com o que se projetava fazer com o controle do petróleo.

Não existe espaço a dúvida sobre o fato de que a disputa pelo Estado venezuelano levou sempre e necessariamente em consideração o petróleo, raiz da queda de presidentes, inclusive de Chávez. Da mesma maneira, cada governo que assumiu o controle do Estado, fê-lo de acordo com seu projeto de poder.

Hugo Chávez, a seu turno, criou seu projeto de poder, baseado, primeira e inicialmente, no pensamento de Simón Bolívar. Sobre este, contra o qual pouco existia resistência e que sempre foi o amálgama nacional, Chávez estruturou seu grupo de resistência dentro dos quartéis, e com o nome Bolívar se apresentou ao povo venezuelano desde o golpe de Estado fracassado de 1992.

A influência bolivariana sobre Hugo Chávez se tornava cada vez mais clara na medida em que Chávez tinha em Bolívar o modelo a ser seguido desde os tempos da academia; usava palavras, trechos de obras e citações de Simón Bolívar em seus discursos; tomava de Bolívar a idéia de escrever uma constituição para refundar a pátria, assim como nasceu uma nova Venezuela depois da libertação obtida pelas mãos de Simón Bolívar, razão pela qual este recebeu o título de *O Libertador*.

Tendo a obra de Bolívar em mente e na sua prática, Chávez imaginou uma Venezuela em que fosse possível levar a maior felicidade possível para o maior número de pessoas, que era a ideia de democracia, utilitarista, que Simón Bolívar carregava. Uma felicidade outorgada de cima para baixo, do poder central e paternalista para a população que, feliz, apoia aquele que lhe tira as privações.

Nessa relação entre o caudilho e os seguidores, nesse bonapartismo andino, o povo não figura como fonte de iniciativa. Quando se refere ao protagonismo que o povo deve exercer, Chávez deixava entender que se tratava de uma relação em que as pessoas são convocadas pelo governante e respondem em forma de obediência e gratidão. Nesse sentido, o processo liderado por Chávez não foi popular, mas popularizado, pois incorporou as pessoas, não como lideranças, mas lideradas.

O estudo aqui realizado sobre o pensamento de Simón Bolívar mostrou que há muito de Bolívar no procedimento de Hugo Chávez, sobretudo no início da atividade política deste. Propostas que Bolívar ofereceu em seu tempo foram incorporadas na Constituição de 1999, porém muitas outras decisões e atitudes tomadas em nome de Bolívar não estavam no seu rol de ideias. Simón Bolívar era o ideal, o modelo, e como tal o chavismo passou a justificar suas ações como se fosse a realização do pensamento do Libertador. A principal distorção do seu pensamento foi afirmar que Bolívar era socialista.

Como Bolívar, Chávez era militarista. O primeiro contato de Chávez com Bolívar ocorreu ainda na infância e se intensificou na academia militar. Como Bolívar, Chávez se comportou muitas vezes como caudilho, incentivado pela teoria de Norberto Ceresole. Como Bolívar, Chávez exercia um antiimperialismo seletivo. Como Bolívar, com o passar do tempo, Chávez agia de maneira cada vez menos democrática. Como propôs Bolívar, Chávez conseguiu o direito de permanecer no poder por tempo indefinido. E como propôs Bolívar ao final da vida, Chávez obteve o direito de governar por decreto por meio das leis habilitantes. Mas diferentemente de Simón Bolívar, Hugo Chávez chegou ao poder em um Estado rico em petróleo, e isso fez, e faz, toda a diferença.

O bolivarianismo não foi suficiente para que Hugo Chávez pudesse lidar com as situações que lhe sobrevieram em um país caracterizado pela luta de classes, com uma imensa massa de pobres e miseráveis, de um lado, e do outro uma elite ligada à indústria do petróleo.

Quando é eleito Presidente da República, Hugo Chávez já trazia em sua formação intelectual e ideológica as lições da academia, onde aprendeu a lidar em situação de confronto, de guerra. No seu arcabouço intelectual estavam as leituras de Karl Marx – e de alguns ícones da esquerda, como Plekhanov –, os ensinamentos de Alfredo Maneiro e as instruções e propostas de Douglas Bravo, além da obra de Simón Bolívar – esta com especialidade – e das ideias de Norberto Ceresole. Com esse conjunto de vozes, Hugo Chávez não consegue desarmar o golpe de Estado de 2002, pois havia o petróleo como elemento determinante nas relações sociais e políticas no país. Os atores sociais e políticos na Venezuela queriam controlar o Estado para controlar o petróleo, sinônimo de riqueza.

Esse momento de inflexão entre os dois projetos de poder na Venezuela fez Hugo Chávez se voltar para a orientação de Fidel Castro. Este orientou o venezuelano sobre como proceder nos dias em que foi deposto, ao mesmo tempo em que foi o canal com o mundo para dizer que Hugo Chávez não havia renunciado.

É a partir daí que Chávez passa a adotar dois caminhos no seu governo. O primeiro foi a consolidação das *missões*, que resultaram na diminuição dos índices de pobreza e miséria, além de levar o país a ter importantes taxas de crescimento econômico. No outro caminho, Hugo Chávez falou em conciliação, porém manobrou para neutralizar os inimigos do seu projeto de poder.

As *missões* levariam o povo a apoiar as propostas de Chávez, apresentadas aos venezuelanos em 2007. Essas propostas, que seriam o primeiro passo para a consolidação do projeto político de poder de Hugo Chávez, foram rejeitadas no referendo de 02 de dezembro de 2007. O resultado levou Chávez a agir de tal forma que estruturou o Estado, detentor da legitimidade do uso da força, para garantir a concretização do seu projeto de poder sob uma nova forma de Estado, o Estado chavista, cujas características são observáveis nos atos do governo chavista.

Importa destacar que a divisão do governo Chávez em períodos levou em consideração traços de governança que caracterizam cada um desses períodos. O primeiro período recebe a denominação de Estado do pré-golpe (1999-2002), sob forte influência de Simón Bolívar e Norberto Ceresole, além de outros personagens que influenciam Hugo Chávez de maneira mais direta. Nesse primeiro período, Chávez praticamente não se afasta dos preceitos capitalistas.

O segundo período (2002-2007), que se inicia com o golpe de 2002, foi dividido em duas fases, sendo a primeira de 2002 a 2004 e a segunda de 2004 a 2007. Chávez vence o golpe de abril e o referendo revogatório de 2004, sob influência direta de Fidel Castro e Heinz Dietrich. Essa é também a fase conciliatória. Na segunda fase, Chávez introduz a idéia de implantar o socialismo, para o que seriam necessárias as leis apresentadas à consulta popular em 2007, entre as quais estava a da reeleição indefinida. Apesar de manter no discurso, praticamente abandona Bolívar enquanto ideal para se abraçar num marxismo de ocasião, impulsionado por Fidel Castro.

As propostas foram rejeitas, e a reação a essa derrota deu vida ao Estado chavista, que vai de 2007 a 2012, período que é considerado aqui como o terceiro e último período do governo Chávez, que fecha o ciclo do chavismo na Venezuela. Nesse período, Hugo Chávez assume posturas políticas mais fortes, com crescente concentração de poder e de confronto com os adversários; abraça o militarismo e, com as características dos anos finais de vida de Simón Bolívar, procura sua vitaliciedade no cargo, porém é um governo em que, entre seus traços distintivos, estão a presença cada vez maior das forças armadas, esmagamento das instituições, a ineficiência administrativa, a piora nos índices sociais, o aumento da violência urbana e estagnação da redução da pobreza.

O Estado chavista foi sendo montado sobre um capitalismo de Estado que gradativamente ia se fortalecendo e se fazendo presente em setores que normalmente estavam nas mãos da iniciativa privada. Empresas de comunicação (rádio, televisão,

jornais), siderúrgicas, companhias de eletricidade, fábricas de cimento, fábricas de tijolo, fábricas de celulares, rede de farmácias, hotéis e até shopping centers são alguns exemplos de empresas que foram estatizadas ao longo dos anos para, juntamente com a PDVSA, fazerem parte do rol de empresas administradas pelo poder público.

Os motivos para a estatização, entre muitos, foram ineficiência, apoio ao golpe de abril de 2002, necessidades estratégicas, ausência de investimento privado e consecução de planos de entrega de meios de produção para a administração dos trabalhadores.

No governo Chávez, o Estado capitalista cresceu em volume de recursos e em quantidade de empresas a serem administradas, o que ajudou o governo a contratar pessoas sem se submeter a concurso público, aumentando ainda mais a dependência de setores populares e operários do governo central.

A estatização não levou ao socialismo, mas ao fortalecimento do capitalismo de Estado, que funciona em um país que não desfez a estrutura capitalista vigente, não provocou qualquer ruptura, mantendo todos os preceitos e princípios capitalistas, com a diferença de que, na Venezuela, o governo interfere muito mais na economia do que em outros países.

Na Venezuela, o governo chega inclusive a fazer populismo com essa intervenção ao baixar preços de alimentos, roupas e eletrodomésticos por decreto para manter, artificialmente, o controle da inflação.

Alguns indicadores sociais melhoraram, como o acesso a educação, saúde, moradia, a redução da pobreza e da miséria, porém apenas durante certo período. Isso se deveu a uma melhor distribuição da renda com a maior socialização dos recursos do petróleo, o que não significa que seja fruto de uma revolução nem de protagonismo popular, mas uma decisão política do poder central. No Estado chavista os indicadores ou pioraram ou diminuíram o ritmo em que vinham sendo alterados.

A melhora nas condições de vida da população ajudou a consolidar o novo bloco no poder sem que isso significasse rompimento com os princípios capitalistas. O que ocorreu na Venezuela durante o governo Chávez foi a substituição do bloco no poder. Os antigos “donos do poder” tiveram de dar lugar a uma fração de classe, que é, predominantemente, a dos militares liderados por Chávez. Pertencentes à mesma classe social, os antigos dirigentes e os que compõem o novo bloco no poder travaram, e ainda travam, uma luta pelo controle do Estado. O novo bloco no poder, o bloco chavista, para

se fazer diferente dos antigos, diz-se bolivariano e socialista, mas, na essência, não diferem muito um do outro.

A diferença é pouca, dentre outras razões, porque se mantiveram os mesmos princípios capitalistas; o uso político do poder público permanece praticamente da mesma forma como ocorria nos tempos do puntofijismo – inclusive tendo de se professar lealdade a uma bandeira partidária para se ter acesso a benesses do Estado ou até mesmo a direitos, como o orçamento do estado da federação –; e os ganhos sociais só foram destaque na redução da pobreza. O Pacto do Punto Fijo entregou a Chávez altas taxas de escolaridade, de matrícula e de alfabetização, além de uma importante infraestrutura, como estradas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, setores em que o chavismo praticamente não investiu.

Assim, por diversas razões, não se pode falar que o chavismo é o resultado da luta de classe na Venezuela de operários, trabalhadores, contra uma burguesia exploradora da forma como o país existe na atualidade. Houve na Venezuela uma luta entre frações de classe – na perspectiva de Nicos Poulantzas – que pertenciam à classe dominante, ao bloco no poder. Uma luta que culminou com a instalação de um novo bloco no poder sob a liderança de Hugo Chávez. Houve revolta popular, expressada no Caracazo em 1989, da qual uma fração da classe, a dos militares, se aproveitou para se impor enquanto fração de classe dominante.

É verdade que as pessoas passaram a participar mais e a receber mais do Estado, porém isso só se intensifica depois de 2002, quando Chávez percebe que, enquanto não consolidasse totalmente o seu bloco no poder, as pessoas seriam a principal sustentação do seu projeto e até a garantia de sua vida. Nesse momento nascem as missões, e é com essa mesma perspectiva que o governo projetou os conselhos comunais, controlados pelos chavistas.

Deve-se considerar sempre que, apesar de o setor privado ainda deter a maior parte da produção da riqueza nacional, o maior capitalista individual do país é o Estado, detentor da fortuna advinda da arrecadação de impostos e da produção das empresas públicas, com destaque para a PDVSA.

Ligados a esse Estado capitalista está uma nova burguesia, a chamada *boliburguesia*, que nasceu a partir de suas relações – lícitas e ilícitas – com o poder público nas suas diferentes esferas de poder. Os *boliburgueses*, que se autointitulam revolucionários, chavistas, bolivarianos, socialistas, não "pegam em armas" contra a lógica capitalista, pois estão se beneficiando diretamente dela. Esses "revolucionários"

não são operários organizados para se defender da exploração burguesa. Ao contrário, passaram de funcionários públicos ou pequenos burgueses para empresários que pagam salários e se apropriam da mais-valia. O Estado cumpriu o papel de organizador da fração de classe que chegou ao poder como classe dominante.

Para garantir a consolidação do chavismo no poder, o governo, por ter o monopólio do uso legítimo da força, militarizou os mais diversos setores tradicionalmente ocupados por civis e manobrou de forma a conduzir o Estado venezuelano de um período inicial de esperança para um de confronto entre os projetos de poder.

O governo Chávez concentrou todos os cinco poderes da República nas mãos do Presidente de modo que esses poderes não agem senão em acordo com a vontade do mandatário nacional. O executivo está completamente sujeito ao Presidente da República; o legislativo aprova tudo o que o executivo quer, inclusive com os mais escandalosos malabarismos regimentais e legais; no judiciário, não prospera uma ação contra o governo ou contra um chavista, a não ser que o presidente determine; o poder popular apoia o Presidente incondicionalmente; e o eleitoral não move uma palha que não seja para beneficiar o chavismo, como não fazer a auditoria nos cadernos de votação pedidos pela oposição em 2013, ou aceitar e mudança de domicílio eleitoral fora do prazo estabelecido pelo próprio CNE.

Essa sujeição dos poderes da República ao mandatário nacional levou até a criação do Estado chavista, no qual se detectam várias características, como centralização, controle e polarização, militarismo, capitalismo com ineficiência, antiimperialismo seletivo, populismo e personalismo – que funcionava como uma espécie de bonapartismo –, perseguição, desprezo pelas leis e ganhos sociais em declínio. Tudo isso aproxima a Venezuela do estatismo autoritário, em que a democracia é reduzida, as instituições funcionam menos e ao mesmo tempo tenta-se lidar com uma crise econômica que pode comprometer ainda mais os ganhos sociais, reduzir o bem-estar da população e levar a um cisma social ainda maior.

Outra consequencia, que se tem notado amplamente, é a diminuição dos espaços democráticos, embora, conquanto muitos argumentem o contrário, a Venezuela não tenha deixado de ser um país democrático em que as instituições necessárias à democracia ainda funcionam, mesmo que às vezes com certa precariedade.

Usando Simón Bolívar como fundamento, o governo Chávez gerou ganhos sociais importantes, porém sem provocar qualquer ruptura com as bases do capitalismo,

o que implica que, apesar da melhora nos índices, não houve revolução na Venezuela, onde vem ocorrendo, sim, concentração do poder nas mãos do Presidente da República, que usa o Estado para organizar e potencializar a boliburguesia e os chavistas enquanto fração de classe dominante, e consolidar os que Chávez liderou para permanecer atrelados ao Estado poder como o bloco no poder que detém as rédeas do Estado.

Porém, a partir de 2012, toda essa estrutura parece estar ameaçada. O país está caminhando para o fim do Estado chavista. Depois do golpe de 2002, Chávez manobra para ir fortalecendo seu projeto e usa os acontecimentos do 11 de abril de 2002 para obter suas vitórias. A professora Margarita López Maya, da UCV, compreende assim: "O 11 de abril se prolongou em outros eventos até chegar às eleições parlamentares de 2005, quando o presidente Chávez emergiu quase invicto e só no campo de jogo (López Maya, 2013a)." De fato, Chávez resistiu ao golpe e ao referendo revogatório.

"Do despojo do combate emergiu fortalecido com ele o projeto político "revolucionário", autoritário e não participativo, chamado "socialismo do século XXI", agora em pleno desenvolvimento (López Maya, 2013a)," e a conseqüência disso é que "este novo projeto, que mantém e estimula desde o Estado-Governo-PSUV a polarização política, poderá, se ganhar o presidente Chávez as eleições de outubro de 2012, enterrar a "democracia participativa e protagônica" da Constituição de 1999 (López Maya, 2013a)."

No dia 08 de dezembro de 2012, quando Hugo Chávez anunciou em cadeia nacional de rádio e televisão que se submeteria a nova intervenção cirúrgica e pediu ao povo venezuelano que elegesse Nicolás Maduro Presidente da República, ficou patente que aquele dia provocaria um importante impacto sobre o Estado chavista, podendo inclusive levar ao seu fim. O Estado chavista, enquanto fruto das decisões e da habilidade política de Hugo Chávez ao longo de seus anos à frente do governo e do Estado venezuelanos, teria seus fortes revezes com a ausência física de Chávez, pois "...para além da liderança do Presidente Chávez, não existe nada eficiente que empurre e articule as vontades do povo bolivariano de maneira coerente e coesa para a consolidação do processo (Militantes/Dirigentes del PSUV, 2011, p. 52)."

"A partir de 8 de dezembro o movimento bolivariano passa por um processo de transformação qualitativa que o reconfigurará como algo diferente do que temos conhecido entre os anos 1998 e 2012 (Uzcátegui, 2013, p. 9)," pois Hugo Chávez, apesar de se saber acometido de câncer, não havia preparado ninguém para

liderar uma transição, e isso torna o futuro do chavismo indefinido. Chávez apontou Nicolás Maduro como seu sucessor, mas liderança, habilidade política e carisma não se transmitem, e Maduro carece de todos esses atributos.

As eleições de 7 de outubro de 2012, que teve um dos maiores índices de participação dos eleitores, consolidavam o Estado chavista, que certamente seria aprofundado. Usando abertamente a máquina do Estado a seu favor, Hugo Chávez obteve 8.191.132 (55,5%) de votos enquanto a oposição só angariou 6.591.304 (44,5%) dos 14.785.436 sufrágios depositados nas urnas. Uma vitória imediatamente reconhecida por Henrique Capriles Radonski, o principal opositor de Chávez. Proporção que praticamente se manteve na eleição do dia 16 de dezembro de 2012 para governador, quando, dos 8.265.524 votos, o chavismo obteve 4.556.230 (55,1%) e a oposição 3.709.294 (44,8%).

Essa maioria de mais de 1,5 milhão de votos foi a principal justificativa para se adiar a posse de Hugo Chávez, que deveria ocorrer em 10 de janeiro de 2013. Os chavistas diziam que o povo já tinha escolhido Chávez de maneira incontestável e que por isso a posse era apenas um formalismo. É um argumento com base nos princípios da democracia burguesa, como entende István Mészáros, um dos intelectuais mais festejados por Chávez.

> Na Venezuela, não se pode considerar demasiado agressiva a condenação do oco paternalismo parlamentar, quando em muitos pontos do país *90% da população* demonstra sua "rebelião contra o absurdo do voto, por meio da abstenção eleitoral", contra as práticas políticas tradicionais e contra o uso legitimador apologético com que se apresenta o "sistema eleitoral democrático", o qual reclama falsamente para o sistema a justificativa sem discussão de um "mandato conferido pela maioria". Nem se pode argumentar seriamente que uma alta participação eleitoral é por si só prova da existência, de fato, de um consenso popular democrático. No fim das contas, em algumas democracias ocidentais, o ato de votar é obrigatório e pode, em seu valor legitimador, caracterizar apenas as formas mais extremas de um abstencionismo abertamente crítico ou de um pessimismo resignado (Mészáros, 2011, p. 101).

Vieram a morte de Hugo Chávez em 05 de março de 2013 e a eleição para presidente da república em 14 de abril de 2013, que confere ao chavismo uma vitória completamente duvidosa, envolta em fortes possibilidades de fraude. Nicolás Maduro Moros, de acordo com cifras oficiais, obteve 7.587.579 de votos (50,61%); Henrique Capriles Radonski conquistou 7.363.980 (49,12%); e a soma de todos os candidatos, excluído Maduro, foi de 7.402.964 (49,39%) do total de votos válidos de 14.990.543.

O resultado da eleição de abril mostrou que o chavismo era mesmo dependente de Hugo Chávez, tanto em razão da sua capacidade de organizar os díspares interesses dentro do chavismo, como pela relação com os apoiadores e a população em geral. No Estado chavista, depois da morte de Hugo Chávez, ficaram cada vez mais desveladas as disputas intestinas no bloco no poder. Mário Silva deixou isso claro no áudio que foi divulgado pela imprensa oposicionista. Aqui mais uma vez entra o papel do Estado como organizador da classe dominante, pois, como lembra Poulantzas, "a acentuação (...) de contradições no seio do bloco no poder necessita de um engajamento político decente do Estado, com vista a unificar esse bloco e reproduzir a hegemonia (Poulantzas, 2000, p. 218)."

Todavia, o ato de aplacar as contradições internas do chavismo requererá muito mais dispêndio do Estado, que está cada vez mais em dificuldade de honrar seus compromissos financeiros. "Mas, embora Chávez tenha mascarado com o véu do discurso a oceânica corrupção da elite política e militar a ele ligada (...), são muitos os que entendem que o país atravessa uma crise gravíssima (Krauze, 2013, p. 362-363)," uma crise cujas consequências já atingem principalmente os mais pobres. "A inflação é a mais alta do continente, e há uma persistente escassez de produtos e um caos nos serviços básicos (...). E, para culminar, a criminalidade é a mais alta do continente (Krauze, 2013, p. 362-363)."

Se foi possível construir o Estado chavista sobre os alicerces dos ganhos sociais e econômicos, esses mesmos alicerces podem ruir com a má gestão da economia do país pelo Presidente Nicolás Maduro Moros, que se reflete no aumento dos preços dos produtos básicos e na perda de poder aquisitivo do salário mínimo, afetando diretamente a camada mais pobre da população, apoiadora do chavismo e do Estado chavista.

No dia 25 de julho de 2013, o Instituto Nacional de Estatística, organismo do próprio governo venezuelano, divulgou o boletim mensal sobre o valor da cesta básica de alimentos. De acordo com esse organismo estatal, a cesta básica custou, em junho de 2013, BsF 2.737,00 bolívares, e em junho de 2012 custou BsF 1.831,00 bolívares, um aumento de mais de 49%.

Em comparação com o mês de maio de 2013, quando a cesta custava BsF 2.620,62, o aumento foi de 4,44%. Ao se analisar todo o primeiro semestre de 2013, o aumento foi de 31,3%. Enquanto isso, o salário mínimo, que em julho de 2013 era de BsF 2.457,02, não aumentou mais do que 20% de 2012 a 2013. Em setembro a cesta

básica custava BsF 3.054,84 e em outubro, 3.161,37, um aumento de 3,49% de um mês para o outro. Em novembro, a cesta básica custava BsF 3.347,00, e registrou pequeno recuo em dezembro, ficando em BsF 3.324,00, queda de 0,68% em relação ao mês anterior. Todos esses dados são do Instituto Nacional de Estatística (INE).

No dia 09 de abril de 2013, apenas cinco dias antes da votação para presidente da República, Nicolás Maduro anunciou aumento no salário mínimo, autorizado em três etapas: "Em maio, [aumentaria] (...) 20%, o qual levaria o salário mínimo de 2.047,52 bolívares para 2.457,02 bolívares. Em setembro, (...) aumento de 10%, que levaria a remuneração básica (...) a 2.702,72 bolívares (Fernandez, 2013)." Em outubro, Maduro anunciou o terceiro aumento, de 10%, elevando o salário para R$ 2.973,00, abaixo ainda dos BsF 3.324,00 necessários para se adquirir uma cesta básica. Esses aumentos no salário não foram capazes de cobrir a inflação de 2013, que foi de 56,2%, a mais alta desde 1996. A inflação dos alimentos e bebidas não alcoólicas foi 79,3%, fator que mais atinge a população pobre. Com esses aumentos já previstos, o ímpeto inflacionário do país correrá para cobrir a parca tentativa recuperação do poder de compra do trabalhador.

Aliás, em todo o período do Estado chavista a inflação nunca cedeu. Em 2007 foi de 22,5%, em 2008 saltou para 30,9%, caiu para 25,1% em 2009, voltou a subir em 2010 para 27,2%, continuou crescendo até atingir 27,6% em 2011, em 2012 desceu para 20,1% – colocando esse ano como o de menor inflação de todo o período do Estado chavista –, para dar um salto para 56,2% em 2013, índice que reforça a percepção de que o Estado chavista entrou mesmo em declínio.

O resultado de tudo isso é que a remuneração real dos trabalhadores teve uma queda de 11,1% em 2013. É preciso deixar claro ainda que na Venezuela cerca de "35% da força de trabalho ocupada percebem salários inferiores ou iguais ao salário mínimo. Isso condena a, aproximadamente, 4.500.000 de trabalhadores a passar fome porquanto seus rendimentos se tornam inferiores ao custo da cesta básica[66]."

No orçamento para 2014, o governo prevê uma inflação de 28%. A previsão para 2013 era de uma inflação abaixo dos 20%, o que não se confirmou. Pelo contrário, a inflação mais do que dobrou a de 2012, e com uma taxa de escassez que gira ao redor dos 23%, a maior desde que o chavismo chegou ao poder. Acrescentando-se a isso um

[66] *MUD: Salario mínimo no alcanza para comprar la canasta alimentaria*. Jornal Últimas Notícias, de 07 de janeiro de 2014. Disponível em http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/politica/mud-salario-minimo-no-alcanza-para-comprar-la-cana.aspx#ixzz2pkcSUSzP. Acesso em 07 de janeiro de 2014.

gasto público de mais de 40% do PIB, um crescimento de 1,6% do PIB, como foi o de 2013, com queda na produção e redução das importações do setor privado, o país é considerado, no final de 2013 e começo de 2014, como estando numa situação de estagflação (estagnação econômica com inflação). Um problema que praticamente todos os trabalhadores sentem, como exceção de alguns, como é o caso dos militares.

Enquanto o trabalhador em geral tem dificuldades de manter seu poder de compra, o governo mantém aumentos constantes no soldo dos militares, acima do que se oferta aos trabalhadores em geral e a professores da educação básica, da educação superior e policiais[67]. Em outubro de 2013, Nicolás Maduro anunciou um aumento que variava de 45 a 60%. Em 31 de dezembro de 2013, a Ministra da Defesa, Carmen Meléndez, anunciou novo aumento, a vigorar a partir de 02 de janeiro de 2014[68].

A situação econômica da Venezuela aponta para um declínio do apoio popular, já expressado nas eleições de abril de 2013 e para uma diminuição do poder de manobra e manipulação do governo, que deverá usar cada vez mais a força para manter o bloco chavista no poder – daí o achegamento cada vez maior do governo central aos militares, afagados com benesses e bons salários –, levando a uma diminuição ainda maior dos mecanismos democráticos no país, e a um provável aumento de missões populistas, "regaladoras" de dinheiro para se tentar manter a população fiel ao catecismo do Estado chavista.

Qual o caminho que a Venezuela pós-chávez seguirá? Para onde Nicolás Maduro conduzirá a Venezuela e o processo iniciado por Chávez? Ele terá que se curvar a Diosdado Cabello e aos militares e perder o controle do Estado? Terá Maduro apenas o controle formal e não o controle de fato do Estado venezuelano?

No final de dezembro de 2013, Maduro autorizou, de forma ilegal, que Diosdado Cabello (Presidente da Assembleia Nacional), Francisco Arias Cárdenas (Governador do Estado Zulia) e Ramón Rodríguez Chacín (Governador do Estado Guárico), ascendessem, respectivamente, aos postos de Capitão, Coronel e Contra-Almirante. A ilegalidade reside em dois pontos: "Por um lado, a Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana estabelece que os militares que sejam promovidos devem

---

[67] *Gobierno ha aumentado más el sueldo de militares que el de profesores, policías, maestros y el salario mínimo*. Globovisón, 06 de outubro de 2013. Disponível em http://globovision.com/articulo/gobierno-ha-aumentado-mas-el-sueldo-de-militares-que-el-de-profesores-policias-maestros-y-el-salario-minimo. Acesso em 04 de janeiro de 2014.

[68] *Ministra de la defensa anuncia aumento de sueldos para la FANB*. Jornal El Universal, de 31 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/131231/ministra-de-la-defensa-anuncia-aumento-de-sueldos-para-la-fanb. Acesso em 04 de janeiro de 2014.

estar em serviço ativo, (...) por outro lado, a Constituição assinala que os uniformizados ativos não podem optar a cargos de eleição popular (Lozano Perafán, 2013).”

Essas mudanças de patente, aliadas ao aumento nos soldos, indicam que o governo está cada vez mais dependente dos militares, usado para muitas outras tarefas, como controlar a multidão ensandecida comprando eletrodomésticos barateados por decreto, prender adversários políticos e fechar lojas à força.

As forças armadas serão cada vez mais usadas para controlar uma multidão que vive em uma sociedade ainda bastante desigual, cheia de contradições e com condições de vida cada vez piores?

De tudo isso, o que se pode afirmar é que os militares vão se tornando de maneira cada vez mais clara a fração de classe hegemônica e serão paulatinamente o exemplo de classe privilegiada. A visão desses privilégios acentuará a noção de desigualdade.

> Como a *desigualdade estruturalmente imposta* é a característica definidora mais importante do sistema do capital, sem a qual ele não poderia funcionar nem um só dia, torna-se necessária a instauração de uma *mudança estrutural fundamental* para produzir um *alternativa substancialmente igual* como única forma futura viável para o controle sóciometabólico da humanidade (Mészáros, 2011, p. 112).

Como se vê, essa mudança estrutural não aconteceu em todo o governo Chávez, tendo inclusive se agravado no Estado chavista, e no governo Maduro não dá sinais de que haverá qualquer alteração, o que acentua o caráter capitalista da Venezuela, cada vez mais distante do socialismo, cada vez mais perto do estatismo autoritário.

> Se em algo teve êxito a administração Chávez foi haver destruído as organizações independentes dos trabalhadores. Com isso rompeu a espinha dorsal da sociedade venezuelana. (...) Enfim, ali pode haver centenas de protestos sociais ao dia sem que nenhum raspe a pele do **grande empresário capitalista do país: o Estado chavista** (grifo nosso) (Mires, 2013).

Diferentemente dos países onde a classe dominante é também a burguesia, num Estado onde a principal fonte de recurso é a indústria petroleira, em torno da qual gira praticamente toda a economia, e sendo essa indústria pertencente ao Estado – além de uma larga gama de outras indústrias e empresas de vários ramos da economia –, pode-se afirmar que quem domina o Estado, domina também a economia e tem,

portanto, o poder de fato. Mas Maduro está cada vez mais próximo se ser apenas o preposto dos militares, que controlam cada dia mais a Venezuela.

Como será o Estado venezuelano comandado por Maduro, Diosdado Cabello e mais um grupo de chavistas que matêm o controle do Estado, levando-o ininterruptamente para uma grave crise econômica? Haverá confrontos entre os chavistas e os opositores? Maduro aceitará implantar uma ditadura, ou será capaz de reduzir as tensões e levar o país de volta ao diálogo? O Estado chavista dará lugar a um Estado madurista, cabello-madurista?

Maduro obteve uma vitória considerada por muitos, inclusive chavistas, como ilegítima. Para se impor, acercou-se mais e mais dos militares e obteve, de Diosdado Cabello, a aprovação de uma lei habilitante e do Plano da Pátria, aprovado sem participação popular e considerado por alguns como uma espécie de paraconstituição[69]. Afirma-se que Maduro quer impor um Estado que não está na Constituição[70], terminando, finalmente, com o agonizante Estado chavista.

O futuro da Venezuela é incerto, com grandes chances de que o país passe por uma crise econômica, política e social ainda mais profunda. O que se pode afirmar nesse momento é que o Estado chavista, que foi construído por Hugo Chávez ao longo de seus anos à frente do Estado venezuelano, está mesmo em seus últimos momentos sem que se possa vislumbrar o que virá depois.

---

[69] *José Vicente Haro: "Plan de la Patria 2013-2019 es una Para-Constitución"*. Jornal El Universal, de 03 de dezembro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/131203/jose-vicente-haro-plan-de-la-patria-2013-2019-es-una-para-constitucion. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

[70] *"Plan de la Patria busca imponer un Estado que no está en la Constitución"*. Jornal El Universal, de 04 de dezembro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/131204/plan-de-la-patria-busca-imponer-un-estado-que-no-esta-en-la-constituci. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

Bibliografia

AGÊNCIA VENEZOLANA DE NOTÍCIAS - AVN (2013). *Banco de Venezuela mantiene liderazgo Del sistema financiero venezolano*. 26 de fevereiro de 2013. Disponível em http://www.minci.gob.ve/2013/02/banco-de-venezuela-mantiene-liderazgo-del-sistema-financiero-venezolano/. Acesso em 26 de fevereiro de 2013.

ALFONZO, Freider (2012). *No hay fecha que marque ningún retroceso para la Revolución ni para la victoria del pueblo*. Jornal Correo del Orinoco, de 26 de dezembro de 2012. Disponível em http://www.correodelorinoco.gob.ve/politica/no-hay-fecha-que-marque-ningun-retroceso-para-revolucion-ni-para-victoria-pueblo/. Acesso em 26 de dezembro de 2012.

ALI, Tarik (2008). *Piratas do Caribe: o eixo da esperança*. Tradução de Sílvia de Souza Costa. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula (Orgs.) (2011). *Marxismo: teoria, história e política*. São Paulo: Alameda.

ALMADA, Izaías (2007). *Venezuela, povo e forças armadas*. São Paulo: Caros Amigos.

ALMEIDA, L. F. R (2011a). *Karl Marx: produção teórica e perspectiva revolucionária*. In: BÓGUS, Lúcia; WOLFF, Simone; CHAIA, Vera (orgs). *Pensamento e teoria nas ciências sociais: referências clássicas e contemporâneas*. São Paulo: Educ: Capes.

____ (2011b). *Comunas e sovietes: passado e futuro de poder proletário com muitos nomes e cores*. In.: Lutas Sociais. Nº 25/26, p. 209-225. ISSN 1415-854X.

ALVARADO, Marino (2012). *Sujeción del poder a los derechos*. In.: STRAKA, Úrsula (Org.) (2012). *Venezuela ¿en democracia?* Caracas: Universidad Católica Andrés Bello; Alcaldía de Chacao.

AMENTA, Núnzio Renzo (2010). *A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo*. Tradução de Heloisa Marques Gimenez. São Paulo: Expressão Popular.

ALONSO, Juan Francisco (2013). *Provea acusa al Gobierno de dar casas a cambio de votos*. Jornal El Universal, de 29 de novembro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/131129/provea-acusa-al-gobierno-de-dar-casas-a-cambio-de-votos. Acesso em 17 de dezembro de 2013.

APONTE BLANK, Carlos (2010). *El gasto público social durante los períodos presidenciales de Hugo Chávez: 1999-2009*. CUADERNOS DEL CENDES, AÑO 27, N° 73, TERCERA ÉPOCA, ENERO-ABRIL 2010.

ARAQUE, Alí Rodriguez & ROJAS, Alberto Müller (2009). *Ideas socioeconómicas y políticas para debatir el socialismo venezolano*. In.: LÓPEZ MAYA, Margarita (2009). *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI*. Vol. II. Caracas: Editorial Alfa.

ARAUJO, Elizabeth (2013). *"Hay 1.875 generales"*. Jornal Tal Cual Digital, de 09 de novembro de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=94860&tipo=AVA. Acesso em 10 de novembro de 2013.

ARENAS, Nelly (2012). *La Venezuela rentista: imaginario político y populismo*. CUADERNOS DEL CENDES, AÑO 29, N° 80, TERCERA ÉPOCA, MAYO-AGOSTO 2012.

_____ (2011). *Las transformaciones de la política y la "revolución" chavista ¿nadando contra la corriente?* In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

ARENAS, Nelly & CALCAÑO, Luis Gómez (2011). *Los círculos bolivarianos: El mito de la unidad Del pueblo*. In. RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

_____ (2013). *El populismo chavista: autoritarismo electoral para amigos y enemigos*. CUADERNOS DEL CENDES, AÑO 30, N° 82, TERCERA ÉPOCA, ENERO-ABRIL 2013.

ARICÓ, José (2008). *O Bolívar de Marx*. In: MARX. Karl (2008). *Simón Bolívar*. São Paulo: Martins Fontes.

ARMAS H., Mayela & TOVAR, Ernesto J. (2013). *Ingresos por exportaciones de crudo están por debajo de 2008*. Jornal El Universal, de 28 de novembro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/131128/ingresos-por-exportaciones-de-crudo-estan-por-debajo-de-2008. Acesso em 28 de novembro de 2013.

ARMAS H., Mayela & MARCANO, Ender (2013). *Estatales relegan inversión ante gastos de personal en 2013*. El Universal, de 04 de fevereiro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/130204/estatales-relegan-inversion-ante-gastos-de-personal-en-2013. Acesso em 04 de fevereiro de 2013.

ARON, Raymond (2005). *O marxismo de Marx*. 3ª ed. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Arx.

ARAUJO, Elizabeth (2013). *"El chavismo se acabo"*. Jornal Tal Cual Digital, de 10 de agosto de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=90205&tipo=AVA. Acesso em 11 de agosto de 2013.

ASOCIACIÓN CIVIL CONTROL CIUDADANO (2011). *Informe anual 2010-2011: Control ciudadano para la seguridad, la defensa y la Fuerza Armada Nacional*. Caracas, 16 de março de 2011.

AZAF, Blanca Vera (2013). *BCV negocia el oro de las reservas con Goldman Sachs*. Jornal El Nacional, de 19 de novembro de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/economia/BCV-negocia-reservas-Goldman-Sachs_0_302969965.html. Acesso em 07 de dezembro de 2013.

BAEHR, Peter (1996). *Bonapartismo*. In.: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BALLESTEROS, Frank López (2013). *El fracaso de las comunas en China impulsó reformas*. Jornal El Universal, de 29 de abril de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/internacional/130429/el-fracaso-de-las-comunas-en-china-impulso-reformas. Acesso em 03 de outubro de 2013.

BAPTISTA, Asdrúbal (2010). *Teoría económica del capitalismo rentístico*. 2ª ed. Caracas: Banco Central de Venezuela.

BASTIDAS, Yorcellys (2013). *Maduro: Una verdadera revolución es aquella que permite un cambio social*. Correo del Orinoco, 13 de julho de 2013. Disponível em http://www.correodelorinoco.gob.ve/nacionales/maduro-una-verdadera-revolucion-es-aquella-que-permite-un-cambio-social/. Acesso em 14 de julho de 2013.

BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez (1983). *Introdução*. In: BELLOTO, Manoel Lelo & Corrêa, Anna Maria Martinez (orgs). *Bolívar: política*. São Paulo: Ática.

BERMÚDEZ, Margione (2006). *El barco que derrumbó el paro*. Aporrea, 10 de dezembro de 2006. Disponível em http://www.aporrea.org/ddhh/n87712.html. Acesso em 12 de julho de 2013.

BERGEN, Franz Von (2013). *Psuv abre espacios al Polo para mantener hegemonía*. Jornal El Nacional, de 17 de setembro de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/PSUV-espacios-Polo-mantener-hegemonia_0_265173619.html. Acesso em 15 de noviembre de 2013.

BLANCO MUÑOZ, A (1998). *Habla el comandante.* 2ª ed. Caracas: Fundación Cátedra Pío Tamayo, Universidad Central de Venezuela.

BOBBIO, Norberto (1992). *A teoria das formas de governo*. 6ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____ (1987). *Estado, governo, sociedade; para uma teoria geral da política*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (2000). *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniella Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus.

_____ (2006). *Nem com Marx, nem contra Marx*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp.

BOCCANEGRA, Simón (2013). *Anticorrupción como show*. Jornal Tal Cual Digital, de 05 de agosto de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/nota/visor.aspx?id=89893. Acesso em 11 de agosto de 2013.

BOLÍVAR, Simón (2004). *Ideário político*. 2ª ed. Caracas: Ediciones de la presidência de la República.

BOLÍVAR, Simón (2011). *Antologia*. Caracas: Ediciones Correo Del Orinoco.

____ (1947). *Ideário político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa Editora Vecchi LTDA.

BORÓN, Atilio A. (2004). Os novos leviatãs e a *pólis* democrática. In. SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* 4ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

_____ (2010). *O socialismo no século XXI: há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular.

BORGES, Altamiro (2013). *A mídia na disputa pela hegemonia*. In.: Revista Margem Esquerda: Ensaios Marxistas. Nº 20. Março de 2013. ISSN 1678-7684. São Paulo: Boitempo Editorial.

BORRERO, Bianca (2013). *Nace en Venezuela el Sistema Bolivariano de Comunicación e Información*. Ministério da Comunicação e Informação. Publicado em 02 de março de 2013. Disponível em http://www.minci.gob.ve/2013/03/gobierno-bolivariano-pone-en-marcha-el-sistema-bolivariano-de-comunicacion-e-informacion/. Acesso em 06 de agosto de 2013.

BOSCÁN CARRASQUERO, Guillermo (2010). *Ceresole y la revolución de Hugo Chávez: la relación caudillo, ejército y pueblo*. Revista Ciencias Sociales Nº 25, Segundo Semestre de 2010, p. 57-73, ISSN 0717-2257.

BOTELHO, João Carlos Amoroso (2008). *A democracia na Venezuela da Era chavista*. Revista Aurora, Ano II, nº 2, junho de 2008. ISSN 1982-8004.

BOTTOMORE, Tom (1996). *Socialismo*. In.: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BRUCE, Iain (2008). *The real Venezuela: making Socialism in the 21st Century*. London: Pluto Press.

BUZETTO, Marcelo (2012). *As fragilidades da esquerda latino-americana e os desafios da Revolução Bolivariana*. In: PINHEIRO, Milton (org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões.

CALNITSKY, David & PESCHANSKI, João Alexandre. *Modelos de alternativas ao capitalismo*. In.: Margem esquerda – ensaios marxistas. Vol. 17. ISSN 1678-7684. São Paulo: Boitempo Editorial.

CAPRILES, Colette (2013). *Esto es la transición*. Jornal El Nacional, de 29 de agosto de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/opinion/transicion_0_253774927.html. Acesso em 29 de agosto de 2013.

CARLI, Ranieri (2013). *A política em György Lukács*. São Paulo: Cortez.

CARQUEZ, Celina (2012). *Son 7 los candidatos del PSUV migrados fuera de lapso*. Jornal El Nacional, de 26 de outubro de 2012. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/candidatos-PSUV-migrados-lapso_0_69593221.html. Acesso em 26 de outubro de 2012.

CARRERA DAMAS, Germán (1976). *El culto a Bolívar*. Caracas: EB-UCV.

CARIELLO, Rafael (2012). *O liberal contra a miséria: a vida e as disputas com o PT do economista Ricardo Paes de Barros, o arquiteto improvável do programa social de Lula*. Revista Piauí Nº 74, ano 7, de novembro de 2012. ISSN 1980-1750

CARNOY, Martin (2011). *O Estado e a teoria política*. 16ª ed. Tradução: Equipe de Tradutores do Instituto de Letras da PUC-SP. Campinas/SP: Papirus Editora

CARROLL, Rory (2013). *Comandante: a Venezuela de Hugo Chávez*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca.

CARVALHO, José Murilo de (1991). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

____ (2012). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 21ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras.

CASTRO, Moacir Werneck de (1973). *Bolívar*. São Paulo: Editora Três.

CASTRO, Gregorio (Org.) (2007). *Debate por Venezuela*. Caracas: Editorial Alfa.

CEPAL (2010). *Anuário estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago/Chile.

_____ (2012). *Panorama Social da América Latina*. Santiago/Chile.

_____ (2013). *Panorama Social da América Latina*. Santiago/Chile.

CERESOLE, Norberto (2000). *Caudillo, ejército, pueblo*. Ediciones Al-Andaluz: Madrid.

_____ (1999). *Cuadillo, ejército, pueblo*. Disponível em http://www.analitica.com/bitblioteca/ceresole/caudillo.asp. Acesso em 04 de junho de 2013.

CETENO, Elio (2012). *"Aló, Presidente", trece años revolucionando de la mano con el pueblo*. De 23 de maio de 2012. Disponível em http://www.alopresidente.gob.ve/info/6/2226/%5Caluepresidente%5C_trece_aunosrevolucionando.html. Acesso em 14 de julho de 2013.

CHÁVEZ, Hugo (2003). *The fascist coup against Venezuela*. Havana: Ediciones Plaza.

_____ (2005). Discurso de Hugo Chávez no Fórum Social Mundial. Porto Alegre. Disponível em http://www.forumsocialmundial.org.br/download/chavez_speech_PT.pdf. Acesso em 25 de maio de 2013.

_____ (2007). Discurso na 60ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2005. In: *Soberania e autodeterminação: a luta na ONU: discursos históricos/Che et al.* São Paulo: Expressão Popular.

_____ (2009). *Las líneas de Chávez/02*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.

CHIBBER, Vivek. *Forças produtivas e transformação social*. Tradução de João Alexandre Peschanski e Pedro Pires. In.: Margem esquerda – ensaios marxistas. Vol. 17. ISSN 1678-7684. São Paulo: Boitempo Editorial.

CHOMSKY, Noam & RAMONET, Ignacio (2008). *Cómo nos venden la moto: información, poder y concentración de medios*. 25º ed. Barcelona: Icario/Más Madera.

CIVIDANES, Jorge Lazo (2011). *Uma vuelta al populismo "clásico": el caso de Hugo Chávez*. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

CODATO, Adriano Nervo & PERISSINOTO, Renato Monseff (2001). *O Estado como instituição. Uma leitura das "obras históricas" de Marx*. In: Crítica Marxista. v. 13. p. 9-28. São Paulo: Boitempo.

CODATO, Adriano Nervo (2008). *Poulantzas, o Estado e a Revolução*. In: Crítica Marxista. v. 27. p. 65-85.

COLUSSI, Marcelo (2008). *Socialismo, poder y otros ensayos*. Fundación Editorial El Perro y La Rana: Caracas.

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE VENEZUELA (1961). *Constitución*. 23 de enero de 1961.

CONTRERAS, Eleazar Lópes (2005). *Bolívar, conductor de tropas*. Caracas: Ediciones de La Presidencia de La República.

COORDENACIÓN NACIONAL DE CÍRCULOS BOLIVARIANOS. *Fundamentos de organización. Círculos bolivarianos.* 3ª ed. Caracas: República Bolivariana de Venezuela, s/d.

CORRALES, J. *In search of a theory of polarization: lessons from Venezuela, 1999-2003*. Revista Europea de Estudios Latinoamericanos e del Caribe (Leiden), nº 79, out. 2005. p. 105-17.

CORREA GUATARASMA, Andrés (2013). *Simón Bolívar no era socialista*. El Universal, 23 de maio de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/arte-y-entretenimiento/130523/simon-bolivar-no-era-socialista. Acesso em 25 de maio de 2013.

COSCOJUELA, Xabier (2013). *Protectores a dedo*. Jornal Tal Cual Digital, de 12 de dezembro de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=96531&tipo=AVA. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

COUTINHO, Carlos Nélson (2011). *O leitor de Gramsci: escritos escolhios 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DAHL, Robert A. (2005). *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.

_____ (2009). *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

DAMAS, Carrera German (1991). Prólogo. In: BOLÍVAR, Simón. *Escritos fundamentales*. 3ª ed. Caracas: Monte Ávila Editores.

DAVIES, Vanessa (2012). *Por el petróleo se ponen y quitan presidentes en Venezuela*. In.: Venezuela: una história marcada por el petróleo. Correo del Orinoco, Edición Especial, 09 de setembro de 2012.

DÁVILA, Luis Ricardo (2011). *Dictadura y democracia em Venezuela: discurso y mito del "gendarme necesario"*. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

DENIS, Roland (2009). *Hay una lucha histórica que no ha sido resuelta en veinte años*. Revista Comuna: Pensamiento crítico en la revolución. Fundación Centro Internacional Miranda y la Fundación Rosa Luxemburgo: Caracas. ISNN: 2244-8349.

DIAS, Reinaldo (2011). *Ciência Política*. São Paulo: Atlas.

DÍAZ, Ana (2012). *Venezuela dejaría de vender 43,6% de producción de crudo*. Jornal El Nacional, de 17 de novembro de 2012. Disponível em http://www.el-nacional.com/economia/Venezuela-dejaria-vender-produccion-crudo_0_82794111.html. Acessado em 18 de novembro de 2012.

_____ (2013). Desmejoras económicas alejan a trabajadores del socialismo. Jornal El Nacional, de 25 de agosto de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/Desmejoras-economicas-alejan-trabajadores-socialismo_0_251374982.html. Acesso em 25 de agosto de 2013.

_____ (2013a). *"Los trabajadores informales están decepcionados con la nueva LOT"*. Jornal El Nacional, de 03 de abril de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/economia/estrategia/trabajadores-informales-decepcionados-nueva-LOT_0_164983754.html. Acesso em 16 de novembro de 2013.

DÍAZ, Sara Carolina (2013). *López Maya: La diosificación de Chávez busca legitimar a Maduro*. Jornal El Universal, de 13 de janeiro de 2013. Disponível em http://deportes.eluniversal.com/nacional-y-politica/130113/lopez-maya-la-diosificacion-de-chavez-busca-legitimar-a-maduro. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

DIETERICH, Heinz (2007). *Hugo Chávez: El destino superior de los pueblos latinoamericanos y El grande salto adelante*. Alcalá La Real: Alcalá.

_____ (2011). *El día de la ruptura con Hugo Chávez*. Jornal El Universal, de 15 de agosto de 2011. Disponível em http://www.eluniversal.com/2011/08/15/el-dia-de-la-ruptura-con-hugo-chavez. Acesso em 12 de outubro de 2013.

DUARTE, Dimitri (2007). *Douglas Bravo, Comandante Guerrillero*. Publicado em 17/10/2007. Disponível em http://www.aporrea.org/ideologia/a42731.html. Acessado em 10 de maio de 2012.

EL TROUDI, Haiman (2005). *El salto adelante: La nueva etapa de La Revolución Bolivariana*. 2ª edição. Caracas: Ediciones de la presidência de la república.

____ (2006). *Nos invitaron a debatir sobre El socialismo del siglo XXI*. Caracas: s/ed.

EL TROUDI, Haiman & FARÍA, Jesús (2010). PROPUESTA DE BASES PROGRAMATICAS Y DOCTRINALES. Primer Congreso Extraordinário – Partido Socialista Unido de Venezuela. Março de 2010.

ELLNER, Steve (2004). *Hugo Chávez y Fujimori: análisis comparativo de dos variantes de populismo*. Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales. Vol. 10, nº 1. ISSN 13150-6411. Caracas: Universidad Central de Caracas.

_____ (2010). *La primera década del gobierno de Hugo Chávez: Logros y desaciertos*. CUADERNOS DEL CENDES, AÑO 27. N° 74, TERCERA ÉPOCA, MAYO-AGOSTO 2010.

_____ (2012). *El modelo de la democracia social radical en Venezuela: innovaciones y limitaciones*. CUADERNOS DEL CENDES, AÑO 29. N° 79, TERCERA ÉPOCA, ENERO-ABRIL 2012. Universidad Central de Venezuela: Caracas.

ENGELS, Friedrich (1997). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 14ª ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2008). *Introdução*. In.: MARX, Karl (2008). *A guerra civil na França*. In.: MARX, Karl (2008). *A revolução antes da revolução*. Tradução de Eduardo Chitas. São Paulo: Expressão Popular.

_____ (2010). *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Tradução da Editora. Bauru/SP: Edipro.

_____ (2011). *Introdução à guerra civil na França, de Karl Marx (1891)*. In.: MARX, Karl (2011). *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo.

_____ (2012). *Friedrich Engels a August Bebel*. In.: MARX, Karl (2012). *Crítica do programa de Gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

ESCORCHE CAÑA, Alexander (2013). *Américo Martín sostiene que la única insurrección cívico-militar en Venezuela fue la del 23 de Enero*. Correo Del Orinoco, de 20 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.correodelorinoco.gob.ve/entrevistas/americo-martin-sostiene-que-unica-insurreccion-civico-militar-venezuela-fue-23-enero/. Acesso em 14 de fevereiro de 2013.

ESPACIO PÚBLICO (2011). *Situación del Derecho a la libertad de expresión e información* – Informe 2010 – Venezuela.

_____ (2013). *Situación del Derecho a la libertad de expresión e información* – Informe 2012 – Venezuela.

ESPAÑA, Luis Pedro (2012). *Democracia, desarollo integral y combate de la pobreza*. In.: STRAKA, Úrsula (Org.) (2012). *Venezuela ¿en democracia?* Caracas: Universidad Católica Andrés Bello; Alcaldía de Chacao.

ESPINOZA, OCARINA (2013a). *"Enfermedad del Presidente permite alimentar rasgos mesiánicos"*. Jornal El Universal, de 25 de fevereiro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130225/enfermedad-del-presidente-permite-alimentar-rasgos-mesianicos. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

ESPINOZA, OCARINA (2013b). *"Liderazgos político-religiosos afloran cuando hay debilidad institucional"*. Jornal El Universal, de 25 de fevereiro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130225/liderazgos-politico-religiosos-afloran-cuando-hay-debilidad-institucio. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

FEITOSA, N. A (2011). *Educação bolivariana*. In.: Revista eletrônica Ponto-e-vírgula Nº 10.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues (1979). *Os militares como categoria social*. São Paulo: Editora Globo.

FERNÁNDEZ CABRERA, Beatriz (2011). *Los consejos comunales: continuidades y rupturas*. CUADERNOS DEL CENDES, AÑO 28, N° 78, TERCERA ÉPOCA, SEPTIEMBRE-DICIEMBRE 2011.

FINANZAS.COM (2013). *Así se forraron Goldman Sachs y compañía con los bonos de Hugo Chávez*. Disponível em http://www.finanzas.com/noticias/economia/20130131/forraron-goldman-sachs-compania-1701135.html. Acesso em 31 de janeiro de 2013.

GAMUS GALLEGO, Raquel (2011). *El gobierno de Hugo Chávez y el consenso democrático continental. Desde la reunión de Québec hasta el referéndum revocatório presidencial*. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

GARCIA PELAYO, Manuel (1981). *Los míticos políticos*. Madrid: Alianza.

GARIDO. A (2002). *Testimonios de la revolución bolivariana*. Mérida: Edición del autor.

GARZÓN, Anibal & BARBOZA, Roosevelt (2009). *Douglas Bravo: "En Venezuela no hay Revolución"*. Kaos en La red (Espanha). Publicado em 15/12/2009. Disponível em http://www.soberania.org/Articulos/articulo 5443.htm. Acesso em 12 de setembro de 2012.

GIORDANI C., Jorge A (2013). *La transición venezolana al socialismo*. Caracas: Vadell Hermanos Editores.

GLOBOVISIÓN (2012). *Vecchio: Presidente usó habilitante para controlar y no para resolver los problemas del pueblo*. Publicado em 18 de junho de 2012. Disponível em http://globovision.com/articulo/vecchio-presidente-uso-habilitante-para-controlar-y-no-para-resolver-los-problemas-del-pueblo. Acesso em 19 de maio de 2013.

GONZÁLEZ, Alfonso Rumazo (2006). *Simón Bolívar: biografia*. Caracas: Ediciones de la Presidência de la República.

GONZÁLEZ R., MARINO J. *Con pies de barro*. Jornal Tal Cual Digital, de 27 de novembro de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/nota/visor.aspx?id=95706. Acesso em 07 de dezembro de 2013.

GOTT, Richard (2004). *À sombra do libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela*. São Paulo: Expressão Popular.

GRUPPI, Luciano (1998). *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 15ª ed. Tradução de Dario Canali. São Paulo: LP&M.

GUERRA, José (2012). *El petro-populismo*. Jornal Tal Cual Digital, de 17 de outubro de 2012. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=77669&tipo=AVA. Acesso em 17 de outubro de 2012.

_____ (2013). *El desastre econômico*. Jornal Tal Cual Digital, de 25 de setembro de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=92578&tipo=AVA. Acesso em 25 de setembro de 2013.

GUERRERO, Indira (2013). *Jorge Arreaza defiende el socialismo: "No imponemos modelos ni capital, sino una sociedad de paz"*. Jornal Noticias 24, de 31 de julho de 2013. Disponível em http://www.noticias24.com/venezuela/noticia/184000/jorge-arreaza-deconstruye-el-socialismo-no-imponemos-modelos-ni-capital-sino-una-sociedad-de-paz/. Acesso em 31 de julho de 2013.

GUEVARA, Aleida (2005). *Chávez, Venezuela & the new Latin America*. Nova Iorque: Ocean Press.

GUEVARA, Freddy (2012). *Panel: los partidos y las organizaciones políticas*. In.: STRAKA, Úrsula (Org.) (2012). *Venezuela ¿en democracia?* Caracas: Universidad Católica Andrés Bello; Alcaldía de Chacao.

HARNECKER, Marta (2005). *Understanding the Venezuelan revolution*. New York: Monthly Review Press.

HARVEY, Robert (2010). *Los libertadores: a lucha por la independencia de América Latina, 1810-1830*. Madrid: RBA.

FERNANDEZ F., Alejandra M. et al (2002). *Batalla campal por Miraflores*. El Universal, de 12 de abril de 2002. Disponível em

http://www.eluniversal.com/2002/04/12/pol_art_12102AA.shtml. Acesso em 15 de maio de 2013.

HERMET, Guy (2000). *Culture et développement*. Paris: Presses de Science Politique.

HERMIDA, Jorge Fernando (2008). Socialismo e ciência da história em Karl Marx. In: FILHO, Agassiz Almeida & CAMPOS, Vinícius Soares de Campos (Orgs). *Novo manual de ciência política*. São Paulo: Malheiros Editores.

HIDALGO, Manuel (2011). *¿Empeorar para mejorar? Cambio político y desgobierno econômico en Venezuela*. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

HOBBES, Thomas (1997). *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado civil e eclesiástico*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural.

HOLLANDA, Cristina Buarque de (2011). *Teoria das elites*. Rio de Janeiro: Zahar.

IZARRA, William (2004). In: *Para comprender la revolución bolivariana*. Caracas: Ediciones de la presidencia de la republica.

JONES, Bart (2008). *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. Tradução: Rodrigo Castro: São Paulo: Novo Conceito Editora.

KATZ, Cláudio (2011). *O marxismo na América Latina*. In.: ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula (Orgs.) (2011). *Marxismo: teoria, história e política*. São Paulo: Alameda.

KOHAN, Nestor (2009). *Che Guevara: un marxismo para el siglo XXI*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.

KOZLOFF, Nikolas (2007). *Hugo Chávez: oil, politics and the challenge to the U.S.* New York: Palgravde Macmillan.

_____ (2008). *Revolution: South America and the rise of the new left*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

KRAUZE, Enrique (2011). *Os redentores: ideias e poder na América Latina*. Tradução de Magda Lopes, Cecília Gouvêa Dourado e Gabriel Federicci. São Paulo: Saraiva/Benvirá.

_____ (2012). *Decálogo del populismo*. Jornal El Nacional, de 04 de novembro de 2012. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/Decalogo-populismo_0_75592445.html. Acesso em 04 de novembro de 2012.

_____ (2013). *O poder e o delírio*. Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: Benvirá.

KRAUSS, Lucas (2013). *Uma revolução que não se perde*. In.: Revista Fórum, 119, ano 12, fevereiro de 2013. ISSN 1519-8952.

LACROIX, Luis Perú de (2010). *Diario de Bucaramanga*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información.

LAFUENTE, Marianela (2013). *Feudalismo del siglo XXI*. Tal Cual Digital, de 12 de julho de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=88919&tipo=AVA. Acesso em 14 de julho de 2013.

LANDER, Luis Edgardo y LÓPEZ MAYA, Margarita (2007). *Venezuela: las elecciones presidenciales de 2006 ¿Hacia el socialismo del siglo XXI?* CUADERNOS DEL CENDES, AÑO 24. N° 64, TERCERA ÉPOCA, ENERO-ABRIL 2007.

LANDER, Luis Edgardo (2007). *El proceso político en Venezuela entra en una encrucijada crítica*. Sítio eletrônico Rebelión, em 23 de dezembro de 2007. Disponível em http://www.rebelion.org/noticia.php?id=60884. Acesso em 14 de fevereiro de 2013.

LEBOWITZ, Michael A. (2011). *O "elo-chave" do marxismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. In.: Margem esquerda – ensaios marxistas. Vol. 17. ISSN 1678-7684. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____ (2006). *Build it now: socialism for the Twenty-First Century socialism*. Nova Iorque: Monthly Review.

LEITE FILHO, FC (2012). *Quem tem medo de Hugo Chávez? América Latina: integração pra valer*. São Paulo: Aquariana.

LÊNIN, Vladimir Ilitch (2007). *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

LINERA, Álvaro García (2010). *A construção do Estado*. In: Margem Esquerda: ensaios marxistas. v. 15. p. 25-33. Boitempo: São Paulo.

LOPES, Mariana de Oliveira (2008). *O imperialismo na Venezuela a partir do conceito poulantziano de "bloco no poder"*. Revista Venezolana de Ciencia Política. Universidad de Los Andes, Mérida. Nº 33. Enero-junio, 2008. ISSN: 0798-9881.

LÓPEZ MAYA, Margarita (2002a). *El paro cívico del 10 de diciembre*. Revista *Nueva Sociedad*. N° 177. Disponível em http://www.nuso.org/upload/articulos/3014_1.pdf. Acesso em 16 de junho de 2013.

_____ (2002b). *El golpe de Estado del 11 de abril en Venezuela y sus causas*. Revista Sociedad y Economía, núm. 3, octubre, 2002. Universidad del Valle Cali, Colombia. *Revista Sociedad y Economía*. ISSN (Versión impresa): 1657-6357. Disponible en: http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=99617938001. Acesso em 18 de junho de 2013.

LÓPEZ MAYA, Margarita (2006). *Caracazo*. In: SADER, Emir et al. (Coordenadores) (2006). *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

LÓPEZ MAYA, Margarita et al (2006). **Segunda Parte. Impactos y tendencias de los cambios.** *En publicación: Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil,*

Chile, Venezuela y Uruguay. Elias, Antonio. Programa de edición y distribución cooperativa de CLACSO. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; PIT-CNT Instituto Cuesta Duarte: Buenos Aires, Argentina. Julio 2006. ISBN 987-1183-48-8. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/edicion/elias/SegundaParte.pdf. Acessado em 13 de junho de 2013.

_____ (Org) (2007). *Ideas para debatir El socialismo Del siglo XXI* – vol II. Caracas: Editorial Alfa.

_____ (2008). *Venezuela: Hugo Chávez y el Bolivarianismo*. Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales, 2008, vol. 14, nº 3, setembro a dezembro, pp. 55-82.

_____ (2009a). *Luta hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*. Tradução de Flávio Benedito. Disponível em http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/venezuela_margarita.pdf. Acesso em 30 de abril de 2013.

_____ (2009b). *Venezuela: el gobierno de Hugo Chávez y sus fuerzas bolivarianas*. Distrito Federal/México: Instituto Federal Electoral.

_____ (2009c). *Economia rentista petrolera y socialismo*. In.: LÓPEZ MAYA, Margarita (2009). *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI*. Vol. II. Caracas: Editorial Alfa.

_____ (2011). *Venezuela entre incertidumbres y sorpresas*. Revista Nueva Sociedad Nº 235, setembro-outubro de 2011, ISSN 0251-3552. Disponível em http://www.nuso.org/upload/articulos/3793_1.pdf. Acesso em 17 de junho de 2013.

_____ (2012). *El Estado comunal*. Jornal Eletrônico Código Venezuela, de 25 de outubro de 2012. Disponível em http://www.codigovenezuela.com/2012/10/noticias/pais/estado-comunal-margarita-lopez-maya. Acesso em 14 de fevereiro de 2013.

_____ (2013a). *El 11-A y la deriva autoritaria de Venezuela*. Revista Prodavinci. 11 de abril de 2013. Disponível em http://prodavinci.com/2013/04/11/ideas/el-11-a-y-la-deriva-autoritaria-de-venezuela-por-margarita-lopez-maya/. Acesso em 15 de junho de 2013.

_____ (2013b). *Espacios de lucha democrática*. Jornal Últimas Notícias, de 21 de maio de 2013. Disponível em http://www.ultimasnoticias.com.ve/opinion/firmas/firma--margarita-lopez-maya/espacios-de-lucha-democratica.aspx. Acesso em 24 de julho de 2013.

_____ (2013c). *A crise política venezuelana e seu complicado contexto nacional*. In.: Revista Política Externa, vol. 22, nº 1, jul/ago/set. ISSN 1518-6660.

LÓPEZ MAYA, Margarita & LANDER, Luis E (2010). *Venezuela 2009: En medio de dificultades avanza el modelo socialista del Presidente Chávez*. Revista de Ciência Política (Santiago), v. 30, nº 2, p. 537-553. ISSN 0718-090X.

_____ (2012). *Las elecciones del 7-O de 2012 en Venezuela y el debate sobre la democracia en América Latina*. Sítio eletrônico Derechos.org, de 05 de novembro de 2012. Disponível em http://www.derechos.org.ve/2012/11/05/las-elecciones-del-7-o-de-2012-en-venezuela-y-el-debate-sobre-la-democracia-en-america-latina/. Acesso em 17 de abril de 2013.

LÖWY, Michael (2012). *Prefácio à edição brasileira*. In.: MARX, Karl (2012). *Crítica do programa de Gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

_____ (2010). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 19ª ed. São Paulo: Cortez.

LOZANO PERAFÁN, Diana (2013). *Ascensos de Cabello, Arias y Rodríguez son ilegales*. Jornal El Nacional, de 29 de dezembro de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/Ascensos-Cabello-Arias-Rodriguez-ilegales_0_326967362.html. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

LUENGO, María Teresa (2013). *Denuncian presiones para venta del periódico Versión Final*. Jornal El Universal, de 27 de agosto de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130827/denuncian-presiones-para-venta-del-periodico-version-final. Acesso em 27 de agosto de 2013.

LUGO-GALICIA, Hernán (2013). *Constituyente municipal abre debate sobre eliminar alcaldes y concejales*. Jornal El Nacional, de 22 de setembro de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/Constituyente-municipal-eliminar-alcaldes-concejales_0_268773293.html. Acesso em 03 de outubro de 2013.

MAGNOLI, Demétrio (2013). *Depois de Chávez*. In.: Revista Política Externa, vol. 22, nº 1, jul/ago/set. ISSN 1518-6660.

MANNHEIM, Karl (1954). *Ideologia e utopia*. Porto Alegre: Editora Globo.

MANSILLA, H.C.F. (2011). *Los regímenes populistas latinoamericanos como reproductores de tradiciones autoritárias: Una visión heterodoxa sobre una temática siempre actual*. CUADERNOS DEL CENDES, AÑO 28, N° 78, TERCERA ÉPOCA, SEPTIEMBRE-DICIEMBRE 2011.

MARCANO, Cristina & BARRERA Tyszka, Alberto (2005). *Hugo Chávez sin uniforme: una historia personal*. Buenos Aires: Debate.

MARCANO, Ender (2012). *Cesta petrolera venezolana cae a 102,76 dólares por barril en la semana*. Jornal El Universal, 21 de setembro de 2012. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/120921/cesta-petrolera-venezolana-cae-a-10276-dolares-por-barril-en-la-semana. Acessado em 18 de novembro de 2012.

_____ (2013). *Sector privado pierde espacio en la economía frente al Estado*. Jornal El Universal, de 06 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/130106/sector-privado-pierde-espacio-en-la-economia-frente-al-estado. Acesso em 22 de setembro de 2013.

MARINGONI, Gilberto (2009). *A revolução venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp.

MARTORANO, Luciano Cavini (2004). *Socialismo: notas sobre revolução, transição e programa*. Revista Crítica Marxista nº 18, Primeiro Semestre de 2004.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico (2011). *Elite e classe dominante: notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites*. In.: ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula (Orgs.) (2011). *Marxismo: teoria, história e política*. São Paulo: Alameda.

MARVAL ESTEVES, Karla (2012). *Bandera Roja cataloga de mentira el socialismo de Chávez*. Jornal El Sol de Margarita, 23 de novembro de 2012. Disponível em http://www.elsoldemargarita.com.ve/site/188480/bandera-roja-cataloga-de-mentira-el-socialismo-de-chavez. Acesso em 23 de novembro de 2012.

MARX, Karl (2007). *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.

_____ (2008a). *Simón Bolívar*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2008b). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In.: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

_____ (2010). *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª ed. São Paulo: Boitempo.

_____ (2012). *Crítica do programa de Gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (1996a). *Manifesto do partido comunista*. 6ª ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes.

_____ (1996b). *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec.

_____ (2010). Lutas de classes na Alemanha. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo.

McCAUGHAN, Michael (2005). *The battle of Venezuela*. Nova Iorque: Seven Stories Press.

MEDINA, Oscar (2012). *Esperando por Maduro*. Jornal El Universal, de 23 de dezembro de 2012. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/121223/esperando-por-maduro. Acesso em 25 de dezembro de 2012.

MELLO, Sérgio Cândido de (2003). *Norberto Bobbio e o debate político contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Annablume/Fapesp.

MENDES, Flávio da Silva (2012). *Hugo Chávez em seu labirinto: o movimento bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda.

MÉNDEZ, Nelson (2011). *Movimentos sociais na Venezuela: o árduo caminho da autonomia*. Revista Verve 19/2011. ISSN 1676-9090. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP.

MÉSZÁROS, István (2011). *A crise estrutural do Capital*. Tradução de Francisco Raul Cornejo. 2ª ed. São Paulo: Boitempo.

_____ (2009). *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo.

MILITANTES/DIRIGENTES DEL PSUV (2011). *Documento propositivo para La presente emergência de La Revolución Bolivariana*. Revista Cal y Arena: cuadernos de actualidad política e cultural. Nº 1, Enero 2011. DL 54165-2010.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN E INFORMACIÓN – MINCI (2007). *Misiónes bolivarianas*. Caracas: República Bolivariana de Venezuela.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA PLANIFICACION E FINANZAS (2012). *Inversión social y productiva han sido pilares de la revolución*. Disponível em http://www.mppef.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=493:inversion-social-y-productiva-han-sido-pilares-de-la-revolucion&catid=1:latest-news&Itemid=401. Acesso em 10 de novembro de 2012.

MIRES, Fernando (2011). *América Latina y sus tendências políticas en el año electoral 2006*. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

_____ (2013). *Lucha política y social*. Jornal Tal Cual Digital, de 14 de dezembro de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=96631&tipo=AVA. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

MOLINA, Thabata (2013). *En Venezuela hubo 44 homicidios por día en 2012*. Jornal El Nacional, de 13 de março de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/sucesos/Venezuela-homicidios-dia_0_152387478.html. Acesso em 13 de março de 2013.

MONTAÑO, Carlos & DURIGUETTO, Maria Lúcia (2011). *Estado, classe e movimento social*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

MORAES, Dênis de (2011). *Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro/RJ: Mauad X: Faperj.

MORALES, Maru (2013). *A partir del 15 de abril Globovisión cambiará de dueños*. Jornal El Nacional, de 12 de março de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/politica/partir-abril-Globovision-cambiara-duenos_0_151787065.html. Acesso em 12 de março de 2013.

NYE, Joseph S. (2002). *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE CONFLICTIVIDAD SOCIAL (2013). *Tendencias de la conflictividad social en Venezuela*.

OLIVARES MÉNDEZ, Fernando (2010). *Douglas Bravo: "Se avecina una verdadera revolución"*. Semanário La razón (31/01/2010). Disponível em http://www.soberania.org/Articulos/articulo_5532.htm. Acessado em 12 de setembro de 2012.

OLIVARES, Francisco (2012). *La FANB de Chávez*. Jornal El Universal, de 12 de fevereiro de 2012. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/120212/la-fanb-de-hugo-chavez. Acesso em 28 de agosto de 2013.

_____ (2013). *Tsunami econômico*. Jornal El Universal, de 24 de novembro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/131124/tsunami-economico. Acesso em 25 de novembro de 2013.

OSORIO, Johan (2011). *Venezuela celebra día de la dignidad nacional*. In. Diário Del Pueblo. Disponível: http://www.diariodelpueblo.com.ve/e_reportaje.php?vermas=960. Acesso em 22 de junho de 2012.

OURIQUES, Nildo (Org.) (2005). *Raízes do libertador: bolivarianismo e o poder popular na Venezuela*. Florianópolis: Insular.

PÁDUA, Adriana Suzart de (2008). *Mudança e continuidade: notas comparativas da constituição bolivariana da Venezuela*. In.: DIALOGUS, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008.

PAIVA, Beatriz Augusto de (2005). *O poder popular na Venezuela e a práxis bolivariana*. In: OURIQUES, Nildo (Org.) *Raízes do libertador: bolivarianismo e o poder popular na Venezuela*. Florianópolis: Insular.

PALMA, Pedro (2013). *Reservas en oro y en divisas*. Jornal El Nacional, de 29 de julho de 203. Disponível em http://www.el-nacional.com/opinion/PEDRO_PALMA-VOLATILIDAD_PRECIOS_ORO_Y_PETROLEO_0_233976692.html. Acesso em 29 de julho de 2013.

PAULA, Hilquias Silva de & OLIVEIRA, Mariana Fidelis J. de (2010). *A crise da democracia liberal na Venezuela e a revolução bolivariana*. In. VIEIRA, Luiz Vicente (org.). *Crise do Estado liberal na América Latina: movimentos sociais e transformações do político*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

PEÑALOZA, Pedro Pablo (2012). AN no investigará a Aponte Aponte, pero sí a Caldera. Jornal El Universal, de 19 de setembro de 2012. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/120919/an-no-investigara-a-aponte-aponte-pero-si-a-caldera. Acesso em 19 de setembro de 2012.

PÉREZ MANCEBO, Jorge (2009). *Desafios da Venezuela no Século XXI*. In. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch no. 10 (outubro/dezembro 2009). ISSN 1808-0480. Brasília: Projeto Raúl Prebisch.

PÉREZ PIRELA, Miguel Ángel (2010). *Del Estado posible: crónicas de una revolución*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana.

PERISSINOTTO, Renato (2009). *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: Ibpex.

PETKOFF, Teodoro (2010). *El chavismo como problema*. 3ª edição. Caracas: Editorial Libros Marcados.

_____ (2012). *Las comunas de Chávez*. Jornal Tal Cual Digital, de 22 de novembro de 2012. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=79228&tipo=AVA. Acesso em 23 de janeiro de 2012.

_____ (2013). *¿Quién roba aquí?* Jornal Tal Cual Digital, de 20 de agosto de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=90700&tipo=AVA. Acesso em 20 de agosto de 2013.

_____ (2013a). *Chavismo causa la crisis*. Jornal Tal Cual Digital, de 11/09/2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=91882&tipo=AVA. Acesso em 12 de setembro de 2013.

PIANCIOLA, Cesare (1999). *Socialismo*. In.: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (1999). *Dicionário de política*. Vol. 2. 12ª ed. Brasília: Editora UnB.

PIDIVAL, Francisco (2006). *Bolívar: pensamiento precursor del antiimperialismo*. Caracas: Ediciones de la presidência de la República.

PINHEIRO, Jair (2010). *Revolução bolivariana: uma revolução política dos de baixo?* Lutas Sociais, São Paulo, n. 24, p. 109-110, 1º sem. ISSN 1415-854X.

PINO ITURRIETA, E (2003). *El divino Bolívar: ensayo sobre uma religión republicana*. Los Libros de la Catarata: Madrid.

PISTONE, Sergio (1999). *Bonapartismo*. In.: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (1999). *Dicionário de política*. Vol. 1. 12ª ed. Brasília: Editora UnB.

POULANTZAS, Nicos (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2000). *O Estado, o poder, o socialismo*. 4ª ed. Tradução: Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal.

PRADO Jr., Caio & FERNANDES, Florestan (2007). *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular.

PRAT C., Damián (2012). *Guayana. Ninguna obra industrial nueva: mucha ruína*. In.: QUIRÓS CORRADI, Alberto (Org.) (2012). *La gran farsa: balance de gobierno de Hugo Chávez Frías 1998-2012*. Caracas: Los Libros de El Nacional; Editorial CEC.

_____ (2013). *Sidor, pura pérdida*. Jornal Tal Cual Digital, de 29 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=81570&tipo=AVA. Acesso em 30 de janeiro de 2013.

PRESIDENTES DE LATINOAMÉRICA. Daniel Filmus. Argentina: Encuentro, 01 e 08 jan. 2010. Duração 85 min. Entrevista com Hugo Chávez.

PROVEA – Programa Venezolano de Educación, Acción en Derechos Humanos (2013). *Situación de los derechos humanos en Venezuela*. Informe Anual Enero-Dicembre 2012. Caracas, 2013.

Proyecto Nacional Simón Bolívar (2006). Primer Plan Socialista de la Nación – PPSN. Desarollo económico e social de la nación/2007-2013. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.

QUIRÓS CORRADI, Alberto (Org.) (2012). *La gran farsa: balance de gobierno de Hugo Chávez Frías 1998-2012*. Caracas: Los Libros de El Nacional; Editorial CEC.

RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

_____ (2011a). *El liderazgo del "nuevo comienzo": notas sobre el fenômeno Chávez*. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

RANGEL, Domingo Alberto (2003). *Un socialismo para el Siglo XXI*. Caracas: s/ed.

RANGEL, José Vicente (2012). *De Yare a Miraflores el mismo subversivo: entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías (1992-2012)*. Caracas: Ediciones Correo Del Orinoco.

RAMÍREZ, Maria Adelaida (2013). *Nuevo mito del Estado*. Jornal El Universal, de 17 de março de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130317/nuevo-mito-del-estado. Acesso em 19 de março de 2013.

RAMÍREZ CABELLO, María (2013). *Empresas básicas sobreviven con subsidios y aportes adicionales*. In.: El Universal, de 12 de abril de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/130412/empresas-basicas-sobreviven-con-subsidios-y-aportes-adicionales. Acesso em 12 de abril de 2013.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (2009). *Constitución de La República Bolivariana de Venezuela*. Caracas: Ediciones de La Asemblea Nacional.

_____ (2006). Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista de la Nación – PPSN. Desarollo económico e social de la nación/2007-2013. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.

_____ (2001). *Líneas generales para el plan de desarollo econômico y social de La nación 2001-2007*. Disponível em http//www.portaleducativo.edu.ve/.../planes/.../PlanDesarrolloESN-2001-07-1.pdf

RIVAS LEONE, José Antonio (2011). *Precariedad jurídica y militarismo en Venezuela 2000- 2012*. Revista Provincia nº 26, julho-dezembro de 2011. Mérida: Universidad de los Andes (ULA). ISSN 1317-9535.

RIVAS LEONE, José Antonio & CARABALO VIVAS, Luis (2011). *El rol de los partidos políticos en La (in)gobernabilidad de la democracia en Venezuela*. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

REY, Juan Carlos (2011). *El ideário bolivariano y la democracia en la Venezuela del Siglo XXI*. In.: RAMOS JIMÉNEZ, Alfredo (Org.) (2011). *La revolución bolivariana: El pasado de uma ilusión*. Mérida: La Hoja Del Norte.

RODRIGUES, Fania (2012). *O processo revolucionário inaugurado por Hugo Chávez*. In: Caros Amigos. Ano XVI, nº 187. ISSN 1414-221X. São Paulo: Casa Amarela.

RODRÍGUEZ, Rafael (2012). *Chávez: La Fuerza Armada es chavista*. Jornal El Universal, de 02 de fevereiro de 2012. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/120202/chavez-la-fuerza-armada-es-chavista. Acesso em 21 de julho de 2012.

RODRÍGUEZ, Simón (2011). *Juramento en el Monte Sacro*. In: BOLÍVAR, Simón. *Antologia*. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco.

ROVAI, Renato (2007). *Midiático poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo: Publisher Brasil.

ROSENMANN, Marcos Roitman & CUADRADO, Sara Martínez (2008). *Epílogo*. In: MARX. Karl (2008). *Simón Bolívar*. São Paulo: Martins Fontes.

RUIZ, Fernando (2010). *Fronteiras em movimento: caos e controle na relação entre a mídia e os políticos na América Latina*. In.: SORJ, Bernando (Org.) (2010). *Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show*. Tradução de Miriam Xavier. São Paulo: Paz e Terra.

RUMAZO, Alfonso Gonzalez (2004). *Simón Rodríguez, maestro de América: biografia breve*. 2ª ed. Caracas: Ediciones de la presidência de la República.

_____ (2006). *Simón Bolívar: biografia*. 2ª ed. Caracas: Ediciones de la presidência de la República.

SADER, Emir (2004). Estado e democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. In. SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* 4ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

_____ (2009). *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo (Orgs) (2006). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

SAIGNES, Miguel Acosta (2010). *Bolívar: acción e utopia del hombre de las dificuldades*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información.

SALMERÓN, Víctor (2013). *La economía se desacelera y cae en un ciclo de estanflación*. Jornal El Universal, de 27 de novembro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/131127/la-economia-se-desacelera-y-cae-en-un-ciclo-de-estanflacion. Acesso em 28 de novembro de 2013.

SANCHEZ-BARBA, M. Hernandez (1981). *Introducción*. In. BOLÍVAR, Simón. *Discursos, proclamas y epistolário político*. 3ª ed. Madrid: Editora Nacional.

SATURNO, José Félix (2013). *Economía a pique*. Jornal Tal Cual Digital, de 25 de julho de 2013. Disponível em http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=89413&tipo=AVA. Acesso em 25 de julho de 2013.

SERBIN, Andrés (2008). *Hugo Chávez: liderança e polarização*. In: AYERBE, Luís Fernando (org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Unesp.

_____ (2006). *Cuando la limosna es grande: el Caribe, Chávez y los límites de la diplomacia petrolera*. Revista Nueva Sociedad, nº 205, setembro/outubro de 2006.

SHAKESPEARE, William (1995). *Richard III*. London: Penguin Books.

SOSA, Cecilia (2012). *Independencia e separación de poderes públicos*. In.: STRAKA, Úrsula (Org.) (2012). *Venezuela ¿en democracia?* Caracas: Universidad Católica Andrés Bello; Alcaldía de Chacao.

SOUZA, Elton Frederick (2011). *Bolivarismo e chavismo: aproximações, mitificações e paradoxos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

STRAKA, Úrsula (Org.) (2012). *Venezuela ¿en democracia?* Caracas: Universidad Católica Andrés Bello; Alcaldía de Chacao.

SUTHERLAND, Manuel (2011). *La economía venezolana o cómo la burguesía hurta la renta petrolera y es dueña del 71% del PIB*. Disponível em http://www.aporrea.org/actualidad/a130027.html. Acessado em 10 de novembro de 2012.

TREJO, Marcos Avilio (2006). *El militarismo, autoritarismo y populismo en Venezuela*. Revista Provincia Especial. Mérida: Universidad de los Andes.

TARVER, Michael H. & FREDERICK, Julia C. (2006). *The history of Venezuela*. New York: Palgrave macmillan.

TEDESCO, L. *El Estado en América Latina Fallido o en proceso de formación?* Documento de trabajo de Fride (Madrid: Fundación para las Relaciones Internacionales e El Diálogo Exterior (Fride), nº 37, 2007. p. 18.

TESTA, Claudio (2013). *Por una alternativa independiente obrera y popular: un necesario balance del chavismo*. Revista Socialismo o Barbarie, 21 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.socialismo-o-barbarie.org/venezuela/130123_sucesion_de_chavez.htm. Acesso em 01 de fevereiro de 2013.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2012). *Corruption Perception Index 2012*.

_____ (2013). *Global Corruption Barometer 2013*.

TURZI VEGAS, Gabriela (2012). *Axel Capriles: El chavismo no es revolucionario es una fuerza conservadora*. Jornal El Universal, de 26 de outubro de 2012. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/121026/axel-capriles-el-chavismo-no-es-revolucionario-es-una-fuerza-conservad. Acesso em 26 de outubro de 2012.

_____ (2013). *Álvarez: La pretensión de deificar a Chávez viene del Estado*. Jornal El Universal, de 25 de fevereiro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130225/alvarez-la-pretension-de-deificar-a-chavez-viene-del-estado. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

UZCÁTEGUI, Rafael (2013). *Antecedentes y escenarios de la Venezuela poschavista*. Revista Nueva Sociedad Nº 244, março-abril de 2013, ISSN 0251-3552. Disponível em http://www.nuso.org/upload/articulos/3924_1.pdf. Acesso em 17 de junho de 2013.

VALES, José (2013). *En la ruta de Perón y De Gaulle*. Jornal El Universal (México), de 18 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com.mx/internacional/81022.html. Acesso em 21 de janeiro de 2013.

VECCHIO, Carlos (2012). *Independencia y separación de poderes públicos*. In.: STRAKA, Úrsula (Org.) (2012). *Venezuela ¿en democracia?* Caracas: Universidad Católica Andrés Bello; Alcaldía de Chacao.

VIEIRA, Luiz Vicente (2005a). *A constituição venezuelana de 1999 e a superação do sistema representativo parlamentar*. In.: OURIQUES, Nildo (Org.) (2005). *Raízes do libertador: bolivarianismo e o poder popular na Venezuela*. Florianópolis: Insular.

_____ (2005b). *Constituinte e participação popular no processo político venezuelano*. In.: OURIQUES, Nildo (Org.) (2005). *Raízes do libertador: bolivarianismo e o poder popular na Venezuela*. Florianópolis: Insular.

VIGILANZA GARCÍA, Adriana (2012). *La gran farsa del "Poder Popular"*. In.: QUIRÓS CORRADI, Alberto (Org.) (2012). *La gran farsa: balance de gobierno de Hugo Chávez Frías 1998-2012*. Caracas: Los Libros de El Nacional; Editorial CEC.

VILLASMIL BOND, Ricardo (2007). *Aspectos clave de la Ley Habilitante del 2007*. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales.

WEBER, Marx (1980). *Textos selecionados*. Col. Os Pensadores. Tradução: Maurício Tragtenberg e Waltensir Dutra. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural.

_____ (1998). *Ciência e política: duas vocações*. 10ª ed. Tradução: Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix.

_____ (1999). Weber: sociologia. Org. COHN, Gabriel. Coordenador: Florestan Fernandes. 7ª ed. São Paulo: Ática.

_____ (2009). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 1. Tradução: Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB.

_____ (2009). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Tradução: Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB.

WILPERT, Gregory (2007). *Changing Venezuela by taking power: the history and policies of the Chávez government*. Londres, Nova Iorque: Verso.

_____ (2008). *Por que o plebiscito deu no que deu*? Jornal Le Monde Diplomatique Brasil, de 14 de janeiro de 2008. Disponível em http://diplo.org.br/2008-01,a2140. Acesso em 16 de outubro de 2012.

YANETH, Fernandez (2013). *Maduro anuncia aumento de entre 38 y 45% en el salario mínimo*. El Universal, de 09 de abril de 2013. Disponível em http://www.eluniversal.com/economia/130409/maduro-anuncia-aumento-de-entre-38-y-45-en-el-salario-minimo. Acesso em 25 de julho de 2013.

YAPUR, Nicole (2013). *Deuda pública se cuadruplicó durante el gobierno de Chávez*. El Nacional, 17 de março de 2013. Disponível em http://www.el-nacional.com/economia/Deuda-publica-cuadruplico-gobierno-Chavez_0_154786836.html. Acesso em 18 de março de 2013.

ZAVALA, D. F. Maza (1988). *História de meio século na Venezuela: 1926-1975*. In: CASANOVA, Pablo González (org). *América Latina: história de meio século*. Brasília: Editora UnB.